PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL

FACULDADE DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO SOCIAL

IZANI MUSTAFÁ

O USO POLÍTICO DO RÁDIO PELOS DITADORES GETÚLIO VARGAS (BRASIL) E ANTÓNIO DE OLIVEIRA SALAZAR (PORTUGAL) NO PERÍODO DE 1930 - 1945

Porto Alegre

2014

IZANI MUSTAFÁ

O USO POLÍTICO DO RÁDIO PELOS DITADORES GETÚLIO VARGAS (BRASIL) E ANTÓNIO DE OLIVEIRA SALAZAR (PORTUGAL) NO PERÍODO DE 1930 - 1945

Tese apresentada como requisito para a obtenção do grau de Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Drª. Doris Fagundes Haussen

Co-orientadora: Drª. Isabel Nobre Vargues

Porto Alegre

2014

"É exatamente disso que a vida é feita, de momentos.
Momentos que temos que passar, sendo bons ou ruins,
para o nosso próprio aprendizado.
Nunca esquecendo do mais importante: Nada nessa vida é por acaso.
Absolutamente nada. Por isso, temos que nos preocupar em
fazer a nossa parte, da melhor forma possível.
A vida nem sempre segue a nossa vontade,
mas ela é perfeita naquilo que tem que ser".
(Chico Xavier)

AGRADECIMENTOS

Agradeço, antes de tudo, a Deus pela oportunidade de ter me concedido a possibilidade do crescimento espiritual e do conhecimento. Sei que o aprendizado não se encerra nesta vida e nem nesta etapa dos estudos.

Agradeço aos meus pais, **Yusef Mustafa Yusef** *(in memoriam)* e **Izar Maidana Pibernat**, por todo o ensinamento sobre como caminhar na vida com ética, retidão, responsabilidade, respeito, autonomia e amor. Foram eles que, amantes do rádio, me apresentaram às maravilhosas viagens sonoras por meio das rádios cariocas Nacional e Tupi, das rádios paulistas, quando morávamos lá no início da década de 1960, e as da minha terra natal, Uruguaiana (RS), quando sintoniza as AMs Charrua e São Miguel.

Como eles, também fiquei fascinada pelo rádio e, confesso, não sei viver sem sintonizar ou acessar uma rádio. Faço isso diariamente, em algum momento do dia. Se possível, assim que acordo.

Agradeço a minha irmã Ivanir Pibernat Mustafá (Manica) e ao meu sobrinho José Renato Mustafá Fernandes que sempre me acolheram, cheios de amor e de carinho, em sua casa, entre as viagens de ida e volta, entre Joinville (SC) e Porto Alegre (RS), para eu estudar e pesquisar na PUCRS, entre 2010 e 2014.

Agradeço à amiga e também uma mãe de coração Gerônima Passos que sempre acompanhou minha trajetória pessoal e profissional, e me incentivou a estudar e me ensinou sobre a vida no plano espiritual.

Agradeço aos meus familiares que também sempre me apoiaram e, em muitos momentos, ouviram minhas angústias, sonhos, decisões e como estava o andamento das pesquisas e a escrita desta tese, como tia Atenais Correia Pibernat e a prima Leslie Maidana Acosta (Lica).

Agradeço aos meus estimados amigos, com A maiúsculo, como Zuleica Bandeira, Dalires Somavilla, José Roberto do Nascimento, Rubens Prawucki, Ismael Alves, Rosemeri Engster, Sandra Viero, Jizelle Nascimento e Jorge Campos pela paciência em me escutarem em diferentes horas sobre meus planos e expectativas com relação à minha vida pessoal, profissional, acadêmica e amorosa.

Faço questão de citar aqui o incentivo, o carinho e as dicas dos amigos do Grupo de Rádio e Mídia Sonora da Intercom como Doris Fagundes Haussen, Luiz Artur Ferraretto, Vera Raddatz, Luciano Klöckner, Débora Cristina Lopez, Nair Prata, Graziela Bianchi, Valci Zuculoto e Marcelo Kischinhevsky. O meu obrigada aos colegas do mestrado e do doutorado que compartilharam comigo importantes períodos da minha vida acadêmica como Bruna Silveira, Ruiz Renato Faillace, Nancy Vianna, Daniela Medeiros e Larissa Azubel.

Agradeço especialmente a Doris pelos ensinamentos e incentivos, e por ter aceitado me orientar para eu realizar minhas pesquisas no Brasil e em Portugal. A alegria contagiante e a sua generosidade foram fundamentais para eu chegar nesta etapa. Doris será sempre minha eterna referência na área do rádio.

Registro ainda a participação na minha vida de doutoranda à professora Claudia Moura que me apresentou a orientadora na Universidade de Coimbra, Isabel Nobre Vargues. Graças à bolsa da Capes, pude realizar pesquisas e aprofundar meus estudos sobre Portugal e António de Oliveira Salazar, entre março de 2013 e fevereiro de 2014.

Agradeço ainda à professora Isabel Nobre Vargues (co-orientadora), que me recebeu de braços abertos, e aos professores portugueses, como Nelson Ribeiro, Rogério Santos, Heloisa Paulo e Fernando Rosas, por terem indicado os caminhos para eu pesquisar em seu país. E aos amigos brasileiros que conquistei no outro lado do Atlântico como Luany Promenzio, Saulo Aristides, Fernanda Castilho, Grace Machado, Alex Ladeira, e ao Masafumi Wakatsuchi, japonês que estava fazendo seu doutorado-sanduíche também em Coimbra.

Agradeço ainda aos professores convidados e que aceitaram estar na banca para avaliar a minha tese de doutorado.

Agradeço também por tudo e a todos que não mencionei nestas duas páginas. Sintam-se contemplados se, por acaso, tiverem a oportunidade de ler esse agradecimento. Acredito que todos que cruzam a nossa vida têm algo a nos ensinar e nós temos muito a aprender com elas.

RESUMO

A tese intitulada **Uso do rádio pelos governos ditatoriais de Getúlio Vargas (Brasil) e António de Oliveira Salazar (Portugal) nos anos de 1930 - 1945** pretende compreender o uso político da Rádio Nacional do Rio de Janeiro e da Emissora Nacional, dentro dos contextos político, social, cultural e econômico registrado no período em que os dois países estavam sob o regime que tiveram a mesma denominação: Estado Novo. No Brasil esse regime durou de 1937 a 1945 e em Portugal, de 1933 a 1974. Além disso, os dois países se envolveram na 2ª Guerra Mundial, que durou de 1939 a1945. Por meio da reconstituição histórica, realizada por meio de pesquisa bibliográfica e documental, fez-se um estudo comparativo para analisar como os ditadores das duas nações se relacionaram e usaram politicamente um dos veículos de comunicação mais importantes daquela época. Com essa investigação, analisou-se as semelhanças e diferenças entre as duas emissoras e as estratégias dos governos de Vargas e de Salazar.

PALAVRAS-CHAVE: Rádio; Rádio Nacional do Rio de Janeiro; Emissora Nacional de Portugal; Getúlio Vargas; António de Oliveira Salazar

ABSTRACT

The thesis entitled **The use of the Radio by the dictatorial governments Getulio Vargas (Brazil) and António de Oliveira Salazar (Portugal) in the years 1930 - 1945**, aims at understanding the political use of the National Radio in Rio de Janeiro and the National Station, within the political, social, cultural and economic contexts registered in the period in which the two countries were under the period that had the same name: New State. In Brazil, this period lasted from 1937 to 1945 and in Portugal, from 1933 to 1974. In addition, the two countries got involved in the 2nd World War, which lasted from 1939 to 1945. Through the historical reconstruction developed by bibliographical and documental research, it was done a comparative study to analyze how the dictators of the two nations were related and politically used one of the most important communication vehicles in that time. With this investigation, it was analyzed the similarities and differences between the two radio stations and the strategies of the governments Vargas and Salazar.

KEYWORDS: Radio; National Radio in Rio de Janeiro; National Station in Portugal; Getúlio Vargas; Antonio de Oliveira Salazar

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Registro da inauguração da Rádio Nacional do Rio de Janeiro, em 12 de outubro de 1936, no prédio *A Noite*, no Rio de Janeiro.
FIGURA 2 – Getúlio Vargas e revolucionários passando pelo Paraná rumo ao Rio, na Revolução de 1930.
FIGURA 3 – Getúlio Vargas falando à nação, do Palácio do Catete, por ocasião da instauração do Estado Novo (10 de novembro de 1937).
FIGURA 4 – Reprodução de foto de Monica Mangia, que mostra Getúlio Vargas e Lourival Fontes.
FIGURA 5 – Getúlio Vargas com Lourival Fontes.
FIGURA 6 – Presidente da República de Portugal Óscar Carmona
FIGURA 7 – Infraestrutura da Emissora Nacional
FIGURA 8 – Notícia sobre a inauguração da Rádio Renascença, da igreja católica
FIGURA 9 – Posse de António Ferro no SPN, ao lado do ministro das Finanças e presidente do Conselho de Ministros, António de Oliveira Salazar.
FIGURA 10 – Programação da Emissora Nacional em 1938
FIGURA 11 – Jornalista Fernando Pessa em entrevista pela EN
FIGURA 12 – Inauguração da Assembleia Nacional
FIGURA 13 – Diretor da EN, capitão Henrique Galvão
FIGURA 14 – Programação oficial da inauguração da EN
FIGURA 15 – Notícia sobre a inauguração da Emissora Nacional

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Receita do DIP
QUADRO 2 – Obras editadas pelo DNP e DIP
QUADRO 3 – Periódicos editados pelo DIP
QUADRO 4 – Bases para a organização do Secretariado da Propaganda Nacional
QUADRO 5 – Despesas mensais no de 1933
QUADRO 6 – Despesas mensais no ano de 1934 – 1º semestre
QUADRO 7 – Despesas mensais no de 1934 – 2º semestre
QUADRO 8 – Despesas mensais no de 1935 – 1º semestre
QUADRO 9 – Despesas mensais no de 1935 – 2º semestre
QUADRO 10 – Despesas mensais no de 1936 – 1º semestre
QUADRO 11 – Despesas mensais no de 1936 – 2º semestre
QUADRO 12 – Despesas mensais no de 1937 – 1º semestre
QUADRO 13 – Despesas mensais no de 1937 – 2º semestre
QUADRO 14 – Despesas mensais no de 1938 – 1º semestre
QUADRO 15 – Despesas mensais no de 1938 – 2º semestre
QUADRO 16 – Número de receptores em Portugal
QUADRO 17 – Distribuição da programação da Nacional do Rio de Janeiro em 1945
QUADRO 18 – Programação do ano de 1935
QUADRO 19 – Programação no ano de 1936
QUADRO 20 – Os temas das palestras mais frequentes entre agosto de 1935 e julho de 1936

LISTA DE ANEXOS

1. 3 de novembro de 1930 – Posse de Vargas
2. Decreto17.899 – 29 de janeiro de 1930
3. Decreto 20.047 – 1931
4. Decreto 21.111 – 1º de março de 1932
5. 15 de novembro de 1933 – Mensagem Assembleia Nacional Constituinte
6. 10 de novembro de 1937 – Posse de Vargas
7. Decreto-lei 1.915 cria DIP – 27 de dezembro de 1939
8. Decreto nº 5.077 – Depois da criação do DIP – 29 de dezembro de 1939
9. Decreto nº 4.701 – Sobre comércio de rádios – 17 de setembro de 1942
10. Decreto-lei nº 4.828 – Órgãos de divulgação e publicidade – 13 de outubro de 1942
11. Decreto 17.899 – 29 de janeiro de 1930
12. Constituição de Portugal – 11 de abril de 1933
13. Decreto-lei 22.469 – 11 de abril de 1933
14. Decreto-lei 22.756 – 29 de junho de 1933
15. As Bases do Secretariado de Propaganda Nacional
16. Relatório Orçamentário do SPN de janeiro de 1934
17. Relatório Orçamentário do SPN de dezembro de 1938
18. Boletim da Emissora Nacional (Número 1) – Agosto 1935 – Henrique Galvão
19. Discursos (Volume 3) – 1938-1943 – Parte 1 – Salazar
20. Discursos (Volume 3) – 1938-1943 – Parte 2 – Salazar

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 13

1 CONTEXTO POLÍTICO, ECONÔMICO E SOCIAL NO BRASIL E EM PORTUGAL (1930-1945) 25

1.1 O ESTADO NOVO PARA VARGAS E PARA SALAZAR 26

1.2 A PROPAGANDA POLÍTICA E IDEOLÓGICA NOS REGIMES DITATORIAIS ... 32

1.2.1 Estado Novo no Brasil durou oito anos, de 1937 a 1945 36

1.2.2 O DIP era o instrumento de controle do Estado Novo no Brasil 39

1.2.3 O rádio serviu para divulgar ações políticas, sociais e econômicas 45

1.2.4 Algumas produções do DIP 51

1.2.5 O Estado Novo em Portugal durou 41 anos, de 1933 a 1974 57

1.2.6 A propaganda política, a censura e o SPN no Estado Novo 63

1.2.7 O SPN e as Bases para a Organização 65

1.2.8 As principais ações do SPN entre 1934 a 1947 68

1.2.9 Em 1944 é criado o Secretariado Nacional da Informação, Cultura Popular e Turismo (SNI) 73

1.2.10 A Emissora Nacional e o SPN 74

1.2.11 Despesas mensais do SPN: a propaganda política e a imprensa recebiam boa parte dos recursos 78

1.3 A POSIÇÃO DE VARGAS E DE SALAZAR NA 2ª GUERRA MUNDIAL 100

2 GETÚLIO VARGAS E O RÁDIO (1930-1945) 107

2.1 CENÁRIO DA RADIODIFUSÃO NO BRASIL 107

2.2 LEGISLAÇÃO DO RÁDIO NO BRASIL 119

2.3 A TRAJETÓRIA DE GETÚLIO VARGAS 122

2.4 VARGAS UTILIZOU O RÁDIO PARA DIFUNDIR SUAS IDEOLOGIAS 139

2.5 LOURIVAL FONTES, O POLÍTICO DE BASTIDORES DE VARGAS 146

3 ANTÓNIO DE OLIVEIRA SALAZAR E O RÁDIO (1928-1945) 154

3.1 CENÁRIO DA RADIODIFUSÃO EM PORTUGAL 154
3.2 A LEGISLAÇÃO DO RÁDIO 174
3.3 A TRAJETÓRIA DE ANTÓNIO DE OLIVEIRA SALAZAR 179
3.4 SALAZAR SEMPRE TEVE APOIO DA IGREJA CATÓLICA 183
3.5 A EMISSORA NACIONAL FAZIA PROPAGANDA DE SALAZAR E DO REGIME..... 189
3.6 ANTÓNIO FERRO, O HOMEM QUE CUIDAVA DA IMAGEM DE SALAZAR E DA PROPAGANDA EM PORTUGAL 193
4 RÁDIO NACIONAL DO RIO DE JANEIRO (BRASIL) E EMISSORA NACIONAL (PORTUGAL) 204
4.1 RÁDIO NACIONAL DO RIO DE JANEIRO (1936) 204
4.1.1 A encampação da emissora em 1940 210
4.1.2 Os programas que se destacaram 213
4.1.2.1 No ar, as radionovelas 213
4.1.2.2 O Repórter Esso 215
4.1.2.3 O humor e programas de auditório e de variedades 216
4.1.2.4 Ondas curtas ampliam a audição no mundo 218
4.1.2.5 Programas políticos, palestras, conferências e discursos 220
4.1.2.6 O último ano do governo de Vargas e a Rádio Nacional 235
4.2 EMISSORA NACIONAL (1935) 237
4.2.1 Programação 252
4.2.2 Programas políticos, palestras e conferências 256
4.2.3 Os discursos de Salazar na Emissora Nacional 258
5 SEMELHANÇAS E DIFERENÇAS ENTRE O RÁDIO E OS DOIS GOVERNOS DITATORIAIS 270
CONSIDERAÇÕES FINAIS 281
REFERÊNCIAS 288
ANEXOS 312

INTRODUÇÃO

A tese intitulada **O uso político do rádio pelos governos ditatoriais de Getúlio Vargas (Brasil) e António de Oliveira Salazar (Portugal) no período de 1930-1945** reconstitui, por meio da pesquisa documental e bibliográfica, a formação de duas importantes emissoras: Rádio Nacional do Rio de Janeiro, em 1936, e a Emissora Nacional, em 1935, no contexto da história política, econômica, social, cultural e durante a 2ª Guerra Mundial. Nesse estudo comparado, verifica-se simultaneamente, durante oito anos, de 1937 a 1945, que os regimes denominados de Estado Novo no Brasil e em Portugal apresentam semelhanças e diferenças. Essas aproximações serão relatadas ao longo dessa escrita. Quando a análise se detém no rádio, constata-se que os dois governos usaram esse veículo para fazer propaganda política e ideológica, de acordo com o modelo criado na Alemanha e também adotado na Itália.

O rádio, que é o objeto de estudo dessa pesquisa, tem uma forte importância na sociedade do século 20. Na década de 1920, o seu surgimento foi considerado um fenômeno notável, afirma Sevcenko[1], porque, por meio desse veículo de comunicação, as pessoas que estavam vivendo um

> isolamento real, se encontram todos nesse território etéreo, nessa dimensão eletromagnética, nessa voz sem corpo que sussurra suave, vinda de um aparato elétrico no recanto íntimo do lar, repousando sobre uma toalhinha de renda caprichosamente bordada e ecoando no fundo da alma dos ouvintes, milhares, milhões, por toda parte e todos anônimos. O rádio religa o que a tecnologia havia separado[2].

O novo canal de comunicação que, inicialmente emitia sons por diferentes tipos de receptores, como os de uma caixa de madeira em formato de capela, chamado carinhosamente de capelinha, surge como um “milagre dos milagres da tecnologia[3]” e se transforma no “centro articulador do cotidiano do consumo, dos valores, das conversas, do imaginário e dos rituais brasileiros[4]”. Nesse período,

---

[1] SEVCENKO, Nicolau. **A capital irradiante: técnica, ritmos e ritos do Rio**. In: História da Vida Privada no Brasil - República: da Belle Époque à Era do Rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
[2] Idem. p. 585
[3] Idem. p. 586
[4] Idem. p. 586

enfatiza Sevcenko, o “populismo descobrira no rádio a sua pedra filosofal, capaz de transformar a massa amorfa de ouvintes na força agregada da paixão política[5]”. O potencial desse veículo também é percebido pelas agências de publicidade que veem no anúncio comercial o propulsor para arrecadação de dinheiro, para a manutenção e modernização das rádios, para atrair mais ouvintes e conquistar mais audiência.

Nos anos de 1930, o receptor era mais popular e ganhou um espaço exclusivo dentro dos lares brasileiros: a sala de jantar. A audição era coletiva, reunia a família, atraía os parentes e os amigos. Quando o som era emitido da caixinha, era a vez de todos se calarem para ouvir a voz do locutor, as canções, os programas de humor, as radionovelas e os informativos. De acordo com Bianco e Moreira[6], o rádio ganha então uma grande importância na sociedade porque

> desempenha inúmeros papéis e funções entre os quais se destacam a capacidade de influenciar o comportamento das pessoas, de criar novos hábitos de consumo e de atender a demandas simbólicas por lazer, entretenimento, informação e companhia. É o veículo que está mais perto do ouvinte. A audição acontece em qualquer lugar, sem precisar de fios e tomadas, e serve como trilha sonora no dia-a-dia da grande maioria da população brasileira[7].

No Terceiro Mundo, o rádio, apontado como uma indústria ultraligeira ou das comunicações por Morin[8], “começa a revolucionar as mentalidades antes mesmo que a sociedade seja transformada[9]”. É por meio da cultura de massas que os modelos cruzam as fronteiras e os oceanos, e se universalizam. Essa transformação, destacada por Bianco e Moreira, é percebida em outros países porque nas décadas de 1930 e de 1940, o rádio se profissionalizou e atingiu o seu auge. Estava em plena expansão, tanto na Europa como na América Latina. No

---

[5] Op. Cit. SEVCENKO, Nicolau. p. 587

[6] BIANCO, Nélia R. Del; MOREIRA, Sonia Virgínia (Orgs). **Rádio no Brasil: Tendências e Perspectivas**. Rio de Janeiro: Eduerj e Editora UnB, 1999.

[7] Idem. p. 11

[8] MORIN, Edgar. **Cultura de Massas no século XX**. O espírito do tempo – I – Neurose. Tradução: Maura Ribeiro Sardinha. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

[9] Idem. p. 161

Brasil, afirma Haussen[10], a "trajetória do rádio acompanha a do país, praticamente em todo o século XX[11]". De acordo com a autora,

> o início do rádio coincide com a própria estruturação do país. Quando Getúlio Vargas assumiu a presidência, em 1930, o veículo sofreu o seu impacto inicial ao surgir o primeiro documento sobre a radiodifusão. Até então o rádio era regido pelas leis da radiotelegrafia. A partir de 1932 a publicidade foi legalmente permitida, o que viria a traçar os rumos da trajetória da radiodifusão brasileira[12].

Ao longo dos 92 anos de existência, completados em 2014 e considerando como marco as transmissões experimentais em 7 de setembro de 1922, no Rio de Janeiro, o rádio, afirma Haussen, "esteve presente em todas as manifestações da vida do país, podendo-se dizer que a relação do mesmo com a cultura tem sido muito próxima[13]", porque foi responsável pela divulgação, por exemplo, "das primeiras músicas gravadas, como *Pelo Telefone*, de Donga, passando pelos programas de auditório, de humor, radionovelas, pelas jornadas esportivas e reportagens[14]". Foi por meio das ondas sonoras que foram divulgados diferentes acontecimentos, realizadas coberturas de eventos importantes e algumas tragédias brasileiras, e os ouvintes conheceram artistas, músicos, jornalistas e radialistas que se tornaram famosos.

A popularização do rádio está intrinsicamente ligada à indústria cultural no Brasil porque

> funcionou como impulsionador de vários elos desta corrente: a indústria fonográfica, as revistas especializadas, o cinema, os artistas, o jornalismo, o esporte, a publicidade e a própria televisão. Além da participação na cultura, na política e na economia do país, é preciso ressaltar, ainda, o seu papel integrador[15].

A Rádio Nacional do Rio de Janeiro, por causa de seu alcance e abrangência, é um exemplo de uma emissora que teve um importante papel

---

[10] HAUSSEN, Doris Fagundes. **Rádio e imaginário na obra de Erico Veríssimo: uma análise de Incidente em Antares**. Revista Logos: Comunicação e Universidade, vol.18, nº 2, pp. 96-106. Rio de Janeiro: Eduerj, 2011.
[11] Idem. p. 97
[12] Idem. p. 97
[13] Idem. p. 98
[14] Idem. p. 98
[15] Idem. p. 98

agregador. Após a década de 1940, transformou-se numa das mais tradicionais e ganhou a maior audiência porque irradiava "acontecimentos de interesse da nação, através dos seus microfones, sem esquecer de seu compromisso com a comunidade próxima[16]". Por essa emissora, analisada nesta tese, os brasileiros também puderam ouvir os discursos oficiais do presidente da República, Getúlio Vargas, que iniciavam pela frase: "Tra – ba – lha – do - res – do – Bra – sil...". Usando o rádio, Vargas se aproximou emocionalmente dos ouvintes, do povo, "unificando o país pelas ondas do ar[17]". Vargas sabia da importância desse meio de comunicação para o seu governo e tinha certeza de que ele o colocaria mais próximo do povo brasileiro. Era, sem dúvida, um meio poderoso para ser utilizado politicamente.

Ao contrário dos veículos mais populares na época, como o jornal e o cinema, a "capacidade (do rádio) de falar simultaneamente a incontáveis milhões, cada um deles sentindo-se abordado como indivíduo, transformava-o numa ferramenta inconcebivelmente poderosa de informação de massa[18]", para utilização na propaganda política. Tanto é que na 2ª Guerra Mundial e com a "demanda de notícias, o rádio alcançou a maioridade como instrumento político e meio de informação[19]". Os ouvintes acompanhavam os conflitos da guerra pelo rádio, sintonizando muitas vezes emissoras de outros países que faziam transmissões em Ondas Curtas. Assim, por exemplo, os imigrantes alemães que viviam no Brasil acompanharam a trajetória de ocupações da Alemanha pelos países europeus.

O primeiro noticiário da *BBC (British Broadcasting Corporation*)[20] em português aconteceu em 14 de março de 1938, apresentando o contexto político em que o mundo estava vivendo, com a seguinte informação: "O senhor Hitler entrou hoje à noite em Viena, no meio de um entusiasmo formidável[21] ", na voz do apresentador Manuel Braune, o Aimberê. Segundo Guerrini Júnior, "as primeiras transmissões de notícias em ondas curtas, por meio de radiotelegrafia, haviam sido

---

[16] Op. Cit. HAUSSEN, Doris Fagundes. p. 98
[17] Op. Cit. SEVCENKO, Nicolau. p. 589
[18] HOBSBAWM, Eric. **Era dos Extremos: O breve século XX – 1914-1991**. Tradução: Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. pp. 194-195
[19] Idem. p. 195
[20] Emissora pública de rádio e televisão do Reino Unido. Fundada em 14 de novembro de 1922, véspera de uma eleição, demonstrando que a segmentação da emissora seria o jornalismo.
[21] GUERRINI JÚNIOR, Irineu. Brazilian Section – As transmissões em português da BBC durante a Segunda Guerra Mundial. In: ABREU, João Batista de; GOLIN, Cida. (Orgs). **Batalha Sonora: o rádio e a Segunda Guerra Mundial.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006. p. 17

feitas muito antes: na Alemanha, em 1915, e na nascente União Soviética, em 1917[22]". Dez anos depois, em 1932, a *BBC*, que pretendia abranger as regiões colonizadas nos cinco continentes, decide criar um programa para ser irradiado para o exterior e estrutura na *BBC* o "*Empire Service*, em Ondas Curtas, com uma programação em língua inglesa dirigida, principalmente, aos territórios que formavam ou haviam formado o império[23]". Oito anos depois, em 1938, a realidade política mundial é diferente porque o mundo está

> à beira de uma nova guerra mundial, que realmente teria início no ano seguinte, com a invasão da Polônia pela Alemanha nazista. Ao mesmo tempo, travava-se uma verdadeira guerra radiofônica: Alemanha, Itália e União Soviética já mantinham transmissões em ondas curtas para outras partes do mundo, fazendo propaganda de seus respectivos regimes, e o mesmo acontecia com países politicamente próximos do Reino Unido, como era o caso dos Estados Unidos[24].

O Brasil entrou para a guerra em 1942 apoiando os países Aliados (Estados Unidos, França e Inglaterra). Portugal se manteve neutra durante todo o conflito. O rádio foi o principal porta-voz para quase todos os países e o meio pelo qual os ouvintes acompanharam cada batalha entre os Aliados e os países do Eixo (Alemanha, Itália e Japão). Tanto no Brasil como em Portugal, duas estações, respectivamente, a Rádio Nacional do Rio de Janeiro e a Emissora Nacional, já estavam em pleno funcionamento e também transmitiram as principais notícias sobre um dos maiores conflitos mundiais do século passado.

E são essas duas estações que serão analisadas nessa pesquisa. A escolha do estudo pela Nacional do Rio de Janeiro (Brasil) e pela Emissora Nacional (Portugal) se deve, principalmente, porque ambas estão relacionadas diretamente aos regimes ditatoriais de seus países. A Nacional do Rio de Janeiro foi inaugurada em 12 de setembro de 1936, quando o país estava sob um regime democrático. Um ano depois, Vargas se mantém no poder após o Golpe Militar e instala o regime denominado de Estado Novo[25]. Quatro anos depois, em 1940, o presidente da República encampa a Nacional do Rio de Janeiro que se torna uma emissora

---

[22] Op. Cit. GUERRINI JÚNIOR, Irineu. p. 17
[23] Idem. p. 18
[24] Idem. p. 18
[25] É importante salientar que em Portugal o regime ditatorial, instalado com a Constituição de 1933, também se chamava Estado Novo. O nome deve-se a entrada em vigor de um novo momento político, tanto no Brasil como em Portugal.

estatal e privada. Ou mista, como alguns autores denominam essa fase, porque a rádio pertencia ao governo, mas também podia obter receita financeira por meio da publicidade.

A Emissora Nacional de Portugal foi criada pelo governo e inaugurada oficialmente em 4 de agosto de 1935, dois anos depois do Estado Novo entrar em vigor, transformando o país numa ditadura sob o controle do presidente do Conselho de Ministros, Salazar. Foi organizada para irradiar as realizações do governo, a recuperação financeira do país, estimular o espírito cultural e tradicional dos portugueses e fortalecer o regime por meio da propaganda ideológica. Era uma emissora estatal, controlada pelo governo.

O trabalho de análise dessas duas emissoras deverá, no entanto, perpassar o contexto político, social, econômico e cultural desses dois países, e seguir os objetivos descritos abaixo.

Objetivos

Geral

- Analisar o uso político da Rádio Nacional do Rio de Janeiro e da Emissora Nacional efetuado pelos governos ditatoriais de Getúlio Vargas e de António de Oliveira Salazar dentro do contexto político, social, econômico, cultural e durante a 2ª Guerra Mundial, no período de 1930 a 1945.

Específicos

- Verificar o papel político-social desempenhado pelas rádios Nacional do Rio de Janeiro e Emissora Nacional na estrutura dos Estados Novos instalado no Brasil e em Portugal.
- Analisar a formação das duas rádios e as suas relações com os governos ditatoriais Getúlio Vargas (Brasil), António de Oliveira Salazar (Portugal).
- Identificar as ferramentas utilizadas pelos governos de Getúlio Vargas e de António de Oliveira Salazar para controlar a radiodifusão, como a legislação e a censura aplicada.

- Comparar as semelhanças e as diferenças dos dois modelos de radiodifusão, dos dois governos e dos órgãos de controle e de censura utilizados entre 1930 e 1945.
- Observar quais eram os programas produzidos na Rádio Nacional do Rio de Janeiro e na Emissora Nacional e quais serviram para a difusão ideológica e propagandística dos Estados Novos brasileiro e português.

O presente trabalho, delimitado entre 1930 e 1945, pretende compreender como os governos ditatoriais do Brasil e de Portugal se apropriaram do rádio para uso político, sob o regime do Estado Novo e durante a 2ª Guerra Mundial. Como Vargas e Salazar utilizaram esse veículo de comunicação para fim político? Como era a programação da Rádio Nacional do Rio de Janeiro e da Emissora Nacional? Existiam órgãos de controle e censura dos meios de comunicação? Eram eficazes?

As respostas a essas questões estão presentes nesse estudo comparado que segue alguns procedimentos metodológicos, embasados na interdisciplinaridade, com aporte teórico da Comunicação Social e da História. Como afirma Ferraretto[26], a comunicação "oferece elementos para descrever o objeto de estudo – o rádio – e da segunda, vem a base para entender o desenvolvimento deste veículo[27]". A exemplo do que destaca Schudson[28], esse trabalho está embasado num tipo de comunicação que considera "*la relación de los medios de comunicación con la historia cultural, política, economica o social y aborda la pregunta de qué modo influencian los cambios en la comunicación y cómo se ven influidos por otros aspectos del cambio social?*[29]". Segundo ele, a história propriamente dita trata "*de lo que la comunicación nos dice acerca de la sociedad y lo que la sociedad nos cuenta de la comunicación o ambas cosas a la vez*[30]".

[26] FERRARETTO, Luiz Artur. **Rádio no Rio Grande do Sul (anos 20, 30 e 40: dos pioneiros às emissoras comerciais).** Canoas: Editora da ULBRA, 2002.
[27] Idem. p. 20
[28] SCHUDSON, Michael. **Enfoques históricos a los estudios de la Comunicación**. In: JENSEN, K.B; JANKOWSKI, N.W. (Orgs). **Metodologias cualitativas de investigaciónem Comunicación de Masas.** Barcelona: Bosch, 1993.
[29] Idem. p. 214
[30] Idem. p. 214

A história comparada, enfatiza Capelato[31], "permite apontar, ao mesmo tempo, os pontos comuns e as diferenças de fenômenos históricos similares[32]". A história que valoriza o método comparativo, ressalta o historiador Marc Bloch[33], proporciona "comparar para levantar novas questões, novos problemas que permitam o surgimento de novos enfoques, novas interpretações[34]". O estudo comparado entre os usos do rádio pelos governos ditatoriais de Vargas e Salazar, que operaram sob o regime autoritário do Estado Novo e em plena 2ª Guerra Mundial, encaixa-se, portanto, plenamente neste caso.

Assim como Capelato e Haussen, que realizaram estudos comparados entre os governos de Vargas e Perón[35] em suas teses, a pesquisadora pretende seguir o mesmo procedimento metodológico para analisar as semelhanças e diferenças entre a Nacional do Rio de Janeiro e a Emissora Nacional de Portugal, os governos ditatoriais Vargas e Salazar e como utitlizaram o rádio para fins políticos.

A observação está fundamentada em fontes bibliográficas e documentais disponíveis em diversas bibliotecas e acervos brasileiros e portugueses, e acessíveis pela internet, como áudios, vídeos e fotografias. Para complementar a compreensão do tema proposto, a autora também realizou quatro entrevistas com professores doutores portugueses sobre, por exemplo, a radiodifusão, o regime ditatorial comandado por Salazar e o órgão de controle e censura criado no Estado Novo.

A análise da programação da Rádio Nacional do Rio de Janeiro se restringiu às obras escritas por pesquisadores brasileiros, cujo conteúdo está bastante aprofundado e atendeu às expectativas desta estudiosa.

Para conhecer os dez primeiros anos da Emissora Nacional, a leitura do livro de Ribeiro[36] foi fundamental porque ele fez uma investigação centrada na programação e destaca ainda a relação da estação com o Estado Novo. Além da

---

[31] CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Multidões em Cena. Propaganda política no varguismo e no peronismo.** Campinas, SP: Papirus, 1998.
[32] Idem. p. 33
[33] BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o Ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.
[34] Idem. p. 33
[35] Juan Domingo Perón, presidente da Argentina, no período de 4 de junho de 1946 a 4 de junho de 1952.
[36] RIBEIRO, Nelson. **A Emissora Nacional nos primeiros anos do Estado Novo: 1933-1945.** Lisboa: Quimera Editores, 2005.

leitura dessa e de outras bibliografias a respeito do assunto, foram verificadas a programação publicada no suplemento *Rádio-Semanal*, que era encartado no *O Jornal do Comércio e das Colónias*[37], e circulava aos sábados.

Nos anos de 1938 e 1939, o semanário começou a publicar a programação diária da Emissora Nacional. No entanto, em 9 de setembro de 1939, o jornal suspendeu o encarte por causa da 2ª Guerra Mundial, que provocou a escassez de papel e também de informações, já que muitos países estavam no conflito. Nos anos seguintes, de 1940 a 1945, foi publicada apenas uma edição por ano, cada uma com apenas quatro páginas.

A segunda fonte consultada foi o *Boletim da Emissora Nacional*, publicado mensalmente, de agosto de 1935 a julho de 1936, completando 12 edições. Esse periódico foi substituído pela revista semanal *Rádio Nacional*[38], oficial da Emissora Nacional que começou a ser publicada em 1937, com 16 páginas e com a programação de cada semana, com a transcrição das palestras e conferências, crônicas, comentários, e demais informações que iam ao ar ou envolvessem a estação e a radiodifusão de uma maneira geral. Para essa tese, foram consultadas as edições de 1938 a 1945, que existiam na Biblioteca Municipal de Coimbra.

Para completar essa análise, também foram utilizados os volumes do *Anuário Radiofônico Português*, de 1936 e 1938, localizados no acervo da Rádio e Televisão de Portugal (RTP). Os dois volumes foram organizados pelo chefe de redação da *Rádio-Semanal*, João de Moraes Palmeiro, com assistência técnica de Manuel Antunes.

A fim de compreender o órgão de controle e censura aos meios de comunicação, várias pesquisadoras brasileiras e uma portuguesa[39] foram cruciais. No entanto, no Arquivo Nacional Torre do Tombo, em Lisboa, localizou-se nos arquivos António de Oliveira Salazar (AOS)[40] uma pasta que continha vários

[37] A primeira edição foi publicada em 8 de setembro de 1934. Mas, nos anos de 1935, 1936 e 1937, o encarte não divulgava a programação completa da rádio, apenas informações a respeito de alguns programas que seriam emitidos em determinados horários, descrevia alguns programas, transcrevia algumas palestras e continha notícias da radiodifusão no mundo inteiro.

[38] A revista era comercializada e tinha assinatura anual. A impressão das edições era realizada nas oficinas do *O Jornal do Comércio e das Colónias*.

[39] PAULO, Heloisa. **Estado Novo e Propaganda em Portugal e no Brasil. O SPN/SNI e o DIP**. Coimbra: Livraria Minerva, 1994.

[40] O inventário do AOS está aberto para os investigadores e foi transferida da Biblioteca Nacional para o A.N.T.T pelo Decreto-Lei nº 279/91 de 9 de agosto, 23 anos depois da demissão do antigo Presidente do Conselho, e 63 anos após a data dos primeiros papéis serem mandados arquivar por Salazar.

relatórios de despesas mensais realizadas pelo Secretariado da Propaganda Nacional (SPN). Informações que complementam a leitura das obras e comprovam quanto a propaganda do ideário político e do chefe de governo era imprescindível para a manutenção do Estado Novo em Portugal.

Nessa mesma pasta também foram localizadas as "Bases para a Organização do Secretariado da Propaganda Nacional", que contém nove itens, com detalhes dos objetivos e de como seriam as atividades iniciais dos serviços internos e externos do órgão. O mesmo documento define a equipe do SPN que incluía um diretor geral, um chefe da seção de serviços internos, um chefe da seção de serviços externos, um arquivista, um datilógrafo e um contínuo. Os impressos que estão nos anexos ainda descrevem as atividades iniciais dos serviços internos e externos.

A fim de compreender os regimes políticos que estavam em vigor nas mãos de Vargas e de Salazar, também se recorreu a várias referências bibliográficas, escritas a partir de teses, mestrados, e fundamentadas em pesquisas sérias. Essas leituras despertaram uma curiosidade e possibilitaram um aprofundamento encontrado nos discursos desses governantes. Em Portugal foram localizados e digitalizados boa parte dos discursos proferidos por Salazar para a nação e para os ministros do governo, editados e reunidos numa coleção que reúne cinco livros e abrangem o período de 1928 a 1968. Alguns desses pronunciamentos foram transmitidos pela Emissora Nacional.

Os discursos de Vargas foram acessados *online* pela Biblioteca da Presidência da República[41] que digitalizou boa parte desses pronunciamentos em *Optical Character Recognition* (OCR)[42]. Alguns deles, pertinentes a delimitação dessa tese, foram destacados para se entender melhor o pensamento do presidente. Vários deles, proferidos em datas especiais como o 1º de maio, Dia do Trabalhador, foram irradiados pela Nacional do Rio de Janeiro. Outros discursos são interessantes porque explicam as principais medidas políticas instituídas no Brasil durante o governo de Vargas.

---

[41] **Biblioteca da Presidência da República** - http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/getulio-vargas - fundada no governo do presidente Wenceslau Brás (1914-1918). No período de Vargas a biblioteca começou a reunir serviços de caráter histórico-informativo relativo a presidentes e vice-presidentes do Brasil.

[42] Trata-se de um legado que pertence ao povo, no qual estão documentados as grandes diretrizes e pensamentos que marcaram a evolução da história do Brasil.

Esta tese está estruturada em cinco capítulos, completados pela Introdução, Considerações Finais e Anexos, com textos completos e outros com algumas páginas iniciais, e áudios que exemplificam alguns programas das emissoras e fragmentos de discursos de Vargas e Salazar.

O primeiro **Contexto político, social, econômico e cultural no Brasil e em Portugal (1930-1945)** analisa o significado do Estado Novo para Vargas e Salazar, apresenta a formação dos órgão de propaganda e de censura criados nesses países e dá detalhes sobre a posição política e econômica dos governantes na 2ª Guerra Mundial.

O segundo capítulo **Getúlio Vargas e o rádio (1930-1945)** está desdobrado em subcapítulos que relatam o cenário da radiodifusão no Brasil, qual era a legislação para a radiodifusão vigente nesse período, reconta a trajetória política de Vargas, e por fim aborda sobre como era a relação de Vargas com o rádio e se o utilizava para fins políticos. O quinto subcapítulo apresenta o jornalista Lourival Fontes, que era chefe de gabinete civil, foi diretor-geral do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) e responsável pela imagem do governo e de Vargas.

O cenário da radiodifusão de Portugal, a legislação radiofônica que existiu na época em estudo, a trajetória de Salazar como ministro das Finanças, presidente do Conselho de Ministros e chefe de governo estão descritos no terceiro capítulo denominado **António de Oliveira Salazar e o rádio (1918-1945)**. Nesta etapa também se observa como se deu o uso político do rádio pelo governante e se descreve o perfil do jornalista António Ferro, idealizador da propaganda em Portugal, denominada política de espírito. O também artista e escritor foi responsável pela criação e organização do SPN, acompanhou a estruturação da Emissora Nacional e também cuidou da programação.

O quarto ponto desta pesquisa **Rádio Nacional do Rio de Janeiro (Brasil) e Emissora Nacional (Portugal)** aborda a formação das rádios e suas principais características, a programação que mantiveram no ar, os programas que se destacaram e fizeram sucesso entre os ouvintes e a irradiação pelas Ondas Curtas. Além disso, apresenta alguns programas com cunho político e discursos de Vargas e Salazar, sendo que alguns foram transmitidos para o povo.

Por fim, o quinto e último capítulo faz uma comparação, evidenciando as semelhanças e as diferenças entre a Nacional do Rio de Janeiro e a Emissora Nacional, os regimes denominados de Estado Novo, os governantes Vargas e

Salazar e de que forma eles utilizaram o rádio para fins políticos. Nessa fase também confrontamos a organização do DIP e do SPN, órgãos que contribuíram para proteger o Estado dos opositores da condução política e da imprensa, controlando e censurando todas as informações e como as notícias deveriam chegar à população.

1 CONTEXTO POLÍTICO, ECONÔMICO E SOCIAL NO BRASIL E EM PORTUGAL (1930-1945)

Em 1929, uma crise mundial tomou conta daqueles países que estavam reconstruindo sua economia após a 1ª Guerra Mundial. A dificuldade surgiu logo depois que essas nações conseguiram se estabilizar e começaram a reduzir a importação de produtos, e a Bolsa de Valores de Nova Iorque, nos Estados Unidos, quebrou. Segundo Haussen, "este fato provocou acontecimentos significativos tanto no Brasil quanto na Argentina[43]", e, naturalmente em Portugal. De acordo com Skidmore[44], "a depressão demonstrou que o Brasil não poderia escolher senão a industrialização, se quisesse se transformar em uma nação moderna e numa potência mundial[45]". Neste período, a economia brasileira ainda era bastante dependente da produção de café, exportado principalmente para os americanos.

No ano seguinte, Vargas assumiu a presidência da República, em 3 de novembro de 1930, como chefe de um governo provisório, entregue pela Junta Governativa. Tinha como objetivo principal recuperar o país, modernizá-lo e diversificar a exportação para além dos Estados Unidos, um dos maiores importadores de café. Ao longo dos 15 anos que se manteve no poder, governou o país de três maneiras diferentes, detalhadas no capítulo 2, referente a sua trajetória política. Em 1937, por meio de outro golpe e com o apoio dos militares, apresenta à nação a nova Constituição e instala no Brasil o Estado Novo, um regime ditatorial com censura, controle da imprensa e repressão aos adversários.

Em Portugal, António de Oliveira Salazar já era o ministro das Finanças desde 1928 e assumiu a presidência do Conselho de Ministros em 1932. O convite para ocupar o primeiro cargo foi do próprio presidente da República Óscar Carmona. A principal missão dele era reestruturar a economia do país, também prejudicada pela crise no mundo e por causa das dívidas internas adquiridas em governos anteriores. Em 1933, Salazar decreta a nova Constituição que instalou o Estado Novo em Portugal e perdurou até 1974.

---

[43] Op. Cit. HAUSSEN, Doris Fagundes. p. 14

[44] SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964)**. Tradução: Ismênia Tunes Dantas. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

[45] Idem. p. 71

1.1 O ESTADO NOVO PARA VARGAS E PARA SALAZAR

Para compreender o Estado Novo no Brasil e em Portugal, é oportuno entender que a nova ideologia e o totalitarismo surgiram na Europa durante o entre guerras. Num período em que o mundo estava vivendo uma onda de transformações que questionava, por exemplo, a eficácia da democracia liberal e discordava dos regimes comunista e socialista. Vários países estavam se estruturando de acordo com as suas realidades e necessidades.

Conforme Seitenfus[46], com o objetivo de

> organizar a sociedade e o Estado em bases dirigentes e, em breve, totalitárias. Os movimentos fascistas beneficiam-se da fraqueza do liberalismo, conseqüência da crise econômica, ausência de um projeto nacional e da ineficácia do parlamentarismo[47].

A Constituição do Estado Novo no Brasil e os decretos-leis adotados entre 1937 e1945, afirma Seitenfus,

> inspiram-se profundamente nas experiências fascistas européias. O mimetismo de Francisco Campos e de Getúlio Vargas é digno de nota, pois, ao contrário do salazarismo, do fascismo e do nazismo, que são fruto de evolução doutrinária, a Constituição é uma compilação feita por Francisco Campos, que recorre amplamente às experiências italianas e portuguesas[48].

O jurista Francisco Campos relata detalhes que sobre o Estado Nacional, a Constituição e o Estado Novo, justificando assim a criação do Estado Novo, no livro *O Estado Nacional*[49]. Seitenfus observa, no entanto, que o regime no Brasil se diferenciava de alguns modelos europeus como Alemanha, Itália e Portugal em alguns aspectos, entre eles, a questão da organização dos partidos políticos. Nesses três havia, respectivamente, a existência de um partido único: Nacional-socialista, Fascio e União Nacional. No Brasil, Vargas proibiu a organização

---

[46] SEITENFUS, Ricardo. **A entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.
[47] Idem. p. 94
[48] Idem. p. 94
[49] Disponível em formato de E-book, na página: http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/chicocampos.html, visitada em 15 de novembro de 2014, às 9h50.

partidária e justificou essa decisão porque invocava a "ausência de representatividade e a vã agitação pela qual os partidos são os únicos responsáveis[50]".

O autor também salienta que o Estado Novo de Portugal era um pouco diferente dos regimes Alemão e Italiano que seguiam, respectivamente, ideologias denominadas de nazismo e de fascismo. Em Portugal, o regime tinha características diferentes e ficou conhecido por salazarista. Nesse período, exemplifica Seitenfus, surgiu ainda um movimento chamado Sindicalismo Nacional, embasado em fundamentos da ideologia e da organização fascista e dirigido por Rolão Preto[51]. A nova instituição fazia "uso de camisas azuis, com uma braçadeira na qual figura a cruz vermelha de Santo André (*Cruz de Malta*). As manifestações de rua, organizadas consoante o modelo fascista[52], foram relatadas no jornal do movimento, *A Revolução*.

Para o autor, Salazar adotou uma atitude ambígua em relação ao movimento fascista português.

> Ao mesmo tempo em que é um aliado objetivo, o *Sindicalismo Nacional* é um adversário em potencial. Finalmente, Salazar opta pela repressão, que exerce contra a organização independente e paramilitar do *Sindicalismo*. Em compensação, o ditador retoma certas idéias-chave do fascismo de Rolão Preto, dificultando uma reação radical dos fascistas, progressivamente integrados ao Estado Novo português[53]".

No Brasil, Vargas viu surgir nas ruas a organização Ação Integralista Brasileira (AIB), inspirada no fascismo italiano e liderado por Plínio Salgado[54]. Para ser identificado nas ruas, possuía alguns símbolos como a letra grega sigma e seus integrantes usavam uniformes verdes e costumavam pronunciar a expressão indígena "Anauê". Em 1937, Salgado torna-se candidato à presidência da República. Mas, com o golpe de Vargas e a proibição dos partidos políticos no

---

[50] Op. Cit. SEITENFUS, Ricardo. p. 94
[51] Francisco Rolão Preto formou-se em Direito e, dentro do Exército, criou em Portugal o Movimento Nacional-Sindicalista, depois da instalação da 1ª República.
[52] Idem. p. 95
[53] Idem. p. 96
[54] Plínio Salgado era jornalista e escritor e foi eleito deputado federal pelo PRP, mas não terminou seu mandato.

país, logo após a instalação do Estado Novo, foi perseguido e exilado. Morou seis anos em Portugal, só retornando quando o país havia sido redemocratizado.

Outras semelhanças e diferenças são percebidas entre o Brasil e Portugal, além da denominação do nome do regime em comum. Tanto no Brasil como em Portugal, o sistema de governo instituído era autoritário e ditatorial, seguindo os modelos ideológicos do governo nazista de Adolf Hitler, na Alemanha, e fascista de Benito Mussolini, na Itália.

No caso brasileiro, para estabelecer o novo regime, Vargas, que estava no poder desde 1930, contou com o apoio das Forças Armadas e deu um golpe de estado em 10 de novembro de 1937. A partir daí, várias medidas deram fim à democracia, garantidas pela nova carta regimental. Conforme Skidmore, ela dava poderes "autocráticos e prevendo um plebiscito para dentro de seis anos, a fim de escolher um presidente. As novas diretrizes constitucionais eram uma imitação dos modelos corporativistas e fascistas europeus, especialmente de Portugal e de Itália[55]".

No discurso de posse, irradiado para o país, Vargas afirmou que não existia outra alternativa para o país senão instituir um "regime forte, de paz, justiça e de trabalho[56]" e também suspender todos os pagamentos de juros e amortizações da dívida externa.

Skidmore salienta ainda que o golpe de 1937

> determinou finalmente o caminho histórico do Brasil, numa conjuntura crítica. Os objetivos de bem-estar social e nacionalismo econômico, muito bem debatidos no começo daquela década, iriam ser agora perseguidos sob tutela autoritária. O resultado foi o aprofundamento da dicotomia entre um constitucionalismo estreito que havia negligenciado as questões econômicas e sociais e uma preocupação com o bem-estar social de fundo nacionalista inequivocadamente antidemocrática[57]".

Ele diz ainda que o Estado Novo se manteve forte entre 1938 e 1944 porque tinha o apoio das Forças Armadas. Período em que ocorreram "mudanças irreversíveis às instituições da vida política e da administração pública[58]" e

[55] Op. Cit. SKIDMORE, Thomas. p. 50
[56] Idem. p. 50
[57] Idem. p. 52
[58] Idem. p. 52

"transformou as relações entre o poder federal e estadual e, com isso, aproximou muito mais o Brasil de um governo verdadeiramente nacional[59]".

No entanto, Vargas tinha consciência de que o seu regime ditatorial não poderia sobreviver à 2ª Guerra Mundial. Sabia que o fascismo dele seria derrotado, como estava sendo na Europa, para abrir espaço para um sistema político diferente e democrático. Depois de 1943, observa Skidmore,

> Vargas estava, com efeito, deitando os alicerces para sua última aparição como líder "democrático", que podia confiar no apoio de um novo movimento popular, e também de grupos mais estratificadores como os proprietários rurais, os industriais de São Paulo e a burocracia[60].

Nesse mesmo ano, na área econômica, Vargas comemorava o fato do Brasil já possuir usinas de ferro e de aço, fábricas de alumínio e cobre e exportar minérios, um sinal de que estava ocorrendo uma mistura de "os elementos básicos para a transformação de uma vasta e esparsa comunidade agrícola em uma nação capaz de prover às suas necessidades fundamentais[61]". O apelo ao sentimento dos brasileiros para um nacionalismo político estava presente em suas ações e declarações à nação, já que ele estava criando "condições de apoio às medidas para a industrialização, da mesma forma que incrementou a intervenção estatal na economia[62]".

Para Skidmore, a industrialização no país durante o governo de Vargas se deveu a

> substituição espontânea das importações, resultante do colapso da capacidade de importação, com a manutenção da procura interna através do programa de auxílio ao café, e o deslocamento dos investimentos particulares, do setor de exportação, para a produção industrial destinada ao mercado interno, e a intervenção estatal direta e indireta[63].

[59] Op. Cit. SKIDMORE, Thomas. p. 55
[60] Idem. pp. 63-64
[61] Idem. p. 69
[62] Idem. p. 69
[63] Idem. p. 70

O que permitiu que o país começasse a deixar de ter uma economia baseada na agricultura e emergisse como uma nação industrializada. Apesar disso, com o término do conflito mundial, com a queda do nazismo e do fascismo e a volta da redemocratização em vários países da Europa, surgiu, entre intelectuais e alguns políticos, o desejo pelo fim da ditadura e, principalmente, da censura aos meios de comunicação.

As críticas também passaram a ser publicadas em alguns jornais que atacavam a sua política econômica e o caráter autoritário do Estado. Pressionado por causa de diversas manifestações, Vargas anunciou apoio ao general Gaspar Dutra, eleito em 2 de dezembro de 1945. O que representou o fim da ditadura no Brasil e o fim do primeiro mandato dele na presidência da República.

Em Portugal, o sistema autoritário e ditatorial iniciou quando o então ministro das Finanças, Salazar, assumiu a presidência do Conselho de Ministros, em 1932, dando-lhe o status de chefe de governo. O Estado Novo perdurou até 1974 e ficou conhecido como salazarista.

No início da década de 1930, o país era prioritariamente rural e "as classes dominantes faziam assentar o seu poder no sector agrícola e no comércio colonial[64]". Durante a crise mundial de 1929, Salazar investiu "numa política econômica baseada no equilíbrio orçamental, o que permitiu a estabilização monetária e a retoma do investimento privado[65]". A infraestrutura, voltada para os setores dos transportes e comunicações, e construção de escolas primárias do país, recebeu atenção especial durante o Estado Novo.

Durante a vigência do Estado Novo, o governo extinguiu os demais partidos e oficializou a União Nacional como o único partido. Com a Constituição de 1933, Salazar determinou várias medidas autoritárias como a implementação do corporativismo e a regularização da relação dos trabalhadores diretamente com o Estado. Nas mãos de Salazar, Portugal viveu um longo período de total controle político e social.

Para Rosas[66], o Estado Novo é

[64] Op. Cit. RIBEIRO, Nelson. p. 69
[65] Idem. p. 71
[66] ROSAS, Fernando. **Salazar e o Poder. A Arte de saber durar.** Lisboa: Tinta- da-China, 2012.

> resultado do duro e prolongado conflito social e político que marca a crise do sistema liberal oligárquico em Portugal. Uma crise que atravessa quase todos os países da periferia européia e que, em quase todos, terá um desfecho de natureza idêntica, no rescaldo da Grande Guerra, da revolução bolchevique de 7 de novembro de 1917 e, pouco depois, da Grande Depressão de 1929[67].

Era o período das ditaduras, dos nazismos e dos fascismos prevaleceram sobre as democracias. Para instaurar o Estado Novo, Salazar contou com o apoio da direita republicana, formada pela maioria da União Liberal Republicana, Partido Nacionalista e ala direita do Partido Republicano Português; dos militares conservadores, que controlavam os militares do Exército e da Marinha; e das direitas antiliberais como parte dos integralistas, o Centro Católico Português (CCP), o tenentismo e os salazaristas, que se identificam com a postura política de Salazar.

De acordo com Rosas, Salazar, que era um técnico financeiro e de total confiança do presidente da República Óscar Carmona, ganhou fama de "milagreiro das finanças públicas em crise e torna-se candidato à chefia do campo social e político da contra-revolução antiliberal e anti-socialista que germinava nas direitas portuguesas desde o início dos anos 20[68]".

O Estado Novo português longevo se deve, afirma Rosas, a "arte suprema de Salazar fazer das direitas uma direita capaz de saber durar[69]". Durante a transição entre a Ditadura Militar (1928-1933) e a instalação do novo regime, o ministro das Finanças construiu uma base política e ideológica dentro do autoritarismo conservador,

> representado particularmente pelo Centro Católico (agrupa a direita católica) e o Integralismo Lusitano (agrupando a direita integralista, isto é, monárquica neotradicionalista, maurassiana e restauracionista, uma espécie de utopia de regresso ao antigo regime[70].

Além disso, Salazar contou com o respaldo do corporativismo que permitiu a ele intervir na economia sob a tutela do Estado, como um instrumento de ordem e

[67] Op. Cit. ROSAS, Fernando. p. 74
[68] Idem. p. 88
[69] Idem. p. 143
[70] Idem. pp. 143-144

de disciplina social. Essa medida favorecia os grupos sociais dominantes que concordavam com a ação de "prevenir a subversão social e a de regular e arbitrar a vida econômica, cuja crise fazia perigar a prosperidade e os lucros[71]". O cooperativismo português "regulou autoritariamente a economia, protegendo os mercados, garantindo privilégios, regulando a concorrência, assegurando folgadas taxas de lucro e de autofinanciamento[72]", resume Rosas.

1.2 A PROPAGANDA POLÍTICA E IDEOLÓGICA NOS REGIMES DITATORIAIS

Apesar da diversidade de regimes políticos, o século 20 foi um período em que o totalitarismo e as ditaduras se destacaram e, em algumas nações, até se sobrepuseram à democracia e à oligarquia. Após a 1ª Guerra Mundial, uma "onda antidemocrática pró-ditatorial de movimentos totalitários e semi-totalitários varreu a Europa[73]", afirma Arendt. A Ditadura, em sua acepção moderna, é "fundamentalmente, um fenómeno do século XX", observam Rosas e Oliveira[74]. Muitas dessas ditaduras se apoiaram no "binômio da chefia carismática e do culto da personalidade, mas distinguiram-se das suas predecessoras ao munirem-se de uma ideologia oficial e de um partido político[75]". É nesse modelo do culto da personalidade e de uma ideologia, com o domínio das massas – pessoas que não estão integradas a partidos políticos, sindicatos ou organizações profissionais – e com a implantação de uma propaganda oficial e criação de órgãos de controle e censura à imprensa que se enquadram os regimes ditatoriais de Portugal e do Brasil. Num curto período histórico no Brasil e mais longo em Portugal, eles foram simultâneos entre 1937 e 1945. Os dois governos também utilizaram a propaganda para disseminar as suas ideologias e realizações.

Nas ditaduras desses países, existem algumas semelhanças e também a adoção de alguns instrumentos utilizados pelos governos da Alemanha e da Itália. No Brasil e em Portugal, os governantes também criaram órgãos de controle

---

[71] Op. Cit. ROSAS, Fernando. p. 293
[72] Idem. p. 355
[73] ARENDT, Hannah. **Origens do Totalitarismo**. Tradução: Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 358
[74] ROSAS, Fernando; OLIVEIRA, Pedro Aires (Coordenação). **As Ditaduras Contemporâneas.** Lisboa: Edições Colibri e Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2006. p. 7
[75] Idem. p. 7

responsáveis pela censura, principalmente, aos meios de comunicação como o rádio e os jornais.

Mas é preciso fazer um levantamento bibliográfico para compreender como e quando a propaganda política e ideológica começou a ser utilizada. De acordo com Paulo, "um primeiro esforço de propaganda organizada pelo Estado, surge em 1917, na Inglaterra com a criação de um Departamento de Propaganda chefiado por Alfred Hamsworth[76]". Segundo ela, Lord Northcliffe, que era o diretor da propaganda estatal, usou o noticiário para trabalhar os fatos de maneira que denegrissem a imagem do inimigo da Inglaterra. Nesse país, a propaganda tornou-se um meio de combate "a atenção do departamento britânico e volta-se para a divulgação de informações desencorajadoras entre os soldados inimigos[77]", que recebiam panfletos distribuídos pelos aviões. Com o fim do conflito da 1ª Guerra Mundial, o governo inglês encerrou o órgão de propaganda.

Os Estados Unidos, mesmo sendo desenvolvidos na área da publicidade comercial, começaram a trabalhar com propaganda política quando o país entrou na guerra. Para isto, em 1917 o presidente Thomas Woodrow Wilson criou o Comitê de Informação Pública, cujo objetivo era "convocar e propagandear, ainda que não empregue directamente o termo[78]". Assim, o órgão, chefiado pelo jornalista George Creel, "funciona de forma eficaz durante as actividades bélicas, sendo desactivado posteriormente[79]".

Paulo observa ainda que

> com a ascensão dos Estados fascistas a propaganda e a censura são as armas mais utilizadas pelos regimes para obter 'consenso' da sociedade em torno de suas propostas. Na Itália ou na Alemanha os meios de comunicação são as 'vozes' e as 'imagens' dos seus 'donos' – o Estado[80].

Assim ressurgiu a propaganda estatal com mais força na Itália e na Alemanha, onde foi inclusive organizado um ministério responsável por este setor. Na Itália, a primeira preocupação do regime fascista ficou focada numa ação centrada nos aparelhos de propaganda que controlavam o sistema de ensino e no

---

[76] PAULO, Heloisa. **Estado Novo e Propaganda em Portugal e no Brasil. O SPN/SNI e o DIP**. p. 14
[77] idem. p. 14
[78] Idem. p. 14
[79] Idem. p. 14
[80] Idem. p. 15

uso desordenado dos meios de comunicação. A partir de 1922 o ministério da Educação, chefiado por Giovanni Gentile, passou a controlar e afastou, por exemplo, os docentes contrários ao regime e foi responsável pela reformulação dos currículos escolares e a "introdução das organizações da juventude fascista no quotidiano escolar[81]". Os estudantes com idade a partir dos quatro anos deviam participar de grupos que tinham cunho fundamentado em práticas fascistas e, quando completavam 18 anos, tornavam-se membros da Juventude Fascista. Também na Itália foram criadas associações corporativas ligadas ao Estado. E são os jovens idealizadores do regime implantado que conceberam a mística fascista e passaram a cultuar o primeiro ministro Benito Mussolini (1922-1943). Para Paulo,

> no meio de tudo isto, a propaganda oficial vai gradativamente organizando-se e tornando-se presente no quotidiano da sociedade italiana, seja pelo uso da censura e do controlo da informação, ou pela divulgação, através dos mais diferentes meios, da sua ideologia[82].

No ano de 1924 a Itália instituiu um decreto sobre a imprensa, que dava poderes aos presidentes das câmaras das províncias. O recurso se resumia em "confiscarem jornais que publicassem noticiário contrário à ideologia vigente e aos interesses do regime[83]". Dois anos depois, a Lei de Defesa do Estado impediu a circulação de jornais que necessitavam de uma licença fornecida pelo Estado e pela Federação da Imprensa Italiana, "um poderoso organismo que congregava os principais directores de periódicos da Itália[84]". Depois, essa permissão passou a ser controlada pelo Sindicato Nacional Fascista de Periódicos.

De acordo com Paulo, somente em 1933 a Itália criou o sub-secretariado para a Imprensa e Propaganda que, quatro anos mais tarde, se tornou o Ministério de Cultura Popular com o objetivo de controlar a imprensa, o rádio, o teatro, o cinema e as demais manifestações culturais. A partir da década de 1930, o domínio sobre a imprensa é intensificado e aquelas que faziam oposição desaparecem. A censura tornou-se intransigente entre 1937 e 1938, quando foram "expedidas mais de 4.000 ordens de censura e postas em prática 400 sanções contra jornais que

[81] Op. Cit. PAULO, Heloisa. p. 15
[82] Idem. p. 16
[83] Idem. p. 16
[84] Idem. p. 16

não haviam obedecido a estas ordens[85]". É importante salientar que o controle dos meios de comunicação envolveu, principalmente, o rádio, a partir de 1928, quando eram produzidas mensagens oficiais para a *Ente Italiano Audizione Radiofoniche (EIAR)*, uma emissora pública controlada pelo Estado. Apenas depois de 1930 é que a rádio incluiu na sua grade programas infantis, dedicados às canções populares, humor, ginástica matutina e noticiários. "Para os adultos, a partir de 1930 e até 1936, são transmitidas as 'Crónicas do regime'[86]".

Paulo enfatiza que "o pioneiro de todos os aparelhos de propaganda nos anos 30, o mais sofisticado e famoso, é o *Reichsministerium für Volksanfklärung und Propaganda,* de Josef Goebbels[87]", professor de filosofia e membro do Partido Nacional-Socialista, que "vai aplicar à propaganda alemã, adaptando-os à realidade nazi, os métodos propagandísticos já em voga entre os fascistas italianos[88]". Segundo a autora, a propaganda nazista está embasada no apelo da raça ariana e na exaltação da figura de Hitler, considerado o salvador da Alemanha e que poderá perpetuar o regime.

Quando o Ministério da Propaganda produz os cartazes a favor do regime, a questão da raça é fundamental e apresentada como a solução dos problemas alemães. Em 1933, essas ações convergem para a criação do órgão oficial de propaganda do Terceiro Reich, que tinha como uma das principais diretrizes

> o controle da informação e o fim de qualquer forma de expressão que se pudesse opor à veiculada pelo regime. São postas em prática severas normas censórias e perseguidos aqueles que através dos meios de comunicação pudessem depor contra a nova ordem[89].

Com a ação do Ministério da Propaganda, a imprensa e os jornais que faziam oposição ao governo ficaram proibidos de circular. Para se ter uma ideia do contexto, acrescenta Paulo, "em 1938 o Partido controla directa ou indirectamente um terço dos periódicos que circulam no país[90]" e, dos 4.500 que existiam em 1933, apenas 1.000 continuam a circular em 1939. A ação de censura, é claro, atinge os demais meios de comunicação e, para cada veículo, é criado um tipo de

[85] Op. Cit. PAULO, Heloisa. p. 17
[86] Idem. p. 17
[87] Idem. p. 17
[88] Idem. p. 17
[89] Idem. p. 17
[90] Idem. p. 17

controle. Na área radiofônica, acabou a autonomia para as rádios locais e praticamente “todas emissões acontecem do *Befehszentrale*, o Centro de Emissão de Ordens, do Ministério de Goebbels[91]”.

Outras ações foram organizadas para envolver os alemães, como desfiles e shows noturnos que têm como principal estrela o *Führer*. Um exemplo explícito dessa exaltação ao líder maior da Alemanha aconteceu nos Jogos Olímpicos de Berlim, em 1936, cujo objetivo era apresentar aos estrangeiros uma imagem positiva do país. E mais uma vez o nazismo utiliza o rádio em seu próprio benefício: “São difundidas cerca de 2.500 emissões do acontecimento em 28 línguas por repórteres alemães e estrangeiros[92]”.

É fundamental lembrar que foi Joseph Goebbels, então diretor da propaganda na Alemanha, quem percebeu a importância do rádio como um forte aliado do regime para propagandear a ideologia nazista. E a fim de que todos tivessem acesso às informações sonoras, o Estado subsidiou a compra dos receptores e, dentro do partido, induziu os membros a recrutar ouvintes para as emissões oficiais. Com essa ação, em 1933, as transmissões para o exterior chegaram a 14 horas por semana e, em 1939, quando a 2ª Guerra Mundial estava prestes a iniciar, a Alemanha transmitiu “58 horas por semana em 53 línguas diferentes para seis zonas culturais consideradas significativas pelo Ministério de Propaganda: América do Norte, América do Sul, África, Ásia Oriental, Ásia do Sul e Austrália[93]”. Durante o conflito, o rádio serviu para destacar os avanços das tropas alemães.

No Brasil e em Portugal, a propaganda política ficou fortalecida, principalmente, quando Vargas e Salazar, respectivamente, instalaram o Estado Novo.

1.2.1 Estado Novo no Brasil durou oito anos, de 1937 a 1945

No Brasil, o Estado Novo foi instaurado com o Golpe de Estado de Getúlio Vargas, em 10 de novembro de 1937, dentro de um sistema presidencialista, significando que o presidente é o chefe de Estado e de Governo. Mas, para

[91] Op. Cit. PAULO, Heloisa. p. 20
[92] Idem. p. 23
[93] Idem. p. 23

entender esse fato político, é necessário fazer uma breve retrospectiva sobre o governo de Vargas, que durou 15 anos, de 1930 a 1945. Esse período, de acordo com Pandolfi[94], é dividido em três fases distintas.

A primeira, de 1930 a 1934, chama-se Governo Provisório e marca a derrubada da República Velha e o surgimento da República Nova. Em 3 de novembro de 1930, no Palácio do Catete, no Rio de Janeiro, uma junta militar entrega o poder a Vargas, antes ocupado por Washington Luís, deposto em 24 de outubro, por meio de um Golpe Militar. Nesses quatro anos, Vargas cumpriu várias promessas realizadas durante a Revolução de 1930, voltadas à industrialização e com cunho nacionalista. Entre elas, a anistia aos revolucionários de levantes da década de 1920, a criação do voto secreto, do voto feminino, do Colégio Eleitoral e da Justiça Eleitoral. O Governo Provisório também se caracterizou por garantir os direitos trabalhistas e ter fundado o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e o Ministério da Educação e Saúde.

A segunda fase, conhecida como Governo Constitucional, durou de 1934 a 1937. O marco foi a instalação da Assembléia Nacional Constituinte em novembro de 1933, responsável pela promulgação da nova Constituição, em 16 de julho de 1934. Por voto indireto, o Congresso Nacional elegeu Vargas como presidente da República. Nos Estados assumiram vários interventores que contribuíram para fortalecer o governo. O terceiro ciclo iniciou em 1937, com mais um Golpe de Estado de Vargas, e denominou-se Estado Novo.

Pandolfi diz que o Estado Novo foi possibilitado por causa do Governo Provisório, período em que a oposição ganhou mais espaço e surgiram dois movimentos “com conotações ideológicas bem distintas, mobilizaram a população: a Ação Integralista Brasileira (AIB), nacionalista e antiliberal, e a Aliança Nacional Libertadora (ANL), nitidamente de oposição a Vargas e que congregava socialistas, comunistas, católicos e nacionalistas[95]”. A tensão deste momento político, com revoltas e manifestações, serviu de justificativa para o governo “intensificar e aprimorar mecanismos de repressão e de controle da sociedade[96]”. A situação era delicada e havia boatos de que os partidos de oposição pretendiam tomar o poder. Por causa disso, o presidente decretou o Estado de Sítio e criou-se,

[94] PANDOLFI, Dulce (org). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.
[95] Idem. pp. 9-10
[96] Idem. p.10

automaticamente no país, um clima de instabilidade política. As medidas fortaleceram o Executivo e, de acordo com Pandolfi, “conduziram a um gradativo fechamento do regime. A escalada repressiva iniciada em 1935 teve como desfecho o golpe de 10 de novembro de 1937[97]”.

As eleições presidenciais estavam marcadas para 1938. No entanto, com o apoio dos chefes militares, Vargas decidiu mudar o curso dos acontecimentos e liderou, em 1937, um Golpe de Estado. Suspendeu as eleições, fechou o Congresso e os partidos políticos e criou uma nova Constituição, denominada de Polaca porque tinha uma linha ditatorial, embasada em modelos nazi-fascistas. Assim, tem início o Estado Novo que durou de 10 de novembro de 1937 a 29 de outubro de 1945.

Vargas defendia o princípio de que era necessário fortalecer o Executivo. Governou apoiado pelos militares e utilizou muitos decretos-lei. O Estado Novo provocou consequências duras para a nação. Uma delas foi a legalização da censura prévia aos meios de comunicação e o controle e repressão da imprensa que passou a ser vista como um instrumento do Estado e como um “veículo oficial da ideologia estadonovista[98]”. O artigo 1.222 esclarecia que, como a imprensa tinha um caráter público, ficava assim, extinta a liberdade de imprensa e, ao mesmo tempo, era permitida a censura a todos os veículos de comunicação.

Pandolfi afirma que o Estado Novo foi implantado com poderes extraordinários e provocou diversas consequências, como:

> As liberdades civis foram suspensas, o Parlamento dissolvido, os partidos políticos extintos. O comunismo transformou-se no inimigo público número um do regime, e a repressão policial instalou-se por toda parte. Mas, ao lado da violenta repressão, o regime adotou uma série de medidas que iriam provocar modificações substantivas no país. O Brasil, até então, basicamente agrário e exportador, foi-se transformando numa nação urbana e industrial[99].

A economia do país, afirma Pandolfi, fortaleceu e consolidou a indústria de base que foi propulsora da modernização econômica do país. A fim de garantir a soberania, foram realizados investimentos na segurança nacional e as Forças

---

[97] Op. Cit. PANDOLFI, Dulce (org). p. 10
[98] CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Multidões em Cena. Propaganda política no Varguismo e no Peronismo.** Campinas, SP: Papirus, 1998. p. 69
[99] Idem. p. 10

Armadas passaram a controlar a ordem interna e ajudar no processo de industrialização. Vargas também planejou medidas centralizadoras, a fim de diminuir a "a autonomia dos estados, exercendo, assim, maior controle sobre as tradicionais oligarquias regionais[100]".

O governo de Vargas trabalhou para despertar um sentimento de nacionalismo[101] a fim de criar uma identidade nacional no Brasil, com o objetivo de fortalecer o Estado. Para isso, o regime investiu em cultura e educação, criou leis voltadas aos trabalhadores e diretamente para os sindicatos. A partir dessa diretriz foi criado o salário mínimo e salários adicionais, institucionalizada a estabilidade no emprego e elaborada uma legislação trabalhista, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

É também no Estado Novo, pelo decreto-lei nº 1.915, de 27 de novembro de 1939, que é organizado o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) para "exercer a censura sobre todos os meios de comunicação[102]". O novo órgão ficou subordinado ao presidente. A sede ficava no Rio de Janeiro, mas havia 21 representações, estruturadas para cada estado existente naquele período.

1.2.2 O DIP era o instrumento de controle do Estado Novo no Brasil

A criação do Departamento de Imprensa e Propaganda, em final de 1939, representou o término do Departamento de Propaganda e Difusão Cultural, do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, organizado em 1934. O DIP era mais abrangente e tinha a função de colocar os meios de comunicação de massa a serviço do Executivo. Era um órgão eficaz para censurar e/ou proibir qualquer tipo de manifestação de críticas ao regime autoritário de Vargas. Cabia a esse instrumento utilizar a imprensa, o rádio e o cinema para disseminar as "propostas do Estado Novo, de integração nacional e de formação da nacionalidade, popularizando a figura do presidente como grande líder nacional[103]". Capelato

[100] Op. Cit. PANDOLFI, Dulce (org). p. 10
[101] Segundo o Dicionário de Política, nacionalismo no plano interno, luta para proporcionar aos povos a consciência de sua unidade mediante a atribuição a todos os indivíduos dos mesmos direitos democráticos; desta forma os indivíduos adquirem competência para participar na definição da política do Estado. p. 779
[102] Idem. p. 11
[103] HAUSSEN, Doris Fagundes. **Rádio e Política – tempos de Vargas e Perón**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997. p. 22

afirma que a peça mais importante do Estado Novo era esse departamento “que tinha amplos poderes sobre os meios de comunicação e se encarregava da organização da propaganda[104]”.

Com o início do Estado Novo, em 10 de novembro de 1937, o governo decidiu investir em propaganda, com diversos recursos e técnicas de persuasão, a exemplo do que estava sendo adotado por Goebbels, na Alemanha, sob o regime totalitário de Hitler. Segundo Capelato, o “Estado Novo ampliou sua capacidade de intervenção na esfera cultural por meio de instituições criadas pelo Ministério de Educação e Saúde Pública[105]”. O Estado que estava surgindo a partir dessa data tinha que ser forte e intervencionista, e precisava de uma ideologia e uma intensa propaganda que agregasse todos os segmentos sociais, porque um novo projeto de governo estava sendo organizado.

De acordo com Lopes[106], a propaganda ideológica era fundamental para legitimar o novo governo junto às massas populares, que vinham em sua maioria do meio rural, que poderiam ser manipuladas, e reforçar o mito de Vargas como o ‘pai dos pobres’. Era necessário que a propaganda se adequasse às classes subalternas, ao seu nível cultural. Naquela época, o Brasil tinha um grande número de analfabetos e, por isso, as ideias tinham que ser simplificadas e repetidas inúmeras vezes a fim de serem absorvidas. Para a autora,

> o apelo ao sentimento patriótico do povo era a tônica da propaganda e do discurso governamental. Todos os conflitos sociais eram atribuídos à ação de estrangeiros infiltrados, uma vez que o brasileiro era apresentado como ordeiro, tolerante e pacífico por natureza. Os conflitos de classe e a oposição capital / trabalho eram camuflados através de um discurso onde se pregava a harmonia e a confraternização[107].

O DIP funcionava como um instrumento muito similar ao departamento do Ministério da Propaganda da Alemanha. Era um órgão que servia para alargar ainda mais a “capacidade de intervenção do Estado no âmbito dos meios de comunicação e da cultura. Tinha como função elucidar a opinião pública sobre as diretrizes doutrinárias do regime, atuar em defesa da cultura, da unidade espiritual

---

[104] Op. Cit. CAPELATO, Maria Helena Rolim. p. 69
[105] Idem. p. 69
[106] LOPES, Sonia de Castro. **Lourival Fontes: as duas faces do poder**. Rio de Janeiro: Litteris Ed., 1999. p. 80
[107] Op. Cit. LOPES, Sonia de Castro. pp. 80-81

e da civilização brasileira[108]". O novo organismo, vinculado diretamente à presidência da República, podia produzir e divulgar os discursos que construíam a imagem do regime e do chefe de estado. Assim, observa Capelato, foram confeccionados materiais de divulgação como revistas, livros, cartazes, folhetos e produzidos programas informativos de rádio com viés doutrinário.

O DIP também centralizava e coordenava a comunicação social do Estado Novo, estabelecido por Vargas. Dentro desse sistema, o Executivo era a prioridade, a entidade mais importante, sem "interferência dos partidos políticos ou do Legislativo[109]" e que colocava a autoridade do chefe para ser inquestionável. Controlava, centralizada e coordenava toda a comunicação social do Estado Novo. O trabalho era dirigido para atingir todos os segmentos da sociedade e atrair as classes de trabalhadores urbanos. O discurso ganhou tom populista a fim de apresentar o Estado como "capaz de amparar e beneficiar todos os trabalhadores, fazer-lhes justiça e assegurar o que lhes era devido por seu esforço[110]". Assim é construída a figura de Vargas como o pai onipresente que tudo via, tudo percebia e compreendia. E na mensagem, o trabalho estava em primeiro lugar porque era o meio que dava dignidade humana ao trabalhador e ajudaria a construir a nação.

Com essa agência governamental, o "Estado veiculava seu projeto político-pedagógico, procurando firmá-lo como socialmente dominante[111]". O departamento foi responsável por organizar um modelo de divulgação da propaganda em diferentes níveis como popularizar o regime em todas as camadas da população brasileira e os atos do presidente Vargas. Para difundir as ações do chefe de estado, o rádio foi um veículo fundamental porque tinha uma grande abrangência e um ótimo alcance, chegando, inclusive, às zonas rurais onde vivia boa parte da população. O rádio, ouvido pelos receptores ou pelos alto-falantes instalados em locais centrais de determinadas cidades, também era um "meio de integração e uniformização política e cultural, contribuindo para minimizar as diferenças regionais, de acordo com o projeto nacionalizador estadonovista[112]". Em 1º de maio, Vargas anunciou em seu discurso que o governo pretendia aumentar o número de emissoras no país e colaborar para a instalação de mais receptores no

[108] Op. Cit. CAPELATO, Maria Helena Rolim. p. 70
[109] GOULART, Silvana. **Sob a verdade oficial: ideologia, propaganda e censura no Estado Novo**. São Paulo: Marco Zero, 1990. p. 15
[110] Idem. p. 17
[111] Idem. p. 19
[112] Idem. p. 19

interior do Brasil. Vargas tinha consciência da importância desse veículo de comunicação para propagandear as realizações de seu governo junto ao povo brasileiro.

Segundo Goulart, “por intermédio do DIP, e usando os recursos da manipulação da informação, o Estado construiu um sistema de valores a serem incorporados pela sociedade e introjetados na consciência popular[113]”. O departamento exercia o papel de monopólio dos veículos para garantir que as mensagens fossem iguais e eliminassem a contrapropaganda. O que resultou na criação da Agência Nacional, responsável pela produção e divulgação das informações oficiais do governo, e distribuição gratuita do noticiário. Entre os programas de rádio, encontra-se o *Hora do Brasil*, criado em 22 de julho de 1935, que “transmitia, inicialmente, informações, pronunciamentos e música popular[114]” com o objetivo de divulgar as realizações do governo. Durante a ditadura, o programa passou a ser obrigatório e começou a ser irradiado de segunda a sexta-feira, das 18h45 às 19h30.

Com plenos poderes de controle, o DIP é apontado por Goulart como um superministério porque além de ser o órgão responsável pela fiscalização das emissoras também verificava se estavam cumprindo as normas de funcionamento. A regulamentação da Constituição Brasileira de 1937, com o decreto-lei nº 1.149, em 1939, deu mais poder ao DIP para que fiscalizasse todos os aspectos legais que se referissem à imprensa e à propaganda. Era o órgão que também orientava o conteúdo das mensagens transmitidas pelos meios de comunicação.

Em 1940, as Empresas Incorporadas ao Patrimônio da União incluíram os jornais *A Noite,* de São Paulo, *A Manhã,* do Rio de Janeiro, e a Rádio Nacional do Rio de Janeiro, que pertencia ao grupo *A Noite* e foi fundada em 12 de setembro de 1936. O Estado Novo encampou a emissora pelo decreto-lei nº 2.073 com o argumento de que havia uma dívida de três milhões de libras esterlinas.

Como observa Capelato,

> a propaganda política é estratégica para o exercício do poder em qualquer regime, mas naqueles de tendência totalitária ela adquire força muito maior porque o Estado, graças ao monopólio dos meios de comunicação, exerce censura rigorosa sobre o conjunto das

[113] Op. Cit. GOULART, Silvana. p. 20
[114] FERRARETTO, Luiz Artur. **Rádio: o Veículo, a História e a Técnica**. Porto Alegre: Editora Sagra Luzzatto, 2001. p. 108

> informações e as manipula. O poder político, nesses casos, conjuga o monopólio da força física e da força simbólica. Tenta suprimir, dos imaginários sociais, toda representação do passado, presente e futuro coletivos que seja distinta daquela que atesta a sua legitimidade e cauciona seu controle sobre o conjunto da vida coletiva[115].

Apesar da propaganda varguista ter sido organizada a partir de modelos da propaganda nazi-fascista, usados na Alemanha e na Itália, os métodos de controle dos meios de comunicação e persuasão foram adaptados à realidade brasileira. O chefe da polícia política, Filinto Muller, e o diretor do DIP, que cuidava dos meios de comunicação, Lourival Fontes, nunca esconderam que simpatizavam com os princípios dos governos nazistas e fascistas. Já o ministro da Justiça, Francisco Campos, preferia trabalhar com o objetivo de fazer com que o povo legitimasse o poder de Vargas, colocado no governo por meio de um golpe. A propaganda nos meios de comunicação era criada para envolver as multidões nas mensagens políticas declaradas pelo presidente, em discursos e, quase sempre, transmitidas por meio do rádio. Capelato destaca que o discurso de Vargas era

> elaborado a partir de técnicas de linguagem: ele usava slogans, palavras-chave, frases de efeito e repetições ao se dirigir às massas. Os meios de comunicação reforçavam a figura do líder com frases como: "a generosa e humanitária política social do presidente Vargas"; "reiteradas e expressivas provas de carinho ao presidente Vargas"; "a popularidade do presidente Vargas"; "homenagem de respeito e testemunho de gratidão ao presidente Vargas"[116]".

Cada texto irradiado servia para construir uma determinada imagem do regime autoritário de Vargas, tanto das instituições como do próprio governo. Além da divulgação desta imagem, em revistas, jornais, folhetos e cartazes, foram os programas de rádio que levaram o maior volume de informações do Estado Novo pelas ondas eletromagnéticas até o ouvinte brasileiro. Capelato salienta que os "discursos de Vargas, proferidos em inaugurações, comemorações e visitas, assim

---

[115] CAPELATO, Maria Helena Rolin. **Propaganda política e controle dos meios de comunicação**. In: PANDOLFI, Dulce (org). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999. p. 169

[116] Idem. p. 171

como o de seus ministros e assessores, forneciam o conteúdo básico da propaganda[117]" e caracterizaram essa fase política.

Entre 1930 e 1940, o rádio estava no seu apogeu e surgiram diversos gêneros de programas como radionovelas, programas humorísticos, musicais, transmissões esportivas e jornalismo. Também, nesse período, o número de emissoras aumentou. Em 1937, havia 63 emissoras, e, em 1945, existiam 111. Antes do rádio ser utilizado para reproduzir os discursos e mensagens oficiais de Vargas à nação, o diretor do DIP, Lourival Fontes, elaborou um plano ao governo para a criação de uma rádio estatal, seguindo o modelo existente na Alemanha. Fontes era responsável pelo programa *Hora do Brasil*, Capanema "controlava o sistema de radiodifusão educativa e Cassiano Ricardo encarregava-se do Departamento de Divulgação Político-Cultural da Rádio Nacional[118]".

Para Fausto, o "Estado Novo foi a primeira ditadura do Brasil, embora fosse falsamente apresentado como a verdadeira democracia. Suprimiram-se as eleições, os partidos e a liberdade de expressão[119]". Nesse regime autoritário foram instaladas a censura, a tortura e a perseguição a presos políticos, principalmente os comunistas. Desta maneira, observa Fausto, o Estado Novo ganhou o apoio popular e Vargas, que desejava manter uma relação mais estreita com os trabalhadores, usou as comemorações do dia 1º de Maio, Dia do Trabalho, para pronunciar seus discursos, anunciando algum benefício, que começavam com a expressão "Trabalhadores do Brasil". O presidente também fazia discursos, transmitidos pelas rádios, em outras datas comemorativas.

Mesmo com a simpatia popular, sabe-se que o regime foi repressivo e "estabeleceu a tortura como método[120]". Quando o Brasil é colocado no contexto da política externa, dentro de um mundo com muitas potências, Fausto ressalta que o país estava mais próximo das nações totalitárias, como Alemanha e Itália. Às vezes por motivos ideológicos, outras vezes apenas por interesses comerciais. A Alemanha, por exemplo, comprava algodão do Brasil e, assim, quebrava a hegemonia dos Estados Unidos. No governo varguista, alguns defendiam uma

---

[117] Op. Cit. CAPELATO, Maria Helena Rolin. p. 173
[118] Idem. p. 177
[119] FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. Brasília. Ministério da Comunicação, Secretaria de Educação a distância, 2002. pp. 67-68
[120] Idem. p. 68

aproximação com a Alemanha e com a Itália, outros preferiam um contato político externo com países como a Inglaterra, a França ou os Estados Unidos.

Fausto enfatiza ainda que com o fim da 2ª Guerra Mundial e com a vitória da democracia sobre os países nazistas, fascistas e totalitários, o regime democrático passou a ter um prestígio que havia ficado para trás com a instalação do Estado Novo, em 1937. Desta maneira, completa ele, alguns setores da sociedade e com mais representatividade, como os intelectuais e os jornalistas, contribuíram para "engrossar a oposição ao Estado Novo e criou a necessidade de preparar o caminho para a democratização[121]". Neste momento, Vargas tenta se aproximar dos comunistas que estavam vivendo na ilegalidade, mas o percurso político levou-o a convocar eleições por meio de uma nova Constituição.

Para Pandolfi, o Estado Novo começou a ser desarticulado depois de 1942, quando o Brasil, primeiramente por razões econômicas, se aliou aos Estados Unidos e rompeu com a Alemanha nazista na 2ª Guerra Mundial. A decisão de Vargas acabou contribuindo para o enfraquecimento do regime estadonovista. Assim como ele iria "justificar a manutenção da ditadura, se soldados brasileiros lutavam na Europa em prol da democracia?[122]". Além disso, desde o início do conflito, o presidente da República foi pressionado pelos Estados Unidos para se posicionar com os Aliados.

Apesar do movimento queremista[123] para manter Vargas no poder, os militares simpáticos às causas liberais e à elite civil conseguiram depô-lo para tirá-lo do poder, em 29 de outubro de 1945, encerrando assim o período do Estado Novo e do seu governo presidencial.

1.2.3 O rádio serviu para divulgar ações políticas, sociais e econômicas

A criação do Departamento de Imprensa e Propaganda, pelo decreto-lei nº 1915, em 27 de dezembro de 1939, ligado diretamente ao governo, é a comprovação da importância que Vargas dava ao rádio, instrumento usado para divulgar as ações políticas, sociais, econômicas e, principalmente, para se dirigir ao

[121] Op. Cit. FAUSTO, Boris. p. 69
[122] Op. Cit. PANDOLFI, Dulce (org). p. 11
[123] Movimento que defendia a Constituinte com Vargas e a sua permanência no poder até a promulgação da nova Constituição e das eleições.

povo brasileiro. Além disso, o órgão também cumpria o papel de censurar e controlar os veículos de comunicação que não eram governamentais. Para isso, foi destinado um censor para cada rádio a fim de que cada um acompanhasse a programação.

Dentro da organização do DIP havia seis divisões: Divisão de Divulgação, Divisão de Cinema e Teatro, Divisão de Turismo, Divisão de Imprensa, de Serviços Auxiliares e de Divisão de Radiodifusão que tinha determinadas competências, descritas no artigo 7º, como:

> a) levar aos ouvintes radiofônicos nacionais e estrangeiros, por intermédio da Rádio-difusão oficial, tudo o que possa fixar-lhes a atenção sobre as atividades brasileiras em todos os domínios do conhecimento humano; [...] c) fazer a censura prévia de programas radiofônicos e de letras para serem musicadas; d) organizar um programa denominado "Hora do Brasil", que, realizado diariamente, será obrigatoriamente, retransmitido por todas as estações de "broadcasting" existentes no país; [...] f) difundir, ampla e sistematicamente, na 'Hora do Brasil", números musicais ou literários que manifestem o pensamento brasileiro; h) incentivar, através do Rádio, as relações comerciais entre o Brasil e os países estrangeiros, fornecendo aos mesmos dados estatísticos da nossa produção econômica, boletins comerciais e financeiros, bolsa do café e de outros produtos, devendo essas transmissões serem feitas em diversos idiomas, várias vezes por dia, em horas que a recepção seja mais fácil e cômoda aos ouvintes estrangeiros; i) irradiar, diariamente, além da "Hora do Brasil', um programa em idioma estrangeiro, em hora apropriada e determinada pelos países para os quais a irradiação se fará, em antena dirigido, devendo esse programa, além de números musicais, comportar a leitura de crônicas sobre as belezas naturais do Brasil, discrição pitoresca de regiões e cidades brasileiras, condições climatéricas do país e tudo o que possa constituir atração para o turista;[124]

Nas competências citadas acima estão descritas com detalhes as justificativas da censura aos programas radiofônicos e às músicas criadas pelos artistas e compositores, a obrigatoriedade da transmissão da *Hora do Brasil* e o uso do rádio com a finalidade de incentivar as relações comerciais entre o país e os países estrangeiros. Ainda entre as atribuições da Divisão de Radiodifusão pode-se destacar:

---

[124] **Decreto nº 5.077**, de 29 de Dezembro de 1939, que aprovou o regimento do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP).

> j) levar, através do Rádio, às aglomerações que se acham situadas em zonas afastadas dos centros irradiadores de cultura do país, elementos capazes de aumentar o contingente de conhecimentos práticos necessários a uma evolução social rápida, obedecendo as seguintes condições: programas que facilitem a divulgação, de modo prático e atraente, das conquistas do homem em todos os ramos de suas atividades; [...] l) organizar programa radiofônico com o fim de divulgar os principais fatos da História do Brasil, assim como os feitos dos nossos grandes homens; m) transmitir, diariamente, a súmula dos atos oficiais, assim corno os boletins ministeriais, meteorológicos, movimento dos principais portos do país, etc.
> n) autorizar previamente às emissoras nacionais a retransmissão de programas estrangeiros[125.]

O primeiro diretor nomeado do DIP foi o jornalista Lourival Fontes, que tinha dirigido o Departamento de Propaganda e Difusão Cultural, criado em 1934, e o Departamento Nacional de Propaganda, que funcionou entre 1937 e 1939. A censura, feita pelos repreensores que se revezavam para acompanhar os três períodos de trabalho em cada rádio era tão forte, observa Haussen, que os profissionais começaram a se autocensurar e agir de maneira a ocultar determinadas informações, então proibidas. Em alguns momentos, o próprio censor indicava ao profissional que o programa deveria ser alterado para não ser censurado. Em outros, como os programas de humor e alguns humoristas, iam ao ar sem nenhuma restrição. Entre eles, exemplifica Haussen, estavam as duplas "Jararaca e Ratinho" e Alvarenga e Ranchinho" que "muitas vezes foram chamadas ao DIP para dar explicações. Mas eram exceções, pois de forma geral, as emissoras procuravam permanecer dentro das exigências para evitar transtornos[126]".

Vargas, completa Haussen, "procurou sempre contar com o apoio da imprensa[127]" e aproveitava para deixar isso claro quando fazia seus discursos ou concedia entrevistas. Numa certa ocasião, em 16 de julho de 1936, o presidente proferiu um discurso de nove páginas na Associação Brasileira de Imprensa (ABI) sobre o tema "A missão social do jornalismo[128]":

---

[125] Op. Cit. Decreto nº 5.077.
[126] Op. Cit. HAUSSEN, Doris Fagundes. p. 28
[127] Idem. p. 29
[128] Discurso "A missão social do jornalismo", proferida por Getúlio Vargas, em 16 de julho de 1936, na Associação Brasileira de Imprensa. http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/getulio-vargas/discursos-1/1936/04.pdf/at_download/file, visitada em 2 de novembro de 2012, às 11h45. p. 173

> Assim pensando, por convicção e experiência, tornou-se para mim perfeitamente natural manter com os jornalistas relações de inalterável cordialidade, alheio a preferências de ordem política ou pessoal. Habituei-me a receber encômios e juízos críticos com a mesma serenidade. Se aqueles não me embriagam, estes jamais me fazem mal humorado. Peso-os por igual, para verificar o que há de verdade nuns e noutros e apreciá-los com tranqüila razão[129].

Vargas afirmou que mantinha uma conduta coerente, procurando sempre prestigiar a imprensa para ouvir as sugestões e ajudar as iniciativas da classe. Por isso, destacou a necessidade de

> dar estabilidade à profissão jornalística e oferecer oportunidades mais diretas e eficientes para que todos os que a ela se dedicam pudessem cooperar no trabalho de reconstrução cultural e política do país. Na obra de disciplina e organização das atividades socialmente úteis, iniciada com a Revolução de 1930, cabia, também, o amparo legal aos jornalistas. Urgia evitar que a profissão continuasse a ser simples estágio intelectual, ponte de passagem para outras ocupações, simples degrau de acesso à vida pública[130].

Ao final, quando se referiu ao cenário que o país estava vivendo, o estadista enfatizou que à

> imprensa incumbe, nesta conjuntura, tarefa sobremodo relevante. Orientando a opinião, alertando-a diante do perigo, concorrerá de maneira decisiva para resguardar a ordem e neutralizar as atividades dos agentes da subversão social[131]

Vargas também incentivou a criação de diversos dispositivos que contribuíram para a regulamentação da profissão de jornalista, concretizadas no governo de Jânio Quadros, em 1961. Haussen cita um levantamento feito pelo jornalista Antônio Firmo de Oliveira Gonzales, que foi presidente da Associação Rio-grandense de Imprensa (ARI/RS) e diretor da Famecos/PUCRS, e salienta alguns exemplos: os decretos de 1932 com a determinação da expedição das cédulas de identificação e o de 1933 que garantia o exercício profissional. Mais tarde, o estadista criou o

---

[129] Op. Cit. Discurso “A missão social do jornalismo”. p. 173
[130] Idem. p. 173
[131] Idem. p. 175

> decreto-lei 910, de 30 de novembro de 1938, que fixava a jornada de trabalho e estabeleceu normas para a função jornalística; 5.452, de 1º de maio de 1943 institui a CLT – Consolidação das Leis de Trabalho, onde constava um capítulo sobre o jornalista, e o decreto 7.037, de 14 de novembro de 1944 que fixou a remuneração mínima para jornalistas empregados[132].

Haussen salienta que Vargas "tinha, portanto, uma visão muito clara a respeito da importância dos meios de comunicação para o apoio e a divulgação das medidas do seu governo[133]". De um lado se posicionava favorável às conquistas da categoria, por outro, usava o DIP para "cercear o que não fosse do interesse do governo em matéria de divulgação[134]". De acordo com a autora, Vargas "não instrumentalizou a utilização do rádio no sentido doutrinário – havia o controle através da censura, mas a programação, mesmo a *Hora do Brasil*, era diversificada e não só de divulgação de atos públicos[135]". Ao final de cada programa, o destaque era dado à Música Popular Brasileira, com a participação de artistas como Carmen Miranda, Herivelto Martins e Francisco Alves. E, ressalta Haussen, cabia ao DIP organizar ainda os concursos que selecionavam as melhores músicas, sempre escolhidas pelo público.

O DIP, além de controlar o rádio, também usou a Rádio Nacional do Rio de Janeiro, que tinha a maior potência e era a mais tradicional e popular, sendo ouvida em Ondas Curtas em diversas cidades brasileiras e no exterior, para beneficiar o governo ditatorial de Vargas. Isso passou a acontecer principalmente quando a emissora foi "incorporada à união pelo decreto nº 2073, de 8 de março de 1940, em pagamento de impostos não recolhidos[136]". A rádio pertencia ao grupo *A Noite*, do empresário norte-americano Percival Farquhar e tinha sido inaugurada em 12 de setembro de 1936. Ao ser agrupada, e por ser considerada de utilidade pública e de interesse do país, passou a ser a "retransmissora oficial do Estado Novo[137]" e contribuiu "estrategicamente para o sucesso do projeto de mitificação da imagem de Vargas e disseminação da propaganda autopromocional do governo[138]".

---

[132] Op. Cit. HAUSSEN, Doris Fagundes. p. 29
[133] Idem. p. 29
[134] Idem. p. 29
[135] Idem. p. 30
[136] JAMBEIRO, Othon. **Tempos de Vargas: o rádio e o controle da informação**. Salvador: Edufba, 2004.p. 109
[137] Idem. p. 109
[138] Idem. p. 109

Conforme Jambeiro, a Nacional do Rio de Janeiro impulsionou a integração nacional e em 31 de dezembro de 1942, com a inauguração de um transmissor de Ondas Curtas, "passou a ser uma das cinco emissoras mais potentes do mundo[139]". Como a rádio recebia verba oficial do governo, "mantinha o melhor elenco da época, incluindo músicos, cantores, radioatores, humoristas e técnicos. Tendo a frente o jornalista Gilberto de Andrade, ex-diretor das revistas *A Voz do Rádio* e *Sintonia*[140]".

Vargas também percebeu que não adiantava falar ao microfone da emissora mais importante do país, era necessário que mais pessoas ouvissem seus discursos e, por isso, incentivou a comercialização de receptores no Brasil. Ao elaborar o decreto nº 4.701, de 17 de setembro de 1942, ele organizou o "comércio de aparelhos de rádio, transmissores ou receptores, seus pertences e acessórios [...][141]". O objetivo era garantir a segurança nacional e proibir, por exemplo, a comercialização de equipamentos fabricados na Alemanha, Itália ou Japão. O decreto estabelecia ainda que as pessoas físicas ou jurídicas que possuíssem aparelhos desses países poderiam ter seus rádios confiscados e a pena para seus proprietários, por violar a determinação, poderia ser a reclusão que variava de cinco a dez meses. Com essa medida, Vargas se posicionou diplomaticamente e interrompeu as relações comerciais com os três países que formavam o Eixo na 2ª Guerra Mundial.

Outra decisão tomada por Vargas, quando entrou oficialmente no conflito mundial, foi a criação do decreto-lei nº 4.828[142], de 13 de outubro de 1942, que coordenava os meios e os órgãos de divulgação e publicidade existentes no país. O artigo 1º alertava que no estado de guerra e para manter a ordem pública civil, ficavam a serviço do Brasil "os meios e órgãos de divulgação e de publicidade existentes no território nacional, seja qual for a sua origem, forma caráter,

---

[139] Op. Cit. JAMBEIRO, Othon. p. 110

[140] Idem. p. 110

[141] Decreto nº 4.701, de 17 de setembro de 1942, sobre o comércio de aparelhos de rádio, transmissores ou receptores, seus pertences e acessórios e dá outras providências. http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4701-17-setembro-1942-414790-publicacaooriginal-1-pe.html, visitada em 3 de novembro de 2012, às 15h15.

[142] Decreto-lei nº 4.828, de 13 de outubro de 1942, que coordena os meios e órgãos de divulgação e publicidade existentes no país e dá outras providências - http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4828-13-outubro-1942-414826-publicacaooriginal-1-pe.html, visitado em 3 de novembro, às 16h10.

processo, propriedade ou vínculo de subordinação[143]". Portanto, cabia ao ministério da Justiça e Negócios Interiores as seguintes atribuições:

> a) excluir da divulgação e publicidade assuntos julgados inconvenientes aos interesses, aos compromissos, à ordem, à segurança e à defesa do Estado; b) determinar a divulgação e publicidade do que, em vista do estado de guerra, convenha à incentivação da harmonia dos povos do Continente, da mobilização espiritual dos brasileiros e à segura elucidação dos problemas políticos ou administrativos que interessem ao conhecimento público: c) sistematizar e orientar a cooperação que os Governos dos Estados dos Municípios devem dar para organização e funções dos Departamentos Estaduais e Municipais de Imprensa e Propaganda, nos termos e para os fins do decreto-lei n. 2.557, da 4 de setembro de 1940; d) promover a mais estreita colaboração e cooperação entre os órgãos da administração pública, inclusive para-estatais e autárquicos, federais, estaduais a municipais, os órgãos consultivos do Governo e as organizações privadas;
> e) providenciar para que as informações e noticiários oficiais sejam uniformes em todo o país, afim de evitar erros, divergências ou superfluidades inconvenientes à unidade nacional e ao exato esclarecimento da opinião pública[144].

Quem se opusesse ou infringisse o decreto-lei nº 4.828, de acordo com o artigo 5º, seria punido "com as penas estabelecidas no decreto-lei 4.766, de 1 de outubro de 1942, na parte aplicável, e, quando neste não estiver prevista, com a pena de reclusão de três meses a três anos e multa até 20:000$0 (vinte contos de réis)[145]".

Segundo Lopes, em 1943, a Rádio Sociedade também foi incorporada ao patrimônio estatal, sendo integrada ao Ministério da Educação para transmitir programas culturais e educativos. E no final do regime, "o governo ainda adquire a Rádio Mauá para mobilizar mais diretamente os trabalhadores[146]".

1.2.4 Algumas produções do DIP

O regime ditatorial de Vargas tinha uma preocupação permanente: manter uma imagem positiva do seu governo internamente, para os brasileiros, e no

[143] Op. Cit. Decreto-lei nº 4.828.
[144] Idem.
[145] Idem.
[146] Op. Cit. LOPES, Sonia de Castro. p. 83

exterior. Um artigo da historiadora Tânia Regina de Luca[147] traz para os pesquisadores informações que estavam em dois acervos norte-americanos, com dados interessantes para esta tese, já que os arquivos do DIP desapareceram. Nunca se soube, por exemplo, qual era a receita e os gastos do órgão para produzir os programas radiofônicos e materiais de propaganda política como livros, jornais, revistas, cartazes e folhetos. Luca diz que o órgão também apoiava "a publicação de textos favoráveis ao regime, possivelmente comprando edições ou financiando-as, direta ou indiretamente[148]".

Mas, pode-se ter uma idéia sobre os gastos do DIP observando as informações que ela colheu quando teve acesso à Contadoria Geral da República e do Anuário Estatístico do Brasil, escrito por Daryle Williams[149], e organizou uma tabela com a receita do DIP[150], entre 1940 a 1945:

Quadro1: Receita do DIP

Ano	**Receita** (Contos de réis)
1940	6.578
1941	9.573
1942	11.437
1943	14.537
1944	13.591
1945	5.583

Fonte: LUCA, Tânia Regina de. A produção do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) em acervos norte-americanos: estudo de caso.

Segundo Luca, como o Brasil estava sob o regime do Estado Novo, não existia um poder fiscalizador do Tribunal de Contas da União e o DIP, certamente, subsidiava os jornais que fossem favoráveis a Vargas. A autora também aponta certa aproximação entre a editora José Olympio e o Palácio do Catete, que era responsável pela publicação de algumas obras com discursos do presidente. Por isso, acrescenta ela, é possível que o DIP financiasse algumas obras**.**

[147] LUCA, Tânia Regina de. **A produção do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) em acervos norte-americanos: estudo de caso**. In: Revista Brasileira de História. Vol. 31. Nº 61. São Paulo, 2011.
[148] Idem. p. 274
[149] Autor do livro ***Culture wars in Brazil. The first Vargas Regime, 1930-1945***. Durham: Duke University Press, 2001. p. 69
[150] Idem. p. 273

Na reprodução do Quadro 2 criado por Luca[151], observa-se que os livros não identificam quem eram os autores, dando a entender que a escrita era realizada pelos funcionários do DNP e depois do DIP. E que boa parte das obras tinha um cunho pedagógico porque tratavam da nacionalidade brasileira, da organização do Estado Novo e suas realizações.

Quadro 2: Livros publicados pelo DNP e DIP

Título	Editor	Ano	Acervo
Catecismo cívico do Estado Novo	DNP	1938	Tulane
O Estado Novo	DNP	1939	Tulane
O Brasil dos nossos dias	DIP	1940	Vanderbilt
As colônias agrícolas nacionais e a valorização do trabalhador nacional	DIP	1941	Ambos
Uma grande data	DIP	1941	Ambos
Constitution of the United States of Brazil	DIP	1941	Tulane
Facts and information about Brazil	DIP	1942	Vanderbilt
O exemplo da América e o exemplo do Brasil	DIP	1942	Tulane
Estado Novo. Cinco anos de unidade e ação (1937-1942)	[DIP ou Imprensa Nacional]	1942	Tulane
Paz e guerra. A política exterior dos EUA de 1931 a 1941	DIP e Imprensa Nacional	1943	Vanderbilt
Quem foi que fez, quem foi que disse	DIP	Sem data	Vanderbilt

Fonte: LUCA, Tânia Regina de. A produção do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) em acervos norte-americanos: estudo de caso.

De acordo com Luca, quando os Estados Unidos entraram na 2ª Guerra Mundial, em dezembro de 1941, mais outras 22 publicações editadas trataram do conflito, em títulos como *O Estado Novo e suas realizações*, *O Estado Novo e o momento brasileiro*, com entrevistas com Vargas; e outras como *A política exterior do Brasil 1930-194*0, de Jayme de Barros, de 1941; e *Aspectos e perspectivas da economia nacional*, de Luiz Dias Rollemberg, de 1941. Nessa relação consta ainda a presença de três ministros de Vargas: Oswaldo Aranha e José Roberto de Macedo Soares, autores de *A revolução e a América. O presidente Getúlio Vargas e a diplomacia (1930-1940)*; e Artur de Souza Costa, com *Panorama financeiro e econômico da República*. As obras foram publicadas em 1941.

[151] Op. Cit. LUCA, Tânia Regina de. p. 278

O DIP também era responsável por outras atividades. Uma delas foi organizar um concurso para comemorar os dez anos de Vargas no Palácio do Catete. A idéia foi premiar as monografias que fizessem um balanço sobre as mudanças ocorridas no decênio, sendo que 12 receberam menção honrosa e integraram a Coleção Decenal da Revolução Brasileira.

No artigo, Luca cita ainda o livro propagandístico *Perfil do Presidente Getúlio Vargas*, de 1943, editado pelo grupo *A Noite*, que nesta data já estava incorporado à União.

O órgão também foi responsável pela edição de vários periódicos, ilustrados no Quadro 3[152] por Luca, reproduzido abaixo:

Quadro 3: Periódicos publicados pelo DIP

Título do periódico/volume	**Editor**	**Período**	**Acervo**
O Brasil de hoje, de ontem e de amanhã	DIP	1940-1942 15 números	Tulane
Cultura Política	DIP	1941-1945 Completa	Tulane
Dos jornais	DIP	1941-1942 8 números	Tulane
Travel in Brazil: depois, This is Brazil	DIP	1941-1944 7 números	Tulane
Revista Estudos e Conferências	DIP	1942 1 número	Tulane
Anuário da Imprensa brasileira	DIP	1942	Vanderbilt
O pensamento político do presidente. Reunião de editoriais e artigos de Cultura Política	DIP	1943	Ambas

Fonte: LUCA, Tânia Regina de. A produção do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) em acervos norte-americanos: estudo de caso.

Com relação à revista *Cultura Política*, Luca faz uma observação. A publicação expressava a visão do regime e do Estado Novo e, por causa da sua linha editorial, em 1943, foi organizado um livro, para marcar a passagem do sexagésimo aniversário de Vargas. A edição exclusiva, denominada de *O*

[152] Op. Cit. LUCA, Tânia Regina de. p. 287

pensamento político do Presidente Vargas, reuniu editoriais e artigos que haviam sido publicados nos primeiros 25 números da revista.

Durante o Estado Novo, em junho de 1941, o DIP lançou *Dos Jornais*, uma revista que circulou até outubro de 1942, sendo que cada uma chegava a ter quase 60 páginas, e reproduzia matérias completas ou trechos extraídos de jornais das capitais e de cidades do interior do país. A publicação retratava, principalmente, as grandes realizações "do regime, os avanços econômicos, as conquistas sociais e as transformações políticas alardeadas pela imprensa de norte a sul do país[153]".

Luca destaca também o *Anuário da Imprensa Brasileira*, editado pelo órgão apenas em 1942. Era um periódico que apresentava as ações de cada uma das divisões do departamento e dedicou especial atenção à legislação em relação à imprensa. A investigadora salienta, numa relação diferente, que outros 30 livros publicados foram escritos por diferentes autores, bancados por editoras comerciais, cujo conteúdo exaltava as ações e o regime ditatorial de Vargas. A pesquisa da historiadora demonstra que o DIP tinha entre suas incumbências, alimentar os leitores brasileiros com diferentes publicações que enaltecessem o governo de Getúlio Vargas.

Além de produzir obras, o órgão era responsável direto pelas intervenções nos órgãos de imprensa. O caso mais notório foi com o *Estado de São Paulo*, de Julio de Mesquita Filho, que teve sua sede invadida pela polícia em 26 de março de 1940, que permaneceu sob intervenção até o final do Estado Novo.

Era papel do órgão aplicar uma sanção aos jornais, cortando a publicidade oficial e controlando as quotas de papel, que era importado e só podia ser retirado da alfândega com autorização governamental. A taxa de importação era alta, explica Lopes, e, "normalmente, o governo concedia isenção, mas no caso de jornais que deixassem de colaborar essa isenção era suprimida[154]".

O diretor dos *Diários Associados*, Assis Chateaubriand, é um exemplo de quem entendeu a mensagem do regime ditatorial e, muito rapidamente, "aderiu de corpo e alma ao Estado Novo[155]". Ele fazia tantos elogios que o novo "governo decidiu que a Agência Nacional passaria a distribuí-los em seu serviço gratuito

[153] Op. Cit. LUCA, Tânia Regina de. p. 288
[154] Op. Cit. LOPES, Sonia de Castro. p. 84
[155] Idem. p. 84

despachado diariamente para os jornais de todo o país[156]". Além disso, ele deu ordem para que as

> duas rádios Tupi abrissem um programa semanal de doutrinação da população segundo os princípios do Estado Novo. Com objetivos idênticos, o Diário da Noite em São Paulo abriu uma coluna permanente e entregou-a a Comissão de Doutrina e Divulgação do DIP[157].

Também a revista *O Cruzeiro* se transformou num importante veículo de propaganda do Estado Novo. Chateaubriand costumava dizer que era necessário apoiar o regime estabelecido porque os homens públicos passavam, mas os jornais eram permanentes e precisam sobreviver.

Outra constatação apresentada por Lopes, é que depois de 1940, o DIP começou a centralizar as verbas de publicidade do Banco do Brasil e de outras instituições para serem distribuídos entre os jornais de sua predileção. Dessa maneira, o departamento passou a fornecer fotografias, artigos e notícias produzidas pela Agência Nacional, totalizando quase que 60% da matéria que era divulgada na imprensa. O organismo também deve ter financiado vários jornalistas para que escrevessem matérias com teor simpático ao governo Vargas. O depoimento do jornalista Orlando Dantas, que era o diretor do *Diário de Notícias*, relata como essa prática ocorrida é transcrita por Lopes. Conforme ele, a propina era distribuída numa sala onde ficavam reunidos todos os jornalistas, uma situação constrangedora, humilhante e deprimente para a imprensa estrangeira. Dantas, no entanto, enfatiza que seu jornal nunca recebeu os subsídios, apesar da crise que vivia. Numa certa ocasião, Fontes o ameaçou de que seria substituído da direção, fato que nunca se consolidou.

Cabia ao Departamento de Impressa e Propaganda sistematizar o pensamento político e filosófico do Estado Novo e esse caminho se dava por meio da publicação de livros e revistas especializadas sobre o estudo dos problemas políticos brasileiros, citados por Luca, mas também destacados por Lopes. Entre elas, está a *Cultura Política*, uma publicação mensal de Estudos Brasileiros, dirigida por Almir de Andrade, que circulou de março de 1941 a fevereiro de 1945. As principais matérias eram para promover a nova concepção de cultura,

---

[156] Op. Cit. LOPES, Sonia de Castro. p. 84
[157] Idem. pp. 84-85

“unificando a ordem política e social sob a égide do Estado – um dos fundamentos centrais do projeto ideológico estadonovista – e definir e esclarecer o rumo das transformações políticas e sociais do país[158]”. Para o Estado Novo, era possível associar política à cultura e, por isso, a revista era sim um instrumento de persuasão significativo, principalmente porque a democracia liberal considerava que esses dois aspectos deviam estar dissociados.

A *Cultura Política* reunia diversos colaboradores intelectuais, bem remunerados, e que nem sempre faziam parte do grupo defensor do autoritarismo. Alguns eram oriundos das famílias oligárquicas decadentes que, durante o Estado Novo, ocupavam cargos em órgãos públicos. Outros, no entanto, concordavam com a política em vigor. Por causa disso, exemplifica Lopes, a revista reunia intelectuais de diferentes origens. Alguns não pertenciam aos segmentos autoritários, mas estavam ligados ao ministério da educação, com Gustavo Capanema, como o chefe de gabinete Carlos Drumond de Andrade; Oscar Niemeyer e Cândido Portinari, contratados para a construção do prédio do MEC; e Mário de Andrade, contratado por Capanema para dirigir o serviço de Teatro do MEC e o Instituto Nacional do Livro. Para Lopes, essa diversidade de nomes demonstrava que o projeto cultural do país, produzido pelos artistas, transcendia as particularidades ideológicas daquele momento no país.

1.2.5 O Estado Novo em Portugal durou 41 anos, de 1933 a 1974

O regime que predominou em Portugal, de 1926 até 1974, é o totalitarismo. O país estava sob um sistema parlamentarista, cujo poder executivo é, geralmente, exercido por um primeiro-ministro. Uma situação governamental diferente do Brasil. Para Rosas[159], o governo português abrange três períodos. O primeiro começa em 1926 e se estende até 1933 e é conhecido como Ditadura Militar. O segundo acontece quando é instituído no país o Estado Novo, com a entrada em vigor da nova Constituição, e é chefiado diretamente por António de Oliveira Salazar[160], e durou de 1933 a 1968. O último período é quando o governo passa para as mãos

[158] Op. Cit. LOPES, Sonia de Castro. p. 87
[159] ROSAS, Fernando; BRITO, J. M. Brandão de. **Dicionário de História do Estado Novo**. Volume I e II. Venda Nova: Bertrand Editora, 1996.
[160] Foi Ministro das Finanças e presidente do Conselho de Ministros, cargo com poderes de Primeiro-Ministro..

de Marcello Caetano e encerra com a Revolução de 25 de abril de 1974, conhecida como a Revolução dos Cravos, um movimento social que pôs fim à ditadura.

Deve-se registrar que foi entre 1937 e 1945, durante oito anos, que Portugal e o Brasil viveram, ao mesmo tempo, sob um regime ditatorial denominado de Estado Novo. A designação idêntica para esse período nos dois países se deve, certamente, para os governos demarcarem o início de um novo momento político, deixando para trás uma república que não tinha, por exemplo, resolvido os problemas sociais e econômicos da nação.

O Estado Novo em Portugal deve ser analisado dentro do contexto político, social, econômico e cultural, certamente com características diferentes daquelas registradas no Brasil. Também é importante enfatizar que o rádio se consolidou na Europa quando os regimes autoritários e totalitaristas estavam em plena expansão. Era, de acordo com Ribeiro, uma reação "à democracia liberal e aos movimentos operários[161]". Foi a partir de 28 de maio de 1926, depois da revolta das Forças Armadas, que o país mergulhou na Ditadura Militar e abriu espaço para a "instauração de um novo regime, o Estado Novo, caracterizado por uma matriz católica e uma hibridez constitucional na medida em que, em simultâneo com a recusa da democracia, foi mantido o princípio eleitoral[162]". António de Oliveira Salazar, explica o autor, se distanciou da "mobilização política das massas[163]" e desprezava o "papel da opinião pública[164]".

O Estado Novo em Portugal foi diferente do que se verificou na Alemanha, onde o poder tinha a capacidade e o objetivo de mobilizar e incluir a sociedade no projeto do Estado e do partido. Conforme Manuel Braga da Cruz, o levante militar foi um protesto contra, por exemplo, a ineficiência parlamentar, a instabilidade governamental e o descrédito das instituições. O Golpe Militar foi o primeiro passo para o novo regime se estabelecer em março de 1933, quando ocorreu o plebiscito da nova Constituição. O texto foi aprovado com a soma das abstenções com os votos favoráveis. Fica comprovado que previa a existência de um governo forte, para coexistir com o parlamento e para realizar as funções legislativas e fiscalizadoras. Na verdade, o legislativo tinha um poder bem menor do que o do

---

[161] RIBEIRO, Nelson. **A Emissora Nacional nos primeiros anos do Estado Novo.** Lisboa: Quimera Editores, 2005. p. 63
[162] Idem. p. 63
[163] Idem. p. 63
[164] Idem. p. 63

governo. E na prática, as iniciativas do legislativo diminuíram nos primeiros anos do regime autoritário. Isso demonstrou que o poder estava concentrado no governo, uma posição política ratificada na revisão constitucional de 1945.

O Estado Novo teve um duplo pragmatismo político-institucional que combinou "numa única direita as várias e frequentemente contraditórias direitas políticas que em Portugal conspiravam contra o liberalismo republicano agonizante[165]". Dessa maneira, Salazar conseguiu realizar a transição da Ditadura Militar para o Estado Novo e ainda estabelecer uma "plataforma política e ideológica indispensável para que as várias direitas da direita forjassem um compromisso de unidade indispensável não só a conservação do poder, mas à instauração de um regime autoritário estável e duradouro[166]". O novo momento político instituído foi conduzido pela força autoritária de Salazar que teve o cuidado de manter em equilíbrio cinco fontes principais:

> a matriz corporativa, antidemocrática e antiliberal do catolicismo conservador do Centro Católico salazarista; os contributos do ultramontanismo monárquico e tradicionalista do Integralismo Lusitano; as preocupações da direita republicana conservadora-liberal; as ambições desenvolvimentistas da 'direita das realizações', dos 'engenheiros' e dos 'técnicos' que associavam a viabilidade do fomento industrial ou da 'reforma agrária' à existência de um Estado forte, esclarecido e interventor[167].

Tornou-se assim um estado organizado para a sua burguesia, atendendo, principalmente, às questões econômicas e sociais de interesse de alguns setores ou regionais. E, é claro que o Estado Novo também incluiu, na prática, o radicalismo adotado pelo fascismo e a autoridade de uma única pessoa que em Portugal estava nas mãos de Salazar. Segundo Rosas e Brito, os anos de 1934 a 1940 foram de consolidação e de maior prestígio do governo. Foi quando "cria-se e alarga-se a organização corporativa; o regime domestica e reforma as Forças Armadas; [...] e conhece uma nítida crispação fascizante no contexto da guerra civil de Espanha e da vitória franquista [...][168]". Em 1936, surgem organizações milicianas como a Mocidade Portuguesa e a Legião Portuguesa e, em 1940, o

[165] Op. Cit. ROSAS, Fernando; BRITO, J. M. Brandão de. p. 316
[166] Idem. pp. 316-317
[167] Idem. p. 317
[168] Idem. p. 318

Estado estabelece “uma sólida aliança com a Igreja Católica[169]” por meio de uma Concordata com a Santa Sé.

Rosas enfatiza que a chefia se organizou como uma grande empresa corporativista, viabilizando assim o “surgimento de um poder político como o Estado Novo, dotado de elevado grau de autonomia e autoridade relativamente à sua base social de apoio, e que explica a importância do papel pessoal nele desempenhado por Oliveira Salazar[170]”. Dessa maneira, o Estado Novo forma um equilíbrio social embasado em três pilares. Um deles era o de conter e reprimir o movimento operário e para isto,

> suprime e proíbe os sindicatos livres pela legislação de setembro de 1933, reprime as lutas operárias, prende e deporta seus dirigentes, mas tenta igualmente contê-las através de uma política de enquandramento do operariado consentânea com as necessidades de acumulação dos diversos sectores da burguesia [171]”.

Essa medida não significava que havia uma preocupação com a estabilidade social, mas, explica Rosas, demonstrava o interesse das empresas em manter os operários mais concentrados nos seus trabalhos nas indústrias modernas com um salário razoável, a fim de negar as afirmações de que os operários estavam na miséria. Para controlar a agitação social entre os trabalhadores, o Estado Novo institucionalizou a repressão policial.

O segundo pilar que sustentava o equilíbrio do regime descrito por Rosas “realiza-se entre os principais blocos de interesses contraditórios que compõem a classe dominante da sociedade portuguesa nos anos trinta[172]” e a “arbitragem entre as estratégias da indústria e da grande agricultura, e entre os interesses produtivos e os do comércio internacional em geral e colonial em particular[173]”. O terceiro pilar era a “composição dos grandes com os pequenos interesses da agricultura e da indústria[174]”. Para Rosas, “este triplo equilíbrio social foi realizado, no essencial, com êxito até a II Guerra Mundial[175]”.

---

[169] Op. Cit. RIBEIRO, Nelson. p. 318
[170] ROSAS, Fernando. **O Estado Novo nos anos trinta. Elementos para o Estudo da Natureza Económica e Social do Salazarismo (1928-1938)**. Lisboa: Editorial Estampa, 1986. p. 121
[171] Idem. p. 121
[172] Idem. p. 123
[173] Idem. p. 123
[174] Idem. p. 123
[175] Idem. p. 123

No aspecto político, a Constituição de Portugal previa um sistema presidencial bicéfalo, estando os poderes concentrados no Chefe de Estado e no Chefe de Governo. Nos primeiros anos do Estado Novo, Salazar tem uma ascendência superior ao presidente da República, o general Óscar Carmona. Num determinado período, Salazar era o primeiro ministro e também o presidente do Conselho de Ministros, enfraquecendo assim o papel de Carmona. Salazar governou com uma ditadura própria e pessoal de chefe de governo e considerava "uma perda de tempo as discussões do Conselho de Ministros[176]" e quase não comparecia às reuniões. O estilo dele era evitar os encontros pouco produtivos e, por isso, preferia despachar diretamente com os ministros.

Caetano observa que depois que o Movimento Militar de 28 de maio de 1926 acabou com a 1ª República e foi proclamada a Ditadura, todos concordavam que não queriam

> o regime demagógico em que faltava a autoridade ao Poder, a segurança às pessoas, a paz nas ruas e nos espíritos. Não queríamos a ficção de um governo parlamentar em que uma classe profissional de políticos se arrogava a representação nacional para jogar um jogo de ambições e interesses do qual a Nação estava ausente. Não queríamos a esterilidade de uma política que agitava todos os problemas sem resolver nenhum e nos conduzira á ruína financeira, à miséria econômica, à ineficácia da Administração[177].

Caetano afirma que Salazar, que era ministro das Finanças no governo de Carmona, transformou-se, durante o Estado Novo, num chefe e num mestre, cargos superiores a um primeiro-ministro. Para Caetano, o regime ditatorial, implementado por Salazar, era o oposto do que diziam seus adversários e se caracterizou por ser um período de

> notável florescimento das letras, das ciências e das artes em Portugal. Não é verdade que os tempos conturbados sejam os mais propícios à criação intelectual e artística, embora possam dar ensejo a que se revele algum talento na expressão das angústias, dos dramas, das tragédias da crise. A segurança e a paz permitem que a cultura se enriqueça, que o trabalho se processe com rendimento fecundo, que toda a inspiração possa procurar forma de manifestar-se adequadamente[178]"

---

[176] Op. Cit. RIBEIRO, Nelson. p. 64
[177] CAETANO, Marcello. **Minhas memórias de Salazar**. Rio de Janeiro: Record, 1977. p. 387
[178] Idem. p. 462

O poder que Salazar tinha se sobrepondo ao governo de Carmona estava previsto na estrutura do Estado Novo. O chefe de governo, explica Ribeiro,

> podia gerir ele próprio, uma ou mais pastas, além de ter na sua direta dependência o sub-secretariado das corporações e previdência social, o conselho corporativo, o Instituto Nacional do Trabalho e Previdência, o Supremo Tribunal Administrativo, o Secretariado da Propaganda Nacional, o Conselho Superior de Defesa e o Conselho Nacional do Ar. Estes dois últimos conselhos, bem como o Conselho Corporativo, eram presididos pelo próprio Presidente do Conselho.[179]

O novo regime estabelecido em Portugal previa a existência de quatro estruturas da nação que eram "o indivíduo, a família, os organismos corporativos e o município[180]". Cada pessoa tinha garantido direitos previstos na Constituição como igualdade perante a lei e direito de propriedade. Mas, dentro da estrutura de Salazar, o sistema defendia os valores liberais e a base era a família e não o indivíduo. O artigo 12º do texto constitucional de 1933 diz que o Estado "assegura a constituição e defesa da família, como fonte de conservação e desenvolvimento da raça, como base primária da educação, da disciplina e harmonia social [...][181]". A posição da família foi reforçada mais tarde no Código Administrativo, aprovado em dezembro de 1936.

Salazar explicou em algumas entrevistas, concedidas em 17 e 18 de maio de 1932, que o Estado Novo "não tem como enveredar para o totalitarismo[182]". O governante repudiava o fascismo e o nazismo, apesar de defender um regime autoritário com um ideal próximo da democracia cristã. Ele definia o comunismo como um sistema que

> converteu-se por necessidade de combate, de defesa ou de infiltração nas massas, numa doutrina totalitária, como hoje se diz, em sistema completo de vida e organização social; constitui a grande heresia da nossa idade; e tende à subversão de tudo e na sua fúria destruidora não distingue o erro e a verdade, o bem e o mal, a justiça e a injustiça e pouco se lhe dá da história e das experiências seculares da humanidade, da vida e dignidade da inteligência, dos puríssimos afectos da família, da honra e pudor da

[179] Op. Cit. RIBEIRO, Nelson. p. 64
[180] Idem. p. 65
[181] Constituição de 1933.
[182] NOGUEIRA, Franco. **Salazar – Os Tempos Áureos (1928-1936) – Volume II.** Coimbra: Atlântida Editora, 1977. p. 254

> mulher, da existência e grandeza das nações, contando que da sua falsa concepção da humanidade tenha podido arrancar a escravidão do homem e a sua máxima abjecção[183].

O Estado Novo em Portugal estava fundamentado num regime monopartidário e cabia à União Nacional cuidar das atividades políticas, e o partido era o agente responsável para divulgar o ideário da ditadura. Ao partido não cabia dirigir o governo. E era o próprio Salazar que presidia a comissão central da União Nacional[184]. Na opinião dele, o Estado não era uma "entidade onipotente, uma vez que o seu poder deveria ser limitado pela moral católica, sob pena de se transformar num regime semelhante ao nazismo[185]", apontado como um nacionalismo agressivo.

Além disso, a trajetória pessoal de Salazar contribuiu para que o regime tivesse também uma aproximação com a igreja católica por causa da sua amizade com o cardeal Manuel Cerejeira. Eles eram amigos desde quando estudaram na Universidade de Coimbra e participaram ativamente no centro Acadêmico de Democracia Cristã. Durante o período salazarista, a igreja se tornou autônoma em relação ao Estado. No entanto, apesar dessa separação, em 1935, quando a Constituição foi revisada, "o ensino de religião e moral católica foi considerado como tradicional no país, passando a fazer parte do ensino público[186]".

1.2.6 A propaganda política, a censura e o SPN no Estado Novo

No período de Salazar, o respeito à liberdade de expressão e aos direitos individuais eram muito limitados. O ditador não concordava com a mobilização das massas para dar suporte ao regime instalado. O primeiro-ministro preferia que "os indivíduos assumissem uma postura passiva que não colocasse em causa o poder instituído[187]". A propaganda do regime era voltada para elogiar o trabalho do chefe do governo e das realizações dirigidas aos portugueses. Para ele, a censura era "um mal necessário, destinado a impedir a subversão da opinião pública[188]". Em

[183] Op. Cit. NOGUEIRA, Franco. p. 255
[184] Partido legalmente constituído e que foi criado em 30 de julho de 1930 e que a partir da Constituição de 1933, era responsável pela manutenção do Estado Novo.
[185] Op. Cit. RIBEIRO, Nelson. p. 67
[186] Idem. p. 68
[187] Idem. p. 75
[188] Idem. p. 75

entrevista a António Ferro[189], ele teria dito que era impossível evitar a formação de uma opinião pública pelos meios de comunicação, como o jornal, mas os governos não deveriam se deixar escravizar pela opinião das massas.

No salazarismo, a repressão existia para fazer "silenciar a oposição ou quaisquer vozes críticas que pudessem colocar em causa o poder vigente[190]". Em final de 1932, o governo aprovou uma lei que considerava como crimes todas as mobilizações que se dirigissem contra a integridade territorial da nação ou contra a República, o presidente, o governo e ministros. Quem cometesse esse delito poderia ser expulso do país por seis, doze e até 25 anos. Havia ainda outros crimes políticos como ofensas "às instituições do poder, incitamento à indisciplina social, encerramento de fábricas, greves ilegítimas, desordem nas forças armadas[191]" que eram julgados pela Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (PVDE). Até 1945, era esse órgão o responsável pela "execução das penas dos presos políticos, que eram julgados em tribunais especiais e em processo sumário[192]".

De maneira similar ao que se verificou no Brasil, também em Portugal o regime ditatorial usou a censura, um instrumento de controle de determinadas informações e repreensão aos indivíduos que discordassem de alguma posição política. Todos os conteúdos produzidos para a imprensa escrita e para serem irradiados pelo rádio eram cerceados. Em Portugal, o controle foi instaurado em 28 de maio de 1928, logo após o Golpe Militar, e sempre esteve atrelado ao ministério da Guerra. Com a nova Constituição, em 1933, um decreto regulador foi publicado em 11 de abril e "previa a manutenção do regime censório que havia sido instaurado quase sete anos antes[193]". O artigo 2º mantinha a censura prévia a todas as publicações periódicas como jornais, cartazes e folhetos, principalmente quando contivessem conteúdos de teor político ou social. Para ter um maior controle sobre os meios de comunicação, o governo ainda criou a Direção-Geral dos Serviços de Censura, dentro do Ministério do Interior. Competia a essa

[189] FERRO, António. **O Homem e a sua obra**. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1933. A obra reúne as cinco entrevistas realizadas pelo autor com António de Oliveira Salazar, entre 18 e 24 de dezembro de 1932 e publicadas no *Diário da Manhã*.
[190] Idem. pp.75-76
[191] Idem. p. 76
[192] Idem. p. 75
[193] Idem. p. 77

entidade aplicar a repressão de acordo com o artigo 3º estabelecido no decreto-lei nº 22469:

> A censura terá somente por fim impedir a perversão da opinião pública na sua função social e deverá ser exercida por forma a defendê-la de todos os factores que desorientam contra a verdade, a justiça, a moral, a boa administração e o bem comum, e a evitar que sejam atacados os princípios fundamentais da organização da sociedade[194].

Ainda com o objetivo de assumir a propaganda como um instrumento do regime autoritário e de ampliar a rede de censura, em 25 de setembro de 1933, é criado, pelo decreto-lei nº 23.054, o Secretariado da Propaganda Nacional (SPN), com a função de "integrar os portugueses no pensamento moral que deve dirigir a Nação, ou ainda, mais directamente, de divulgar o espírito de unidade que preside à obra realizada e a realizar-se pelo Estado Novo[195]".

O indicado para assumir a presidência foi António Ferro, que era jornalista e tinha se destacado por fazer entrevistas com personalidades políticas do exterior, entre eles, os principais ditadores daquele período. Ferro também fez uma série de cinco entrevistas com Salazar e nas conversas não se preocupou em dissimular a sua admiração pelo então ministro e presidente do Conselho, assim como por Mussolini e Goebbels, e entendia que Portugal não precisava seguir o caminho democrático, que servia apenas para a Suíça. Para Salazar, o secretariado deveria se encarregar "da propaganda dos ideais e das actividades do Governo, não rejeitando, sempre que considerado oportuno, elogios aos membros do aparelho do regime[196]".

1.2.7 O SPN e as Bases para a Organização

No Arquivo de Oliveira Salazar (AOS)[197] foram localizados documentos de despesas mensais realizadas pelo SPN, de determinados períodos, e um

---

[194] Localizado no endereço: http://www.dre.pt/pdf1s/1933/04/08300/06540654.pdf, visitado em 2 de novembro de 2012, às 15h24.
[195] Op. Cit. PAULO, Heloisa. p. 73
[196] Idem. p. 82
[197] O inventário do AOS está aberto para os investigadores e foi transferido da Biblioteca Nacional para o Arquivo Nacional Torre do Tombo pelo Decreto-Lei nº 279/91 de 9 de agosto, 23 anos depois

documento datilografado intitulado *Bases para a Organização do Secretariado da Propaganda Nacional*, que contém nove itens, com detalhes sobre os objetivos e de como seriam as atividades iniciais dos serviços internos e externos do órgão. No primeiro estava escrito que o órgão funcionaria junto da presidência do ministério dos Negócios Estrangeiros. E define como competência a superintendência e a direção da propaganda nacional, interna e externa.

Entre os objetivos estavam a centralização das informações dos diversos ministérios e a sua difusão pelo SPN, que deveria manter contato com os serviços de propaganda existentes em outros países, com as publicações nacionais e internacionais, com escritores, publicistas e jornalistas nacionais e internacionais, com as agências telegráficas, com os postos emissores de radiotelefonia, com casas produtoras de cinema e com as reuniões de caráter internacional[198].

O item VII destacava que "obedecendo ao caracter eminentemente publicitário e moderno da sua propaganda nacional e política, o Secretariado promove[199]", entre os seis itens citados, a publicação e a difusão de folhetos, brochuras, discursos, conferências de personalidades destacadas de Portugal; organização metódica das conferências, tanto de portugueses como estrangeiros, em Portugal e no exterior; a visita de jornalistas internacionais e de Portugal; e a criação de uma rede especial de propaganda de Portugal no exterior, por meio dos consulados e das Casas de Portugal.

O tópico IX definia a equipe do SPN, constituída, então, por: um diretor geral, um chefe da seção de serviços internos, um chefe da seção de serviços externos, um arquivista, um datilógrafo e um contínuo, podendo ser integrados também oficiais redatores para quando houvesse necessidade.

O mesmo documento ainda descrevia as atividades iniciais dos serviços internos e externos, assinalados em preto e vermelho, e com algumas correções. O esquema da atividade inicial dos serviços internos[200] propunha atuação em cinco áreas: uma ação sobre a imprensa governamental: situação do *Diário da Manhã* e *Revolução*; e influência de *O Século* e *Diário de Notícias*; criação de uma revista doutrinária; inquérito sobre a imprensa acadêmica; e ligação com a direção geral

---

da demissão do antigo presidente do Conselho, e 63 anos após a data dos primeiros papéis serem mandados arquivar por Salazar.

[198] Arquivo Nacional Torre do Tombo. **AOS/CO/ PC-19**. Pasta 2. p. 13

[199] Idem. p. 14

[200] Idem. p. 15

de censura; utilização permanente do cinema e radiotelefonia como elementos de propaganda nacional e política (influência nos filmes portugueses de atualidades, propaganda pela imagem das obras do Estado e intervenção nos programas da emissora nacional); publicação metódica de folhetos, brochuras e cartazes para divulgar as obras realizadas; organização de manifestações públicas que animem o espírito nacional como conferências, exposições, viagens oficiais e festas populares; e produção de uma propaganda dirigida à mulher e à criança.

Na página seguinte, ficaram especificados os oito possíveis serviços externos[201] do órgão, relacionados nesta ordem: criação de uma rede internacional de propaganda portuguesa, por meio de órgãos de imprensa estrangeira; realização de conferências de escritores portugueses e estrangeiros no exterior; fortalecimento por meio de intercâmbio de jornalistas estrangeiros a Portugal; congressos e reuniões internacionais de interesse de Portugal ou de levar uma representação do país ao exterior; propaganda pelo cinema e pela radiotelefonia; influência sobre as agências telegráficas estrangeiras; estudo para a criação de uma agência telegráfica nacional; e expansão nos grandes centros da arte, da literatura, da música e realização de bailados nacionais.

Na sequência, na página 18, há informações sobre o cálculo da distribuição da verba anual a orçamentar, sem a inclusão dos vencimentos do pessoal, calculada em um total de 1.200$000$, com a seguinte previsão de distribuição:

Quadro 4: Bases para a organização do Secretariado da Propaganda Nacional

Material	**Valor** (escudo)[202]
Subsídios à imprensa	300.000$
Edições de cartazes, brochuras e folhetos	200.000$
Cinema	150.000$
Festas	100.000$
Política do Espírito (prêmios de literatura, arquitetura, jornalismo e pintura)	100.000$
Intercâmbio	50.000$
Imprensa estrangeira	50.000$
Agências telegráficas	60.000$

[201] Op. Cit. Arquivo Nacional Torre do Tombo. p. 16

[202] A moeda utilizada nas décadas de 1930 e 1940 em Portugal chamava-se escudo. Para se ter uma ideia do valor, citado nos documentos do SPN, cada 1.000$00 (mil escudos) correspondia a 340 euros, em 2014.

Viagens	120.000$
Contratos de pessoal auxiliar e serviços eventuais	50.000$
Expediente	20.000$
Instalações privativas e mobiliário	50.000$
TOTAL	**1.200$000$**

Fonte: Arquivo de Oliveira Salazar (AOS)

Observando o orçamento descrito no Quadro 4, constata-se que os maiores gastos foram com subsídios à imprensa, com a produção de cartazes, brochuras e folhetos, viagens, cinema, Política do Espírito e realização de festas.

No mesmo demonstrativo, é questionado se o SPN terá instalações privativas ou se deverá ser instalado em outro prédio que não seja do Estado. E se assim for, se o novo endereço deverá ser "de acordo com o espírito moderno dos serviços do Secretariado e com a obrigação em que está esse serviço de receber condignamente a visita de todos os escritores e jornalistas estrangeiros que visitem o país?[203]". Também é detalhado o espaço onde funcionará o órgão: uma sala de espera, uma sala de redação para jornalistas, um gabinete para o diretor, uma repartição para as sessões interna e externa e uma sala arquivo. Em seguida, são sugeridos alguns mobiliários técnicos como classificadores de madeira, arquivos de aço, ficheiros e um multiplicador da marca Multigraph. Um planejamento muito bem organizado e que mais tarde, quando o SPN é instalado, muito do que foi solicitado será concretizado.

1.2.8 As principais ações do SPN entre 1934 e 1947

O livro de Paulo, *Estado Novo e Propaganda em Portugal e no Brasil. O SPN/SNI e o DIP*, aponta, cronologicamente, várias ações realizadas pelo órgão oficial da propaganda e da censura do Estado Novo. Segundo os anais do SPN/SNI, de 1934 a 1943,

> são publicados cerca de 115 obras, realizadas quatro grandes Exposições, incluindo-se neste número a Exposição do Mundo Português, assegurada a filmagem de 114 curta-metragens, destacando-se o documentário 'Jornal Português', responsável por 39 destas produções, e o patrocínio directo de uma longa-

[203] Op. Cit. Arquivo Nacional Torre do Tombo. p. 19

> metragem, A 'Revolução de Maio', realizada por António Lopes Ribeiro; são criados concursos sobre os mais variados temas considerados tipicamente 'nacionais', como os Jogos Florais patrocinados pela Emissora Nacional [..][204].

Destaca-se nesta relação acima o programa *Jogos Florais*, transmitido pela Emissora Nacional, a partir de fevereiro de 1936, que foi produzido com a finalidade de marcar e fazer parte das comemorações dos dez anos da Revolução Nacional de 28 de Maio. Os ouvintes e o público em geral podiam participar e concorrer com poemas e prosas em diversas categorias, mas eles deveriam ter cunho nacionalista. Segundo Ribeiro, a comissão de honra era presidida pelo general Óscar Carmona, e no júri estava o presidente da Emissora Nacional, Henrique Galvão; o diretor do Secretariado da Propaganda Nacional, António Ferro; o poeta e escritor, Acácio de Paiva; e o professor da Faculdade de Letras, Agostinho de Campos. Os vencedores recebiam prêmios.

Ainda nos anais, Paulo cita a organização de concursos, como o *Aldeia mais portuguesa de Portugal* e *Estações Floridas*, o *Teatro do Povo*, o *Cinema Ambulante* e os *Bailados do Verde Gaio*, que aconteceram em Lisboa, a partir de 1940, e foram idealizados por António Ferro a partir das companhias de bailados russos.

Durante a vigência, o SPN também editou várias publicações que destacavam as realizações do regime como os *Cadernos da Revolução Nacional* e os *Cadernos do Ressurgimento Nacional*. Outras obras reproduziam os discursos oficiais e palestras de integrantes e apoiadores do Estado Novo, como o *Decálogo do Estado Novo*, de 1934. Paulo explica que nessas publicações, principalmente nas primeiras, era percebida a forma maniqueísta utilizada pelo Estado Novo para "comprovar a eficiência por meio de dados estatísticos a atuação positiva nas áreas das finanças, obras públicas e administração[205]". Desta maneira, o regime procurava doutrinar e conquistar a adesão do povo.

O SPN também era responsável pelas atividades culturais, que eram divididas em duas frentes. Uma mais intelectual e dirigida à elite, que produzia e consumia a cultura, como os saraus poéticos e os Bailes do Verde Gaio. A outra

[204] Op. Cit. PAULO, Heloisa. p. 81
[205] Idem. p. 82

era voltada a uma produção cultural dirigida ao povo e onde se incluem as manifestações e festas populares que reproduziam os costumes portugueses.

Muitas iniciativas foram organizadas pelo SPN. No primeiro ano de funcionamento, o órgão publicou 19 obras, como panfletos e brochuras, que reeditavam, em geral, os discursos oficiais, sendo que o principal exemplo é *Discursos* de Salazar e a entrevista de Carmona ao jornalista António Ferro. Também nesse ano foram criados os Prêmios Literários

> destinados a premiar as obras consideradas as melhores nos gênero da História (Prémio Alexandre Herculano); Ensaio (Ramalho Ortigão); Poesia (Antero de Quental); Romance (Eça de Queiroz); Doutrina ou Polémica (António Ennes). Há uma primeira incursão na área cinematográfica com o saldo positivo de, pelo menos, 3 curta-metragens sobre inaugurações[206].

No ano seguinte, em 1935, as atividades são ampliadas e o número de obras publicadas e filmes produzidos aumentaram. Além de serem criados os Prêmios Literários e os Prêmios de Artes Plásticas, em 4 de agosto é inaugurada oficialmente a Rádio Emissora Nacional. Em 1936, o Secretariado demonstra, por meio de diferentes atividades, o apoio do Estado Novo à Guerra Civil da Espanha e se integra à organização das comemorações dos dez anos da Revolução Nacional de 28 de Maio, procurando alertar sobre os perigos do comunismo para a paz. O regime autoritário de Salazar também ampliou os investimentos na área do cinema. São produzidos 20 filmes e documentários, alguns dirigidos para o público infanto-juvenil.

Em 1937, a "situação internacional requer uma estratégia de afirmação do poder e do vigor do regime, interna e externamente[207]", principalmente por causa da Guerra Civil da Espanha, onde países como Alemanha e Itália também cobiçavam áreas coloniais. Nesse ano o SPN cuidou da presença de Portugal na Exposição Internacional de Paris, e trabalhou para reafirmar, perante o mundo, a força e as realizações do país. A propaganda estava centrada na "propaganda do ideário e da actuação do Estado Novo no sentido de oferecer ao público uma visão dos benefícios e do clima de estabilidade que se estabelecem no continente e nas

[206] Op. Cit. PAULO, Heloisa. p. 83
[207] Idem. p. 85

colônias com a implantação do regime do Estado Novo[208]". Para contrapor a dita ameaça de regimes opostos ao Estado Novo, o órgão editou livros anti-comunistas, entre eles, *Anti-Marx*, de Pequito Rebelo, e *O Stalinismo*, de Alexandre Vieira.

Um ano depois, o SPN criou a série de curtas-metragens denominado de *Jornal Português*, exibidos dentro do *Cinema Ambulante*, nas Casas do Povo. E ainda em 1938, surgiram alguns protestos militares contra a reforma militar e o Secretariado procurou neutralizar as tensões com a produção de conferências e palestras pronunciadas, por exemplo, na Emissora Nacional por Henrique Galvão.

Durante a 2ª Guerra Mundial, em 1939, Portugal, mesmo tendo uma aproximação ideológica com a Alemanha e com a Itália, se manteve neutra. Apesar das notícias sobre o conflito mundial predominarem nos jornais e noticiários radiofônicos, o SPN preservou a produção de propagandas oficiais e públicas como *A Política Imperial e a crise européia*, que reúne alguns discursos de Óscar Carmona[209]. Além disso, Portugal esteve presente na Exposição Internacional de Nova Iorque e em seus pavilhões apresentou a história do país, desde os descobrimentos até o Estado Novo.

Paulo salienta que 1940 é

> um ano marco para o SPN e para as directrizes da propaganda do próprio regime. O universo das realizações do ano das comemorações do Duplo Centenário é muito extenso para ser tratado numa simples súmula sobre a actuação dos aparelhos de propaganda do Estado Novo, como, efectivamente, é o nosso objectivo[210].

O Secretariado trabalhou focado nas produções para as comemorações do duplo centenário de Portugal como catálogos, programas, cartazes e guias, e uma série de publicações sobre as Comemorações Centenárias, que se referem à fundação e à restauração da nacionalidade portuguesa, respectivamente, em 1140 e 1640. Em função dessa data, são editadas obras como *Vida e Arte do Povo Português*, *Paisagem e Monumentos de Portugal*, de Carlos Queiroz e Luíz Reis Santos; e *Artes e Indústrias Populares*, de Luís Chaves. Além da criação de edições especiais do *Jornal Português*, que celebram os fatos históricos das comemorações do 28 de Maio e da Batalha de Ourique, é produzido um

[208] Op. Cit. PAULO, Heloisa. p. 85
[209] Militar e presidente da República Portuguesa de 1926 a 1951.
[210] Idem. p. 88

documentário sobre a Exposição dos Centenários. E a fim de ter o povo ao seu lado, o órgão organizava desfiles cívicos e patrocinava espetáculos, sarais musicais e concursos.

Em 1941, Paulo destaca o lançamento da revista *Panorama*, cujos temas tratavam da cultura popular e os textos são escritos por artistas reconhecidos pelo Estado Novo como António Lopes Ribeiro, Luís Chaves, Adolfo Simões Müller e Francisco Lage. Esse periódico ainda publicou uma matéria sobre a comemoração do 4º aniversário da fundação da cidade brasileira de São Paulo e a restauração pernambucana depois dos 300 anos de expulsão dos holandeses. Paulo salienta que a magazine era "voltada para a divulgação da 'estética' preconizada pelos órgãos da propaganda oficial[211]".

No ano de 1942, o noticiário sobre o conflito mundial ainda predominava nos jornais e nas rádios. Em 1943, Portugal comemorou os Dez Anos de Política do Espírito, alusão às obras escritas por António Ferro que reforçam a importância de divulgar Portugal em diferentes países. E o Secretariado ampliou a sua atuação, realizando os *Jogos Florais* em Porto e uma Exposição Popular Portuguesa na Espanha. Para completar, lançou uma série intitulada *Cadernos da Revolução Nacional*, panfletos contendo propaganda do regime e que destacavam personagens históricos portugueses.

De acordo com Paulo, em 1944 o SPN não tinha tantas atuações importantes porque o órgão estava em mudança e se transformando no Secretariado Nacional da Informação, Cultura Popular e Turismo. Em 1945, o SNI estava em pleno funcionamento e o novo aparelho de propaganda

> assume um carácter mais ampliado e, ainda que pesem as suas directrizes de controlo, torna-se mais aberta ao espaço interno com a inauguração a 1 de Março da Delegação do Porto, que passa a funcionar na Praça D. João 15. Na sua abertura António Ferro declara o programa de acção da nova Delegação[212].

Ele estava pressupondo que tudo seria feito para os portugueses do norte do país. Nesse mesmo ano são criadas as bibliotecas ambulantes.

Entre 1946 e 1947, ressalta Paulo, ocorreram manifestações a favor da democracia, algumas greves e até uma tentativa de Golpe de Estado por parte da

[211] Op. Cit. PAULO, Heloisa. p. 93
[212] Idem. p. 94

Junta Militar de Libertação Nacional. Dentro desse contexto, o SNI inaugurou, em novembro de 1947, as novas dependências no Palácio da Foz, restaurado pelo Ministério das Obras Públicas.

1.2.9 Em 1944 é criado o Secretariado Nacional da Informação, Cultura Popular e Turismo (SNI)

Seguindo a estratégia cada vez mais repressiva, em 23 de fevereiro de 1944, o governo autoritário, pelo decreto-lei nº 33.545, criou o Secretariado Nacional da Informação, Cultura Popular e Turismo, que integrou os serviços de imprensa, de turismo, das exposições nacionais ou internacionais, de radiodifusão e de censura. Segundo Paulo, o Estado Novo temia novos tempos e "apresenta uma nova fachada para o seu velho aparelho de propaganda[213]".

A nova instituição só foi regulamentada nove meses depois e mantinha a mesma função do SPN, responsável pela propaganda. No entanto, a sua reestruturação é mais coercitiva e elaborada do que o Secretariado. Um novo decreto, de nº 34.133, de 24 de novembro de 1944, revogou os anteriores que tratavam do controle de informação e da imprensa, e estabeleceu outras normas de controle da informação no país, abrangendo a Emissora Nacional.

O SNI tinha várias funções, entre elas, era responsável pelo registro e licença para jornalistas e agências noticiosas, fazia a censura prévia, o controle da radiodifusão e podia manter fiscais permanentes junto às emissoras para visto prévio de todos os textos que seriam irradiados. Cabia ao órgão a centralização e a fiscalização, incluindo o fornecimento de registro, licenças e vistos, de todos os tipos de manifestação artística ou casa de espetáculo aberta ao público.

Dentro dessa nova entidade é criado o Conselho de Imprensa, que realiza as funções do antigo Gabinete de Coordenação dos Serviços de Propaganda, desaparecido pela revogação do decreto nº 30 320. O Conselho era formado pelo diretor do Secretariado, diretor dos Serviços de Censura, Chefe de Repartição de Informação e diretores dos jornais diários, que se reuniam uma vez por mês. Era uma maneira do governo manter um contato entre os jornais e o Estado, o que contribuiu para divulgar melhor a ideologia do regime. Com um discurso repressor, o controle da informação ficou mais amplo. "O novo nome camufla, na verdade, um

[213] Op. Cit. PAULO, Heloisa. p. 77

aparelho de propaganda bem mais repressivo e sofisticado que o modesto SPN[214]", completa Paulo.

Mas o organograma do SNI era bem mais complexo e dividia-se em quatro departamentos que cuidavam, respectivamente, dos serviços relativos à Informação, à Cultura Popular, ao Turismo e à Administração Central. A Repartição de Informação incluía quatro secções: a de estudos e difusão de informações, imprensa portuguesa, imprensa estrangeira e a de intercâmbio luso-brasileiro. Dela dependiam a Biblioteca, o Arquivo Fotográfico e os postos de Radiodifusão. A seção de Cultura Popular agrupava as exposições e as realizações diversas, o cinema e a etnografia, teatro e música. O setor de Turismo era responsável pelo turismo geral, local e indústria hoteleira.

Para Paulo, o SNI aprofundou algumas propostas e diretrizes do SPN, tornando mais relevante a "defesa da opinião pública, tónica forte da acção do órgão[215]" e a ênfase para a difusão dos diferentes aspectos da vida nacional e das realizações do Estado. Outro aspecto que se sobressaiu neste período é o destaque para a cultura popular que reafirmava os ideais nacionalistas e incentivava a valorização da moral e do intelectual do povo português. Uma das características do Estado Novo era manter um ideário embasado na apropriação de alguns estereótipos, geralmente presentes nas exposições, nacionais e internacionais, festas, concursos, conferências, espetáculos musicais e de dança, teatro e manifestações culturais.

1.2.10 A Emissora Nacional e o SPN

Em 8 de abril de 1935, Fernando Homem Cristo, que era director da Secção Política da Emissora Nacional, elaborou o Projecto de Reorganização para Integração do Novo Serviço Político no quadro dos serviços restantes na rádio. No documento, com oito páginas, escrito em papel timbrado, ele definiu o pensamento político radiofônico do Estado Novo, fundamentado num denso discurso político-ideológico e no aparelhamento de aspectos estruturais. A criação do novo Serviço Político

[214] Op. Cit. PAULO, Heloisa. p. 78
[215] Idem. p. 80

> obedece ao pensamento de que, num Estado autoritário, um posto Nacional de radiodifusão deve ser um meio de cultura e um instrumento de acção política, e de que esta segunda finalidade não é menos importante que a primeira[216].

Enquanto dirigiu o secretariado, Ferro investiu muito no rádio e também no cinema e no teatro. Ele divergia de Salazar num aspecto. Ferro afirmava que a continuidade do regime ditatorial dependia das massas e Salazar acreditava que o pilar do regime estava nas mãos das elites. Apesar disso, Ferro comandou o SPN até 1941 e, somente depois, é que o diretor assumiu o controle da Emissora Nacional, a estação oficial do governo salazarista.

Ribeiro enfatiza que

> no pensamento do Estado Novo a propaganda surgia sempre associada à educação política do povo português que, de forma a ser integrado nos valores do regime, tinha, antes de mais, de receber informação sobre as actividades do Governo, porque como diria o próprio Salazar, 'politicamente só existe o que se sabe que existe; politicamente o que parece é[217]'".

O novo órgão, que estava ligado à presidência do Conselho, trabalhava em duas frentes: interna e externa. Internamente buscava um

> consenso da sociedade portuguesa em torno do ideário do regime. A nível externo, num momento internacional conturbado como os anos 30, de redefinição do mapa político internacional e da procura de soluções para os impasses imperialistas que a I ª Grande Guerra não encontrou, é de suma importância o apoio da opinião pública internacional, tanto para o regime que se afirma, como para o espaço colonial que ele defende[218].

A seção interna do SPN tinha competências diferentes e especiais que cuidavam da "intermediação entre a imprensa e o Estado à organização de manifestações nacionais ou outros actos[219]", como a entrada de ideias que tivessem o objetivo de perturbar a unidade e o interesse nacional. O Secretariado ainda mantinha a função de servir como "complemento da indiscutível obra de

---

[216] SANTOS, Rogério. **As vozes do Rádio (1924-1939)**. Lisboa: Editorial Caminho, 2005. p. 147
[217] Op. Cit. RIBEIRO, Nelson. p. 86
[218] Op. Cit. PAULO, Heloisa. p. 74
[219] Idem. p. 74

ressurgimento[220]", na qual a acção do regime e a exacerbação do nacionalismo, do verdadeiro espírito português atuavam como agentes conjuntos.

Uma das funções do novo órgão era emitir semanalmente um Boletim de Imprensa que abrangesse os jornais de Lisboa e Porto, de províncias, das ilhas e das Colónias do Ultramar e da Colónia Portuguesa do Brasil, comunicando aos demais órgãos da administração do governo a tendência política da Imprensa, atestando ou não a sua proximidade ao ideário do Estado Novo. Com o controle do SPN[221], certamente não existiam jornais de oposição ao regime e ao governo posto.

Também cabia ao SPN a função de publicar livros, periódicos e cartazes, produzir filmes de curta e longa-metragem, e organizar determinações comemorações e festas com o objetivo de reforçar a ideologia política ou a postura e ações de Salazar. O órgão também teve papel relevante no controle do rádio e, diretamente, na Emissora Nacional, criada em 1935. Por ser estatal, era a porta-voz do regime ditatorial. O órgão ainda dominava a propaganda de Portugal e suas colônias porque para o regime era necessário cuidar da imagem do Império Colonial, enfatiza Paulo:

> O contacto com exterior e a necessidade de ampliação do apoio internacional gera a realização de aproximações com diversos países. São traduzidas para o inglês, francês, espanhol, italiano e alemão diversas obras que versam sobre as directrizes e os objectivos do regime. O ponto máximo dessa acção é, contudo, a assinatura do Acordo Cultural com o Brasil em 1940. A cooperação entre os dois governos, ambos designados pelo mesmo nome, Estado Novo, é vista como resultado de uma semelhança histórica que aproxima Portugal e Brasil desde os anos Quinhentos[222].

Quando houve o desfecho da 2ª Guerra Mundial, o Secretariado ampliou o seu raio de atuação e, em dezembro de 1939, criou um boletim semanal policopiado, a fim de fornecer à imprensa, como faziam as agências de notícias, "pequenas notícias, indicações sugestões, dados estatísticos, notas bibliográficas,

[220] Op. Cit. PAULO, Heloisa. p. 74
[221] SPN era um órgão com poderes especiais que auxiliava as comissões de censura, tanto que os funcionários, amparados por um artigo do decreto, entravam em reuniões públicas e espetáculos, fortalecendo assim o ideário oficial do governo.
[222] Idem. p. 75

elementos de trabalho[223]", que, para não serem uniformes em diferentes veículos, poderiam ser comentados e produzidos de diversas maneiras.

Em 19 de Março de 1940 foram introduzidas modificações ainda mais significativas nas normas de conduta do órgão em relação à imprensa, com a criação de um Gabinete de Coordenação dos Serviços de Propaganda e Informação através do decreto nº 30.320. De acordo com o artigo 3º, o novo órgão tinha a missão de orientar todos os serviços públicos com relação à propaganda e à informação, e nesse controle estava inserida a Emissora Nacional, que ficou subordinada às diretrizes fornecidas pelos membros do Gabinete, como o diretor do SPN, o chefe dos Serviços de Censura, o presidente da Comissão Administrativa da Emissora Nacional, o chefe dos Serviços de Imprensa do SPN e o Presidente do Conselho. Aliás, as reuniões eram sempre presididas por Salazar. E segundo o artigo 7º, cabia ao SPN guardar todas as obras publicadas, o que representou o aumento da censura no país.

A esse grupo coube o poder da censura até 1944, data em que o controle passou para as mãos do Chefe de Governo, fortalecendo a censura. Foi quando o Secretariado de Propaganda Nacional se transformou em Secretariado Nacional de Informação e Cultura Popular (SNI), e o diretor despachava diretamente com Salazar, presidente do Conselho, demonstrando o quanto ele poderia interferir nas decisões envolvendo a censura.

Assuntos relacionados à política governamental e ações do governo sempre estavam sujeitos aos cortes da censura. E, a fim de contrapor alguma versão que pudesse chegar à sociedade, o governo publicava comunicados oficiais a respeito do determinado assunto. Quando a notícia se referia a mobilizações, manifestações de rua e deserções militares em outros países, que pudessem ser repetidas em Portugal, lá estava a censura para impedir a divulgação desses fatos. As notícias de países comunistas, como a União Soviética e a República Popular da China, eram expressamente proibidas. Mas, se as informações apresentassem a versão negativa desses regimes, o veículo de comunicação poderia divulgar.

Ribeiro salienta que as notícias oriundas das agências de comunicação[224] que operavam em Portugal, como a *Agência Nacional de Informação*, *France Press*

[223] Op. Cit. PAULO, Heloisa. p. 75
[224] Op. Cit. RIBEIRO, Nelson. p. 79

e a *Reuters*, eram submetidas à censura. Quando o órgão proibia o ponto de vista, automaticamente ela era substituída e reenviada às redações dos jornais e rádios.

1.2.11 Despesas mensais do SPN: a propaganda política e a imprensa recebiam boa parte dos recursos

Nos documentos sobre despesas mensais do SPN, localizados no Arquivo Nacional Torre do Tombo, em Lisboa, na pasta PC-19, do Arquivo de Oliveira Salazar (AOS)[225], verifica-se também como os recursos eram distribuídos. Infelizmente, neste acervo não existem todos os relatórios, mês a mês, desde que o SPN foi criado. Mas há um volume importante, de 61 meses, que abrange cinco anos, entre 1933 e 1938 e permite se ter uma ideia do quanto o órgão gastava em algumas áreas consideradas imprescindíveis para o sucesso da propaganda política dentro do regime ditatorial.

Para esta análise, destacam-se cinco áreas, elencadas para o objetivo desta tese: *Política do Espírito* (como prêmios de literatura, arquitetura, pintura e jornalismo), *Cartazes e Edições* (produção de cartazes, brochuras, folhetos e impressão), *Propaganda Política*, *Imprensa e Festas, manifestações e espetáculos*.

É importante salientar que nesses balanços mensais, sobre os Encargos Administrativos do governo, constam despesas com outros itens como pagamentos aos funcionários e a pessoas por diferentes serviços, compra e assinatura de jornais, arquivo fotográfico, produção de artigos para serem divulgados na imprensa e de manifestos para serem distribuídos à população, compra de determinados livros, gastos fora do país e publicações de livros.

Para demonstrar, comparar e investigar esses gastos, utilizou-se os quatro meses de 1933 (abril, outubro, novembro e dezembro), os 12 meses de 1935, 1937 e 1938, os 11 meses de 1934 (não consta na relação o mês de abril) e os 10 meses de 1936 (não constam da relação os meses de março e setembro).

A fim de facilitar o entendimento desses valores, criou-se quadros, separados em dois semestres por ano. Em cada quadro serão destacados alguns gastos realizados em cada item escolhido. É importante esclarecer que o total de

[225] O inventário do AOS está aberto para os investigadores e foi transferido da Biblioteca Nacional para o A.N.T.T pelo Decreto-Lei nº 279/91 de 9 de agosto, 23 anos depois da demissão do antigo presidente do Conselho, e 63 anos após a data dos primeiros papéis serem mandados arquivar por Salazar.

gastos apresentado não corresponde ao somatório dos pontos elencados, mas ao total das despesas de cada mês citado no relatório do SPN.

Como a partir de 1936, outras despesas são incluídas no relatório com valores muito superiores aos itens identificados nos quadros, faz-se necessário destacar na análise algumas diferentes demandas do Secretariado por sua importância dentro do contexto desta pesquisa.

Também é bom salientar que naquelas décadas, a moeda de Portugal era o escudo.

Quadro 5: Despesas mensais no de 1933

Despesas efetuadas	Abril	Outubro	Novembro	Dezembro
Política do Espírito	9.000$00	1.500$00	4.100$00	-
Cartazes	6.701$80	-	5.074$50	9.599$00
Propaganda Política	36.088$50	-	-	-
Imprensa	31.917$53	-	-	-
TOTAL DE GASTOS	218.153$21	9.443$35	78.040$64	119.056$86

Fonte: Arquivo de Oliveira Salazar (AOS)

No primeiro ano de existência do SPN, cuja direção estava nas mãos de António Ferro, verifica-se no Quadro 5, que não constam no relatório os gastos com *Propaganda Política* e *Imprensa* nos meses de outubro, novembro e dezembro. No entanto, em novembro o SPN gastou um total de 7.416$30 para recepcionar a visita de estudantes brasileiros, valor distribuído entre as despesas com a hospedagem em Lisboa, equivalente a 2.695$00; hospedagens em Porto, em 2.744$50; e passagens gratuitas, em 1.243$00. Nesse mesmo mês, também foram gastos 19.750$00 para edição e publicação do *Álbum Portugal 1934*.

Em dezembro, o órgão também destinou 5.010$00 para despesas com estudantes brasileiros em visita a Portugal. Mas os gastos em outras áreas foram maiores. Apenas para compra de móveis foram destinados 26.587$90, para pagamento do vencimento do pessoal do quadro fixo – correspondente ao mês de novembro e março – 15.616$20, subsídio para instalação e funcionamento da Acção Escolar Vanguarda 10.000$00, transporte 13.694$05 e ceia de Natal para pobres – subsídio concedido pelo Secretariado – 15.058$00. A soma desses valores chegou a 85.965$25 do total gasto no mês que foi de 119.056$86,

demonstrando que outros setores foram beneficiados em detrimento da *Política do Espírito*, da *Propaganda Política* e da *Imprensa* que não são citados nesse documento.

Quadro 6: Despesas mensais no ano de 1934 – 1º semestre

Despesas efetuadas	**Janeiro**	**Fevereiro**	**Março**	**Maio**	**Junho**
Política do Espírito	7.000$00	11.740$00	13.242$40	1.427$00	188$50
Cartazes e/ou Edições	8.728$10	1.817$15	-	63$65	19.832$40
Propaganda Política	20.000$00	15.369$10	15.000$00	300$00	5.971$50
Imprensa	34.447$70	17.025$75	29.046$00	32.647$35	34.773$45
Festas e manifestações	12.655$25	7.112$55	8.685$50	1.593,20	9.291$65
TOTAL DE GASTOS	130.875$50	90.446$65	91.618$77	99.202$79	139.350$99

Fonte: Arquivo de Oliveira Salazar (AOS)

Conferindo o Quadro 6, do primeiro semestre de 1934, percebe-se que os maiores gastos foram com a *Imprensa*. Em janeiro, do total de 130.875$00, o SPN gastou 20.000$00, para subsidiar a Revista *O Mundo Português* (2.500$00) e o jornal *A Verdade* (30.000$00). Somente para *Propaganda Política* foi mais 20.000$00, para custear a sessão inaugural da Acção Escolar Vanguarda (AEV), uma organização que surgiu nesse mês para combater o comunismo. Para as *Festas Populares*, como espetáculos teatrais, concertos e conferências gratuitas, foram pagos 12.655$25.

No mês seguinte, do total de 90.446$65, o órgão pagou para a *Imprensa* 17.025$75, para subsídios a jornais e revistas como *Revolução Nacional* que recebeu 10.000$00. O segundo maior gasto foi na *Propaganda Política*, sendo que mais uma vez a AEV recebeu 15.000$00. No item *Política do Espírito*, o órgão

pagou um total de 11.704$00, sendo que 3.500$00 foi para a última parcela do busto do presidente da República, Óscar Carmona, ao escultor António Costa, e mais 6.000$00 de subsídio à Orquestra de Câmara de Lisboa.

Em março, da despesa total de 91.618$77, a *Imprensa* recebeu 29.046$00, distribuídos como subsídios ao jornal *A Verdade* (17.000$00) e à revista *Revolução Nacional* (10.000$00). O segundo maior pagamento foi de 15$000$00 para a AEV. Para *Política do Espírito* foram pagos 13.242$40, para a realização de conferências anticomunistas, teatros gratuitos e hospedagens, alimentação e transporte para artistas e conferencistas.

A despesa mais expressiva em maio, de um total de 99.202$79, foi para a *Imprensa*, que totalizou 32.647$35, e inclui subsídios à revista *Revolução Nacional*, de 18.242$35, e ao jornal *A Verdade*, mais 6.420$00.

Em junho, o total de pagamentos do SPN foi 139.350$99, sendo que a somente a *Imprensa* recebeu 34.773$45, distribuídos para a revista *Revolução Nacional* (9.980$70) e jornal *A Verdade* (14.000$00 – equivalente a maio e junho). O item *Edições*[226] tem uma despesa calculada em 19.832$40, para a compra de papel – 42 resmas de papel *couchê* (15.000$00) e produção de três exemplares do folheto da AEV.

Quadro 7: Despesas mensais no de 1934 – 2º semestre

Despesas efetuadas	**Julho**	**Agosto**	**Setembro**	**Outubro**	**Novembro**	**Dezembro**
Política do Espírito	7.500$00	230$00	-	1.500$00	2.500$00	1.537$35
Cartazes e/ou Edições	383$00	3.450$00	14.650$00 + 11.750$00	16.655$15	35.217$10	60$00 + 20.487$00
Propagan-da Política	15.300$00	46.500$00	23.900$00	33.735$00	31.595$00	5.480$50
Imprensa	10.125$00	59.930$85	38.160$00	57.387$55	26.210$60	26.935$00
Festas e manifesta-ções	193$00	120$00	185$00	359$10	2.905$05	4.241$55

[226] No mês de junho, o item *Edições* aparece pela primeira vez nos relatórios e por ser similar ao tipo de produções de *Cartazes*, seus valores serão sempre somados. A partir de setembro, a produção de cartazes, folhetos e livros entram no item denominado *Cartazes e/ou Edições*.

TOTAL DE GASTOS	137.405$15	185.120$55	147.359$80	147.665$25	137.943$47	163.674$51

Fonte: Arquivo de Oliveira Salazar (AOS)

Chama atenção no relatório do SPN de novembro de 1934, a despesa total de 4.127$10 com escritores estrangeiros, entre eles, a brasileira Cecília Meireles, cujo pagamento se refere a uma visita à cidade religiosa de Nazaré (384$00), transporte e refeições (333$00), abono para despesas no Porto (1.000$00), despesas com aviadores franceses e alemães da Lufthansa (40$00) e transportes diversos (48$00), que chegam a 1.805$00. De acordo com o site E-biografias[227], a autora publicou nesse período, em Lisboa, o ensaio *Batuque, Samba e Macumba*.

Em dezembro, as despesas, em relação aos meses anteriores, como na *Propaganda Política* e *Imprensa* são menores. Mas, no relatório, constam os gastos com edições de livros, como os três mil exemplares do *Decálogo do Estado Novo* em português (4.750$95), mais 10 mil exemplares em francês (4.020$00), e 20 mil exemplares da *Constituição das Câmaras na evolução da política portuguesa* (3.299$20), cujo valor total, incluindo outros trabalhos, como as despesas com as gráficas e despesas com alfândegas, chegam a 20.487$65. E com o cinema, para *Lançamento do Dão* e primeira prestação do aparelho de projeção, da marca Philisonror, corresponderam a um total de 18.322$50.

Em setembro, percebe-se ainda que o item *Cartazes* se refere ao pagamento de 14.650$00 para o avião *Farman* que distribuiu 120 mil prospectos do Secretariado em todo o país. E no item *Edições* o gasto total é de 11.750$00, distribuídos na compra de seis mil exemplares de *Telefones*, seis mil *Marinha*, 20 mil *O Pensamento do Ministro das Colónias* e 15 exemplares especiais da mesma edição.

Em novembro estão listados, por exemplo, a produção de seis mil exemplares de *Política da Verdade*, por 2.550$00; seis mil exemplares do *Duas escolas políticas*, por 2.550$00; e mais seis mil exemplares de *A Obra Financeira de Salazar*, escrito por Marcello Caetano, equivalente a 2.500$00. Somente a segunda prestação do contrato de fornecimento do *Álbum de Portugal 1934*, corresponde à despesa de 19.500$00.

[227] **E-Biografias** – http://www.e-biografias.net/cecilia_meireles/, visitado em 6de junho de 2014, às 16h55.

Apenas na *Propaganda Política* foram gastos 31.595$00 para a produção de cinco mil exemplares de um manifesto para a constituição do Sindicato Nacional dos Ferroviários.

Em dezembro, o maior gasto foi com a *Imprensa*, que inclui subsídios a jornais: *A Verdade* (8.000$00), à administração de *A Voz,* pela publicação na íntegra do relatório das contas da gerência 1933/1934, correspondente a 5.000$00; e à Defesa Nacional (3.500$00). Somente com *Edições*, o SPN pagou 20.487$65, para a composição e impressão dos três mil exemplares do *Decálogo* e mais 10 mil exemplares do *Decálogo* em francês, além de outros produtos.

Quadro 8: Despesas mensais no de 1935 – 1º semestre

Despesas efetuadas	**Janeiro**	**Fevereiro**	**Março**	**Abril**	**Maio**	**Junho**
Política do Espírito	5.505$95	3.238$00	17.811$70	7.000$00	-	-
Cartazes e/ou Edições	39.431$50	19.343$60	22.845$30	3.440$00	200$00 + 34.516$00	27.060$00
Propaganda Política	3.406$00	92.099$24	32.271$40	53.458$50	17.395$00	15.107$00
Imprensa	40.410$60	13.817$90	36.380$00	24.720$00	36.720$00	53.720$00
Festas e manifesta-ções	2.528$00	916$00	1.906$00	4.963$55	4.285$00	874$00
TOTAL DE GASTOS	237.583$14	232.507$24	259.151$07	166.235$00	209.909$97	312.219$62

Fonte: Arquivo de Oliveira Salazar (AOS)

Analisando o Quadro 8, observa-se que as maiores despesas em janeiro de 1935 foram com a *Imprensa*, onde consta o pagamento para diversos colaboradores de jornais e para subsidiar jornais como *A Verdade*, com 16.900$00, e *Defesa Nacional*, com 3.500$00; e com *Edições* para produção, por exemplo, dos seis mil exemplares do *Constitution Politique de La Republique Portugaise*, com 68 páginas, no valor de 5.570$00; e 10 mil folhetos do *O Estado Novo e as suas realizações*, de Manuel Rodrigues.

Em fevereiro, o maior pagamento, de 92.099$24, foi feito dentro do item *Propaganda Política*, sendo que a AEV recebeu 84.604$24. Em segundo lugar ficaram as despesas com *Edições*, num total de 19.343$60, que incluem, por

exemplo, a confecção de cinco mil mapas (55 x 37) em francês *Portugal não é um país pequeno*, por 5.620$00; 20 mil exemplares do folheto *O Momento Político*, que custou 4.650$00; 1.500 boletins *Portugal Nº 1*, por 1.176$00.

No item *Imprensa*, nos meses de janeiro e março foram destinados muitos recursos para os jornais. Em março, as publicações *A Verdade*, *Jornal A Voz*, *A Voz*, e *Defesa Nacional* receberam os maiores subsídios, respectivamente, 8.000$000, 5.000$00, 3.500$00 e 4.000$00. Para a *Propaganda Política* foram pagos um total de 32.271$40, sendo que 29.000$00 somente para custear despesas com a representação do major Mousinho de Albuquerque, de Portugal, nos concursos hípicos em Madri, Roma e Nice.

Em abril, a maior conta ficou para a *Propaganda Política*, no valor de 53.458$50, sendo que 42.000$00 foram para subsídio à representação de Portugal na Exposição Internacional de Bruxelas. O maior gasto na *Imprensa* foi para custear os jornais *A Verdade*, com 8.000$00, e *A Voz* com 5.000$00.

Em maio, os pagamentos mais elevados estão para *Imprensa* e para *Edições*. Em *Edições* os maiores valores pagos foram para a 3ª prestação do álbum *Portugal 1934*, equivalente a 10.000$00; aos três mil exemplares do livro *Esta é a verdade sobre Salazar* (composição, papel e impressão), com 9.808$00; e 6 mil folhetos *A Política de Espírito e os Prémios Literários do SPN*, que chegaram a 3.965$00.

Em junho, a maior despesa foi com a *Imprensa*, que chegou a 53.720$00. Desse total, os maiores recursos foram para pagamento aos jornais *A Verdade*, referente ao mês de maio e junho, no valor de 16.000$00; *A Voz,* 5.000$00. O segundo maior gasto foi para *Edições*, cujo total de 27.060$00, pagou, por exemplo, a produção de dois mil livros *Patria Nostra*, pelo valor de 3.612$00; 22 mil folhetos *Soldados de Portugal*, por 2.847$00; e 3 mil boletins *Portugal Nº 3* por 2.352$00.

Quadro 9: Despesas mensais no de 1935 – 2º semestre

Despesas efetuadas	**Julho**	**Agosto**	**Setembro**	**Outubro**	**Novembro**	**Dezembro**
Política do Espírito	11.890$00	-	55$00	4.500$00	-	78$30
Cartazes e/ou	4.400$00	10.137$00	7.532$00	113$65 + 1.300$00	2.084$70	36.055$20

Edições						
Propaganda Política	5.345$20	24.535$80	6.500$00	269.139$91	35.612$80	40.451$15
Imprensa	2.550$00	28.065$00	23.360$00	28.800$00	12.180$00	68.322$40
Festas e manifestações	-	-	-	-	-	770$00
TOTAL DE GASTOS	116.005$15	14.542$50	62.674$15	337.716$61	93.520$70	222.719$50

Fonte: Arquivo de Oliveira Salazar (AOS)

Em julho, destaca-se o gasto com a *Política do Espírito*, de 11.890$00, para a organização do banquete servido pela editora Garret para a entrega dos Prêmios Literários. Em *Edições*, dos 4.400$00, 1.870$00 foram para confecção de 10 mil exemplares do folheto *Ano IX*. Para a *Propaganda Política*, dos 5.345$20, 2.925$00 foram destinados ao pagamento do banquete servido pela Garret na Sociedade N. das Belas Artes (Exposição de Arte Moderna). Além disso, do total de 116.005$15, 68.418$95 correspondem ao item *Despesas com Estrangeiros*[228], quando o SPN financiou a visita de intelectuais estrangeiros em Portugal, entre eles, a escritora brasileira Cecília Meireles.

Em agosto, o maior pagamento foi em *Edições* para a confecção de seis mil folhetos *Der Neue Staat und Seine Taten Von*, cujo título em alemão corresponde a *O Novo Estado e suas ações,* escrito por Manuel Rodrigues, correspondente a 2.440$00, e de mais quatro mil boletins *Portugal Nº 6* por 3.617$00, de um total de 10.137$00. Para a *Imprensa* foram pagos um total de 28.065$00, divididos entre jornais como *A Verdade,* que recebeu pagamento de 8.000$00, referente a julho, *A Voz,* 5.000$00, e *Defesa Nacional*, 3.500$00.

Em setembro, o maior subsídio pago à *Imprensa* foi para o jornal *A Verdade* que recebeu 8.000$00, de um total de 23.360$00. Para *Propaganda Política* foram pagos 6.500$00.

Em outubro, o maior desembolso foi no item *Propaganda Política*, referente a 269.139$91, distribuído para organização da Quinzena de Portugal em Genebra, que incluiu a Exposição de Arte Popular, viagem do diretor do SPN, António Ferro, de Lisboa a Genebra, ida e volta na 1ª classe com cama, equivalente a 43.555$00,

[228] O item *Despesas com Estrangeiros* consta no relatório do SPN de julho de 1935.

e fretes das mercadorias e despesas com alfândega, no valor de 39.199$00. Do total desse valor, boa parte pagou a Quinzena de Portugal em Genebra.

Em dezembro, as maiores despesas foram com *Imprensa*, sendo que 68.322$40 com subsídios mais altos para os jornais *Revolução Nacional,* com 15.682$40; *A Verdade* (meses de novembro e dezembro) com 16.000$00; *A Voz* (meses de novembro e dezembro) com 10.000$00. Depois com *Propaganda Política*, as despesas mais relevantes foram ainda para pagamento da Quinzena de Portugal em Genebra.

Quadro 10: Despesas mensais no de 1936 – 1º semestre

Despesas efetuadas	**Janeiro**	**Fevereiro**	**Abril**	**Maio**	**Junho**
Política do Espírito	-	23.160$00	330$00	7.339$00	1.009$20
Cartazes / Edições	300$00	-	7.951$07	34.924.52	20.720$00
Propaganda Política	1.200$00	5.261$15	12.353$95	14.670$35	23.896$21
Imprensa	217.042$00	51.530$10	30.650$00	42.504$00	30.440$00
Festas e manifestações	-	-	2.506$50	1.150$00	1.785$00
TOTAL DE GASTOS	319.389$15	218.154$04	351.316$17	348.469$72	461.275$56

Fonte: Arquivo de Oliveira Salazar (AOS)

No primeiro mês do ano de 1936, chama atenção que do total de gasto do SPN, de 319.389$15, 217.042$00 foram destinados para subsidiar a revista *Bandarra*, de arte, literatura, história, cinema e teatro, no período de fevereiro a dezembro de 1935.

Em fevereiro, as maiores despesas foram com a *Imprensa*, sendo que 51.530$10 ficaram, por exemplo, com jornais *A Verdade* (janeiro e fevereiro), que recebeu 16.000$00; e *A Voz* (janeiro e fevereiro), com 10.000$00. No entanto, no relatório consta outro pagamento, identificado pelo item *Realização em Portugal das Actualidades*[229] com inclusão de pagamentos por filmagem cinematográfica,

[229] O item *Realização em Portugal das Actualidades* consta no relatório do SPN de fevereiro de 1936.

filmagem de chegada a Lisboa de navios de guerra e da inauguração da linha aérea Londres-Lisboa, que chegaram a um total de 19.171$00.

No mês de abril, o maior gasto do total de 351.316$17, foi com a *Imprensa*, cujo valor chegou a 30.650$00. No relatório, destaca-se a despesa com o item identificado por *Filme de Grande Propaganda*[230], discriminado em três páginas e que soma 123.392$50, distribuído entre pessoas contratadas para trabalhar na área administrativa ou de produção, aluguéis de espaços para filmagens e ao realizador do filme António Lopes Ribeiro, que recebeu 5.000$00, e para compra de um automóvel *Peerless*, pelo equivalente a 16.500$00.

Em maio, o maior dispêndio foi com a *Imprensa*, que recebeu um total de 42.504$00 e a conta com a revista *Bandarra* foi liquidado. O gasto com *Edições* também é destaque, já que dos 34.924.52, aparecem entre os beneficiados a Litografia de Portugal que recebeu 17.840$00 pelo fornecimento de 90 mil gráficos para o livro *Le Relèvement Economique au Portugal*; e impressão de 10 mil exemplares do *Decálogo* em inglês, no valor de 3.200$00. No total desse mês, de acordo com o relatório, também foi registrada a despesa com o *Filme de Grande Propaganda*, cujo valor é de 98.483$05; e também com a *Realização de Portugal com Actualidades*[231], chegando a 13.219$70.

No mês de junho, o grande gasto foi novamente com o *Filme de Grande Propaganda*, que recebeu 155.143$55 do total de 461$275$56, como consta no relatório. Quando se analisa o quadro 10, conclui-se que as maiores despesas foram com a *Imprensa* que distribuiu 30.440$00 para os jornais *A Verdade* e *A Voz*, respectivamente recebendo 8.000$00 e 5.000$00. No item *Edições*, os gastos chegaram a 20.720$00 para a produção, por exemplo, de seis mil exemplares do boletim *Portugal Nº 14*, no valor de 6.530$50. No item *Propaganda Política* foram pagos ainda a realização da Exposição de Arte Popular, de 23.896$21.

Quadro 11: Despesas mensais no de 1936 – 2º semestre

Despesas efetuadas	**Julho**	**Agosto**	**Outubro**	**Novembro**	**Dezembro**
Política do Espírito	9.132$50	28.145$00	65$00	1.500$00	-

[230] O item *Filme de Grande Propaganda* consta no relatório do SPN de abril de 1936.
[231] O item *Realização de Portugal com Actualidades* consta no relatório do SPN em maio de 1936.

Cartazes / Edições	25.316$55	18.463$40	300$00	3.250$00	27.239$80
Propaganda Política	17.362$85	5.370$64	105.181$95	20.710$00	21.395$75
Imprensa	28.490$00	27.501$00	17.715$00	20.540$00	33.420$00
Festas e manifestações	225$00	3.000$00	-	-	2.215$00
TOTAL DE GASTOS	525.336$92	272.553$02	235.829$40	161.988$58	296.268$44

Fonte: Arquivo de Oliveira Salazar (AOS)

Em julho, a maior despesa não está no Quadro 11, mas no relatório do SPN. Dos 525.336$92, 190.958$11 foram destinados ao filme de *Grande Propaganda de Portugal*. Outro investimento foi o de 25.832$27 para a produção dos documentários para os cinemas de *Portugal de Actualidades*. Observando o quadro 11, verifica-se que os maiores gastos foram com a *Imprensa*, que totalizaram 28.490$00, distribuídos para subsidiar os jornais *A Verdade, A Voz* e *Defesa Nacional*. E depois com *Edições*, sendo que 22.873$60 pagos para a confecção de 6 mil livros *Le Relèvement Economique Du Portugal*, que corresponde ao título em português *A Revolução Econômica de Portugal*.

Também em agosto o pagamento mais alto está no relatório e não no Quadro 11. Do total de 272.553$02, 49.307$00 foram investidos na construção e funcionamento do *Teatro Ambulante*. No item *Política do Espírito*, a maior parte da verba de 28.145$00, 26.500$00, foi para pagar os Prêmios Literários, nas categorias como Teatro, Poesia, História, Reportagem e Ensaio. Na *Propaganda Política*, destaca-se o pagamento, até irrisório em relação aos demais pagamentos, de 793$00 para a escuta do SPN sobre o Movimento Revolucionário na Espanha. Isso demonstra a preocupação política constante de Portugal com o país vizinho. E apenas com a produção do filme a *Grande Propaganda de Portugal*, o órgão pagou 45.587$80.

Em outubro, o total de gastos chegou a 235.829$40. Somente para as produções da *Propaganda Política* foram destinados 105.181$95, sendo que 70.000$00 usados para subsídios especiais do presidente do Conselho, António de Oliveira Salazar, destinados para o pagamento do sub-secretariado de Estado das Corporações e Previdência Social. No relatório mensal do órgão, aparecem, pela

primeira vez, outros itens como *Propaganda Anti-Comunista pela Fotografia* que recebeu 5.197$00 para organização de uma exposição de fotografia no estúdio do SPN, por Lodygensky e príncipe Kourakine. No *Propaganda Anti-Comunista pelo Cinema*, o órgão pagou 7.781$80, para a compra de documento e de um filme da Espanha da *Comptoir Maritime Franco-Portugais*.

Em novembro, do total de 161.988$58, 20.710$00 foram destinados à *Propaganda Política*[232]; e 20.540$00 à *Imprensa*. Mais uma vez, no relatório, estão especificados pagamentos para a *Propaganda Anti-Comunista pelo Cinema*, com 1.258$84. Só dessa vez, o Secretariado também pagou para a *Propaganda Anti-Comunista pela Imprensa* 7.990$00, sendo que 6.990$00 foram para a Editorial Império pelo fornecimento de 10 mil exemplares da obra *Moscovo*.

No último mês de 1936, as despesas efetuadas totalizaram 296.268$44. De acordo com o Quadro 11, o maior gasto foi com a *Imprensa*, que chegou a 33.420$00. Ao verificar o relatório, identifica-se a despesa com *Propaganda Anti-Comunista*, no valor de 2.733$05, pago à comissão administrativa da Emissora Nacional pela transmissão do comício anti-comunista em Coimbra, realizado em 30 de novembro. Também constam os gastos com *Propaganda Anti-Comunista pelo Cinema*, que chegou a 16.136$10. Para completar, ainda foram pagos 16.405$00 para a *Propaganda Anti-Comunista pela Imprensa*, incluindo a Editorial Império que confeccionou 3.500 exemplares da *Constituição da República-Acto Colonial e Discurso de junho*, em espanhol, pelo equivalente a 4.500$00; e mais 3 mil exemplares do livro *Anti=Marx*, de Pequito Rebêlo, ao custo de 4.655$00.

Quadro 12: Despesas mensais no de 1937 – 1º semestre

Despesas efetuadas	**Janeiro**	**Fevereiro**	**Março**	**Abril**	**Maio**	**Junho**
Política do Espírito	5.500$00	6.145$00	56.809$60	10.640$00	5.500$00	35.500$00
Cartazes / Edições	550$00	13.505$20	5.546$94	8.032$00	7.468$40	32.322$50
Propaganda Política	-	1.051$40	-	-	327$80	45.425$15
Imprensa	20.350$00	32.255$00	32.160$00	29.590$00	35.760$00	31.360$00

[232] A maior quantia desses recursos foi destinado para o Movimento Revolucionário da Espanha.

Festas e manifesta-ções	-	45$00	1.498$00	7.603$00	1.115$00	20.988#90
TOTAL DE GASTOS	96.568$85	164.023$12	285.093$46	216.644$75	225.569$02	501.141$29

Fonte: Arquivo de Oliveira Salazar (AOS)

No primeiro mês de 1937, a maior despesa do total de 96.568$85, foi de 20.350$00 por conta da *Imprensa*[233]. No relatório do SPN, destaca-se os gastos de 4.825$000 para a produção do filme *Actualidades de Portugal*.

Em fevereiro, do total de gastos de 164.023$12, o maior pagamento está no relatório e foi para a produção do filme de *Grande Propaganda*, calculado em 28.700$10, e distribuído para organização do arquivo fotográfico, para o produtor do *Revolução de Maio* e para honorários de diversas pessoas. Conforme o Quadro 12, os pagamentos mais altos foram à *Imprensa*, de 32.255$00, incluindo os colaboradores (7.670$00) e imprensa estrangeira e subsídios aos jornais (19.650$00).

Em março, a despesa do secretariado totalizou 285.093$46 e o maior gasto foi com a *Política do Espírito*, que chegou a 58.809$60, e boa parte para os prêmios como o Columbano a Eduardo Malta na Exposição de Arte Moderna (10.000$00) e literários como O Eça de Queiroz a Joaquim Paço d'Arcos (10.000$00) e Alex Herculano a José Leite de Vasconcelos (8.000$00). Analisando apenas o relatório, destaca-se o pagamento de 40.271$35 para a produção do filme de *Grande Propaganda*.

Em abril, que totalizou um gasto de 216.644$75, verifica-se que o maior dispêndio foi para a *Imprensa*, com 29.590$00, distribuídos assim: 6.690$00 para os colaboradores, 650$00 para imprensa estrangeira e 22.250$00 para subsídios aos jornais, como *A Verdade*, *A Voz* e *Defesa Nacional*. O segundo gasto ficou por conta da *Política do Espírito*, sendo que de 10.640$00, 10.000$00 foram pagos ao Círculo de Cultura Musical. No item *Festas, Manifestações e Espetáculos*, o órgão pagou 7.603$00 para, por exemplo, a ceia com 300 pessoas para entrega dos Prêmios Literários, o equivalente a 5.250$00. E, como nos meses anteriores, consta no relatório que o SPN pagou 28.042$20 para a produção do filme de

[233] A partir de 1937, este item *Imprensa* fica mais detalhado: colaboradores, imprensa estrangeira e subsídios para os jornais.

Grande Propaganda de Portugal e mais 4.613$37 para a produção do *Portugal de Actualidades*.

Em maio, o total de gastos chegou a 225.569$02, sendo que a maior quantia foi pago à *Imprensa*: 35.760$00. No relatório, as despesas mais altas são, mais uma vez, com a produção da *Grande Propaganda Política*, com 43.337$05; e para o *Portugal de Actualidades*, que absorveu 17.126$87.

No último mês do primeiro semestre de 1937, as despesas mais que dobraram em relação a maio, totalizando 501.141$29. Segundo o Quadro 12, os pagamentos ficaram nesta ordem: *Propaganda Política* com 45.425$15, *Política do Espírito* 35.500$00, *Edições* 32.322$50 e *Imprensa* 31.360$00, que somam 144.607$65. O que significa que as maiores despesas foram com outros itens, localizados no relatório, como Subsídios Especiais, para qual foram destinados 71.478$00. Desse valor, 50.000$00 foram para a Sociedade Nacional de Tipografia, editora do jornal *O Século* pela publicação da publicidade comemorativa do 28 de Maio[234]. Para o filme de *Grande Propaganda* foram destinados 35.106$00 e para o *Portugal Actualidades* mais 32.854$24. A *Propaganda Externa e Interna* recebeu 22.104$55.

Na pasta das despesas do SPN foi localizado um outro documento. Em 4 de fevereiro de 1937[235], o diretor do SPN, António Ferro, enviou ao presidente do Conselho, Salazar, o relatório com as especificações dos cargos do órgão e da previsão do orçamento mensal, de 25.350$00 por mês, o que corresponde a um orçamento de 304.200$00, com o pessoal, como 13 oficiais, dois auxiliares de 1ª classe, um escriturário de 1ª classe, dois auxiliares de 2ª classe, quatro datilógrafos, quatro auxiliares de 3ª classe, uma telefonista, cinco contínuos de 2ª classe, um praticante de 1ª classe e dois praticantes de 2ª classe.

Destaca-se no relatório de junho, na sequência dos gastos mensais, mas sem numeração sequencial que, entre janeiro e junho de 1937, o total pago para a realização da produção dos filmes *Grande Propaganda de Portugal* (175.456$70), *Portugal Actualidades* (61.898$59) e de materiais do arquivo fotográfico (15.966$30) foi de 294.332$09.

---

[234] Data em que Portugal comemorava a Revolução Militar de Portugal, por meio de um golpe que aconteceu em 28 de maio de 1926.
[235] Op. Cit. Arquivo Nacional Torre do Tombo. pp. 317-318

Quadro 13: Despesas mensais no de 1937 – 2º semestre

Despesas efetuadas	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
Política do Espírito	1.050$00	7.500$00	2.500$00	8.500$00	500$00	21.500$00
Cartazes / Edições	8.823$95	17.170$50	32.743$32	56.344$00	16.981$75	161.404$11
Propaganda Política	-	-	74.291$60	25.675$00	3.220$00	11.277$50
Imprensa	32.960$00	30.500$00	30.460$00	30.800$00	27.300$20	38.357$50
Festas e manifesta-ções	9.360$00	-	-	105$00	-	-
TOTAL DE GASTOS	311.009$82	303.731$39	350.530$95	315.380$56	151.446$44	448.227$45

Fonte: Arquivo de Oliveira Salazar (AOS)

Em julho de 1937, o total de despesas efetuadas somou 311.009$82, sendo que o maior gasto foi com *Imprensa*, chegando a 32.960$00. Observando o relatório, constata-se, mais uma vez, o pagamento para a produção do filme *Grande Propaganda* (38.765$80) e *Portugal de Actualidades* (15.990$65). E constam ainda pagamentos feitos a itens que não estavam especificados em documentos anteriores como *Direitos do Autor*, que representou 7.956$00, para Sociedade de Compositores e Teatrais Portugueses; e Teatro Ambulante, que correspondeu a 5.602$07.

Em agosto, o SPN fechou o relatório com o pagamento total de 303.731$39, sendo que a despesa com a *Imprensa* chegou a 30.500$00, distribuídos para Colaboradores (7.050$00), Estrangeira (1.100$00) e subsídios (22.350$00). Os gastos com a produção da *Grande Propaganda de Portugal* significou uma despesa de 22.715$40; e com *Actualidades de Portugal*, de 49.040$65.

No mês seguinte, em setembro, o total de gastos aumentou um pouco: 350.530$95. Desse valor, 74.291$60 foram destinados para pagamento da *Propaganda Política* que envolveu, por exemplo, o custo da publicidade no *Diário de Notícias* sobre a Revolução de 28 de Maio (21.517$40), e pagamento dessa divulgação em outros jornais como *O Século (*24.296$85). Em *Edições*, o SPN pagou 32.743$32 para a produção de cinco mil exemplares em francês do Boletim

Portugal nº 27 (4.200$00); três mil exemplares em inglês do *Boletim Portugal nº 2* (2.100$00); e para a primeira parcela a *Faber & Faber Ltda* para a confecção de 1.500 exemplares do livro *Salazar*, em inglês, (14.479$80).

Em outubro, o maior gasto, de 56.344$00, de acordo com o Quadro 13, é no item de *Cartazes e Edições*, pagos à Editorial Império para impressão de sete mil suplementos do nº 27 do *Boletim de Portugal*, escrito em francês, no valor de 1.640$00; pelo fornecimento de 10 mil do folheto *Political Constitucion of the Portuguese Republic*, por 8.700$00; e à Companhia do Minho pelo fornecimento de 30 mil exemplares do *Decálogo do Legionário*, equivalente a 12.000$00.

Para a *Imprensa*, o SPN pagou 30.800$00. Sendo que para os 20 colaboradores foram pagos 7.000$00 e para subsidiar jornais mais 22.750$00. Os jornais *A Verdade* e *Defesa Nacional* foram os que receberam os maiores recursos, respectivamente, 8.000$00 e 3.500$00. Nesse mês, os pagamentos com *Propaganda Política* chegaram a 25.675$00, mas 22.050$00 foram para custear a cerimônia de gala e exibição do filme *A Revolução de Maio* em Paris. No relatório do órgão as outras grandes despesas totalizaram 60.447$36. Desse valor, 28.857$66 foi para a produção do filme *Portugal em Actualidades* e 28.369$85 para aquisição de filmes produzidos por terceiros.

Em novembro, o total das despesas efetuadas foi de 151.446$44. De acordo com o Quadro 13, o maior pagamento, correspondente a 27.300$00, foi com a *Imprensa*. Desse total, 7.800$20 para os colaboradores, 18.850$00 para subsidiar os jornais, como *A verdade* (8.000$00) e *A Voz* (5.000$00). Para *Edições* foram destinados 16.981$75, dos quais 5.155$00 serviram para pagar a Editorial Império Ltda pela confecção de cinco mil exemplares do *Boletim Portugal*, número 28, e mais 2.825$00 para mais três mil exemplares do *Boletim Portugal*, número 3. No relatório de despesas, consta o gasto de 26.833$22 com cinco itens, sendo que os maiores valores são com Cinema Ambulante, com 9.533$60, e para a realização de filmes cinematográficos 6.729$82.

O maior gasto do SPN no 2º semestre de 1937 foi registrado em dezembro: 448.227$45. De acordo com o Quadro 13, a despesa mais alta foi com *Edições* que chegaram a 161.404$11, para confecção de cinco mil exemplares do *Boletim Mensal*, número 29, em francês; de três mil exemplares do *Boletim Mensal*, número 4, em inglês; e mais 3.600 exemplares do *Boletim Mensal*, número 5. O pagamento à Editorial Império Ltda chegou a 12.640$00. Para a produção de publicações,

cartazes e brochuras, o Secretariado pagou à mesma editora o equivalente a 33.040$59. Somente para a confecção do *Álbum de Arte Popular*, foram destinados 39.705$00, e para a impressão de 15 mil exemplares do *Folheto Império*, mais 10.425$00. Para a tiragem de 16.200 exemplares sobre Portugal para a Seção Portuguesa da Exposição Portuguesa de Paris em 1937, mais 18.263$00; e para edição inglesa do livro *Salazar*, mais 13.378$70.

Nesse mês, o secretariado pagou à *Imprensa* o total de 38.357$50, sendo que 15.357$50 para os colaboradores e 22.350$00 para subsidiar jornais como *A Verdade* (8.000$00) e *A Voz* (5.000$00). Com *Propaganda Política* foram pagos 11.277$50 e com a *Política do Espírito* mais 21.500$00. Mas, observando apenas o relatório, verifica-se que as grandes despesas foram para a produção do filme *Portugal em Actualidades*, cuja despesa chegou a 8.412$03, e *Grande Propaganda*, no valor de 51.120$00, totalizando 67.425$03.

Quadro 14: Despesas mensais no de 1938 – 1º semestre

Despesas efetuadas	**Janeiro**	**Fevereiro**	**Março**	**Abril**	**Maio**	**Junho**
Política do Espírito	4.800$00	23.855$00	13.811$20	38.464$15	86.957$05	50.541$25
Cartazes / Edições	3.018$00	9.703$10	14.767$51	44.094$35	41.881$70	37.935$15
Propaganda Política	-	-	-	-	-	4.477$40
Imprensa	21.588$10	39.072$60	37.540$50	24.900$00	23.400$00	41.008$60
Festas e manifesta-ções	-	-	718$50	-	5.461$00	8.249$00
TOTAL DE GASTOS	103.547$00	230.654$69	237.933$80	397.317$04	464.848$38	378.113$97

Fonte: Arquivo de Oliveira Salazar (AOS)

Observando o Quadro 14, em janeiro de 1938, as despesas totalizaram 103.547$00. Com *Imprensa* foi 21.588$00, sendo que 19.800$00 foram com subsídios dos jornais *A Verdade* (8.000$00), *A Voz* (5.000$00) e *Defesa Nacional* (3.500$00). Analisando o relatório, destacam-se os gastos com *Política Externa e Interna* que chegou a 51.310$75, que inclui despesas para estadia do cineasta Barão de Mandelstamm, do jornalista alemão Von Müller, do professor Planchard e do brasileiro Miranda Netto, do Instituto do Trabalho do Rio de Janeiro.

Em fevereiro, as despesas chegaram a 230.654$69, sendo que com a *Imprensa* foram pagos 39.072$60 e com a *Política do Espírito* mais 23.855$00, divididos para Exposições e Música. No relatório constam os valores mais altos como o de *Propaganda Externa e Interna* que chegou a 49.705$70, correspondente a despesas com escritores, artistas e cineastas estrangeiros que estiveram em Portugal para atividades culturais.

Em março, o SPN gastou um total de 237.933$80 e, a maior despesa foi para a *Imprensa*, cujo valor foi de 37.540$50. O segundo item foi *Edições*: 14.767$51. Para a *Política do Espírito*, o SPN pagou o equivalente a 13.811$20, entre exposições, música e despesas com estrangeiros. Observando o relatório, constata-se uma despesa com *Propaganda Externa e Interna* equivalente a 17.415$90, para recepção, estadia e deslocamento de estrangeiros em Portugal. Na produção de filmes, o valor chegou a 54.939$79.

Em abril, as despesas chegaram a 397.317$04, sendo que o item *Edições* representou um pagamento de 44.094$35, para a produção do *Boletim Portugal* número 32, em francês, *Boletim Portugal* número 33, *Boletim Portugal* número 7, em inglês, e à Editorial Imperial Ltda para confecção de 10 mil exemplares da obra *Dez anos na Pasta das Finanças*, no valor de 20.573$00. A segunda maior despesa foi de 38.464$15 com *Política do Espírito* que incluiu a organização de exposições e apresentações musicais e a pessoas que receberam o Prêmio Camões.

Com a Imprensa, o SPN pagou 24.900$00, correspondente ao serviço de arquivo fotográfico (4.459$50), a colaboradores (7.950$00), compra de jornais e assinaturas (2.770$25) e subsídios à imprensa portuguesa (24.900$00).

Observando o relatório como um todo, verifica-se que o SPN gastou com *Propaganda Externa e Interna* o equivalente a 4.559$90. Para a produção de filmes, o órgão pagou 26.523$93, entre eles, o *Portugal de Actualidades* (26.523$93). Para a realização do *Cinema Ambulante Motorizados* foi pago 40.021$20 e para o *Cinema Ambulante Simples*, 10.991$96.

Em maio, o total das despesas do Secretariado chegou a 464.848$38, sendo que o maior gasto foi com *Propaganda Política*: 86.957$05. Neste item, está incluída a organização da infraestrutura, estadia de convidados e premiados do Prêmio Literário Camões, entre eles, Alfredo Pimenta pela escrita da obra *Subsídios para a História de Portugal* (8.000$00); Carlos Selvagem, autor da peça

teatral *Telmo, o aventureiro* (5.000$00); e Ramiro Guedes de Campos pela obra *Portugal* (5.000$00). A segunda maior despesa foi com *Cartazes e Edições*, que totalizou 41.881$70, sendo que 7.480$00 foi para os colaboradores e 23.400$00 para subsidiar os jornais *A Verdade* (8.000$00), *A Voz* (5.000$00) e *Defesa Nacional* (3.000$00).

Analisando o relatório desse mês, observa-se novamente que boa parte do pagamento foi para a produção do filme *Grande Propaganda*, à Tobis Portuguesa pelo aluguel do estúdio, 63.958$95; para a Sociedade Portuguesa de Actualidades Cinematográficas, pela produção do *Jornal Português* número 3, cujo valor chegou a 27.892$50; e para a realização e produção do *Portugal em Actualidades*, correspondente a 17.466$70. Já para os *Cinemas Ambulantes Motorisados* foram pagos 38.588$70.

Entre os relatórios mensais de maio e junho, foram localizadas nove folhas que descrevem os passos para a realização do filme *A Revolução de Maio*, que teve como objetivo fazer propaganda no país e com cedência de direitos de exibição em outros países como o Brasil. O custo total chegou a 2.233.122$36 e, somente com a publicidade, foram pagos 123.958$45, e para propaganda, 79.601$00.

Em junho, o total de gastos discriminados no Quadro 14 chegou a 378.113$97, sendo que a maior despesa foi com a *Política do Espírito*, para a produção de dois mil catálogos para a 3ª Exposição de Arte Moderna; com hospedagens para convidados para entrega do Prêmio Literário Camões, com serviços de automóveis e banquete para 60 convidados; e pagamentos para realização do Prêmio Literário e Artístico.

A segunda maior despesa foi com a *Imprensa*: 41.008$60, distribuídos para pagar o arquivo fotográfico, os colaboradores (9.805$00), a compra de jornais, a imprensa estrangeira e os subsídios para a imprensa portuguesa. Destacam-se sempre com os maiores pagamentos realizados os jornais *A Verdade* (8.000$00), *A Voz* (5.000$00) e *Defesa Nacional* (3.800$00).

Em terceiro lugar estão os gastos com *Cartazes e Edições* que chegou a 37.935$15, distribuídos entre Editorial Império para confecção de 4.700 exemplares do *Boletim Portugal* número 34 e mais 4.700 exemplares do *Boletim Portugal* número 35, outros boletins em francês e inglês; trabalhos de tradução; e fornecimento de 800 exemplares do *Perfil de Salazar*, ao custo de 6.000$00.

A exemplo dos meses anteriores e relacionados apenas no relatório mensal, os maiores pagamentos do SPN ficaram por conta das produções de filmes como *Portugal de Actualidades* com 13.065$77; e para organização e realização do *Teatro Ambulante*, incluindo infraestrutura e pagamento dos artistas, que chegou a 82.841$15. Para a realização do *Cinema Ambulante Motorisado* foram pagos 11.105$10 e para o *Cinema Ambulante Simples* mais 3.401$55.

Quadro 15: Despesas mensais no de 1938 – 2º semestre

Despesas efetuadas	**Julho**	**Agosto**	**Setembro**	**Outubro**	**Novembro**	**Dezembro**
Política do Espírito	2.922$20	23.225$30	2.988$25	107.067$30	15.500$00	55.687$69
Cartazes / Edições	15.680$95	38.579$70	12.152$65	19.787$50	95.549$92	50.738$20
Propaganda Política	-	-	-	-	-	16.963$50
Imprensa	52.755$77	55.947$60	36.681$15	39.290$00	42.524$95	55.921$79
Festas e manifesta-ções	6.626$70	472$60	600$00	309$00	2.489$00	358$00
TOTAL DE GASTOS	298.645$06	415.518$78	230.515$06	296.620$67	317.565$31	556.207$28

Fonte: Arquivo de Oliveira Salazar (AOS)

De acordo com o Quadro 15, as despesas de julho totalizaram 298.645$06. Somente com a *Imprensa*, o Secretariado gastou 52.755$77, distribuídos para o Arquivo Fotográfico (14.244$97); colaboradores (7.330$00); e para subsídios à imprensa (23.600$00).

No item *Cartazes e Edições*, o SPN gastou 15.680$95 na segunda parcela para a Livraria Plon, referente a compra de mil exemplares do *Álbum de Arte*, de Reynaldo dos Santos, e equivalente a 6.208$40; e Álvaro Pinto pelo fornecimento de 600 revistas *Ocidente* número 3, no valor de 6.000$00.

Já a despesa com a produção do filme *Portugal de Actualidades*, que consta no relatório mensal, chegou a 11.887$49. Somente para o *Teatro Ambulante*, o SPN pagou 74.689$45, distribuídos entre ajudas de custo para atores, combustíveis para carros, despesas diversas, material cênico e direitos do autor.

Para os *Cinemas Ambulantes Motorisados* foram despendidos 8.338$50. Para o *Cinema Ambulante Simples*, mais 3.223$85.

Em agosto, o valor total dos gastos chegou a 415.518$78. Observando o Quadro 15, percebe-se que apenas com a *Imprensa* o SPN pagou 55.947$60, sendo que 9.182$12 para o Arquivo Fotográfico, 8.160$00 para os colaboradores e 23.300$00 para subsídios à imprensa portuguesa.

Verifica-se ainda que para o item *Edições* foram pagos 38.570$70, para a Editorial Império confeccionar 3.600 exemplares do *Boletim Portugal* número 10, correspondente a 4.335$60; e fornecer 10 mil folhetos em inglês *Modern Portugal*, equivalente a 7.765$00; e à Livraria Plon para quitar a aquisição do *Álbum de Arte*, de Reynaldo do s Santos, por 4.541$50.

Com *Política do Espírito*, o órgão gastou 23.225$30, distribuídos entre ajuda de custo para o projeto Aldeia mais Portuguesa de Portugal, exposições, música e prêmios literários e artísticos. Já com *Propaganda Política*, o pagamento chegou a 11.409$75, despendidos com arte popular e despesas com viagens, alimentação e hospedagem, por exemplo, de António Eça de Queiroz e Jaime de Carvalho.

No relatório mensal, observa-se que os gastos com a realização de filmes cinematográficos chegaram a 43.729$46, com *Teatro Ambulante* 34.160$00, com o *Teatro Ambulante Motorisado* 27.546$00 e com o *Cinema Ambulante Simples* mais 3.013$35.

Em setembro, a relação discriminada aponta que os gastos chegaram a 230.515$06. No quadro 15, nota-se que a despesa mais alta foi com a *Imprensa*, sendo que dos 36.681$15, 7.200$00 foram distribuídos para colaboradores e mais 21.800$00 para custear os subsídios dos jornais de Portugal. A segunda maior despesa foi para confecção de *Cartazes e Edições*, cujo valor chegou a 12.152$65.

Também no relatório do SPN constam os pagamentos para a produção dos filmes cinematográficos que chegaram a 21.202$01, sendo que apenas para a produção do documentário sonoro *Regresso a Lisboa de sua Excelentíssima, o senhor Presidente da República*, 14.421$00. Para a realização do *Portugal de Actualidades*, 5.029$56. Para o *Teatro Ambulante*, o SPN gastou 12.000$00, para o *Cinema Ambulante* 15.990$95, e para o *Cinema Ambulante Motorisado*, mais 3.202$95.

Em outubro, a relação discriminada das despesas efetuadas soma 296.620$67. Os maiores gastos foram com a *Propaganda Política* que totalizou

107.067$30, especificados no final do relatório, em dez folhas, onde constam detalhadamente as despesas com hotéis, transportes, refeições, fotografias e outros tipos, em 11 províncias de Portugal; e a *Imprensa*: 39.290$00. Desse total, 6.735$80 foi para o Arquivo Fotográfico; 7.805$00 para os colaboradores; 650$00 para imprensa estrangeira, onde aparece o nome de Carlos Cicília, cujo pagamento se refere ao envio de artigos para jornais do Rio de Janeiro, que recebeu 450$00; e 23.300$00 para os subsídios aos jornais *A Verdade* (8.000$00), *A Voz* (5.000$00) e *Defesa Nacional* (3.800$00).

No item *Edições*, o secretariado gastou 19.787$50, sendo que os valores mais altos foram para os pagamentos a Gaspar Pinto de Souza & Irmão pelo fornecimento de 40 mil exemplares do livro número 7 e 8 da *Colecção Pátria*, equivalente a 7.400$00; e a Alvaro Pinto pelo fornecimento de 600 exemplares da revista *Ocidente* número 6, cujo valor é de 6.000$00.

Observando apenas o relatório, verifica-se que os gastos com os filmes cinematográficos chegaram a 18.453$12. Para os *Cinemas Ambulantes Motorisados*, o SPN pagou 8.137$45; e para o *Cinema Ambulante Simples*, mais 3.178$95.

No penúltimo mês de 1938, o órgão efetuou uma despesa de 317.565$31. Somente para *Edições* foram pagos 95.549$92, distribuídos, por exemplo, para Editorial Império pelo fornecimento de dois mil exemplares do livro sobre a viagem do presidente da República às Colônias da África Ocidental (5.520$00); mais quatro mil exemplares do *Boletim de Portugal*, e 14 gravuras da edição especial (13.240$00); 3.850 exemplares do *Boletim de Portugal* número 11 (11.426$00); e a Alvaro Pinto pelo fornecimento de 600 exemplares da revista *Ocidente* número 7 (6.000$00).

Para a *Imprensa*, o SPN pagou 42.524$95, sendo que 9.958$70 para o Arquivo Fotográfico, 7.590$00 com os colaboradores, 650$00 com a imprensa estrangeira – novamente aparecem os artigos para o Rio de Janeiro – e 22.050$00 para subsídios aos jornais portugueses. Para a *Política do Espírito* foi efetuado o pagamento no valor de 15.500$00, sendo que boa parte para o Círculo da Cultura Musical.

Vale destacar nesse relatório o gasto de 189.079$82 para a *Propaganda Externa e Interna* que inclui as despesas com viagens, hospedagens, refeições e deslocamentos de convidados especiais para visitarem Portugal. Já a produção de

filmes cinematográficos consumiu um total de 52.895$89, como o *Jornal Português* e o *Portugal de Actualidades*. Para o *Cinema Ambulante Motorisados* foram gastos 18.888$20 e para o *Cinema Ambulante Simples* mais 3.490$95.

No último mês, dezembro de 1938, o secretariado teve uma despesa total de 556.207$28. Para a *Imprensa* foram pagos 55.921$79, divididos entre Arquivo Fotográfico (9.874$24), colaboradores (18.980$00) e imprensa portuguesa (22.850$00). No item *Política do Espírito* os gastos chegaram a 55.687$69, onde se encontram despesas para organizações cinematográficas, confecção de cartões convites e catálogos e aos prêmios literários, correspondentes a 31.000$00.

Para *Edições* foram pagos 50.738$20, distribuídos, por exemplo, para a Editorial Império Ltda para fornecimento de 4.700 exemplares do *Boletim Portugal* número 39 e 40 (5.757$50), fornecimento de livros para diferentes livrarias (10.294$60) e publicações, brochuras e cartazes (22.520$00). Na *Propaganda Política*, o órgão pagou 16.963$50, sendo que 12.559$50 foi para compra de adereços e fornecimento de diferentes objetos para produção do *Arte Popular*.

Observando apenas o relatório mensal, verifica-se que para a *Propaganda Externa e Interna*, o SPN gastou 10.671$85. Para a produção de filmes cinematográficos foram pagos 89.489$40, sendo que praticamente metade desse valor foi apenas para o filme *Grande Propaganda* (45.000$00).

1.3 A POSIÇÃO DE VARGAS E DE SALAZAR NA 2ª GUERRA MUNDIAL

A 2ª Guerra Mundial (1939-1945) foi desencadeada por três fatores. O primeiro deles é com relação ao desejo de Adolf Hitler dominar territórios para expandir seu domínio nazifascista e superar a derrota sofrida com o Tratado de Versalhes, quando perdeu algumas áreas na 1ª Guerra Mundial. A segunda causa foi a crise econômica dos Estados Unidos em 1929, cuja quebra da Bolsa de Nova Iorque provocou também a quebra das bolsas de Berlim e de Londres, gerando uma crise mundial que atingiu diversos países, entre eles, o Brasil. A terceira causa foi o fortalecimento dos movimentos nacionalistas na Alemanha, na Itália, na Espanha, na França, em Portugal e no Brasil.

De acordo com Leitão[236], quando a Alemanha desrespeitou o Tratado de Versalhes, o 3º Reich de Hitler "reorganizou as forças armadas para iniciar uma política de expansão territorial. Tomou a Áustria e a Tchecoslováquia. Em 1939, a Alemanha formou com a Itália e o Japão, o chamado Eixo[237]". Com a omissão da Liga das Nações, a Itália conquistou a Albânia e a Etiópia e o Japão invadiu a Manchúria e mais algumas regiões da China. Hitler sabia que os países ainda estavam se organizando por causa da 1ª Guerra e se aproveitou dessa situação para também se fortalecer belicamente.

Quando a 2ª Guerra Mundial iniciou, os Estados Unidos, em crise interna econômica, ficaram neutros. Somente com o fim da Lei da Neutralidade, que começou a vigorar em 1938, e com o ataque aéreo japonês a *Pearl Harbor*, é que os Estados Unidos entraram no confronto mundial.

A Espanha, que neste período era governada pelo ditador general Francisco Franco (1936-1947), era contra os anarquistas e os comunistas, e favorável a Hitler, observa Leitão. A Itália, que vivia sob o jugo do sargento Benito Mussolini (1922-1943), fundador do Partido Nacional Fascista, dentro de um regime fascista, aliou-se à Alemanha em 1935 e, em 1936, fez aliança com o Japão, configurando-se assim o Pacto Tripartite, que formalizava um acordo político e militar entre os três países.

Salazar tentou proteger a aliança que Portugal mantinha com a Grã-Bretanha e deu continuidade à política de exportações acertada com a Alemanha. Por causa dessa situação, o governo britânico impôs limites e organizou uma guerra econômica, controlando, por exemplo, a exportação de bens importados e de produtos fabricados em Portugal. As restrições comerciais geraram uma crise de racionamento, resolvida, em 1942, com um acordo comercial de guerra com a Grã-Bretanha, assinado em 28 de novembro.

Analisando a situação econômica e voltando-se para a política internacional durante a 2ª Guerra Mundial, verifica-se que Portugal procurou manter a neutralidade tanto com a Grã-Bretanha como com a Espanha. Ribeiro salienta que quando a Espanha passou para as mãos de Franco, "muitos exilados da direita

---

[236] LEITÃO, Bárbara Julia Menezello. **Bibliotecas públicas, bibliotecários e censura na Era Vargas e regime militar.** Rio de Janeiro: Interciência; Niterói: Intertexto, 2011.
[237] Idem. p. 78

espanhola[238]" escolheram Portugal para se refugiar. Para completar, "Portugal tornou-se o principal ponto de escala para os aviões de combate e de transporte de material de guerra[239]". Essa situação fez com que em agosto de 1936 Salazar aderisse a um acordo com a França e a Grã-Bretanha de não intervenção na Guerra Civil Espanhola. A neutralidade durou até o final do conflito, mas quando o exército invadiu Madri, Portugal utilizou a Emissora Nacional para falar sobre a sua simpatia com o novo poder instituído no país vizinho.

A neutralidade de Portugal também tinha o objetivo de preservar a aliança que mantinha com a Grã-Bretanha. Apesar da Alemanha fazer propaganda internamente em Portugal, também Londres estava numa situação confortável. Afinal, antes do início do conflito, a Emissora Nacional tinha transmitido depoimentos de três políticos britânicos que fizeram elogios a Salazar e a Portugal. Ao mesmo tempo e na mesma rádio, cita Ribeiro, os ouvintes também acompanharam a descrição, por meio de crônicas, das cidades alemãs sob o regime de Hitler. "[...] os meses que antecederam o início das hostilidades ficaram marcados por uma verdadeira concorrência propagandista entre a Alemanha e a Grã-Bretanha[240]".

Quando a França foi invadida, em 1940, surgiu o temor de que Portugal também poderia ser ocupada pela Alemanha. "A partir de 1941, os serviços de Operações Especiais britânicos chegam mesmo a montar uma rede clandestina em Portugal, com o objetivo de difundir propaganda e de resistir a uma eventual invasão alemã[241]", enfatiza Ribeiro. Salazar, preocupado com a circunstância em que Portugal se encontrava, determinou uma censura mais forte a fim de impedir a "publicação de notícias que contivessem qualquer propaganda inglesa[242]".

A pressão econômica e política da Grã-Bretanha quase pôs fim ao salazarismo, entre 1943 e 1944. No entanto, em junho de 1944, explica Ribeiro, Salazar conseguiu

> negociar com os aliados a sua manutenção no poder, afastando a hipótese de uma intervenção externa destinada à substituição do Governo. Na verdade, Oliveira Salazar conseguiria aproximar-se

[238] Op. Cit. RIBEIRO, Nelson. p. 87
[239] Idem. p. 87
[240] Idem. p. 89
[241] Idem. p. 89
[242] Idem. p. 89

> dos Aliados ainda a tempo de assegurar a subsistência do seu regime no pós-guerra, quando o panorama político ficara dominado por regimes democráticos e bolchevistas[243].

O Brasil, no entanto, no início do conflito, a exemplo dos Estados Unidos, procurou ficar neutro. Klöckner[244] destaca que

> em 1940, o presidente Getúlio Vargas percebeu que Hitler e Mussolini estavam consolidando um novo modo de governar. No dia 11 de junho, proferiu um discurso a bordo do navio de guerra Minas Gerais, em que 'considerava necessária uma nova ordem no mundo', manifestando-se partidário das mudanças sociais, econômicas e políticas[245].

Segundo Klöckner, a "mensagem foi interpretada como advertência aos aliados e uma aproximação com os países do Eixo[246]". Ainda em 28 de agosto de 1941, às 12h55, o programa *Repórter Esso*, patrocinado pela Esso Brasileiro de Petróleo, produzido pela agência *United Press International*, entrou no ar. O noticiário que teve grande importância durante a 2ª Guerra Mundial, contribuiu para aproximar os Estados Unidos do Brasil. Num formato diferente e com textos objetivos, o informativo conquistou a credibilidade dos ouvintes e foi o porta-voz das notícias do *front* tendo como fonte principal a versão dos Aliados.

Além dessa relação mantida pelo meio radiofônico, os Estados Unidos procuraram evitar que os países alinhados no Eixo tivessem influência na América. Haussen[247] ressalta que quando a guerra começou "o governo brasileiro declarou-se neutro, enquanto os Estados Unidos iniciavam uma forte ação no sentido de eliminar a influência do Eixo no continente americano[248]".

O Brasil estava numa posição estratégica. Possuia recursos naturais e influenciava a política na América do Sul e, por isso, complementa Haussen,

---

[243] Op. Cit. RIBEIRO, Nelson.. p. 90
[244] KLÖCKNER, Luciano. **O noticiário radiofônico como política de guerra e a edição brasileira de O Repórter Esso.** In: ABREU, João Batista de.; GOLIN, Cida. (Orgs). Batalha Sonora: o rádio e a Segunda Guerra Mundial. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006.
[245] Idem. p. 50
[246] Idem. p. 51
[247] HAUSSEN, Doris Fagundes. **Rádio e Política – tempos de Vargas e Perón**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997.
[248] Idem. p. 22

“adquiriu grande importância nesse esforço do governo do presidente Roosevelt. E Vargas aproveitou essas circunstâncias para obter benefícios econômicos, militares e políticos para o país[249]”. A política de boa vizinhança entre os dois países representou para o Brasil a adoção do estilo de vida dos norte-americanos, caracterizado pelo consumo da Coca-Cola e pela leitura de revistas em quadrinhos como *Pato Donald*.

Além disso, compara Klöckner, o Brasil “abrigava colônias de imigrantes italianos, alemães e japoneses[250]” e empresas americanas:

> A Standard Oil Company, General Eletric e RCA Victor passaram a distribuir os seus produtos no mercado nacional e junto chegaram as grande agências de publicidade: J.W. Thompson e McCann-Erickson, entre outras, lançando as bases da globalização na comunicação brasileira e da América Latina[251].

Ao mesmo tempo, entre 1933 e 1938, o Brasil mantinha relações comerciais fortes com os Estados Unidos e com a Alemanha. Exportou para os países americanos, por ordem, de acordo com Seiteifus, 46,7% (1933), 38,9% (1936) e 34,3% (1938)[252]. Para a Alemanha, exportou: 8,1% (1933), 13,2% (1936) e 19,1% (1938). As importações dos Estados Unidos ficaram na média de 22% e da Alemanha aumentou de 12% (1933) para 25% (1938), ultrapassando os Estados Unidos.

Jambeiro lembra que quando a Alemanha invadiu a França, Vargas demonstrou simpatia aos ideais nazi-fascistas e o DIP proibiu “a exibição de filmes que de alguma forma falassem bem do regime liberal-democrata, proibindo o uso da palavra democracia em qualquer lugar[253]”. Nesse mesmo ano, Vargas também passou a perseguir os comunistas e seus aliados, principalmente os ligados ao Partido Comunista.

Mas, enfatiza Fausto[254], Vargas teve que fazer uma escolha. Mesmo tendo afinidade com a Alemanha, “acabou pendendo para as forças democráticas, por

---

[249] Op. Cit. HAUSSEN, Doris Fagundes. p. 22
[250] Idem. p. 53
[251] Idem. p. 53
[252] Op. Cit. SEITENFUS, Ricardo. p. 44
[253] Op. Cit. JAMBEIRO, Othon. p. 99
[254] FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. Brasília. Ministério da Comunicação, Secretaria de Educação a distância, 2002

razões de ordem prática[255]". Caso não apoiasse os Estados Unidos, Vargas poderia tomar uma posição arriscada e colocar em perigo a troca comercial existente entre os dois países e alguns investimentos previstos pelos americanos no Brasil.

D'Araujo[256] relata que num discurso que pronunciou em junho de 1940 a bordo do encouraçado *Minas Gerais*, Vargas criticou o liberalismo e mencionando a necessidade de "compreender a nossa época e remover o entulho das ideias mortas e dos ideais estéreis[257]", que foi

> interpretado por alguns como uma declaração de que o Brasil estaria se aproximando dos países do Eixo; para outros, teria sido uma forma de pressionar os Estados Unidos a conceder o financiamento necessário para a implantação da indústria siderúrgica, objetivo de fato alcançado[258].

Em janeiro de 1942, em solidariedade aos Estados Unidos, Vargas anuncia em um discurso o rompimento com os países do Eixo. Meses depois, por causa dos ataques aos navios brasileiros por submarinos alemães, o presidente Vargas declara estado de guerra à Alemanha, Itália e Japão, em 31 de agosto. Em seguida enviou o primeiro escalão da Força Expedicionária Brasileira (FEB), com 25 mil soldados, para combater na Itália.

Com essa decisão de aderir aos países Aliados, o Brasil priorizou os interesses comerciais com os Estados Unidos a fim de receber "investimentos no setor siderúrgico brasileiro[259]", o que possibilitou o surgimento da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), em Volta Redonda.

A partir desse posicionamento ao lado das nações democráticas, o Estado Novo entrou em declínio e, em outubro "começou a circular o Manifesto dos Mineiros, assinado por 76 personalidades pedindo a redemocratização do país[260]". Para Vargas, o mais importante naquele momento era a "emancipação econômica

---

[255] Op. Cit. FAUSTO, Boris. p. 69
[256] D'ARAUJO, Maria Celina (Org.). **Getúlio Vargas** – Perfis Parlamentares. Nº 62. Câmara dos Deputados. Brasília: Edições Câmara, 2011.
[257] Discurso de Getúlio Vargas em 11 de junho de 1940. In: **Getúlio Vargas** – Perfis Parlamentares. Nº 62. p. 34
[258] Idem. p. 34
[259] Op. Cit. KLÖCKNER, Luciano. p. 53
[260] Discurso de Getúlio Vargas em 2 de março de 1945. In: In: **Getúlio Vargas** – Perfis Parlamentares. Nº 62. p. 35

do país e do trabalhador garantida pela implantação de indústrias de base, fabricantes de máquinas produtoras de máquinas[261]". Com o término do conflito, o governante reconheceu que era "o momento propício e indicado para convocarmos a nação a fim de pronunciar-se e escolher os seus dirigentes[262]".

Skidmore salienta que o governo americano, com o presidente Roosevelt, estava ansioso para ajudar o Brasil no desenvolvimento econômico e também porque precisava se expandir comercialmente. O primeiro grande negócio foi um empréstimo de 20 milhões de dólares para a nova Companhia Siderúrgica Nacional. O que, completa o autor,

> demonstrava que o governo americano dava uma substância econômica à política da Boa Vizinhança e era uma tentativa de uma maior penetração comercial na América Latina. O governo americano tinha boa vontade porque sabia que Vargas havia negociado com a Alemanha nazista que estava trabalhando na montagem siderúrgica[263].

De acordo com Skidmore, "a participação americana no desenvolvimento econômico brasileiro tornou-se maior ainda, quando a administração Roosevelt enviou uma missão técnica para ajudar a planejar a mobilização do Brasil[264]", ainda em 1942. Esse foi o "primeiro levantamento sistemático dos recursos brasileiros. Vargas, é claro, ficou satisfeito com o esforço do país vizinho porque pode "elaborar uma política de industrialização, objetivo para o qual se encaminhava desde 1937[265]".

Ao mesmo tempo que aconteceu a consolidação da cooperação comercial entre os Estados Unidos e Brasil, a "presença dos soldados brasileiros entre as tropas aliadas que combatiam a Alemanha e a Itália foi um fator importante para a redemocratização do Brasil, após o término do conflito[266]".

---

[261] Op. Cit. Discurso de Getúlio Vargas em 2 de março de 1945. p. 35
[262] Idem. p. 35
[263] SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964)**. Tradução: Ismênia Tunes Dantas. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000. p. 68
[264] Idem. p. 68
[265] Idem. p. 68
[266] Op. Cit. JAMBEIRO, Othon. p. 101

Segundo Jambeiro, “a participação do Brasil na 2ª Guerra Mundial aprofundou a contradição entre democracia e autoritarismo, apressando o final do Estado Novo e a queda de Vargas[267]”.

2 GETÚLIO VARGAS E O RÁDIO (1930-1945)

2.1 CENÁRIO DA RADIODIFUSÃO NO BRASIL

Antes de tratar sobre a relação de Getúlio Vargas com o rádio, é necessário fazer um panorama sobre a radiodifusão no Brasil que teve início com as pesquisas realizadas pelo padre brasileiro Roberto Landell de Moura. As primeiras experiências com transmissão e recepção de sons por meio de ondas eletromagnéticas, registradas em 1893 e 1894, foram o embrião do rádio que hoje é conhecido e daquele do século 20, como uma grande caixa de madeira que ocupava a melhor área da sala e reunia a família e amigos para ouvir os sons irradiados. Em 1904, o governo dos Estados Unidos, por meio do *Patent Officie*, concedeu ao padre três cartas patentes. Uma para o telégrafo sem fio, a segunda para o telefone sem fio e a terceira para um transmissor de ondas. Equipamentos que foram montados e que por meio de réplicas comprovaram o seu funcionamento e indicaram que Landell de Moura obteve sucesso com a “transmissão e recepção de voz que a qualidade não permitisse a imediata aplicação prática dos aparelhos criados pelo brasileiro[268]”. Para aprimorar os inventos no Brasil, ele precisaria de um “aporte significativo de recursos a partir de uma consciência a respeito da importância estratégica de tal tecnologia. Consciência inexistente no Brasil de então[269]”. E um exemplo ocorreu em 1905, quando a Marinha do Brasil negou o empréstimo de navios para experimentos que o Landell desejava realizar.

Almeida também destaca que o padre “tentou, mas nunca conseguiu comercializar as suas invenções. Nos EUA, ele não teve essa oportunidade, pois

---

[267] Op. Cit. JAMBEIRO, Othon. p. 106

[268] FERRARETTO, Luiz Artur. **Roberto Landell de Moura: o pioneiro brasileiro das Comunicações**. In: Por que o Pe. Roberto Landell de Moura foi inovador? Conhecimento, fé e ciência. KLÖCKNER, Luciano; CACHAFEIRO, Manolo Silveira (Orgs.). Porto Alegre: EdiPUCRS, 2012. p. 47

[269] Idem. p. 47

deixou aquele país logo que recebeu as cartas-patentes[270]". O cientista acreditava que o seu "destino de inventor seria recompensado na sua pátria[271]", o que não aconteceu.

Ainda em 16 de dezembro de 1905, cita Almeida, uma petição de Landell foi lida na então Câmara dos Deputados de São Paulo, hoje Assembléia Legislativa, que informava sobre a possibilidade de telegrafar e telefonar a grandes distâncias usando ondas luminosas ou ondas aéreas, conforme publicado no *Correio de Botucatu*, na edição de 21 de dezembro. Com o requerimento assinado, ele enviou um dossiê com recortes de jornais que haviam noticiado o seu pioneirismo como o New York Herald, dos Estados Unidos, e uma "tradução juramentada dos pareceres de técnicos norte-americanos sobre a importância e a utilidade das invenções. Padre Landell utilizou um argumento patriótico para sensibilizar os parlamentares paulistas[272]".

Ele ainda destacou que

> apesar de as patentes das invenções lhe pertencerem, 'são também vossas'. Por isso, se ele não recebesse o auxílio pretendido, 'deixarão de ser nossas e, por conseguinte, também do Brasil, porque, em questão de invenções, não liga o nome a elas quem descobre ou inventa, mas sim quem põe em prática o que o autor das descobertas não pode pôr em prática por falta de recursos pecuniários'[273].

Ainda nesta documentação, o cientista enfatizou que as "patentes envolviam dois sistemas de telegrafia e dois de telefonia, todos funcionando sem fios condutores[274]". Por isso, os aparelhos podiam transmitir mensagens a grandes distâncias, utilizando-se de ondas luminosas ou elétricas. Para o padre, o

> uso do telégrafo e do rádio através de um feixe de luz seria muito apropriado para colocar em comunicação os extremos de uma cidade extensa, principalmente em tempos de agitações; e para estabelecer comunicações recíprocas entre faróis, navios e a costa, sobretudo quando há cerração [...][275].

---

[270] ALMEIDA, Hamilton. **A Longa (e interminável) construção da biografia do Padre Landell**. In: Por que o Pe. Roberto Landell de Moura foi inovador? Conhecimento, fé e ciência. KLÖCKNER, Luciano; CACHAFEIRO, Manolo Silveira (Orgs.). Porto Alegre: EdiPUCRS, 2012. p. 29
[271] Idem. p. 29
[272] Idem. p. 30
[273] Idem. p. 30
[274] Idem. p. 30
[275] Idem. pp. 30-31

Apesar de toda a sua tentativa para chamar atenção dos parlamentares paulistas a respeito das suas invenções, em 20 de julho de 1906, sete meses depois de ter encaminhado a petição, a comissão enviou o seu parecer e informou sobre o seu arquivamento.

Quando já estava morando em Porto Alegre, em 1909, Landell de Moura era um cientista praticamente abandonado, mas mais tarde, considerado um gênio da ciência e foi valorizado pela República. Infelizmente, o país não aproveitou a sua genialidade. O padre que tinha nascido em 21 de janeiro de 1861, em Porto Alegre, morreu em 30 de junho de 1928, aos 67 anos, por causa de uma tuberculose, num quarto do Hospital da Beneficência Portuguesa.

Anos mais tarde, com experiências de transmissão de sons mais avançadas é que se verifica o surgimento do rádio tal qual é conhecido hoje porque a "obtenção da tecnologia necessária para transmitir sons usando ondas eletromagnéticas não significa o surgimento do rádio. Mais do que tudo representa o advento da radiotelefonia[276]", salienta Ferraretto. O rádio começou a ganhar forma em 1916, pelas mãos do russo David Sarnoff, que morava nos Estados Unidos, e percebeu "as possibilidades de utilização da tecnologia existente para a conformação de um novo produto[277]" para a *Marconi Company*. No entanto, a ideia no início não foi bem aceita. Quatro anos depois ele apresentou à companhia, agora denominada *Radio Corporation of America*, o projeto que, novamente, não teve aceitação. Mas foi a indústria *Westinghouse Eletric and Manufacturing Company*, com a KDKA, que tornou a possibilidade prevista por Sarnoff uma realidade, observa Ferraretto. E quem assume as experiências de transmissões é Frank Conrad, considerado o precursor. Ferraretto acrescenta que

> desta forma, pode-se afirmar que, se Sarnoff inventou o conceito do meio de comunicação rádio, Conrad lançou as bases da emissora comercial. Caberia, nesta linha de raciocínio, a Guglielmo Marconi o pioneirismo em termos de indústria eletro-eletrônica[278].

Considerando o pioneirismo em termos de indústria-eletro-eletrônica, deve-se reconhecer, portanto, o papel de relevância do padre gaúcho Landell de Moura

---

[276] FERRARETTO, Luiz Artur. **Rádio: o Veículo, a História e a Técnica**. Porto Alegre: Editora Sagra Luzzatto, 2001. p. 88
[277] Idem. p. 89
[278] Idem. p. 90

no Brasil, e do italiano Guglielmo Marconi, como principais pesquisadores sobre ondas sonoras. No entanto, não foram eles os inventores do rádio ou da televisão. Ferraretto afirma que essas criações foram coletivas, "o que não diminui em nada a sua importância, a de grande pioneiro das comunicações, sem dúvida o mais importante deste canto do planeta chamado Brasil[279]".

É após a 1ª Guerra Mundial que as indústrias, principalmente as norte-americanas, que dominavam a tecnologia da transmissão de sons, começam a se expandir pelo mundo com o objetivo de comercializar seus produtos e ampliar seus lucros com este novo veículo de comunicação. Em 1920, as pessoas, quando ouviam os primeiros sons transmitidos e percebiam que uma voz falava diretamente com elas, ficaram encantadas à distância. Foi assim que o rádio[280] começou a adquirir as características massivas tal como é conhecido hoje. E o meio tinha muitas vantagens em relação à imprensa. Uma delas é que a sua condição de se comunicar era mais generalizada porque atingia muito mais pessoas, independente de sua instrução escolar. Até os analfabetos podiam ter acesso às informações que eram orais e não apenas escritas. A sonoridade foi um dos principais atrativos.

O novo veículo de comunicação, além de mais abrangente, alcançava muito mais pessoas. O rádio provocou mudança de hábitos e comportamentos entre as pessoas

> criou modas, inovou estilos, inventou práticas cotidianas, estimulou novos tipos de sociabilidade. Ícone de modernidade até a década de 1950, ele cumpriu um destacado papel social tanto na vida privada como na vida pública, promovendo um processo de integração que suplantava os limites físicos e os altos índices de analfabetismo do país[281].

Era um meio de comunicação mais democrático porque não privilegiava somente uma parte da sociedade brasileira, mas a toda população, independente de classe social.

No Brasil, a primeira experiência oficial com a transmissão de sons, aconteceu no Rio de Janeiro, capital do país, que havia feito uma transformação

---

[279] Op. Cit. FERRARETTO, Luiz Artur. p. 52

[280] Ferraretto diz que o rádio é um meio de comunicação que utiliza emissões de ondas eletromagnéticas para transmitir à distância mensagens sonoras destinadas a audiências numerosas. p. 23

[281] CALABRE, Lia. **A era do rádio.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2004. p. 7

urbana e sanitária, com a derrubada do morro do Castelo e abertura de uma área de 450 mil metros quadrados entre a Praça 15 de Novembro e a ponta do Calabouço. Neste espaço, durante as comemorações do Centenário da Independência do Brasil, em 7 de setembro de 1922, os expositores instalaram seus estandes. E ali, entre indústrias que apresentavam os últimos equipamentos criados para a humanidade, estavam aquelas que apresentaram transmissores e receptores de som dos Estados Unidos como a *Westinghouse International Company* e a *Western Eletric Company.* As duas realizaram uma demonstração pública, na Exposição Internacional do Rio de Janeiro. A mobilização para esse momento coincidia com os objetivos dos dirigentes brasileiros porque assim era possível mostrar ao mundo a sua preocupação com a modernidade. De acordo com Ferraretto, "o público presente à inauguração do evento escutou as transmissões por meio de alto-falantes[282]", que "foram transmitidos discursos do presidente da República, Epitácio Pessoa, além de trechos de O Guarani, de Carlos Gomes, apresentado no Teatro Municipal, que chegaram a ser ouvidos mesmo em outros estados, como registrou a imprensa da época[283]". Saroldi e Moreira contam que

> a saudação sonora do presidente Epitácio Pessoa foi irradiada através da estação de 500 watts montada no alto do Corcovado pela companhia norte-americana Westinghouse, captada por alto-falantes instalados em pontos estratégicos da exposição e pelos aparelhos de rádio distribuídos pelo governo em São Paulo, Petrópolis e Niterói[284].

O radialista Murce[285] relata que esse dia, organizado com pompa pelo presidente Epitácio Pessoa, havia gerado uma grande expectativa na população. Para ele, a data não registrou bem o nascimento do rádio no Brasil porque "nasceu não seria bem o termo, foi um parto prematuro, mas uma experiência válida, tão

[282] Op. Cit. FERRARETTO, Luiz Artur. p. 94
[283] Idem. p. 94
[284] SAROLDI, Luiz Carlos; MOREIRA, Sônia Virgínia. **Rádio Nacional: o Brasil em sintonia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005. p. 16
[285] Foi apresentador, locutor e diretor. Criou programas como Almas do Sertão, Piadas do Manduca e Papel Carbono. Trabalhou na Rádio Clube do Brasil e Rádio Nacional do Rio de Janeiro.

extraordinária para a época que muitos daqueles que a presenciaram ainda duvidavam do que se afigurava um milagre[286]".

Em menos de um ano, em 20 de abril de 1923, na sede da Academia Brasileira de Ciências, o educador e antropólogo Edgard Roquette-Pinto e o astrônomo Henrique Morize, que estavam presentes na demonstração das primeiras transmissões oficiais do Brasil e que haviam ficado entusiasmados com o que presenciaram, fundaram a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, com o prefixo PRA-A. Roquette-Pinto descreveu o que viu no dia 7 de setembro de 1922:

> É que durante a Exposição do centenário da Independência, em 1922, muito pouca gente se interessou pelas demonstrações experimentais de radiotelefonia então realizadas pelas companhias norte-americanas Westinghouse, na estação do Corcovado, e Western Eletric, na Praia Vermelha. Muito pouca gente se interessou. Creio que a causa desse desinteresse foram os alto-faltantes instalados na exposição. Ouvindo discurso e música reproduzidos no meio de um barulho infernal, tudo distorcido, arranhando os ouvidos, era uma curiosidade sem maiores conseqüências[287].

Impressionados, Roquette-Pinto e Morize, com o apoio de amigos, foram até o governo pedir emprestados os equipamentos que transmitiam sons. E assim eles dão início a primeira "emissora regular[288]", a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, a PRA-X, de uma forma amadorística. Alguns pesquisadores chamam essa fase de artesanal. A emissora foi fundada dentro da Academia Brasileira de Ciências e os transmissores estavam instalados, no início, no anfiteatro de Física da Escola Politécnica, no largo de São Francisco. No início não havia uma programação específica e as transmissões eram esporádicas. Por meio do trabalho dos dois idealistas e pioneiros, a primeira rádio no país ganhou o slogan "Trabalhar pela cultura dos que vivem em nossa terra e pelo progresso do Brasil". Roquette-Pinto, que era membro da Academia Brasileira de Ciências, da Academia Brasileira de Letras, definia o novo veículo de comunicação como:

> O rádio é o jornal de quem não sabe ler; é o mestre de quem não pode ir à escola; é o divertimento gratuito do pobre; é o animador

[286] MURCE, Renato. **Bastidores do Rádio: Fragmentos do rádio de ontem e de hoje.** Rio de Janeiro: Imago Editora, 1976. p.18
[287] Declaração transcrita por Ferraretto. p. 94
[288] Op. Cit. FERRARETTO, Luiz Artur. p. 95

> de novas esperanças; o consolador do enfermo; o guia dos sãos, desde que o realizem com espírito altruísta e elevado[289].

Para ele e Morize, o rádio resolveria os males culturais do Brasil. Roquette-Pinto fazia questão de apresentar notícias e comentários no *Jornal da Manhã*, considerado o primeiro programa radiojornalístico do Brasil. Nestas irradiações, mesmo sem uma definição de uma programação, eram veiculadas palestras, entrevistas que contribuíssem com o nível cultural dos ouvintes e audições musicais.

O objetivo de Roquette-Pinto e Morize era realmente fazer do novo veículo de comunicação fosse um jornal para aqueles que não sabiam ler. Mas, as condições sociais daquele período não eram totalmente favoráveis.

Ferraretto observa que, somente a partir de outubro de 1923, a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro deu início a uma programação mais definida, tendo "programas com notícias de interesse geral, conferências literárias, artísticas e científicas, números infantis, poesia, música vocal e instrumental[290]". Mas, não se pode descrever a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro como a primeira a entrar no ar. É necessário reconhecer dentro da história da radiodifusão brasileira a existência da Rádio Clube do Brasil que realizou transmissões antes da Sociedade do Rio de Janeiro. A estação que funcionava em Recife, no Pernambuco, tem o

> registro jurídico mais antigo do país, datado de 6 de abril de 1919, como Clube de Recepção de Radiotelegrafia, transformando-se em Radiofonia quando do aparecimento da Rádio Clube, em 17 de outubro de 1923, fundada por Oscar Moreira Pinto, Augusto Joaquim Pereira, João Cardoso Aires, George Gotis e Carlos Lira Filho[291].

Logo que a Rádio Clube de Pernambuco começou a operar oficialmente, em 1923, a radiodifusão se espalhou pelo Brasil. Amigos, fascinados com o novo veículo de comunicação, organizavam-se em sociedades ou clubes para comprar equipamentos e iniciar as transmissões de som, geralmente utilizando alto-falantes. Entre 1922 e 1932, o período foi considerado pioneiro, principalmente porque as

---

[289] Op. Cit. FERRARETTO, Luiz Artur. p. 97
[290] Idem. p. 96
[291] TAVARES, Reynaldo C. **Histórias que o Rádio Não contou: da galena ao digital, desvendando a radiodifusão no Brasil e no mundo**. São Paulo: Harbra, 1999. p. 52

rádios eram mantidas com contribuição mensal de sócios, ouvintes e admiradores do novo meio.

Quando o rádio começou a ser instalado no Brasil, apenas 20% da população vivia na área urbana. Somente na década de 1940 é que esse índice subiu para 31,2%. Então, observa Caparelli, "mais de 70% dos brasileiros viviam marginalizados do rádio pela deficiência de eletrificação rural[292]".

Tavares cita que no início dos anos de 1930 existiam no Brasil 29 emissoras, funcionando com uma programação baseada em "música, ópera e textos instrutivos. A primeira ópera completa transmitida pelo rádio no Brasil foi "O Rigoleto, de Verdi, e foi levada ao ar pelas ondas da Sociedade Rádio do Janeiro, no dia 4 de julho de 1926[293]".

Bertolt Brecht afirmava que a radiodifusão seria um gigantesco meio de comunicação para a vida pública da humanidade porque recebia e emitia sons, e permitia ao ouvinte receber a mensagem e também falar, quebrando assim a comunicação unidirecional. Brecht ainda percebeu que o rádio poderia ser o meio eficaz para o governante comunicar os seus atos à sociedade, a uma nação. Sem dúvida nenhuma, o rádio tornou-se um poderoso instrumento político, a serviço de uma mudança ou para a manutenção de um Estado. De acordo com Ortriwano, a

> utilização do rádio como instrumento de divulgação da ideologia do grupo que está no poder não é descoberta recente. Goebbels, durante o III Reich, utilizou-o intensamente, a ponto de se afirmar que Hitler seria inconcebível sem o rádio. Assim como, no Brasil, Getúlio Vargas aprendeu a usá-lo para disseminar sua política[294].

Por ser um meio de comunicação "com grande poder de penetração entre as massas, muito cedo o rádio e a política se uniram, com objetivos de doutrinação ideológica. E o rádio conseguiu servir aos interesses políticos com maquiavélica eficência[295]". Boa parte dos governantes do século 20 soube utilizar o rádio politicamente a seu favor. No Brasil, o presidente Getúlio Vargas, no período do Estado Novo (1937-1945), usou esse novo veículo de comunicação para comunicar as suas realizações e as suas propostas de nacionalização, modernização e

---

[292] CAPARELLI, Sérgio. **Comunicação de massa sem massa.** São Paulo: Editora Cortez, 1982. p. 79

[293] Op. Cit. TAVARES, Reynaldo C. p. 55

[294] ORTRIWANO, Gisela Swetlana. **A Informação no rádio: os grupos de poder e a determinação dos conteúdos**. São Paulo: Summus, 1985. pp. 59-60

[295] Idem. p. 60

crença de que o Estado Novo era um regime adequado para o país naquele momento. Em Portugal, o primeiro ministro António de Oliveira Salazar criou uma emissora estatal para que irradiasse palestras, conferências e programas educativos e culturais consagrando o regime ditatorial como o mais eficaz. Os dois casos exemplificados serão analisados ao longo desta tese.

Ainda em 1930, quando Getúlio Vargas assumiu o governo, a radiodifusão era incipiente porque a maioria era formada por sistemas de rádio-clubes ou rádio-sociedades. A veiculação de publicidade só foi autorizada em 1932, com o decreto-lei 21.111, o que contribuiu para a profissionalização do rádio. Segundo Haussen, foi nessa época que o Brasil ainda "adotava o modelo norte-americano de radiodifusão e passava a distribuir concessões de canais particulares, o que auxiliaria a incrementar a exploração comercial do veículo[296]". Porém, um ano antes, em 1931, o decreto 20.047, que havia substituído o anterior sobre o rádio, de 1924, determinava que a "radiodifusão era de interesse nacional com fins educativos[297]".

Saroldi e Moreira relatam que a muitas estações que foram fundadas entre as décadas de 1920 e 1930, na capital do Brasil, se instalaram nas avenidas Rio Branco ou próximo à zona portuária. Para elas, a "segunda emissora a ir ao ar foi a Rádio Club do Brasil, em 1924, liderada pelo engenheiro Elba Dias. A PRA-3 ocupava o sobrado da Livraria Globo, no largo da Carioca, ponto final dos bondes que ligavam o Centro à Zona Sul[298]".

Outra rádio que surgiu na capital foi a Rádio Educadora do Brasil, em 1925. Funcionava no centro, como a Rádio Mayrink Veiga, que era propriedade da casa de exportação e importação do mesmo nome e que ficava na rua Municipal, número 20, uma transversal da Rio Branco. Nessa emissora, que fez sucesso na Era do Rádio, na década de 1940, e líder de audiência até o surgimento da Rádio Nacional do Rio de Janeiro, trabalhou o radialista César Ladeira, que era o diretor artístico, e cantaram vários artistas como Carmen Miranda. Quando dirigiu a PRA-9, Ladeira foi criativo e criou

[296] Op. Cit. HAUSSEN, Doris Fagundes. p. 14
[297] Idem. p. 14
[298] SAROLDI, Luiz Carlos; MOREIRA, Sônia Virgínia. p. 21

> audições exclusivas dos grandes cantores da época, batizados com slogans também de sua autoria: Carmen Miranda, a pequena notável; Silvio Caldas, o seresteiro incorrigível; Carlos Galhardo, o cantor que dispensa adjetivos; Orlando Silva, o cantor das multidões; e Almirante (nome artístico de Henrique Foreis Domingues), a mais alta patente do rádio[299].

A quinta emissora que surgiu no Rio de Janeiro foi a Rádio Phillips, com o prefixo PRAX, que começou a operar em 1930 e estava situada na rua Sacadura Cabral, número 43, no 5º andar. Atendia aos interesses da fabricante holandesa de discos, receptores e transmissores radiofônicos, que tinha interesses comerciais e pretendia entrar no mercado sul-americano, assim como a RCA Victor que fundou a Rádio Transmissora Brasileira, em 1936. Foi nessa estação que Adhemar Casé alugou, por 60$000, o horário de domingo, das 20 horas à meia-noite.

> Das 20 às 22 horas, foi montada uma programação de música popular. O tempo restante era preenchido por música erudita. Como durante a primeira parte, a emissora recebeu uma série de telefonemas em contraste com a ausência total de repercussão das outras duas horas do programa, Adhemar Casé na semana seguinte optava pela popularização, um caminho que transformaria o "Programa Casé" em uma das principais atrações do rádio no país[300].

Ferraretto destaca que um dos atrativos do "Programa Casé" foi a publicidade e de uma maneira até inovadora para aqueles tempos. "O primeiro *jingle* do Brasil, criado pelo compositor, radialista e desenhista Antônio Gabriel Nássara para a Padaria Bragança. Em ritmo de fado, já que o cliente era de origem portuguesa, [...][301]". O refrão dizia: "Oh, padeiro desta rua / tenha sempre na lembrança / Não me traga outro pão / que não seja o pão Bragança [...][302]".

Uma outra emissora estruturada em 1933 e que também se destacou no cenário radiofônico foi a Rádio Cruzeiro do Sul, instalada na Cinelândia, no Rio de Janeiro. No ano de 1935, o Jornal do Brasil cria a PRF-4, conhecida como Rádio Jornal do Brasil, que adotou o slogan "Música e notícia". E uma das principais emissoras da época, e que se tornou referência às demais por causa de sua programação e *broadcasting* foi, sem dúvida, a Rádio Nacional do Rio de Janeiro,

---

[299] Op. Cit. MURCE, Renato. pp. 37-38
[300] Op. Cit. FERRARETTO, Luiz Artur. p. 106
[301] Idem. p. 106
[302] Idem. P. 106

que entrou no ar em 1936, objeto de estudo desta tese. A infraestrutura começou a ser constituída um pouco antes, em 18 de maio de 1933, como uma empresa denominada Sociedade Civil Brasileira Rádio Nacional. Os equipamentos vieram da venda da Rádio Philips, cujo proprietário tinha o interesse de incentivar a venda de aparelhos receptores de fabricação própria.



Figura 1 - Registro da inauguração da Rádio Nacional do Rio de Janeiro, em 12 de outubro de 1936, no prédio A Noite, no Rio de Janeiro.
Fonte: Internet

Em São Paulo, a primeira emissora idealizada como uma empresa que desse lucro foi a Rádio Record, fundada em 11 de junho de 1931. Identificada pelo prefixo PRB-9, foi nessa emissora que surgiu o radialista César Ladeira, como a voz da Revolução Constitucionalista. De acordo com Ortriwano,

> a Record adotou um novo modelo de programação organizado por César Ladeira, introduzindo o cast profissional e exclusivo, com remuneração mensal. A partir daí, começa a corrida e as grandes emissoras contratam a "peso de ouro" astros populares e orquestras filarmônicas. E mesmo as emissoras de pequeno porte procuram também ter o seu pessoal fixo[303].

[303] Op. Cit. ORTRIWANO, Gisela Swetlana. p. 17

A mudança desencadeou um espírito de concorrência entre as rádios, não apenas entre aquelas estabelecidas na mesma cidade, mas em estados diferentes, que passaram a copiar a programação da Record.

No ano seguinte, uma ação mostrou como é possível fazer o uso político de uma emissora. Em 23 de maio de 1932, "um grupo de estudantes invade a Rádio Record, de São Paulo. Um deles, José Branco Lefèvre, lê ao microfone um manifesto contra o governo revolucionário liderado por Getúlio Vargas[304]". O manifesto era uma conclamação para que o povo mudasse a situação política que existia naquele momento no Brasil. Para completar, naquela mesma noite os estudantes tentaram invadir a sede da antiga Legião Revolucionária, entidade tenentista transformada no Partido Popular Progressista, relembra Ferraretto. Quatro estudantes morreram no confronto com a polícia. Até o final do conflito, que aconteceu somente em outubro, os locutores César Ladeira, Nicolau Tuma e Renato Macedo leram "apelos revolucionários ao som da marcha Paris Belfort[305]". A estação, utilizando as ondas sonoras, liderou assim sua posição contrária ao regime de Vargas. De acordo com Ferraretto, é em 1930 que o rádio brasileiro ganha força como um instrumento ideológico e "dentro da lógica revolucionária de 30, a radiodifusão serve para consolidar uma unidade nacional necessária à modernização do país e para reforçar a conciliação entre as diversas classes sociais[306]". Assim como no Brasil, na década anterior, outros países como Estados Unidos, Alemanha, Itália, União Soviética, Portugal e Espanha usaram o rádio para fins políticos e propaganda ideológica.

Em 1935, dois fatos contribuíram para o desenvolvimento da programação nas emissoras do país. A Rádio Kosmos, de São Paulo, e depois a Rádio América, criaram o primeiro auditório e começaram a reunir públicos que participavam dos programas ao vivo nesses novos espaços, popularizados depois pelas demais emissoras. Nesse ano também é inaugurada a Rádio Jornal do Brasil que construiu sua programação voltada para a informação.

Nesse mesmo ano, foi instalada no Rio de Janeiro a Rádio Tupi, a primeira do grupo Diários e Emissoras Associados, de propriedade de Assis Chateaubriand. Dois anos depois, é inaugurada a Tupi de São Paulo, com transmissores de 26kw,

---

[304] Op. Cit. FERRARETTO, Luiz Artur. p. 107
[305] Idem. p. 107
[306] Idem. p. 107

tornando-se a mais potente da América Latina. Calabre diz que no final de 1940, a rede dos Diários possuía 20 jornais, cinco revistas e oito estações radiofônicas espalhadas pelo Brasil: Tupi no Rio de Janeiro e em São Paulo, Difusora em São Paulo, Mineira e Guarani em Belo Horizonte, Sociedade da Bahia em Salvador, Educadora do Brasil no Rio de Janeiro e Farroupilha em Porto Alegre.

Na década de 1940, quando a Rádio Nacional do Rio de Janeiro foi encampada pelo governo de Getúlio Vargas, outras emissoras surgiram e se destacaram na radiodifusão. Em 1942, a Rádio Tupi de São Paulo dava início a sua tradição com o jornalismo e coloca no ar o *Grande Jornal Falado Tupi*, com uma hora de duração, criado por Coripheu de Azevedo Marques e Armando Bertoni. Ortriwano enfatiza que tanto o radiojornal da Tupi como o *Repórter Esso*, que entrou no ar em 1941 pela Rádio Nacional do Rio de Janeiro, "foram marcos importantes para que o radiojornalismo brasileiro fosse encontrando a sua definição, os caminhos de uma linguagem própria para o meio, deixando de ser apenas a leitura ao microfone das notícias dos jornais impressos[307]". O jornalismo nas décadas de 1930 e 1945, onde se incluem os programas *Hora do Brasil* e o *Repórter Esso*, será tratado em dois itens específicos que se relacionam com o governo de Vargas.

2.2 LEGISLAÇÃO DO RÁDIO NO BRASIL

No Brasil, o rádio se estruturou a partir de duas delimitações. Na década de 1920, segundo Calabre, era um veículo de comunicação privado

> subordinado às regras do mercado econômico, mas, ao mesmo tempo, controlado pelo Estado, que é responsável tanto pela liberação da concessão para o funcionamento das emissoras (normalmente por um período de dez anos) quanto pela cassação das mesmas, caso haja desrespeito às leis do código de comunicação em vigência[308].

Foi um período em que muitas emissoras surgiram e também desapareceram. E uma das maneiras de criar uma rádio era por meio da formação de uma rádio-sociedade, cujo estatuto previa a existência de associados que

[307] Op. Cit. ORTRIWANO, Gisela Swetlana. p. 21
[308] CALABRE, Lia. **A era do rádio.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2004. p. 12

tinham como obrigação mensal de colaborar com uma quantia em dinheiro. Em geral, essa era a principal fonte de renda das estações radiofônicas e nem sempre os associados eram fiéis aos pagamentos. E para que a programação musical ficasse no ar, os sócios e os ouvintes emprestavam espontaneamente os discos. Em troca, eles recebiam agradecimentos no ar. Em outros momentos, eram organizadas apresentações de artistas ao vivo, que não cobravam nada. Calabre define essa fase como amadora, já que não existia uma regulamentação oficial para que as rádios tivessem patrocinadores e pudessem criar e veicular publicidades, a exemplo do que era verificado nos Estados Unidos.

Uma das primeiras regulamentações foi o decreto-lei nº 16.657, de 15 de novembro de 1924, que aprovava o regulamento dos serviços de radiotelegraphia e radio telephonia e, assim, o governo reservava para si o direito de permitir a difusão por esses meios. Mas, por ser um veículo de comunicação novo, havia um descrédito por parte dos possíveis anunciantes, que preferiam e acreditavam mais nos anúncios pagos em jornais e revistas. Calabre recorda que na década de 1920, a radiodifusão era "uma área de incertezas, investimento caro e retorno duvidoso[309]". Além disso, o país vivia dentro de uma conjuntura com instabilidade social e política, com revoltas tenentistas e momentos de Estado de Sítio.

Apesar de poucas pessoas possuírem um aparelho receptor em casa, os governos tinham receio de que pelas ondas sonoras fossem divulgados acontecimentos e propagandas contra o regime estabelecido. Com o intuito de evitar maiores riscos, o governo determinou que a programação se restringisse a fins educativos, educativos e científicos, beneficiando os ouvintes, proibiu a transmissão de informações com cunho político e sem a autorização prévia do governo.

De acordo com o Anuário Estatístico do Brasil – 1941/1947[310], entre 1923 e 1940, existiam 75 emissoras no país e, em 1929, somente em São Paulo, havia 60 mil unidades de aparelhos receptores e o "hábito de ouvir rádio ia se consolidando[311]".

Em 1930, quando foram realizadas as eleições, a Rádio Educadora Paulistana tinha como um de seus associados o candidato a presidente da

[309] Op. Cit. CALABRE, Lia. p. 15
[310] Idem. p.15
[311] Idem. p. 16

República Julio Prestes e, deixando de lado os princípios de uma emissora educativa, fez campanha para ele. E o nome de Vargas, que estava nessa disputa presidencial como candidato pela Aliança Liberal, era proibido ser pronunciado.

Um ano depois, em 27 de maio de 1931, Vargas publica o decreto-lei nº 20.047 que regulamenta os serviços de radiocomunicação no território brasileiro. É a primeira vez que o termo radiodifusão é citado em um texto legal onde estão asseguradas a condição, no artigo 12, de que o serviço é considerado de interesse nacional e de finalidade educacional e, segundo o parágrafo segundo, que as

> estações da rede nacional poderão ser instaladas e trafegadas, mediante concessão, por sociedades civis ou empresas brasileiras idôneas, ou pela própria União, obedecendo a todas as exigências educacionais e técnicas que forem estabelecidas pelo Governo Federal[312].

O parágrafo terceiro definia que as emissoras da rede nacional deveriam ter uma orientação educacional proposta pelo Ministério da Educação e Saúde Pública e a sua fiscalização técnica competia ao Ministério da Viação e Obras Públicas.

O documento determinava, no artigo 14, que todas as

> irradiações de conferências, aulas e discursos de caráter educacional, científico, artístico, religioso ou político serão precedidas sempre da indicação da pessoa que os pronunciar ou que os tiver escrito, para esse fim, a qual ficará responsável pelos conceitos que emitir, na forma da legislação que regular a liberdade de pensamento[313].

Em 1º de março de 1932, Vargas cria o decreto-lei nº 21.11 que regulamenta o decreto anterior e normatiza a publicidade no rádio, possibilitando que 10% das transmissões fossem destinadas para a divulgação de comerciais, sendo que cada uma deveria ter uma duração de até 30 segundos. A decisão permite, portanto, que as rádios pudessem captar recursos e com o lucro investir na programação. No capítulo XII, o decreto-lei trata sobre a radiodifusão e, nos artigos 66 e 69, determina a organização de um programa nacional para ser transmitido por uma

---

[312] **Decreto-lei nº 20.047**, de 17 de maio de 1931, disponível no site http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-20047-27-maio-1931-519074-publicacaooriginal-1-pe.html, visitado em 28 de setembro de 2014, às 11h30.
[313] Idem.

estação para as demais, por meio de uma rede nacional, com retransmissão simultânea.

Conforme o artigo 69, o programa nacional deveria ser destinado para todo o território nacional, em horas pré-definidas, e abordar assuntos educacionais, políticos, sociais, religiosos, econômicos, científicos e artísticos. Essa uma hora diária destinada para um programa noticioso obrigatório embasaria, segundo Ferraretto, a criação do *Hora do Brasil*. Para ele, a regulamentação da publicidade impulsionou o rádio para ser um empreendimento comercial e não apenas educativo, como havia idealizado por Roquette-Pinto, quando fundou a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, em 1923.

Para Calabre, a permissão da publicidade fez com que as rádios disputassem o mercado e também se organizassem como empresas. Cada uma procurava investir em qualidade técnica, para alcançar um maior número de ouvintes, e na programação. A partir dessa jurisprudência, os anúncios publicitários tornaram-se a principal fonte de recursos para a maioria das estações.

Essa legislação radiofônica, diz Ferraretto, lançou as bases para que o rádio que hoje é conhecido se configurasse com uma indústria cultural.

Até 1962, o serviço de radiodifusão foi regulado pelos decretos-leis nº 20.047 e nº 21.111. Naquela data, após nove anos de debate, foi promulgado o Código Brasileiro de Telecomunicações, pela lei nº 4.117, que reforçou alguns tópicos importantes dos dois decretos anteriores, como sendo um serviço de interesse público e um bem público, por causa do espectro de radiofreqüência, e estabeleceu que cabia ao poder Executivo Federal organizar a radiodifusão e também gerir e conceder as outorgas e renovação de outorgas às emissoras de rádio e televisão no Brasil.

2.3 A TRAJETÓRIA DE GETÚLIO VARGAS

Antes de conhecer um dos personagens mais importantes da história política, social e cultural do país, é necessário informar que Getúlio Vargas tem uma trajetória pessoal e política, cujas decisões e opiniões influenciaram tanto o legislativo como o executivo do Rio Grande do Sul e do Brasil. Ocupou diversos mandatos e cargos e os mais importantes, sem dúvida, foram quando ocupou a presidência da República, em dois diferentes períodos. Foi um chefe de estado do

período da República, do Estado Novo, por meio de um processo insurrecional, e da Democracia, por meio de uma eleição direta.

Getúlio Dornelles Vargas nasceu em São Borja, cidade na fronteira-oeste do Rio Grande do Sul, em 19 de abril de 1882. É necessário esclarecer que a data de nascimento mais conhecida é 1883, alterada, provavelmente, por Vargas, quando jovem. Era filho do fazendeiro e chefe político da região Manuel Nascimento Vargas e de Cândida Dornelles Vargas. O pai era muito ligado à política e quando estava com 20 anos, alistou-se como voluntário no Exército, para poder lutar contra a guerra do Paraguai. Foi como cabo e voltou como coronel, participou de 21 batalhas e recebeu menções honrosas de seus superiores. Retornou para São Borja e prosperou como estancieiro. Em 1872, casou-se com Cândida Dornelles, também de uma família de prestígio na região. Tiveram cinco filhos homens: Viriato (1874-1953), Protásio (1877-1970), Getúlio (1882-1954), Spartacus e Benjamim (1898-1973). Getúlio era o terceiro filho na família.

Para D'Araujo, a

> história e as características do Rio Grande do Sul deixaram marcas na formação de Getúlio Dornelles Vargas. Colonizada de início por jesuítas e a seguir por portugueses oriundos do arquipélago dos Açores, a região, a partir do século XVII, foi palco de lutas frequentes entre portugueses e espanhóis. Nos séculos seguintes, outras guerras importantes varreram o solo gaúcho: a Guerra dos Farrapos (1835-1845), a Guerra do Paraguai (1864-1870) – na qual o pai de Getúlio foi herói militar –, a Revolução Federalista de 1893 e a guerra civil de 1923[314].

No início da República, dois partidos disputavam o poder estadual. Um deles era o Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), fundado em 1882, cuja ideologia era fundamentada na doutrina positivista de Augusto Comte, que atribuía grande poder ao Estado, reconhecia a autonomia do chefe político e a liderança dos homens superiores. Conforme o postulado positivista, de acordo com Abreu, "somente essa elite intelectual tinha a capacidade de governar a sociedade; aos demais caberia à obediência aos rumos traçados[315]". Os líderes mais importantes foram Julio de Castilhos e Joaquim Francisco de Assis. O sucessor de Castilhos na

[314] Op. Cit. D'ARAUJO, Maria Celina (Org.). p. 19
[315] ABREU, Luciano Aronne de. **Getúlio Vargas: a construção de um mito (1928-1930)**. Porto Alegre: EdiPUCRS, 1996. p. 33

liderança do PRR foi Antônio Augusto Borges de Medeiros, que governou o Rio Grande do Sul por muitos anos.

Os republicanos, também conhecidos como chimangos, faziam oposição ao Partido Federalista Brasileiro. Os federalistas, ou maragatos, defendiam uma de tendência mais descentralizadora e existiam desde 1892.

Vargas viveu sua infância dentro desse contexto histórico e político, na estância denominada Santos Reis. Quando completou 15 anos, "alistou-se no batalhão de infantaria de São Borja, em 1903, após breve estágio como cadete[316]". Assim teve início a sua trajetória profissional, na carreira militar. Integrou o 6º Batalhão de Infantaria, aquartelado em São Borja. Fez a Escola Preparatória e Tática e de Tiro, que ficava em Rio Pardo, no período de 1900 a maio de 1902. Mas porque se solidarizou com dois colegas que tiveram problemas disciplinares, foi desligado. Voltou como 2º sargento para o 25º Batalhão de Infantaria de Porto Alegre. Quando se preparava para deixar o Exército, uma ameaça de conflito entre o Brasil e a Bolívia, que disputavam o território do Acre, Vargas de apresentou ao comandante e partiu para Corumbá, no Mato Grosso.

Deu baixa do Exército quando retornou de Corumbá, em dezembro de 1903, ingressou na Faculdade de Direito de Porto Alegre, como aluno ouvinte. Matriculou-se em 1904 no 2º ano. No espaço acadêmico, o jovem se aproximou do castilhismo e da juventude republicana, e também se interessou pela doutrina evolucionista. Tornou-se, naturalmente, um líder e, em 1906, foi escolhido pelos colegas para saudar o presidente da República, Afonso Pena, durante uma visita à capital gaúcha.

Getúlio Vargas era "estudioso e metódico, dotado de clara inteligência aquisitiva, que lhe permitiu imediata assimilação intelectual, ainda quando se tratava de assuntos ou mais áridos e complexos[317]" e assim foi considerado um dos primeiros alunos da turma. Ele concluiu o segundo, terceiro e quarto ano, respectivamente, em 1904, 1905 e 1906 e na banca examinadora obteve a distinção em duas cadeiras: Direito Internacional Público e Privado e Diplomacia e Direito Público e Constitucional. Nas demais cadeiras alcançou a nota plenamente. Segundo Carrazzoni, além de um estudante exemplar, Vargas era um "leitor

316 Op. Cit. HAUSSEN, Doris Fagundes. p. 20
317 CARRAZZONI, André. **Perfil do Estudante Getúlio Vargas**. Rio de Janeiro: Editora A Noite, 1942. p. 25

apaixonado" e nas horas de lazer lia "tudo quanto às livrarias da Rua da Praia lhe pudessem oferecer à curiosidade insatisfeita, em literatura, ciência, história, filosofia e sociologia[318]".

Vargas concluiu o curso quatro anos depois e, na formatura, demonstrou que dominava o uso das palavras. No discurso afirmou que o Brasil ainda não era uma nação porque dependia economicamente de países estrangeiros e a cultura estava embasada em imitações importadas, principalmente da Europa.

Em 1907, o pai de Vargas, Manuel, foi indicado para ser intendente, o prefeito de São Borja pelo PRR. No final desse ano, acrescenta Carrazzoni, Vargas acompanhava "os embates dos dois grandes partidos políticos do Estado, o republicano e o federalista[319]". Quando retornou das férias em São Borja, o momento era de eleição presidencial do Estado. O candidato oficial do Partido Republicano Rio-Grandense era Carlos Barbosa Gonçalves e na oposição estava Fernando Abott.

De acordo com Carrazzoni, "os estudantes que eram favoráveis à candidatura do Sr. Carlos Barbosa resolveram mobilizar-se para a luta das urnas, sob a invocação da fé castilhista[320]". Assim surgiu o Bloco Acadêmico Castilhista que se integrou à campanha. Na diretoria estava Getúlio Vargas, ocupando o cargo de vice-presidente, junto com o presidente Manuel Luiz Pizarro. Durante a campanha, eles lançaram um manifesto favorável aos castilhistas. "Entre os signatários do manifesto, figuravam representantes da mocidade militar, inclusive os futuros generais Eurico Gaspar Dutra e Pedro Aurélio de Góis Monteiro, então alunos da Escola de Guerra de Porto Alegre[321]". Desta maneira, diz Carrazzoni, Vargas entrou "em cheio nos arraiais da política partidária", deixando de lado as leituras lentas na biblioteca e trocando "pelo borborinho das reuniões e comícios tumultuosos[322]".

O Bloco Acadêmico Castilhista que reunia parte dos alunos da Escola de Guerra de Porto Alegre, no casarão da Várzea, entre eles, Eurico Gaspar Dutra e Pedro Aurélio de Góes Monteiro

[318] Op. Cit. CARRAZZONI, André. p. 26
[319] Idem. p. 28
[320] Idem. p. 40
[321] Idem. p. 40
[322] Idem. p. 41

> que exerceriam importante papel na vida e obra de Getúlio Vargas e, principalmente no Exército, como seus Ministro da Guerra e Chefe do Estado-Maior do Exército e executores da ação do presidente Getúlio Vargas, no Exército, objeto da presente interpretação[323].

O grupo também foi responsável pelo lançamento do jornal diário *O Debate*, onde logo Vargas começou a escrever artigos políticos sempre bem argumentados e com uma linguagem viva. A publicação auxiliava o PRR e servia para os acadêmicos atacarem a candidatura de Fernando Abott, que representava um perigo e poderia destruir a obra de Julio de Castilhos. O diário sempre obtinha boas repercussões e o jovem pode exercitar a sua escrita como um jornalista. Ao redigir a primeira coluna, o editorial ou outras seções, ele o fazia num tom sério, às vezes mordaz, nos textos que tinham temas políticos, sociais ou literários da cidade.

É necessário destacar ainda que em 1907 ocorreu uma dissidência entre os Republicanos históricos e a geração denominada de 1907, por causa da maneira de encarar os fatos políticos. Abreu destaca que essa cisão pode ser representada pela atuação de Pinheiro Machado, do grupo de Republicanos históricos, mas que tinha atuação nacional marcante e era um mediador entre o governo do Rio Grande do Sul e do Brasil. Enquanto Machado mantinha o "elo de ligação entre as duas instâncias do poder político: a nacional e a regional[324]", Borges de Medeiros mantinha uma política isolacionista em relação ao restante do país. Essa diferença contribuiu para essa dissidência e deixou claro que a ala jovem do PRR concordava mais com as ideias nacionalizantes.

A participação na campanha do PRR contribuiu, com certeza para que o jovem bacharel fosse nomeado para segundo promotor público do Tribunal de Porto Alegre, em fevereiro de 1908. Meses depois, seu nome foi incluído na lista de candidatos do partido para a Assembléia dos Representantes, a assembléia legislativa do Rio Grande do Sul. Indicado, ele passou o lugar de promotor a João Neves da Fontoura, colega de faculdade, e voltou para São Borja, onde constituiu uma banca de advogado e fez contatos com correligionários de seu pai, que garantiram apoio à sua candidatura. Entre eles estavam colaboradores e amigos da escola de Rio Pardo como Mascarenhas de Morais e os generais Bertoldo Klinger e Francisco Paula Cidade.

---

[323] MORETTO, Fúlvia M. L. **A Era Vargas**. Porto Alegre: Ediplat/CIPEL, 2004. pp. 9-10
[324] Op. Cit. ABREU, Luciano Aronne de. p. 34

Abreu salienta que a trajetória política de Vargas teve grande influência de Pinheiro Machado. Como ele, Vargas "esperava pelos acontecimentos para, depois, colocar-se à frente deles[325]". Essa admiração e identificação ideológica com Machado nunca impediram, no entanto, que a geração de 1907 continuasse reverenciando o líder Borges de Medeiros.

Um pouco antes de completar 27 anos, Vargas foi eleito deputado estadual (PPR), de 1909 a 1913. Nesse ínterim, em 1911, casou com Darcy de Lima Sarmanho, que estava com apenas 15 anos, e era filha do estancieiro e comerciante Antônio Sarmanho. Tiveram cinco filhos: Lutero, Jandira, Alzira, Manuel Antônio e Getúlio. Dois anos depois, Vargas é reeleito deputado estadual, com 76.141 votos, sendo o candidato mais votado no Estado. Mas, apesar disso, renunciou ao mandato "em protesto contra a intervenção de Borges nas eleições de Cachoeira, obrigando candidatos eleitos a renunciar para beneficiar outros de seu agrado[326]". Durante alguns anos, os Vargas e os Borges se distanciaram politicamente. As relações foram retomadas quando o Borges de Medeiros decidiu manter Manuel Vargas na chefia do PRR em São Borja e ofereceu a Vargas a chefia de polícia em Porto Alegre, cargo recusado naquele momento e só aceito, em 1917. Incluído na lista de candidatos do partido, ele é reeleito à assembléia estadual em 1921.

Nesse mesmo ano, o Brasil preparava-se para a sucessão do presidente Epitácio Pessoa. De um lado estava Minas Gerais e São Paulo com o candidato Artur Bernardes. Em oposição estavam o Rio Grande do Sul, Bahia, Pernambuco e o Rio de Janeiro, apoiando a candidatura do fluminense Nilo Peçanha. Apesar dessa união entre os governos, entre eles, Borges de Medeiros, Artur Bernardes venceu a eleição que aconteceu em março de 1922. Durante alguns meses, foram realizadas manifestações contrárias e levantes militares, como o do Forte de Copacabana. Segundo D'Araujo, surgem a partir desses acontecimentos as revoltas tenentistas que marcaram a década.

Também em 1922, Vargas foi eleito deputado federal pelo Partido Republicano, tornou-se líder da bancada gaúcha e permaneceu na Câmara dos Deputados até novembro de 1926 quando, a convite do presidente Washington Luís, foi nomeado Ministro da Fazenda, o mais importante de todos. Uma

[325] Op. Cit. ABREU, Luciano Aronne de. p. 36
[326] Op. Cit. D'ARAUJO, Maria Celina (Org.). p. 21

deliberação que representou a reconciliação do governo federal com o governo do Rio Grande do Sul. Conforme D'Araujo, nesse cargo, Vargas foi favorável ao pacto político da 1ª República, que "privilegiava os interesses dos cafeicultores. O café, na época, respondia sozinho por cerca de 70% das exportações e era, portanto um produto de interesse estratégico na economia do país[327]".

Foi durante a revolução de 1923, quando atuou como mediador entre o governo federal e o estadual que Vargas conquistou o respeito e a confiança de seus pares no PRR. Tanto que em 1926 Borges de Medeiros, que não podia concorrer ao governo novamente, indicou Vargas para ser seu sucessor no governo gaúcho. Era uma liderança política nova que poderia "conter o avanço oposicionista, que já ameaçava a hegemonia política do PRR sobre o Rio Grande do Sul[328]". Abreu diz que o nome de Vargas era "o único capaz de congregar em torno de si um maior número de apoios políticos[329]" e assim foi a solução encontrada para os problemas existentes, "o que assinala mais um momento importante no processo de construção de seu mito[330]".

Vargas foi eleito governador do Rio Grande do Sul em 27 de novembro de 1927, e tomou posse em 25 de janeiro de 1928, quando estava com 46 anos, assumiu o governo. Para manter a independência de Medeiros, organizou o seu secretariado com pessoas de sua confiança como Osvaldo Aranha, (Interior e Justiça) e Firmino Paim Filho (Fazenda). "No plano econômico, procurou amparar a lavoura e a pecuária e incentivar a criação de sindicatos de produtores[331]" e no político concedeu algumas garantias à oposição, "que em março de 1928 se congregou no Partido Libertador, sucessor da Aliança Libertadora[332]". Na área econômica, o novo governador adotou uma postura diferente de Borges de Medeiros que, durante seus 25 anos a frente do Estado, acreditava que o estado não deveria intervir diretamente na economia. Vargas agiu de forma oposta e incentivou, por exemplo, a criação de sindicatos e de associações, de um banco de crédito para as classes produtoras.

Quando iniciaram as articulações para as eleições presidenciais que sucederiam Washington Luís, previstas para 1º de março de 1930, ainda em 1929,

---

[327] Op. cit. D'ARAUJO, Maria Celina (Org.). p. 25
[328] Op. Cit. ABREU, Luciano Aronne de. p. 62
[329] Idem. p. 62
[330] Idem. p. 62
[331] Idem. p. 26
[332] Idem. p. 26

Vargas foi escolhido pelos dirigentes da Aliança Liberal para disputar a presidência da República. O outro candidato era Júlio Prestes, presidente de São Paulo. Segundo Fausto, a campanha eleitoral começou no final de julho de 1929, com o lançamento da candidatura de Vargas. “A iniciativa partiu de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul, que se opuseram à chapa governista Júlio Prestes-Vital Soares, com a posterior adesão da Paraíba[333]”.

Durante o pleito, observa Fausto, as principais associações industriais de São Paulo lançaram um manifesto, em 30 de julho de 1929, apoiando Júlio Prestes. O documento foi assinado pelo Centro dos Industriais de Fiação e Tecelagem, Centro das Indústrias de Papelão, Centro do Comércio e Indústrias de Madeiras de São Paulo, Centro dos Industriais de Papel do Estado de São Paulo, União dos Fabricantes Nacionais de Papel, Associação dos Industriais e Comerciantes Gráficos, Centro dos Industriais de Calçados de São Paulo. Além disso, o texto foi publicado no Correio Paulistano com destaque.

Analisando o contexto pelo viés político, Fausto enfatiza que

> a Frente única gaúcha, reunindo libertadores e republicanos em torno da candidatura Getúlio Vargas, é uma composição de velhos oligarcas da política estadual e alguns jovens que surgem no interior das agremiações partidárias, mais como equipe de substituição do que de ruptura[334].

As duas maiores lideranças eram representadas por Borges de Medeiros, do Partido Republicano, e Assis Brasil, pelo Partido Libertador. Ambos eram estancieiros e ligados ao meio rural, complementa Fausto.

Vargas perdeu o pleito para Prestes, realizado em 1º de março de 1930. Foram 737 mil votos contra 1,1 milhão de Prestes. No entanto, os aliados e integrantes da Aliança Liberal não se conformaram com o resultado e se organizaram para derrubar Washington Luís, acusado de favorecer o eleito. Meses depois, em 3 de outubro, a revolução foi desencadeada em Porto Alegre, Minas Gerais e Nordeste, ao mesmo tempo. No dia seguinte, destaca D’Araujo,

---

[333] FAUSTO, Boris. **A revolução de 1930 – historiografia e história**. São Paulo: Brasiliense, 1986. p. 29

[334] Op. cit. D’ARAUJO, Maria Celina (Org.). p. 39

> todas as unidades militares da capital gaúcha já estavam sob o controle dos revolucionários, o que levou Vargas a fazer um pronunciamento inflamado ao povo gaúcho. Em poucos dias o movimento estava vitorioso em quase todo o país, com a adesão de grande parte da população, dos militares e das polícias estaduais[335].

Verificada a derrota, em 24 de outubro Washington Luís renunciou, e uma Junta Governativa, composta pelos generais Tasso Fragoso e Mena Barreto e pelo almirante Isaías de Noronha assumiu o poder. Em 3 de novembro, os militares entregaram a Vargas a chefia do Governo Provisório brasileiro, que se estenderia até a promulgação da nova Constituição da República, em 16 de julho de 1934.



Figura 2: Getúlio Vargas e revolucionários passando pelo Paraná rumo ao Rio, na Revolução de 1930.
Fonte: D'ARAUJO, Maria Celina (Org.). Getúlio Vargas – Perfis Parlamentares. Nº 62. Câmara dos Deputados. Brasília: Edições Câmara, 2011.

Conforme Abreu, a revolução de 1930 foi outro momento crucial no processo de construção do mito Vargas.

> Quando não havia mais possibilidade de conciliação política, ante a intransigência do governo federal, Getúlio Vargas foi guindado a líder revolucionário, aquele que veio para dar ao Brasil as liberdades há muito clamadas[336].

[335] Op. cit. D'ARAUJO, Maria Celina (Org.). pp. 27-28
[336] Op. Cit. ABREU, Luciano Aronne de. p. 111

A partir dessa data, ele se manteve na presidência durante 15 anos que tiveram três fases distintas. A primeira, que vai de 1930 a 1934, chama-se Governo Provisório e marca a derrubada da República Velha e o surgimento da República Nova. A segunda chama-se Governo Constitucional e durou de 1934 a 1937. E a terceira, de 1937 a 1945, conhecida como Estado Novo, quando Vargas governou o país sob um regime ditatorial, que durou de 10 de novembro de 1937 a 29 de outubro de 1945.

Com a autoridade presidencial concedida pelos militares, se desfez a política café-com-leite. Um arranjo político que vigorou na República Velha e envolveu as oligarquias de São Paulo e Minas Gerais que controlavam o processo sucessório na presidência, sempre alternando o mandato entre esses dois estados. Com o apoio popular, Vargas implementou algumas mudanças envolvendo os interesses da burguesia, das oligarquias rurais, dos trabalhadores e dos militares. Nesses quatro anos, Vargas cumpriu várias promessas realizadas durante a Revolução de 1930.

No discurso de posse, o novo presidente propôs um programa de reconstrução nacional que previa o aumento da produção nacional, organização do trabalho, representação por classe, saneamento e educação. Em 11 de novembro, por meio do decreto nº 19.398, o governo provisório ganhou uma configuração legal. Com esse instrumento nas mãos, dissolveu o Congresso Nacional e os demais órgãos legislativos até a eleição de uma Assembléia Constituinte e nomeou interventores para os estados. Em seguida, em 14 de novembro, criou o Ministério da Educação e Saúde Pública e, 28 de novembro, o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (28 de novembro).

No ano de 1931, Vargas criou o Conselho Nacional do Café, a Lei de Sindicalização, que regulamentou a sindicalização das classes patronais e operárias; a Lei dos 2/3, que garantiu a presença mínima de 2/3 de empregados nacionais em quaisquer estabelecimentos industriais e comerciais; o estatuto das universidades brasileiras, a organização da Universidade do Rio de Janeiro e realizou a reforma do ensino secundário. Em 1932, ele sancionou novas leis, como as que concederam novos benefícios aos trabalhadores vinculados às caixas de aposentadoria e pensões, fixando o limite de oito horas para a jornada de trabalho, introduziu novas regulamentações para o trabalho de mulheres e de menores e instituiu a carteira profissional.

Haussen registra que de 1930 a 1932,

> houve muitos choques entre os tenentes que se organizavam no Clube 3 de outubro e as antigas oligarquias estaduais. Os confrontos provocaram grande mobilização pela reconstitucionalização do país e São Paulo foi o principal ponto da campanha, cuja intensidade levou à guerra civil pela Constituinte[337].

Em 1932, a Revolução Constitucionalista perdeu para os militares, mas a proposta por uma Assembléia Constituinte venceu e foi promulgada como a nova Carta do Brasil, "com Getúlio Vargas eleito pelos constituintes para a Presidência da República[338]". A publicação do novo código eleitoral, em 24 de fevereiro desse ano, deixou os constitucionalistas satisfeitos, completa Skidmore. Os tenentes se opuseram e "revidaram no dia seguinte, enviando uma turba para depredar a redação do jornal anti-tenentista, Diário Carioca[339]". Vargas sugeriu que os tenentes fizessem um trabalho de "propaganda pacífica". A partir de 1932, os tenentes "começaram a perder influência e desapareceram em 1934[340]".

No dia 9 de julho de 1932, relata Skidmore, irrompe a Revolução Constitucionalista na cidade de São Paulo. A revolta foi lançada pelo Partido Democrático e os aliados Minas Gerais e Rio Grande do Sul foram apanhados de surpresa. Os patriarcas da república Velha é que lideraram os rebeldes: Borges de Medeiros, no Rio Grande do Sul, e Artur Bernardes em Minas Gerais. Foi um movimento considerado uma contra-revolução dos oligarcas.

Quando a luta em São Paulo acabou, o governo começou a organizar a reconstitucionalização com uma comissão responsável pela elaboração do anteprojeto. Assim, em 3 de maio de 1933 ocorreram as eleições para a Assembléia Constituinte. Entre as regras estabelecidas, observa Skidmore, uma indicava que

> os regulamentos eleitorais contemplavam os sindicatos profissionais, eleitos pelos sindicatos, como representantes classistas, num total de quarenta, ao passo que os demais deputados, como representantes do povo, foram eleitos pelo voto direto, em cada Estado[341]".

---

337 Op. Cit. HAUSSEN, Doris Fagundes. p. 20
338 Idem. p. 21
339 Op. Cit. SKIDMORE, Thomas. p. 34
340 Idem. p. 29
341 Idem. p. 39

As eleições foram realizadas em 15 de novembro de 1933 e a nova Constituição foi promulgada em 16 de julho de 1934. No dia seguinte, Vargas foi eleito indiretamente como presidente constitucional da República e a assembléia se transformou num Congresso ordinário. Mas, a nova carta foi considerada por muitos como um produto híbrido porque "como documento jurídico, concretizava em grau notável, tanto os ideais do liberalismo político quanto os do reformismo econômico[342]", acrescenta Skidmore.

Vargas, no entanto, avaliou o seu governo provisório durante um manifesto à nação e afirmou que naqueles quatro anos as suas principais preocupações foram garantir a unidade nacional e organizar a administração pública. Além disso, tinha convicção de que tinha cumprido com seus compromissos "externos sem recorrer a novos endividamentos, ter realizado obras voltadas para a irrigação e os transportes, ter produzido uma legislação social moderníssima e renovado as forças armadas[343]". O país, segundo ele, estava pronto para o reerguimento econômico.

D"Araújo acrescenta que o governante também realizou mudanças na área social e trabalhista com a criação de institutos de aposentadoria e pensões, como o dos marítimos (em junho de 1933), o dos comerciários (em maio de 1934) e o dos bancários (em junho de 1934). "Em 12 de julho de 1934, o Decreto nº 24.694 procurou adequar a organização sindical à Constituição que seria promulgada, concedendo maior grau de autonomia aos sindicatos[344]".

No entanto, salienta Haussen, a "radicalização das propostas da Aliança Nacional Libertadora e da Ação Integralista Brasileira provocou novos confrontos que, por sua vez, levaram ao levante comunista de 1935[345]". Somente a Aliança Nacional Libertadora, cujo presidente honorário era Luis Carlos Prestes, tinha mais de 1.600 sedes no país. O comunista tinha o papel de atrair eleitores que o "admiravam como corajoso comandante da Coluna Prestes, que havia dramatizado a causa dos tenentes na década de 20, escapando com sucesso aos exércitos federais no interior brasileiro durante dois anos e meio[346]".

---

342 Op. Cit. SKIDMORE, Thomas. p. 39
343 Op. cit. D'ARAUJO, Maria Celina (Org.). p. 31
344 Idem. p. 31
345 Op. Cit. HAUSSEN, Doris Fagundes. p. 21
346 Idem. p. 41

Na oposição, ressalta Skidmore, estava o Integralismo com o líder Plínio Salgado que usava aparatos fascistas espalhados em alguns países da Europa. Os integralistas eram conhecidos como os camisas verdes e utilizavam a violência na rua contra os radicais da esquerda. Esses foram os dois primeiros movimentos políticos nacionais com orientação ideológica.

Conforme Fausto[347], a Constituição de 1934 provocou mudanças sociais e políticas. Criou, por exemplo, uma representação profissional fazendo com que os sindicatos – patronais, operários e de comerciários – indicassem novos membros para o Congresso Nacional. Além disso, houve a instituição do voto obrigatório feminino, para as funcionárias públicas, e do voto secreto. Para o autor, os movimentos sociais de maior expressão foram o Integralismo, de extrema direita, e o movimento comunista de extrema esquerda. O Integralismo foi inspirado no fascismo e o seu líder Plínio Salgado contava com uma base popular. Os integralistas eram nacionalistas e queriam impedir os trustes estrangeiros. Era um movimento antidemocrático e o lema era *Deus, Pátria e Família*. Já os comunistas estavam ligados à União Soviética e a Luís Carlos Prestes que "rompera com os tenentes em 1930[348]" e era o maior líder do Partido Comunista do Brasil. Pregavam uma "revolução denominada democrático-burguesa, como etapa para uma revolução socialista. Também eram nacionalistas, defendiam as minorias e denunciavam o racismo[349]".

Fausto acrescenta que os Integralistas apoiavam Vargas porque tinham esperança de acumular forças dentro do governo. Os Comunistas, que formaram a Aliança Nacional Libertadora, queriam ser uma força popular contra o governo e a favor de reformas significativas. "Getúlio mandou fechar a ANL e institui uma legislação repressiva, a Lei de Segurança Nacional[350]". E foi na ilegalidade que os

> os comunistas se insurgiram em novembro de 1935, em um movimento militar mal coordenado que acabou em fracasso. Existem fortes indícios de que o governo Vargas já sabia dos preparativos da insurreição, tendo recebido informações do serviço secreto inglês. O fato é que essa revolta serviu para Getúlio desfechar uma onda de repressão[351]".

---

[347] FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. Brasília. Ministério da Comunicação, Secretaria de Educação a distância, 2002. p. 64
[348] Idem. p. 65
[349] Idem. p. 65
[350] Idem. p. 65
[351] Idem. p. 66

Na verdade, era o momento adequado para Vargas e o Exército "prepararem o caminho da instalação de um regime autoritário, que se distinguiria obviamente dos comunistas, mas também dos integralistas[352]". Enquanto isso, a Aliança Integralista Brasileira sonhava em ser um partido único para servir de base a um regime similar ao fascismo e chegar ao poder. Mas, destaca Fausto,

> não eram estas as intenções do governante, para quem a existência de partidos levaria à desorganização do país. Entre novembro de 1935 e 10 de novembro de 1937 criaram-se todas as condições para que o governo Vargas, eleito legalmente pelo Congresso, de forma indireta, se transformasse num governo ditatorial, por meio do golpe que instituiu o Estado Novo – uma operação realizada praticamente sem resistência[353].

No final de 1936, as organizações políticas começaram a se preparar para as eleições presidenciais que estavam marcadas para 1938. O momento político era delicado e havia boatos de que existiam planos dos partidos de oposição para tomar o poder. Vargas, com o apoio dos chefes militares, decide mudar o curso dos acontecimentos e lidera, em 1937, um golpe de estado, suspendeu as eleições, fechou o Congresso e os partidos políticos e criou uma nova Constituição que ficou conhecida por Polaca e tinha uma linha ditatorial, embasada em modelos nazifascistas. Assim é instituído o Estado Novo que durou de 10 de novembro de 1937 a 29 de outubro de 1945.

No discurso, pronunciado e transmitido pelo rádio em 10 de novembro de 1937, o estadista afirmou que as principais medidas serviriam para reajustar a política às necessidades econômicas. Segundo Vargas, não havia outra alternativa que não a tomada:

> Instaurando-se um regime forte, de paz, de justiça e de trabalho. Quando os meios de governo não correspondem mais às condições de existência de um povo, não há outra solução senão mudá-los, estabelecendo outros moldes de ação[354].

---

[352] Op. Cit. FAUSTO, Boris. p. 66
[353] Idem. p. 66
[354] Biblioteca da Presidência da República – Site: http://www.biblioteca.presidencia.gov.br.



Figura 3: Getúlio Vargas falando à nação, do Palácio do Catete, por ocasião da instauração do Estado Novo (10 de novembro de 1937).
Fonte: D'ARAUJO, Maria Celina (Org.). Getúlio Vargas – Perfis Parlamentares. Nº 62. Câmara dos Deputados. Brasília: Edições Câmara, 2011.

Dessa maneira foi implementada a ditadura no Brasil. Para Vargas, o momento era democrático, e a nova constituição era resultado de diferentes circunstâncias:

> A Constituição hoje promulgada criou uma nova estrutura legal, sem alterar o que se considera substancial nos sistemas de opinião: manteve a forma democrática, o processo representativo e a autonomia dos Estados, dentro das linhas tradicionais da federação orgânica[355].

Por causa da inoperância do Legislativo, era necessário "reajustar o organismo político às necessidades econômicas do país[356]", o que representou a centralização do poder. D"Araújo destaca que em 27 de novembro, com a concordância dos governadores, transformados em interventores, as bandeiras estaduais foram queimadas em cerimônia pública. No dia 2 de dezembro, todos os partidos políticos foram extintos, entre eles, a AIB, o que provocou o levante integralista de maio de 1938. "A derrota dos rebelados significou a eliminação dos

[355] Op. Cit. Biblioteca da Presidência da República.
[356] Op. cit. D'ARAUJO, Maria Celina (Org.). p. 33

últimos conspiradores dispostos a pegar em armas. Não havia mais espaço para outras forças a não ser aquelas diretamente controladas pelo governo[357]".

Com o apoio das forças armadas, em 1938 Vargas iniciou um programa de propaganda política e incentivou a realização de festas cívicas que fortalecessem o espírito de nacionalismo. Para isso, também utilizou muitos decretos-lei. Nesse período, foi criado o Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) que tinha como objetivo "centralizar e modernizar o aparelho do Estado, num país que se urbanizava e se industrializava rapidamente[358]" e com poderes para racionalizar a administração federal. É nesse mesmo ano que o presidente criou, por exemplo, o Conselho Nacional do Petróleo (29 de abril) e o Conselho Nacional de Imigração e Colonização (4 de maio).

No ano seguinte, em 1939, foi estruturado o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), um órgão que soube muito bem usar "a imprensa, o rádio e o cinema para divulgar as propostas do Estado Novo, de integração nacional e de formação da nacionalidade, popularizando a figura do presidente como grande líder nacional[359]". Antes do DIP, outro órgão, criado em 1931, o Departamento Oficial de Propaganda, que estava ligado à Imprensa Nacional, já cuidava da produção, por exemplo, do programa oficial do governo, o *Hora do Brasil*, irradiado para todo o país e que continha informações oficiais. De acordo com Haussen, em 1934, o DOP é reorganizado e passa a se chamar Departamento Nacional de Propaganda e Difusão Cultural (DNPDC) que tinha a missão de "estudar a utilização do cinema, da radiotelegrafia e de outros processos técnicos[360]". Conhecido também pela sigla DNP, que significava Departamento Nacional de Propaganda, esse instrumento foi

> responsável pela elaboração e distribuição de publicações e folhetos, organização das comemorações de grandes datas nacionais e produção de filmes e documentários, bem como da organização das emissões radiofônicas oficiais[361].

Com o DIP constituído a partir de 1939, percebe-se que o órgão ainda era eficaz para censurar e/ou proibir qualquer tipo de manifestação de críticas ao regime instituído. Cabia a esse instrumento utilizar a imprensa, o rádio e o cinema

---

[357] Op. cit. D'ARAUJO, Maria Celina (Org.). p. 33
[358] Op. Cit. HAUSSEN, Doris Fagundes. p. 21
[359] Idem. p. 22
[360] Idem. p. 21
[361] Idem. pp. 21-22

para disseminar as “propostas do Estado Novo, de integração nacional e de formação da nacionalidade, popularizando a figura do presidente como grande líder nacional[362]”. Ainda em 1939, Vargas sancionou a nova Lei de Sindicalização, restringindo, portanto a autonomia sindical que havia concedido em 1934, criou o Conselho de Águas e Energia Elétrica (18 de março) e a Comissão da Defesa da Economia Nacional (29 de setembro).

Em 1940, o ditador formulou a Comissão Executiva do Plano Siderúrgico Nacional (4 de março) e o Conselho Nacional de Minas e Metalurgia (3 de outubro). Também anunciou em 1º de maio a Lei do Salário Mínimo e a regulamentação da Justiça do Trabalho. Em 1941, criou o Instituto Nacional do Pinho (19 de março). E visando a implantação de uma indústria de base no país, Vargas começou a organizar as empresas estatais como a Companhia Siderúrgica Nacional (abril de 1941), a Companhia Vale do Rio Doce (1º de junho de 1942) e a Companhia Hidrelétrica do São Francisco (3 de outubro de 1945). Ainda entre as principais realizações do presidente do Estado Novo, podemos citar a publicação da Consolidação das Leis do Trabalho (1º de maio de 1943), que sistematizou os decretos e regulamentos sobre a organização sindical e de leis sociais que haviam sido promulgadas até aquela data.

Conforme Fausto, o período do Estado Novo foi muito curto e o seu fim se deu por causa de uma junção de diferentes fatores externos e internos. Entre elas, a vitória das “forças democráticas na Segunda Guerra deu novo prestígio à democracia no Brasil, pelo menos nos setores da sociedade que tinham mais voz: jornalistas, intelectuais e profissionais liberais[363]”. Com o final desse conflito, Vargas compreendeu que era a hora de redemocratizar o regime. No início de 1945 foram lançados os candidatos à presidência e, no mês seguinte, os partidos políticos se organizaram. A União Democrática Nacional (UDN) que apoiava o brigadeiro Eduardo Gomes; o Partido Social Democrático (PSD), governista, que lançou Eurico Dutra; e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), criado por Vargas, que ainda decretou a nova lei eleitoral e marcou as eleições presidenciais e legislativas para 2 de dezembro.

Segundo Fausto, Getúlio ainda tentou uma alternativa arriscada, se apoiando na mobilização popular e ficando próximo de alguns setores de “políticos

[362] Op. Cit. HAUSSEN, Doris Fagundes. p. 22
[363] Op. Cit. FAUSTO, Boris. p. 69

e de trabalhadores que sempre haviam estado a seu favor, buscou também se aproximar dos comunistas, que estavam na ilegalidade, muitos deles presos[364]".

Após essas decisões, teve início o Movimento Queremismo, cujo slogan traduzia o desejo de um grupo que defendia a Constituinte com Vargas. Esses defensores acreditavam que era possível manter Vargas no poder até a promulgação da nova Constituição e das eleições. No entanto, as suspeitas de que o governante pretendia manter-se no poder provocaram a sua deposição, em 29 de outubro de 1945 e substituído provisoriamente pelo presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro José Linhares. .

Afastado do poder, o então presidente retirou-se para sua estância em São Borja, denominado por ele como o seu exílio. E do lugar onde estava trabalhou para apoiar a candidatura do general Eurico Dutra, eleito presidente da República em dezembro de 1945.

No ano seguinte, em 1946, Vargas foi eleito senador por vários Estados e assumiu o mandato pelo estado do Rio Grande do Sul. Em 3 de outubro de 1950 disputou e ganhou nas eleições diretas, como candidato pelo PTB e Partido Social Progressista (PSP), com 3.849.040 votos (48,7%), tornando-se presidente da República. Ficou no governo até 24 de agosto de 1954, quando, em função de uma forte crise política, se suicidou com um tiro de revólver no coração, dentro do Palácio do Catete, no Rio de Janeiro.

2.4 VARGAS UTILIZOU O RÁDIO PARA DIFUNDIR SUAS IDEOLOGIAS

Vargas valorizou o rádio porque reconhecia nele um importante instrumento de comunicação com os brasileiros. Sabia, com certeza, da grande importância para difundir as ideologias políticas e propagandear as suas realizações. O exemplo emblemático do uso dessa mídia, já pensada como um importante mecanismo político, foi a criação do programa *Hora do Brasil*, em 22 de julho de 1935, pelo Departamento de Propaganda e Difusão Cultural, ligado ao ministério da Justiça e, portanto, mais próximo do Executivo, cujo objetivo principal era divulgar e dar visibilidade às obras do governo. Mas, no início, era um espaço para divulgar informações, pronunciamentos e música popular.

---

[364] Op. Cit. FAUSTO, Boris. p. 70

O primeiro *Hora do Brasil* foi levado ao ar pela Rádio Guanabara, do Rio de Janeiro, tendo como locutor Luiz Jatobá. A trilha sonora da vinheta de abertura do programa era a ópera *O Guarani*, de Carlos Gomes. Naquela noite, oito emissoras brasileiras ficaram em cadeia – PRA-2, PRA-3, PRA-9, PRP-7, PRC-8, PRE-2, PRD-2 e PRF-5 – para prestar contas das obras do governo e abordar assuntos culturais como literatura e música.

Conforme Perosa, os últimos anos de transmissão foram dedicados aos sucessos da Música Popular Brasileira e passaram pelo programa "Herivelto Martins, as cantoras do rádio Carmem Miranda e Aurora Miranda, Francisco Alves, entre outros[365]". Nesse período da ditadura, a intervenção na música foi muito grande e aquelas que tivessem em sua letra algum valor contrário ao regime, eram censuradas. Perosa cita o samba *O Bonde São Januário*, de Ataulfo Alves, foi censurado porque a letra promovia a vadiagem. E o Estado Novo exaltava o trabalho, por causa disso, a nova letra liberada pelo DIP foi trocada. O refrão "O Bonde São Januário / leva mais um sócio otário / sou eu que não vou trabalhar" foi substituído por "Quem trabalha é que tem razão / eu digo e não tenho medo de errar / O Bonde São Januário leva mais um / operário sou eu que vou trabalhar". Para ela, a "participação de artistas e de grande prestígio do público na *Hora do Brasil*, faz parte da estratégia de preservação do Estado getulista[366]".

Durante os dois anos seguintes, o país começa a viver um clima de incertezas e perseguições políticas, apesar do governo ter marcado eleições para janeiro de 1938. Crise iniciada em 1935 quando Vargas reprimiu a Intentona Comunista e coloca na ilegalidade a Aliança Nacional Libertadora, que fazia uma forte oposição de esquerda. Foi nesse período, em março de 1936, que o líder do PCB, Luiz Carlos Prestes foi preso.

Outra ação de Vargas que mostrou à nação que o rádio era um importante veículo de comunicação e estava dentro do seu projeto político de governo, aconteceu em 1º de maio de 1937, quando enviou uma mensagem ao Congresso Nacional anunciando a decisão de aumentar o número de "emissoras para 42, em

---

[365] PEROSA, Lilian Maria F. de Lima. **A Hora do clique: análise do programa de rádio *Voz do Brasil* da Velha à Nova República**. São Paulo: Annablume editora, 1995. p. 45

[366] Idem. p. 46

todo o país[367]". No mesmo documento ele justificou a importância do *Hora do Brasil:*

> O governo da União procurará entender-se a propósito com os Estados e municípios de modo que mesmo nas pequenas aglomerações sejam instalados radiorrecptores providos de alto-falantes em condições de facilitar a todos os brasileiros, se distinção de sexo nem idade, momentos de educação política e social, informes úteis aos seus negócios e toda sorte de notícias tendentes a entrelaçar os interesses diversos da Nação. A iniciativa mais se recomenda quando considerarmos o fato de não existir no Brasil imprensa de divulgação nacional. São diversas e distantes as zonas do interior e a maioria delas dispõe de imprensa própria, veiculando apenas as notícias de carácter regional. À radiotelefonia está reservado o papel de interessar a todos por tudo quanto se passa no Brasil[368]

A intensa propaganda favorável ao rádio contribuiu para que as populações distantes dos centros urbanos pudessem, por exemplo, ocupar as praças centrais de suas cidades para ouvir o programa que fazia elogios ao governo estadonovista.

E é pelas ondas sonoras que, no dia 30 de setembro de 1937, o governo denuncia o Plano Cohen, organizado pelos comunistas para tomarem o poder. Um esquema que na realidade não existiu e foi elaborado pelo oficial do Estado Maior do Exército, Olímpio Mourão Filho, e chefe do serviço secreto da Ação Integralista Brasileira, de Plínio Salgado.

Um mês e meio depois, em 10 de novembro de 1937, o presidente usou o rádio e "comunicou à nação a instalação do Estado Novo e a nova Constituição. O pretexto para o golpe foi a ação dos comunistas, tendo sido forjados contra eles documentos provando seu envolvimento com a tentativa de tomada do poder[369]". Vargas alegou que era necessário controlar as ameaças. A nova Constituição, que ficou conhecida como Polaca, por ser similar a Constituição autoritária da Polônia, foi redigida pelo ministro da Justiça e jurista Francisco Campos.

É nesse momento, quando é institucionalizada a ditadura no Brasil, em 1937, que a transmissão do programa começa a ser obrigatório e irradiado em rede nacional, todos os dias úteis, de segunda a sexta-feira, entre 18h45 e 19h30, em

---

[367] Op. Cit. HAUSSEN, Doris Fagundes. p. 23
[368] CAPARELLI, Sérgio. **50 anos depois só há um discurso**. In: PEROSA, Lilian Maria F. de Lima. p. 47
[369] Idem. pp. 23-24

Ondas Médias e Curtas, e das 19h30 às 19h45, somente em Ondas Curtas. Na época, esse era considerado o horário nobre do rádio.

Foi também em 1937 que, com a reforma ministerial, o governo institucionalizou o Serviço de Radiodifusão Educativa e o Instituto Nacional de Cinema.

Dois anos depois, Vargas, atento à programação radiofônica, determinou que o dia 3 de janeiro de 1939 deveria ser comemorado como o Dia da Música Popular Brasileira. Segundo Haussen, nessa data, foi organizada uma "grande festa no Rio de Janeiro com a participação de artistas famosos como Carmen Miranda, Heitor dos Prazeres, Francisco Alves e Donga[370]". No Estado Novo também os compositores tinham que submeter suas canções e letras à censura prévia.

Mas a relação de Vargas com o rádio foi muito mais ampla e, em 1939, ele autoriza a criação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), que cuidaria da radiodifusão, do cinema e do teatro. O órgão substitui, assim, com poderes extensivos, o Departamento Nacional de Propaganda e Difusão Cultural. Aqui surge claramente a intenção do presidente em usar o rádio politicamente e também para censurar.

Quando o órgão estava sendo criado, ocorreram algumas divergências jurídicas, envolvendo o ministro da Justiça, Francisco Campos, e o da Educação, Gustavo Capanema, que defendia a criação de uma emissora educativa. Para ele, deveria haver uma separação entre a irradiação e a publicidade e propaganda.

Com este departamento estruturado, o rádio passou a ter um controle de censura e algumas emissoras foram encampadas. Havia uma fiscalização sobre tudo ao que era irradiado. Uma das atribuições do departamento, por exemplo, era, por meio da radiodifusão, divulgar as atividades do Brasil sobre diversos temas de conhecimento.

O DIP tinha poderes ampliados e também era responsável pela programação radiofônica. Colocou em cada emissora um censor para proibir que determinadas informações chegassem à nação. Entre elas, cita Ferraretto, estão as reivindicações trabalhistas, notícias sobre presos políticos, mobilizações, passeatas e organizações estudantis e, principalmente, as críticas ao governo. O zelo dos

[370] Op. Cit. HAUSSEN, Doris Fagundes. p. 24

censores era tão grande que se refletiu em algumas estatísticas. Uma delas é que em 1940, somente no Rio de Janeiro, 108 programas foram proibidos.

Conforme Tota, em 1940 também foram submetidos à censura prévia da Divisão de Rádio

> 3.770 programas, 1.615 sketches, 483 peças e 2.416 gravações, existindo no país 78 emissora de rádio. Ainda em 1940 foram proibidos 108 programas contrários às determinações legais (...). Uma estatística sobre programas irradiados no Distrito federal: 202 programas infantis; 958 religiosos; 355 científicos; 1.750 humorísticos; 376literários; 289 assuntos de interesse nacional; 207 assuntos de interesse estrangeiro; 181.807 de música estrangeira; 5.695 de música nacional escolhidas; 224.380 de música popular nacional (...)[371].

Vargas sempre procurou estar de bem com a imprensa e reconhecia que os meios de comunicação poderiam ser usados a seu favor durante o Estado Novo. Era por meio dos jornais e do rádio que ele fazia pronunciamentos e todas as ações e medidas políticas, econômicas e sociais eram divulgadas.

É importante salientar que, durante a 2ª Guerra Mundial, o *Hora do Brasil* era

> praticamente o único meio de comunicação entre os pracinhas brasileiros e suas famílias. O ex-locutor Dilo Guardia (substituto de Luiz Jatobá), que trabalhou no programa desde março de 1939 até o final de 1946, contou que leu numa edição especial transmitida às 16 horas de 22 de agosto de 1942, diretamente do Palácio Tiradentes, no Rio de Janeiro, a declaração de guerra do Brasil às potências do Eixo[372].

Mesmo com a queda do governo Vargas e a redemocratização no país, que representou o fim do DIP e da censura prévia, o programa foi mantido no ar por Eurico Gaspar Dutra. O novo presidente foi convencido pelos seus aliados políticos sobre a "a importância do informativo oficial como instrumento de propaganda[373]". Assim, em 6 de setembro de 1946, o *Hora do Brasil* passou a se chamar *Voz do Brasil* e está no ar até hoje.

---

[371] TOTA, Antonio Pedro. **O Estado Novo**. São Paulo: Brasiliense, 1991. p. 36
[372] Op. Cit. PEROSA, Lilian Maria F. de Lima. p. 52
[373] Op. Cit. FERRARETTO, Luiz Artur. p. 108

Durante os últimos anos do Estado Novo, durante a ditadura de Vargas, e quando estava acontecendo a 2ª Guerra Mundial, boa parte das emissoras já mantinham no ar os seus próprios noticiários e eram filiadas a pelo menos uma agência internacional e nacional que forneciam informações para os noticiários. Em geral, essas rádios também contavam com uma equipe de reportagem própria e tinham na grade de programação espaços para divulgar informações jornalísticas.

Foi nesse contexto que o jornalismo ganhou importância no país. “A grande estrela dos noticiários radiofônicos foi o *Repórter Esso*, considerado o precursor dos jornais contemporâneos que se apresentam como imparciais, objetivos, altamente informativos e modernos[374]”, afirma Calabre. A primeira edição foi transmitida às 12h55, de 28 de agosto de 1941, pela Rádio Nacional do Rio de Janeiro, no “dia em que o Brasil juntou-se às forças aliadas para combater o exército alemão na Segunda Guerra Mundial[375]”.

Inicialmente era transmitido pela Nacional do Rio de Janeiro e Record de São Paulo. Em julho de 1942, o programa estendeu-se para a Rádio Farroupilha do Rio Grande do Sul, Inconfidência de Minas Gerais e Jornal do Comércio de Pernambuco. Os horários variavam entre as emissoras. Apenas na Nacional, o *Repórter Esso* foi transmitido em até cinco edições diárias, de segunda-feira a sábado: 8 horas, 12h55, 18h30, 20h25 e 22h05. Aos domingos havia duas edições: às 12h55 e às 20h55.

O programa era patrocinado pela Esso Brasileira de Petróleo e o noticiário era produzido com informações da *United Press International (UPI)* e tinha como slogans *Testemunha ocular da história* e *O primeiro a dar as últimas*. Os redatores eram funcionários da agência de publicidade *McCann-Erickson Corporation*, detentora da conta da Esso. Enquanto aconteceu a 2ª Guerra Mundial, o *Repórter Esso* divulgou as notícias a partir da perspectiva dos países aliados como Estados Unidos, França, Reino Unido, China e União Soviética. A distribuição das notícias era organizada assim: 40% eram informações locais, 40% regionais e 20% internacionais.

---

[374] Op. Cit. CALABRE, Lia. p. 43
[375] Op. Cit. SAROLDI, Luiz Carlos; MOREIRA, Sônia Virgínia p. 77

O *Repórter Esso* também serviu para promover a "política da boa vizinhança[376]" dos Estados Unidos na América Latina. De acordo com Saroldi e Moreira, até o final do conflito, em 1945, as notícias foram

> assunto prioritário nas edições diárias do "Repórter Esso" que conquistou índice de credibilidade jamais registrado entre os ouvintes. Além das versões regionais, o informativo chegava a todas as regiões do Brasil pelas ondas curtas da Rádio Nacional do Rio de Janeiro[377].

O radiojornalismo, que serviu de referência para diversas estações brasileiras, ficou no ar por 27 anos. A última edição foi apresentada em 31 de dezembro de 1968, pelo locutor Roberto Figueiredo, com voz pausada e emocionada, lê as principais notícias de 1941:

> E atenção! Durante 27 anos, o Repórter Esso, a testemunha ocular da história, esteve presente aos mais importantes acontecimentos no Brasil e no mundo, entrando no ar, pela primeira vez, em agosto de 1941. Durante os seus primeiros quatro anos de vida, o Repórter Esso foi sempre o primeiro a dar as últimas da Segunda guerra Mundial. Assim, nesta sua última edição radiofônica, pode o seu Repórter Esso recordar as mais sensacionais informações transmitidas para todo o Brasil e em toda a sua vida, autêntico recorde de manutenção no ar de um programa noticioso[378].

Em seguida, já chorando, ele concluiu:

> O Repórter Esso, um serviço público da Esso Brasileira de Petróleo e dos revendedores Esso encerra aqui o seu período de apresentações através do rádio. Boa noite, ouvintes, e feliz ano novo, são os votos da Esso[379].

O noticiário que continha texto linear, direto, corrido e sem adjetivações, apresentado por um locutor exclusivo, e cujo conteúdo destacava os objetivos econômicos e políticos dos Estados Unidos, segundo Ferraretto, chegou a última edição no Brasil no último dia de 1968.

---

[376] Op. Cit. HAUSSEN, Doris Fagundes p. 77
[377] Idem. p. 78
[378] Op. Cit. FERRARETTO, Luiz Artur. p. 129
[379] Idem. p. 130

2.5 LOURIVAL FONTES, O POLÍTICO DE BASTIDORES DE VARGAS

O político de bastidores de Vargas foi o jornalista Lourival Fontes. Ele foi também o primeiro diretor-geral nomeado para cuidar do DIP e já tinha dirigido o Departamento de Propaganda e Difusão Cultural, criado em 1934, e o Departamento Nacional de Propaganda, entre 1937 e 1939. Foi o homem de confiança de Vargas, nas fases democráticas e de ditadura, e se identificava com o autoritarismo.

Fontes também foi o chefe da Casa Civil da Presidência da República e, por isso, desempenhou uma função típica de político de bastidores. Mas, ao final do governo, mesmo tendo sido eleito senador, não conseguiu sobreviver politicamente. Seus últimos anos de vida foram de ostracismo. Fontes tentou consolidar a sua imagem como um liberal progressista, mas tentou em vão. Sua carreira encerrou com o estigma de um homem autoritário e como o censor do Estado Novo.

A trajetória dessa personalidade foi descrita por Lopes no livro *Lourival Fontes: as duas faces do poder*, resultado de sua dissertação de mestrado em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). E é essa autora que se traz agora para construir o perfil de uma das figuras políticas mais importantes do governo de Vargas.

Fontes era natural de Aracaju (Sergipe) e chegou ao Rio de Janeiro na década de 1920, em plena efervescência intelectual. Assim como muito jovens, ele tinha consciência de que estar na capital brasileira e trabalhar num jornal significava fazer parte de um circulo social e estar em contato com pessoas das esferas da política. O jornalismo era um veículo importante e que contribuía para formar a opinião. “Portanto, escrever em jornais e revistas revelava-se uma estratégia eficaz para qualquer um que tivesse aspirações a uma ascensão intelectual e, talvez, política[380]”.

Fontes estudou numa das escolas mais prestigiadas, o Atheneu Sergipano e foi aluno de Luiz Figueiredo, pai de Jackson Figueiredo, e do poeta Garcia Rosa. Ainda jovem, leu autores como Darwin, Proudhon e Kropotkin e considerava-se um materialista e socialista. E com 13 anos, já escrevia para o jornal proletário *Águia*

[380] LOPES, Sônia de Castro. **Lourival Fontes: as duas faces do poder**. São Paulo: Litteris Editora, 1999. p. 59

de Sergipe, onde aproveitava para incitar os trabalhadores à greve e comícios na porta das fábricas.

Segundo Lopes, a formação intelectual de Fontes

> foi sedimentada em função do elitismo próprio das instituições educacionais da época, que conferiam legitimidade aos intelectuais justamente por serem eles os detentores de um saber sobre o social que era reconhecido e valorizado pela sociedade[381].

Tratava-se do ensino de tradição positivista que negava a cultura do povo e negava que o povo tivesse a essa cultura que eles consideravam superior. Quando Fontes chegou ao Rio de Janeiro, o mundo estava vivendo mudanças por causa da 1ª Guerra Mundial, Revolução Russa, o capitalismo estava entrando em crise e o fascismo estava se organizando em alguns países da Europa. Quando se formou em Direito na Faculdade de Direito da capital brasileira, em 1922, ele já escrevia em alguns jornais e também trabalhava na agência de notícias *Havas.* E por meio do conterrâneo Jackson de Figueiredo, ele se aproximou de um grupo de intelectuais, conservadores e católicos, ligados à revista "*A Ordem*, criada em 1921 e ao C*entro Dom Vital* (1922). Esses dois órgãos tinham por finalidade congregar o núcleo de intelectuais leigos que passariam a atuar como porta-vozes dos interesses da Igreja[382]".

De acordo com Lopes, é justamente quando acontece a Revolução de 1930 que a Igreja Católica torna-se indispensável para o novo momento político. E o responsável pela aproximação da Igreja com o Estado foi o cardeal Sebastião Leme, cardeal-arcebispo do Rio há 15 anos. "A Igreja apoiou Getúlio Vargas não só por causa dos privilégios que pretendia conseguir, mas também por uma questão de afinidade política[383]". De acordo com Lopes, havia uma coincidência de postura política entre a Igreja e o regime ditatorial de Vargas. Ambas defendiam a ordem, o nacionalismo e eram anticomunistas. Foi neste momento que, também Fontes, que era um jornalista sem grande reconhecimento, percebeu que podia alcançar os meios intelectuais e chegar ao poder. Para isso, ele se converteu ao catolicismo, depois da morte trágica do amigo Figueiredo, e começou a apoiar a Aliança Liberal, um movimento que nasceu em 1929, nos estados do Rio Grande do Sul, Paraíba e

---

[381] Op. Cit. LOPES, Sônia de Castro. p. 59
[382] Idem. pp. 60-61
[383] Idem. p. 62

de Minas Gerais e que sustentavam a candidatura de Vargas à presidência da República.

A trajetória política de Fontes iniciou em 1931, quando é indicado para ser o chefe de gabinete do interventor Pedro Ernesto, no Distrito Federal. Nesse ano, ele ainda dirigia a revista de estudos políticos *Hierarchia*[384]. Devoto da Igreja Católica, Fontes deixou de lado o seu gosto pelo socialismo, tornou-se mais nacionalista e começou a defender o fascismo italiano. E não escondia que era um admirador de Mussolini e o considerava um dos grandes estadistas do século 20. Também se declarava como um conhecedor da doutrina comunista e considerava que as teorias marxistas estavam defasadas e precisavam ser revisadas. "Dessa maneira, tornou-se um dos maiores teóricos do fascismo na América Latina, a ponto de escrever para revistas italianas sobre problemas doutrinários do regime[385]".

De acordo com Lopes, nos anos 1930, o fascismo empolgou muitos intelectuais porque despontava como uma saída para resolver as crises provocadas por causa do sistema liberal. Assim, o autoritarismo fascista surgia como uma alternativa viável para barrar, por exemplo, o capitalismo selvagem a da ditadura do proletariado. Para muitos, o "discurso fascista atacava de frente o problema dos trabalhadores, sem se descuidar das camadas médias e principalmente da burguesia que temia os avanços do Comunismo[386]". E assim, essas experiências européias acabaram atraindo os intelectuais dessa época.

Foi também em 1931 que Fontes conheceu oficialmente Vargas. Talvez, como afirma Lopes, o ponto convergente foi o "aspecto ideológico da doutrina fascista: o dirigismo econômico, o esvaziamento das lutas de classe, harmonização de interesses e conciliação de capital e trabalho visando o bem comum[387]". Ambos tinham um amigo em comum. Luís Aranha, membro do Governo Provisório, pediu a Fontes um parecer sobre um órgão que pretendia criar: o Departamento de Difusão Cultural, instituído em 1934. Fontes fez o relatório e recebeu, com surpresa, o convite para dirigir o novo órgão, cujo cargo tinha sido rejeitado por Monteiro Lobato e Ronald de Carvalho, cogitados para o mesmo.

---

[384] A Revista *Hierarchia* circulou por menos de um ano e propunha o debate sobre os principais problemas políticos nacionais e internacionais, com espaço para pensadores autoritários e liberais. E o periódico também discutia algumas interpretações do fascismo.
[385] Op. Cit. LOPES, Sônia de Castro. p. 65
[386] Idem. p. 65
[387] Idem. p. 66



Figura 4: Reprodução de foto de Monica Mangia, que mostra Getúlio Vargas e Lourival Fontes.
Fonte: Capa do livro Lourival Fontes: as duas faces do Poder, de Sonia de Castro Lopes

Segundo Lopes, em 1932, Fontes já tinha prestígio junto ao governo e foi convidado a fazer parte da Comissão que regulamentou a jornada de oito horas de trabalho para os operários, na gestão de Salgado Filho no Ministério do Trabalho. Após a Revolução Constitucionalista de São Paulo, em outubro, ele é nomeado chefe de gabinete do prefeito do Distrito Federal e ainda ocupa a Procuradoria da Fazenda. A rápida ascensão dele foi mal vista pelos integrantes do Clube 3 de Outubro que exigiram de Vargas a sua demissão.

Mas, dois anos depois, em 10 de julho de 1934, Vargas criou o Departamento de Propaganda e Difusão Cultural (DPDC), com base no projeto de Fontes. O novo órgão era vinculado ao ministério da Justiça e tinha como meta estudar e orientar os meios de comunicação ligados ao processo de difusão cultural, como a imprensa, o rádio e o cinema. Esses meios seriam, portanto, utilizados na propaganda governamental.

Uma entrevista realizada com Fontes, quando ainda era diretor do DPDC, intitulada *Ouvindo Lourival Fontes*, publicada na revista *A Voz do Rádio*, em 10 de

fevereiro de 1936, revelava a sua opinião sobre as funções políticas do rádio e sua importância como um instrumento de ação político-social:

> Dos países de grande extensão territorial, o Brasil é o único que não tem uma estação de rádio oficial. Todos os demais têm estações que cobrem todo o seu território. Essas estações atuam como elemento de unidade nacional. Uma estação de grande potência torna o receptor barato [...][388]

Para Fontes, esse veículo de comunicação era generalista e deveria ser utilizado para a propaganda ideológica

> Não podemos desestimar a obra de propaganda e de cultura realizada pelo rádio e, principalmente, a sua ação extra-escolar, basta dizer que o rádio chega até onde não chegam a escola e a imprensa, isto é, aos pontos mais longínquos do país e, até, à compreensão do analfabeto[389].

Em 10 de novembro de 1937, quando o Estado Novo foi implantado no país e o Congresso Nacional dissolvido, o DPDC foi instalado nas dependências da Câmara dos Deputados, no Palácio Tiradentes, no Rio de Janeiro. Fontes, é lógico, apoiou o golpe porque era necessário restaurar a ordem e recuperar o nacionalismo por causa da ameaça comunista. Um ano depois, o DPNC mudou de nome e passa a se chamar Departamento Nacional de Propaganda (DNP). Somente em dezembro de 1939, foi criado o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), subordinado diretamente à presidência. Rebatizado, o organismo é utilizado para centralizar e divulgar a ideologia do novo regime e ficou responsável pela censura aos meios de comunicação, ao teatro e demais diversos públicas.

É neste contexto que Fontes se ajustou e passou a colaborar com Vargas, principalmente porque também era anticomunista. Por causa do prestígio de jornalista e por ser um intelectual, foi muitas vezes comparado a *Goebbels* que na Alemanha cuidava da propaganda política de Hitler e da censura dentro do regime nazista. No Brasil ditatorial, Fontes chegou a ser chamado de o nosso Goebbels ou Goebbels caboclo porque “incorporou às práticas autoritárias da tradição brasileira,

---

[388] Op. Cit. SAROLDI, Luiz Carlos; MOREIRA, Sônia Virgínia. p. 21
[389] Idem. p. 21

outras mais modernas, que tornavam-se através da propaganda e da educação instrumentos de adaptação do homem à nova realidade social[390]".

E foi a frente do DIP que Fontes se tornou um dos homens mais poderosos do Estado Novo, entre 1939 e 1942. Enquanto esteve nesse cargo, defendeu o programa radiofônico *Hora do Brasil*, um dos mais emblemáticos e que funcionou como o porta-voz do regime estadonovista. De 1942 a 1945, por exemplo, eram transmitidas palestras que iniciavam com uma abertura de "Boa noite, trabalhadores do Brasil" e que faziam a comunicação entre o governo e a população, "intensificando a propaganda e angariando o respaldo dessa categoria para que o governo parecesse mais democrático[391]".

Após 1942, o DIP continuou com a função de órgão censor e responsável pela propaganda política, mas passou a ser dirigido por militares como o ministro da Guerra, general Dutra. Em 17 de julho de 1942, quando o mundo já vivia a 2ª Guerra Mundial e no Brasil havia uma pressão da sociedade para que se posicionasse com os países Aliados, como os Estados Unidos, Vargas aceita que ministros e assessores identificados com a direita e os países totalitários peçam exoneração. Além de Filinto Müller e Francisco Campos está Lourival Fontes.

Entre 1942 e o final do Estado Novo, o então diretor-geral do DIP teve que interromper a sua carreira no país porque o contexto mundial refletia ares mais democráticos e a sua imagem estava associada ao período de repressão e à ditadura, que não era conveniente ser mostrada no Brasil e perante o mundo.

De julho de 1943 e novembro de 1944, ele fica em Nova Iorque de onde envia vários relatórios sobre "os acontecimentos ocorridos no interior dos altos círculos governamentais e diplomáticos norte-americanos, bem como de seus aliados durante a guerra[392]". No último relatório enviado em novembro de 1944, Fontes fez uma avaliação sobre a reeleição de Roosevelt e de seu desejo de internacionalizar a política de seu país, deixando de lado, assim, a política isolacionista e imperialista. E seu discurso começou a demonstrar uma "total sintonia com as novas tendências políticas internacionais. Como homem inteligente e político perspicaz, tende a se adaptar às novas circunstâncias de maneira lúcida

[390] Op. Cit. LOPES, Sônia de Castro. p. 70
[391] Idem. p. 83
[392] Idem. p. 101

e oportuna[393]". Na verdade, ele percebeu que o mundo ficaria polarizado ideologicamente, entraria na era da Guerra Fria e o Brasil deveria se alinhar à posição dos Estados Unidos.

Em janeiro de 1945, Vargas o nomeia embaixador do Brasil no México e, no exterior, trabalhou como um observador político nos Estados Unidos, chefiou a delegação brasileira à Conferência de Alimentação e Agricultura em Quebec, no Canadá, e representou o Brasil na Conferência das Municipalidades, em Lyon, na França.

Quando Vargas é deposto pelas Forças Armadas, em 29 de outubro de 1945, ele é obrigado a exonerar-se do cargo e, assim, voltou a dedicar-se ao jornalismo e sobreviveu apenas com o salário de Procurador da República. Mas, nesse período, sempre manteve contatos políticos que possibilitaram ele voltar ao poder em 1950, quando Vargas é eleito para presidente da República. Lopes salienta que o exílio de Fontes foi, na verdade, uma estratégia do governo para retirar do cenário político nacional algumas pessoas inconvenientes e que pudessem comprometer o regime ou até dificultar a instalação de um novo projeto nacional.

É também em 1950 que Fontes lançou o livro *Homens e Multidões*, que reúne os seus melhores artigos escritos entre 1946 e 1949 para *O Jornal*. A obra, que tem o mesmo nome de um livro escrito por António Ferro, diretor do SPN em Portugal, em 1941, é o primeiro de uma série de outras publicações com textos de análise política.

[393] Op. Cit. LOPES, Sônia de Castro. p. 104



Figura 5: Getúlio Vargas com Lourival Fontes.
Fonte: Internet (sem identificação de data)

Com Vargas novamente no poder, Fontes foi escolhido para ser o Chefe do Gabinete Civil, função onde permaneceu até o fim do governo em 1954. Em 1955, lançou *Discurso aos* Surdos; em 1957, *Uma Política de preconceitos*; em 1958, *Política, Petróleo e População*; em 1961, *Missão ou Demissão*; e em 1966, *A Face final de Vargas,* escrito com Glauco Carneiro.

Segundo Lopes, ele exerceu uma função de político de bastidores e manteve seu prestígio junto ao presidente, como por exemplo, evitando os arroubos populistas quando ensaiava aproximações com sindicatos radicais. Fontes costumava citar uma frase de um ex-secretário de Roosevelt de que a maior qualidade para alguém exercer um cargo como o dele era manter-se no anonimato. Tanto que, na prática, ele não fazia nenhuma questão de estar ligado a partidos políticos, como o Partido Trabalhista Brasileiro, ao qual era filiado. Para ele, os partidos eram instrumentos que favoreciam o respaldo popular. Foi eleito senador por Sergipe por causa uma aliança que reuniu o PTB, a UDN, o PSD, o PR e o PSP. Assim, Fontes retornou ao cenário político brasileiro que durou até 1963 quando encerrou sua carreira política e a tentativa de se desvincular da sua relação e identificação com o DIP, anticomunista e defensor do discurso trabalhista e nacionalista de Vargas.

Lopes resume que Fontes era um político autoritário, conservador, elitista e paternalista. Em 1964, quando ocorreu o Golpe Militar, Fontes caiu definitivamente no ostracismo. E, antes de morrer, em 6 de março 1967, por causa de um edema agudo do pulmão, costumava lamentar a solidão e o esquecimento em que se encontrava.

3 ANTÓNIO DE OLIVEIRA SALAZAR E O RÁDIO (1928-1945)

3.1 CENÁRIO DA RADIODIFUSÃO EM PORTUGAL

As primeiras experiências radiofônicas voltadas à emissão da voz em Portugal, que implicam na organização de horários regulares e continuidade[394], de acordo com Santos, foram registradas no início do século 20 por alguns amadores. Ele destaca quatro pioneiros, que também estavam ligados às associações de radioamadores, sendo que dois eram das forças armadas. O primeiro português, telegrafista que trabalhava em Cabo Verde, a operar com radiofonia foi Alberto Carlos de Oliveira. Em 1914, durante a 1ª Guerra Mundial, ele era responsável pela vigilância de oito navios alemães e, mesmo tendo sido obrigados a "arrear as antenas de rádio, devido às leis de neutralidade, os alemães içavam-nas à noite para fazer comunicações clandestinas[395]".O mesmo jovem também recebeu a missão de desmontar outras peças de Telegrafia Sem Fios (TSF) e prestou serviços à Inglaterra. Por causa de sua colaboração, recebeu como prêmio alguns equipamentos como uma antena, baterias, condensadores e uma bobina *Rumhkorff*. Quando foi transferido para Madeira, em 1925, o telegrafista já cuidava de transmissões em Ondas Curtas. Cinco anos depois, já em Portugal continental, montou um posto amador. Durante a 2ª Guerra Mundial, Oliveira era líder da Rede dos Emissores Portugueses (REP).

O segundo pioneiro, destaca Santos, foi o oficial do exército José Celestino Costa que, em 1902, era aluno da Escola Politécnica de Lisboa, onde realizou os primeiros ensaios com TSF, com um aparelho receptor. Antes da 1ª Guerra Mundial, ele instalou no Castelo de São Jorge, situado numa região alta de Lisboa, um posto receptor. Em abril de 1920, ele realiza "as primeiras experiências com

[394] SANTOS, Rogério. **As vozes do rádio (1924-1939).** Lisboa: Editorial Caminho, 2005. p. 236
[395] Idem. pp. 55-56

lâmpadas de três eléctrodos, de modelo francês e alemão, que adquirira em Paris. Pouco depois, ouviu em Lisboa telefonia sem fios, utilizando um detector electrolítico[396]". Mas, ele, que lutava pela obtenção da regulamentação de postos de amadores, foi considerado um subversivo e recebeu a visita da Polícia de Segurança do Estado em sua casa. Três anos depois, em 1923, Soares era o primeiro entre os dez sócios que fundaram a Rádio Academia de Portugal.

Fernando Gardelho Medeiros é considerado o terceiro pioneiro. Em 24 de abril de 1914, quando ainda era universitário, conseguiu um gramofone da campânula e discos emprestados e realizou a primeira transmissão de música por meio da radiotelefonia. No entanto, abandonou o projeto por uns seis anos quando, então, apresentou a Rádio Hertz que mais tarde passou a se chamar Rádio Continental. Segundo Maia, foi um período de "contínuas descobertas, da maravilha da novidade, de uma nova forma de comunicação feita por amadores[397]".

O quarto pioneiro, apontado por Santos, é Joaquim de Sousa Dias Melo que estudou na França e tinha observado experiências práticas de TSF em 1914. Entusiasmado pelo rádio, quando retornou a Portugal começou a aplicar os experimentos e a montar aparelhos. E quando o funcionamento das emissões de radioamadores foi permitido no país, Dias Melo coloca no ar, em 1925, a primeira estação, emitindo a partir do edifício de um hotel internacional, situado no Rossio, em Lisboa.

É importante salientar que entre 1914 e 1918, durante a 1ª Guerra Mundial, a TSF estava recém se organizando. Mesmo assim, há registros do surgimento de algumas rádios, sem emissão regular, entre elas, Rádio Guia; Rádio do Parque; Rádio Lisboa, de Eduardo Dias; Rádio Motorola; Rádio Santa Marta; e Rádio Dyne. Maia observa que os locais de onde seriam irradiados os sons eram apenas pequenos postos e funcionavam de maneira amadora, porque eram os interessados na radiodifusão e nesta nova tecnologia que estavam empenhados em construir a aparelhagem necessária. Além disso, os donos destas rádios tinham que estar de acordo com regras estabelecidas pelos Correios e Telégrafos que "atribuíam um indicativo a cada posto, o qual tinha um denominador comum as letras CT (Correios e Telégrafos) e ainda o código específico da estação[398]".

---

396 Op. Cit. SANTOS, Rogério. p. 56
397 MAIA, Matos. **Telefonia.** Lisboa: Circulo de leitores, 1995. p. 36
398 Idem. p. 37

No final de 1923, cita Santos, vários amadores em Lisboa solicitaram à Administração-Geral dos Correios e Telégrafos a criação de uma legislação que garantisse a emissão de rádio e o direito de instalação de um posto emissor, que era uma atividade proibida. Apesar disso, o amador Sousa Dias Melo emitiu um concerto e sua iniciativa foi seguida por outras pessoas que desejavam fazer emissões sonoras.

As primeiras emissões de radiodifusão podem ser exemplificadas com alguns casos. Um deles ocorreu em 8 de março de 1925, quando um concerto foi transmitido pela P1AA. Outro caso registrado foi em final de abril, quando o proprietário da loja Rádio Lisboa, Eduardo Jacome Dias "instalou o seu posto emissor, com o indicativo P1AC, e passou a fazer ensaios em telefonia[399]" e em seguida transmitidos por alto-falantes, com 50 watts, ouvidos até uma distância de até 400 quilômetros. Dias depois, em sete de maio, por ordem da Administração-Geral dos Correios e Telégrafos, a polícia selou

> cinco postos emissores de telefonia sem fios: P1AA, de Abílio Nunes dos Santos Júnior, da Avenida António Augusto de Aguiar, 146, naquele momento nos Estados Unidos; P1AB, de José Joaquim de Sousa Dias Melo, gerente do hotel Internacional; P1AX, de Eduardo Dias, sócio da loja Rádio Lisboa, na rua Serpa Pinto, 7; P1AE, do Engº. tenente Eugénio d'Avillez, da Costa Castelo, 15; e P8AM, de Maurice Mussche, da Rua Newton, 22[400].

A origem do selamento se deu porque foi gerada uma desconfiança de que os postos emissores estavam emitindo notícias sobre fatos políticos para o estrangeiro. A decisão gerou protestos e os proprietários recusavam a alcunha de clandestinos, já que a imprensa e revistas especializadas publicavam a programação dos concertos. A punição durou quase dois meses e, em 2 de junho de 1925, sob pressão da Sociedade Portuguesa dos Amadores de TSF, a polícia retirou os selos dos emissores particulares: P1AA – cujo prefixo mudou em janeiro de 1929 por causa da convenção internacional radiotelegráfica –, P1AB, P1AC e P1AE.

Em 25 de outubro, a estação CT1AA, de Abílio Nunes dos Santos Júnior, pode ser ouvida a 40 quilômetros. Também neste período a Rádio Colonial pode

[399] Op. Cit. SANTOS, Rogério. p. 61
[400] Idem. p. 64

ser escutada em diferentes pontos da Europa, África do Sul e América do Norte e do Sul.

Quando a loja Rádio Lisboa comemorou um ano de existência, em 24 de novembro, foi transmitido um concerto do quarteto da estação P1AC, dirigido pelo violonista e diretor artístico, Américo Lopes dos Santos.

O fortalecimento da Sociedade Portuguesa dos Amadores de TSF fez com os selos colocados em outros postos fossem retirados e fossem organizadas exposições de eletricidade e rádio e neste meio tempo surgiram pessoas que fizeram história na radiodifusão portuguesa como Botelho Moniz que criou a Rádio Clube Português, Manuel Bivar da P1AK, sócio da REP, sendo depois o diretor técnico da Emissora Nacional.

No ano de 1929 os entusiastas do rádio já discutiam a criação de um projeto de lei que regulamentasse a TSF. Enviaram a iniciativa para o ministério do Comércio e reforçavam a necessidade da Administração-Geral dos Correios e Telégrafos reconhecer a ideia da estação pública de radiodifusão. De acordo com Santos, o "projeto previa a autorização de emissão e recepção radioelétricas por parte do ministério do Comércio, competindo ao governo à organização de um serviço de radiodifusão[401]". Apesar de serem realizados eventos relacionados à TSF, como o II Congresso de Eletricidade, surgimento da Rádio Academia Portugal, publicação de revistas especializadas e de artigos em jornais, instalação de estações de radiodifusão e abertura de lojas de material radioeléctrico, alguns com a presença do presidente e general Óscar Carmona, o projeto de lei não era aprovado.

Somente em 1930 Portugal teve o primeiro estatuto da radiodifusão, publicado pelo decreto de número 17.899, de 29 de janeiro. O artigo 1º dizia que os serviços de radiotelegrafia, radiotelefonia, radiodifusão, radiotelevisão e outros que pudessem se relacionar a eletricidade eram monopólio do Estado. Já no artigo 5º ficava determinado que as licenças para implantação e exploração de estações de emissoras experimentais deveriam ser concedidas pelo Ministério do Comércio e Comunicações. Cabia a esse ministério, de acordo com artigo 14º, a autorização, por meio de concurso público, para a aquisição do material e instalação de duas estações emissoras e uma retransmissora relais. Esse decreto contribui para

[401] Op. Cit. SANTOS, Rogério. p. 69

fortalecer o associativismo dos amadores e a REP cresceu rapidamente. Em 1929, havia 70 amadores, e em 1931, 274.

Conforme Ribeiro, nesse mesmo ano foi criado o Conselho de Radioeletrectricidade na dependência da Administração-Geral dos Correios e Telégrafos. Ao contrário do que previa o documento, as primeiras rádios de Portugal foram privadas e não estatais. Em janeiro de 1930, um decreto autorizou o Ministério do Comércio e Comunicações a

> abrir concurso público para a aquisição e instalação de duas estações emissoras e uma retransmissora. O Estado dava assim o primeiro passo para assumir algum protagonismo na área da radiodifusão, sector que até então havia sido explorado apenas por senfilistas particulares, apaixonados por esta nova forma de comunicação[402].

Ainda na década de 1930, em pleno vigor do Estado Novo[403], três emissoras foram estruturadas e se destacaram em Portugal. A primeira foi a Rádio Clube Português, que era designada de Rádio Clube da Costa do Sol (CT1DY), cujas emissões iniciais ocorreram no início de 1928, por iniciativa do capitão Jorge Botelho Moniz, um aficionado pela telefonia sem fio, e Alberto Lima Bastos. Ficou conhecida por RCP e as transmissões começaram com um pequeno emissor instalado na casa de Botelho. Os primeiros programas continham música e comentários sobre fatos nacionais e estrangeiros. O posto emissor começou a conquistar fiéis que passaram a chamar a emissora de Estação Oficial do Estado Livre da Parede e Galiza. Logo Botelho e Bastos construíram um emissor mais potente que permitiu as emissões para lugares mais distantes. Por meio das cartas e telegramas que chegavam à rádio, os proprietários souberam, por exemplo, que as emissões chegavam ao norte da França, onde viviam milhares de portugueses.

De acordo com Ribeiro, “os primeiros tempos de vida da Rádio Clube da Costa do Sol ficaram marcados pelo aumento progressivo da potência do emissor e por uma adesão significativa de associados [...][404]”. No I Congresso Nacional de

---

[402] Op. Cit. RIBEIRO, Nelson. p. 99

[403] Período compreendido entre 9 de abril de 1933, com a entrada em vigor da nova Constituição, fruto do processo político iniciado pela Ditadura Militar saída do movimento militar de 28 de maio de 1926, a 25 de abril de 1974, quando ocorre outro golpe militar que derruba o regime vigente e põe termo ao longo ciclo autoritário e antiliberal em Portugal, de acordo com o **Dicionário de História do Estado Novo**.

[404] Idem. p. 100

Radiotelefonia, organizado pelo jornal *O Século*, Botelho apresentou cinco das nove teses e declarou que as ondas hertezianas estavam acabando com o silêncio em Portugal e isso era um acontecimento de nacionalismo. O capitão Botelho tinha sido diretor do jornal *Situação,* deputado e ajudante de campo de Sidónio Pais e transitava com liberdade nos meios políticos e militares.

Em novembro de 1931, quando tinha emissões regulares, reunia 800 associados. E como a rádio tinha ultrapassado o seu caráter meramente local, voltou a ser chamada de Rádio Clube Português e a preocupação dos proprietários era com o alcance do sinal da transmissão e não com o conteúdo. Em 4 de janeiro de 1932, a rádio já possuía um emissor de 1 KW, tinha mais sócios, e Botelho solicitou à Direção-Geral dos Correios e Telégrafos um período maior de transmissões para funcionar nas terças e quintas, das 21 às 24 horas, e aos domingos, das 15 às 18 horas e das 21 às 24 horas.

Em 18 de fevereiro de 1934, a RCP inaugura o seu novo emissor de 5 KW e "na sessão solene presidida pelo Chefe de Estado, General Óscar Carmona, o presidente da direcção do RCP, Capitão Jorge Botelho Moniz, afirmou tratar-se de uma obra de grande interesse para a pátria portuguesa, dando a entender que a emissora colocava-se a serviço da pátria[405]". E assim, complementa Ribeiro, a RCP passa a servir ao regime que nasceu do movimento militar de 28 de maio, no qual Botelho havia participado. "Apesar do seu incondicional apoio à construção do Estado Novo, a família Botelho Moniz nem sempre obteve o total apoio das entidades governamentais para o desenvolvimento do seu projeto radiofônico[406]", afirma Ribeiro.

A inauguração da nova emissora foi noticiada pelo *O Jornal do Comércio e das Colónias*, de 8 de dezembro de 1934. Na legenda da foto com destaque para o presidente general Carmona, publicada na página 3, diz: "A inauguração da CT1GO – mais uma prova de brilhante atividade da Rádio Club Português"

[405] Op. Cit RIBEIRO, Nelson. p. 100
[406] Idem. p. 100



«O JORNAL DO COMERCIO E DAS COLONIAS»

A INAUGURAÇÃO DE CT1GO

Mais uma prova da brilhante actividade de Radio Club Português

Mas eu quero falar da obra de Jorge Botelho Moniz. A intromissão de «Radio Semanal» neste assunto que me perdoem! Os unicos pontos de contacto que servirão para a explicar resumem-se á analogia dos processos empregados nesta casa e correspondentes gorventura á sinceridade e ao desinterêsse dedicados por Radio Club Português á causa radiofónica.

Voltemos á festa de sabado: singela, despretenciosa, despida de qualquer pompa ou exagerada magnificencia.

Além do sr. Presidente da Republica, os srs. Ministro do Comercio e Sub-Secretário de Estado das Corporações, os srs. Melo Breyner, dr. Antonio Joyce, Engenheiro Manuel Rivar, Jerónimo Braga de Carvalho, Major Aguiar, Joaquim Alvares, Capitão Silva Dias e um grande numero de sócios e amigos da simpática instituição.

Uma guarda de honra dos Bombeiros Voluntários da Parede e os corpos gerentes de C. L. e C. O., Jorge Botelho Moniz, Alberto Lima Santos, General Viriato da Fonseca, dr. Boto de Carvalho e José Trindade.

Procedeu o Chefe do Estado, como me informaram os jornais diários, á ligação da estação, indo depois ao microfone, com a sua maneira afável, com a sua distinção com a sua proverbial delicadeza e as palavras da grande simpatia a Radio Club Português. Fiquei convencido que o sr. Presidente da Republica no sabado passado, na verdade, não foi, porventura, sómente Chefe do Estado, foi profundamente sincero e humano e pôs nas suas palavras a simpatia e a simplicidade do homem que, á margem do seu elevado mas tão espinhoso cargo, sabe o que é a vida e sabe apreciar entre as realizações de homens de coração e essas outras que ao trabalho, honesto e árduo, por mais que se queira, se não pode fugir sem uma leve pontinha de exhibicionismo vaidoso.

Assim disseram os jornais, e foi verdade, que discursaram, brilhantemente, os srs. dr. Boto de Carvalho e Jorge Botelho Moniz. Por nossa

O sr. Presidente da República falando ao microfone de C. T. 1 G. O.

ciados ao microfone pelo Engenheiro Lima Basto e pelo locutor Jor-

E assim terminam as despretenciosas linhas que em nome de «Radio Semanal» fui gratamente in-

Figura 6: Presidente da República de Portugal Óscar Carmona
Fonte: Página 3 da Rádio-Semanal, encarte do Jornal do Comércio e das Colónias, de 8 de dezembro de 1934.

Nesse ano de 1934, a RCP tinha traçado três objetivos: “retomar a publicidade, obter uma freqüência sem interferências e atingir pela rádio as colônias portuguesas para efeitos de propaganda[407]”. Ele se referia, é claro, a proibição da publicidade no rádio que havia sido determinada pelo ministro das Obras Públicas e Comunicações, Duarte Pacheco, em 5 de julho de 1934. Uma nota publicada pela RCP, em 1934, no *Diário de Notícias*, afirmava que a proibição da publicidade provocava prejuízo e era um empecilho para que a rádio pudesse pagar os “débitos de instalação, mas de prosseguir na construção da emissora em ondas curtas, montagem do laboratório de estúdios radioeléctricos, acabamento dos campos de jogos desportivos e prosseguimento das emissões[408]”.

[407] Op. Cit. SANTOS, Rogério. p. 169
[408] Idem. p. 170

A emissora ameaçou parar as transmissões para com o dinheiro que tinha em caixa pagar os débitos de instalação. No entanto, a RCP foi acolhida pelos portugueses e, em poucos dias, aproximadamente 1.500 novos sócios atenderam ao apelo. Mas eram necessários 3 mil sócios e, por isso, a direção manteve a decisão de suspender os trabalhos, o que na verdade nunca aconteceu. A RCP e Botelho Moniz mantiveram com a Administração-Geral dos Correios e Telégrafos uma troca de requerimentos com o objetivo de que a publicidade fosse finalmente permitida. A iniciativa desencadeou uma onda de solidariedade entre os ouvintes, alguns órgãos públicos como a Câmara da cidade de Cascais, próxima a Lisboa, e da imprensa. Apesar dessa discórdia, a RCP continuou a "apoiar iniciativas políticas do governo, atitude que valeu o regresso da publicidade radiofônica[409]", em 12 de fevereiro de 1936.

Além da briga para obter permissão para fazer publicidade, a emissora teve sim um grande prejuízo financeiro. Em 15 de setembro de 1935, um incêndio no edifício do bairro da Parede destruiu o estúdio de concertos e as emissões ficaram interrompidas até 26 de novembro. Uma nova onda de solidariedade se formou com a participação dos amigos da RCP e jornais. A emissora tinha quase cinco mil sócios.

Santos enfatiza que Botelho Moniz deve o sucesso da Rádio Clube Português às ligações que mantinha com o poder político, apoiando o regime de Salazar, como *O Jornal do Comércio e das Colónias* e do encarte *Rádio-Semanal*, e às associações de classes, entre elas a Rede de Emissores Portugueses. O capitão também tinha um discurso patriótico e nacionalista que se juntava "a capacidade de luta contra a burocracia do estado e tentava impedir os apoios financeiros ao exercício da radiofonia (publicidade) [...][410]".

Botelho Moniz, além de realizar conferências de propaganda nacional, também participou de comícios anticomunistas no verão de 1936, realizados na Praça de Touros, no Campo Pequeno, em Lisboa, apoiou organização da Legião Portuguesa e a criação de voluntários, que ficaram conhecidos como Viriatos, para combater militarmente a favor do general Franco contra a República na Espanha. Durante a Guerra Civil da Espanha, a RCP foi considerada a porta-voz dos espanhóis em Portugal. Irradiava, por exemplo, programas nacionalistas de apoio a

[409] Op. Cit. SANTOS, Rogério. p. 173
[410] Idem. p. 179

Franco. Entre 1930 e 1940, a Rádio Clube Português seguiu três linhas de conduta, apontada por Santos:

> o aparecimento de uma estética radiofônica que destacou as raízes nacionais, como a música popular, e a moderna segmentação de públicos-alvo: as crianças, com um programa infantil; os sentimentos religiosos, com programação adequada; e a erudição, através de palestras sobre música clássica[411].

No início, a RCP transmitida somente às terças-feiras e quintas-feiras, das 22h30 às 00h30, e nos domingos, das 15 às 18 horas e das 22h30 às 00h30. Depois de julho de 1932, diariamente, a emissora irradiava noticiários, da meia-noite às 00h30. No ano seguinte, o horário foi ampliado: terças e quintas-feiras, das 21 às 24 horas, e domingos, das 15 às 18 horas e logo das 21 às 24 horas.

A partir de 1934, a rádio já possuía uma programação mais completa, publicada inclusive no *O Jornal do Comércio e das Colónias*. Além da transmissão da música clássica, presente nas estações pioneiras de rádio, relembra Santos, a RCP criou uma programação variada com pequenos noticiários e iniciou a transmissão de música ao vivo e em disco, identificada como clássica e ligeira. Assim, "introduziam-se novos programas – palestras (religiosas, sobre música) e os programas infantis ("A hora do Senhor Doutor"). O programa infantil seria, aliás, uma das transmissões que mais popularizou a estação[412]".

A hora do *O Senhor Doutor* tornou-se popular entre as crianças e revelou Maria Manuela Extremadouro, de seis anos, que tinha o apelido de Mimi, Branca Extremadouro Garcia, Henrique Samorano, intérprete e redator, e José de Oliveira Cosme. O programa durava 15 minutos e inicialmente era patrocinado pelo semanário que tinha o mesmo nome.

Maia cita que a RCP incentivava a atração voltada para "miúdos e graúdos[413]" e numa época chegou a reunir 44 pessoas, "entre cançonetistas, figuras corais e orquestra[414]". *O Senhor Doutor* revelou ainda nomes como Odette de Saint-Maurice, Carmen Dolores, Jorge Alves, Margarida Amaral, Fernando

---

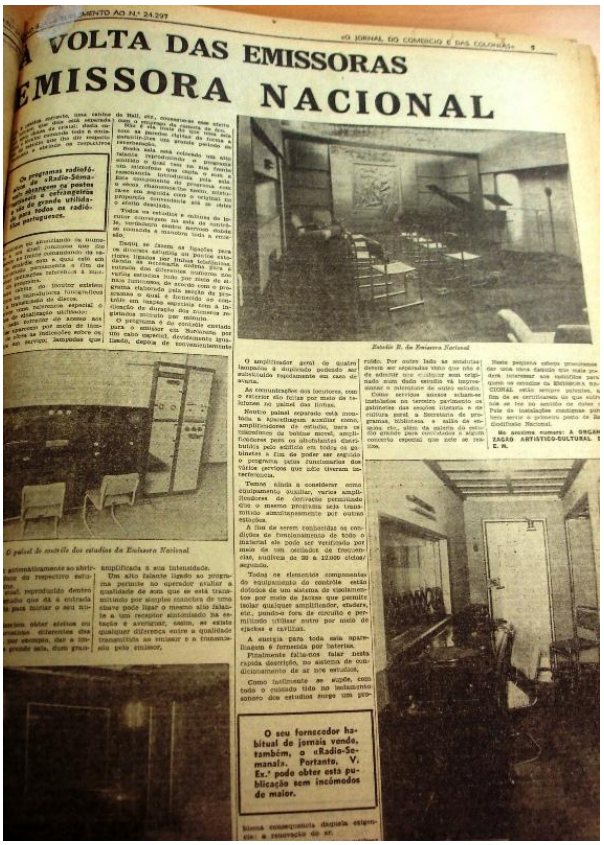
411 Op. Cit. SANTOS, Rogério. p. 180
412 SANTOS, Rogério. **Rádio Clube Português – Da escassez de freqüências à grande importância no meio radiofónico nacional (1931-1936)**. In: Revista *Media & Jornalismo*, nº 3 (Novembro de 2003). p. 61
413 Op. Cit. MAIA, Matos. p. 75
414 Idem. p. 75

Ruas, Miguel Simões e Artur Agostinho. Mais tarde, o programa chegou a ter uma hora de duração e era apresentado nos finais da tarde de domingo.

Além do sucesso deste programa infantil, a RCP dedicava espaços na grade de programação a trechos de operetas, música de salão e inovou ao colocar no lugar da música gravada em disco o concerto ao vivo que agradava muito mais ao ouvinte. A emissora também emitia palestras religiosas e sobre temas relevantes daquele período, entre eles, uma série sobre a história da música e efemérides, conferências e contos e folhetins, cujos textos eram adaptados para o rádio.

A Emissora Nacional (EN) é o objeto de estudo desta tese e, por isto, não será aprofundada neste capítulo a sua história de organização e programação no período delimitado até 1945. A primeira emissora estatal, criada por iniciativa do governo ditatorial Estado Novo, iniciou suas transmissões experimentais em 1933, com um emissor de 20 KW. A principal preocupação era com a qualidade técnica do sinal e com o seu alcance no país. Em 29 de junho, é adquirida uma retransmissora para o Porto e uma emissora de Onda Curta, a fim de que o sinal chegasse a todos os portugueses de diferentes locais.

A instalação da infraestrutura, estúdios, contratação da equipe de locutores e transmissões experimentais foram acompanhadas pela imprensa, principalmente pelo *O Jornal do Comércio e das Colónias* que publicava, semanalmente, o encarte sobre radiodifusão *Rádio-Semanal.* A inauguração da emissora, em 4 de agosto de 1935, ganhou a capa e várias páginas com a programação completa, que durou de 1º até 7 de agosto.



VOLTA DAS EMISSORAS

EMISSORA NACIONAL

Figura 7: Infraestrutura da Emissora Nacional
Fonte: Reprodução da página 5 da
Rádio-Semanal, encarte do Jornal do Comércio
e das Colónias, de 1º de dezembro de 1934.

É importante registrar que em junho de 1933, com a nova reformulação do decreto, a legislação previu a possibilidade do governo conceder, por meio de concurso público, a exploração da comunicação radiofônica por particulares. O decreto nº 22.783 permite a criação da Direção Geral dos Serviços Radioeléctricos com a incumbência de organizar, dirigir e fiscalizar os serviços de radiocomunicações e assim é extinto o Conselho de Radioelectricidade que havia sido criado há três anos.

Como a RCP, a EN também teve dificuldades financeiras, superadas com contenção de gastos e redução das apresentações das orquestras que foram substituídas por músicas gravadas. Conforme Ribeiro, “nos primeiros doze meses de emissão oficial, 58,3% da programação foi preenchida por música gravada, 24,8% por música executada ao vivo e 17% por espaços de palavra[415]”.

A Rádio Renascença, a terceira entre as primeiras grandes estações portuguesas, tem entre os precursores os padres Magalhães Costa e Domingos

[415] Op. Cit. RIBEIRO, Nelson. p. 121

Bastos que estavam entusiasmados com o novo meio de comunicação. Ribeiro relata que os "dois sacerdotes tinham consciência do poder da telefonia sem fios e dos benefícios que desta poderiam advir se utilizada no campo da evangelização[416]". Com esta ideia resolveram, entre 1931 e 1932, chamar atenção para a iniciativa e começaram a escrever artigos no jornal *Diário do Minho*, "onde tentaram demonstrar a importância de a Igreja Católica possuir um veículo capaz de levar a sua voz a milhares de portugueses em simultâneo[417]".

Lançaram, assim, um apelo à comunidade católica pedindo para que contribuíssem com dinheiro para a obra com fins de alcance religioso importante na nação. O pedido dos sacerdotes não foi logo acolhido, apesar do projeto de construir uma emissora voltada para o apostolado ser bem visto.

Em 1º de fevereiro de 1933, cita Ribeiro, o jornalista Zuzarte de Mendonça publica um artigo favorável à criação da estação na primeira página da revista *Renascença* e alerta sobre a importância da igreja católica ter uma emissora radiofônica para "fazer ouvir a sua voz[418]". Mendonça apostava na emissora para irradiar música, literatura e ser um espaço para oradores e conferencistas. Na opinião dele, a igreja católica deveria ser uma emissora capaz de "propagar a fé religiosa para todo o país, alvitrando mesmo um nome: Rádio Renascença[419]". Depois, ele publicou outros textos em jornais católicos, como *O Dever, Novidades e A Ordem*, explicando a importância de uma emissora que tivesse como objetivo a evangelização.

Nesta mesma época, outros sacerdotes publicaram artigos na revista *Renascença* defendendo a criação de uma rádio voltada para os portugueses católicos. Conforme os artigos iam sendo divulgados, o público começou a se integrar à causa.

Ainda em 1933, na revista *Renascença*, é publicado o relato do padre Lopes de Cruz, nascido na Póvoa de Varzim, em 1899, e ordenado padre em 1924, sobre o compromisso que há seis anos tinha assumido como uma "responsabilidade de redigir uma página da revista, onde, todas as quinzenas publicavam artigos com o objectivo de tornar possível o nascimento de uma emissora da Igreja[420]".

---

[416] Op. Cit. RIBEIRO, Nelson. p. 105
[417] Idem. p. 105
[418] Idem. p. 105
[419] Op. Cit. SANTOS, Rogério. pp. 182-183
[420] Idem. p.105

Conforme Miguel, a iniciativa de ter uma rádio católica foi impulsionada muito pelo padre Lopes da Cruz, também responsável pela redação da revista *Novidades*. Apaixonou-se por essa possibilidade e começou a se dedicar à causa da comunicação social católica. Dois anos antes, em 1931, ele e os padres Magalhães Costa e Raul Machado, tinham lançado o Anuário Católico Português. Mesmo ano em que a autoridade eclesiástica criou a revista *Renascença*, na qual o padre Lopes da Cruz tinha espaço para escrever. As escritas na revista tinham um único objetivo: "[...] tornar possível em Portugal a existência de uma emissora católica de radiotelefonia[421]".

Os primeiros recursos para estruturar a emissora foram angariados com doações dos fiéis. Enquanto o padre Lopes da Cruz atraia atenção e fundos para a nova rádio, em 1934, o cardeal-patriarca de Lisboa, Manuel Gonçalves Cerejeira, declarava que abençoava os esforços para dar à Portugal uma rádio ao país voltada aos católicos. O cardeal também apoiou a campanha que recolhia donativos para a criação da rádio.

Os donativos, conta Ribeiro, foram chegando às mãos do padre Lopes da Cruz de todos os lugares do país e estava claro o envolvimento dos católicos nesta meta de construir a Rádio Renascença. Como existiam muitas pessoas interessadas em contribuir, em 1936 foi criada uma sociedade a fim de que os interessados em sustentar a emissora pudessem contribuir com uma cota mensal de 2$50. Dois anos mais tarde, esta sociedade originou a Liga dos Amigos da Rádio Renascença.

Desde o início do projeto de construção e organização da emissora, padre Lopes da Cruz afirmou que a "estação não se limitaria a transmitir programas religiosos[422]" e os sermões, mas também incluiria na programação temas artísticos, científicos e literários. O padre teve, neste sentido, apoio num dos maiores colaboradores da estação. Artur Bívar escreveu no jornal *Notícias dos Arcos* que "o que havia de distinguir a Emissora Católica das restantes estações seriam os critérios[423]".

---

[421] MIGUEL, Aura. **Rádio Renascença: os trabalhos e os dias (1933-1948)**. Universidade Católica Portuguesa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1992. p. 31
[422] Op. Cit. RIBEIRO, Nelson. p.106
[423] Idem. p. 106

Enquanto o projeto de criação da emissora estava sendo organizado, a Acção Católica Portuguesa[424] já tinha reunido vários fiéis para que contribuissem com a estruturação. A iniciativa ainda atraiu a Juventude Católica Feminina, a Juventude Operária Católica e a Juventude Escolar Católica.

Ao longo do ano de 1936, aconteceram várias reuniões de estudo em Roma, agendadas pela Comissão Internacional de Radiodifusão, com o seguinte argumento:

> Ao nosso país chegaram ecos deste encontro, nomeadamente as palavras de Pio XI, que considerou a radiodifusão como 'um campo clássico, magnífico para a Acção Católica', cuja missão era a de auxiliar os sacerdotes na sua missão de recristianizar a sociedade[425]".

Por alguns meses, a partir de junho de 1936, a Rádio Renascença fez transmissões experimentais. Aura destaca que o primeiro pronunciamento na emissora foi proferido pelo padre Lopes da Cruz que disse "louvado seja nosso senhor Jesus Cristo[426]", sem que o estúdio ainda estivesse pronto. Segundo Santos, essa alocução radiofônica teria ocorrido em outubro de 1936, dia da Acção de Graça. Na fase experimental, o padre também "pedia informações aos ouvintes sobre a qualidade da estação, com cartas e telefonemas a chegarem à redação da revista *Renascença[427]"*. A escuta era fundamental para ele saber até onde chegavam as emissões e com que qualidade sonora.

Em 1º de janeiro de 1937 a terceira grande emissora de Portugal entra no ar oficialmente, com irradiação em Onda Média para a região de Lisboa, e em Onda Curta para parte dos continentes europeu e africano. Começou com uma hora e 45 minutos por dia, das 20h15 às 22 horas, com exceção de quinta-feira e domingo, quando a programação se estendia por mais tempo como a missa dominical, das 12 às 13 horas. Primeiramente, recorda a autora, as transmissões ocorriam a partir da Charneca, do Alentejo, e, somente em fevereiro, é que os estúdios da Rua Capelo, em Lisboa, ficaram prontos.

---

[424] Criada em 1933 pelo cardeal Manuel Gonçalves Cerejeira, com o apoio do bispo Pio XI, com o objetivo de aproximar a igreja e a sociedade.
[425] Op. Cit. RIBEIRO, Nelson. p. 107, citando uma escrita do Papa Pio XI na Revista *Renascença*, em janeiro de 1937.
[426] Op. Cit. MIGUEL, Aura. p. 78
[427] Op. Cit. SANTOS, Rogério. p. 188

Santos cita a programação publicada no *Diário de Notícias,* de 9 de agosto de 1937. Todos os dias, das 20h30 às 22h30, os programas ficaram distribuídos nos seguintes horários: das 20h30 às 21 horas, música portuguesa e variada; às 21 horas, noticiário; às 21h30, palestra e curso de línguas estrangeiras; das 22 às 22h30, música clássica. Nos sábados, das 20h30 às 21h30, emissão infantil, organizada pelo semanário *O Papagaio* e concertos da Banda do Comando-Geral da Guarda Nacional Republicana e um curso sobre catolicismo. E às "quintas-feiras e domingos, as duas emissoras trabalham, também, das 12 às 13 horas. A estação de onda média destina-se a ser ouvida apenas em Lisboa e arredores[428]". Essa informação publicada no semanário esclarece que a programação inicial da rádio católica era mais ampla do que a apresentada por Miguel.

Como também havia a instalação de microfones e amplificadores na capela e no gabinete do Seminário dos Olivais, observa Aura, foi possível fazer as transmissões, todos os domingos, da missa e da homilia, "com bela música executada pelos seminaristas e tão apreciada pelos radio-ouvintes, bem como as interessantíssimas palestras do Dr. Artur Bivar[429]".

O entusiasmo levou alguns organismos da Acção Católica, como a Juventude Católica Feminina, a organizar uma sessão radiofônica sobre a Comunhão Pascal que recebeu diversos convidados nos estúdios da Rua Capelo. Um deles, diz Miguel, foi o padre Moreira Neves que, depois desta participação, se transformou em colaborador da emissora. Ele declarou depois que a "vocação da Rádio Renascença caracteriza-se por servir a verdade dentro dos princípios da Igreja, e servir a Igreja com a Verdade; por isso haveria que fazer dela uma autoridade moral no campo da Arte e uma autoridade artística no campo da Moral[430]".

---

[428] Op. Cit. SANTOS, Rogério. p. 182

[429] Op. Cit. MIGUEL, Aura. p. 79. Citação publicada na Revista Renascença, número 159, de 1º de janeiro de 1937, na página 13.

[430] Idem. p. 79. Citando o discurso proferido aos microfones da Rádio Renascença, em 25 de fevereiro de 1937, na Revista nº 114, de 15 de março de 1937, na página 15.



RADIO-SEMANAL

Lisboa, 14 de Novembro de 1936

A «RÁDIO-RENASCENÇA»

OS CATÓLICOS PORTUGUESE

vão ter, em breve, o seu pôsto emiss

O PADRE LOPES DA CRUZ FALA AO «RADIO-SEMANAL» SOBRE A NOVA ESTAÇÃO

Figura 8: Notícia sobre a inauguração da Rádio Renascença, da igreja católica
Fonte: Reprodução do Rádio-Semanal, encarte do Jornal do Comércio e das Colónias de 16 de novembro de 1936.

Antes mesmo da emissora entrar no ar, o padre Lopes da Cruz mostrou-se preocupado com o conteúdo da programação. Os objetivos da Rádio Renascença deveriam "tornar Cristo presente na sociedade e na cultura portuguesa, pela constante formação de uma opinião pública católica, consciente dos seus deveres e da sua missão[431]". Com a finalidade de aperfeiçoar os programas, padre Lopes "conseguiu no início de 1938, transmitir regularmente os concertos da Banda da Guarda Nacional Republicana, em directo (aos sábados) do Quartel do Carmo, a missa dominical do Seminário dos Olivais[432]".

Logo após iniciar as emissões, outras novidades começaram a atrair os ouvintes. Podem-se citar *Tradições e Artes Populares*, *Crônica de Livros Estrangeiros, Crônica de Espetáculos e Crônica de Teatro, e Cinema Estrangeiro*. De acordo com Ribeiro, estes espaços pretendiam "oferecer aos ouvintes o que de melhor existia em termos culturais[433]". A programação ainda incluía a transmissão de

[431] Op. Cit. RIBEIRO, Nelson. p. 89
[432] Idem. p. 89
[433] Idem. p.108

> diversos recitais de poesia católica pelo actor Azevedo Moreira, e, já o decorrer de 1939, a RR passou a incluir na sua programação normal a transmissão dos concertos da Banda da Guarda Nacional Republicana, aos sábados, a partir do Quartel do Carmo, em Lisboa[434].

Após a inauguração, a Rádio Renascença realizou as transmissões de palestras que tinham a duração de uma hora. Os programas reuniam vários conferencistas e colaboradores de suplementos como *Letras e Artes*, do jornal *Novidades* e "figuras de relevo no meio intelectual da época, como Almada Negreiros, João Ameal, Carlos Queirós, Antônio Correia de Oliveira, Manuel Anselmo, Gustavo de Almeida, Frederico de Freitas, etc.[435]". A meta da Rádio Renascença, idealizada pelo padre Lopes da Cruz era "levar a cada lar a alegria. E depois a beleza, sobretudo pela música, aquela que exalta, que afina a nossa sensibilidade, que mais nos aproxima do infinito[436]".

Ribeiro destaca que uma das novidades introduzida pela nova rádio "foram os cursos de línguas, que obtiveram um grande sucesso, tendo sido alvo de largos elogios na imprensa na época[437]". O programa iniciou em agosto de 1937 e tratava do ensino das línguas inglesa, francesa, alemã e italiana. Outro programa que ganhou o gosto dos ouvintes e permaneceu no ar por muito anos, completa Ribeiro, foi *O Papagaio*, um espaço de 90 minutos reservado para as crianças e que era irradiado aos sábados e já havia sido transmitido pela Emissora Nacional.

Também em 1938, a Renascença colocou no ar um "programa para doentes e um curso semanal de catecismo[438]", mas os formatos não obtiveram sucesso. Em 8 de março, havia sido criado o Secretariado do Cinema e da Rádio, o que siginificava que a igreja reconhecia a importância da revista e da rádio na evangelização e controle moral dos católicos. Em 10 de abril de 1938, a Rádio Renascença foi oficialmente integrada à Acção Católica e o padre Lopes da Cruz assume definitivamente a responsabilidade de cuidar da emissora. A partir de maio, a programação da emissora era publicada na revista *Renascença*.

---

[434] Op. Cit. RIBEIRO, Nelson. Citando padre Lopes da Cruz, que escreveu um texto sobre a ampliação dos programas da Rádio Renascença, na revista Renascença, de 15 de dezembro de 1938. p.108
[435] Idem. p. 92. Citando Moreira das Neves, na página 78.
[436] Idem. p. 92. Citado na Revista Renascença, nº 248, de 15 de julho de 1941,
[437] Idem. p. 107
[438] Idem. p. 89

Três meses depois, o cardeal Cerejeira, amigo íntimo de António de Oliveira Salazar, aprovou os estatutos da Liga dos Amigos da Rádio Renascença, uma associação de direito canônico que apoiaria a estruturação técnica e de equipamentos para a estação. Isso se deu em 16 de junho e o texto foi "divulgado com uma oração que deveria ser recitada pelos amigos da Rádio Renascença[439]". A Liga reuniva quatro categorias de sócios, que variavam conforme a cota mensal de contribuição, de 2$50 a 50$00.

Em julho de 1938, com o tempo de emissões mais amplo, a estação leva ao ar o primeiro programa de variedades, apresentado por José Castelo, nas terças-feiras, às 22 horas. Nesse mesmo ano, a emissora formou a primeria orquestra e o quarteto privativos.

Nos anos seguintes, outros programas foram produzidos. No final de 1939, exemplifica Santos, a emissora passou a transmitir *Hora Religiosa*, cujo responsável pela apresentação era Valente Pombo. Em 1940, a estação iniciou, durante todo o mês de maio, as irradiações de devoção a Maria. A estação de Ondas Médias no Porto foi inaugurado em 17 de maio de 1941, na cidade do Porto.

A Rádio Renascença e a Emissora Nacional (1935), com exceção da Rádio Clube Português (1931), surgiram dentro do Estado Novo implementado por Salazar, em 1933, quando assumiu a presidência do Conselho dos Ministros, em 1932. De acordo com Cristo,

> o regime serviu-se da rádio assim como a rádio se serviu do regime como forma garantida de crescer e se expandir. Maioritariamente oficial e/ou oficiosa, a rádio portuguesa, constituída pelas ondas hertezianas de aquém e de além mar, nascida e criada no contexto do salazarismo, estava também inserida nos condicionalismos sócio-político e económicos do regime[440].

Cristo ainda salienta que no período do Estado Novo, as rádios privadas Renascença e Clube Português concorreram entre sí e também concorreram com a emissora oficial do governo, a Emissora Nacional. O rádio em Portugal também foi controlado por meio da censura e de exames prévios dos textos que seriam transmitidos. Cordeiro também faz menção a este momento onde o regime político

---

[439] Op. Cit. RIBEIRO, Nelson. p.108

[440] CRISTO, Dina. **A rádio ao tempo de Salazar e Caetano – censura, propaganda e resistência**. In: Para a história da Rádio em Portugal. Revista Observatório da Comunicação – Número 4 – Novembro 2001. p. 9

era autoritário e mantinha um "serviço de censura prévia às publicações periódicas, emissões de rádio e de televisão de publicações não periódicas nacionais e estrangeiras, velando permanentemente pela pureza doutrinária das ideias expostas e pela defesa da moral e dos bons costumes[441]". Entre o rádio e o poder político havia uma relação de "manipulação da opinião pública em defesa dos valores proclamados pelo Estado Novo[442]".

O controle das emissoras e da sua programação contribuiu para a permanência de Salazar no poder. Afinal, todos veículos de comunicação que se posicionavam contra o regime eram proibidos. Segundo Cordeiro, a rádio serviu como um "aparelho técnico e discursivo ao serviço dos interesses de poder, e um instrumento para a legitimação da ditadura[443]". Cabia ao Estado distribuir as frequências às emissoras, o que lhe dava segurança e maior controle. Por isso, a programação mantinha no ar, principalmente, programas de entretenimento, a fim de distrair os portugueses dos verdadeiros problemas que afetavam a nação.

Quando Lopes da Cruz estava internado no Instituto Português de Oncologia, após uma cirurgia, em 7 de janeiro de 1969, escreveu uma carta ao Secretariado de Estado da Propaganda e do Turismo informando sobre a situação da Rádio Renascença, que operava com transmissores de baixa potência, e pedindo para que as possibilidades técnicas concedidas à Emissora Nacional e ao Rádio Clube Português, que faziam transmissões ouvidas em todo território português, fossem também oportunizadas à Renascença. O padre idealizador da emissora católica faleceu em 9 de junho daquele ano e o pedido de urgência autorizando a Renascença para irradiar com uma potência maior de Ondas Médias só foi atendido em 1978.

Atualmente, a Rádio Renascença pertence a uma cadeia de rádio portuguesa, com uma programação voltada ao público adulto, com música e informação. Tem cobertura nacional em FM e pode ser ouvida pela internet[444].

Retomando o cenário da radiodifusão em Portugal, é necessário destacar outras observações de Santos. Em "1939, a REP representava só os interesses dos emissores que usavam a radiotelegrafia e a radiofonia. As emissoras de

---

[441] CORDEIRO, Paula. **A Rádio em Portugal: um pouco de história e perspectivas de evolução.** p. 2
[442] Idem. p. 2
[443] Idem. p. 2
[444] Rádio Renascença pode ser acessada pela página: http://rr.sapo.pt/

radiodifusão tinham-se afastado da associação e seguiam um caminho próprio[445]", como cita-se acima as três principais que surgiram na década de 1930.

Com a aprovação do estatuto da radiodifusão em 1930 e a formação das três grandes rádios, naturalmente o número de receptores cresceu. Santos publicou um quadro comparativo[446], com dados praticamente precisos porque a Administração-geral dos Correios e Telégrafos fazia um controle rigoroso:

Quadro 16: Número de receptores em Portugal

Ano	**1933**	**1934**	**1935**	**1936**	**1937**	**1938**	**1939**	**1940**
	16 073	30 013	40 409	53 659	69 102	81 171	89 300	98 030

Fonte: SANTOS, Rogério. As vozes do rádio (1924-1939). Lisboa: Editorial Caminho, 2005

Parte do valor total de cada receptor vendido, cuja taxa mensal era de 6$00, era destinado "ao pagamento das despesas de construção da Emissora Nacional. Os comerciantes eram obrigados a declarar as vendas de equipamentos e as pessoas que os adquiriam[447]". Os aparelhos eram adquiridos principalmente de quatro países: Inglaterra, Alemanha, Holanda e Estados Unidos. E as marcas mais comercializadas eram a Philco e a RCA, dos Estados Unidos, a Telefunken, da Alemanha, e a Philips, da Holanda.

Na década de 1930, também em Portugal o rádio se transformou num meio de comunicação integrado ao lar. Ganhou um espaço na sala de jantar e era o objeto de consumo da sociedade que estava vivendo o início da indústria cultural.

O ano de 1936 é considerado o "tempo da massificação da rádio como meio de comunicação, a acompanhar a expansão das principais estações nacionais (Emissora Nacional, Rádio Clube Português e Rádio Renascença)[448]".

Já em 1939, quando a Guerra Civil da Espanha chegou ao fim e a 2ª Guerra Mundial iniciou, a radiodifusão portuguesa estava trilhando o caminho da profissionalização. A Rádio Clube Português e a Emissora Nacional já tinham uma programação e uma organização definidas e a Rádio Renascença era a mais nova e estava no ar há pouco menos de dois anos.

[445] Op. Cit. SANTOS, Rogério. p. 71
[446] Idem. p. 82
[447] Idem. p. 83
[448] Idem. p. 83

As emissoras menores, com “estruturas organizativas pequenas e sem meios profissionais e financeiros próprios[449]” denominadas por “minhocas”, “reagrupavam-se para emitir numa só frequência, os Emissores Associados de Lisboa e os Emissores Norte Reunidos, estes no Porto, a partir de outubro de 1939[450]”. As sete estações minhocas, destaca Santos, são a Rádio Graça, Rádio Hertz, Rádio Sonora, Rádio Voz de Lisboa, Rádio Luso, Rádio Clube Radiofónico e Rádio Peninsular.

3.2 A LEGISLAÇÃO DO RÁDIO

A primeira legislação voltada para o rádio em Portugal é o decreto de número 17.899, de 29 de janeiro de 1930. O documento, no artigo 1º, considera monopólio estatal todo o serviço de radiotelegrafia, radiotelefonia, radiodifusão e radiotelevisão.

No entanto, não havia impedimento para que estações particulares obtivessem licença para funcionar no país. A administração, a fiscalização e a exploração dos serviços de radiodifusão no continente e ilhas cabia à Administração-Geral dos Correios e Telégrafos, sob o domínio do Ministério do Comércio e Comunicações, e nas colônias, pelo Ministério das Colônias. O artigo 5º especificava que as licenças para implantação e exploração de estações de emissoras experimentais deveriam ser concedidas pelo Ministério do Comércio e Comunicações.

Dessa forma, ficava estabelecido que o Estado também tinha poder de proibir o uso de estações, caso elas representassem uma ameaça para a segurança pública ou para a república do país, afirma Santos[451]. “O decreto abria concurso público para aquisição de material e instalação de duas estações emissoras e uma retransmissora[452]”, observa o autor. De acordo, portanto, com o que previa o artigo 14º, que tratava da autorização, por meio de concurso público, para a aquisição do material e instalação de duas estações emissoras e uma retransmissora.

---

[449] Op. Cit. SANTOS, Rogério. p. 94
[450] Idem. p. 12
[451] SANTOS, Silvio. **Serviço Público de Radiodifusão em Portugal: do controlo ideológico ao fim da representatividade social.** Tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. 2012. p. 23
[452] Idem. p. 23

No texto do decreto está a confirmação de que, mesmo mais tarde em relação aos demais países europeus, Portugal reconhecia os progressos da técnica moderna com relação à telegrafia e telefonia sem fios, e era necessário acompanhar o desenvolvimento destas novas tecnologias. O documento ainda salienta o alto valor educativo, moral, artístico e científico do rádio, e a necessidade de incentivar a fácil aquisição dos aparelhos, com o objetivo de democratizar a TSF para todos. Também estava previsto que as principais cidades tivessem retransmissoras para que todos os portugueses pudessem ouvir as transmissões, assim como nas ilhas e colônias.

Por meio do novo veículo de comunicação, o Estado poderia fazer propaganda de Portugal, o que serviria, consequentemente, para impulsionar o crescimento das indústrias, inclusive da fabricação de receptores, e do comércio nacional, incentivando ainda o turismo.

Três anos mais tarde, em junho de 1933, foram publicados no *Diário do Governo* dois decretos referentes à legislação radiofônica em Portugal, e que foram reproduzidos no Anuário Radiofónico Português de 1936[453]. O decreto de número 22.783, que faz uma remodelação do decreto anterior, destaca as conquistas técnicas da radiodifusão e reforça que o rádio está influenciando a sociedade em todos os setores sociais, nos aspectos culturais, políticos, espiritual e artístico. Por isso, o governo atento já havia publicado o decreto de número 17.899, que tratava das comunicações radioelétricas e definia os princípios reguladores que envolviam as estações. A partir do quarto parágrafo, o documento informa que o estado, por meio da Administração Geral dos Correios e Telégrafos, adquiriu uma estação de Onda média, de 20KW, e vai comprar uma retransmissora para o Porto e outra estação em Onda Curta para que as ondas sonoras cheguem a todos os portugueses espalhados pelo “vasto Império, pelo Brasil e pela América do Norte[454]”.

Trata-se da montagem da infraestrutura da Emissora Nacional, a segunda grande emissora de Portugal, estatal e de outros itens como a “obrigatoriedade do pagamento da contribuição por parte dos proprietários ou detentores de instalações radioeléctricas emissoras ou receptoras, semelhantemente ao que se faz hoje em

[453] Anuário Radiofónico Português, 1936. Volume 1. pp. 23-36
[454] Idem. p. 23

muitos outros países[455]". Assim fica determinado que haja uma taxa única para todas as estações e, com base no artigo 108º da Constituição, o governo promulga para fazer valer como lei, no artigo 1º, que a radiocomunicação é de interesse público e, assim, "constituem monopólio do Estado em tudo que não colida com os contratos de concessão em vigor[456]".

O documento especifica ainda que os serviços de rádio estarão subordinados a determinados departamentos do Estado. As comunicações do continente da República e ilhas adjacentes, por exemplo, ficaram sob a responsabilidade do Ministério das Obras públicas e Comunicações, por meio da Administração-Geral dos Correios e Telégrafos. Portanto, como enfatiza o artigo 6º, compete ao Ministério das Obras Públicas "estabelecer no continente o sistema de emissoras nacionais de radiodifusão destinadas a assegurar a audição de programas radiofónicos em todo o território do Império Português e nos centros portugueses do Brasil e América do Norte[457]". Assim, no sistema de emissoras nacionais fica estabelecido: uma estação de Ondas Curtas em Lisboa, com potência não inferior a 10KW; e uma retransmissora de Onda Média em Porto, com potência não inferior a 1KW. E o artigo 7º esclarece que as emissoras nacionais serão exploradas pelo Estado ou por entidades particulares por meio de concessão.

O artigo 10º do decreto nº 17.899 salienta que cabe à Administração Geral dos Correios e Telégrafos fazer a aquisição das estações por meio de dotações para esse fim no orçamento próprio ou por empréstimos autorizados pelo governo. Com relação aos gastos com estabelecimento, manutenção e exploração que envolva pessoal e material dos serviços radioelétricos sob cuidados da Administração Geral, poderão ser complementados por dotações especiais do governo, pelas taxas da concessão de licenças, às receitas provenientes de publicações.

O artigo 16º prevê que os detentores das instalações elétricas e radiolétricas "são obrigados a permitir o livre acesso, às suas instalações, dos funcionários nomeados pela fiscalização dos serviços eléctricos e radioeléctricos, bem como

[455] Op. Cit. Anuário Radiofónico Português. p. 23
[456] Idem. p. 24
[457] Idem. p. 25

autoridades administrativas ou policiais[458]", caso sejam requisitadas pela AGCT ou pela direção dos serviços elétricos. E compete à direção dos serviços radiolétricos, segundo o artigo 20º, a organizar, dirigir e fiscalizar os serviços de radiocomunicações que lhe são atribuídos[459]".

O decreto, no artigo 22º ainda estabelece a organização de uma Comissão de Programas e uma Comissão Administrativa dos Estúdios da futura rádio estatal, a Emissora Nacional. Sendo que a comissão de programas será nomeada com liberdade pelo Ministro das Obras Públicas e Comunicações e deverá ser formada por pessoas com "elevada cultura artística, musical ou literária, ou especializadas em assuntos de radiodifusão, e nela poderão ter representação os organismos oficiais que tenham a seu cargo serviços relacionados com a radiodifusão[460]". O parágrafo 2º salienta que a Comissão Administrativa dos Estúdios será "constituída pelo director artístico dos estúdios, que será o presidente da Comissão de Programas, pelo director técnico dos Estúdios, que será engenheiro diretor das estações emissoras, e por um vogal comercialista[461]'. E no artigo 24º fica definido que a Comissão Administrativa dos Estúdios terá

> autonomia administrativa para contratar ou assalariar, com dispensa de quaisquer formalidades legais, o pessoal técnico e artístico que julgue necessário para a execução de concertos ou de quaisquer outros serviços exigidos pelas emissões, desde que os respectivos encargos caibam dentro das verbas que lhe forem superiormente atribuídas[462].

O segundo decreto, de número 22.784, trata do regulamento das instalações radiolétricas, reforçando, em alguns casos, o decreto de nº 22. 783. No capítulo I que trata das Disposições Gerais, o artigo 3º designa que "nenhuma instalação radioeléctrica particular, emissora ou receptora, poderá ser estabelecida ou utilizada sem a prévia licença da Direcção dos Serviços Radioeléctricos e pagamento das taxas fixadas no presente regulamento[463]", e caberá à Administração Geral dos Correios e Telégrafos cassar as licenças de instalações que não cumpram as condições gerais e técnicas exigidas no regulamento.

---

[458] Op. Cit. Anuário Radiofónico Português. p. 26
[459] Idem. p. 26
[460] Idem. p. 27
[461] Idem. p. 27
[462] Idem. p. 27
[463] Idem. p. 27

No capítulo II, Da Recepção Radioléctrica, além das estações pagarem um imposto mensal, assim como as lojas que comercializam aparelhos receptores devem comunicar à Administração Geral dos Correios e Telégrafos os nomes e as moradas das pessoas para quem venderam os mesmos. E somente ficarão isentos aqueles que comprovarem seu estado de pobreza, paralíticos, inválidos, cegos e mutilados de guerra; "escolas de ensino do Estado, observatórios meteorológicos, asilos, hospitais e quaisquer estabelecimentos de assistência[464]".

Com relação à emissão radioelétrica, tratada no capítulo III, diz o artigo 15º que as emissoras ficam classificadas em três categorias:

> Estações destinadas a serviços públicos – abertas ou não à correspondência pública – ou à exploração de serviços privados ou especiais; b) Instalações de amadores, destinadas a promover a divulgação e vulgarização das ciências radioelétricas, sem qualquer interesse pecuniário directo ou indirecto; c) Instalações experimentais , destinadas exclusivamente a promover o desenvolvimento e o estudo das ciências radioeléctricas[465].

O parágrafo a seguir, salienta que as estações públicas só podem ser exploradas pelo Estado e não por interessados particulares. E todas as emissoras privadas, amadoras e experimentais terão que pagar taxas que variam de acordo com a potência dos equipamentos. E ficam isentas do pagamento de taxas as estações experimentais de estabelecimentos de ensino técnico do Estado e os particulares, já existentes.

O documento ainda aborda a questão das antenas, no capítulo IV, das interferências, no capítulo V, e das disposições transitórias, no capítulo VI. Os dois decretos, nº 22.783 e nº 22.784, foram assinados pelo presidente da República, Oscar Carmona, em 29 de junho de 1933.

Somente em 1957, Portugal começa a repensar a sua radiodifusão. É promulgada a Lei Orgânica da Emissora Nacional, pelo decreto de nº 41.484, e são publicados os decretos nº 41.485 que publica o regulamento da Emissora Nacional, e o de nº 41. 486, que aborda o novo regulamento das instalações receptoras de radiodifusão, criado para absorver as novas necessidades induzidas pela expansão do rádio e surgimento da televisão.

---

[464] Op. Cit. Anuário Radiofónico Português. p. 29
[465] Idem. p. 30

3.3 A TRAJETÓRIA DE ANTÓNIO DE OLIVEIRA SALAZAR

António de Oliveira Salazar nasceu em Vimieiro, distrito da cidade de Santa Comba Dão, em Portugal, em 28 de Abril de 1889. Filho de António de Oliveira e Maria do Resgate Salazar, teve quatro irmãs: Marta do Resgate, Elisa, Maria Leopoldina e Laura. Estudou num seminário, em Viseu, onde concluiu o curso de Teologia. Mais tarde, em 1910, matriculou-se na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, onde formou-se em 1914. Nesse espaço acadêmico, conheceu e tornou-se amigo, por exemplo, Alfredo Pimenta, Bissaya Barreto e Armando Marques Guedes.

A partir de 1912, Salazar começou a escrever para o jornal do Centro Acadêmico da Democracia Cristã *O Imparcial*, usando o pseudônimo de Alves da Silva. O primeiro artigo que escreveu foi sobre educação e como passou a ser um colaborador assíduo, logo ocupou um cargo de chefia no movimento católico universitário de Coimbra. Salazar também se destacou pelas notas que obtinha em diferentes disciplinas, sempre entre 18 e 19.

Por um tempo, foi professor assistente, onde lecionou Ciências Econômicas e, posteriormente, efetivo dessa universidade. Em maio de 1918, o conselho da faculdade de direito confere a Salazar o grau de doutor e, um ano depois, como professor catedrático de Ciências Econômicas e Financeiras, começou a publicar artigos sobre matéria tributária e fiscal no *Boletim* da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra e na *Revista de Legislação e Jurisprudência*. Ficou famoso porque era um adversário declarado do regime Republicano[466] e, por causa disso, chegaram a acusá-lo de monarquista. Dois anos depois, em 1921, ele era um dos chefes e mentores do Centro Católico Português (CCP), que conseguiu eleger na província três deputados. Um deles é Salazar que exerceu o cargo por dois dias. Para ele, os debates eram inúteis e representavam uma perda de tempo. Para Rosas, é depois de 1921 que a ambição do professor de Economia desabrocha plenamente para ser o

> doutrinador e o político nacionalista, católico, corporativista e antiliberal, que se sente, desde cedo, depositário de uma missão

[466] A República foi instalada em Portugal em 5 de outubro de 1910 e herdou do regime Monárquico uma crise política, social e econômica. Os governantes da República tinham como a principal meta equilibrar as finanças nacionais.

> salvífica para o país. E que está determinado a cumpri-la, por ambição e por dever, mesmo que, até chegar ao Governo em 1928, essa vontade avassaladora se cubra de reserva e contenção no seu modo distante e fradesco de estar e falar[467].

Em 28 de maio de 1926, quando um golpe de Estado derrubou o governo Republicano e foi instalada a Ditadura Militar, Salazar é convidado para o cargo de ministro das Finanças. Desembarca em Lisboa no dia 4 de junho, acompanhado pelos professores Joaquim Mendes dos Remédios e Manuel Rodrigues Júnior. Era praticamente desconhecido na política e o seu prestígio se resumia às ótimas notas na Universidade de Coimbra. Fica por apenas 13 dias e retorna para Coimbra.

Dois anos mais tarde, em 27 de abril de 1928, Salazar é novamente convidado a retornar ao governo como ministro das Finanças com a missão de controlar a economia do país, que era considerada caótica e o governo estava tentando conseguir um empréstimo de 12 milhões de libras junto à Sociedade das Nações. Nesse ano, o déficit orçamental, com o ministro das Finanças Sinel de Cordes, havia aumentado de 122 mil contos (1925-1926) para 642 mil contos (1927-1928).

Nesse período, em função do seu trabalho nas finanças, também ganhou confiança e respeito político. Tomou posse quando tinha apenas 39 anos. Foi indicado pelo presidente da República, general António Óscar de Fragoso Carmona (16 de Novembro de 1926 a 18 de Abril de 1951). De acordo com Nogueira, no dia de sua posse, o ministro aparentava menos idade e tinha cabelos negros e fartos e "o rosto ossudo, muito branco, chupado, seco[468]". Vestia uma roupa escura e tinha uma feição de "um clérigo anglicano ou de um sábio alheio ao mundo. É compassado no andar, e de gestos lentos e calmos; fala sem esforço, naturalmente, mas escolhe com rigor as palavras, e apenas diz o que o pretende; [...][469]". Declarou que sabia muito bem o que queria e para onde iria. Dedicava-se com seriedade à sua função e procurava receber todos os secretários na parte da manhã. Ele evitava ao máximo os contatos com a imprensa, não gostava das agitações políticas e de participar de comemorações de determinadas datas.

---

[467] ROSAS, Fernando. **Salazar e o Poder. A Arte de saber durar.** Lisboa: Tinta-da-China, 2012. p. 50

[468] NOGUEIRA, Franco. **Salazar – Os Tempos Áureos (1928-1936) – Volume II.** Coimbra: Atlântida Editora, 1977. p. 1

[469] Idem. p. 1

No final de 1929, Salazar já tinha conquistado o respeito dos colegas ministeriais e dos portugueses. Era uma personalidade que se destacava no ministério. Ele era católico e sempre manteve uma relação de amizade com o padre Manuel Gonçalves Cerejeira que, em 18 de novembro de 1929, se tornou cardeal, e com quem, durante grande parte do seu governo, trocou cartas e confidências a respeito da política em Portugal.

Em 30 de julho de 1930, foi constituída a União Nacional, o partido único do país que absorveu a elite da União Liberal Republicana, os técnicos e políticos independentes do Partido Nacionalista e dirigentes do Partido Republicano Português. No ano seguinte, em 4 de abril de 1931, Óscar Carmona declarou ao jornal *Diário da Manhã*, órgão oficioso da União Nacional, que "os propósitos da ditadura em estar e em continuar, para transformar radicalmente o país e construir o Estado Novo[470]". Um mês depois, a União Nacional fez uma mobilização apoiando Salazar, consolidando a imagem de um homem forte e garantindo o êxito da ditadura.

E logo em seguida, em 27 de maio, a União Nacional publicou os seus estatutos com definições sobre os princípios norteadores do Estado Novo. Salazar aproveitou para reiterar que "Portugal é um Estado Nacional unitário, e realiza integralmente a unidade moral, política, social e econômica da Nação[471]". Os regulamentos recomendavam ainda que a eleição do presidente da República fosse conduzida para garantir independência em relação aos demais órgãos do Estado e independência do Parlamento, "e das suas votações, cabendo ao chefe de Estado nomear e demitir os ministros livremente[472]".

Em de 5 de julho de 1932, o ministro das Finanças acumulou mais um cargo. Foi eleito presidente do Conselho de Ministros de Portugal, mandato que ocupou até 1968. Em 11 de abril de 1933 é instituído o Estado Novo, com a aprovação de uma nova Constituição. A decisão teve o total apoio de Carmona que pouco intervinha nas decisões. Com amplos poderes, ele fazia questão de reafirmar em seus discursos que o passado de Portugal se caracterizava pela desordem política

[470] Op. Cit. NOGUEIRA, Franco. p. 110
[471] Idem. p. 140
[472] Idem. p. 140

e financeira e por uma “desconexão geral do Estado, da irregularidade [...][473]”. Para Salazar, foi a ditadura que restabeleceu

> a ordem financeira e, em parte, a ordem administrativa. Pelo que toca à ordem económica, o governo trabalha para proporcionar meios rápidos de transporte, crédito fácil, energia barata, e neste plano da economia os projectos abrangem os territórios de além-mar; e o problema social engloba a higiene, a assistência, a instrução, a educação, os problemas de trabalho. [...][474]

Ele costumava dizer que a ditadura não tinha nada a ver com a política e que a mesma era a solução para resolver os problemas políticos. Defendia essas teses e afirmava que “com efeito é apenas verdade que se pode fazer administração fora de toda política partidária, mas neste sentido estrito não se há-de dizer pode-se, há-de dizer-se deve-se[475]”.

Também em 1933, instala a censura prévia, proíbe greves, reprime os opositores, cria a Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (PVDE) e o SPN, e a legislação básica da organização corporativa. Com uma nova Constituição, Salazar governa e trabalha também para sanar as dívidas de Portugal e controlar os gastos, e consegue fazer com que a balança comercial e financeira tenha um saldo positivo.

Cada vez mais fortalecido, Salazar, que tinha status de primeiro-ministro, se manteve no governo logo após Carmona ter sido reeleito com 80% dos votos, em 17 de fevereiro de 1935. Carmona foi o único candidato a presidente da República de Portugal. Entre 1936 e 1940, durante a Guerra Civil da Espanha, o início da 2ª Guerra Mundial, Salazar, além da presidência do Conselho, acumulou os ministérios da Guerra, dos Negócios Estrangeiros e das Finanças. E ainda despachava pessoalmente com o diretor da Polícia Política. Portanto, quase nada da vida do regime lhe escapava. Ele administrava o seu país atento a todos os setores. E ao seu redor “circulava a nata, a elite do regime, um grupo restrito e de difícil acesso girando promiscuamente entre os altos cargos políticos e as administrações das empresas[476]”. Rosas destaca que o presidente do Conselho de Ministros tinha ainda o hábito de “compensar os seus servidores mais chegados

[473] Op. Cit. ROSAS, Fernando. p. 69
[474] Idem. p. 70
[475] Idem. p. 70
[476] Idem. p. 43

com substanciosos lugares no mundo dos negócios ou nas boas sinecuras do Estado[477]".

Rosas afirma que muitos velhos e amigos féis de Salazar, do tempo do Centro Católico e da Universidade de Coimbra, estiveram sempre próximos de seu governo. Entre eles, intelectuais oriundos do Integralismo Lusitano[478] como Marcello Caetano, Pedro Teotónio Pereira e João Ameal; homens da direita republicana, Bissaia Barreto, Duarte Pacheco, Mário Paes de Sousa e Albino dos Reis; chefes militares que garantiram o controle político do Estado Novo sobre a tropa, Santos Costa, Gomes de Araújo, Câmera Pina; homens de negócios e bem-sucedidos que faziam ponte com a direita dos interesses, Ricardo Espírito Santo, Caeiro da Mata, Queirós Pereira e Sebastião Ramires; e diplomatas que o ajudaram com articulações em diferentes momentos da política externa, como Marcelo Matias, Teixeira de Sampaio e Franco Nogueira, que se tornou um confidente na fase final da vida política do ministro das Finanças.

Salazar governou Portugal dentro de um Estado autoritário e investiu numa linha econômica nacionalista, embasada numa medida protecionista. Em agosto de 1968 Salazar sofreu um derrame cerebral. Paralítico e incapacitado para exercer as funções, foi exonerado da presidência do Conselho. Em 27 de setembro, o então presidente da República, Américo Tomás, convidou Marcello Caetano, ex-ministro, para substituir o então primeiro ministro, que morreu em 27 de julho de 1970, em Lisboa. O salazarismo acabou apenas em 25 de abril de 1974, com a Revolução dos Cravos.

3.4 SALAZAR SEMPRE TEVE APOIO DA IGREJA CATÓLICA

O governo de Salazar contou com o apoio da doutrina social da Igreja Católica praticamente em todo o tempo em que esteve no poder como ministro das Finanças e presidente do Conselho de Ministros. Mas essa relação teve início antes mesmo dele ingressar na política e se tornar o homem forte das finanças. Teve início dentro da família, que era católica. Mas, quando estava na Universidade de Coimbra, cursando Direito, ele conheceu o padre Manuel

[477] Op. Cit. ROSAS, Fernando. p. 43
[478] O Integralismo Lusitano defendia o renascimento do espírito católico nos portugueses e o retorno a algumas tradições políticas como a monarquia.

Gonçalves Cerejeira, que estudava Letras, e ficaram amigos íntimos. Ao longo de muitos anos, trocaram confidências em encontros pessoais e por cartas e bilhetes. Essa relação "contribuiu de forma eminente para a renovação da Igreja em Portugal e para a normalização das relações entre o Estado e a Igreja, através da assinatura da Concordata, em 1940[479]". Depois de 1919, afirmam Brito e Rosas, quando o Centro Católico Português é reestruturado, depois do sidonismo, Cerejeira assumiu um maior protagonismo, ao lado de Salazar.

> Defende a criação de um Instituto Superior Católico, em Lisboa, em 1922, no II Congresso do Centro Católico, de que foi com Salazar uma das grandes figuras. E, em 1924 participa, também com Salazar e outros dirigentes centristas, no Congresso Eucarístico de Braga, em 1925 profere, também com ele, conferências no Funchal. Em março de 1925, entra a fazer parte, juntamente com Salazar, da direcção do Centro Católico em Coimbra[480].

Cerejeira também foi um dos apoiadores da Rádio Renascença, emissora católica que foi organizada em 1937. No início do regime autoritário, ele defendeu a orientação católica da vida pública e assumiu publicamente "posições de elogio das autoridades[481]" e, em outros momentos, protestou "contra orientações que colidiam com o ideário católico[482]". O padre que se tornou cardeal patriarca de Lisboa durante o regime ditatorial, em 1929, um ano depois de Salazar assumir o ministério das Finanças, também se posicionou contra a "absolutização do poder do Estado e de totalização da vida política[483]" que também tinham expressão em Portugal. A amizade que manteve com Salazar, por exemplo, facilitou a assinatura da Concordata e do Acordo Missionário com a Santa Sé, em 7 de maio de 1940.

A questão religiosa em Portugal era um problema que se arrastava desde o liberalismo, explica Cruz, porque a "igreja fora sucessivamente espoliada do seu patrimônio: primeiro o das ordens religiosas em 1832, depois o do clero secular em 1910[484]".

---

[479] BRITO, J.M. Brandão de; ROSAS, Fernando. **Dicionário de História do Estado Novo (1926-1974**. Volume I. Lisboa: Bertrand Editora, 1996. p. 142
[480] Idem. p. 142
[481] Idem. p. 143
[482] Idem. p. 143
[483] Idem. p. 143
[484] CRUZ, Manuel Braga da. **O Estado Novo e a Igreja Católica**. Lisboa: Editorial Bizâncio, 1998. p. 46

Apesar do entendimento de que havia uma liberdade religiosa e que a mesma deveria ser uma liberdade individual, “entre as demais liberdades constitucionais, fora em termos institucionais condicionada, mutilada e destruída progressivamente, pelo liberalismo primeiro, pelo republicanismo depois. Havia que resolver este grave contencioso[485]”. Ao assinar a Concordata, a igreja fez uma distinção entre influência, poder e renúncia

> à reivindicação da devolução de todos os seus bens e de qualquer indenização pelos não devolvidos, em troco da garantia de que o Estado lhe asseguraria a liberdade, por um lado, os meios necessários, por outro, para exercer a sua acção, não só no continente como sobretudo nas missões ultramarinas[486].

Foi assim que a igreja foi reconhecida como personalidade jurídica e não apenas como uma corporação que realizava os cultos. De acordo com Cruz, a instituição religiosa tinha garantido, por exemplo, no artigo 1º, o livre exercício da sua autoridade, com a faculdade de exercer os seus poderes de ordem e de jurisdição, sem qualquer impedimento na esfera da sua competência; no artigo 2º, o reconhecimento da liberdade de publicar disposições relativas ao governo da Igreja e se comunicar com todos os fiéis, sem prévio beneplácito do Estado; e, no artigo 5º, a certificação da cobrança e da coleta dos fiéis. Além disso, o Estado não tinha qualquer direito de nomear as autoridades eclesiásticas, com exceção para o padroado e cabia à Igreja o direito de ensinar em escolas particulares, segundo o artigo 20. O que significou garantir a orientação católica do ensino público e o ensino da religião e moral católicas nas escolas públicas, sendo que os seus textos e os professores seriam aprovados e nomeados com o acordo da Igreja, como está no artigo 21º.

Nesse acordo, observa Cruz, foi devolvida à Igreja apenas parte dos bens de que ela fora roubada, isto é, “apenas os que se encontram ainda na posse do Estado, e desde que não estejam à altura aplicados a serviços públicos ou classificados como monumentos nacionais ou como imóveis de interesse público[487]”. Em contrapartida, foram concedidas isenções fiscais aos templos e seminários, e o Estado deixou de subvencionar o culto e o clero e começou a dar apenas apoio pecuniário à acção missionária no Ultramar, exigindo, porém, a sua

[485] Op. Cit. CRUZ, Manuel Braga da. p. 46
[486] Idem. p. 47
[487] Idem. p. 47

nacionalização. “O Estado renuncia a prerrogativas formais que lhe advinham do estatuto de protector da religião, e a Igreja a regalias decorrentes do seu estatuto oficial[488]”, completa Cruz.

As relações de aproximação entre o Estado e a Igreja iniciaram após a revisão da Lei de Separação no consulado de Sidônio Pais[489], na Revolução de 1926. Quando já era ministro das Finanças e presidente do Conselho dos Ministros, em agosto de 1933, Salazar sinalizou ao núncio Beda Cardinale, sobre a possibilidade de uma “Concordata reduzida com a Santa Sé, mas que esta recusara nesses precisos termos, apenas admitindo um acordo abrangente de todas as matérias respeitantes às relações bilaterais[490]”. No final desse ano é que o monsenhor Otaviani recebe o ministro de Portugal e, por meio de palavras veladas, sinaliza com a possibilidade de uma Concordata. No entanto, não estava nos planos de Salazar fazer uma Concordata.

Essas negociações iniciaram efetivamente em meados de março de 1937, quando o cardeal Cerejeira aproveitou que Salazar estava também no cargo de ministro dos Negócios Estrangeiros e entregou um “manuscrito de Concordata, contendo 12 artigos, com referências a outras concordatas e à legislação portuguesa aplicável, precedido também de umas notas também manuscritas sobre singulares vantagens do texto da Concordata com Portugal[491]”. A partir dessa data, Salazar passou a integrar o grupo de trabalho chefiado por Mário de Figueiredo, com Teixeira de Sampaio, Manuel Rodrigues e Fezas Vital, e, sempre inflexível e defendendo os interesses do Estado, reescreveu todas as propostas que continham artigos e notas até 1940, quando o texto final foi aprovado por ambas as partes.

Depois de acatado, em 10 de maio, o cardeal Cerejeira enalteceu pelos microfones da Emissora Nacional os méritos dos acordos. Afirmou que a Concordata não estava criando uma Igreja de Estado, mas que o Estado agora reconhecia a igreja como uma religião da grande maioria da Nação.

> Por isso mesmo o Estado não subsidia o culto nem o clero, nem indemniza a Igreja pelas explicações de 1834 e de 1911. Limita-se a restituir apenas aqueles bens que a Igreja ainda conserva,

[488] Op. Cit. CRUZ, Manuel Braga da. p. 48
[489] Sidónio Pais, que era presidente da República e foi assassinado em 1918.
[490] Idem. p. 53
[491] Idem. p. 58

> tornando uma situação de facto numa situação de iure. E isenta-se de alguns impostos, reconhecendo a utilidade pública da actvidade religiosa[492].

Por tudo isso, disse o cardeal Cerejeira, a Concordata não ira agravar o orçamento do Estado para o dar ao clero ou ao culto, mas estava reconhecendo os direitos essenciais e harmonizando os direitos da Igreja com os legítimos interesses do Estado. “Tendo como idéia a missão nacional a defesa dos princípios da civilização cristã, reconhece à Igreja o papel de guarda deles no Mundo. Sem assumir funções religiosas, o Estado zela e cultiva o patrimônio espiritual da Nação[493]”.

Para Cruz, a assinatura da Concordata e do Acordo Missionário “significou o momento mais alto da colaboração entre a Igreja e o Estado Novo. No entanto, a este maior reconhecimento da religião e da Igreja Católica pelo Estado[494]”, e isso não correspondeu a uma melhoria da colaboração dos católicos com o regime, e das relações da Igreja com o Estado. A 2ª Guerra Mundial apresentou aos portugueses as dificuldades sociais e políticas do Estado Novo, o que repercutiu e dividiu depois os apoios da igreja ao regime. O pós-guerra agravou as condições de vida dos portugueses, tornando ainda mais complexas as condições de realizações do corporativismo, observa Cruz. O descontentamento aumentou no país e em diversos setores católicos, dificultando novamente as relações entre eles.

Segundo Torgal[495], a Concordata restituiu alguns direitos e privilégios que a Igreja tinha como, por exemplo, o reconhecimento de que a propriedade dos bens que antes lhe pertenciam e estavam ainda na posse do Estado, mas que não foi cumprido totalmente durante o Estado Novo. Também garantia a isenção de impostos e contribuições e todas as liberdades no exercício do culto, isentando os sacerdotes de qualquer tipo de fiscalização, nomeação ou mobilização. Outra conquista foi o casamento civil, independente do casamento religioso, e o direito ao divórcio.

---

[492] Op. Cit. CRUZ, Manuel Braga da. p. 89
[493] Idem. p. 89
[494] Idem. p. 93
[495] TORGAL, Luís Reis. **Estados Novos, Estado Novo (Volume I).** Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009.

Torgal destaca que a "Concordata marcou o cume das boas relações da hierarquia católica com o Estado Novo. O próprio Abel Varzim – que seria um dos primeiros sacerdotes que interpretaram o sentimento de dissensão em relação ao Estado de Salazar[496]", proferiu elogios ao documento divulgado na Assembleia Nacional. Entre 1940 e 1950, observa Torgal, a hierarquia máxima da igreja tolerava os movimentos católicos, cada vez maiores, contra o Estado Novo. E foi nesse período que Cerejeira deixou de ser o amigo dileto de Salazar.

Para Rosas, havia uma cumplicidade da igreja católica, com o seu conjunto de bispos e hierarcas eclesiásticos, com os interlocutores do Estado Novo, apesar da nova Constituição ter sancionado a Portugal o

> caráter laico do Estado e o regime de separação deste com as igrejas, se inicia um processo – com consagração constitucional – de progressiva confessionalização do estado e, simultaneamente, de crescente integração da Igreja católica nos propósitos ideológicos do novo regime[497].

A igreja pós-concordatária manteve a

> legitimação ideológica e moral do regime, na construção da imagem providencial do seu chefe e na apologia das suas principais opções política: o nacionalismo autoritário e antidemocrático, o corporativismo, o colonialismo imperial, assim inculcados como o reencontro com a verdadeira tradição e história da nação, e desígnios da providência[498].

O que significa dizer que a igreja estava impedida de fazer a sua política e "aceitava abençoar e legitimar a política do regime[499]", completa Rosas. Tanto é que durante as celebrações de Nossa Senhora de Fátima, em Fátima, Salazar e o Estado Novo foram sempre enaltecidos como "instrumentos da providência divina para a salvação de Portugal[500]".

Rosas chama atenção para o momento histórico em que a Concordata foi assinada. O fascismo estava no auge, Franco tinha vencido a Guerra Civil na Espanha e a Igreja, por meio das Concordatas, pretendia acalmar o futuro. Por

---

[496] Op. Cit. TORGAL, Luís Reis. p. 444
[497] Op. Cit. ROSAS, Fernando. p. 257
[498] Idem. p. 258
[499] Idem. p. 258
[500] Idem. p. 263

isso, as elites eclesiásticas de países como Portugal, Espanha e Itália fazem uma adesão ativa aos “regimes que propõem ser o braço da regeneração moral e da recristinização das sociedades contaminadas pelos males do século[501]”. Trata-se de uma aliança em torno de um projeto comum de “resgate nacional e cristão[502]” que correspondia à “divina providência pela graça da vitória sobre os infiéis e a anti-nação, e pelos caudilhos e chefes capazes de levar a cabo a nova renascença[503]”. Conforme Rosas, era o reencontro da nação consigo própria e com a tradição católica. E a Concordata foi assim o elemento que consagrou e regulamentou essas duas entidades, cada uma na sua esfera, mas unidas para sustentar o Estado Novo como um instrumento providencial.

A Concordata assinada em 1940 regulamentou, portanto, que a Igreja Católica aceitava legitimar e apoiar o Estado Novo. Mas, apesar da igreja ter maior liberdade para desenvolver suas atividades, não significava que pudesse ser hostil ao governo. “Se isso acontecesse, a Igreja estava a fazer política e as suas actividades deixavam de ser protegidas pela Concordata[504]”.

A ruptura da Igreja Católica com o Estado Novo volta a acontecer em 1958, anos depois do fim da 2ª Guerra Mundial, do susto da crise pós-guerra, da vitória sobre a oposição democrática e no auge da Guerra Fria e da histeria anticomunista. É nesse ano que a igreja, um dos “principais factores de segurança e estabilidade do regime[505]” perde as concessões político-institucionais. A Rádio Renascença, de origem católica, não sofreu nenhum tipo de interferência do regime ditatorial.

3.5 A EMISSORA NACIONAL FAZIA PROPAGANDA DE SALAZAR E DO REGIME

António de Oliveira Salazar sempre esteve distante da imprensa e evitava falar ao rádio. Também ficava constrangido diante de multidões e considerava demagógica a conquista de popularidade apregoada pelo jornalista António Ferro, quando lhe entrevistou, pela primeira vez. As entrevistas foram publicadas no

[501] Op. Cit. ROSAS, Fernando. p. 266
[502] Idem. p. 266
[503] Idem. p. 266
[504] Idem. p. 270
[505] Idem. p. 271

Diário de Notícias, de 18 a 24 de dezembro de 1932. Ao contrário de outros presidentes ditatoriais, nazistas ou fascistas, como Adolf Hitler e Benito Mussolini, Salazar utilizou o rádio indiretamente para propagar as suas realizações enquanto chefe de governo, ministro das Finanças e presidente do Conselho de Ministros. Alguns discursos pronunciados até foram transmitidos pela Emissora Nacional, uma estação estatal inaugurada em 1935.

Segundo Ribeiro, na formação das três primeiras rádios em Portugal – Rádio Clube Português (RCP), Emissora Nacional e Rádio Renascença –, que aconteceu em pleno Estado Novo, o governo não percebeu o potencial que "este novo meio de comunicação transportava consigo[506]" e não investiu recursos financeiros para potencializar a radiodifusão em seu país.

No entanto, no livro *A cultura portuguesa e o estado*[507], Salazar fez referências à radiodifusão e, diretamente à criação da Emissora Nacional[508] de Radiodifusão pelo Ministério das Obras Públicas e Comunicações. Para o ministro, a rádio estava desempenhando um importante papel na vida cultural da nação.

> No que diz respeito à música, possui a Emissora Nacional orquestras privativas que, pela categoria dos dirigentes e executantes, se devem contar entre as melhores do país. Têm elas concorrido valiosamente para o gosto pela música entre o público e para a valorização dos compositores portugueses, aos quais a Emissora Nacional recorre, frequentemente, na elaboração dos seus programas escolhidos. De forma paralela, a Secção Literária organiza, periodicamente, palestras a que concorrem os melhores valores da intelectualidade[509].

A estação, que estava em fase de instalação, afirmou Salazar, "é hoje notável para o progresso e expansão da cultura e que o serviço prestado à unificação espiritual dos grupos de Portugueses que vivem fora da Metrópole é de inestimável valor[510]". Segundo ele, o "Estado deu também à causa da radiodifusão em Portugal importante melhoria, pelo controle a que sujeitou os diferentes postos particulares e as facilidades que proporcionou aos mais eficientes[511]". Mais adiante,

---

[506] Op. Cit. RIBEIRO, Nelson. p. 50
[507] SALAZAR, Antonio de Oliveira. **A cultura portuguesa e o estado**. Lisboa: Edições SNI, 1946. p. 91
[508] É a segunda rádio a ser oficialmente instalada em Portugal. Foi inaugurada em 4 de agosto de 1935.
[509] Idem. p. 91
[510] Idem. p. 92
[511] Idem. p. 92

o ministro das Finanças salientou que os importantes atos políticos e intelectuais têm lugar em Portugal e "encontram eco "na radiodifusão portuguesa, em especial através da Emissora Nacional, a cujo microfone têm falado os chefes políticos e espirituais da Nação e os representantes mais qualificados[512]".

Nessa mesma obra, Salazar citou o trabalho do Secretariado Nacional de Informação e Cultura Popular (SNI) que intervém na radiodifusão selecionando e renovando programas e "elevando a altura cultural dos pequenos postos de rádio, aos quais fornece palestras bem delineadas e concede elementos bastantes para a digna actuação deles[513]".

Salazar também elogiou o programa periódico *Jogos Florais*, cujo objetivo era incitar a literatura nos meios radiofônicos e distribuía

> os prêmios por: poesia nacionalista, soneto, poesia lírica, quadra popular, teatro radiofônico e palestra radiofônica. A literatura radiofônica, como é bem sabido, apresenta dificuldades e qualidades próprias. Os "Jogos Florais" têm como objectivo desenvolver nos escritores o gosto por essa forma de produção, de tão alta importância, hoje em dia, na divulgação da arte e da literatura[514].

Outra iniciativa da Emissora Nacional que ele destacou foi no campo musical, quando realizava concursos e prêmios de canto e música, e apresentava aos ouvintes uma seleção "dos melhores valores novos nacionais de executantes[515]".

Na verdade, observa Ribeiro, Salazar demorou muitos anos para compreender o "verdadeiro potencial do rádio como meio de comunicação[516]", e se preocupava com a possibilidade da emissora oficial, a Emissora Nacional, "poder divulgar mensagens que não estivessem de acordo com as diretrizes do regime que liderava[517]". Por isso, durante mais de três décadas em que esteve no poder e com a Emissora Nacional em atividade, Salazar "nunca utilizou de forma sistemática como instrumento de propaganda[518]". E essa posição foi a mesma que

---

[512] Op. Cit. SALAZAR, Antonio de Oliveira. p. 92
[513] Idem. p. 93
[514] Idem. p. 93
[515] Idem. p. 93
[516] Op. Cit. RIBEIRO, Nelson. p. 112
[517] Idem. p. 112
[518] Idem. p. 112

ele manteve com os demais veículos de comunicação. A preocupação dele era outra. Salazar

> não estava interessado na mobilização das massas, característica dos regimes totalitários, pretendia antes que as massas não questionassem o percurso que ele, enquanto Chefe do Governo, havia traçado para o país. Desta forma, a principal preocupação não era instrumentalizar os media a seu favor, mas antes criar redes de controlo, de forma a evitar que os meios de comunicação pudessem ser utilizados como instrumentos de difusão de idéias contrárias ao regime[519].

Na opinião de Santos, Salazar usou a rádio de modo discreto, mas usou o meio para os seus discursos. “Ele era diferente do teatral Mussolini, mas usou a rádio quando precisava. Ele usou principalmente os jornais internacionais para dar entrevistas que, depois, vinham citadas nos jornais nacionais. Mas controlava muito bem a Emissora Nacional[520]”, recorda-se ele.

Salazar investiu poucos recursos na Emissora Nacional. Preocupou-se, logo após a emissora iniciar as transmissões, em criar um Serviço Político, para o qual indicou para fiscalizar e controlar o conteúdo da programação, o advogado, que tinha sido seu aluno na Universidade de Coimbra, Fernando Homem Christo, e que também era um defensor do fascismo, diz Ribeiro.

No entanto, Rosas afirma que o chefe do Estado Novo cumpriu com sua parte porque permitiu que a elite intelectual do nacional-sindicalismo, sempre crítica do conservadorismo da união Nacional, colocou o seu

> radicalismo essencialmente ao serviço do aparelho de propaganda do regime (no Diário da Manhã, na futura Emissora Nacional, no Secretariado de Propaganda Nacional, em órgãos próprios que lhe são temporariamente oferecidos no final dos anos 30) ou da sua máquina corporativa (sobretudo a novel das direcções dos Sindicatos Nacionais e, de forma particularmente relevante, na Federação Nacional para a Alegria no Trabalho (FNAT), o organismo de controlo dos tempos livres)[521].

Tudo isso contribui para influenciar o discurso propagandístico e a intervenção corporativa do Estado Novo no campo social até a 2ª Guerra Mundial,

---

[519] Op. Cit. RIBEIRO, Nelson. p. 112
[520] SANTOS, Rogério. Entrevista concedida em 15 de novembro de 2013, às 13 horas.
[521] Op. Cit. ROSAS, Fernando. p. 141

"especialmente no processo de radicalização fascizante do regime na segunda metade dos anos 30[522]", completa Rosas.

3.6 ANTÓNIO FERRO, O HOMEM QUE CUIDAVA DA IMAGEM DE SALAZAR E DA PROPAGANDA EM PORTUGAL

Durante a Ditadura Militar e o Estado Novo em Portugal, uma figura emblemática se destacou, António Ferro. O homem responsável pela imagem de Salazar e de Portugal para os portugueses e para os demais países nas décadas de 1930 e 1940. Ele era um caso singular, afirma Acciauoli:

> Durante quinze anos fez do país um teatro e assumiu o papel de encenador. Organizou exposições de arte moderna, instituiu prêmios literários, artísticos, financiou alguns filmes e muitos documentários, preparou representações nas grandes exposições internacionais, criou uma Companhia de Bailado, chamou a atenção para o potencial que existe na arte popular e tratou de organizar um Museu do Povo que inaugurou em 1948[523].

Ferro era jornalista e escritor e, aos 19 anos, foi o editor da Revista *Orpheu*. Depois, trabalhou como redator no *O Jornal*, que pertencia ao Partido Republicano Conservador, como repórter no *O Século* e no *Diário de Lisboa.* Também foi repórter internacional do *Diário de Notícias*, período em que conheceu e entrevistou várias personalidades nacionais e estrangeiras, que trabalhavam na política ou na área cultural. Conheceu pessoas e países diferentes do seu, como França, Alemanha, Itália, Estados Unidos e Brasil. Dos Estados Unidos trouxe a ideia para o livro *A Idade do Jazz-Band*. Ele também esteve na Inglaterra para conhecer os serviços da BBC. Dessas experiências vividas, quis mudar Portugal assim que ocupou o SPN. Segundo Acciaiuoli, Ferro queria

> promover o turismo então incipiente, preocupou-se com o aspecto das ruas, lançou concursos de montras, promoveu a decoração de estações de comboio e de apeadeiros, incentivou o melhoramento de hotéis e restaurantes, colaborou no programa das pousadas, certo de que era essencial a higiene, o gosto e dignidade na forma

---

[522] Op. Cit. ROSAS, Fernando. p. 141

[523] ACCIAIUOLI, Margarida. **António Ferro, a Vertigem da Palavra. Retórica, Política e Propaganda no Estado Novo.** Lisboa: Editorial Bizâncio, 2013. p. 8

> como se acolhia o visitante, e pôs marcha uma campanha que tenderia a generalizar o bom gosto[524].

Escreveu 23 livros, sendo o primeiro, em 1914, *Missal de Trovas*, com Augusto Cunha, e o último, *Saudades de Mim*, em 1957, publicado após sua morte. Dessa relação, pode-se destacar quatro porque revelam muito bem a personalidade e os valores políticos, sociais e culturais desse homem. A obra *Gabriele d'Annunzio e Eu* (1922) é resultado do seu encontro com o poeta italiano Gabriele D'Annuzio. Admirava-o por ter liderado a ocupação de Fiume, uma pequena cidade próxima do mar Adriático, que tinha sido anexada pelo exército italiano, após a desintegração do império Austro-húngaro, mas entregue à Iugoslávia por causa do Tratado Internacional. D'Annuzio conseguira reunir oito mil voluntários e invadiu Fiume, uma história que chamou a atenção de Ferro. Depois de visitar a cidade, relatou essa história em reportagens publicadas no *O Século*. Apesar das críticas, Ferro nunca escondeu que considerava D'Annuzio um herói. Nessa época, Ferro estava acabando a licenciatura em Direito e trocou os exames finais pela aventura da entrevista a D'Annunzio. A esposa, Fernanda Castro, não perdoou Ferro por causa disso e acusava o poeta italiano de ter sido o responsável pelo desvio do marido do curso de Direito.

Em 1927, Ferro publicou *Viagem à Volta das Ditaduras* que reúne, em 359 páginas, as reportagens realizadas para conhecer as ditaduras da Itália, da Espanha e da Turquia. Escreveu a partir de encontros e entrevistas, respectivamente, com os ditadores Benito Mussolini, Sanchez Guerra e Mustapha Kemal, e com outros personagens como Filipo Turati e o papa Pio XI na Itália, e Melquiades Alvarez na Espanha. A Europa estava em ebulição, salienta Acciaiuoli, e Ferro desejava estar presente nesses acontecimentos importantes. Além de presenciar esses fatos, nas reportagens ele podia dar a sua opinião a respeito, fazia comparações entre seus interlocutores e apontava as diferenças. Assim, "as suas intuições ganham mais força, a necessidade de as fundamentar torna-se relevante, e o carácter ideológico das suas peças afirmam-se progressivamente[525]".

Quando estava prestes a ser recebido por Mussolini, em seu gabinete, Ferro escreve que sente vontade de se esquivar e dizer a ele "perdão... Enganei-me. Eu

---

[524] Op. Cit. ACCIAIUOLI, Margarida. p. 8
[525] Idem. p. 33

não vinha para aqui...[526]". Depois de cumprimentá-lo, o ditador avisa-o que tem apenas dez minutos. "Eu sou um admirador sincero do fascismo e do seu chefe. Desejo esclarecer o meu país sôbre a actual situação política italiana... Já ouvia a alguns Ministros do Gôverno Nacional. Gostava de ouvir o presidente do ministério[527]", balbucia Ferro que logo é repreendido por Mussolini porque não estava na coletiva de imprensa para jornalistas do exterior. Apesar disso, o estadista lhe concede mais dez minutos. E de chofre, Ferro pergunta se o fascismo era um partido conservador. Mussolini disse que a questão é oportuna e interessante, e responde:

> O fascismo é um movimento espiritual e político absolutamente inconfundível com velhas categorias e absolutamente estranho a velhas classificações de conservantismo e de liberalismo. O fascismo é uma expressão original do povo italiano. Quem desejar entendê-lo tem de abandonar tôdas essas fórmulas senis e, observá-lo directamente no quadro da história italiana. O fascismo deseja restituir à Itália as suas tradições perdidas [...][528]

Apesar das suas matérias terem um cunho literário, Ferro deixava transparecer sua crença nas ditaduras e nos seus bons resultados para a sociedade. Na sequência da entrevista com o ditador italiano, pergunta sobre se há ditadura no fascismo e ouve a seguinte afirmação: "O gôverno fascista é realmente um gôverno de ditadura, um gôverno que assumiu a colossal responsabilidade de mandar e de se fazer obedecer! No entanto, o gôverno tem plenos poderes do Parlamento[529]". Encorajado, Ferro formula a terceira pergunta: se para ele o fascismo é uma doutrina ou um castigo?

> Mussolini anima-se, excita-se e tem a grande tirada: A Ditadura não é um princípio e nem um fim: é um sistema que corresponde a certas necessidades. Não há senão uma forma de julgar se uma ditadura é um bem ou um mal: é aguardar os seus resultados. O povo italiano nas suas manifestações em Outubro, deu o seu aplauso sincero e veemente aos resultados obtidos pelo governo fascista num ano de trabalho. Não existe uma doutrina sôbre a ditadura. Quando a ditadura é necessária, a própria nação deve exigi-la[530].

---

[526] FERRO, António. **Viagem à volta das Ditaduras**. Lisboa: Tipografia da Empresa do Anuário Comercial, 1927. p. 68
[527] Op. Cit. FERRO, António. p. 69
[528] Idem. p. 71
[529] Idem. p. 71
[530] Idem. p. 72

Segundo Mussolini, os italianos desejaram o fascismo e ele teve o apoio do seu povo para continuar governando com um regime ditatorial.

> As democracias cometeram o erro grave de supor que o povo ama... quem veste mal. É uma ilusão. Bem ao contrário. O povo ama a hierarquia. Quando cada um ocupa o seu lugar todos trabalham com prazer. O Parlamento existe. Trabalha [...][531].

A entrevista com Mussolini ocupa nove do total de páginas do livro *Viagem à Volta das Ditaduras* (1927). Ao relatar o final da audiência, Ferro afirmou que não ficou chocado com a secura de Mussolini, mas, ao contrário, "eu sinto crescer a minha admiração pelo homem novo[532]", por alguém que governa o país com uma nova constituição italiana. Ferro concluiu que em Portugal não seria possível ter uma constituição similar à italiana porque todos têm olhos fechados.

Ferro era persistente. Numa ocasião, como correspondente do *Diário de Notícias*, foi para a Alemanha com o único objetivo de entrevistar o ditador Hitler, que não gostava de atender a imprensa. Conseguiu ficar frente a frente com o líder político, em Munique, com a ajuda de Ernst Hanfstaengl, que o levou à sede do partido. O encontro foi muito rápido, com tempo para Ferro fotografá-lo e formular três perguntas. A primeira foi sobre se o partido é da paz ou da guerra. Hitler responde que "o seu partido é o da paz, mas não da 'Paz de Versalhes'[533]". À segunda, sobre se comunistas tinham ingressado dentro do seu partido, depois das eleições, o déspota, com voz em tom militar, disse que não porque os "nacionais-socialistas são os maiores inimigos de Moscovo, e que são a única verdadeira muralha, na Europa, contra o bolchevismo[534]". A última pergunta foi sobre se o partido nacional-socialista era um partido monárquico ou imperialista indiferente à reforma de regime? "Ele e os seus partidários queriam a Alemanha para os alemães, como Monroe queria a América para os americanos[535]".

O jornalista não se contentou com essa rápida e objetiva interlocução e, um mês depois, retorna à Alemanha para entrevistar o ministro do Interior da Prússia,

---

[531] Op. Cit. FERRO, António. p. 72
[532] Idem. p. 74
[533] Op. Cit. ACCIAIUOLI, Margarida. p. 58
[534] Idem. p. 58
[535] Idem. p. 59

apontado como inimigo dos nazis, Carl Severing, a fim de esclarecer as dúvidas que não tinha conseguido esclarecer com Hitler.

Mais seguro, porque já tinha entrevistado alguns ditadores e sabia como eles se relacionavam com as multidões, Ferro sentia-se "preparado para defender que era através das palavras, das paradas e das festas que se conseguia alimentar o fogo das ideias, mesmo quando a natureza dos líderes, como sucedia em Portugal, era avessa a certos contactos[536]".

Em 1928, Salazar aceitou o cargo de ministro das Finanças e, em 1930, ele organizou a União Nacional. A presença dessa personalidade no cenário português interessou a Ferro. Entrevistar essa figura que estava administrando as contas do seu país se transformou numa obsessão e fez várias tentativas para alcançar o seu objetivo. Finalmente, em 1932, Ferro realizou cinco entrevistas, entre 18 e 24 de dezembro, com o já também presidente do Conselho de Ministros, publicadas no *Diário de Notícias*, responsável pela promoção junto aos leitores sobre o "maior inquérito sobre a figura e a obra política de um homem público de Portugal[537]". Depois, essas entrevistas foram editadas para o livro *Salazar, o Homem e a Obra*, lançado em 1933. Na escrita, Ferro utilizou a retórica e não escondeu o seu fascínio pelo ditador que ele considerava "um homem de valor e um homem de caracter[538]" e nem era

> um homem terrível, hostil, que me tinham anunciado, mas uma pessoa naturalmente acolhedora e amável, que não compreende a delicadeza como um espectaculo, com uma exibição postiça, como um fogo de artifício, mas como um dever social que nos é grato cumprir sem exagero e sem esfôrço[539].

Para Ferro, Salazar era "uma das personalidades mais complexas e mais originais do momento político europeu[540]", e disse isso a ele, já no primeiro encontro. Passou a admirá-lo e, aos poucos, ganhou sua confiança. O resultado dessas audiências não podia ser outro. Quando organizou o governo, como presidente do ministério, em 1932, Salazar convidou o jornalista, um simpatizante das ditaduras que se instalaram em vários países europeus, para se integrar à

---

[536] Op. Cit. FERRO, António. p. 78
[537] Diário de Notícias de 17 de dezembro de 1932.
[538] FERRO, António. **Salazar, o homem e a sua obra**. Empresa Nacional de Publicidade, s.1., 1936. p. 8
[539] Idem. p. 8
[540] Idem. p. 8

equipe. Assim, Ferro torna-se um dos homens mais importantes para a permanência do regime que estava sendo planejado e é implantado em 1933, com o nome de Estado Novo. O escritor tinha uma outra qualidade que interessava ao ditador. Era um incentivador da política de espírito:

> Enganam-se os homens de acção, os orientadores, os governantes que desprezam ou esquecem as belas artes e a literatura, atribuindo-lhe uma função meramente decorativa, um papel supérfluo, reduzindo-as a uma espécie de sobremesa da vida social. Errada orientação; O desenvolvimento premeditado, consciente, da Arte e da Literatura é tão necessário, afinal, ao progresso de uma nação como o desenvolvimento das suas ciências, das suas obras públicas, da sua indústria, do seu comércio, da sua agricultura. (...) Um povo que não se vê, que não lê, que não ouve, que não vibra, que não sai da sua vida material, do Deve e Haver, torna-se um povo inútil, um mal humorado. (...) Que se faça uma política do Espírito, inteligente e constante, consolidando a descoberta, dando-lhe altura significação e eternidade. Que não se olhe o espírito como uma fantasia, como uma idéia vaga, imponderável, mas como uma idéia definida, concreta, como uma presença necessária, como uma arma indispensável para o nosso ressurgimento[541].

O objetivo de Ferro estava prestes a se concretizar na direção do SPN, quando teve liberdade de "mostrar Portugal aos portugueses, utilizar os trajes regionais, as danças populares, os nossos costumes, a tudo dar um sentido moderno; desenvolver a luta possível para a criação de uma companhia de bailados portugueses[542]", colocando em prática o que escrevera num artigo do *Diário de Notícias*, de novembro de 1932, intitulado Política do Espírito. O que ele desejava, conclui Guedes, era "acrescentar a dimensão 'alegria' ao ideário do Estado Novo[543]".

Em 1933, quando a nova Constituição de Portugal começou a vigorar, Ferro assumiu a direção do Secretariado da Propaganda Nacional, criado por meio de um decreto-lei de 25 de setembro de 1933, exatamente no momento em que a propaganda se destacava pela sua importância dentro dos regimes autoritários europeus. E sentiu-se bem neste novo cargo porque acreditava que tinha uma grande contribuição a dar para o Estado Novo. E realmente tornou-se uma peça

---

[541] GUEDES, Fernando. **António Ferro e a sua Política de Espírito.** Braga: C.A. Artes Gráfica, 1997. p. 20
[542] Idem. p. 21
[543] Idem. p. 21

fundamental para propagandear positivamente o Estado Novo e o trabalho de Salazar.

No ato de inauguração, em 26 de outubro de 1933, Salazar afirmou que o órgão seria um instrumento de governo e não do governo. E sempre que fosse oportuno, caberia elogios aos membros do regime.

> Não se vai certamente evitar, com mal entendido pudor, toda a referência pessoal elogiosa, toda homenagem prestada aos que se afirmam pelo trabalho, pela dedicação, pelo desinteresse com que servem a causa pública[544].

O Secretariado tinha uma grande missão, voltada para a valorização do nacional, assim descrita por Salazar em seu discurso:

> Elevar o espírito da gente portuguesa no conhecimento do que realmente é e vale, como grupo étnico, como meio cultural, como fôrça de produção, como capacidade civilizadora, como unidade independente no concerto das nações; clamar, gritar incessantemente o que é contra o que se diz ser; repor constantemente as coisas no terreno nacional, referi-las sempre à Nação, que nós tomamos como a primeira realidade da nossa organização política e social, é necessidade inadiável que devia ser satisfeita, que há de sê-lo com a colaboração dos maiores valores portugueses dispostos a trabalhar nesta cruzada, e com alegria, com sentimento, com alma[545].

No final da solenidade afirmou que a "batalha que o secretariado vai travar contra o erro, a mentira, a calúnia ou a simples ignorância, de dentro ou de fora, há-de ser travada à sombra desta bandeira[546]".

---

[544] SALAZAR, Oliveira. **Discursos. Volume I, 1928-1934**. Coimbra: Coimbra Editora Limitada, 1935. p. 258
[545] Idem. pp. 261-262
[546] Idem. p. 264



Figura 9: Posse de António Ferro no SPN, ao lado do ministro das Finanças e presidente do Conselho de Ministros, António de Oliveira Salazar.
Fonte: Rádio e Televisão Portuguesa (RTP)

Para Ferro, salienta Ribeiro, "havia chegado o momento de o Estado Novo criar um sistema de propaganda eficaz, de forma a combater o derrotismo e as ideias daqueles que se opunham a Oliveira Salazar[547]". O SPN deveria defender o regime e os seus ideais e a "cultura era um meio para alcançar um fim: o de angariar um número cada vez maior de apoiantes ao regime[548]". De acordo com Ribeiro, Ferro estava interessado em conquistar mais as massas do que as elites porque elas seriam o pilar de sustentação do Estado Novo. No entanto, Salazar discordava desse ponto de vista porque acreditava que a força do regime dependia mais das elites.

Seis meses depois de tomar posse do SPN, durante a entrega dos primeiros Prêmios Literários, em fevereiro de 1934, Ferro defendeu o conceito de Política do Espírito que tinha proposto no *Diário de Notícias:*

> Política de Espírito não é apenas fomentar o desenvolvimento da literatura, da arte e da ciência, acarinhar os artistas e os pensadores fazendo-os viver na atmosfera em que lhes seja fácil criar. Política do Espírito é aquele se opõe, fundamental e estruturalmente, à política da matéria. Política do Espírito, por exemplo, neste momento que atravessamos, não só em Portugal como no Mundo, é estabelecer e organizar o combate contra tudo o que suja o espírito. (...) Defender a Política de Espírito é combater

[547] Op. Cit. RIBEIRO, Nelson. p. 83
[548] Idem. p. 83

> sistematicamente, a obra da vida ou obra de arte, tudo o que é feio, grosseiro, bestial, tudo o que é maléfico, doentio, por simples volúpia ou satanismo![549]

Conforme Guedes, Ferro era um "*jougleur* (malabarista) de ideias e de palavras que conseguiu harmonizar e articular um discurso e uma ação dos incompatíveis[550]". Era um jornalista que sabia usar as palavras e um escritor que apoiava o modernismo e a vanguarda européia da época.

Para Rosas e Brito, o período de 1934 a 1949 marca uma era de desenvolvimento cultural, sobretudo, para o "sector artístico ligado à ala modernista mais caracteristicamente nacionalista, defensora do Estado interveniente e de uma visão idílica do povo como o maior artista português[551]". Ferro tinha como principais objetivos a criação de uma arte nacionalista, com aprimoramento dos padrões estéticos da sociedade, a fim de elevar o padrão cultural do povo e proporcionando aos artistas uma atmosfera que facilitasse a criação. O incentivo à cultura popular seguia algumas orientações de organismos de propaganda da Itália e da Alemanha, onde eram realizadas grandes exposições.

Em 1938, o jornalista lançou o livro *Homens e Multidões*, uma coletânea de crônicas e entrevistas, realizadas como enviado especial a diferentes países, onde ouviu as multidões anônimas, de onde

> surgem os chefes, os ditadores, os homens que, mais tarde, erguendo as suas cabeças sobre o mar de cabeças, hão-de conduzi-las e dominá-las. A multidão informe, elástica, espessa, é desta forma, o casulo onde se escondem, durante os anos, às vezes, os homens fortes, necessários, que ela própria deseja e aguarda, seus futuros modeladores[552].

A obra contém entrevistas como as do rei da Espanha, Afonso XIII, da rainha Maria da Romênia, do papa Pio XI, de Benito Mussolini e de Salazar, cujo título é *Salazar, princípio e fim*, onde destacou os diversos trabalhos políticos concretizados pelo ditador como a revolução corporativa, as casas do povo, os grêmios e os sindicatos, a política do espírito, a censura, a constituição e a assembléia nacional.

---

[549] Op. Cit. GUEDES, Fernando. pp. 24-25
[550] Idem. p. 25
[551] Op. Cit. ROSAS, Fernando; BRITO, J. M. Brandão de. p. 356
[552] FERRO, António. **Homens e Multidões**. Lisboa: Livraria Bertrand, 1938. pp. XVII-XVIII

Em 1940, como secretário-geral da comissão executiva das Comemorações do Duplo Centenário, sob a responsabilidade do SPN, organizou a Exposição do Mundo Português e o Pavilhão de Portugal Hoje e do Centro Regional. Inspirado também em iniciativas que via no exterior, fundou o Museu de Arte Popular, da Companhia Portuguesa de Bailado Verde Gaio.

Em 1941 "a rádio passa a ser mais um instrumento da sua política quando é nomeado presidente da Emissora Nacional, onde inaugura uma nova fase do seu trabalho, através dos Jogos Florais e de uma política de emissões fora do eixo de Lisboa[553]". Foi nesse mesmo ano que Ferro criou a revista de arte e turismo *Panorama*. Um ano depois, Ferro retorna ao Brasil, dessa vez como representante do governo português, "para assinar o 1º Acordo Cultural Luso-Brasileiro, que dá origem da revista *Atlântico* (1942-1950)[554]". Em 1922, Ferro esteve no Brasil para participar da Semana da Arte Moderna como crítico teatral do *Diário de Lisboa* e como autor da peça *Mar Alto,* que depois teve problemas com a censura em Portugal.

Segundo Santos, a estadia dele no Brasil "foi extremamente importante para a sua afirmação intelectual. Ele fez conferências e até participou como ator numa peça assinada por ele, *Mar Alto*, que teve grande repercussão nos media do Brasil e foi, depois, proibida em Portugal[555]". Além disso, completa o entrevistado, ainda no Brasil, Ferro casou por procuração com Fernanda Castro, que estava em Lisboa. Ela viajou imediatamente para o Brasil para se juntar ao marido. Para Santos, a atitude do jornalista se resume num

> gesto muito teatral de um homem que esperava voos altos, como aconteceu. Eles foram um par muito badalado nessa permanência no Brasil, nomeadamente junto da comunidade portuguesa, mas também junto da elite cultural do Rio, de São Paulo e até de Belo Horizonte[556]".

A campanha da Política do Espírito, que estava presente nos Prêmios Literários, na criação dos Bailados Verde Gaio, na criação das bibliotecas ambulantes, no Museu de Arte Popular, nos salões de Artes Decorativas, nas exposições internacionais, na lei de proteção do cinema nacional, nos prêmios

[553] Op. Cit. ROSAS, Fernando; BRITO, J. M. Brandão de. p. 357
[554] Idem. p. 357
[555] Op. Cit. SANTOS, Rogério.
[556] Idem.

cinematográficos e na criação das revistas *Atlântico* e *Panorama*, durou 16 anos. Um período definido por Guedes como de criações de "verdadeira volúpia pela realização de uma obra, de introdução da alegria e do bom gosto na face austera, no viver habitualmente que Salazar destinara para Portugal – os ideais futuristas da sua juventude caldeados, transformados em acção e vida[557]". Ao longo desses anos, Ferro trabalhou sem descanso e os seus inimigos também não sossegaram. Ele tinha adversários dentro e fora do regime.

Em 1944, quando o SPN transformou-se em Secretariado Nacional da Informação, Cultura Popular e Turismo (SNI), Ferro foi mantido na direção. Quatro anos depois, em 1948, quando o SPN/SNI completou 14 anos de existência, Ferro sentia-se descontente com as críticas feitas a sua gestão. Percebendo que o seu papel no Estado Novo estava chegando ao fim, apresentou numa grande exposição, em janeiro, o balanço de suas atividades, intitulado *14 anos de Política do Espírito*. No discurso, não se mostrou derrotado, mas um homem convicto da importância da ação que havia desenvolvido[558]. Afirmou que era difícil manter diálogo com pessoas de mundos diferentes, com aqueles que só olhavam para a superfície das coisas ou com aqueles que enxergavam apenas o espírito usando máscaras. Ele detestava esse tipo de mentalidade. "Quantas vezes não nos calamos, ou não opomos sequer as nossas razões às razões dos outros, porque sentimos não valer a pena, porque falamos o mesmo idioma, sem dúvida, mas línguas diferentes[559]". O diretor do SPN tinha consciência de que muitos nunca iriam compreender os projetos criados e desenvolvidos para incentivar a cultura portuguesa.

> Aqueles, portanto que duvidam do nosso rendimento continuarão a duvidar, a considerar o Verde Gaio uma coisinha, o folclore uma ninharia, cada viagem nossa uma pândega. Neste capítulo sabemos que não há nada a fazer. Instrução e civilização ou até instrução e cultura são palavras diferentes e nem sempre se juntam em pessoas indiscutivelmente de grande valor e até úteis à nação noutros aspectos[560].

[557] Op. Cit. GUEDES, Fernando. p. 29
[558] António Ferro foi um dos ministros que mais tempo permaneceu no governo ao lado do chefe de governo António de Oliveira Salazar.
[559] Idem. p. 30
[560] Idem. p. 31

Nesse mesmo manifesto, proferido em 1947 e transcrito por Guedes, Ferro agradeceu a Salazar pela “confiança que nos deu em 14 anos de lutas permanentes, de teimosas incompreensões, de insíndias conscientes ou inconscientes, de falsas superioridades, de medíocres desdéns [...][561]”.

Em 1949, “as divergências levam-no a afastamento, sendo nomeado ministro plenipotenciário de Portugal em Berna e, posteriormente, em Roma[562]”, onde chefiou representações diplomáticas e continuou se dedicando a escrita poética. No SNI foi substituído por António Eça de Queiroz.

António Ferro, que era casado com a escritora Fernanda de Castro e pai do ensaísta António Quadros, morreu em 1956, com 61 anos, de maneira inesperada.

4 RÁDIO NACIONAL DO RIO DE JANEIRO (BRASIL) E EMISSORA NACIONAL (PORTUGAL)

4.1 RÁDIO NACIONAL DO RIO DE JANEIRO (1936)

A Rádio Nacional do Rio de Janeiro foi organizada nos primórdios da indústria cultural no Brasil, no século 20. Num cenário que propiciou o desenvolvimento de diversas emissoras populares principalmente por causa da recente legislação radiofônica que permitia uma maior estabilidade financeira e profissional. A primeira transmissão oficial aconteceu em 12 de setembro de 1936, às 21 horas, de um sábado. A PRE-8 pertencia ao grupo *A Noite*, do empresário norte-americano Percival Farquhar, dono também da S.A. Rio Editora, que editava o jornal *A Noite* e revistas como *Carioca*, *A Noite Ilustrada* e *Vamos Ler*. Tratava-se de uma emissora privada, instalada no edifício *A Noite*, o primeiro arranha-céu construído em cimento armado, com 22 andares, na praça Mauá da capital brasileira.

Haussen destaca, no entanto, que a história da formação da Rádio Nacional começou em 1929, pelas mãos do jornalista Geraldo Rocha que cuidou da expansão do grupo. Os primeiros investimentos na nova emissora aconteceram a partir de 1933. A iniciativa do grupo de investir numa rádio ficou efetivada em 18 de maio de 1933, quando foi constituída a Sociedade Civil Brasileira Rádio Nacional.

---

561 Op. Cit. GUEDES, Fernando. p. 31
562 Op. Cit. ROSAS, Fernando; BRITO, J. M. Brandão de. p. 357

Nessa estruturação estava também o radialista Aurélio Andrade que já tinha a experiência de um ano na Rádio Tupi, do grupo de Assis Chateaubriand.

Num depoimento a Haussen, em 10 de abril de 1992, Andrade relatou que, para organizar a área artística e operacional da emissora, foram contratados profissionais de São Paulo que tinham conhecimento em rádio. Entre eles estavam Celso Guimarães, Oduvaldo Cozzi e a cantora Silvinha Melo. Além disso, a estação contratou o elenco da Rádio Philips que havia fechado em 1936. E os primeiros equipamentos utilizados também eram da Rádio Philips.

Saroldi e Moreira dizem que os seus estatutos foram apresentados e aprovados em assembléia em 5 de junho de 1933 e alterados e com novos acréscimos de outras decisões em maio de 1936.

O "mérito de ter convencido a direção da empresa a investir no rádio[563]" foi do diretor de Publicidade, Almério Ramos que

> encaminhou relatórios nesse sentido ao superintendente Vasco Lima e ao gerente Otávio Lima, Almério Ramos não descansaria até obter o sinal verde dos financistas internacionais da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande[564].

Almério precisou aguardar o "sinal verde dos financistas internacionais da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande[565]", mas também se deparou com um outro problema, relatado por Celso Guimarães à revista da Rádio Nacional, em setembro de 1959, na página 19, de que havia uma Rádio Nacional autorizada a funcionar e seu concessionário era um argentino de nome Depuy de L'Home Moreno. Mas o obstáculo foi superado com o pagamento dos direitos autorais por 25 contos de réis.

> Em 24 de maio de 1936 são alterados os estatutos sociais elevando o capital da empresa de cem para mil e 700 contos de réis, com novas cotas subscritas pelos seguintes sócios: 1) dr. Cauby Araújo – 250:000$000; 2) Sr. Pedro Lopes – 300:000$000; 3) Sr. Otávio Lima – 100:000$000; 4) Sr. Ismael de Oliveira Mais – 250:000$000; 5) dr. Pedro Pernambuco – 100:000$000; 6) sr. Alfredo Lima –

[563] Op. Cit. SAROLDI, Luiz Carlos; MOREIRA, Sônia Virgínia. p. 33
[564] Idem. p. 33
[565] Idem. p. 33

> 250:000$000; 7) sr. Américo Ramos – 100:000$000; 8) sr. Vasco Lima – 250:000$000[566].

A Sociedade Brasileira Rádio Nacional nasceu efetivamente após a assembléia que teve aprovação dos sócios com o consenso dos demais diretores. Assim, o presidente pode adquirir uma estação de radiodifusão de 20 KW.

A inauguração oficial da emissora, naquele sábado à noite de 12 de setembro de 1936, segundo os autores, reuniu centenas de autoridades, artistas, acadêmicos, senadores, deputados e demais convidados numa cerimônia pomposa e elegante, no auditório da emissora, instalado no 22º andar do prédio do grupo *A Noite*, na praça Mauá, número 7, no centro do Rio do Janeiro. O mestre de cerimônias foi Celso Guimarães, que depois ocupou o cargo de diretor de *broadcasting.* Na solenidade daquela noite, após as notas iniciais da canção *Luar do Sertão*, de Luiz Gonzaga, o locutor pronunciou as primeiras palavras ao microfone da PRE-8: "Alô, alô, Brasil! Aqui fala a Rádio Nacional do Rio de Janeiro!". Em seguida, a Orquestra do Teatro Municipal executou o Hino Nacional. A primeira autoridade a se pronunciar naquela noite de gala, em nome do presidente da República, Getúlio Vargas, foi o senador Medeiros Neto.

Segundo Saroldi e Moreira, no discurso, ele declarou:

> Aqui se levanta mais uma voz pela paz e pela defesa de todos quantos souberem, nesta hora terrível para a humanidade, compreender que ela é mais uma garantia de que, na nossa pátria, a liberdade terá sempre um culto. A estação que neste momento se inaugura nasce sob a proteção de uma empresa que em todos os tempos tem sido arauto das grandes aspirações do povo – A Noite. Está inaugurada a grande estação da Sociedade Rádio Nacional[567]".

Entre os convidados, citados por Haussen, estavam

> o ministro Gustavo Capanema; o presidente da Confederação Brasileira de Radiodifusão, Nelson Dantas; o presidente da Associação Brasileira de Imprensa, Herbert Moses; o representante do prefeito do Rio de Janeiro, Lourival Fontes (que viria a ser o

[566] Relatório dos trabalhos referentes às empresas A Noite S/A, S/A Rio Editora e Sociedade Civil Brasileira Rádio Nacional, vol 1, 27 jun. 1945. In: SAROLDI, Luiz Carlos; MOREIRA, Sônia Virgínia. p. 33

[567] Pronunciamento do presidente do Senado, Medeiros Neto. In: SAROLDI, Luiz Carlos; MOREIRA, Sônia Virgínia. p. 51

> diretor do DIP), e o então presidente da emissora, Cauby de Araújo[568].

Diversos artistas também prestigiaram a inauguração como Orlando Silva, Aracy de Almeida e Nuno Roland. A primeira transmissão externa da noite aconteceu logo em seguida quando do "palácio São Joaquim, na Glória, o cardeal dom Sebastião Leme abençoou a nova estação[569]". Os anfitriões foram o primeiro presidente da Sociedade Rádio Nacional, Cauby Araújo, e Castelar de Carvalho, em nome do grupo *A Noite*. Destacavam-se entre os convidados, Lourival Fontes, representando o então prefeito do Distrito federal, o padre Olimpio de Melo e Gilberto de Andrade.

Calabre salienta que a Rádio Nacional "iniciou suas atividades com a pretensão de se transformar na maior emissora do país[570]" e logo após a inauguração, possuía um *cast* de artistas exclusivos, formado por jovens que estavam em outras rádios concorrentes e faziam sucesso. Ente os cantores estavam Aracy de Almeida, Marília Batista e Orlando Silva, que mais tarde ficaram famosos em todo o Brasil. As principais vozes, conhecidas como *speakers*[571], eram as de Ismênia dos Santos, Celso Guimarães e Oduvaldo Cozzi.

Ismênia, na verdade, era considerada uma das fundadoras. Trabalhou como locutora, produtora de programas infantis e femininos e ganhou espaço no departamento de radioteatro, já que ela e o marido Victor Costa eram do teatro. Foi ele quem contribuiu para organizar as primeiras programações para o rádio com esquetes e "cenas cômicas usadas em circos e no teatro de revista[572]". Cozzi e Guimarães, por exemplo, eram os locutores responsáveis pela voz que identificava a emissora. Cozzi também se destacou nas transmissões esportivas e tinha perspicácia para encontrar e contratar talentos, entre eles, o cantor e humorista Silvino Neto.

A nova estação também possuía várias orquestras, onde se encontrava o maestro, na época jovem e talentoso, Radamés Gnattali, conhecido pianista e arranjador que modernizou as apresentações para os conjuntos e cantores nacionais. O maestro ofereceu

---

[568] Op. Cit. HAUSSEN, Doris Fagundes. p. 39
[569] Idem. p. 51
[570] Op. Cit. CALABRE, Lia. p. 30
[571] Nome pelo qual se denominavam os locutores naquela época.
[572] Op. Cit. SAROLDI, Luiz Carlos; MOREIRA, Sônia Virgínia. p. 45

> arranjos para pequenos conjuntos, trios, quartetos. Depois foi enriquecendo as formações, a tal ponto que Orlando Silva, então no apogeu, passou a exigir da RCA Victor que os seus discos contassem com a roupagem requintada providenciada por Radamés[573].

Gnattali foi quem sugeriu a contratação do baterista Luciano Perrone. Juntos, revolucionaram o acompanhamento do samba orquestrado. Deram "aos metais uma função rítmica a fim de reforçar o clima necessário às gravações de samba, principalmente[574]". Juntos, Gnattali e Perrone renovaram a música que nascia na Rádio Nacional.

Outro talento que foi contratado pela PRE-8, salientam Saroldi e Moreira, foi Lamartine Babo que "colhia nos jornais um fato ou notícia do cotidiano. Em seguida, improvisava sobre ele a sua Canção do Dia, aproveitando a introdução regional de Dante Santoro para imitar vários instrumentos, numa espécie de orquestração vocal[575]".

O cronista era Genolino Amado, que tinha experiência em rádio desde o início de 1930. E o principal redator era Rosário Fusco. E quem coordenava toda esta equipe, formada por talentos individuais, era José Mauro, diretor artístico, responsável pelo acabamento geral, filosofia de trabalho, administrador e gerente da nova emissora. O diretor artístico tinha que ter "sensibilidade musical, bom gosto, senso de equilíbrio e capacidade de liderança, fatores também indispensáveis para uma boa programação radiofônica[576]". Na maior concorrente da Rádio Nacional do Rio de Janeiro, a Mayrink Veiga, com prefixo PRA-9, estava o outro talento como diretor artístico: o locutor César Ladeira.

Segundo Calabre, a programação da manhã iniciava com as aulas de ginástica do professor Oswaldo Diniz Magalhães. A primeira atração internacional da Rádio Nacional, em 24 de setembro de 1936, foi a cantora argentina Tânia, a Rainha do Tango.

A Nacional do Rio de Janeiro foi, por muitos anos e, principalmente, durante o período de ouro do rádio, reduto de muitos outros locutores, apresentadores, artistas e humoristas. Em abril de 1938, por exemplo, foi contratado Henrique Foreis Domingues, conhecido por Almirante, que havia trabalhado e ganho

---

573 Op. Cit. HAUSSEN, Doris Fagundes. p. 43
574 Idem. p. 43
575 Idem. p. 44
576 Idem. p. 44

experiência no *Programa Casé*, da Rádio Transmissora. O jovem inovou ao criar o programa *Curiosidades Musicais*, um espaço em que ele cantava, contava histórias curiosas sobre diversas canções e anedotas, e imitava voz feminina ou de criança.

Em depoimento a Jairo Severiano, em 1977, Almirante relatou como fez a contraproposta simples e inovadora à Rádio Nacional, que o queria na equipe apenas para cantar:

> Em vez de cantar três vezes por semana, eu propus cantar duas e no terceiro dia fazer um programa, contando histórias, curiosidades musicais, coisas que eles nunca tinham visto. Como não dispunha de artistas para cantar, falar, eu fazia sozinho um programa inteiro. Narrava, cantava, imitava voz de mulher, de criança, de alemão, de francês. Começava uma anedota dentro do tema. Depois entrava no assunto propriamente dito, enfocado de maneira séria, informando, ensinando[577].

O sucesso do *Curiosidades Musicais,* que ia ao ar nas segundas-feiras, às 21 horas, foi tão grande que ele ficou responsável por outros programas como *Caixa de Perguntas*, cuja proposta era desafiar os conhecimentos dos ouvintes, e lançado em 5 de agosto de 1938, sob o patrocínio de By-So-Do, um digestivo para combater os males do estomago. Dois anos depois, em 15 de junho de 1940, ele passou a comandar *Instantâneos Sonoros do Brasil*, que continha música, narração e cantores e atores ao vivo.

Quem cuidou da primeira discoteca da Rádio Nacional foi Haroldo Barbosa. Mas a emissora, quando foi ao ar, perdia em audiência para a Mayrink Veiga e, por isso, sempre estava criando programas novos. Um deles foi o *Repórter Policial*, *Raio K em Busca de Talentos*, um programa de calouros, e *Carta Enigmática*, lançado em 1940 e que foi um campeão de audiência.

Segundo Silvio Leão, nos primeiros anos a emissora tinha uma estrutura muito simples:

> uma seção artística e uma seção administrativa, nada mais que isso. Funcionando apenas no 22º andar do edifício A Noite a emissora contava com menos de 30 pessoas para cantar, executar músicas, contabilizar e realizar tarefas menores[578].

---

[577] Almirante em depoimento colhido por Jairo Severiano em 1977. In: SAROLDI, Luiz Carlos; MOREIRA, Sônia Virgínia. pp. 46-47

[578] Silvio Leão em depoimento publicado no Anuário do Rádio, set. 1956, p. 50. . In: SAROLDI, Luiz Carlos; MOREIRA, Sônia Virgínia. p. 48

No 22º andar do prédio, estavam instaladas a direção da rádio, a secretaria, a discoteca, uma sala de músicos, um pequeno estúdio, uma área para técnica, o estúdio principal e o auditório.

Um ano depois de ser inaugurada, a Rádio Nacional do Rio de Janeiro deu início ao programa *Teatro em casa* que obteve tanto sucesso e em 1939 pode contratar o primeiro escritor exclusivo para trabalhar com este gênero. Haussen[579] conta que ele era o paulista Amaral Gurgel, trazido por Celso Guimarães. Depois dele, outros nomes de teatro juntaram-se ao grupo da Nacional como Victor Costa, Saint-Clair Lopes e Floriano Faissal. Mas a rádio alcançaria o 1º lugar da audiência apenas depois da década de 1940.

4.1.1 A encampação da emissora em 1940

Quatro anos depois, em 8 de março de 1940, durante o Estado Novo, Getúlio Vargas institui o decreto-lei nº 2.073, que criou as Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional e que determinou a encampação do grupo onde estava inserida a Rádio Nacional do Rio de Janeiro, a Companhia Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, o jornal *A Noite* e a *Rio Editora.* Todas passaram para as mãos do governo federal por causa da dívida de três milhões de libras esterlinas, recebidas a título de adiantamento, para ser deduzida de excesso da receita bruta.

Mesmo tendo sido encampada, a Rádio Nacional manteve a sua receita publicitária, garantida com a utilização de 10% de sua programação para publicidade e "continuou a agir como empresa privada, contando com uma direção de toda a confiança de Vargas, e dispondo de todas as condições necessárias para ampliar sua carreira de sucesso[580]".

Conforme o artigo 1º do decreto, todo o acervo das sociedades, onde estava incluída a emissora, ficou incorporado ao Patrimônio da União. Para cuidar dos bens, o governo nomeou como o superintendente das Empresas Incorporadas ao Patrimônio da União, o coronel Luiz Carlos da Costa Netto, e para dirigir a Nacional do Rio de Janeiro, o promotor do Tribunal de segurança Nacional, Gilberto Goulart

[579] Op. Cit. HAUSSEN, Doris Fagundes. p. 48
[580] Op. Cit. SAROLDI, Luiz Carlos; MOREIRA, Sônia Virgínia. p. 41

de Andrade, que tinha um currículo com aspectos contraditórios porque era "autor de 23 peças encenadas e, ao mesmo tempo, organizador da censura teatral[581]".

O receio dos funcionários, artistas e cantores ficou para trás depois de alguns dias. A nova era da Rádio Nacional do Rio de Janeiro, que deixava de ser comercial para ser uma empresa estatal, estava começando sob administração do interventor Gilberto de Andrade, que procurou ganhar a confiança de todos e tratou de fazer investimentos na infraestrutura, comprando novos equipamentos e contratando mais pessoas para trabalhar em diferentes áreas. As mudanças provocaram sucesso e a audiência logo começou a subir no *ranking* radiofônico. Com uma programação mais atraente, com a inclusão de diversos programas que ficaram conhecidos nacionalmente como *Curiosidades Musicais*, comandado por Almirante, *Um Milhão de Melodias*, e radionovelas como a famosa *Direito de Nascer,* a Nacional do Rio de Janeiro ultrapassou a Rádio Mayrink Veiga, líder em audiência na década de 1930.

Outra importante atração da emissora era a Música Popular Brasileira (além da clássica) que sempre foi valorizada e contribuiu para a união dos cantores com o rádio e pela sua popularização, observa Haussen:

> São dessa época Mário Reis, Francisco Alves, Castro Barbosa e Carmen Miranda. Também o grupo pernambucano "Os Turunas da Mauricéia", trazidos ao Rio de Janeiro pelo Correio da Manhã, ajudaram a difundir cada vez mais a música nacional[582]".

Para a pesquisadora, a década de 1940 colaborou para que a música se tornasse mais nacionalista e popular e substituísse outros estilos como o bolero, tango, valsa, caribenha, italiana e francesa. A Rádio Nacional reunia uma equipe formada por muitos colaboradores que cuidavam da área musical. Segundo ela, "dentro do projeto nacionalista do primeiro governo de Vargas, na questão musical, além da apologia ao trabalho, outra tônica foi o samba-exaltação, surgido em 1939 com "Aquarela do Brasil", de Ary Barroso[583]". Havia um desejo de afirmação da identidade nacional, no entanto, os artistas e os intelectuais acabaram se dividindo em três grupos: o verde-amarelo de Menotti Del Picchia, o antropofágico de Oswald de Andrade e o estético-cultural com Mario de Andrade.

---

[581] Op. Cit. HAUSSEN, Doris Fagundes. p. 55
[582] Idem. p. 52
[583] Idem. p. 54

A música era considerada tão importante na Nacional do Rio de Janeiro que, em 1940, quando estava sendo comemorado o seu quarto ano de existência, a programação incluía o *Desfile dos grandes programas da PRE-8*, que "continha arranjos modernos de Ramadés, constando de antigas músicas brasileiras orquestradas com ritmos novos[584]". Também estavam na programação "Valsa, divina valsa", produzido e apresentado por Lamartine Babo na série *Vida musical e pitoresca dos compositores*; *Curiosidades Musicais*, de Almirante; e *Ondas sonoras de 1940*, com músicas de João de Barro e Dorival Caymmi.

De acordo com Calabre, "a música sempre teve um papel especial dentro de uma rádio. Durante as três primeiras décadas do rádio, as emissoras trabalhavam muito com apresentações de música ao vivo[585]". A Rádio Nacional do Rio de Janeiro, que em 1940 estava entre as maiores do país, "chegou a ter duas ou mais orquestras que executavam músicas populares e clássicas, pequenos conjuntos musicais e maestros que ficavam responsáveis pelos arranjos musicais de toda a programação[586]". E nesse período, considerado a era do ouro, a maioria das apresentações de cantores acontecia ao vivo e com a presença dos ouvintes no auditório.

É necessário relembrar que, a partir de 1940, a Rádio Nacional do Rio de Janeiro entrou numa nova etapa. Nesse período, atingiu 40% da audiência. O sucesso era garantido pela programação diversificada, quando começam a se destacar as radionovelas como *Acredite se Quiser*, *Aventuras do Anjo*, *Caminho do Céu*, *Direito de Nascer* e *Pecado Original*. A rádio ganhou novos estúdios e um auditório com 496 lugares, inaugurado em 18 de abril de 1942.

Na verdade, já em 1936 a emissora possuía bons estúdios para a realização dos programas de auditório e calouros. No entanto, esse espaço que reunia centenas de pessoas que queriam ver seus artistas, cantores e ídolos ao vivo, ganharam força com o *Caixa de perguntas*, apresentado por Almirante, e que foi lançado em 5 de agosto de 1938. No programa, Almirante interagia com o público, levando o microfone até as pessoas para que respondessem às perguntas. "O pioneirismo de Almirante inspiraria, a partir da década de 1940, uma série de outros programas de auditório", observa Haussen.

---

584 Op. Cit. HAUSSEN, Doris Fagundes. p. 55
585 Op. Cit. CALABRE, Lia. p. 38
586 Idem. p. 38

Outro programa que atraia os ouvintes para o auditório era o *Trem da Alegria*, lançado em abril de 1943, que tinha a presença da dupla Ping & Pong, no piano Amirton Valin e na bateria Uriel Azevedo, e o Trio de Osso, formado pelo maquinista Heber de Bôscoli, a foguista Yara Sales, e o guarda-freios Lamartine Babo. Vestidos em macacões e bonés azuis de ferroviários, a tripulação animava o auditório sempre nas segundas, quartas e sextas-feiras, a partir das 11 horas, descrevem Saroldi e Moreira.

Havia, ainda, outras atrações produzidas e apresentadas por Paulo Gracindo, César de Alencar e Manoel Barcelos. Quando o Trio de Osso mudou-se para a Rádio Mayrink Veiga, o horário deles foi ocupado por Gracindo e Alencar.

Calabre conta que os auditórios da Rádio Nacional do Rio de Janeiro ficavam super lotados e, sempre antes dos programas, os ouvintes faziam fila na véspera para comprar o ingresso. “Dormiam na calçada, amanheciam na rua: tudo era válido para ver o artista favorito de perto e concorrer aos prêmios distribuídos pelos apresentadores dos programas[587]”.

4.1.2 Os programas que se destacaram

4.1.2.1 No ar, as radionovelas

Em 5 de junho de 1941, a emissora levou ao ar a primeira radionovela no Brasil, lançada por Victor Costa, que se chamava *Em busca da felicidade*, do cubano Leandro Blanco, adaptada por Gilberto Martins e interpretada por Zezé Fonseca, Rodolfo Maier, Isis de Oliveira, Iara Sales e Brandão Filho. Segundo Haussen, era a “primeira história radiofônica seriada[588]” e que ficou no ar por dois anos. O patrocínio era do Creme Dental Colgate”. As novelas em séries diárias, um modelo das *soap-operas* que foi criado nos Estados Unidos na década de 1930, fizeram sucesso imediato no Brasil. O patrocinador era a agência de publicidade Standard Propaganda e o horário da irradiação era às 10h30, nas segundas, quartas e sextas-feiras.

---

[587] Op. Cit. CALABRE, Lia. p. 48
[588] Op. Cit. HAUSSEN, Doris Fagundes. p. 48

Segundo Calabre, a “linguagem da radionovela tinha que ser simples, e a temática deveria ser abordada de forma a sensibilizar o ouvinte, gerando o consumo do universo imaginário[589]”. As radionovelas passaram a fazer parte do cotidiano das pessoas, despertaram diversos sentimentos e também manifestações por parte dos ouvintes. O estúdio para as gravações desse gênero ficava no 22º andar do prédio *A Noite*, ocupado pela equipe do radioteatro e da sonoplastia.

Além do sucesso dos cantores e dos locutores, também os atores das radionovelas começaram a ganhar a preferência entre os ouvintes. Assim que esse gênero começou a ser transmitido, a emissora atraia muitos ouvintes, mantendo uma ótima audiência. Depois de dois anos e meio de transmissões da primeira radionovela, foi a vez do *O romance de Glória Marivel*, também de Leandro Blanco. Como esse tipo de programa estava agradando, a emissora começou a transmiti-lo também à noite.

A estreia nesse novo horário da Nacional do Rio de Janeiro foi *Penumbra*, com texto assinado pelo novelista Amaral Gurgel que, desde jovem, redigia peças teatrais, sendo que algumas chegaram a ser encenadas em Araraquara (SP). Assim, também nas segundas, quartas e sextas-feiras o ouvinte podia acompanhar um radioteatro às 20 horas, inaugurando um espaço nobre no rádio.

Muitas outras radionovelas tiveram êxito na sequência, destaca Haussen: *Predestinada*, *Maldição*, *Renúncia*, de Oduvaldo Viana, que virou sucesso no horário nobre, e *Fatalidade*. A equipe também foi reforçada com o poeta e produtor Giuseppe Ghiaroni, que assinou a novela *Mãe*, José Mauro, que escreveu melodramas como *Abismo*, *Encontrei-me com o Demônio* e a *Sombra de Berenice*, o que contribuiu para fortalecer o período de radionovelas na estação, principalmente entre 1943 e 1945.

Para se ter uma idéia da dimensão dessas produções, “entre 1940 e 1950, a Rádio Nacional irradiou 828 novelas só de autores brasileiros. A ideia de novela para o rádio foi trazida da Argentina por Oduvaldo Viana que estivera exilado naquele país[590]”, relata Haussen.

Saroldi e Moreira salientam que no período de 1943 a 1945 “116 novelas foram transmitidas pela Nacional, num total de 2.985 capítulos[591]”. Era a indústria

[589] Op. Cit. CALABRE, Lia. p. 37
[590] Op. Cit. HAUSSEN, Doris Fagundes. pp. 48-49
[591] Op. Cit. SAROLDI, Luiz Carlos; MOREIRA, Sônia Virgínia. p. 104

das radionovelas que ganhava espaço na rádio e era acompanhada pelos anunciantes e agências de publicidade. “Com Gilberto de Andrade, o faturamento da Rádio Nacional cresceu ano a ano, passando de dois mil e trezentos contos de réis em 1940 para 15 milhões de cruzeiros em 1946 (sendo um conto de réis equivalente a mil cruzeiros)[592]”. Goldfeder destaca que o status privilegiado da emissora alcançou o ápice entre 1945 e 1956.

Haussen acrescenta que em 1944 a “*Standard* Propaganda criou o primeiro departamento de rádio no Brasil, onde foi montado estúdio de gravações para a radiofonização das novelas, como *O Vingador*. Muitas eram patrocinadas pela Colgate-Palmolive e pela Gessy-Lever[593]”. O tema das radionovelas pode ser comparado àqueles abordados pelas novelas que vão ao ar hoje na televisão. Muitas apresentavam conflitos humanos do cotidiano que facilitavam a identificação do ouvinte com a história dramatizada no rádio.

Para Calabre, a “linguagem da radionovela tinha que ser simples e a temática deveria ser abordada de forma a sensibilizar o ouvinte, gerando o consumo do universo imaginário[594]”, como acontece nos dias de hoje quando as telenovelas despertam sentimentos, provocam debates e criam no espectador o desejo de acompanhar passo a passo a história que está sendo narrada.

4.1.2.2 O Repórter Esso

Na área do jornalismo da Rádio Nacional do Rio de Janeiro, é necessário destacar, apesar desse assunto ter sido abordado com profundidade no capítulo 2, que a primeira edição do *Repórter Esso,* estreou em 28 de agosto de 1941, às 12h55, no “dia em que o Brasil juntou-se às forças aliadas para combater o exército alemão na Segunda Guerra Mundial[595]”. E o formato do noticiário significou uma inovação porque seu modelo era diferente dos demais noticiários. Além disso, o informativo se apresentava como objetivo e imparcial. A última edição foi transmitida em 31 de dezembro de 1968. Calabre salienta que:

---

[592] Op. Cit. SAROLDI, Luiz Carlos; MOREIRA, Sônia Virgínia. pp. 104-105
[593] Op. Cit. HAUSSEN, Doris Fagundes. p. 49
[594] Op. Cit. CALABRE, Lia. p. 37
[595] Idem. p. 77

> As notícias veiculadas não podiam se contrapor às diretrizes da política oficial, o que dificultava a seleção de matérias para os noticiários nacionais. Tal fato, aliado à própria conjuntura de guerra, fazia com que a atenção dos ouvintes fosse desviada para o conflito mundial e que o Repórter Esso obtivesse altíssimos índices de audiência[596].

O noticiário seguia um mesmo modelo adotado em alguns países da América Latina e "foi considerado uma peça fundamental de propaganda do governo dos Estados Unidos durante a guerra[597]".

4.1.2.3 Humor e programas de auditório e de variedades

Os programas humorísticos conquistaram os ouvintes e alcançaram altos índices de audiência desde que o rádio começou a se estruturar no país na década de 1930. Eles retratavam o cotidiano com criticidade e se constituíam em uma espécie de crônica. O mais famoso na Rádio Nacional do Rio de Janeiro foi *O Balança mas não cai,* criado por Max Nunes. No humorístico constava a vida de diversos moradores de um edifício e entre eles estavam a dupla do Primo Pobre e Primo Rico, interpretados respectivamente por Brandão Filho e Paulo Gracindo.

Outros do mesmo gênero que se destacaram foram *Neguinho e Neguinha*, *Jararaca e Ratinho*, *Coisas do Arco-da-Velha, Alvarenga e Ranchinho* e o *PRK-30*, que era apresentado por Lauro Borges e Castro Barbosa. Tratava-se de um programa que mostrava a rádio ilegal, como um veículo do lado do avesso. A dupla Jararaca, que usava um violão em formato de cobra enrolada no pescoço, e Ratinho iniciou a carreira na Mayrink Veiga. Depois de um ano, em 1941, eles foram para a Nacional, onde trabalharam no programa até 1945, nas sextas-feiras, às 20 horas, patrocinado pelos produtos Eucalol, em pleno horário nobre. De acordo com pesquisas da época, o programa tinha uma audiência em torno de 70%.

De acordo com Haussen, a dupla Jararaca e Ratinho

> gravou 68 faixas de humor, de autoria própria, classificadas como desafio, dueto, humorismo e cômico, além de marchinhas. Há um disco de Jararaca denominado 'Rádio pá virada', de 1930. O

[596] Op. Cit. CALABRE, Lia. p. 44
[597] Idem. p. 44

> recurso da imitação não foi utilizado pela dupla, mas mesmo assim, há registro de que Jararaca imitou a Carlitos e Ratinho a Getúlio Vargas[598].

Por causa disso, quando o Estado Novo estava em vigor, a dupla "teve problemas com o DIP, assim como Alvarenga e Ranchinho, além de Silvino Neto, devido às críticas musicais e sátiras que faziam ao governo. Alvarenga e Ranchinho costumavam parodiar letras de marchinhas de sucesso da época, como Vitamina GG e Caixinha do Ademar[599]".

Mas muitos outros programas fizeram sucesso na Nacional. Haussen cita *Tancredo e Trancado* e *Pimpinela*, de Silvio Neto, que imitava a maneira dos italianos falarem. O sucesso na emissora contribuiu, por exemplo, para elegê-lo vereador pelo Rio de Janeiro como um dos mais votados. Além da ajuda dos microfones, ele recebeu apoio do presidente Vargas, um fã do *Pimpinela.*

Entre os programas de variedades, destacam-se os de César de Alencar e o de Paulo Gracindo, realizados ao vivo e que atraíam um grande público para os auditórios da emissora. Os ouvintes, ávidos para ocupar uma das cadeiras, às vezes madrugavam e dormiam na calçada à espera da venda dos ingressos.

Aqui se incluem também os programas de calouros e um dos mais tradicionais foi o de Lamartine Babo, onde a ainda jovem Emilinha Borba ganhou o prêmio máximo.

Com a abrangência da Nacional do Rio de Janeiro, os artistas que faziam sucesso nos programas de auditórios também reuniam aqueles que sintonizavam a emissora a partir de diferentes regiões do Brasil Segundo Haussen, a "fórmula dos programas de auditório incluía diversos quadros e constituíam-se num tipo de espetáculo com características bem brasileiras[600]" porque eram dinâmicos e misturavam show musical, teatro de variedades e sorteios que mantinham o público atento e eufórico durante quase quatro horas. Nestes momentos ao vivo, havia apresentações e orquestras, músicos solistas, conjuntos regionais e vocais, humoristas e mágicos.

Os programas de auditório também contribuíram para a formação dos famosos fãs-clubes que torciam pelos seus artistas preferidos. E as informações

---

[598] Op. Cit. HAUSSEN, Doris Fagundes. p. 47
[599] Idem. p. 47
[600] Idem. p. 57

sobre esses espetáculos ao vivo tinham o incentivo das revistas que surgiram na época para divulgar tudo o que envolvia o rádio, como a *Carioca*, *A Voz do Rádio*, *Promove*, *Vida Doméstica*, *Cine-Rádio-Jornal* e *Cinelândia*. Em 1949, foi lançada a *Revista do Rádio*, dirigida por Anselmo Rodrigues, que circulou até 1970, e a *Radiolândia*, um semanário criado pelo Rio Gráfica Editora, criada em 1952 e que existiu até 1962.

Portanto, estimuladas pelo rádio e pelas revistas, as fãs, em geral donas-de-casa, operárias, empregadas domésticas, costureiras "organizavam suas torcidas principalmente em torno de nomes como os de Emilinha Borba e Marlene[601]". Conforme Tinhorão[602], na década de 1950, existiam aproximadamente 50 programas de auditório no Rio de Janeiro.

4.1.2.4 Ondas curtas ampliam a audição no mundo

O sucesso em audiência da Nacional do Rio de Janeiro se somou também ao investimento em equipamentos. Em 1943, a emissora já estava operando também pelo sistema de Ondas Curtas, o que significou ampliar os sinais para muitos outros países das Américas do Norte e do Sul, da Europa como Portugal e Inglaterra, da África, do Japão e da Índia. O retorno dessa audição chegava ao Brasil por meio de cartas com pedidos dos ouvintes para que confirmassem o recebimento da mensagem e para ouvir determinados discos de artistas brasileiros.

Segundo Gilberto Andrade, citado por Saroldi e Moreira, a estação era a voz do Brasil

> Que vai falar ao mundo, para dizer aos povos civilizados do universo o que aqui se faz em prol dessa civilização. É a música brasileira que será difundida através dos recantos mais distantes do globo, exibindo toda a sua beleza e todo o seu esplendor[603].

Em Portugal, por exemplo, a *Rádio* Nacional, revista oficial da Emissora Nacional, que circulou entre 1938 e 1945, publicava as audições de rádios do mundo inteiro e, entre elas, sempre era citada a Rádio Nacional do Rio de Janeiro.

---

[601] Op. Cit. HAUSSEN, Doris Fagundes. p. 58
[602] TINHORÃO, José Ramos. **Pequena História da Música Popular**. São Paulo: Art Editora, 1991.
[603] Gilberto de Andrade, texto datilografado, 1941. In: Op. Cit. SAROLDI, Luiz Carlos; MOREIRA, Sônia Virgínia. p. 97

Com transmissões em Ondas Curtas de 50 KW de potência e oito antenas instaladas pela RCA Victor – duas voltadas para a Europa, duas para os Estados Unidos e uma para a Ásia –, a emissora destacou-se entre as cinco mais potentes do mundo e a partir de 1943 transmitia "programas diários em quatro idiomas, fazendo a divulgação metodizada da música e do folclore brasileiro lado a lado com a propaganda constante dos principais produtos do país[604]", como o café, a borracha, o algodão e a madeira.

Essa estratégia de divulgação internacional da PRE-8, por meio de suas OCs (PRL-7, PRL-8 e PRL-9), tinha como objetivo a integração nacional, cuja responsabilidade cabia ao Departamento Político-Cultural da Rádio, desenvolvido por Andrade. O responsável pelo setor era o diretor do jornal *A Manhã* e poeta Cassiano Ricardo, que trabalhava em conjunto com vários colaboradores: Roquette-Pinto, Gilberto Amado, Raul Machado, Venâncio Filho, Vieira de Mello, Manuel Bandeira e Silvio Fróes de Abreu. Todos os dias, a equipe produzia uma crônica cultural ou política, que era traduzida para o espanhol e para o inglês, para ser transmitida nas freqüências de 9.520 e 11.720 quilociclos. Além disso, eram irradiados boletins do Departamento de Imprensa e Propaganda.

Já nas Ondas Médias da Rádio Nacional eram apresentadas as *Notas do Departamento Político Cultural*, de segunda à sexta-feira, às 23 horas, e *Crônica de Cassiano Ricardo*, nos sábados, às 21 horas.

Nesse mesmo ano, os programas musicais complementavam a programação que continha

> dois concertos sinfônicos dirigidos pelos maestros Romeu Ghipsman e Léo Peracchi, 12 programas de orquestras de concertos, quatro audições do Quinteto de Cordas, quatro apresentações do Quarteto Celeste – integrado por Radamés ao piano, Lírio Panicali no novarcord (precursor dos instrumentos hoje englobados na categoria dos teclados eletrônicos), Luciano Perrone ao vibrafone e Elza Guarnieri na harpa[605].

A relação ainda incluía mais

> quatro programas do Coro dos Apiacás, quatro programas com a soprano Violeta Coelho Neto de Freitas, quatro apresentações da

[604] Op. Cit. SAROLDI, Luiz Carlos; MOREIRA, Sônia Virgínia. p. 98
[605] Idem. pp. 98-99

> soprano Pina Monaco, quatro audições de Delvair Müller, quatro apresentações de Darcila Barros e quatro programas estrelados por Liberdade Natália[606].

Também os programas musicais se destacavam na emissora: *Um Milhão de Melodias*, patrocinado pela Coca-Cola, *A Canção do Dia*, *Microfones e Bastidores* e *Francisco Alves com Orquestra*, que iam ao ar em Ondas Curtas e Ondas Médias. Haussen salienta que no espaço do *Um Milhão de Melodias* eram transmitidas "duas músicas atuais, duas antigas e três estrangeiras de sucesso[607]", com a Orquestra Brasileira de Radamés Gnatalli. Ela também cita outros programas que conquistaram o público e fizeram sucesso como *Vida musical e pitoresca dos compositores*; *Cavalgada da alegria*, patrocinado pelo medicamento Melhoral; *Dona música*; e *Festivais G.E*.

Todo o sucesso da Rádio Nacional do Rio de Janeiro a partir de 1943 foi registrado nas páginas da revista *Rádio Nacional*, produzida pela área de Divulgação e Propaganda Nacional, que era distribuída aos ouvintes locais, produtores e artistas que participavam dos programas. No espaço de quatro páginas eram inseridas um resumo das cartas recebidas de diferentes lugares do mundo e publicadas fotos de diferentes cidades do mundo.

Depois de três meses do início das irradiações em OCs, foram publicados os boletins informativos dos serviços de transmissões *Rádio Nacional – do Brasil para o Mundo*, bimensais, em língua portuguesa, espanhol e inglês, com crônicas sobre a importância da emissora.

4.1.2.5 Programas políticos, palestras, conferências e discursos

Com a programação de entretenimento e de jornalismo, a Rádio Nacional do Rio de Janeiro também manteve no ar programas como *Rádio Nacional – do Brasil para o Mundo, A Noite Informa*, apresentado por *Heron Domingos,* e palestras, além da transmissão dos discursos de Vargas. Estes eram pronunciados principalmente em datas comemorativas como em 1º de janeiro (Ano Novo), 1º de maio (Dia do Trabalhador), 7 de setembro (Dia da Independência do Brasil) e em

[606] Op. Cit. HAUSSEN, Doris Fagundes. p. 99
[607] Idem. p. 55

momentos políticos, econômicos e sociais decisivos para o país, e retransmitidos em cadeia por outras emissoras espalhadas pelo território nacional.

Uma iniciativa que demonstrava o uso político do rádio e, por isso, neste subcapítulo, serão destacados alguns discursos do presidente Vargas, realizados entre 1930 e 1945.

Em 3 de novembro de 1930, quando tomou posse como chefe do governo provisório da República e comemorando a formação da Junta Governativa, o pronunciamento iniciava assim:

> O movimento revolucionário, iniciado vitoriosamente a 3 de outubro, no sul, centro e norte do país, e triunfante a 24, nesta capital, foi a afirmação mais positiva, que até hoje tivemos, da nossa existência, como nacionalidade. Em toda nossa historia política, não há, sob esse aspecto, acontecimento semelhante. Ele é, efetivamente, a expressão viva e palpitante da vontade do povo brasileiro, afinal senhor de seus destinos e supremo árbitro de suas finalidades coletivas[608].

Depois da vitória alcançada, afirmou Vargas, era necessário atender às expectativas do povo brasileiro e iniciar a obra de reconstrução do Brasil que implicava reajustes econômicos e sociais. Em seguida, ele apresentou o programa com 17 itens, como: concessão da anistia, difusão intensiva do ensino público e técnico-profissional, remodelação do Exército e das Forças Armadas, reforma do sistema eleitoral com garantia do voto, instituir o Ministério do Trabalho para cuidar do amparo e defesa do trabalhador urbano e rural e organizar um plano geral com ferrovias e rodoviários para o país. Ao final da fala, o novo governante afirmou que assumia provisoriamente como "delegado da revolução, em nome do Exército, da Marinha e do povo brasileiro, e agradeço os inesquecíveis serviços que prestastes à nação, com a vossa nobre e corajosa atitude, correspondendo, assim, aos altos destinos da Pátria[609]".

Três anos depois, em 15 de novembro de 1933, Vargas leu uma mensagem de 168 páginas diante da Assembleia Nacional Constituinte, no ato de sua instalação, e prestou contas do período em que esteve à frente do Governo

---

608 Discurso de Getúlio Vargas pronunciado na posse como chefe do Governo Provisório da República. **III – Discurso pronunciado pelo Dr. Getúlio Vargas por ocasião da sua posse como Chefe do Governo Provisório da República.** In: Biblioteca da Presidência da República. Disponível em http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/getulio-vargas, consultado em 13 de setembro de 2014, às 15h30. p. 15

609 Idem. p. 21

Provisório que “procurou colocar-se acima das competições partidárias ou facciosas, para não trair os compromissos assumidos com a Nação[610]”. Nesse pronunciamento, o presidente explicou como os orçamentos da União foram reorganizados e prometeu que o ano de 1933 serviu para a consolidação das finanças e para reorganização financeira. Foi, completou o governante, o período em que foi mantida a ordem, a justiça e o ambiente moral da pátria. Além disso,

> saneou a administração, aperfeiçoando os serviços públicos e premiando a capacidade de seus servidores; ordenou as finanças e estimulou a economia nacional; não contraiu empréstimos e conseguiu reduzir os compromissos do Tesouro; conservou em baixo índice o custo da vida, sem diminuir internamente o poder aquisitivo da moeda; melhorou as condições das classes menos abastadas e regulamentou, valorizando, o trabalho nacional [...][611].

O novo governo também assegurou, salientou Vargas no discurso,

> a reforma eleitoral, instituindo o voto secreto e a representação proporcional; estabeleceu o voto feminino; e, para garantir a verdade do sufrágio, entregou, finalmente, à Justiça a inviolabilidade das urnas, a apuração do pleito e o reconhecimento dos candidatos[612].

E ao final, parabenizou o processo de organização da Assembleia Nacional que se “transformou em expressão legitima da vontade do povo brasileiro[613]”.

Nas primeiras horas de 1º de janeiro de 1936, um ano antes do Golpe que instaurou o Estado Novo no país e quando a Rádio Nacional do Rio de Janeiro ainda não havia sido inaugurada, Vargas fez um pronunciamento intitulado *O Levante Comunista de 27 de novembro de 1935* e destacou que “forças do mal e do ódio campearam sobre a nacionalidade, ensombrando o espírito amorável da nossa terra e da nossa gente[614]”, mas que foram debeladas em “defesa da ordem social e do patrimônio moral da Nação[615]”.

---

[610] Discurso de Getúlio Vargas. **Mensagem lida perante a Assembléia Nacional Constituinte no ato da sua instalação em 15 de novembro de 1933**. p. 428

[611] Op. Cit. Mensagem lida perante a Assembléia Nacional Constituinte no ato da sua instalação em 15 de novembro de 1933. pp. 583-584

[612] Idem. p. 584

[613] Idem. p. 584

[614] Discurso de Getúlio Vargas pronunciado nos primeiros minutos de 1936. **O levante comunista de 27 de novembro de 1935**. p. 139

[615] Idem. p. 139

De acordo com Vargas, o comunismo estava condenado porque era subversivo e pretendia, por diferentes meios, implantar a desordem a partir de pequenos grupos em detrimento dos direitos da coletividade. Além disso, acrescentou o presidente, os comunistas na Rússia se disseram protetores do proletariado, mas suprimiram a liberdade e instituíram o trabalho escravo e prometeram a terra, mas expulsaram os camponeses de suas lavouras. Por causa desses perigos, justificou, o governo adotou medidas de repressão dentro da lei e contou com a ação das forças armadas para manter a segurança pública e a soberania nacional.

Na fala, Vargas ressaltou que a

> punição dos culpados e responsáveis pelos acontecimentos de novembro impõe-se como ato de estrita justiça e de reparação, como exercício legítimo do direito de defesa da sociedade, em face da atividade criminosa e orgânicamente anti-social dos seus inimigos declarados e reconhecidos[616]".

Para o chefe do governo era dever do Estado "salvaguardar a nacionalidade atacada e ameaçada pela decomposição bolchevista[617]" e era necessário opor resistência a esses males políticos com "convicções próprias, seguras e claramente conformadas, com projeções definidas no campo social e econômico e, mesmo, no das artes e da filosofia[618]". E finalizou assim o discurso: "No desempenho das altas atribuições de Chefe do Governo, não costumo medir responsabilidades nem conseqüências[619]".

Na primeira hora de 1937, Vargas fez uma saudação à nação sobre "A situação do Brasil em 31 de janeiro de 1936". Aos brasileiros declarou que a defesa do regime e da ordem, o Brasil realizou "etapas decisivas do seu desenvolvimento, apresentando-se notáveis, em todos os setores da pública administração, os progressos alcançados[620]".

Segundo o presidente, a situação financeira do país melhorou sem a necessidade de recorrer a empréstimos e recorrer ao Tesouro, o que garantiu o

---

[616] Op. Cit. Discurso de Getúlio Vargas pronunciado na posse como chefe do Governo Provisório da República. Idem. p. 143
[617] Idem. p. 143
[618] Idem. p. 145
[619] Op. Cit. Discurso de Getúlio Vargas pronunciado nos primeiros minutos de 1936. p. 145
[620] Discurso de Getúlio Vargas pronunciado em 1º de janeiro de 1937. **A situação do Brasil em 31 de dezembro de 1936**. p. 209

aumento da exportação de produtos da pecuária, fumo e cacau, contribuindo para que em 11 meses a receita superasse a previsão orçamentária[621]". Além disso, acrescentou ele no discurso, foram

> concluídas as obras de construção e aparelhamento de dezoito portos marítimos e fluviais, além de outras, menores, de abertura de canais e serviços de conservação e dragagem. Apesar das circunstâncias especiais da moeda e do alto custo dos materiais importados, estendemos a rede ferroviária, entregando ao tráfego 200 quilômetros, enquanto ultimamos mais 700[622].

Mais adiante, enfantizou os investimentos em obras no Nordeste como a construção de 32 açudes, 157 poços, em torno de 300 quilômetros de rodovias e implantação de 11 postos para incentivar a cultura irrigada e amenizar assim os problemas da seca na região.

Vargas também citou os investimentos nas áreas da educação e saúde para retardar o atraso em que o país se encontrava. Para isso, por exemplo, a capital federal recebeu

> o início das obras de abastecimento dágua, que trarão, em curto prazo, um reforço de 200 milhões de litros, e o saneamento dos bairros de Ipanema, Leblon, Penha e Urca, com uma rede superior a 100 mil metros, feito sob a administração direta da União[623].

No mesmo discurso, Vargas garantiu ao povo brasileiro a realização da campanha presidencial:

> De minha parte, farei quanto for possível para que o pronunciamento da opinião nacional ocorra dentro dos marcos da democracia ativa, em atmosfera livre e sadia, circunscrito ao debate pacífico dos comícios. Não regatearei a minha colaboração serena, a experiência adquirida no trato quotidiano com os homens públicos do país, afim de que o nome escolhido represente efetivamente a vontade da maioria do povo brasileiro[624].

Na sequência, afirmou que cabia a ele como um governo que dirigiu a nação em condições excepcionais, se manteria imparcial e "vigilante aos reclamos da

---

[621] Op. Cit. Discurso de Getúlio Vargas pronunciado em 1º de janeiro de 1937. p. 210
[622] Idem. p. 211
[623] Idem. p. 214
[624] Idem. p. 216

ordem e às exigências do livre exercício dos direitos políticos, certo de contar, para isso, com a colaboração patriótica e disciplinada das forças armadas[625]". Para Vargas, o ano se encerrava com o sentimento de "dever cumprido e o desejo ardente de reavivar, também, no vosso espírito, com a chama dos sagrados entusiasmos, a força da fé nos destinos da Pátria, cada vez mais digna do nosso amor, cada vez mais nobre, mais bela e feliz[626]".

Onze meses depois, na noite de 10 de novembro de 1937, Vargas leu no Palácio do Guanabara a explicação sobre as razões do golpe de Estado e da nova Constituição que colocou em vigor o Estado Novo. No pronunciamento, transmitido pelo rádio, o presidente explicou que as circunstâncias tinham imposto uma "decisão excepcional, de amplas repercussões e profundos efeitos na vida do país, acima das deliberações ordinárias da atividade governamental[627]" e que era necessário corresponder às responsabilidades inerentes a sua função e atender às

> exigências do momento histórico e as solicitações do interesse coletivo reclamam, por vezes, imperiosamente, a adoção de medidas que afetam os pressupostos e convenções do regime, os próprios quadros institucionais, os processos e métodos de governo[628].

Situação especial provocada por uma "profunda perturbação política, econômica e social[629]" e que exigiu "meios adequados para evitá-los ou remover-lhes as funestas conseqüências[630]". Mas, apesar do governo ter como objetivo a restauração da economia e das iniciativas favoráveis aos trabalhadores, os partidos políticos criaram uma situação de instabilidade por causa das competições partidárias, salientou Vargas. A justificativa do golpe também é explicada por causa da

> pobreza e desorganização da nossa vida política nos moldes em que se vem processando, aí está o problema da sucessão presidencial, transformado em irrisória competição de grupos obrigados a operar pelo suborno e pelas promessas demagógicas,

---

625 Op. Cit. Discurso de Getúlio Vargas pronunciado em 1º de janeiro de 1937. p. 216
626 Idem. p. 217
627 Discurso de Getúlio Vargas pronunciado em 10 de novembro de 1937. **Proclamação ao povo brasileiro**. p. 19
628 Idem. p. 19
629 Idem. p. 19
630 Idem. p. 19

> diante do completo desinteresse e total indiferença das forças vivas da nação[631].

Segundo Vargas, sem a democracia dos partidos a unidade da pátria e a nação estavam sendo ameaçadas. Para evitar um momento mais perigoso e a inércia da política tradicional, o presidente decidiu substituir as eleições em vários estados pelos

> preparativos militares, agravando os prejuízos que já vinha sofrendo a nação em consequência da incerteza e instabilidade criadas pela agitação facciosa. O caudilhismo regional, dissimulado sob aparências de organização partidária, armava-se para impor à nação as suas decisões, constituindo-se, assim, em ameaça ostensiva à unidade nacional[632].

No discurso, Vargas critica a Assembléia Nacional Constituinte que substituiu a Câmara dos Deputados por não ter elaborado as leis complementares definidas pelo Governo Provisório de 10 de abril de 1934 e não ter aprovado diversas iniciativas inadiáveis para a nação como o Código Penal, o Código das Águas e projetos da Justiça do Trabalho. Neste período, completou, os interesses particulares foram favorecidos e contrariando os interesses dos brasileiros.

Além disso, enfatizou ele, o orçamento nunca foi aprovado dentro dos prazos regimentais e as iniciativas do governo estabelecer um equilíbrio orçamentário ficavam de lado para beneficiar interesses que não eram públicos. Em seguida, Vargas justificou o fechamento do Congresso porque era um "aparelho inadequado e dispendioso[633]" e mantê-lo seria desaconselhável porque era "obra de espírito acomodatício e displicente, mais interessado pelas acomodações da clientela política do que pelo sentimento das responsabilidades assumidas[634]".

Por isso e para resolver os problemas acumulados dos últimos 20 anos, Vargas anunciou que era necessário

> reajustar o organismo político às necessidades econômicas do país e garantir as medidas apontadas, não se oferecia outra alternativa além da que foi tomada, instaurando-se um regime forte,

[631] Op. Cit. Discurso de Getúlio Vargas pronunciado em 10 de novembro de 1937. p. 21
[632] Idem. p. 22
[633] Idem. p. 25
[634] Idem. p. 25

> de paz, de justiça e de trabalho. Quando os meios de governo não correspondem mais às condições de existência de um povo, não há outra solução senão mudá-los, estabelecendo outros moldes de ação[635].

Ainda no pronunciamento, o governante salientou que por causa da grave situação, foi necessário optar pela "continuação do Brasil. Entre a existência nacional e a situação de caos, de irresponsabilidade e desordem em que nos encontrávamos, não podia haver meio termo ou contemporização[636]". Vargas encerrou o discurso dizendo que era necessário restaurar

> a nação na sua autoridade e liberdade de ação: na sua autoridade, dando-lhe os instrumentos de poder real e efetivo com que possa sobrepor-se às influências desagregadoras, internas ou externas; na sua liberdade, abrindo o plenário do julgamento nacional sobre os meios e os fins do governo e deixando-a construir livremente a sua história e o seu destino[637].

Noutro pronunciamento irradiado em 31 de dezembro de 1937, Vargas reforçou a sua decisão de ter instituído o Estado Novo e afirmou que o povo brasileiro o estava apoiando porque a nova constituição atendia aos problemas da vida brasileira como a suspensão do pagamento da dívida externa para solucionar problemas internos e reajustar a economia e para transformar as

> riquezas potenciais em recursos efetivos que nos permitam satisfazer, sem sacrifício, as exigências dos prestamistas. Foi-se a época em que a escrituração das nossas obrigações se fazia no estrangeiro, confiada a bancos e intermediários[638;]

Na opinião de Vargas, o Brasil não precisava hostilizar o capital estrangeiro e nem conceder "privilégios além das garantias normais que oferecem os países novos em plena fase de crescimento[639]". E para realizar as obras nas áreas econômicas, políticas e sociais, a

---

635 Op. Cit. Discurso de Getúlio Vargas pronunciado em 10 de novembro de 1937. p. 28
636 Idem. pp. 31-32
637 Idem. p. 32
638 Discurso de Getúlio Vargas pronunciado em 31 de dezembro de 1937. **No limiar do ano de 1938**. p. 122
639 Idem. p. 122

> ordem e a tranquilidade públicas serão mantidas sem vacilações. O governo continua vigilante na repressão do extremismo e vai segregar, em presídios e colônias agrícolas, todos os elementos perturbadores, reconhecidos pelas suas atividades sediciosas ou condenados por crimes políticos. Não consentiremos que o esforço e a dedicação patriótica dos bons brasileiros venham a sofrer inquietações e sobressaltos originados pelas ambições personalistas ou desvarios ideológicos de falsos profetas e demagogos vulgares[640].

No final do discurso, o presidente reforçou que no Estado Novo não havia "lugar para os céticos e os hesitantes, descrentes de si e dos outros[641]" porque eles, às vezes, "interrompem o repouso da vossa jornada, honestamente ganha, com o alarme dos seus temores e a atoarda do negativismo malsinador[642]".

Em 1º de maio de 1938, Vargas anunciou durante o pronunciamento que costumava realizar nessa data comemorativa, a assinatura de decretos-leis com novas garantias aos trabalhadores como a Lei do Salário Mínimo "que vem trazer garantias ao trabalhador, era necessidade que há muito se impunha. Como sabeis, em nosso país, o trabalhador, principalmente o trabalhador rural, vive abandonado, percebendo uma remuneração inferior às suas necessidades[643]". Também reafirmou a necessidade de valer a Lei dos Dois Terços, das férias remuneradas e das caixas de aposentadorias e pensões.

Novamente o presidente falou sobre a necessidade do novo regime para reajustar a vida brasileira e que essa passava pela cooperação de todas as classes, sem desejar que uma tivesse predominância sobre a outra. Vargas salientou que a nova Constituição que fixava preceitos do cooperativismo deveria ocorrer como um "estímulo vivificador do espírito de colaboração entre todas as categorias de trabalho e de produção. Essa colaboração será efetivada na subordinação ao sentido superior da organização social[644]". E que portanto, acrescentou ele, todos deveriam marchar unidos e fazer um esforço para que o Brasil obtivesse prosperidade.

---

[640] Op. Cit. Discurso de Getúlio Vargas pronunciado em 31 de dezembro de 1937. p. 127
[641] Idem. p. 128
[642] Idem. p. 128
[643] Discurso de Getúlio Vargas pronunciado em 1º de maio de 1938. **O Estado Novo e as classes trabalhadoras**. p. 203
[644] Idem. p. 205

Na dissertação de Emiliana Vargas[645] foram localizados alguns discursos transcritos na íntegra. Entre eles, a saudação ao povo brasileiro, irradiado pela Nacional, na primeira hora de 1º de janeiro de 1939, do recinto da Exposição Nacional do Estado Novo, onde destaca os resultados positivos obtidos no último ano por causa de diversas ações governamentais que foram resolvidos:

> o incremento e a expansão dos núcleos industriais e agrários; a criação de novas fontes de riqueza e a melhoria dos seus processos de exploração e controle; o reajustamento da circulação e a distribuição das utilidades, visando ampliar os mercados internos; as medidas destinadas a elevar o nível de vida das populações; o amparo financeiro às classes produtoras; a assistência econômica ao trabalhador, através as instituições de previdência social; o salário justo, a habitação própria e a garantia dos seus direitos; a ampliação dos centros de formação técnica e de cultura física e intelectual; o cuidado pela higiene pública e o saneamento rural, possibilitando a utilização remunerativa de grandes faixas de gleba, abandonadas, ou sacrificadas pelas perturbações climatéricas;[646]

Os problemas políticos existentes neste período do Brasil, em função da recente implantação do Estado Novo, estão na sequência da fala do presidente:

> o repúdio sistemático às ideologias extremistas e aos seus adeptos convictos ou estipendiados; o combate a todos os agentes de dissolução ou enfraquecimento das energias nacionais, pelo reforço das tradições e sentimentos de brasilidade, e proibição de funcionarem, no país, quaisquer organizações com atividades desnacionalizadoras ou ligadas a interesses políticos estrangeiros; enfim, a preparação da defesa interna e externa, pelo reaparelhamento das nossas gloriosas forças armadas, e a simultanea educação das gerações novas, incutindo-lhes no espírito o culto da Pátria, a fé nos seus destinos e o ânimo viril para fazê-la forte e respeitada[647].

Em seguida, Vargas agradece a todos chamando-os de colaboradores anônimos e auxiliares diretos da ação governamental “porque tendes cumprido devotadamente o vosso dever patriótico[648]” e salienta que o tempo em que os

---

[645] VARGAS, Emiliana. **Os discursos de Vargas e as políticas sociais no Brasil de 1930 a 1940**. Florianópolis, 2007. Dissertação de Mestrado em Serviço Social. Universidade Federal de Santa Catarina. p. 250
[646] Op. Cit. VARGAS, Emiliana. p. 250
[647] Idem. p. 250
[648] Idem. p. 250

governantes formavam uma classe a parte ficou para trás e que o atual regime, no qual estava sob seu controle, era o da

> mais franca colaboração de todos para os supremos objetivos da nacionalidade. A riqueza de cada um, a saúde, a cultura, a alegria, não são, apenas, bens pessoais; representam reservas de vitalidade social, que devem ser aproveitadas para fortalecer a ação do Estado. Somos um país de grandes recursos, de população escassa, e temos um patrimônio enorme a defender, numa fase conturbada da história mundial, em que os povos fracos, desunidos e desarmados são a presa fácil e apetecida das nações imperialistas[649].

Segundo Vargas, diante das intenções existentes para "destruir os laços de solidariedade patriótica e, com o sangue de irmãos lançados à fogueira da guerra civil, a mais cruel de todas as guerras[650]", era fundamental a união e a consciência nacional para se sobreporem às discórdias. E, completou ele, "para sermos um bloco indissolúvel, capaz de resistir a tudo, devemos confraternizar em sentimento e ação, criando no recesso dos nossos próprios lares a unidade de espírito e a comunhão de objetivos indispensáveis à realização dos ideais de engrandecimento comum[651]".

E vislumbrando um ano mais promissor para o desenvolvimento do país, Vargas pede aos brasileiros para que concentre o "pensamento no futuro, prometendo a nós mesmos que saberemos enfrentar todas as dificuldades com ânimo firme, felizes de restituir à Pátria, à custa de quaisquer sacrifícios, o que ela nos tem dado em dignidade humana e força espiritual[652]".

No Dia da Independência, Vargas também costumava fazer pronunciamentos. No de 1939, *A Ação Patriótica dos brasileiros*, além de reverenciar os heróis da pátria, o chefe de governo destacou que a nação havia adquirido melhorias de caráter social por causa dos

> benefícios proporcionados aos trabalhadores e garantias oferecidas ao trabalho, completou-se a remodelação das instituições que, sob este aspecto, ainda refletiam as deficiências do regime anterior, baseado no braço servil e no patriarcado econômico[653].

---

649 Op. Cit. VARGAS, Emiliana. p. 250
650 Idem. p. 250
651 Idem. p. 251
652 Idem. p. 251
653 Idem. p. 259

O chefe da nação, como fazia questão de que o chamassem, salientou nessa fala que a obra de governo era resultado da "sinergia de esforços, de colaboração no plano do bem público. Jamais sobrepus opiniões e preferências pessoais aos interesses de ordem geral[654]". Para governar, destacou, era primordial atender "às necessidades e interesses do povo, que carece de ordem e trabalho, asseguráveis, somente, pelo fortalecimento da autoridade[655]".

De acordo com Vargas, o país estava vivendo uma fase de recuperação, com bons índices de produção, com ampliação do comércio interno e externo por causa do esforço e persistência do governo.

No ano seguinte, no dia 1º de maio de 1940, Vargas leu o discurso *A política trabalhista do governo e seus benefícios*, no estádio do Vasco da Gama, exaltando o trabalhador como fonte do progresso, do desenvolvimento e da independência econômica do país e anuncia a lei que institui o salário mínimo, promessa da Revolução de 1930. "Todo trabalhador, qualquer que seja a sua profissão, é, a este respeito, um patriota que conjuga o seu esforço individual à ação coletiva, em prol da independência econômica da nacionalidade [656]". Para ele, o progresso do país não podia ser obra apenas do governo, mas de "toda a nação, de todas as classes, de todos os homens e mulheres, que se enobrecem pelo trabalho, valorizando a terra em que nasceram[657]".

Mais uma vez, o presidente critica os governantes anteriores que não permitiam a "cooperação construtiva das classes trabalhadoras[658]", sem direitos e amparos e submetidos aos políticos profissionais que preferiam mantê-los desorganizados.

No mesmo pronunciamento, Vargas defende o Estado Novo que considera uma "obra de reparação e justiça[659]" e que contribuiu para deixar para trás o "passado condenável, que comprometia os nossos sentimentos cristãos e se tornara obstáculo insuperável à solidariedade nacional. Naquela época, ao aproximar-se o 1º de Maio, o ambiente era bem diverso[660]". Para ele, os

---

[654] Op. Cit. VARGAS, Emiliana. p. 259
[655] Idem. p. 259
[656] Discurso de Getúlio Vargas pronunciado em 1º de maio de 1940. **A política trabalhista do governo e seus benefícios**. p. 291
[657] Idem. p. 291
[658] Idem. p. 292
[659] Idem. p. 292
[660] Idem. p. 292

> benefícios da política trabalhista empreendida nestes últimos anos alcançam profundamente todos os grupos sociais, promovendo o melhoramento das condições de vida nas várias regiões do país e elevando o nível de saúde e de bem-estar geral. A ação tutelar e previdente do Estado patenteia-se, de modo constante, na solicitude com que cria os serviços de proteção ao lar operário, de assistência à infância, de alimentação saudável e barata, de postos de saúde, de creches e maternidades, instituindo o ensino profissional junto às fábricas e, ultimamente, voltando as suas vistas para a construção de vilas operárias e casas populares[661].

Tratava-se, conforme Vargas, de um programa renovador, que estava sendo implementado pelo ministro do Trabalho, com alcance social e econômico. A partir dessa data ficou instituída a lei que criava o salário mínimo para todo o Brasil, uma antiga aspiração do povo e também prometida em 1930. O salário mínimo deveria, declarou o presidente, aumentar "os índices de saúde e produtividade, auxiliará a solução de importantes problemas que retardam a marcha do nosso progresso[662]".

Nesse mesmo discurso, ele prometeu a criação do Código de Trabalho "adequado às condições do nosso progresso[663]. E conclui dizendo que felizmente a sociedade não gostava de

> soluções extremistas. Corrigidos os abusos e imprevidências do passado, poderemos encarar o futuro com serenidade, certos de que as utopias ideológicas, na prática verdadeiras calamidades sociais, não conseguirão afastar-nos das normas de equilíbrio e bom senso em que se processa a evolução da nacionalidade. Só o trabalho fecundo, dentro da ordem legal que assegura a todos – patrões e operários, chefes de indústrias e proletários, lavradores, artesãos, intelectuais – um regime de justiça e de paz, poderá fazer a felicidade da pátria brasileira[664].

Meses depois, em 7 de setembro, o presidente do regime ditatorial fez o pronunciamento tradicional nesta data de comemoração da Independência do Brasil à nação e afirmou que o país conquistou a emancipação política no primeiro século por causa da capacidade de governar.

> A Nação organizou-se, consolidou as suas fronteiras, povoou grande parte das suas terras, substituiu a escravidão pelo trabalho livre, reforçou a sua estrutura econômica, criou as suas indústrias,

---

661 Discurso de Getúlio Vargas pronunciado em 1º de maio de 1940. pp. 292-293
662 Idem. p. 293
663 Idem. p. 294
664 Idem. p. 294

> desenvolveu os seus transportes e adaptou-se às modernas condições de vida, de trabalho, de higiene e de cultura[665].

Depois, ele completou que os brasileiros deveriam se sentir dignos das tradições e continuarem a "mostrar que sabemos sentir, pensar e agir impulsionados pelos altos interesses nacionais; demonstremos, enfim, que somos donos dos nossos destinos e estamos decididos a realizá-los sem temer perigos nem medir sacrifícios[666]".

No ano seguinte, em 1º de maio de 1941, Vargas fez o discurso *O trabalhador brasileiro no Estado Novo* e parabenizou os operários brasileiros que cooperaram com o governo. Foi por causa deles, declarou Vargas, que a reforma da estrutura social foi realizada, "promovendo a solidariedade das classes pela colaboração geral nas tarefas do bem comum, abolidos os privilégios do passado, dignificadas todas as categorias de trabalho e esforço honesto para viver e prosperar[667]".

Na fala, destacou as principais conquistas para os brasileiros:

> A lei dos dois terços — na realidade, da nacionalização do trabalho — a sindicalização unitária, o seguro social, o horário nas indústrias, a regulamentação do salariado de mulheres e menores, as férias remuneradas, os cuidados, de assistência médica, os restaurantes populares e o salário mínimo são outras tantas etapas vencidas do programa trabalhista[668].

E encerrou o discurso salientando que "só os povos bem organizados, de vigilante espírito nacionalista, subsistem. E nós subsistiremos, porque estamos unidos, disciplinados e dispostos a quaisquer sacrifícios pelo Brasil[669].

Em 1943, além dos pronunciamentos nas datas comemorativas de 1º de maio e 7 de setembro, destaca-se o realizado em 31 de dezembro *Brasil e as suas fôrças armadas nas tarefas árduas da guerra*, quando o mundo estava vivendo a 2ª Guerra Mundial e o Brasil havia enviado expedicionários para as linhas de frente:

---

665 Discurso de Getúlio Vargas pronunciado em 7 de setembro de 1940. **O culto da pátria e o dever de cada brasileiro**. p. 45
666 Idem. p. 47
667 Discurso de Getúlio Vargas pronunciado em 1º de maio de 1941. **O trabalhador brasileiro no Estado Novo**. p. 260
668 Idem. p. 260
669 Idem. p. 263

> A vitória das Nações Unidas será a nossa vitória e cada dia se torna mais próxima. Para alcançá-la já contribuímos de forma considerável e o faremos melhor daqui por diante, guerreando, ombro a ombro, com os denodados defensores da civilização[670].

Ao fazer discurso aos trabalhadores do Brasil no estádio do Pacaembu, em São Paulo, pela primeira vez fora da capital Rio de Janeiro, em 1º de maio de 1944, Vargas enfatizou que a "luta pela emancipação econômica do país está com as indústrias de base e vamos entrar num ciclo de realizações que nos exigirá redobrado e persistente Não se atinge à maioridade como Nação sem vencer dificuldades de toda ordem[671]".

Nessa data, o presidente anunciou para os trabalhadores sindicalizados as "utilidades básicas em forma cooperativista, elevando-lhes, assim, automaticamente, os salários reais, com a colaboração das administrações municipais[672]", a fim de entrosar os "respectivos projetos nos seus planos de urbanização, construiremos cidades-modêlo nas proximidades dos grandes centros industriais, com instalações de tratamento de saúde, de educação profissional e física[673]".

O último discurso de Vargas no governo do Estado Novo está datado em 30 de outubro de 1945, após ter sido deposto do governo pelos ministros militares, na noite de 29 de outubro, e ter assinado sua renúncia formal. Nele, o presidente afirmou que aceitou a renúncia a fim de evitar maiores males ao país.

> A história e o tempo falarão por mim, discriminando responsabilidades. Ao afastar-me da vida pública quero apenas dizer aos brasileiros palavras de compreensão e de confiança nos seus juízos definitivos. Não tenho razões de malquerença para com as gloriosas forças armadas da minha pátria, que procurei sempre prestigiar. Nenhum governo se esforçou mais do que o meu pelo seu fortalecimento. Nenhum outro cuidou tanto da sua preparação profissional, do selecionamento dos seus quadros, do seu aparelhamento material, da melhoria de suas condições de trabalho e conforto[674].

---

[670] Discurso de Getúlio Vargas pronunciado em 31 de dezembro de 1943. **Brasil e as suas fôrças armadas nas tarefas árduas da guerra**. p. 245
[671] Discurso de Getúlio Vargas pronunciado em 1º de maio de 1940. **Cooperação e solidariedade entre os grupos sociais**. p. 288
[672] Idem. p. 289
[673] Idem. p. 289
[674] Op. Cit. D'ARAUJO, Maria Celina (Org.). p. 501

Ao final, declarou que sempre serviria ao povo brasileiro e defenderia os seus interesses e desejou que a

> serenidade volte aos espíritos e todos se compenetrem das tremendas responsabilidades do momento". Não guardarei ódios nem prevenções pessoais. Os trabalhadores, os humildes, aos quais nunca faltei com o meu carinho e assistência – o povo, enfim, há de me compreender. E todos me farão justiça[675].

Em 31 de janeiro de 1951, Getúlio Vargas fez um pronunciamento como presidente eleito pelos brasileiros por meio de eleições diretas. Cargo que ocupou até 24 de agosto de 1954, quando se suicidou.

4.1.2.6 O último ano do governo Vargas e a Rádio Nacional

Em 1945, Gilberto de Andrade publicou no *Jornal do Commercio*, de 10 de agosto de 1945, um infográfico[676] apresentando a distribuição da programação semanal da Rádio Nacional, representando no Quadro 17, com a seguinte porcentagem:

Quadro 17: Distribuição da programação da Nacional do Rio de Janeiro em 1945

Gênero	**Porcentagem**
Música Variada	26,9%
Radioteatro	14,3%
Variedades	14,1%
Música Popular Brasileira	11%
Informativos e Crônicas	11%
Cultura física	9,9%
Programas de Auditório	4%
Programas Educativos	4,4%

[675] Op. Cit. D'ARAUJO, Maria Celina (Org.). p. 501
[676] Gilberto de Andrade, *Jornal do Commercio*, 10 de agosto 1945. In: Op. Cit. SAROLDI, Luiz Carlos; MOREIRA, Sônia Virgínia. p. 106

Música Clássica e semiclássica	4,4%

Fonte: Gilberto de Andrade, Jornal do Commercio, 10 de agosto de 1945.

Nesse mesmo jornal, quando a emissora estava comemorando o seu nono ano de existência, o ainda diretor, Andrade, divulgou o balanço da sua administração e apresentou os seguintes índices:

> Irradia 112 horas por semana, ou seja, 6.720 minutos, assim distribuídos os seus programas: música clássica e semiclássica, 300 minutos; informativos e crônicas, 740 minutos; música variada, 1.810 minutos; cultura física, 660 minutos; radioteatro, 960 minutos; música popular brasileira, 740 minutos; programas de auditório, 270 minutos; variedades, 940 minutos[677].

Depois de Vargas deixar o governo para exilar-se em São Borja (RS), em 16 de março de 1946, Gilberto de Andrade escreveu uma carta objetiva, com apenas três linhas, e entregou ao novo superintendente das Empresas Incorporadas ao Patrimônio das União, Leony de Oliveira Machado. Em dois dias ele foi exonerado, dando lugar ao coronel Hermenegildo Portocarrero, que ocupou o cargo de diretor da Nacional do Rio de Janeiro.

Calabre destaca que a emissora conquistou reconhecimento como a de maior audiência e alcance em todo o país na era do ouro da rádio por causa, principalmente,

> dos índices de popularidade e eficiência financeira atingidos, tornou-se, em especial no período compreendido entre 1945 e 1955, uma espécie de modelo que foi seguido pelas demais rádios em todo o país. Seu estilo de programação servia de base para a organização das concorrentes, até mesmo quando tentavam atrair a faixa de público que não se interessava pelos programas da Rádio Nacional[678].

Dessa maneira, a Rádio Nacional do Rio de Janeiro entrou numa outra fase, dentro do governo democrático que teve como presidente da República, Eurico Gaspar Dutra.

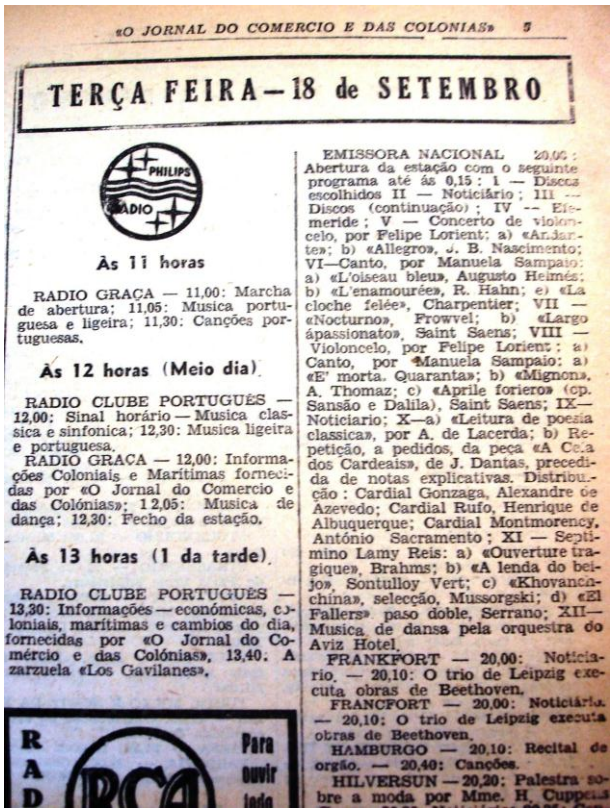
[677] Op. Cit. Gilberto de Andrade, Jornal do Commercio, 10 de agosto 1945. pp. 107-108
[678] Op. Cit. CALABRE, Lia p. 32

4.2 EMISSORA NACIONAL (1935)

A Emissora Nacional iniciou suas transmissões experimentais em 1933, com um emissor de 20 KW. No mesmo ano foi criada a nova Constituição que oficializou o início do Estado Novo, tendo como chefe de governo, com amplos poderes, António de Oliveira Salazar. Em 18 de setembro de 1934, quando começou a circular o suplemento *Rádio-Semanal*[679], que era encartado no *O Jornal do Comércio e das Colónias*, fundado em 1853, as primeiras programações da EN já eram noticiadas. Na edição de estreia, que continha o programa da semana (16 a 22 de setembro), as páginas 3, 4 e 5 têm informações sobre a emissora estatal ainda em período de testes, quando as irradiações iniciavam às 20 horas e encerravam às 00h15, com a seguinte grade: discos escolhidos, noticiário, discos, efeméride, concerto de violoncelo, por Felipe Lorient, canto por Manuela Sampaio, Nocturno, violoncelo, por Felipe Lorient, noticiário, leitura de poesia clássica por A. de Lacerda, Septimino Lamy Reis e música de dança pela Orquestra do Aviz Hotel.

A partir do suplemento desse jornal, os portugueses puderam acompanhar passo a passo a instalação da infraestrutura, a organização da programação e conhecer os profissionais da primeira equipe e das orquestras contratadas para trabalhar na nova estação.

[679] Rádio-Semanal começou a circular em 18 de setembro de 1934 e, consecutivamente, até 9 de setembro de 1939, quando ficou suspenso por causa da 2ª Guerra Mundial. Publicado aos sábados, circulava semanalmente com a programação das emissoras de Portugal, de alguns países da Europa e da América Latina, citando algumas rádios do Brasil, e continha matérias, entrevistas e informações sobre todos os temas que envolviam a radiodifusão.



«O JORNAL DO COMERCIO E DAS COLONIAS» 5

TERÇA FEIRA — 18 de SETEMBRO

PHILIPS RADIO

Às 11 horas

RADIO GRAÇA — 11,00: Marcha de abertura; 11,05: Musica portuguesa e ligeira; 11,30: Canções portuguesas.

Às 12 horas (Meio dia)

RADIO CLUBE PORTUGUÊS — 12,00: Sinal horário — Musica clássica e sinfonica; 12,30: Musica ligeira e portuguesa.

RADIO GRAÇA — 12,00: Informações Coloniais e Marítimas fornecidas por «O Jornal do Comercio e das Colónias»; 12,05: Musica de dança; 12,30: Fecho da estação.

Às 13 horas (1 da tarde)

RADIO CLUBE PORTUGUÊS — 13,30: Informações — económicas, coloniais, marítimas e cambios do dia, fornecidas por «O Jornal do Comércio e das Colónias», 13,40: A zarzuela «Los Gavilanes».

RCA Para ouvir

EMISSORA NACIONAL 20,00: Abertura da estação com o seguinte programa até ás 0,15: I — Discos escolhidos II — Noticiário; III — Discos (continuação); IV — Efemeride; V — Concerto de violoncelo, por Felipe Lorient: a) «Andante»; b) «Allegro», J. B. Nascimento; VI—Canto, por Manuela Sampaio: a) «L'oiseau bleu», Augusto Helmés; b) «L'enamourée», R. Hahn; c) «La cloche felée», Charpentier; VII — «Nocturno», Frowvel; b) «Largo ápassionato», Saint Saens; VIII — Violoncelo, por Felipe Lorient: a) Canto, por Manuela Sampaio: a) «E' morta. Quarantas»; b) «Mignon», A. Thomaz; c) «Aprile foriero» (op. Sansão e Dalila), Saint Saens; IX—Noticiario; X—a) «Leitura de poesia classica», por A. de Lacerda; b) Repetição, a pedidos, da peça «A Ceia dos Cardeais», de J. Dantas, precedida de notas explicativas. Distribuição: Cardial Gonzaga, Alexandre de Azevedo; Cardial Rufo, Henrique de Albuquerque; Cardial Montmorency, António Sacramento; XI — Septimino Lamy Reis: a) «Ouverture tragique», Brahms; b) «A lenda do beijo», Sontulloy Vert; c) «Khovanchina», selecção, Mussorgski; d) «El Fallers» paso doble, Serrano; XII—Musica de dansa pela orquestra do Aviz Hotel.

FRANKFORT — 20,00: Noticiario. — 20,10: O trio de Leipzig executa obras de Beethoven.

FRANCFORT — 20,00: Noticiário. — 20,10: O trio de Leipzig executa obras de Beethoven.

HAMBURGO — 20,10: Recital de orgão. — 20,40: Canções.

HILVERSUN — 20,20: Palestra sobre a moda por Mme. H. Cuppens

Figura 10: Programação da Emissora Nacional em 1938
Fonte: Reprodução da Rádio-Semanal, de 18 de setembro de 1938. Página 5

Na edição de 22 de setembro, é publicada uma foto inédita da Emissora Nacional em Barcarena, instalada a 18 quilômetros de Lisboa, e que tinha 476,9 metros de altura com uma freqüência de 629 KCs e uma potência de 20 KWs. Na semana seguinte, o suplemento apresenta a sala de controle da Emissora Nacional em Barcarena. Em 13 de outubro, um anúncio informava os leitores e ouvintes sobre a suspensão, por duas semanas, das transmissões por causa das obras nos estúdios, situados na rua do Quelhas, colocando no ar, em algumas horas, apenas um pequeno programa de discos e um noticiário. Neste mesmo exemplar, na página 13, foi publicada uma foto com a seguinte legenda: “Uma das torres da Emissora Nacional. Em Barcarena que leva toda música e a voz de Portugal”.

Em 10 de novembro, a capa da *Rádio-Semanal* divulga a fotografia de um amador, Lopes Vieira, sobre as transmissões da Emissora Nacional do Festival Aéreo. A legenda descreve o locutor Fernando Pessa, à esquerda, com microfone portátil no pescoço; o capitão-aviador Caldeira Pires, responsável pela parte técnica; e o ajudante com o microfone”.



Figura 11: Jornalista Fernando Pessa em entrevista pela EN
Fonte: Reprodução da capa da Rádio-Semanal,
de 10 de novembro de 1934.

Na semana seguinte, em 17 de novembro, o suplemento apresenta na capa “Aurea Rodrigues uma das locutoras da Emissora Nacional cuja voz já se tornou bem conhecida dos radiófilos portugueses”. E na edição de 24 de novembro, ganharam destaque com foto e legenda: “Os corpos corais da Emissora Nacional, que tem actuado com brilho em várias emissões”; e “Os palhaços Wilo e Nino que têm actuado ao microfone da Emissora Nacional”, nas páginas 12 e 13.

Em 1º de dezembro, uma matéria na primeira página estampou o retrato do ministro das Obras Públicas e Comunicações, Duarte Pacheco, apontado como o responsável pela construção da Emissora Nacional. O engenheiro é elogiado pelas “nobilíssimas e valiosíssimas obras” e por prestar um bem à nação. Na página 5, uma matéria descreve como funcionam os estúdios, o microfone, as linhas telefônicas, as cabines, a energia e os telefones usados pelos locutores que trabalhavam em coberturas externas. Em 8 de dezembro, nas páginas 4 e 5, a *Rádio-Semanal* abre espaço para a entrevista intitulada “Acerca do Programa Artístico e Cultural da Emissora Nacional pelo Sr. dr. António Joyce”, o diretor artístico da Emissora Nacional e apresenta alguns integrantes da emissora como

Ivo Cruz, maestro da Orquestra de Música de Camara; Silva Tavares, da seção literária; Reis Santos, da seção de programas; Ruy Coelho, da seção de música portuguesa; José Morais Pereira, adjunto diretor artístico e encarregado dos estúdios; Wenceslau Pinto, maestro da Orquestra Sinfônica B; Carlos Queiroz, da seção de cultura geral; Francisco Heredia, da seção de expediente; José da Rosa, da seção musical; Mota Pereira, da seção musical; e Pedro de Freitas Branco, maestro diretor da Orquestra da Emissora Nacional.

No primeiro semestre do ano de 1935, o encarte do *O Jornal do Comércio e das Colónias* manteve espaços de destaque para a Emissora Nacional, ainda em fase experimental, mas com diferentes programas no ar que incluíam música de discos, concerto, noticiário, dentro dos horários de irradiação, das 12 às 14 horas, e depois das 20 às 24 horas.

Em 11 de janeiro, a EN retransmitiu a inauguração da Assembleia Nacional e a reportagem no suplemento elogia a técnica da transmissão desde a saída do Palácio de Belém do presidente da República, general Óscar Carmona, ao lado do chefe de Estado, António de Oliveira Salazar. Essa cobertura pode ser citada como o primeiro uso político da rádio estatal, sem ainda estar oficialmente no ar. Segundo a matéria, a estação contou com o auxílio da Companhia de Telefones e, sob a direção do engenheiro Manuel Bivar, conseguiu montar cinco linhas simultâneas, que foram os cinco pontos de reportagem, instalados em locais estratégicos para acompanhar o cortejo. A cobertura foi realizada pelos locutores A. Pereira, A de Lancastre, Lopes Vieira, Carlos Ribeiro e Fernando Pessa, que na abertura da cerimônia declarou aos ouvintes:

> Nesta vastíssima e imponente sala, vai desenrolar-se dentro em pouco um acontecimento do maior interesse público – a abertura solene da Assembleia Nacional – ponto inicial do trabalho dumas dezenas de portugueses competentes e esforçados, em quem a Nação acaba de confiar, dando-lhes poderes para continuar a obra da Revolução Nacional, isto é, do ressurgimento do nosso País. A Emissora Nacional procurando dar-vos a mais detalhada descrição de tão grande acontecimento, dispôs nessa sala, por forma a que tudo vos transmitam, vários dos seus repórteres... repórteres do éter[680].

[680] *Rádio-Semanal*, encarte do O *Jornal do Comércio*, de 19 de janeiro de 1935. p. 23


COMO A
A SOLEN
MISSORA NA
INAUGURAÇÃ
ASSEM
SALA DE CONTROLE EM

Figura 12: Inauguração da Assembleia Nacional
Fonte: Reprodução da Rádio-Semanal de 19 de janeiro de 1935.
Página 12. Na foto estão Óscar Carmona e António de Oliveira Salazar.

Na locução também se sobressaiam como as vozes femininas e oficiais da emissora: Maria de Resende e Áurea Rodrigues.

Em junho, o novo diretor da Emissora Nacional, o capitão Henrique Galvão, é apresentado aos leitores com uma foto na capa. E na página 2 do encarte a seguinte informação:

> Foi nomeado e já tomou posse do cargo de Director da Emissora Nacional o Sr. capitão Henrique Galvão. O oficial do Exército dos mais briosos e distintos, espírito cultíssimo, autor de trabalhos que alcançaram merecidamente grande êxito, conta, na sua folha de serviços ao país, entre outras realizações de vulto, a I Exposição Colonial, trabalho brilhante e grandioso. Rádio-Semanal vê com satisfação que a Emissora Nacional está em mãos de um dirigente que, por certo, o fará progredir e melhorar, para seu maior prestígio seu e da Nação, ao sr. capitão Henrique Galvão os nossos cumprimentos[681].

Galvão é uma figura singular e teve uma rápida passagem durante o Estado Novo, apesar de ter participado do Golpe Militar em 28 de Maio de 1926, quando era jovem tenente do Exército, e depois, em 12 de agosto de 1927, fazer parte da tentativa de golpe de Estado, conhecido por Golpe dos Fifis porque era liderado por Filomeno da Câmara e Fidelino Figueiredo. Por causa disso, é deportado, em 15 de novembro, para Angola. Em terras africanas, fica incomodado com a pobreza e

[681] Op. Cit. Edição de 15 de junho de 1935. p. 2

critica aqueles que nada fazem para melhorar a vida nas colônias. Dois anos depois, em 1929, Galvão regressa a Lisboa e, no ano seguinte, com 35 anos, faz elogios à administração financeira de Salazar, então presidente do Conselho de Ministros.

Em 1935, Salazar o indica para deputado e sua bandeira é a "reorganização da educação física nas escolas[682]". E é quando está dirigindo a Agência Geral das Colónias que o ministro Duarte Pacheco o escolhe para assumir a direção da EN. Salazar não gosta do acúmulo dos dois empregos e sugere a Galvão escolher um.

Galvão assume o cargo na rádio estatal e toma decisões que nem sempre agradam o governo e os radófilos. Ele verifica, por exemplo, que "a maior parte do orçamento é desperdiçada no pagamento de sete orquestras privativas, criadas desde o período experimental da Emissora, em 1933. E esta despesa ruinosa e pouco racional obriga-o a despedir maestros e músicos, uma decisão que lhe valerá a acusação de 'vulgaridade popular[683]".

[682] CASTRO, Pedro Jorge. **O inimigo nº 1 de Salazar. Henrique Galvão, o líder do assalto ao Santa Maria e do sequestro de um avião da TAP**. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2010. p. 191
[683] Idem. pp. 192-193



2 «O JORNAL DO COMERCIO E DAS COLONIAS»

Capitão Henrique Galvão

Foi nomeado e já tomou posse do cargo de Director da Emissora Nacional o sr. capitão Henrique Galvão. Oficial do Exercito dos mais briosos e distintos, espirito cultissimo, autor de trabalhos que alcançaram merecidamente grande exito, conta, na sua folha de serviços ao País, entre outras realizações de vulto, a I Exposição Colonial, trabalho brilhante e grandioso.

«Radio-Semanal» vê com satisfação que a Emissora Nacional está em mãos de um dirigente que, por certo, a fará progredir e melhorar, para maior prestigio seu e da Nação. Ao sr. capitão Henrique Galvão os nossos cumprimentos.

Figura 13: Diretor da EN, capitão Henrique Galvão
Fonte: Reprodução da Rádio-Semanal, 15 de junho de 1935. Página 2.

Quinze dias antes da inauguração da nova rádio, Galvão concede uma extensa entrevista à *Rádio-Semanal*, de 13 de julho, cujo título na capa é "O director da Emissora Nacional Capitão Henrique Galvão afirma-nos que sabe o que vai fazer dentro de uma ordem". E nas páginas centrais, 12 e 13, dá detalhes sobre os principais postos de caráter administrativo, artístico e cultural que a emissora vai colocar em prática.

Em 20 de julho, o suplemento anuncia que a rádio será inaugurada em 1º de agosto com uma programação festiva semanal e salienta que vai servir a Portugal com um "vasto programa cultural, artístico e recreativo[684]". E a edição de 27 de julho é praticamente ocupada por todas as informações que envolvem a inauguração da rádio estatal, como a programação desde o primeiro dia oficial até

[684] *Rádio-Semanal*, encarte do O *Jornal do Comércio*, de 20 de julho de 1935. p. 2

7 de agosto, sobre os dirigentes, locutores e técnicos e descrição dos estúdios e demais instalações. Na capa, uma foto-legenda estampa as três vozes da estação: Aurea Rodrigues, Maria de Rezende e Fernando Pessa. Na página 3, a matéria intitulada "Programa oficial da inauguração da Emissora Nacional", é ilustrada com fotos do general Carmona e primeiro-ministro Salazar.


Programa oficial da inauguração da Emissora Nacional

GENERAL CARMONA

QUINTA-FEIRA, 1 DE AGOSTO

Dr. OLIVEIRA SALAZAR

Figura 14: Programação oficial da inauguração da EN
Fonte: Reprodução da Rádio-Semanal, de 27 de julho de 1935. Página 3 com a Programação festiva e fotos de Carmona e Salazar.

O conteúdo da página é o programa oficial de inauguração da Emissora Nacional. Para a quinta-feira, 1º de agosto de 1935, a grade previa:

> 11,00 horas – S. Exº presidente da República, Sr. General Oscar de Fragoso Carmona, membros do governo e demais entidades visitam a estação da emissora, construída no alto de Quelhas em Barcarena. Publicamos nas demais páginas centrais a descrição técnica da estação de Barcarena.
> 11,25 – Sr. Exº presidente da República põe a estação a funcionar, iniciando-se a retransmissão de um certo de carrilhões de Mafra [...]
> 12,15 horas – Ao microfone da Emissora Nacional dirão algumas palavras os srs. General Carmona, Dr. Oliveira Salazar, engenheiro

> Duarte Pacheco, Dr. Silvestre Bessa, engenheiro Couto dos Santos e capitão Henrique Galvão. [...]
> 13,00 – Retirada de S. Exª. O Presidente da República. Nessa ocasião será executado por uma Banda Militar e retransmitido pela Emissora Nacional, o Hino Nacional.
> 13,10 – No estúdio grande da Emissora Nacional uma Banda Militar dará um concerto. [...]
> 13,50 – "Um ano de experiência radiofônica", palestra por Armando Nogueira. [...]
> 14,00 – Concerto pela "Orquestra Portuguesa", sob regência do maestro Frederico de Freitas.
> 14,30 – Estado Novo – Repetição duma reportagem radiofônica, realizada pela Emissora Nacional durante o seu período experimental: lançamento de uma das unidades da Marinha de Guerra – Palavras de Salazar[685].

Na sequência da programação inaugural, às 15h20, foi ao ar "A Hora do Recreio", um programa infantil do grupo de locutores do jornal *O Senhor Doutor*. Às 16 horas a emissora abre espaço para as palavras do engenheiro Manuel Barjona; às 16h30, para canções interpretadas por Martinho Severo; às 17 horas, para *A Hora do Chá*, com música em estilo ligeiro. Já na página 4 do exemplar, seguem os seguintes programas: às 19h40 com a transmissão do Diário da Emissora Nacional, um noticiário nacional e internacional; das 20 ás 20h15, uma palestra humorística por Mario Marques, *A Telefonia e o Humanismo*; às 22 horas, outra palestra *A Radio-telefonia e o Estado*, pelo doutor Cristiano de Sousa. Neste dia de comemorações, a EN encerrou suas irradiações às 3 horas da madrugada.

No dia seguinte, sexta-feira, 2 de agosto, a programação era a seguinte:

> 12,00 – Abertura da estação – Música ligeira
> 12,30 – Diário da Emissora Nacional – Música Clássica
> 13,00 – "A Telefonia e a Criança" – Palestra por Irene Lisboa. Música popular portuguesa
> 13,30 – Estado Novo – Música de dança.
> 14,00 – Fecho da estação.
> 19,00 – Reabertura da estação – Trechos de ópera, alternados com solos de violino e piano.
> 19,55 – Diário da Emissora Nacional – Música Popular
> 20, 25 – Cotações da Bolsa de Lisboa. Continuação da Música Popular.
> 20, 50 – "A telefonia e a crítica", pelo Dr. Pedro de Moura e Sá [...]
> 22,00 – Estado Novo. Continuação do Concerto pela Orquestra de Salão.
> 23,30 – Sinal Horário. Diário da Emissora Nacional. Música clássica.

---

685 *Rádio-Semanal*, encarte do O *Jornal do Comércio*, de 27 de julho de 1935. p. 3

24,00 – Fecho da Estação[686].

Na grade dos primeiros sete dias de funcionamento oficial, a Emissora Nacional apresenta, na verdade, os principais tipos de programas que os ouvintes iriam acompanhar nos próximos 15 anos, período de delimitação dessa pesquisa, com muita música, palestras sobre radiodifusão, política nacional e internacional, economia, cultura e noticiários.

Assim que entrou no ar oficialmente, em 4 de agosto de 1935, a EN procurou acompanhar todos os momentos importantes do regime ditatorial, do Estado Novo. A partir da sua inauguração, a nova rádio transmitia com nove horas diárias, nos horários de 12 às 14 horas e das 17 às 22 horas. A programação continha música clássica, gravada ou executadas ao vivo pelas orquestras privadas da emissora. Havia espaço, também, para palestras, noticiários e programas infantis.

A Emissora Nacional também abria espaço para programas voltados para a antiga colônia, o Brasil, e para as demais colônias que mantinha naquela década, como o *Hora da Saudade*, que será detalhado no sub-capítulo que irá abordar os tipos de programas.

Na semana seguinte, a *Rádio-Nacional* relatou todos os pormenores da inauguração da EN, com informações e fotos na capa e nas páginas centrais, que tem como título “O Sr. Presidente da República inaugurou oficialmente a Emissora Nacional”. A matéria inicia dizendo que agora Portugal tem inaugurada oficialmente a Emissora Nacional e, assim, o país ficou representado entre todos os países que já há anos inauguraram os seus serviços de emissão radiofônica.

[686] Op. Cit. *Rádio-Semanal*, encarte do O *Jornal do Comércio.* p. 4



O Sr. Presidente
inaugurou oficialmen
Emissora
Naciona

Figura 15: Notícia sobre a inauguração da Emissora Nacional
Fonte: Reprodução da Rádio-Semanal de 10 de agosto de 1935. Páginas 12 e 13, centrais.

Santos lembra que quando a nova estação começou a operar, alguns agentes sociais da área da radiodifusão se destacaram:

> Luis Couto dos Santos (AGCT, Administração-Geral dos Correios e Telégrafos), Henrique Galvão (diretor da Emissora Nacional em 1935), António Ferro (director do Secretariado de Propaganda Nacional e nomeado director da Emissora Nacional em 1941) e Fernando Homem Cristo (comissário político na Emissora Nacional em 1934-1935)[687]".

Estes agentes sociais comprovam, explica Santos, a dependência orgânica da emissora aos Correios, de 1934 a 1939.

A fim de que a programação fosse profissional, o "ministro das Obras Públicas e Comunicações nomeou uma comissão administrativa artística e organizadora dos programas, sob a presidência de António Joyce, a 1 de Julho de 1934[688]". No mesmo período também foram nomeados o diretor técnico, Manuel Bivar, e o responsável pela área financeira, Jorge Braga. Assim a comissão administrativa começou a organizar alguns programas regulares e a orquestra sinfônica, sob a regência do maestro Pedro de Freitas Branco.

---

[687] SANTOS, Rogério. **As vozes do Rádio (1924-1939).** Lisboa: Editorial Caminho, 2005. pp. 139-140

[688] Idem. p. 141

Vale registrar que em 1935, quando a Emissora Nacional foi inaugurada, existia apenas um aparelho para cada 150 habitantes e a emissora anuncia então que

> a distribuição em larga escala de rádios a preços modestos para as classes mais pobres, suscitando o receio dos importadores, perante esta concorrência do Estado. Galvão chega a usar o Boletim da Emissora para acalmar os comerciantes[689]".

O diretor da rádio explicou que a grande procura pelos carros, assim que surgiram, também ocorreria com os receptores.

De acordo com Santos, no final de década de 1930, a EN tinha 85 músicos, distribuídos em cinco orquestras, configurando assim a importância que a emissora estatal dava à música erudita portuguesa. Os programas mais populares, nos primeiros anos, foram *O Senhor Doutor* e *Meia Hora de Recreio*. Desde o início, a rádio teve um noticiário, inicialmente apresentado com formalidade e com um contéudo similar ao que era feito nos jornais.

Mas, os informativos, explica Ribeiro, não eram considerados prioridade. Era mais importante que o conteúdo contribuisse para a formação da identidade nacional. Galvão enfatizava que na estação não seriam permitidas descontrações e era exigido um tom formal e rígido, mesmo quando são irradiados os fados dos restaurantes. Ele sugeriu ao locutor Fernando Pessa (que depois vai para a Rádio Clube Português) que evitasse familiaridades ao falar ao microfone.

Galvão também mantinha Salazar informado sobre praticamente todos os conteúdos da emissão com antecedência.

> Galvão controla o tom político da informação, ocultando tudo o que seja favorável ao regime, presta contas directamente ao ditador sobre as notícias que lhe desagradam e submete as palestras à sua apreciação antes de irem para o ar – acontece até, por exemplo, com uma intervenção de Humberto Delgado, que nesta altura é ainda um fiel salazarista[690].

É importante destacar também que Henrique Galvão permanece como diretor da EN até 1940, quando é exonerado do cargo "por não merecer a

[689] Op. Cit. CASTRO, Pedro Jorge. p. 194
[690] Idem. p. 194

confiança do governo[691]", por causa de diversas desavenças com Salazar e com o ministro das Obras Públicas, Duarte Pacheco. Depois desses episódios e sua saída de rádio estatal, Galvão se distancia do regime, em 1950 deixa a União Nacional e, em seguida, torna-se um dos maiores inimigos políticos de Salazar.

A Emissora Nacional fazia transmissões ao vivo e incentivava as produções artísticas. Desde que foi criada, era nítido que existia uma colaboração entre a rádio, a União Nacional e o Secretariado da Propaganda Nacional (SPN).

Em 1936, quando a revolução completava dez anos, a EN lançou os *Jogos Florais*, possibilitando que os ouvintes concorressem a prêmios participando de modalidades como o de poesia nacionalista. Neste mesmo ano, o controle político foi fortalecido, significando que até a leitura dos noticiários deveria ter um tom sóbrio. As palestras sobre religião, literatura, história, política e arte também eram produções frequentes. As palestras políticas que ia ao ar faziam apologia ao Estado Novo.

Em 1938, a transmissão ao vivo de futebol, nos domingos, e as conversas entre Fernando Pessa e Teodósio Cabral, sobre temas que ligassem as colônias à metrópole, foram algumas das principais inovações na programação da EN. Além disso, as emissões dos quatro noticiários

> passaram a ser transmitidos sempre à meia hora (12h30, 18h30, 19h30 e 22h30). As palestras e outros programas falados no âmbito da informação foram organizados por temas, sendo que as críticas, actualidades e revistas de imprensa eram transmitidas sempre às 13 horas; as palestras consideradas de vulgarização às 20h30; e as palestras de fundo, essencialmente sobre política, religião e economia, às 21 horas[692] .

Em conjunto com uma programação que continha "música clássica, gravada ou executada ao vivo pelas orquestras privadas da emissora, e ainda com palestras, noticiários e programas infantis[693]", sempre houve uma preocupação com o "pensamento político radiofónico[694]", muito bem controlado por António Ferro, Henrique Galvão e Fernando Homem Cristo que "desempenhou o papel de

[691] Op. Cit. CASTRO, Pedro Jorge. p. 198
[692] Op. Cit. RIBEIRO, Nelson. p. 17
[693] Idem. p. 121
[694] Op. Cit. SANTOS, Rogério. p. 146

comissário político da Emissora Nacional num curto espaço de tempo[695]", entre final de 1934 e parte da Primavera de 1935. Foi ele, por exemplo, que escreveu:

> A criação do novo serviço Político obedece ao pensamento de que, num Estado autoritário, um posto Nacional de radiodifusão deve ser um meio de cultura e um instrumento de acção política, e de que esta segunda finalidade não é menos importante que a primeira[696].

Para Homem Cristo, era presumível que a EN destinasse parte da sua programação para propaganda do Estado Novo e com conteúdo ideológico. No documento escrito em 19 de abril de 1935, ele salientava ainda que esta propaganda poderia ser direta e indireta e estar inserida no assuntos de literatura, de cultura e de informação. Também Henrique Galvão afirmava nas entrevistas a importância da rádio para "a propaganda no estrangeiro e nas colónias ultramarinas[697]", com um instrumento para divulgar a cultura, internamente no país, e para aumentar seu prestígio entre os demais países.

Segundo Ribeiro, 1940 começou com a transmissão em Ondas Médias e Ondas Curtas das palavras do Chefe de Estado, Óscar Carmona, aos portugueses sobre a comemoração dos oito séculos da nação, reforçando a necessidade da continuidade de uma história gloriosa. Já em fevereiro, "a propaganda dos Centenários foi intensificada com a transmissão de entrevistas trissemanais a personalidades designadas pelo presidente da Comissão Administrativa[698]" e a inclusão de informações especiais sobre os centenários nos noticiários da emissora, sempre reforçando que Portugal estava comemorando oito séculos de história. Ribeiro enfatiza que 1940 foi caracterizado pela exaltação nacional e reforço da propaganda interna do regime, em função das dificuldades que a população estava sofrendo por causa da 2ª Guerra Mundial.

Outro acontecimento que marcou 1940, foi a declaração do Ministro das Finanças, Oliveira Salazar, nos microfones da EN, "em horário nobre, sobre a conversão da dívida externa[699]". Esta exposição, assim como as demais crônicas e palestras, procuravam explicar como o Governo estava trabalhando para resolver

---

695 Op. Cit. SANTOS, Rogério. p. 146
696 Arquivo Couto dos Santos, Fundação Portuguesa das Comunicações. In: SANTOS, Rogério. p. 147
697 Op. Cit. RIBEIRO, Nelson. p. 121
698 Idem. p. 193
699 Idem. p. 196

os problemas financeiros e para reforçar a "ideia de que Portugal era o único oásis na Europa, por não se encontrar em guerra; não havia nada a temer, pois apesar das dificuldades, Salazar sabia escolher o melhor rumo para a nação portuguesa[700]".

De acordo com Cristo,

> o regime serviu-se da rádio assim como a rádio se serviu do regime como forma garantida de crescer e se expandir. Maioritariamente oficial e/ou oficiosa, a rádio portuguesa, constituída pelas ondas hertezianas de aquém e de além mar, nascida e criada no contexto do salazarismo, estava também inserida nos condicionalismos sócio-político e económicos do regime[701].

Cristo ainda salienta que no período do Estado Novo, as rádios privadas Renascença e Clube Português concorreram entre sí e também concorreram com a emissora oficial do governo, a Emissora Nacional. O rádio em Portugal também foi controlado por meio da censura e de exames prévios dos textos que seriam transmitidos. Cordeiro também faz menção a este momento onde o regime político era autoritário e mantinha um "serviço de censura prévia às publicações periódicas, emissões de rádio e de televisão de publicações não periódicas nacionais e estrangeiras, velando permanentemente pela pureza doutrinária das ideias expostas e pela defesa da moral e dos bons costumes[702]". Entre o rádio e o poder político havia uma relação de "manipulação da opinião pública em defesa dos valores proclamados pelo Estado Novo[703]".

Segundo Cordeiro, a rádio serviu como um "aparelho técnico e discursivo ao serviço dos interesses de poder, e um instrumento para a legitimação da ditadura[704]". Cabia ao Estado distribuir as frequências às emissoras, o que lhe dava segurança e maior controle. Por isso, a programação mantinha no ar, principalmente, programas de entretenimento a fim de distrair os portugueses dos verdadeiros problemas que afetavam a nação.

---

[700] Op. Cit. RIBEIRO, Nelson. p. 197
[701] CRISTO, Dina. **A rádio ao tempo de Salazar e Caetano – censura, propaganda e resistência**. p. 9
[702] CORDEIRO, Paula. **A Rádio em Portugal: um pouco de história e perspectivas de evolução.** p. 2
[703] Idem. p. 2
[704] Idem. p. 2

4.2.1 Programação

A proposta nesta etapa da pesquisa é analisar a programação da Emissora Nacional destacando, principalmente, os programas com conteúdos propagandísticos de questões políticas, sociais, econômicas e culturais que permeavam o Estado Novo de Portugal, no período em que a rádio estatal entrou no ar oficialmente, em 1º de agosto de 1935, até 1945, delimitação dessa tese. É necessário ressaltar que essa mesma estação e esse mesmo período também foram pesquisados por Ribeiro, para a sua dissertação de mestrado, publicada em livro em 2005. Por causa disso, as informações do banco de dados criados pelo professor e investigador português serão utilizadas e servirão para balizar esta escrita sobre os programas existentes.

Entre agosto de 1935 e julho de 1936, a música gravada predominava em horas na programação. Em segundo lugar estava a música ao vivo, como os concertos organizados na rádio. E um espaço muito parecido é dado às emissões faladas, como noticiários, palestras, crônicas e conferências. Nos quadros abaixo, pode-se observar em detalhes essas diferenças:

Quadro 18: Programação do ano de 1935

Tipo de programação (%)	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
Música gravada	64,6%	73,1%	70%	56,8%	61,9%
Música ao vivo	17,7%	15,1%	15,9%	29,5%	23%
Programas falados	17,7%	11,8%	14,1%	13,7%	15,1%

Fonte: RIBEIRO, Nelson. A Emissora Nacional nos primeiros anos do Estado Novo: 1933-1945. Lisboa: Quimera Editores, 2005.

O Quadro 18 mostra uma comparação dos programas, organizados em três tipos, nos primeiros cinco meses de existência oficial da EN. Nota-se que a predominância na programação é de música tocada a partir de discos e a música ao vivo, que está em segundo lugar na grade, sempre ocupa um espaço maior do que os programas falados, com exceção de agosto de 1935, quando a porcentagem é a mesma para os dois tipos. É importante ressaltar que houve redução das orquestras privadas e demissão de alguns maestros, contratados pela

rádio ainda na fase experimental, uma decisão tomada pelo diretor Henrique Galvão a fim de diminuir os gastos. Consequentemente, a EN foi obrigada a optar pela fonografia, apesar das críticas dos ouvintes e radófilos que viam nessa decisão a vulgarização da música.

Ribeiro também faz a mesma comparação entre esses tipos de programas nos primeiros seis meses de 1936:

Quadro 19: Programação no ano de 1936

Tipo de programação (%)	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho
Música gravada	57%	51,2%	53,4%	45,5%	55,2%	54,9%	56%
Música ao vivo	24,6%	27,2%	30,4%	32,5%	25,2%	28,9%	27,8%
Programas falados	18,4%	14,6%	16,2%	22%	19,6%	16,2%	16,2%

Fonte: RIBEIRO, Nelson. A Emissora Nacional nos primeiros anos do Estado Novo: 1933-1945. Lisboa: Quimera Editores, 2005.

Percebemos no Quadro 19 que a porcentagem de programa com música gravada cai em relação ao semestre do ano anterior, variando entre 57% e 45,5%, numa média de 50%. E a música ao vivo cresce, chegando em abril a ocupar 32,5% da programação total. Também os programas falados ganharam mais espaço, alcançando o índice de 19,6% em maio.

Ainda em março de 1936, a emissora, em parceria com a revista juvenil feminina *Joaninha*, que era um suplemento do jornal *O Século*, criou o programa *Meia Hora de Recreio para Raparigas*. A responsabilidade da primeira coube as alunas do Liceu D. Filipa de Lencastre e a primeira edição teve lição de educação física, declamação de poesia e música. O segundo programa contou com a presença da escritora Maria Lamas que convidou os jovens a escreverem para a redação do *Joaninha* a respeito do conteúdo das transmissões e sugerindo assuntos para serem abordados. Mas as recitações e as leituras ocupavam outros espaços e eram destaques na emissora. Escritores como Augusto de Santa Rita e Silva Tavares recitaram poemas de sua autoria. E, segundo Ribeiro, os ouvintes escutaram a recitação de poemas de nomes conhecidos da literatura portuguesa como “Almeida Garret, Alexandre Herculano, Cesário Verde, Camilo Pessanha,

Bernardim Ribeiro, Pe. António Vieira, Florbela Espanca, Antero de Quental, Júlio Diniz, Camilo Castelo Branco e Eugénio de Castro, entre outros[705]".

Outros tipos de programas irradiados nesse ano foram sobre a propaganda das terras portuguesas, com destaque às tradições populares e o turismo do país, produzido pela Sociedade de Propaganda Nacional, e o programa Efemérides, que valorizava as datas mais relevantes da história de Portugal. Era um jeito de fortalecer os valores da cultura.

A música erudita também foi incentivada e sempre que era possível, a Orquestra Sinfônica da Emissora Nacional realizava apresentações externas, irradiadas para os ouvintes. Também o teatro recebia atenção e a primeira peça transmitida foi a comédia *O Pai da Menina*, da companhia Amélia-Rey Colaço, em 3 de agosto de 1936, encenada no Teatro Nacional. A rádio transformou-se assim num

> forte veículo de divulgação das produções artísticas, tendo servido como um impulso para o desenvolvimento de trabalhos de autores, encenadores e músicos que António Ferro, entretanto, procurava também apoiar através do seu Secretariado da Propaganda Nacional[706].

No início de 1936, a rádio diversificou a oferta de programas musicais irradiados ao vivo, e incluiu na programação vários concertos de orquestras, bandas e quintetos. Tanto que nos primeiros meses, eram transmitidos, duas vezes por semana, fados e guitarradas, a partir do Retiro da Severa, uma casa de fados de Lisboa.

Nos programas informativos, eram divulgadas as cotações da bolsa e o diário do governo. A apresentação tinha que ser formal, e, segundo Ribeiro, não havia a preocupação de contextualizar os acontecimentos e dificilmente eram "compreendidos pelo cidadão comum, desprovido de meios que lhe permitissem estabelecer as inter-relações entre os diversos acontecimentos e, portanto, incapaz de entender a importância das notícias transmitidas[707]". Esses noticiários, na verdade, eram dirigidos a uma elite que acompanhava os assuntos que dominavam a vida política. Os informativos não eram prioridade e a maior preocupação era

[705] Op. Cit. RIBEIRO, Nelson. pp. 124-125
[706] Idem. p. 127
[707] Idem. p. 125

com o conteúdo que deveria estar de acordo com as ideias do Estado Novo. Os locutores e colaboradores da EN tinham que ter a aprovação prévia do diretor Galvão.

Para Galvão, a emissora tinha um papel importante na sociedade e "deveria contribuir para o desenvolvimento cultural do país e para a construção de uma identidade nacional[708]". Nos planos dele estavam, por exemplo:

> a) Estabelecimento duma colaboração íntima e activa com o Secretariado de Propaganda Nacional e com a União Nacional. b) Instalação de alto-falantes nas fábricas e oficinas. c) Organização da palestras para estudantes sob orientação do Ministério da Instrução Pública. d) Abertura de concursos de música, poesia portuguesa e de bandas[709].

Também estavam previstos a organização de uma série de palestras sobre arte e dirigidas aos operários, o aumento da potência de transmissão das Ondas Médias e a instalação de uma estação de Ondas Curtas. Segundo o diretor, a Emissora Nacional não tinha sido criada "para servir um ou meia dúzia. E daí a necessidade de aproximar-se, nos seus programas, de forma que possa corresponder à utilidade e prazer, todos considerados em média. Os de bom senso compreenderão – os outros nunca compreendem[710]". Dessa maneira ele informava aos leitores do primeiro boletim escrito que a estação estava em processo de estruturação, sendo praticamente impossível agradar a todos.

As reportagens também integravam a programação da estação e um dos primeiros repórteres foi Fernando Pessa, que acompanhou diversos momentos do país e fez transmissões ao vivo, como a sexta volta a Portugal em bicicleta e o Campeonato Nacional de Remo.

Em 21 de fevereiro de 1936 foram lançados os *Jogos Florais*, um gênero de programa organizado para marcar os dez anos da Revolução nacional, e que tinha um cunho cultural. Os interessados podiam participar do concurso em várias categorias, como poesia e prosa, e o conteúdo tinha que valorizar os aspectos da nacionalidade portuguesa. A comissão de honra da primeira edição foi presidida pelo presidente da República Óscar Carmona e o júri foi composto pelo presidente da Emissora Nacional, Henrique Galvão; poeta e escritor, Acácio de Paiva;

---

[708] Op. Cit. RIBEIRO, Nelson. p. 126
[709] GALVÃO, Henrique. **Boletim da Emissora Nacional**. Número 1. Agosto de 1935. p. 11
[710] Idem. p. 12

professor da Faculdade de Letras, Agostinho de Campos; diretor do Secretariado da Propaganda Nacional, António Ferro; e membro da comissão Executiva de Programas da Emissora Nacional, Pestana Reis. A entrega dos prêmios aos vencedores aconteceu na data de comemoração da revolução, em 28 de maio.

4.2.2 Programas políticos, palestras e conferências

No período de 1935 a 1945, a maior parte da programação da Emissora Nacional era composta por música. No entanto, diferentes programas como os políticos, as palestras e as conferências complementavam a grade. Entre janeiro e fevereiro de 1936, por exemplo, a estação transmitiu um ciclo de palestras militares, denominado *Defesa do Império*, produzido pela revista *Defesa Nacional*. Entre eles estavam o capitão Henrique Galvão e o capitão-aviador Humberto Delgado, que mais tarde se tornou dissidente do regime e tornou-se o inimigo número um de Salazar. Conforme Ribeiro, apenas Delgado difundiu 53 palestras.

Ainda em 1936, a EN abriu espaço para as "manifestações anticomunistas que se realizaram em Lisboa e no Porto, e onde alguns milhares de trabalhadores aclamaram o Estado Novo e o Governo, repudiando qualquer idéia que não seja a de manter a Ordem, a Paz e a Disciplina[711]". Ribeiro destaca que, pela primeira vez, o comício de Lisboa foi transmitido pela primeira vez em Portugal pelas emissoras de Ondas Curtas da Emissora Nacional e de Ondas Médias e retransmitido por outras estações como Rádio Clube Português, Sonora Rádio, Rádio S. Mamede e Rádio Renascença.

Além das palestras, observa Ribeiro, a rádio estatal contava com diversas "personalidades altamente ligadas ao regime, que proferiam alocuções elogiando a figura de Oliveira Salazar e defendendo as políticas que estavam a ser implementadas pelo Governo[712]". Eram os espaços radiofônicos dedicados á defesa do ideário do Estado Novo, sendo que alguns foram transcritos para os livros de *Discursos e Notas Políticas*, em alguns jornais e revistas como *Rádio-Semanal* e *Rádio Nacional*.

Os elogios a Salazar eram comuns na rádio e eram sempre pronunciados por diversas personalidades ligadas ao regime, como os ministros. Ribeiro exemplifica o discurso de Duarte Pacheco, quando reassumiu o cargo na Pasta das

[711] Revista *Rádio-Semanal* de 5 de setembro de 1936. In: RIBEIRO, Nelson. p.147
[712] Op. Cit. RIBEIRO, Nelson. p. 167

Obras Públicas e Comunicações, em 25 de maio de 1938. Na ocasião, ele elogiou o chefe de governo por causa de sua devoção patriótica e por ter implementado um programa de governo que reconstituiu a situação econômica do país.

Além dos elogios ao poder Executivo, algumas instituições do Estado Novo, como a Mocidade Portuguesa[713] e a Legião Portuguesa[714] mereceram atenção especial na EN, por meios das Ondas Curtas e Ondas Médias. Ribeiro diz que, às vezes, Salazar discursava nas manifestações públicas dessas entidades. “Entre março e dezembro de 1942, a Legião Portuguesa promoveu um ciclo de palestras anticomunistas e o primeiro palestrante foi o presidente da Junta Central da Legião Portuguesa e Ministro das Finanças, João Pinto da Costa Leite.

Desde que entrou no ar, a estação também mantinha no ar os noticiários. O *Diário da Emissora Nacional* era irradiado com quatro edições diárias. A partir de 1938, esse programa começou a entrar no ar às 12h30, 18h30, 19h30 e 22h30. Em 1939, a rádio começou a transmitir *O Caso do Dia*, um espaço reservado para um tema da atualidade.

A rádio ainda continha na programação outros informativos, elencados na análise realizada por Ribeiro. Entre 1935 e 1944, os principais títulos são: *Diário do Governo*, *Revista de Imprensa*, *Cotações da Bolsa de Lisboa*, *Efemérides*, *Agenda do Dia*, *O que Há Hoje*, *Últimas Publicações*, *O Caso do Dia* e *Agenda do Radiouvinte*.

Também com o objetivo de destacar o ideário do Estado Novo, a estação iniciou, em 1937, as emissões de crônicas semanais que relatavam sobre acontecimentos nacionais e internacionais e eram irradiados nos finais de semana. Os dois espaços, observa Ribeiro, ocupavam o horário nobre. Inicialmente às 20 horas e depois às 20h30. “Na primeira crônica dedicada aos assuntos nacionais, emitida a 14 de Agosto, ficou claro que se tratava de um espaço de defesa e de vanglória dos feitos do regime de Oliveira Salazar[715]”, acrescenta.

Em 1937, os temas dominantes das crônicas semanais, analisados por Ribeiro, são Economia e Finanças, Defesa, Corporações, Eleições 1937, Política Internacional, Política Nacional, Assembléia Nacional e Agricultura. “O objetivo era

[713] Mocidade Portuguesa era uma organização para a juventude que foi criada por decreto-lei 16.611, em 19 de maio de 1936, com o objetivo de estimular o seu desenvolvimento.
[714] A Legião Portuguesa era uma organização nacional, criada em 1936. Era formada por uma milícia que tinha como meta proteger o patrimônio do Estado.
[715] Op. Cit. RIBEIRO, Nelson. p. 183

bastante claro: veicular a ideia de que todos os sacrifícios exigidos à população estavam a ser compensados pelo facto de as contas portuguesas estarem a passar por uma situação de equilíbrio", observa Ribeiro.

4.2.3 Os discursos de Salazar na Emissora Nacional

De acordo com Ribeiro, o controle político da Emissora Nacional foi ampliado a partir de março de 1936 porque os serviços de produção passaram para as mãos do presidente da Comissão Administrativa, Pestana Reis. Ele atuava como consultor político e tinha liberdade, portanto, para orientar as matérias de interesse público, presentes nos informativos e noticiários, e para censurar. Nesse período, passou a valer regras mais rígidas para a leitura dos noticiários. Os locutores precisavam, por exemplo, ler os textos em um tom sóbrio.

Como era uma rádio estatal, o uso político e a divulgação propagandista do Estado Novo estavam muito bem definidas. Tanto que a programação continha pelo menos duas palestras diárias que tratavam de diversos temas como "filosofia, literatura, religião, arte, teatro, música, história, assuntos coloniais, política, higiene e profilaxia, radiofonia e assuntos femininos[716]". Ribeiro salienta que no primeiro mês de funcionamento da estação, foram transmitidas aproximadamente 50 palestras, sendo que 17 trataram sobre o tema radiodifusão, considerado um serviço importante e necessário para o desenvolvimento cultural do povo português e para a divulgação da "propaganda e defesa dos ideais do regime liderado por Oliveira Salazar[717]".

A primeira palestra irradiada pela EN aconteceu no 1º de janeiro de 1936, após a saudação a Portugal pelo cardeal patriarca Dom Manuel Cerejeira, amigo íntimo de Salazar. O presidente da Comissão Executiva da União Nacional, Carneiro Pacheco, fez um aberto elogio ao Estado Novo, destacando o antes e o depois com Salazar, concluindo que o país estava no caminho certo do progresso.

Para citar os principais assuntos das palestras proferidas na EN, recorre-se ao quadro III elaborado por Ribeiro, onde estão listadas as 662 apresentadas entre agosto de 1935 e julho de 1936.

---

[716] Op. Cit. RIBEIRO, Nelson. p. 130
[717] Idem. p. 130

Quadro 20: Os temas das palestras mais freqüentes entre agosto de 1935 e julho de 1936

Tema	Quantidade
Feminino	63
Desporto	58
Política	51
Higiene e Profilaxia	46
Literatura	42

Fonte: RIBEIRO, Nelson. A Emissora Nacional nos primeiros anos do Estado Novo: 1933-1945. Lisboa: Quimera Editores, 2005.

A organização das palestras era realizada pelo núcleo de colaboradores letrados da sociedade portuguesa e que compreendiam os objetivos da nova estação. Cada palestra tinha em média a duração de dez minutos. Mas nem todas tinham uma linguagem fácil para ser compreendida pelos ouvintes, alguns ainda analfabetos.

Um dos temas mais abordados nas palestras era a política, "abordada de uma forma apologética do Estado Novo, que se encontrava em plena fase de implantação, num contexto de florescimento dos totalitarismos na Europa[718]". Segundo Ribeiro, uma das principais fórmulas dos palestrantes era comparar a situação política ante de 28 de Maio de 1926 com o Estado Novo que passou a vigorar em 1933, com a nova Constituição. Esse regime sempre era destacado como um "regresso à ordem política e social, corrompida pela Primeira República[719]".

Um dos primeiros discursos transmitidos pela emissora aconteceu em 9 de dezembro de 1934 na voz do ministro Salazar que, naturalmente, defendeu o Estado Novo por ter "devolvido a Portugal a estabilidade que havia sido perdia após a implantação da República[720]". Para ele, a Ditadura restabeleceu a paz depois de um período com agitações na área política, desordem nas ruas, falta de segurança e economia falida. O novo regime garantia assim a

> ordem, saneia a atmosfera moral, cerca de dignidade a acção política, eleva a moralidade pública, firma o crédito do Estado, desperta a consciência nacional, desenvolve a economia, faz subir

[718] Op. Cit. RIBEIRO, Nelson. p. 135
[719] Idem. p. 135
[720] Idem. p, 135

> o nível de vida das populações rurais, proporciona o trabalho, organiza em obediência o interesse os diferentes interesses materiais e morais da Nação, cobre-se de prestígio no mundo[721].

Na opinião de Salazar, a democracia não tinha garantido

> eficazmente a segurança dos indivíduos nem liberdades públicas: liberdade de associação, liberdade de reunião, liberdade de imprensa estiveram sempre praticamente subordinadas aos interesses do grupo do Governo, com a agravante de que as leis eram umas e os factos outros e de que a competência para julgar da legalidade ou inconveniência dos actos não pertenceu a qualquer bunal ou qualquer jurisdição regular, mas à rua à título de defensora das instituições[722].

No pronunciamento, Salazar afirmou que o Parlamento não tinha conseguido fazer a devida fiscalização da vida política e administrativa do país e que o liberalismo soava falso e intolerante. Por isso, justificou ele mais adiante, na "primeira parte da Constituição varremos todo o conteúdo filosófico ou sociológico que envenenava a nossa construção política. Não está integralmente executada ou traduzida em leis e já são visíveis os efeitos[723]". Conforme Salazar, não existia um Estado forte sem um governo também forte.

Por causa disso, salientou,

> a Constituição fez o Gôverno independente da Assembleia Legislativa e através desta e de todo o corpo eleitoral para que não houvesse de preocupar-se nem com a confiança ou desconfiança das Câmaras, nem com os artificiosos movimentos de opinião, nem com a sustentação de clientelas partidárias[724].

E assim, sempre comparando a situação atual de Portugal com o passado, o primeiro ministro destacou a necessidade da nação se desprender de tudo que não fosse mais compatível para se dedicar à construção política do Estado Novo. Ao final do discurso, Salazar declarou que estava trabalhando arduamente, durante o dia e a noite, com o objetivo de "fortalecer, dignificar, engrandecer Portugal[725]".

---

[721] SALAZAR, Oliveira (1961). **A Constituição das Câmaras na Evolução da política portuguesa.** In: Discursos. Volume I, 1928-1934. Coimbra: Coimbra Editora Limitada, 1935. p. 370
[722] Idem. pp. 375-376
[723] Idem. p. 377
[724] Idem. p. 380
[725] Idem. p. 387

Em 10 de fevereiro de 1935, para a reeleição presidencial que seria realizada no país, Salazar se dirigiu aos portugueses pelo rádio e fez elogios ao presidente Carmona que "tem exercido com superior critério, alta distinção moral e inexcedível dedicação pelo seu país a função de Chefe de Estado[726]".

De acordo com o ministro, Carmona soube conduzir o país e manteve a estabilidade desde 1926 e porque tinha em seu caráter a "essência disciplinadora do 28 de Maio que o ilustre militar interpretou com fidelidade só igual ao seu aprumo. Essa estabilidade sintetiza diante dos portugueses a vitória máxima do ideal reorganizador que se implantou em Portugal[727]". Ao final do pronunciamento, Salazar afirmou que acreditava que o povo português reconheceria a

> a pureza de intenções do Govêrno e que o País compreendeu sobretudo dever prestar nesta eleição homenagem ao Exército que fez o 28 de Maio e assegurar por ela a melhor defesa do interêsse nacional. Volto às palavras do começo: não pergunto à Nação quem vai eleger. Sinto a vitória: a Revolução continua[728].

Anualmente, Salazar costumava fazer um discurso para celebrar a Revolução de 28 de Maio. Em 26 de maio de 1936, ele se dirigiu ao presidente da República, ministro da Marinha, oficiais, soldados e aos portugueses e relembrou que há dez anos,

> Às ordens de Gomes da Costa, cujo optimismo e valentia quási não eram virtudes – brotavam-lhe espontâneamente da alma como exigência da própria natureza – o Exército português desencadeara o movimento, triunfante sem luta, glorioso sem sangue, porque na verdade a voz de comando foi apenas a expressão militar de uma ordem irresistível da Nação. E começou a nova era[729].

Os militares foram uma das forças que contribuíram para manter Salazar como ministro das Finanças e presidente do Conselho de Ministros por 38 anos no governo de Portugal. E sempre que se reportava ao passado, aproveitava para justificar a implantação do regime ditatorial:

---

[726] SALAZAR, Oliveira (1937). **Funções e qualidade do chefe do Estado**. In: Discursos e Notas Políticas. Volume II, 1935-1937. Coimbra Editora Limitada, 1937. p.11
[727] Idem. p. 12
[728] Idem. p. 12
[729] SALAZAR, Oliveira (1937). **As grandes certezas da Revolução Nacional**. In: Discursos e Notas Políticas. Volume II, 1935-1937. Coimbra Editora Limitada, 1937. pp. 129-130

> Sem receio colocamos o nacionalismo português na base indestrutível do Estado Novo; primeiro porque é o mais claro imperativo da nossa História; segundo, porque é inestimável factor de progresso e elevação social; terceiro, porque somos exemplo vivo de como o sentimento pátrio, pela acção exercida em todos os continentes, serviu o interesse da Humanidade[730].

Para ele, a Revolução soube "interpretar o sentimento do povo[731]" e após dez anos, construiu na história da pátria uma

> era de restauração; vão começar outros dez que hão-de constituir uma era de engrandecimento, a erguer sobre mais duros sacrifícios, mais altos heroísmos e mais seguras dedicações. Não desejava ir daqui sem saber quem tem coragem para nos acompanhar[732]

Assim Salazar encerrou esse pronunciamento de comemoração dos dez anos da Revolução de 28 de Maio.

Dois anos depois, em 27 de outubro de 1938, Salazar falou aos microfones da Emissora Nacional, no encerramento da campanha eleitoral para constituição da nova Assembleia Nacional. Anunciou que a

> renovação da Assembleia Nacional, segundo o espírito da Constituição Política e o nosso sistema de eleição, tem essencialmente carácter plebiscitário: o acto eleitoral não se destina tanto à designação dos Deputados como reconhecimento solene das benemerências do regime político e à afirmação da confiança do País na realidade sempre fecunda dos princípios da Revolução Nacional[733]

Nesse pronunciamento, ele anunciou que o governo tinha duas preocupações. Uma delas era com relação à paz e a outra com a vida, que significavam respectivamente, "problemas de política externa e defesa militar; problemas de produção e organização econômica[734]", referindo-se ao provável início de um conflito[735] na Europa. Um conflito, afirmou Salazar, pelo qual Portugal não tinha nenhum interesse e que, infelizmente, teria "repercussões imprevisíveis e

---

730 Op. Cit. SALAZAR, Oliveira (1937). p. 132
731 Idem. p. 139
732 Idem. p. 141
733 SALAZAR, Oliveira (1959). **Preocupação da paz e preocupação da vida**. In: Discursos e Notas Políticas. Volume III, 1938-1943. 2ª Edição, Coimbra Editora Limitada. pp. 103-104
734 Idem. p. 104
735 Um ano depois, em 1º de setembro de 1939, teve início a 2ª Guerra Mundial.

pelo fatal encadeamento das coisas ninguém poderia saber até quando e até onde poderia ficar indemne da sua ação[736]".

Na verdade, o ministro também temia pelo envolvimento da Espanha, país vizinho, e que estava dentro de uma guerra civil[737]. Por causa disso, muitos portugueses temiam que os espanhóis fugissem para Portugal e as tropas ocupassem as suas bases. Salazar, no entanto, enfatizou no discurso de que o importante era contribuir para que os seus governantes mantivessem a neutralidade, em caso de um conflito mundial. Tratava-se de um momento delicado porque, para ele, os países que tinham perdido territórios durante a 1ª Guerra Mundial, como a Alemanha, nunca ficariam resignadas indefinidamente. Salazar encerrou a fala incentivando os ouvintes a terem fé.

Em 26 de fevereiro de 1940, o primeiro ministro realizou um discurso nas Comissões da União Nacional sobre a importância da propaganda política. Mesmo que não tenha sido irradiado pela Emissora Nacional, cabe destacar alguns trechos pertinentes a esta pesquisa. Na introdução, Salazar afirmou que a propaganda estava na base de toda a atividade política e, por isso, muitos a confundem com uma "espécie de máquina de elogios, sistemáticos e banais, aos homens e às coisas, de onde foram banidos o sentido das proporções e as exigências da verdade[738]". Outros, acrescentou ele, dizem que ela é um

> poderoso veículo que rola pelas estradas da vida social a converter dinheiro da Nação em pó e barulho – barulho para que não ouçam as queixas, os protestos, as vozes a clamar justiça; pó para que os olhos não vejam as insuficiências, as misérias, os favoritismos ou a corrupção do Poder[739].

Outros ainda a consideram como um

> instrumento subtil que, recolhendo todos os contributos da ciência e da arte, todas as fascinações da vida, todas as perversões dos sentidos, todas as fraquezas da alma humana, transmuda as côres, desfigura os factos, inverte o sentido dos movimentos, faz do atropêlo razão e da violência justiça, inventa uma história, formula

[736] Op. Cit. SALAZAR, Oliveira (1959). p. 106
[737] A Guerra Civil na Espanha durou de 17 de julho de 1936 a 1º de abril de 1939, com a vitória dos militares e a instauração do regime ditatorial nas mãos do general Francisco Franco.
[738] SALAZAR, Oliveira (1959). **Fins e necessidades da propaganda política**. In: Discursos e Notas Políticas. Volume III, 1938-1943. 2ª Edição, Coimbra Editora Limitada. p. 194
[739] Idem. pp. 194-195

> um direito, cria uma verdade, tão clara, tão incisiva, tão evidente que todos hão-de julgar verdadeira[740].

Salazar negou que tudo isso seja propaganda e começou a explicar o seu significado. Segundo ele, a propaganda está ligada à educação política do povo português e contém duas funções: informação e formação política. “Politicamente só existe o que se sabe que existe; politicamente o que parece é[741]”, completou. Com exemplos, ele demonstrou que todas as obras realizadas para o povo seriam reconhecidas por eles mesmos porque a “aparência é uma realidade política[742]”

Finalizou o pronunciamento pedindo fé e coragem a todos porque o objetivo do governo era

> resolver os problemas da Nação com os nossos conceitos de autoridade, hierarquia, ordem, liberdade, trabalho, riqueza, tradição, honestidade: como estranhar que façamos o que outros pretenderiam que não fizéssemos e não façamos o que esses achariam melhor?[743]

Salazar salientou ainda que ele, como ministro, e o presidente da República tinham um mandato da Nação e, assim, tinham que ouvir e atender aos anseios do povo e desenvolver obras para beneficiar a coletividade.

Apesar do presidente do Conselho nem sempre utilizar o rádio para fazer seus pronunciamentos, às vezes a Emissora Nacional o acompanhava. Como aconteceu em 27 de maio de 1941, transmitiu um comício de Salazar no Terreiro do Paço, numa região central de Lisboa, que reuniu aproximadamente 200 mil pessoas. Ribeiro cita um trecho do locutor Jorge Alves que fez a cobertura do acontecimento:

> (Som da multidão em fundo) É verdadeiramente majestoso. Milhares de pessoas, como disse há pouco, talvez umas 200 mil se não forem mais, formam um autêntico mar de cabeças que cobrem por completo toda a vastíssima praça do Terreiro do Paço, apesar de ser a maior da Europa, torna-se hoje pequena para tão grande aglomeração. (Pausa. Ouvem-se ovações) As saudações continuam. (Pausa. Ouvem-se ovações) A varanda onde assomou o Senhor Doutor Oliveira Salazar está [...] Espetáculo formidável[744].

---

740 SALAZAR, Oliveira (1959). p. 195
741 Idem. p. 196
742 Idem. p. 197
743 Idem. p. 210
744 Cobertura ao vivo da Emissora Nacional. In: RIBEIRO, Nelson. p. 239

O locutor era naquele momento o porta-voz da estação estatal que reverenciava o ministro das Finanças. Na sequência da reportagem, o locutor, entusiasmado, alertou os ouvintes: “Atenção Portugueses!... Atenção... Vai falar o Senhor Presidente do Conselho. (Pausa prolongada)[745]”.

O discurso dele começou assim: “A todos que lembraram, apoiaram ou viveram esta grandiosa manifestação. Àqueles que abandonando ocupações e trabalhos, vindos de longe ou de perto, mas com incômodos e sacrifícios quiseram marcar a sua presença, ou não podendo fazê-lo estão em espírito connosco[746]”. Nesse pronunciamento, Salazar elogiou o “alto nível da tradição portuguesa, considerando benéfica a não existência de lutas partidárias e apelando à ordem como a única forma de Portugal superar as suas próprias dificuldades[747]”.

Dois anos depois, em 7 de fevereiro de 1942, o ministro discursou usando os microfones da Emissora Nacional sobre a reeleição do chefe de Estado, que teve como único candidato o general Carmona. Mais uma vez, Salazar o elogiou porque estava realizando uma grande obra de reconstrução do país, importante para a história da nação. Era um chefe de governo

Responsável por um

> conjunto de obras que se estendiam das finanças à administração, da economia à moral, da saúde do corpo à inteligência, da riqueza material à cultura, do indivíduo à colectividade, do agregado local à região, à Nação, ao Império; como obra de conjunto dizia, como trabalho de reconstituição e reportuguesamento, de valorização colectiva, de impulso criador sistematizado, ordenado à maior coesão, força e prosperidade da grei; como idea e realização, se esta obra causa orgulho aos portugueses, podemos dizer que o Chefe do Estado tem nela sobrados motivos para a sua glória[748].

Em seguida, ele citou as reformas administrativas e financeiras que contribuíram para salvar e valorizar o país, e ainda impulsionar a abertura de novas indústrias e da indústria mineira, ampliando o número de empregos. Além disso, acrescentou, a fórmula política ficou estável e constitucionalizou-se com a Revolução, gerando “a ordem, a tranqüilidade geral[749]”, indicadores de “que os

---

[745] Op. Cit. Cobertura ao vivo da Emissora Nacional. p. 239
[746] Idem. p. 239
[747] Idem. p. 239
[748] SALAZAR, Oliveira (1959). **Na reeleição do chefe do Estado**. In: Discursos e Notas Políticas. Volume III, 1938-1943. 2ª Edição, Coimbra Editora Limitada. p. 312
[749] Idem. p. 314

indivíduos e grupos sociais se congraçaram em a Nação e que o Estado Corporativo promove o interêsse desta e garante eficazmente os direitos daqueles[750]". E, completou ele, foi dessa unidade e da nova consciência que nasceu o patriotismo.

Noutro pronunciamento, também transmitido pela EN, em 25 de junho de 1942, em plena 2ª Guerra Mundial, Salazar abordou a questão da paz para a defesa da produção, que significa "trabalho, riqueza, reservas, segurança na satisfação das necessidades. Em tempo de guerra é sobretudo a defesa da vida, no nível que puder ser[751]". Apesar da extensão da guerra, explicou Salazar, o governo conseguiu manter a normalidade econômica, o emprego e a produção.

Foi necessário, justificou, produzir e poupar e investir na organização corporativa que tornou-se um "instrumento necessário à execução da nossa política econômica[752]". Salazar lembrou que apesar dos representantes do estatismo, do comunismo e do liberalismo dizerem que o corporativismo era um inimigo mortal, a organização corporativa era fundamental para reconhecer a dignidade e qualidade dos trabalhadores. Para ele, o corporativismo era a célula base que estava presente na família e reunia os elementos fundamentais das corporações morais, econômicas e intelectuais, onde os interesses de patrões e empregados se harmonizavam com o objetivo de um interesse comum: o nacionalismo[753].

Com relação ao encarecimento da vida dos portugueses, o ministro citou como causas a entrada dos países da América, como os Estados Unidos e o Brasil na 2ª Guerra Mundial, e o "esgotamento de nossas reservas, as altas dos combustíveis e matérias primas importadas, o aumento do poder de compra proveniente de ganhos excepcionais [...][754]", vividos por causa dos países vizinhos.

O presidente do Conselho de Ministros também criticou os jornais, as rádios, as revistas, os comunicadores que divulgavam um excesso de pseudofatos e faziam proselitismo sobre diversos fatos que envolviam o conflito mundial. Para Salazar, as informações imparciais apenas confundiam os leitores e ouvintes portugueses. Por isso tudo, Salazar aproveitou para defender a unidade nacional

---

[750] Op. Cit. SALAZAR, Oliveira (1959). p. 314
[751] SALAZAR, Oliveira (1959). **Defesa Económica. Defesa moral. Defesa Política**. In: Discursos e Notas Políticas. Volume III, 1938-1943. 2ª Edição, Coimbra Editora Limitada. p. 321
[752] Idem. p. 327
[753] **Textos científicos 25 de abril 1974. Uma aventura para a democracia** – http://www1.ci.uc.pt/cd25a/media/Exposicoes/m2.pdf. p. 42
[754] Idem. p. 330

que “afirma-se por qualidades próprias, por vocações decididas, por serviços marcantes, pela forma inconfundível de pensar, de sentir, de actuar na colectividade internacional, através de ideas, de fórmulas, de novas soluções[755]”.

No pronunciamento, ele também falou sobre a posição de neutralidade de Portugal durante a 2ª Guerra Mundial e disse que não era cômoda a situação de neutralidade porque

> não há águas territoriais invioladas, céu que não haja sido cortado em abusivos vôos, território imune de acções guerreiras. Nós pousamos em mares e continentes em que se batalha, encontramo-nos na confluência de grandes estradas do mundo: impõe-se-nos a guarda custosa de certo número de pontos nevrálgicos[756]

Salazar assim reconhecia que a neutralidade representava um custo muito alto para Portugal. No entanto, acrescentou, o desejo de neutralidade não poderia ser superior ao desejo da Nação.

Quando completou 15 anos no cargo como ministro das Finanças, Salazar fez um discurso que foi ao ar pela Emissora Nacional, em 27 de abril de 1943, sobre as obras realizadas, apesar dos problemas econômicos e financeiros e das três guerras que aconteceram na Península. Destacou que Portugal fez “tudo quanto era humanamente possível e razoável fazer para anular os principais órgãos da soberania, aqueles em que principalmente reside a fôrça e autoridade do Estado[757]”.

Ao longo desse período, destacou Salazar, o Estado atendeu a Nação e concretizou diversas iniciativas e ações como as melhorias das condições de trabalho, do nível de vida, ofertando manifestações culturais e revigorando o seu ser. A economia nacional, completou,

> deve servir a Nação; é o seu fim; é a sua razão de ser. Mas por que meios se garantirá este destino? Os termos nacional, nacionalista, nacionalização aplicados à economia prestam-se a mal-entendidos, porque em muitas partes se lhes dão significados diversos; mas nós não temos dificuldade em expor claramente o nosso pensamento[758].

---

[755] SALAZAR, Oliveira (1959). p. 337
[756] Idem. pp. 340-341
[757] SALAZAR, Oliveira (1959). **Os princípios e a obra da Revolução no momento interno e no momento internacional**. In: Discursos e Notas Políticas. Volume III, 1938-1943. 2ª Edição, Coimbra Editora Limitada. p. 391
[758] Idem. pp. 397-398

No discurso, Salazar afirmou que o

> nosso nacionalismo é anti-socialista e desadora o estatismo, pela dupla razão de a experiência portuguesa no-lo haver demonstrado anti-econòmico e fazermos profissão de fé na iniciativa individual e no valor dos grandes campos de acção privada para defesa da própria liberdade humana[759].

O chefe de governo também declarou que Portugal não se opunha ao capital ou ao trabalho estrangeiro, mas que não podia se opor a nacionalização da economia porque o "factor econômico pertencente ou trabalhando no seio da Nação Portuguesa deve estar integrado na economia nacional, servir primariamente a economia nacional, seguir as suas directrizes, obedecer ao seu comando[760]". Salazar afirmou na fala que

> não podemos ser ingênuos ao ponto de supor que tais elementos estrangeiros não fazem também parte da sua economia de origem, nem que não seja senão pelos rendimentos auferidos, colocações pessoais, repercussão no comércio externo – e há muito mais coisas além destas; mas podemos ter suficiente espírito de ordem na nossa casa, já não digo bastante orgulho, para pretender que em Portugal a nacionais e estrangeiros se imponha em primeiro lugar o interesse português, a vida da Nação Portuguesa[761].

Salazar afirmou ainda que o país fugia do socialismo e do comunismo por meio do das corporações, aplicando o "princípio da organização corporativa não só a agricultura, comércio e indústria, isto é, a actividades directa e puramente lucrativas, mas a actividades espirituais e morais que com elas coexistem e têem na vida tanta importância, pelo menos, como o pão do corpo[762]". Segundo ele, o comunismo era o elemento da desordem para as nações e é "o maior problema humano de todos os tempos[763]".

No final desse discurso, o chefe de governo enfatizou que enquanto o "Exército que fez a Revolução ocupa os postos que lhe foram indicados, a Nação

[759] Op. Cit. SALAZAR, Oliveira (1959). p. 398
[760] Idem. p. 400
[761] Idem. p. 400
[762] Idem. p. 402
[763] Idem. p. 409

tem o dever de mostrar a sua unidade, fôrça e coesão, numa palavra, plena consciência nacional[764]".

Salazar pouco se pronunciou a respeito da importância do rádio. Uma das declarações a respeito deste veículo de comunicação, se dirigindo à Emissora Nacional, está no livro *A Cultura e o Estado*, editado pelo SPN em 1946. Nele, o presidente do Conselho dos Ministros escreveu que a EM desempenhava importante papel na vida cultural dos portugueses e fez elogios às músicas de qualidade executadas pelas orquestras. Segundo ele, o funcionamento da rádio estatal representava um "notável progresso e expansão da cultura e que o serviço prestado à unificação espiritual dos grupos de Portugueses que vivem fora da Metrópole é de inestimável valor[765]".

Na opinião dele, o Estado tinha contribuído para a melhoria da radiodifusão em Portugal por causa do

> controle a que sujeitou os diferentes postos particulares e as facilidades que proporcionou aos mais eficientes. Todos os mais importantes actos políticos e intelectuais que têm tido lugar em Portugal encontram eco no na radiodifusão portuguesa, em espacial através da Emissora Nacional, a cujo microfone têm falado os chefes políticos e espirituais da Nação e os representantes mais qualificados[766].

Para completar, destacou a importância e necessidade do SNI porque

> intervém directamente na actividade radiofônica seleccionando elementos, renovando os programas e elevando a altura cultural dos pequenos postos de rádio, aos quais fornece palestras bem delineadas e concede elementos bastantes para a digna actuação deles[767].

Salazar, apesar de falar pouco ao rádio, possuía um receptor, ao estilo daqueles das décadas de 1930 e 1940, que mais parecia um móvel de decoração da sala. O rádio pertence ao acervo da Rádio e Televisão de Portugal.

---

[764] Op. Cit. SALAZAR, Oliveira (1959). p. 414
[765] SALAZAR, Antonio de Oliveira. **A cultura portuguesa e o estado**. Lisboa: Edições SNI, 1946. p. 92
[766] Idem. p. 92
[767] Idem. pp.92-93

5 SEMELHANÇAS E DIFERENÇAS ENTRE O RÁDIO E OS DOIS GOVERNOS DITATORIAIS

Neste capítulo, estão elencadas e destacadas as principais semelhanças e diferenças, localizadas e pertinentes a esta tese, com relação às rádios que foram estruturadas e utilizadas para uso político, direto e indireto, como a Nacional do Rio de Janeiro (Brasil) e a Emissora Nacional (Portugal), no período de 1930 a 1945.

Também são evidenciadas as características dos dois governantes, o presidente da República, Getúlio Vargas, e o ministro das Finanças e presidente do Conselho de Ministros, António de Oliveira Salazar; como eles conduziram e controlaram o governo, principalmente quando o regime ditatorial estava em vigor; os organismos que criaram para controlar, censurar e reprimir a imprensa em seus países, como o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), do Brasil, e o Secretariado de Imprensa e Propaganda (SPN) em Portugal.

Getúlio Vargas e António de Oliveira Salazar são, sem dúvida, dois nomes importantes para a história do Brasil e de Portugal, respectivamente. O perfil deles é bem diferente e a trajetória política de cada um tem as suas particularidades. No Brasil o sistema de governo era presidencialista, o que significava que o presidente era o chefe de Estado e de governo e, consequentemente, responsável pela escolha dos ministros. Em Portugal, o sistema era parlamentarista e o poder do Executivo foi exercido pelo presidente do Conselho de Ministros, cujo status é de primeiro-ministro.

No entanto, ambos governaram os seus países dentro de um regime ditatorial denominado de Estado Novo. No Brasil, Vargas foi um ditador de 1937 a 1945, quando foi deposto. Em Portugal, Salazar foi ministro da Fazenda, empossado em 1928, tornou-se o presidente do Conselho de Ministros em 1932 e o chefe de governo de 1933 a 1968. Manteve-se no governo por 40 anos.

Ambos dirigiram seus países quando o rádio estava em fase de consolidação, na década de 1930, em todo o mundo. Os dois se espelharam na Alemanha onde esse veículo de comunicação foi utilizado com fins políticos pelo líder nazista Adolf Hitler e seu ministro de Propaganda Joseph Goebbels, que cuidava de divulgar a ideologia do governo. Vargas e Salazar tiveram a seu favor uma estação para transmitir seus ideais, suas obras e seus programas de governo, e os resultados positivos das suas administrações. Pelos microfones, milhões de ouvintes foram

informados a respeito das ações e importantes decisões políticas, econômicas, sociais e culturais. Também tiveram seus discursos transmitidos em diferentes períodos do seu mandato. Souberam, como Hitler na Alemanha e Benito Mussolini na Itália, fazer propaganda política por meio das ondas sonoras.

Mas as ações desses governantes têm, em determinados aspectos, algumas semelhanças e diferenças que serão apontadas ao longo deste capítulo.

No Brasil, a Rádio Nacional do Rio de Janeiro (PRE-8) foi inaugurada oficialmente em 12 de setembro de 1936. Pertencia ao grupo *A Noite*, do empresário norte-americano Percival Farquhar. O grupo também editava o jornal *A Noite* e as revistas *A Noite Ilustrada*, *Carioca* e *Vamos Ler*. Tratava-se, portanto, de uma emissora privada, instalada no centro da capital brasileira, Rio de Janeiro.

Quatro anos mais tarde, em 8 de março de 1940, a estação transforma-se. É encampada pelo governo federal em troca de uma dívida com a União no valor de três milhões de libras. Por meio do decreto nº 2.073, Vargas criou as Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional. Apesar disso, a rádio manteve a sua receita publicitária, ganha com a utilização de 10% da programação para a publicidade, conforme a legislação de 1932. Mesmo nas mãos do governo federal, que a caracterizaria como uma empresa estatal, continuou funcionando como uma rádio privada, por causa da possibilidade de obter receita com a venda de espaços publicitários. Alguns autores consideram o caso da Nacional do Rio de Janeiro como uma empresa mista. Dirigida por Gilberto de Andrade, formado em Direito e pessoa de confiança de Vargas, a Rádio Nacional tornou-se uma empresa mista que recebeu muitos investimentos para infraestrutura e para a reorganização da equipe e da programação. Com uma grade que incluía programas musicais, de auditório, humorísticos, radionovelas, jornalismo e reportagens externas e esportivas, chegou à liderança da audiência no país, superando a Mayrink Veiga.

O fato da emissora ter sido encampada gerou, nas primeiras semanas, certa desconfiança por parte da equipe e dos cantores da Nacional do Rio de Janeiro. No entanto, esse mal-estar foi logo dissipado, principalmente, porque Vargas mantinha uma boa aproximação com os artistas e despertava neles uma simpatia que era correspondida. Vargas ficava à vontade com os cantores, músicos, atores e atrizes, e sempre que podia assistia a shows e apresentações musicais. Além disso, havia sido o autor da lei dos Direitos Autorais, chamada “Lei Getúlio Vargas”, que beneficiava os artistas populares e os aproximava de seu governo.

Dentro dessa programação variada e que valorizava a diversidade cultural e musical do país, o que contribuía para fortalecer a identidade nacional, a Rádio Nacional do Rio de Janeiro transmitiu diversos discursos de Vargas, proferidos em datas especiais como o 1º de Maio, Dia do Trabalhador, 7 de setembro, quando se comemora a Independência do Brasil, e 31 de dezembro, momento em que fazia um balanço das conquistas, essencialmente, sociais e econômicas para o Brasil, e apresentava os projetos e planos para o ano seguinte.

As informações diárias das ações governamentais também eram inseridas no jornalismo, em programas como *Hora do Brasil* e *Repórter Esso.* Como a programação era bastante variada e a estação dependia de verbas publicitárias e estatais, percebe-se que o uso político pelo Estado Novo foi, num certo sentido, dissimulado e discreto, já que certamente muitos ouvintes não estavam atentos a essas questões políticas, mas ligados na programação musical e de entretenimento.

Ao contrário do que se verifica em Portugal onde o próprio governo ditatorial criou uma rádio estatal para ser a porta-voz do Estado Novo. A Emissora Nacional iniciou suas transmissões experimentais em 1933 e foi inaugurada em 4 de agosto de 1935. No entanto, a programação especial teve início em 1º de agosto, foi amplamente divulgada pelo *O Jornal do Comércio e das Colónias* e contou com a visita do presidente da República Óscar Carmona e do presidente do Conselho de Ministros, Salazar. A programação dos primeiros anos de existência, de 1935 a 1945, continha inicialmente 80% e depois 69% de música. O noticiário variou de 5% a 10%, entre 1935 e 1938, chegando a 17% em 1939, e baixando para 11% do total da grade nos anos seguintes.

Mas, a ideologia do poder estava presente nas conferências e palestras, cada uma com duração de aproximadamente dez minutos, que eram proferidas na estação por ministros e intelectuais simpatizantes do Estado Novo, quase que diariamente. No período em análise, os temas predominantes eram a defesa nacional do regime em seus aspetos políticos e econômicos e o tom de alguns programas eram elogiosos e diretos a Salazar que tinha um perfil bem diferente de Vargas.

Salazar sempre afirmava que não gostava de multidões. Era discreto e reservado, e evitava participar de eventos sociais. Concedeu poucas entrevistas à imprensa, com algumas exceções em determinados momentos a fim de valorizar o

regime e o seu trabalho de reorganização das finanças, e tampouco ficava à vontade em se dirigir à nação e às autoridades em ocasiões especiais e comemorativas. Poucas vezes usou os microfones da Emissora Nacional para falar aos portugueses. Preferia escrever, e escreveu, dezenas de discursos publicados na coleção com quatro volumes, chamada de *Discursos e Notas Políticas*. Algumas dessas conferências foram irradiadas para que os portugueses tomassem conhecimento de algumas medidas implementadas pelo governo. Nelas o conteúdo era formal e técnico, acompanhado de números e dados comparativos da área econômica.

Salazar e Vargas não controlavam diretamente as rádios. Mas tinham quem fazia isso por eles. No Brasil, a Nacional do Rio de Janeiro era administrada por um diretor nomeado pelo governo. Portanto, entre 1940 e 1945, havia uma direção cuja escolha tinha sido feita a partir de uma decisão política. Em Portugal, o controle sobre a programação era mais direto porque o diretor do Secretariado da Propaganda Nacional, António Ferro, acompanhava e sugeria inclusive a maneira de apresentação dos noticiários, conferências e palestras. Para ele, o tom deveria ser sempre sóbrio e formal. Mas, esses textos irradiados nem sempre eram compreendidos pelos ouvintes, em sua maioria, analfabetos e residentes de áreas rurais do país.

Apesar dessas diferenças, os dois governantes fizeram uso político do rádio para propagandear as doutrinas, ideologias e realizações, durante o Estado Novo, em vigor no Brasil, de 1937 a 1945, e em Portugal, de 1933 a 1974.

Nos dois regimes estadonovistas, as emissoras também transmitiram em Ondas Curtas, aumentando o alcance das ondas sonoras e a escuta dos programas produzidos entre 1935 e 1945. A Rádio Nacional do Rio de Janeiro recebeu, depois de 1943, cartas de diversos países da América, da Europa, da África e da Ásia. Os ouvintes faziam questão de enviar um cartão-postal informando que escutavam a PRE-8. E o diretor Gilberto de Andrade enaltecia a difusão da voz e da música do Brasil para o mundo. Na revista *Rádio Nacional* eram publicadas as cartas mais curiosas que chegavam de diferentes lugares do mundo à redação.

A Emissora Nacional também irradiou em Ondas Curtas e era ouvida, principalmente, pelos países colonizados por Portugal, onde viviam imigrantes portugueses, como no Brasil, e pelos pescadores da frota de bacalhoeiros que

passavam boa parte do ano em alto mar. Para eles, foi criado um programa especial denominado *Hora da Saudade*, cujo espaço continha muitas músicas típicas portuguesas e até leitura de recados para os amigos e parentes distantes.

Durante oito anos, Vargas governou o país dentro de um regime ditatorial, respaldado por uma liderança carismática, popular e nacionalista que agradava o povo em geral. Com amplos poderes que determinaram o fechamento do Congresso, o fim dos partidos políticos, a entrada em vigor de uma nova Constituição e a criação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), responsável pelo controle da imprensa e do rádio, pela censura e repressão, Vargas também era cultuado pelo povo e respeitado em alguns setores da economia e do exército.

O presidente da República também conquistou os trabalhadores com a execução de programas e iniciativas para as áreas sociais e trabalhistas, como a criação do salário mínimo (1940), a regulamentação da Justiça do Trabalho (1940), e a Consolidação das Leis de Trabalho (1943). Mas, em 1939, ele sancionou a lei de Sindicalização, determinando que os sindicatos fossem dirigidos pelo ministério do Trabalho. Com essa medida, o Estado passou a controlar as relações de capital e trabalho, comum nos regimes nazistas e fascistas, e que significavam a instalação do cooperativismo.

Vargas também seguiu o modelo alemão para reprimir seus desafetos e fortalecer o espírito de nacionalismo dos brasileiros. Para isso, dois anos depois do Golpe de Estado, em 1939, aprovou a organização do DIP, órgão utilizado para disseminar pela imprensa, rádio e cinema as realizações do regime. Os inimigos, naturalmente, eram perseguidos e proibidos de contestar o governo, sob pena de serem presos e até exilados.

O DIP cuidava também, a exemplo do que já fazia o Departamento Oficial de Propaganda, criado em 1931, da produção do programa *Hora do Brasil*, contendo informações oficiais do Executivo. Para o programa não ficar tão maçante para o ouvinte, ao término eram rodadas canções da Música Popular Brasileira, de preferência que fizessem apologia ao trabalho ou fossem um samba-exaltação, como *Aquarela do Brasil*, do compositor foi Ary Barroso, e de outros cantores e cantoras do rádio, conhecidos pelo sucesso alcançado entre os ouvintes e o público que assistia aos programas musicais no auditório da Rádio Nacional do Rio de Janeiro.

Vargas, é bom lembrar, também gostava de música e de festas, e sempre prestigiava as apresentações organizadas em ocasiões especiais. Uma atitude que atraia a simpatia dos músicos e artistas em geral.

Em Portugal, o regime ditatorial, denominado de Estado Novo, assim como no Brasil, durou bem mais: 41 anos. A maior parte foi sob o domínio do ministro das Finanças (1928), presidente do Conselho de Ministros e chefe de governo (1933). Salazar estava abaixo apenas do presidente da República e se manteve nesse cargo até 1968, quando teve um problema de saúde e foi substituído por Marcelo Caetano. O chefe de Estado também se valeu do modelo implantado por Hitler na Alemanha e por Mussolini na Itália, quando os regimes autoritários e totalitaristas predominavam na Europa.

Ao contrário de Vargas, Salazar não era carismático, procurava ter uma vida reclusa, longe do povo, dos artistas, evitava multidões e trabalhava muito em seu gabinete, atendendo quase que diariamente aos seus ministros. Também considerava uma perda de tempo as reuniões do Conselho de Ministros, o qual presidia. Como tinha o aval do presidente Carmona, decidia tudo pela nação, respeitando os gastos em cada área e controlando as finanças a fim de que o país se reerguesse economicamente. Aliás, por causa da sua força para sanar as dívidas externas e internas, o ministro contou sempre com o respeito dos empresários, do exército e, de certa maneira, de boa parte do povo que não se rebelava contra as iniciativas realizadas.

Para Salazar, a solução dos problemas de seu país não dependia do regime ditatorial, que era uma escolha política. No entanto, ele sempre afirmava que não concordava com a democracia. Acreditava num governo autoritário com o apoio corporativista do exército, da burguesia intelectual e cultural, de empresários ligados a bancos e indústrias do vinho e do azeite, e da igreja católica.

Quando a nova Constituição entrou em vigor, em 1933, os sindicatos livres foram proibidos e as lutas operárias reprimidas. Quem fosse contra o regime e suas ações era perseguido, preso e até expulso do país. Com o estabelecimento do Estado Novo, o único partido existente era a União Nacional que cuidava das atividades políticas e divulgava os ideais do regime, e era presidida por Salazar.

Outra característica típica de Portugal foi a aproximação do governo com a igreja católica, favorecida pela amizade entre Salazar e o cardeal Manuel Cerejeira.

Os dois ficaram amigos quando estudaram na Universidade de Coimbra e, quando assumiram seus cargos, mantiveram contato pessoal e por meio de cartas.

Enquanto esteve na chefia do governo, a liberdade de expressão e os direitos individuais foram proibidos. A repressão era forte e impedia que a oposição emitisse qualquer tipo de crítica ao sistema político e às decisões de Salazar. Tanto que o período em que esteve no governo é denominado de salazarismo.

Em Portugal, como no Brasil, a manutenção do regime se deu pela censura à imprensa escrita e radiofônica. E a exemplo do Brasil, Portugal também criou, em 1934, o Secretariado da Propaganda Nacional (SPN), órgão que tinha a incumbência de produzir a propaganda nacional e política do governo por meio de publicações (jornais, revistas, livros, folhetos e cartazes), pela difusão no rádio e no cinema. O modelo de propaganda alemã norteou as bases para organização da instituição que pagava subsídios à imprensa favorável e, ao mesmo tempo, censurava e reprimia os veículos contrários ao regime. Além disso, o órgão realizava festas e manifestações populares e prêmios de literatura a fim de fortalecer o ideário político e as tradições do país.

Quando se analisa os relatórios das despesas mensais do SPN, verifica-se a importância da propaganda política interna e externa, também uma preocupação constante de Salazar. Era importante mostrar aos países do mundo que Portugal estava organizado financeiramente e que o povo vivia bem porque tinha um trabalho digno e uma cultura dos quais se orgulhava. Para isso, o SPN organizava encontros e conferências para receber jornalistas, intelectuais, políticos e estudantes dos outros países para conhecer o país. E também estava presente nas grandes exposições e eventos que aconteciam anualmente em diferentes países nas décadas de 1930 e 1945.

Vargas e Salazar também tiveram o seu Goebbels, o ministro da Propaganda de Hitler, alguém responsável pela imagem do governante e do Estado Novo. No Brasil, essa pessoa era o jornalista Lourival Fontes, nomeado para ser o diretor-geral do DIP. Era também o chefe da Casa Civil da presidência da República e de total confiança de Vargas. Desenvolvia um trabalho político de bastidores, tinha simpatia pelos regimes autoritários e defendia o fascismo como um regime que ajudaria a resolver as crises econômicas provocadas pelo sistema liberal e por causa do capitalismo. Naturalmente ele era contra os avanços do comunismo.

Fontes também acreditava que o rádio deveria ser utilizado como um instrumento da propaganda política e, por isso, o governo deveria ter uma rádio oficial para abranger todo o território nacional. Por isso, sempre defendeu o programa *Hora do Brasil*.

Quando se deu o Golpe de Estado, que manteve Vargas no poder como um ditador, Fontes o apoiou porque acreditava que era necessário recuperar a ordem e o nacionalismo e evitar a entrada do comunismo no Brasil.

Era um intelectual de prestígio e, muitas vezes, foi comparado e chamado de "o nosso Goebbels" ou "Goebbels cabloco" porque executou as mesmas práticas autoritárias usando a propaganda ideológica nos veículos de comunicação como imprensa, rádio e cinema. Enquanto esteve à frente do DIP, foi um dos homens mais poderosos do Estado Novo e foi considerado o porta-voz do regime.

Manteve-se no cargo até 1942, quando o DIP passou a ser dirigido pelo ministro de Guerra, general Gaspar Dutra. Nesse ano, o mundo já estava vivendo a 2ª Guerra Mundial e Vargas pediu a todos seus ministros e assessores, identificados com a direita e com a defesa das práticas totalitárias e ditatoriais, para se exonerarem. Entre eles estava Fontes que, em seguida, foi para Nova Iorque, nos Estados Unidos.

O jornalista, que também era procurador da República, retornou ao governo como chefe do Gabinete Civil em 1951 onde se manteve até 1954, quando Vargas foi eleito pelo voto direto. Ele escreveu algumas obras como: *Homens e Multidões* (1950) e *A Face Final de Vargas* (1966).

Em Portugal, o homem forte e braço direito de Salazar era António Ferro, também jornalista – trabalhou como editor, redator e repórter – e escritor. Escreveu 23 livros, um deles *Homens e Multidões* (1938). Outro que o aproximou de Salazar chama-se *Salazar, o Homem e a Obra* (1933), onde estão reunidas as cinco entrevistas realizadas entre 18 e 24 de dezembro com o ministro das Finanças Salazar para o jornal *Diário de Notícias*.

Antes desse encontro com Salazar, Ferro já tinha percorrido vários países e escrito sobre algumas ditaduras e ditadores, entre eles, Benito Mussolini, na Itália, e Adolph Hitler, na Alemanha, cujas histórias estão relatadas na obra *Viagem à Volta das Ditaduras*. Ligado aos intelectuais de Portugal e de outros países europeus e da América Latina, como o Brasil, era simpático às ditaduras. Na

opinião dele, o fascismo e o nazismo restituiriam as tradições populares que haviam sido perdidas em outros tipos de regimes governamentais.

Por estar alinhado à direita, em 1933 ele foi nomeado pelo chefe de Estado para assumir a direção do SPN, onde pode trabalhar em projetos que visavam mostrar aos portugueses e ao mundo as belezas culturais e tradicionais de Portugal. Ao longo de 15 anos, transformou seu país realizando eventos culturais e entregas de prêmios literários e artísticos, organizando exposições de arte moderna e de Portugal para o mundo, criando teatro, filmes, documentários, sempre fundamentados no ideário do regime salazarista.

Foi um propagandista do Estado Novo e, quando a Emissora Nacional entrou no ar, passou a acompanhar a programação, dando sugestões até sobre a maneira mais adequada para os locutores apresentarem seus noticiários, conferências e palestras. Ferro via o novo veículo de comunicação como um instrumento para realizar a sua política. Em 1941, torna-se presidente da estação e programou os *Jogos Florais*, concurso que premiava portugueses, inscritos em diferentes categorias literárias, cujos textos fizessem elogio ao Estado Novo, a Portugal e aos portugueses.

Era confiante e soube trabalhar com uma “política de espírito” importante para o seu país porque podia fazer uma propaganda positiva do regime e de Salazar para o povo. Para ele, política de espírito era uma maneira de estimular o desenvolvimento da arte, da literatura e da ciência.

Ferro cumpriu a missão que lhe foi dada: elevar o espírito dos portugueses por meio, principalmente, da cultura, e valorizando a identidade nacional. Foi considerado um malabarista das ideias e das palavras, e nos seus projetos de incentivo cultural, seguiu as orientações de organismos de propaganda existentes, por exemplo, na Alemanha.

O diretor do SPN sempre trabalhou para que a propaganda ideológica do regime e de Salazar fossem eficazes e capazes de derrubar o derrotismo das ideias contrárias.

Ferro deixou a direção do SPN em 1948, quando o órgão existia há 14 anos. Durante todo o período em que esteve neste cargo, foi criticado por desafetos, que considerava seus inimigos ou inimigos do regime. Depois, foi nomeado ministro de Portugal em Berna. O homem que cuidava da imagem do regime salazarista, de Salazar e de seu país morreu em 1956, quando tinha 61 anos.

Observando o contexto mundial do período em estudo, é necessário citar a posição política do Brasil e de Portugal durante a 2ª Guerra Mundial (1939-1945). Apesar de o Estado Novo ser um modelo similar aos regimes nazista da Alemanha e fascista da Itália e manter uma boa relação comercial com os dois, e também com os Estados Unidos, Vargas teve que fazer uma escolha. Pressionado pelo país americano e a fim de manter a política de boa vizinhança, em agosto de 1942, ele desistiu da neutralidade e aderiu ao conflito ao lado dos Aliados.

O principal argumento para essa decisão foi a promessa de investimentos no Brasil, anunciadas pelo presidente Franklin Roosevelt, como o financiamento da Companhia Siderúrgica Nacional. Um esforço que valeu a pena, já que o presidente tinha interesse em obter benefícios econômicos para acelerar o crescimento e o desenvolvimento do país. Ao tomar essa posição, Vargas teve que se afastar comercialmente da Alemanha e manter uma boa relação com os imigrantes alemães e italianos que viviam, principalmente, no Sul do país. No conflito, a Alemanha e a Itália também estavam sob regimes ditatoriais e aliados com os países do Eixo.

Portugal, diferentemente do Brasil, conseguiu manter a neutralidade durante toda a 2ª Guerra Mundial. O objetivo de Salazar era proteger as alianças comerciais com a Grã-Bretanha e com a Alemanha, para quem vendia volfrâmio (minério usado para produção de lâmpadas e armas), açúcar e tabaco. No entanto, o governo britânico estabeleceu alguns limites que geraram uma guerra econômica e criaram uma crise de racionamento em Portugal.

Com o aumento dos preços dos alimentos, os trabalhadores portugueses conseguiram realizar algumas greves em Lisboa e no Porto. Para amenizar as manifestações e os problemas, o governo apelou para os agricultores para aumentarem o plantio, sem muito sucesso.

Portugal também tentava se proteger do país vizinho, a Espanha que havia passado por uma Guerra Civil e tinha no poder o general Francisco Franco. Por causa do regime repressor, muitos espanhóis cruzavam a fronteira para residir em Portugal, na clandestinidade, ou atravessar o país para cruzar o Atlântico em busca de liberdade.

Salazar também temia que a Espanha, que mantinha boas relações comerciais com a Alemanha e com a Itália, não permanecesse neutra no conflito e, por isso, pudesse invadir o território português. O que acabou não acontecendo.

No entanto, após o término da 2ª Guerra Mundial, com a vitória dos Aliados, os países que tinham adotado o regime ditatorial, totalitário, com repressão e censura aos veículos de comunicação começaram a enfraquecer politicamente. O fortalecimento da democracia como regime de governo e do liberalismo que passou a predominar nos países democráticos, contribuiu para o desaparecimento das ditaduras. Assim, no Brasil, quase que imediatamente, Vargas é deposto em 29 de outubro de 1945. Em Portugal, o salazarismo resistiu por mais 29 anos, até que a Revolução de 25 de abril de 1974, conhecida como Revolução dos Cravos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O rádio, sem dúvida, quando surgiu, conquistou diversos admiradores e estimulou a formação das primeiras emissoras em praticamente todos os países porque tinha uma grande abrangência. Além disso, tinha um alcance muito maior do que os jornais e revistas, e chegava às zonas rurais onde boa parte da população morava. Inicialmente, o receptor era muito caro e, em geral, as pessoas não tinham um poder aquisitivo para comprá-lo. Por isso, eram realizadas muitas transmissões de algumas emissoras, em diferentes cidades, pelos alto-falantes, atingindo um bom número de ouvintes.

As leituras, pesquisas e entrevistas realizadas para a escrita desta tese, deixam claro que Vargas e Salazar tinham consciência da importância do rádio, em plena consolidação na década de 1930, como um meio comunicação para apoio e divulgação das medidas do seu governo. Para Vargas, principalmente, ele poderia servir como um meio de integração nacional, uniformizando a política e a cultura no país.

Foi nesse período que o novo veículo de comunicação se destacou por enaltecer a propaganda política de diversos regimes autoritários, totalitários e ditatoriais, como a Alemanha e a Itália. Muitos governantes perceberam, portanto, que o conteúdo também poderia ter um viés doutrinário. Mas seu uso se deu também em alguns países democráticos como os Estados Unidos e a Grã-Bretanha. Era sem dúvida um meio propagador da ideologia importante para os governantes, independente do tipo de regime.

No entanto, o modelo adotado por Hitler e pelo ministro da Propaganda Goebbels, na Alemanha, que viram no rádio a possibilidade de influenciar a informação e a opinião, foi o principal referencial para o Brasil e Portugal. A forma de publicizar e propagandear as suas realizações foi utilizada por ambos de maneira um pouco diferente. Mas, nas duas nações, foi fundamental para a manutenção de seus governos.

O uso político do rádio durante os Estados Novos no Brasil e em Portugal está evidente, principalmente, porque foi por meio dele que Vargas e Salazar divulgaram algumas decisões e ações políticas, econômicas e sociais colocadas em vigor em seus governos. Pelas ondas sonoras, eles também anunciaram programas sociais e planos para o futuro de suas nações.

Apesar das duas rádios terem uma formação diferente, já que a Nacional do Rio de Janeiro surgiu como uma estação privada, em 1936, e depois passou a ser mista, quando foi encampada pelo governo em 1940, e a Emissora Nacional ter sido criada como estatal, em 1935, ambas transmitiram alguns pronunciamentos e discursos dos seus governantes.

Vargas se apropriou da Nacional do Rio de Janeiro assim que o Estado Novo entrou em vigor, em 1937. A estação teve um papel importante nesse período e, sem dúvida, beneficiou o governo ditatorial de Vargas (1937-1945). A estação irradiava discursos do presidente da República pronunciados em datas comemorativas como o Dia do Trabalhador, o dia 7 de Setembro e em 31 de dezembro, último dia do ano, para fazer um balanço geral das realizações e planos futuros. Nessas horas, dirigia-se à nação tendo como suas primeiras palavras: “Trabalhadores do Brasil!” ou “Brasileiros!”. Carismático e popular, atraia os ouvintes e os convencia de que estava fazendo o melhor para o país e para o povo em geral. Costumava afirmar em toda as conferências que o seu objetivo era lutar pelo desenvolvimento e modernização do Brasil, sempre beneficiando os trabalhadores.

Vargas incentivou ainda a disseminação dos receptores no Brasil e a abertura de emissoras em diferentes lugares do país. O governante também contribuiu para criar mecanismos de apoio à instalação dessas rádios. Quando o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) foi criado em 27 de dezembro de 1939, órgão ligado diretamente ao governo, o rádio foi o principal instrumento usado para divulgar as ações políticas, sociais, econômicas dele para o Brasil. Esse veículo de comunicação, assim como os jornais e revistas, também foi submetido à censura e estava sujeito ao controle do regime em vigor. Quem fazia oposição era, de alguma maneira, silenciado e não podia usar uma emissora para expor sua opinião.

Em Portugal, Salazar não sentia necessidade de investir recursos financeiros na estação estatal. No entanto, intelectuais que trabalharam com o chefe de governo, como António Ferro e Henrique Galvão, eram favoráveis e instrumentalizaram politicamente a Emissora Nacional, criada em 1935. Os dois defendiam a irradiação dos valores ideológicos por meio do ensino e da rádio porque se tratava de um veículo com características universais e com maior alcance ao povo, que na sua maioria era analfabeto e morava em regiões rurais.

Ao contrário de Vargas, Salazar era mais reservado, não gostava de se expor na imprensa e evitou falar ao rádio. Mesmo assim, alguns dos seus discursos foram transmitidos pela emissora estatal. Utilizando um tom mais sóbrio e formal, comunicou aos portugueses as conquistas do regime, voltadas essencialmente para a reestruturação financeira do país.

A programação nas duas emissoras também é um pouco diferente. Na Nacional do Rio de Janeiro, os programas eram praticamente de entretenimento. Havia os de auditório que reuniam cantores e cantoras de sucesso e atraiam centenas de ouvintes, musicais com predominância para a Música Popular Brasileira (MPB), apresentações de orquestras, radionovelas, coberturas esportivas e dois importantes informativos.

Um deles era o *Hora do Brasil*, criado em 22 de julho de 1935, cujo objetivo era divulgar os principais acontecimentos do Executivo e as ações do governo e, ao final, apresentava uma música. Na ditadura, o programa passou a ser obrigatório e começou a ser irradiado de segunda à sexta-feira, das 18h45 às 19h30. O outro programa que entrou no ar durante a ditadura de Vargas foi o *Repórter Esso*, em 28 de agosto de 1941, pela Nacional do Rio de Janeiro. Era transmitido em até cinco edições diárias, de segunda-feira a sábado: às 8 horas, às 12h55, às 18h30, às 20h25 e às 22h05. Aos domingos eram duas edições: às 12h55 e às 20h55. Patrocinado pela Esso Brasileira de Petróleo, o noticiário era produzido com informações da *United Press International (UPI)* e tinha como slogans *Testemunha ocular da história* e *O primeiro a dar as últimas*. O informativo, cujo modelo era americano, foi um importante porta-voz dos países Aliados durante a 2ª Guerra Mundial. Durante o conflito, relatou os principais acontecimentos do *front* a partir do olhar dos Estados Unidos e Inglaterra. Para aqueles ouvintes de origem alemã ou italiana, restava ouvir por receptores com Ondas Curtas emissoras desses países para tomarem conhecimento da outra versão do conflito.

Na Emissora Nacional, a grade era composta por boa parte de música portuguesa, ligeira e clássica, tocada a partir de discos, e orquestrada, apresentada ao vivo por maestros e músicos contratados, como era também na Nacional do Rio de Janeiro. Entre 1935 e 1945, a radionovela praticamente inexistia e sua produção era questionada pelos intelectuais e ouvintes.

Havia espaço diário para um informativo, apresentado, inicialmente, das 12 às 14 horas, e depois das 20 às 24 horas, programas infantis, e espaços com

palestras sobre diversos temas sobre o Estado Novo, o regime, as finanças e economia no país e outros dirigidos às mulheres. Além desses gêneros, a estação contava com um grupo de intelectuais, escritores e jornalistas, simpatizantes ao governo, que proferiam conferências, em geral transcritos depois para serem publicados em jornais ou revistas especializadas. Alguns ministros também tinham espaço para proferir sobre suas administrações com resultados sempre positivos para a nação.

A EN também transmitia alguns pronunciamentos do presidente da República, Óscar Carmona, e do ministro das Finanças e presidente do Conselho de Ministros, Salazar. Geralmente, em ocasiões especiais e não com a freqüência que se verificou na Rádio Nacional do Rio de Janeiro. Outro tipo de programa, incentivado dentro da *Política de Espírito* do país, eram os concursos literários abertos à participação dos ouvintes que quisessem escrever textos, sempre enaltecendo Portugal e o sistema político estabelecido. Ficaram conhecidos ainda os *Jogos Florais*, que promoviam concursos literários, cujos textos deveriam ser elogiosos ao Estado Novo e a Portugal, e o *Hora da Saudade*, dirigido aos portugueses que moravam em colônias de Portugal ou no Brasil.

Aliás, a fim de alcançarem mais ouvintes, que inclusive moravam em outros países, as duas emissoras também irradiaram por meio de Ondas Curtas (OC). Esse investimento em transmissores mais potentes garantiram que as mensagens dos governantes chegassem mais longe e atingissem o seu objetivo de manter no ar informações positivas do regime para os seus compatriotas e também para os estrangeiros. Para o Brasil e para Portugal era interessante expor as realizações dos seus regimes aos ouvintes dos países estrangeiros.

Os informativos, tanto na Nacional do Rio de Janeiro como na Emissora Nacional, eram considerados prioridade. Na EN eles deveriam contribuir para a formação da identidade nacional e, por isso, as locuções deveriam ser em tom sério e formal. O conteúdo, é claro, era controlado por meio da censura. Para isso, existiam órgãos oficiais que tinham um departamento responsável pela radiodifusão. Em Portugal, o Secretariado da Propaganda Nacional tinha influência direta no rádio.

A exemplo do que aconteceu na Alemanha, quando o novo regime ditatorial, denominado nos dois países por Estado Novo, foi instaurado – no Brasil em 1937 e em Portugal em 1933 –, a Constituição garantiu, respectivamente, ao presidente da

República, Getúlio Vargas, e ao presidente do Conselho de Ministros, António de Oliveira Salazar, medidas que se caracterizaram pelo controle e censura à imprensa, e repressão aos políticos, intelectuais e a todos que discordassem do regime político. Para isso, Vargas fechou o Congresso Nacional e terminou com os partidos políticos. Já Salazar, contava com o respaldo e a confiança do presidente da República, o general Óscar Carmona, e criou um único partido, a União Nacional.

Nos dois países, o Estado Novo se manteve com a força do corporativismo que reunia a elite dos militares, empresários, políticos e intelectuais. Mas o controle efetivo dos meios de comunicação e da disseminação da informação foi realizado por órgãos estruturados exclusivamente para esse fim, inspirado novamente no ministério da Propaganda alemão.

No Brasil, durante o Estado Novo, Vargas criou o DIP que ficou sob a responsabilidade do jornalista Lourival Fontes, simpático ao movimento nazista e fascista. O órgão tinha o papel de censurar todos os veículos de comunicação, como jornal, rádio, cinema e teatro, e produzir e divulgar informações e discursos que contribuissem para construir uma imagem positiva do regime e do chefe de estado. Uma das preocupações de Vargas era também manter sob controle a opinião pública em seu próprio benefício e impedir que as críticas dos seus opositores chegassem ao povo.

Em Portugal, Salazar estruturou o Secretariado da Propaganda Nacional (SPN), em 1933, cuja direção foi assumida pelo jornalista António Ferro que era, declaradamente, a favor da ditadura e tinha se notabilizado no país e na Europa por ter entrevistado diversos ditadores como Mussolini e Hitler. Assim que Salazar foi nomeado para ocupar o cargo de ministro das Finanças, em 1928, ele não sossegou enquanto não realizou cinco entrevistas, posteriormente publicadas no *Diário de Notícias* e depois no livro *Salazar, o homem e a sua obra*.

Nos dois países, os órgãos também protegeram os governantes e o Estado dos seus opositores. Pelas referências bibliográficas e documentos localizados sobre o DIP e o SPN, percebe-se o quanto era gasto com a propaganda do Estado Novo e dos seus governantes. Os recursos eram investidos em publicações pagas nos jornais, para a edição de livros e revistas, e na produção de programas radiofônicos dirigidos ao povo. Em Portugal, o Secretariado subsidiava a imprensa, realizava festas e manifestações culturais, organizava exposições dentro e fora do

país e recepcionava e hospedava visitantes como jornalistas, intelectuais e artistas de outros países. No Brasil, sabe-se que o DIP editou diversos livros que apoiavam o regime vigente a fim de manter vivo a imagem positiva do governo. Boa parte das obras abordavam sobre a organização do Estado Novo e suas realizações e os textos tinham um cunho pedagógico. O departamento também editou alguns periódicos e, certamente, mantinha com subsídios a revista *Cultura Política*. Outra publicação que fazia propaganda do Estado Novo era *O Cruzeiro*, que pertencia aos Diários Associados, de Assis Chateaubriand.

Durante a 2ª Guerra Mundial, como diz Eric Hobsbawm, no livro **Era dos Extremos: O breve século XX – 1914-1991**, o rádio alcançou a maioridade como instrumento político e meio de informação. Nesse período, estava no ar também uma batalha sonora, sendo que de um lado constava a versão dos países Aliados e, do outro, os do Eixo. No Brasil, a Rádio Nacional do Rio de Janeiro transmitia notícias da guerra dentro do *Repórter Esso* e a visão era sempre dos Aliados. A posição da Alemanha e da Itália, por exemplo, chegava àqueles que possuiam um receptor em Ondas Curtas e conseguiam sintonizar e ouvir as emissoras desses locais.

Em Portugal, o Secretariado criou um boletim semanal policopiado, a fim de controlar as informações e fornecer à imprensa, a exemplo das agências de comunicação, um modelo com pequenas notícias, alguns dados estatísticos e notas bibliográficas que poderiam até ser comentadas e produzidas de outras maneiras em cada emissora.

Na 2ª Guerra Mundial, o Brasil, pressionado pelos Estados Unidos e interessando nos benefícios econômicos e investimentos que poderia ganhar daquele país, decidiu apoiar os países Aliados. Portugal, no entanto, conseguiu se manter neutra, apesar das pressões que sofria da Alemanha e da Grã-Bretanha, para as quais exportava diversos produtos. Nas décadas de 1930-1940, o Brasil também mantinha boas relações comerciais com a Alemanha.

O fim do conflito representou o retorno à democracia e o término do nazismo, do fascismo e do totalitarismo que vigorava em alguns países europeus. Quando a guerra acabou, Vargas já sabia que o Estado Novo estava com os dias contados e admitia a possibilidade da redemocratização no país. Pressionado pela oposição, acabou sendo deposto do governo. Salazar também sofreu críticas mas permaneceu na chefia do país até 1968, quando ficou doente e foi substituído por

Marcello Caetano, que apoiava o Estado Novo e foi ministro enquanto Salazar administrava o regime ditatorial.

Durante as pesquisas para a escrita desta tese, foram localizados dezenas de exemplares dos jornais *Rádio-Semanal* e *Rádio Nacional*, que continham a programação diária da Emissora Nacional e a transcrição de diferentes palestras e conferências irradiadas no período de 1935 a 1945. Todo esse material foi digitalizado em PDF ou JPEG. No entanto, não puderam ser analisados por completo, já que este não era o objetivo desta pesquisa.

O material coletado servirá para que a autora realize um estudo de pós-doutoramento a partir da análise qualitativa dos conteúdos pronunciados pelos palestrantes e conferencistas, que eram, na verdade, propagandistas do regime, do primeiro-ministro António de Oliveira Salazar e do Estado Novo.

A autora possui também a cópia de diversos discursos de Salazar, publicados em livros editados pelo SPN, e vários pronunciamentos de Vargas que estão disponíveis *online* na Biblioteca da Presidência da República. Todo esse material poderá ser analisado com mais profundidade em um futuro estudo.

REFERÊNCIAS

Bibliografia portuguesa

ACCIAIUOLI, Margarida. **António Ferro, a Vertigem da Palavra. Retórica, Política e Propaganda no Estado Novo.**

AZEVEDO, Cândido. **A censura de Salazar e Marcello Caetano.** Lisboa: Caminho, 1999.

BERNAYS, Edward. **Propaganda**. Renewed by Anne F. Bernays. Lisboa: Mareantes Editora, Unipessoal, Lda, 2005.

CÁDIMA, Rui Francisco. **Salazar, Caetano e a Televisão Portuguesa**. Lisboa: Editorial Presença, 1996.

CARDOSO, J.Pires. **O problema da radiodifusão em Portugal. Alguns aspectos**. Lisboa: O Jornal do Comércio e das Colónias, 1941.

CARVALHO, Alberto Arons de. **A Censura e as Leis de Imprensa.** Lisboa: Seara Nova, 1973.

CAVACO, Susana. **Mercado de Media em Portugal no Período Marcelista**. Os medias no cruzamento de interesses políticos e negócios privados. Lisboa: Edições Colibri, 2012.

CEREJEIRA, Manuel Gonçalves. **Aos Homens de Boa Vontade**. Mensagens de Natal aos Microfones da Emissora Nacional de Radiodifusão (1936-1970). Lisboa: Centro de Documentação da Emissora Nacional, 1970.

COSTA PINTO, António. **O Salazarismo e o Fascismo Europeu – Problemas de Interpretação nas Ciências Sociais**. Lisboa: Editorial Estampa, 1992.

COUTINHO, Ernesto. **A Igreja Católica e o Nacional-Socialismo Alemão**. Lisboa: Serviços de Imprensa e Informação da Embaixada Britânica, 1942.

CRISTO, Dina (2005). **A rádio em Portugal e o declínio do regime de Salazar e Caetano (1958-1974).** Coimbra: Minerva Coimbra, 2005.

CRUZ, Manuel Braga da. **Monárquicos e Republicanos sob o Estado Novo.** Lisboa: Dom Quixote, 1986.

_____. **O Partido e o Estado no Salazarismo.** Lisboa: Editorial Presença, 1988.

_____. **O Estado Novo e a Igreja Católica**. Lisboa: Editorial Bizâncio, 1998.

FRANCO, Graça. **A censura e a imprensa (1820-1974)**. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1993.

GOMES, Joaquim Cardoso. **Os militares e a Censura. A censura à Imprensa na Ditadura Militar e Estado Novo (1926-1945)**. Lisboa: Livros Horizonte, 2006.

GUEDES, Fernando. **António Ferro e a sua Política de Espírito**. Braga: C.A. Artes Gráfica, 1997.

LAVOINNE, Yves. **A Rádio**. Lisboa: Editora Vega. s/d.

LÉONARD, Yves. **Salazarismo e fascismo**. Lisboa: Editorial Inquérito, 1998.

MAIA, Matos. **Telefonia**. Lisboa: Circulo de leitores, 1995.

MATTOSO, José (Direção). **História de Portugal. O Estado Novo**. Vol. VII. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

MEDINA, João. **Salazar, Hitler e Franco**. Lisboa: Horizonte, 2000.

MELO, Daniel. **Salazarismo e Cultura Popular (1933-1958)**. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2001.

MESQUITA, António Pedro. **Salazar na história política do seu tempo**. Lisboa: Editorial Caminho, 2007.

MIGUEL, Aura. **Rádio Renascença: os trabalhos e os dias (1933-1948)**. Universidade Católica Portuguesa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1992.

NASCIMENTO, José. **A história da rádio**. Policopiado. S/d.

OLIVEIRA, Aníbal José Ribeiro de. **História da radiodifusão em Portugal (os contributos do RCP e EN)**. Universidade Nova de Lisboa. Lisboa. Policopiado. 1987.

PAULO, Heloisa. **Estado Novo e Propaganda em Portugal e no Brasil. O SPN/SNI e o DIP**. Coimbra: Livraria Minerva, 1994.

PINTO, António Costa. **O Salazarismo e o Fascismo Europeu**. Lisboa: Editorial Estampa, 1992.

PIRES, Ana Paula. **Portugal e a I Guerra Mundial – A República e a Economia de Guerra**. Lisboa: Caleidoscópio, 2011.

QUÉTEL, Claude. **História da Segunda Guerra Mundial**. Paris: Texto & Grafia, 2011.

RAMOS DE Ó, Jorge. **O lugar de Salazar. Estudo e Antologia**. Lisboa: Alfa, 1990.

RIBEIRO, Nelson. **A Emissora Nacional nos primeiros anos do Estado Novo: 1933-1945**. Lisboa: Quimera Editores, 2005.

_____. **BBC Broadcasts to Portugal in World War II: how radio was used as a weapon of ar**. London: Winston Books, 2011.

RIBEIRO, Fernando Curado. **Rádio: Produção – Realização – Estética**. Lisboa: Arcádia.

ROSAS, Fernando. **Salazar e o Poder. A Arte de saber durar**. Lisboa: Tinta- da-China, 2012.

_____. **Salazarismo e Fomento Económico (1928-1948)**. Lisboa: Editorial Notícias, 2000.

_____. **O Estado Novo (1926-1974**). In: MATTOSO, José (Direção). **História de Portugal.** Vol. VII. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

_____. **Cartazes de Propaganda Política do Estado Novo (1933-1949**). Lisboa: Biblioteca Nacional, 1988.

_____. **O Estado Novo nos anos trinta (1928-1938)**. Vol. I e II. Lisboa: Editorial Estampa, 1986.

_____. **Pensamento e Acção Política. Portugal Século XX (1890-1976)**. Lisboa: Editorial Notícias, 2003.

_____. (Coord.). **Portugal e o Estado Novo (1930-1960).** Lisboa: Editorial Presença, 1992.

_____. (Org.) **O Estado Novo das origens ao fim da autarcia 1926-1959**. Lisboa: Ed. Fragmentos, 1987.

ROSAS, Fernando; BRITO, J. M. Brandão de. **Dicionário de História do Estado Novo**. Volume I e II. Venda Nova: Bertrand Editora, 1996.

ROSAS, Fernando e OLIVEIRA, Pedro Aires (Coordenação). **As Ditaduras Contemporâneas**. Lisboa: Edições Colibri e Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2006.

SALAZAR, Oliveira. **Como se levanta um Estado**. Lisboa: Mobilis in Mobile, 1991.

_____. **O Estado Novo**. Lisboa: Imprensa Nacional de Lisboa, 1933.

SALAZAR, Oliveira (1961). **Discursos. Volume I, 1928-1934**. Coimbra: Coimbra Editora Limitada, 1935.

SALAZAR, Oliveira (1937). **Discursos e Notas Políticas. Volume II, 1935-1937**. Coimbra Editora Limitada, 1937.

SALAZAR, Oliveira (1959). **Discursos e Notas Políticas. Volume III, 1938-1943**. 2ª Edição, Coimbra Editora Limitada.

SALAZAR, Oliveira (1951). **Discursos e Notas Políticas. Volume IV, 1943-1950**. Coimbra Editora, Limitada, 1951.

SANTOS, Rogério. **As vozes do Rádio (1924-1939)**. Lisboa: Editorial Caminho, 2005.

SANTOS, Silvio Correia. **Do rádio estatal ao modelo integrado: compreender o serviço público de radiodifusão em Portugal**. Coimbra: Coimbra Editoras, 2013.

TELO, António José. **Propaganda e Guerra Secreta em Portugal (1939-1945)**. Lisboa: Perspectivas & Realidades, 1990.

_____. **A Neutralidade Portuguesa e o Ouro Nazi**. Lisboa: Livros Quetzal, 2000.

TORGAL, Luís Reis; PAULO, Heloisa (Coordenadores). **Estados autoritários e totalitários e suas representações. Propaganda, Ideologia, Historiografia e Memória**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008.

TORGAL, Luís Reis. **Estados Novos, Estado Novo (Vol. I e II)**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009.

VÁRIOS – **60 anos de Rádio em Portugal 1925-1985**. Lisboa: Editora Veja, 1986.

Bibliografia referencial e fontes portuguesas

BRANDÃO, Fernando de Castro. **Estado Novo. Uma cronologia**. Lisboa: Livros Horizonte, 2008.

BRANDÃO, Pedro Ramos. **Salazar-Cerejeira: a força da Igreja. Cartas do cardeal-patriarca ao presidente do Conselho**. Lisboa: Editorial Notícias, 2002.

CABRITA, Felícia. **Mulheres de Salazar**. Lisboa: Editorial Notícias, 1999.

CABRITA, Henrique. **Esta é a verdade sobre Salazar**. Lisboa: Editorial Império, 1934.

CAETANO, Marcello. **Minhas memórias de Salazar**. Rio de Janeiro: Record, 1977.

CÂMARA Municipal de Loures. **Prisões e presos políticos portugueses durante o fascismo 1926-1974**. Loures: Ed. Municipal de Loures.

CASTRO, Pedro Jorge. **O inimigo nº 1 de Salazar. Henrique Galvão, o líder do assalto ao Santa Maria e do seqüestro de um avião da TAP**. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2010.

CRESPO, Fernando Magalhães. **Os meus 31 anos na Rádio Renascença. Contributo para a história da Emissora Católica Portuguesa. Vol. I – 1974/1990**. Lisboa: Parede Principia, 2011.

CUNHA, António Prata. **Anuário radiofónico português**. Vol III. Lisboa: O Jornal do Comércio e das Colónias, 1938.

DIAS, Augusto. **A Salazar**. Porto: Edições Beira e Douro, 1970.

Emissora Nacional. **Histoire de La Radio au Portugal**. Lisboa, 1965.

FERRO, António. **Salazar, o homem e a sua obra**. Empresa Nacional de Publicidade, 1933.

_____. **Entrevistas de António Ferro a Salazar**. Lisboa: Parceria A.M. Pereira. 2013. Edição nova. Sete entrevistas.

_____. **Dez Anos de Política de Espírito (1933-1943).** Lisboa: Edições SPN, 1943.

_____. **A Política do Espírito e os Prémios Literários do SPN**. Lisboa: Edições SPN. 1935.

_____. **Jogos Florais**. Lisboa: Emissora Nacional, 1949.

_____. **Viagem à volta das Ditaduras**. Lisboa: Tipografia da Empresa do Anuário Comercial, 1927.

_____. **Homens e multidões**. Lisboa: Livraria Bertrand, 1938.

GALVÃO, Henrique. **Boletim da Emissora Nacional (1935-1936)**. Lisboa: Editorial Império Lda, 1935 e 1936.

_____. **Assalto ao Santa Maria**. Lisboa: Edições Delfos, 1973.

GARNIER, Christine. **Férias com Salazar**. Lisboa: Parceria A. M. Pereira, 2002.

LOUÇÃ, Francisco. **Ensaio para uma revolução: 25 Abril: 10 anos de lições**. Lisboa: Ed. Carderno Marxistas, 1984.

MATOS, Helena. **Salazar – A construção do mito (1928-1933)**. Lisboa: Temas e Debates, 2010.

_____. **Salazar – A propaganda (1934-1938)**. Lisboa: Temas e Debates, 2010.

MENESES, Filipe Ribeiro de – Tradução de Teresa Casal. **Salazar: biografia definitiva.** São Paulo: Leya, 2011.

NOGUEIRA, Franco. **Salazar – Os Tempos Áureos (1928-1936) – Volume II**. Coimbra: Atlântida Editora, 1977.

_____. **Salazar – As Grandes Crises (1936-1945) – Volume III**. Coimbra: Atlântida Editora, 1983.

_____ **Salazar – Declínio e Fim (1945-1979) – Volume IV**. Coimbra: Atlântida Editora.

Palestras: de comentário a alguns passos do prefacio do 3º volume de Discursos e Notas Políticas. União Nacional, 1944.

PALMEIRO, João de Moraes (Org.). **Anuário Radiofónico Português**. Volume I. Edição de Rádio-Semanal, 1936.

PIMENTEL, Irene Flunser. **Fotobiografias Século XX. Cardeal Cerejeira**. Lisboa: Circulo de Leitores, 2002.

PRETO, Rolão. **Salazar e a sua época**. Lisboa: Edição do autor, 1933.

PRINCIPE, César. **Os segredos da censura**. Lisboa: Caminho, 1979.

RADIODIFUSÃO Portuguesa. **60 Anos de Rádio em Portugal, 1925-1985**. Lisboa: RDP, 1986.

SALAZAR, António de Oliveira. **A cultura portuguesa e o estado**. Lisboa: Edições SNI, 1946.

_____. **Discursos, notas, relatórios, teses, artigos e entrevistas (1909-1953)**. Lisboa: Editorial Vanguarda, 1954.

SARAIVA, José Hermano. **História Concisa de Portugal**. Lisboa: Publicações Europa-América, 2007.

SALAZAR (1889-1979) – **Grandes Personagens de todos os tempos**. São Paulo: Editora Três, 1974.

SOARES, Mário. **Portugal amordaçado: depoimento sobre os anos do fascismo**. Lisboa: Arcádia, 1974.

VERÍSSIMO, Helena Ângelo. **Os jornalistas nos anos 30/40. Elite do Estado Novo**. Coimbra: Minerva Coimbra, 2003.

VIEIRA, Joaquim (Direção). **Fotobiografias Século XX – António de Oliveira Salazar**. Lisboa: Temas e Debates, 2004.

_____. (Coordenador). **A Nossa Telefonia - 75 anos de Rádio Pública em Portugal**. Lisboa: Tinta-da-China, 2010.

_____. **Cardeal Cerejeira. Fotobiografia**. Lisboa: Temas e Debates, 2009.

Correspondência amorosa entre Salazar e Marilyn Monroe. Lisboa: Edições Mortas, 1997.

Monografias, Dissertações e Teses

FERREIRA, C.M. **O Altifalante do Regime. A Emissora Nacional como Arma de Guerra no Conflito Colonial**. Tese de Mestrado. Universidade de Coimbra, 2007.

FLORÊNCIO, Julia Cristina Leitão. **Os anos da Rádio: Emissora Nacional (1937-1945)**. Monografia defendida na Universidade de Coimbra: Coimbra, 2001.

RODRIGUEZ, Alberto Pena. **El Estado Novo de Oliveira Salazar y la Guerra Civil española: información, prensa y propaganda (1936-1939)**. Madrid, Coimbra, Lisboa. Tese defendida em junho de 1997.

SANTOS, Silvio. **Serviço Público de Radiodifusão em Portugal: do controlo ideológico ao fim da representatividade social.** Tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra em 2012.

Artigos

ARAÚJO, António de. **História da rádio – aparecimento da rádio oficial**. Informação Rádio. Novembro, nº 9, pp.19-20

AZEVEDO, Ana Paula. **As rádios locais no pós-25 Abril**. In: Para a história da Rádio em Portugal. Revista Observatório da Comunicação – Número 4 – Novembro 2001.

CABRAL, Alcinda. **A imagem do clero contestatório junto das classes populares**. In: (Re) Visão das Ditaduras Européias da Segunda Metade do Séc.XX. Porto: Edições Univ. Fernando Pessoa, 2002.

CABRAL, Manuel Villaverde. **Sobre o fascismo e o seu advento em Portugal**. In: Análise Social, vol. XII (48). 1976-4.º, pp.873-915

CORDEIRO, Paula. **A Rádio em Portugal: um pouco de história e perspectivas de evolução**. Universidade do Algarve, 2004. No endereço: http://www.bocc.ubi.pt/pag/cordeiro-paula-radio-portugal.pdf

CRISTO, Dina. **A rádio ao tempo de Salazar e Caetano – censura, propaganda e resistência**. In: Para a história da Rádio em Portugal. Revista Observatório da Comunicação – Número 4 – Novembro 2001. pp. 9-32

CRUZ, Manuel Braga da. **Resistência e dissidência populares à informação salazarista**. In: Revista Economia e Socialismo. Número 30. Setembro de 1978. pp. 44-51

NEVES, João Alves das. **Jornais e jornalistas portugueses no Brasil**. In: História. Ano IX. Nº 98. Dezembro de 1986.

NINHOS, Cláudia. **Como Luvas de Veludo. A estratégia cultural alemã em Portugal (1933-1945)**. In: Relações Internacionais. Setembro, 2012. Pp.103-118.

PAULO, Heloisa. **Vida e Arte do Povo Português. Uma visão da sociedade segundo a propaganda oficial do Estado Novo**. In: Do Estado Novo ao 25 de Abril. Revista de História das Ideias. Volume 16. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1994. pp. 105-134

_____. **A questão do Brasil na propaganda do Estado Novo**. In: Descobrimentos, Expansão e Identidade Nacional. Revista de História das Ideias. Volume 14. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1992. pp. 425-438

PENA, Alberto. **La guerra de propaganda de Salazar – los corresponsales y La guerra civil de España (1936-1939)**. In: Jornalismo em Tempo de Guerra. Revista Media & Jornalismo, Número 3, 2003. pp. 9-22

_____. **Tudo pela Nação, nada contra a Nação. Salazar, La Creación Del Secretariado de Propaganda Nacional y La Censura Hispania**. In: Revista Española de Historia, 2012, vol. LXXII, Número 240, enero-abril, pp. 177-204.

REDONDO, Juan Carlos Jiménez. **Franco e Salazar. Os ditadores solidários**. In: Revista Expresso. Lisboa. Nº 1227. Sábado, 4 de maio de 1996.

RIBEIRO, Nelson. **Momentos Marcantes na história da Rádio Renascença (1937-1987).** In: Para a história da Rádio em Portugal. Revista Observatório da Comunicação – Número 4 – Novembro 2001. pp. 95-112

_____. **A Emissora Nacional: das emissões experimentais à oficialização (1933-1936)**. In: Comunicação & Cultura, n.º 3, 2007. pp. 175-199.

ROSAS, Fernando. **Estado Novo, Império e Ideologia Imperial**. In: Do Estado Novo ao 25 de Abril. Volume 17. Revista de História das Ideias e da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1995. pp. 19-32

_____. **O Salazarismo e o Homem Novo. Ensaio sobre o Estado Novo e a Questão do Totalitarismo nos anos 30 e 40.** In: Estados autoritários e totalitários e suas representações. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008. pp. 31-48

SANTOS, Rogério. **Nos 75 anos de emissões regulares de rádio – História de pioneiros**. In: Os Media nas regiões. Revista Observatório da Comunicação – Número 2 – Novembro 2000. pp. 122-131

_____. **Rádio Clube Português – Da escassez de frequência à grande importância no meio radiofônico nacional (1931-1936)**. In: Media & Jornalismo. Jornalismo em Tempo de Guerra. Coimbra, 2004. Número 3. Ano 2. pp. 51-66.

SEREJO, Fernando. **Rádio – Do marcelismo aos nossos dias (1968-1990)**. In: Para a história da Rádio em Portugal. Revista Observatório da Comunicação – Número 4 – Novembro 2001. pp. 65-95

SILVA, Virgílio Luís. **A Rádio nos anos 50**. In: Para a história da Rádio em Portugal. Revista Observatório da Comunicação – Número 4 – Novembro 2001. pp. 33-64

TORGAL, Luís Reis. **Salazarismo, Alemanha e Europa. Discursos políticos e culturais**. In: Do Estado Novo ao 25 de Abril. Volume 16. Revista de História das Ideias e da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1994. pp. 73-103

XAVIER, Leonor. **Os fragmentos da oposição a Salazar no Brasil**. In: História. Nº 86. Dezembro de 1985.

Bibliografia brasileira

ABREU, Luciano Aronne de. **Getúlio Vargas: a construção de um mito (1928-1930)**. Porto Alegre: EdiPUCRS, 1996.

ARENDT, HANNAH. **Origens do Totalitarismo**. Tradução: Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

BIANCO, Nélia R. Del Bianco; MOREIRA, Sônia Virgínia. (Orgs). **Rádio no Brasil: Tendências e Perspectivas***.* Brasília: EdUERJ, 1999.

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou O Ofício do Historiador***.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

BOBBIO, Norberto. **Estado, governo, sociedade: para uma teoria geral da política***.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; e PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política.** Vol. I. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade – lembrança de velhos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BOSSLE**,** Ondina Pereira**. História da industrialização catarinense: das origens a integração no desenvolvimento brasileiro**. Florianópolis: CNI/FIESC, 1988.

BRIGGS, Asa; BURKE, Peter. **Uma História social da Mídia: de Gutenberg à Internet***.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

BUENO, Eduardo. **História do Brasil**. Porto Alegre: Zero Hora/RBS Jornal, 1996.

BURKE, Peter. **O que é História Cultural?**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

BUSTAMANTE, Enrique. **Historia de La Radio y La Television em España. Uma asignatura pendiente de la democracia**. Barcelona: Editorial Gedisa, S.A, 2013.

CALABRE, Lia. **A era do rádio**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2004.

CAMARGO, Aspásia. **O golpe silencioso**. Rio de Janeiro: Rio Fundo Ed., 1989.

CAMPOS, Francisco. **O Estado Nacional**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1940.

CAPARELLI, Sérgio. **Comunicação de massa sem massa**. São Paulo: Editora Cortez, 1982.

CAPELATO, Maria Helena Rolin. **Multidões em Cena. Propaganda Política no Varguismo e no Peronismo**. Campinas: Papirus, 1998.

_____. **Os arautos do liberalismo. Imprensa paulista 1920-1945**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

_____. **Propaganda política e controle dos meios de comunicação**. In: PANDOLFI, Dulce (org). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

CAPELATO, Maria Helena R.; D'ALÉSSIO, M.. **Nazismo: Política, Cultura e holocausto**. São Paulo: Atual (Coleção Discutindo a História), 2004.

CARONE, Edgar. **A Terceira República (1937-1945)**. São Paulo/Rio de Janeiro, Difel, 1976.

_____. **O Estado Novo (1937-1945)**. São Paulo/Rio de Janeiro: Difel, 1976.

CARRAZZONI, André. **Perfil do Estudante Getúlio Vargas**. Rio de Janeiro: Editora A Noite, 1942.

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano: 1. Artes de Fazer.** Petrópolis: Vozes, 1994.

Departamento de Imprensa e Propaganda. Leis números 1915; 1938; 1049; 2016. Rio de Janeiro, DIP, 1940.

DOMINGUES, Heron. **Rádio Nacional: 20 anos de liderança a serviço do Brasil (1936-1956)**. Rio de Janeiro: Rádio Nacional, 1956.

FAUSTO, Boris. **A Revolução de 30. Historiografia e história**. São Paulo: Brasiliense, 1976.

_____. **História do Brasil**. Brasília: Ministério da Comunicação, Secretaria de Educação à distância, 2002.

_____. **O Pensamento Nacionalista autoritário (1920-1940)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

FERRARETTO, Luiz Artur. **Rádio: o Veículo, a História e a Técnica**. Porto Alegre: Editora Sagra Luzzatto, 2001.

_____. **Rádio no Rio Grande do Sul (anos 20, 30 e 40: dos pioneiros às emissoras comerciais)**. Canoas: Editora da ULBRA, 2002.

GARCIA, Nelson Jahr. **Estado Novo: Ideologia e propaganda política – A Legitimação do estado autoritário perante as classes subalternas**. São Paulo: Loyola, 1982.

GOEBBELS, Joseph. **Diário (1942-1943)**. Rio de Janeiro: Editora A Noite, s/d.

GOLDFEDER, Miriam. **Por trás das ondas da Rádio Nacional**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

GOLIN, Cida; ABREU, João Batista de. (org.) **Batalha Sonora: o rádio e a segunda Guerra Mundial**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006.

GOULART, Silvana. **Sob a verdade oficial: ideologia, propaganda e censura no Estado Novo**. São Paulo: Marco Zero, 1990.

GUERRINI JÚNIOR, Irineu. **Brazilian Section – As transmissões em português da BBC durante a Segunda Guerra Mundial**. In: ABREU, João Batista de.; GOLIN, Cida. (Orgs). Batalha Sonora: o rádio e a Segunda Guerra Mundial. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006.

GURGUEIRA, Fernando Limongeli. **Integração Nacional pelas Ondas**. Editora: Hucitc Editora, 2009

HAUSSEN, Doris Fagundes. **Rádio e Política – tempos de Vargas e Perón**. Porto Alegre: EdiPUCRS, 1997.

HALE, Julian. **La radio como arma política**. Barcelona: Gustavo Gilli, 1979.

HENRIQUE, Affonso. **Ascensão e queda de Getúlio Vargas e o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Record, s.d. v.2.

HOBSBAWM, Eric. **A era dos extremos - O Breve Século XX - 1914 – 1991**. Tradução: Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

_____. **Nações e nacionalismos desde 1780**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

IANNI, Octávio. **A formação do estado populista na América Latina.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

_____. **O colapso do populismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

JAHAR GARCIA, Nelson. **Estado Novo. Ideologia e propaganda política**. São Paulo: Loyola, 1982.

JACKS, Nilda; ESCOSTEGUY, Ana Carolina. **Comunicação e recepção**. São Paulo: Hacker Editores, 2005.

JAMBEIRO, Othon. **Tempos de Vargas: o rádio e o controle da informação**. Salvador: Edufba, 2004.

JENKINS, K. **A História repensada**. Tradução de Mario Vilela. Revisão Técnica de Margareth Rago. São Paulo: Contexto, 2001.

KARAM, Francisco. **Jornalismo, Ética e Liberdade**. São Paulo: Summus, 1997.

_____. **A Ética Jornalística e o Interesse Público**. São Paulo: Summus, 2004.

KLÖCKNER, Luciano. **O Repórter Esso a Síntese Radiofônica Mundial que fez História**. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2008.

_____. **Nova Retórica e Rádio Informativo: estudo das programações das emissoras TSF-Portugal e CBN-Brasil**. Porto Alegre: Evangraf, 2011.

_____. **O noticiário radiofônico como política de guerra e a edição brasileira de O Repórter Esso**. In: In: ABREU, João Batista de.; GOLIN, Cida. (Orgs). Batalha Sonora: o rádio e a Segunda Guerra Mundial. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006.

LEAL FILHO, Laurindo Lalo. **Vozes de Londres – Memórias Brasileiras da BBC**. São Paulo: Edusp, 2008.

LEITÃO, Bárbara Julia Menezello. **Bibliotecas públicas, bibliotecários e censura na Era Vargas e regime militar**. Rio de Janeiro: Interciência; Niterói: Intertexto, 2011.

LIMA, Venício. A. de. **Mídia: Teoria e Política**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

_____. **Mídia: Crise política e poder no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

LOPES, Sonia de Castro. **Lourival Fontes: as duas faces do poder**. Rio de Janeiro: Litteris, 1999.

LOPES, Maria Immacolata V. de. **O rádio dos pobres – Estudo sobre comunicação de massa, ideologia e marginalidade social**. São Paulo: Loyola, 1988.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.

MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de. **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008.

MATA, Maria Cristina **Rádio: memórias da recepção: Aproximação a identidades dos setores populares**. In: MEDITSCH, Eduardo (org). Teorias do Rádio **–** textos e contextos. v.1., Florianópolis: Insular, 2005.

MATTELART, Armand. **Comunicação Mundo – História das idéias e das estratégias**. Petrópolis: Vozes, 1994.

MEDEIROS, Jarbas. **Ideologia autoritária no Brasil (1930-1945)**. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 1978.

MEDITSCH, Eduardo. **O Rádio na Era da Informação – Teoria e técnica do Novo Radiojornalismo**. Florianópolis: Insular, 2001.

MCLUHAN, Marshall. **Os meios de comunicação como extensões do homem**. São Paulo: Cultrix, 1998.

MOREIRA, Sônia Virgínia. **O rádio no Brasil***.* Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1991.

_____. **Rádio palanque**. Rio de Janeiro: Mil Palavras, 1998.

MOREIRA, Sônia Virgínia Moreira (org). **70 anos de Radiojornalismo no Brasil (1941-2011**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.

MORETTO, Fúlvia M. L. **A Era Vargas**. Porto Alegre: Ediplat/CIPEL, 2004.

MUSTAFÁ, Izani. **Alô, alô, Joinville! Está no ar a Rádio Difusora!** A radiodifusão em Joinville/SC (1941-1961). Joinville: Casamarca Ecodesign, 2009.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela Maria de Castro. **Estado Novo: ideologia poder**. Rio Janeiro: Zahar Editora, 1982.

ORTIZ, Renato. **A moderna tradição brasileira: cultura brasileira e indústria cultural**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

_____. **Mundialização e Cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1998.

ORTRIWANO, Gisela Swetlana. S. **Radiojornalismo no Brasil: fragmentos de história***.* Revista USP: Universidade de São Paulo, ano 13, nº 56, página 79, dez. 2002-jan/fev. 2003.

_____*.* **A Informação no rádio: os grupos de poder e a determinação dos conteúdos***.* São Paulo: Summus, 1985.

PANDOLFI, Dulce (org). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

PEIXOTO, Alzira Vargas do Amaral. **Getúlio Vargas, meu Pai**. Rio de Janeiro: Editora Globo, 1960.

PEIXOTO, Celina Vargas do Amaral. **Getúlio Vargas: diário**. Volume I (1930-1936). São Paulo: Siciliano; Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1995.

_____. **Getúlio Vargas: diário**. Volume II (1937-1942). São Paulo: Siciliano; Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1995.

PEROSA, Lilian Maria F. de Lima. **A Hora do clique: análise do programa de rádio *Voz do Brasil* da Velha à Nova República**. São Paulo: Annablume editora, 1995.

PRADO, Maria Lígia. **O populismo na América Latina**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

ROCHA, Amara. **Nas ondas da modernização: o rádio e a TV no Brasil de 1950 a 1970**. Rio de Janeiro: Aeroplano/Faperj, 2007.

RUBIM, Antônio Albino Canelas. **Comunicação e Política***.* São Paulo: Hacker Editores, 2000.

SAMPAIO, Mario Ferraz. **História do rádio e da TV no Brasil e no mundo**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1984.

SAROLDI, Luiz Carlos e MOREIRA, Sonia Virgínia. **Rádio Nacional: o Brasil em sintonia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

SCHUDSON, Michael. **Enfoques históricos a los estudios de la Comunicación**. In.: JENSEN, K.B; JANKOWSKI, N.W.(orgs). **Metodologias cualitativas de investigación em Comunicación de Masas.** Barcelona: Bosch, 1993.

SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena; COSTA, Vanda R. **Tempos de Capanema**. São Paulo: Edusp/Paz e Terra, 1984.

SEITENFUS, Ricardo. **A entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial**. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2000.

SEVERIANO, Jairo. **Getúlio Vargas e a música popular**. Rio de Janeiro: FGV-CPDOC, 1983.

SILVA, Hélio. **Vargas**. Porto Alegre: L & PM, 1980. Coleção: Pensamento Político Brasileiro, v.1.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964)**. Tradução: Ismênia Tunes Dantas. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

SODRÉ, Muniz. **Reinventando a cultura: a comunicação e seus produtos**. Rio de Janeiro: Vozes, 1996.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

_____. **Síntese da história da cultura brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

THOMPSON, John B.. **A mídia e a modernidade. Uma teoria social da mídia**. Petrópolis: Vozes, 1998.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado – história oral**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TINHORÃO, José Ramos. **Música Popular, do gramofone ao rádio e TV**. São Paulo: Ática, 1981.

TOTA, Antonio Pedro. **O imperialismo sedutor: a americanização do Brasil na época da Segunda Guerra**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

_____. **A locomotiva no ar. Rádio e modernidade em São Paulo (1924-1934).** São Paulo: PW Gráficos e Editores Associados, Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo, 1990.

_____. **O Estado Novo**. São Paulo: Brasiliense, 1987. Coleção Tudo é História.

UNESCO. **Um mundo e muitas vozes – comunicação e informação da nossa época**. Relatório da Comissão Internacional para o Estudo dos Problemas da Comunicação. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas/Unesco, 1983.

VARGAS, Getúlio. **A missão social do jornalismo brasileiro**. Discurso pronunciado na ABI em 16 de julho de 1936. In: A nova política do Brasil, v.4. Retorno à terra natal. Confraternização Sul-Americana. A revolução comunista. Novembro 1934 a julho 1937. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938.

Velloso, Mônica; Oliveira, Lúcia Lippi; Gomes, Ângela de Castro. **Estado Novo: ideologia e poder**. Rio de Janeiro Zahar, 1982.

VIEIRA, Lúcia Helena; MEDEIROS, Ricardo. **História do Rádio em Santa Catarina***.* Florianópolis: Insular, 1999.

WEFFORT, Francisco. **O Populismo na política brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

WERNECK SODRÉ, Nelson. **A história de imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

Bibliografia referencial e fontes

ABREU, Luciano Aronne. **Getúlio Vargas: A construção de um mito (1928-30)**. Porto Alegre: EdiPUCRS, 1996.

ALCIDES, Jota. **PRA-8, o Rádio no Brasil***.* Brasília: Fatorama, 1997.

CABRAL, Sérgio. **A MPB na era do Rádio***.* São Paulo: Moderna, 1996.

CAMPOS, Francisco. **O Estado Nacional. Sua estrutura. Seu conteúdo ideológico**. Versão para Ebooks Libris e PDF fevereiro de 2005. http://bibliotecadigital.puc-campinas.edu.br/services/e-ooks/Francisco%20Campos-1.pdf

CASÉ, Rafael. **Programa Casé, o rádio começou aqui***.* Rio de Janeiro: Mauad, 1995.

CLARET, Martin. **O Pensamento vivo de Getúlio Vargas**. São Paulo: Martin Claret Editores, 1989.

CUNHA, Magda.; HAUSSEN, Doris Fagundes. **Rádio Brasileiro: Episódios e Personagens**. Porto Alegre, 2003.

D'ARAUJO, Maria Celina (Org.). **Getúlio Vargas** – Perfis Parlamentares. Nº 62. Câmara dos Deputados. Brasília: Edições Câmara, 2011.

FAOUR, Rodrigo**. Revista do Rádio: cultura, fuxicos e moral nos anos dourados***.* Rio de Janeiro: Relume-Dumará: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 2002*.*

FRANCO, Sérgio da Costa. **Getúlio Vargas e outros ensaios**. Porto Alegre: Ed. Universidade / UFRGS, 1993.

JORGE, Fernando. **Getúlio Vargas e o seu tempo: Um retrato com luz e sombra**. Volume I(1883-1900). São Paulo: T.A. Queiroz, Editor, 1985.

LENHARO, Acir. **Cantores do Rádio: A trajetória de Nora Ney e Jorge Goulart e o meio artístico de seu tempo***.* Campinas: Editora da Unicamp, 1995.

LOPES, Sant-Clair. **Radiodifusão hoje**. Rio de Janeiro: Temário, 1970.

MARANHÃO FILHO, Luiz. **Rádio em todas as ondas***.* Recife: Editora da Universidade Federal de Pernambuco, 1998.

MEDEIROS, Ana Lígia Silva; D'ARAÚJO, Maria Celina Soares. **Vargas e os anos cinqüenta**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1983.

MORAIS, Fernando. **Chatô, o rei do Brasil***.* São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

MEDITSCH, Eduardo. **Teorias do Rádio – Textos e Contextos***.* Volume I. Florianópolis: Insular, 2005.

MEDITSCH, Eduardo; ZUCULOTO, Valci. **Teorias do Rádio – Textos e Contextos***.* Volume II. Florianópolis: Insular, 2008.

MURCE, Renato. **Bastidores do rádio: fragmentos do rádio de ontem e de hoje***.* Rio de Janeiro: Imago, 1976.

NETO, Lira. **Getúlio: dos anos de formação à conquista do poder (1882-1930)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

_____. **Getúlio 1930-1945: Do governo provisório à Ditadura do Estado Novo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

ORTRIWANO, Gisela Swetlana. **Informação no Rádio: Critérios de Seleção de Notícias***.* São Paulo, 1985.

_____. **Os (Des) Caminhos do Radiojornalismo**. São Paulo, 1990.

_____. **A informação no rádio: os grupos de poder e a determinação dos conteúdos**. São Paulo: Summus, 1985.

OLIVEIRA, Sérgio. **Getúlio Vargas depõe: O Brasil na Segunda Guerra Mundial**. Porto Alegre: Revisão Editora Ltda, 1996.

PEREIRA, Moacir. **Imprensa e poder: a comunicação em Santa Catarina***.* Florianópolis: FCC, Lunardelli, 1992.

ROMAIS, Célio. **O que é rádio em ondas curtas***.* São Paulo: Brasiliense, 1994.

SILVA, Hélio. 1954. **1954: Um Tito no coração (O ciclo de Vargas – Volume XVI)**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S.A, 1978.

TAVARES, Reynaldo C. **Histórias que o Rádio Não contou: da galena ao digital, desvendando a radiodifusão no Brasil e no mundo**. São Paulo: Harbra, 1999.

TOTA, Antonio Pedro. **O Estado Novo**. São Paulo: Brasiliense, 1991.

TEIXEIRA, Maria Thereza Rezende. **O anjo branco de Getúlio Vargas: Entre primaveras e verões**. Porto Alegre: AGE, 1999.

USP – **Dossiê 80 anos de rádio**, número 56. Dezembro/ Janeiro / Fevereiro 2002-2003.

VAMPRÉ, Octavio Augusto. **Raízes e Evolução do Rádio e da Televisão**. Porto Alegre: Feplam / RBS, 1979.

VERGARA, Luiz. **Getúlio Vargas passo a passo: 1928 a 1945**. Porto Alegre: AGE, 2000.

_____. **Fui secretário de Getúlio Vargas. Memórias dos anos de 1926-1954**. Porto Alegre: Editora Globo S.A., 1960.

Monografias, dissertações e teses

AMARAL, Karla Cristina de Castro. **Getúlio Vargas: O Criador da Mídia de Ilusões - Análise da Propaganda no Período do Estado Novo**. Mestrado de Comunicação Social. São Paulo, Universidade Metodista de São Paulo, 2001.

BIANCHI, Graziela. **Midiatização radiofônica nas memórias da recepção: Marcas dos processos de escuta e dos sentidos configurados nas trajetórias de relações dos ouvintes com o rádio.** Tese de mestrado em Ciências da Comunicação. São Leopoldo, Unisinos, 2010.

DE MARCO, Benhur. **O controle da Mídia: Elites e a Radiodifusão em Santa Catarina**. Dissertação de mestrado, UFSC, Florianópolis, 1991.

GURGUEIRA, Fernando. **A Integração Nacional pelas Ondas: O Rádio no Estado Novo**. Mestrado de História Social. São Paulo, Universidade de São Paulo, 1995.

MACHADO, Aldonei. **A cidade no Dia: Florianópolis nas Ondas Médias e Curtas do Rádio (Décadas de 40 e 50)**. Dissertação de mestrado apresentada ao PPG em História da UFSC, 1999.

MARTINI, Carina Macedo. **Rádio nacional do Rio de Janeiro: um estudo da consolidação da Emissora no período de 1936-1945**. Mestrado de Educação, Arte e História da Cultura. Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2008.

SOUSA, Marquilandes Borges de. **Semear aos Quatro Ventos. O Uso do Rádio pela Propaganda Política dos Estados Unidos Durante a Segunda Guerra: Os**

Casos do Brasil e do México. Mestrado de Integração da América Latina. São Paulo, Universidade de São Paulo, 2002.

URNAU, Iraci Maria Wenzel. **Autoritarismo, Mídia e Idéia de Nação**. Mestrado de História. Niterói, Universidade Federal Fluminense, 2003.

VARGAS, Emiliana. **Os discursos de Vargas e as polícias sócias no Brasil de 1930 a 1940**. Florianópolis, 2007. Dissertação de Mestrado em Serviço Social. Universidade Federal de Santa Catarina.

ZUCULOTO, Valci Regina Mousquer. **A notícia no radiojornalismo brasileiro: transformações históricas e técnicas**. Porto Alegre, 1998. Dissertação de Mestrado em Comunicação Social – Faculdade de Comunicação Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

_____. **A construção histórica da programação de rádios públicas brasileiras**. Porto Alegre, 2010. Tese defendida na Faculdade de Comunicação Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Artigos

AMARAL VIEIRA, R.A. **O papel do rádio e da tevê na formação da cultura brasileira**. Revista Comum, Petrópolis, Vozes, n.5, 1979.

CABRAL, Sérgio. **Vargas e a música popular brasileira**. Ensaios de Opinião, Rio de Janeiro, Inúbia, 1975.

CAPARELLI, Sérgio. **Políticas de radiodifusão no Brasil**. Cadernos Intercom, São Paulo, Cortez/Intercom, n.8, dezembro, 1985.

ERBOLATO, Mario. **A censura à imprensa durante o Estado Novo**. Revista Comunicarte, Campinas, Unicamp, Instituto de Artes e Comunicação, ano 2, n.4, 1984.

FADUL, Anamaria. **O método comparativo no jornalismo**. Simpósio Acadêmico, São Paulo, ECA/USP, 8 de maio de 1990.

FERNANDES, Mario Luiz; e SALVI, Cristiane. **O sistema de alto-falante como meio de comunicação em Santa Catarina**. Revista Internacional de Folkcomunicação (Edição eletrônica) – Ano V – Número 10 – Novembro de 2007. Endereço eletrônico: http://www.uepg.br/revistafolkcom/anteriores/revista10/index.htm

FERRARETTO, Luiz Artur. **Rádio Sociedade Rio-Grandense: o sarau dos pioneiros esquecidos**. Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. 22º Congresso Brasileiro de Comunicação. Rio de Janeiro, 7 setembro de 1999.

FERRARETTO, Luiz Artur. **Rádio e capitalismo no Brasil: uma abordagem histórica**. Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho “Economia Política e

Políticas de Comunicação" do XVI Encontro COMPÓS – Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação – na Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba (PR), junho de 2007.

FERRETI, Mundicarmo. **O rádio e a cultura nacional. Rádio e cultura no Brasil**. Cadernos Intercom, São Paulo, Cortez, n. 8, 1985.

FREITAS, Décio. **O estado nacional populista**. Jornal Zero Hora, Porto Alegre, Zero Hora Editora Jornalística RBS, 1º de dezembro de 1991, página 4.

HAUSSEN, D. F. **Rádio e imaginário na obra de Erico Veríssimo: uma análise de Incidente em Antares**. Revista Logos: Comunicação e Universidade, vol.18, nº 2, pp: 96-106. Rio de Janeiro, Eduerj, 2011.

_____. **Rádio brasileiro: uma história de cultura, política e integração**. In BARBOSA FILHO, PIOVESAN e BENETON (orgs.). Rádio sintonia do futuro. São Paulo, Paulinas, 2004. pp: 51-62.

LUCA, Tania Regina de. **A produção do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) em acervos norte-americanos: estudo de caso**. In: Revista Brasileira de História. Vol. 31. Nº 61. São Paulo, 2011.

SAROLDI, Luiz Carlos. **Rádio Nacional. A César o que é de César. História da comunicação no Brasil**. Revista de Comunicação, Rio de Janeiro, Agora Comunicação Integrada, ano 5, n. 17.

Internet e Sites em Portugal

A Rádio em Portugal - http://www.qsl.net/ct1nmv/historiadaradio.html

Aminha radio - http://www.aminharadio.com/radio/portugal_rr

Decreto-lei nº 22 783, de 29 de junho de 1933

Decreto-lei nº 30.752, de 14 de setembro de 1940

Decreto-lei nº 22 469, de 11 de abril de 1933

http://www.dre.pt/pdf1s/1933/04/08300/06540654.pdf, visitado em 2 de novembro de 2012, às 15h24.

Entidade Reguladora para a Comunicação Social

http://www.erc.pt/pt/radio

Gabinete para Meios da Comunicação Social

http://www.ics.pt/index.php?op=cont&cid=78&sid=329

Indústrias Culturais. Rogério Santos. http://industrias-culturais.blogspot.pt/

75 anos da rádio pública portuguesa em 2010 http://www.rtp.pt/wportal/sites/radio/75anos/especial_0710.php

Observatório da Comunicação - http://www.obercom.pt/content/82.cp3

- Revista Observatório Nº 4 - Para a história da rádio em Portugal.

Oliveira Salazar – O Obreiro da Pátria - http://www.oliveirasalazar.org, visualizado e pesquisado no dia 2 de agosto de 2013, às 8h15

Museu do Rádio e Televisão Portuguesa - http://museu.rtp.pt/#/pt/recepcao

Textos científicos 25 de abril 1974. Uma aventura para a democracia. – http://www1.ci.uc.pt/cd25a/media/Exposicoes/m2.pdf

Internet e sites no Brasil

A Notícia – www.an.com.br

BBC - http://www.bbc.co.uk/portuguese/institutional/history.shtml

Biblioteca da Presidência da República

http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/getulio-vargas

Caros Ouvintes – carosouvintes.org.br

CPDOC – Fundação Getúlio Vargas - http://www.cpdoc.fgv.br/comum/htm/

Decreto nº 5.077, de 29 de Dezembro de 1939 - http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-5077-29-dezembro-1939-345395-publicacaooriginal-1-pe.html

Decreto nº 4.701, de 17 de setembro de 1942, sobre o comércio de aparelhos de rádio, transmissores ou receptores, seus pertences e acessórios e dá outras providências. http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4701-17-setembro-1942-414790-publicacaooriginal-1-pe.html

Decreto-lei nº 4.828, de 13 de outubro de 1942, que coordena os meios e órgãos de divulgação e publicidade existentes no país e dá outras providências - http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4828-13-outubro-1942-414826-publicacaooriginal-1-pe.html,

Tupy - http://www.tupy.com.br/portugues/home/index.php

Áudios

Oliveira Salazar – O Obreiro da Pátria

http://www.oliveirasalazar.org/galeriaMultimedia.asp, visitado em 2 de agosto de 2013, às 11 horas

No ar, história da Rádio em Portugal

http://www.rtp.pt/play/p221/no-ar, site visitado em 29 de novembro de 2013, às 12 horas

Filmes e vídeos

Portugal

Os Donos de Portugal - http://www.donosdeportugal.net/, visualizado em 1º de agosto de 2013, às 22h30

O maior português de sempre – António de Oliveira Salazar

Documentário produzido pela RTP, dividido em 6 partes e disponível: https://www.youtube.com/watch?v=CDBtgA-81D4&list=PL862D49D23D6FAD52&bpctr=1381269265, visualizado em 8 de outubro de 2013, às 22h40

40 anos depois, tributo a Salazar. Santa Comba Dão – Morreu o homem, a obra perpetua-se **https://www.youtube.com/watch?v=9S_jerXhgaM**

Dr. António de Oliveira Salazar - Videos Históricos

https://www.youtube.com/watch?v=drCXCpE93G8

Discurso radiofônico de Salazar sobre a Democracia

https://www.youtube.com/watch?v=mzllv-IPDtY

A Vida de António de Oliveira Salazar

https://www.youtube.com/watch?v=GCz0n3sGTXE

A Vida Privada de Salazar (Parte 1 e 2)

https://www.youtube.com/watch?v=cJJlru2Xhqk

https://www.youtube.com/watch?v=VV9sVI7GEUg

Brasil

A história do Brasil por Boris Fausto

https://www.youtube.com/watch?v=pSyE82yRaKU

História do Brasil por Boris Fausto - A Era Vargas

https://www.youtube.com/watch?v=-IZ0VmTsIFE

Getúlio (Vargas) do Brasil - Vida e obra política.

https://www.youtube.com/watch?v=Ekj-zmB7sY8

1930, tempo de revolução

https://www.youtube.com/watch?v=vOPeTl3fzd8

Década de 40: Vale a pena ver de novo

https://www.youtube.com/watch?v=1uVNHxXfUqI&list=PL41E91A5052210367

O Velho - A História de Luiz Carlos Prestes

https://www.youtube.com/watch?v=1u02uqMK6Ek&list=PL41E91A5052210367

Fontes de pesquisa

PORTUGAL

Arquivo dos diários de António Salazar (PT-TT- AOS Fundo Arquivo Salazar 1908-1974)

Boletins da Emissora Nacional (Arquivo Municipal de Coimbra)

Diário de Notícias (Diário oficial do governo português) – 1928 e 1933

Diário do Governo – 1933

Documentos do SPN e SNI (Arquivos Nacionais da Torre do Tombo/Arquivo

Documentos do Estado Novo e DIP (Instituto de Estudos Brasileiros – Faculdade de Letras em Coimbra)

Jornal de Notícias (arquivo online das capas com as principais notícias)

Rádio-Semanal (Arquivo da Rádio da RTP e Biblioteca Geral da U. Coimbra) – 1934 a 1939

Rádio Nacional (Biblioteca Municipal de Coimbra / Biblioteca Geral da U. Coimbra) – 1936 a 1945

Bibliotecas consultadas em Portugal

Arquivos Nacionais – Torre do Tombo em Lisboa

Biblioteca Municipal de Coimbra

Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra

Centro de Documentação 25 de Abril da Universidade de Coimbra

Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra

Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra

Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Gabinete de Serviço Público, Ética e Diversidade, na Rádio e Televisão de Portugal (RTP)

Instituto de História e Teoria das Ideias (IHTI) da Universidade de Coimbra

Bibliotecas consultadas no Brasil

Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – documentos do DIP

Biblioteca Nacional

Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro

Museu da Rádio Nacional do Rio de Janeiro

Museu da Imagem e do Som do Rio de Janeiro (MIS-RJ)

Jornal A Ilustrada (Rio de Janeiro, 1933)

Jornal Português (1933 a 1953)

Biblioteca da Presidência da República

http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/getulio-vargas

Entrevistas (Testemunhos)

Fernando Rosas, historiador, especialista em Estado Novo e António de Oliveira Salazar, professor catedrático da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Entrevista concedida em 18 de novembro de 2013, às 17h30.

Rogério Santos, jornalista e professor associado na área de Ciências da Comunicação da Universidade Católica Portuguesa. Estuda o rádio em Portugal. Entrevista concedida em 15 de novembro de 2013, às 13 horas.

Heloisa Paulo, investigadora do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX (Ceis 20) da Universidade de Coimbra. É especialista em Estado Novo e salazarismo e da propaganda política. Entrevista concedida em 6 de janeiro de 2014, às 10 horas.

Luís Reis Torgal, é professor catedrático aposentado de História da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e é coordenador de investigação do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra (Ceis 20). Entrevista concedida em 3 de fevereiro de 2014, às 11 horas.

A N E X O S

Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca

BIBLIOTECA DA
PRESIDÊNCIA
DA REPÚBLICA

III

DISCURSO PRONUNCIADO

PELO

DR. GETULIO VARGAS

POR OCASIÃO DE SUA POSSE COMO CHEFE DO GOVERNO PROVISORIO DA REPUBLICA

3 DE NOVEMBRO DE 1930

O movimento revolucionario, iniciado vitoriosamente a 3 de outubro, no sul, centro e norte do país, e triunfante a 24, nesta capital, foi a afirmação mais positiva, que até hoje tivemos, da nossa existencia, como nacionalidade. Em toda nossa historia politica, não ha, sob esse aspecto, acontecimento semelhante. Ele é, efetivamente, a expressão viva e palpitante da vontade do povo brasileiro, afinal senhor de seus destinos e supremo arbitro de suas finalidades coletivas.

No fundo e na fórma, a revolução escapou, por isso mesmo, ao exclusivismo de determinadas classes. Nem os elementos civis venceram as classes armadas, nem estas impuzeram áqueles o fato consumado. Todas as categorias sociais, de alto a baixo, sem diferença de idade e de sexo, comungaram em um identico pensamento fraterno e dominador: — a construcção de uma Patria nova, igualmente acolhedora para grandes e pequenos, aberta á colaboração de todos os seus filhos.

O Rio Grande do Sul, ao transpôr as suas fronteiras, rumo a Itararé, já trazia comsigo mais da metade do nosso glorioso Exército. Por toda parte, como mais tarde na capital da República, a alma popular confraternizava com

os representantes das classes armadas, em uma admiravel unidade de sentimentos e aspirações.

Realizamos, pois, um movimento eminentemente nacional.

Essa, a nossa maior satisfação, a nossa maior gloria e a base invulneravel sobre que assenta a confiança de que estamos possuidos para a efetivação dos superiores objetivos da revolução brasileira.

Quando, nesta cidade, as forças armadas e o povo depuzeram o Governo Federal, o movimento regenerador já estava virtualmente triunfante em todo o país. A nação, em armas, acorria de todos os pontos do territorio nacional. No prazo de duas ou tres semanas, as legiões do norte, do centro e do sul bateriam ás portas da capital da República.

Não seria dificil prevêr o desfecho dessa marcha inevitavel. A' aproximação das forças libertadoras, o povo do Rio de Janeiro, de cujos sentimentos revolucionarios ninguem poderia duvidar, se levantaria em massa, para bater, no seu último reduto, a prepotencia inativa e vacilante.

Mas era bem possivel que o governo, já em agonia, apegado ás posições e teimando em manter uma autoridade inexistente de fato, tentasse sacrificar, nas chamas da luta fratricida, seus escassos e derradeiros amigos.

Compreendestes, senhores da Junta Governativa, a delicadeza da situação e com os vossos valorosos auxiliares desfechastes patrioticamente sobre o simulacro daquela autoridade claudicante o golpe de graça.

Os resultados beneficos dessa atitude constituem legitima credencial dos vossos sentimentos civicos: integrastes definitivamente o restante das classes armadas na causa da

revolução, poupastes á Patria sacrificios maiores de vidas e recursos materiais e resguardastes esta maravilhosa capital de danos incalculaveis.

Justo é proclamar, entretanto, senhores da Junta Governativa, que não foram sómente esses os motivos que assim vos levaram a proceder. Preponderava sobre eles o impulso superior do vosso pensamento, já irmanado ao da revolução. Era vossa, tambem, a convicção de que só pelas armas seria possivel restituir a liberdade ao povo brasileiro, sanear o ambiente moral da Patria, livrando-a da camarilha que a explorava, arrancar a mascara de legalidade com que se rotulavam os maiores atentados á lei e á justiça — abater a hipocrisia, a farça e o embuste. E, finalmente, era vossa, tambem, a convicção de que urgia substituir o regime de ficção democratica, em que viviamos por outro de realidade e confiança.

Passado, agora, o momento das legitimas expansões pela vitoria alcançada, precisamos refletir, maduramente, sobre a obra de reconstrução que nos cumpre realizar.

Para não defraudarmos a expectativa alentadora do povo brasileiro, para que este continue a nos dar seu apoio e colaboração, devemos estar á altura da missão que nos foi por ele confiada.

Ela é de iniludivel responsabilidade.

Tenhamos a coragem de levá-la a seu termo definitivo, sem violencias desnecessarias, mas sem contemplações de qualquer especie.

O trabalho de reconstrução, que nos espera, não admite medidas contemporizadoras. Implica o reajustamento social e economico de todos os rumos até aqui seguidos. Não tenhamos medo á verdade. Precisamos, por atos e não

por palavras, cimentar a confiança da opinião pública no regime que se inicia. Comecemos por desmontar a maquina do filhotismo parasitario, com toda a sua descendencia espuria. Para o exercicio das funções públicas, não deve mais prevalecer o criterio puramente politico. Confiemo-las aos homens capazes e de reconhecida idoneidade moral. A vocação burocratica e a caça ao emprego público, em um país de imensas possibilidades — verdadeiro campo aberto a todas as iniciativas do trabalho — não se justificam. Esse, com o caciquismo eleitoral, são males que teem de ser combatidos, tenazmente.

No terreno financeiro e economico ha toda uma ordem de providencias essenciais a executar, desde a restauração do credito público ao fortalecimento das fontes produtoras, abandonadas ás suas dificuldades e asfixiadas sob o peso de tributações de exclusiva finalidade fiscal.

Resumindo as idéas centrais do nosso programa de reconstrução nacional, podemos destacar, como mais oportunas e de imediata utilidade:

1) concessão de anistia; 2) saneamento moral e fisico, extirpando ou inutilizando os agentes de corrupção, por todos os meios adequados a uma campanha sistematica de defesa social e educação sanitaria; 3) difusão intensiva do ensino público, principalmente tecnico-profissional, estabelecendo, para isso, um sistema de estimulo e colaboração direta com os Estados. Para ambas finalidades, justificar-se-ia a creação de um Ministerio de Instrução e Saúde Pública, sem aumento de despesas; 4) instituição de um Conselho Consultivo, composto de individualidades eminentes, e sinceramente integradas na corrente das idéas novas; 5) nomeação de comissões de sindicancias, para apu-

rarem a responsabilidade dos governos depostos e de seus agentes, relativamente ao emprego dos dinheiros publicos; 6) remodelação do Exército e da Armada, de acôrdo com as necessidades da defesa nacional; 7) reforma do sistema eleitoral, tendo em vista, precipuamente, a garantia do voto; 8) reorganização do aparelho judiciario, no sentido de tornar uma realidade a independencia moral e material da magistratura, que terá competencia para conhecer do processo eleitoral em todas as suas fases; 9) feita a reforma eleitoral, consultar a nação sobre a escolha de seus representantes, com poderes amplos de constituintes, afim de procederem á revisão do Estatuto Federal, melhor amparando as liberdades, públicas e individuais, e garantindo a autonomia dos Estados contra as violações do governo central; 10) consolidação das normas administrativas, com o intuito de simplificar a confusa e complicada legislação vigorante, bem como de refundir os quadros do funcionalismo, que deverá ser reduzido ao indispensavel, suprimindo-se os adidos e excedentes; 11) manter uma administração de rigorosa economia, cortando todas as despesas improdutivas e suntuarias — unico meio eficiente de restaurar as nossas finanças e conseguir saldos orçamentarios reais; 12) reorganização do Ministerio da Agricultura, aparelho atualmente rigido e inoperante, para adaptá-lo ás necessidades do problema agricola brasileiro; 13) intensificar a produção pela policultura e adotar uma politica internacional de aproximação economica, facilitando o escoamento das nossas sobras exportaveis; 14) revêr o sistema tributario, de modo a amparar a produção nacional, abandonando o protecionismo dispensado ás industrias artificiais, que não utilizam materia prima do país e mais contribuem para

encarecer a vida e fomentar o contrabando; 15) instituir o Ministerio do Trabalho, destinado a superintender a questão social, o amparo e defesa do operariado urbano e rural; 16) promover, sem violencia, a extinção progressiva do latifundio, protegendo a organização da pequena propriedade, mediante a transferencia direta de lotes de terra de cultura ao trabalhador agricola, preferentemente ao nacional, estimulando-o a construir com as proprias mãos, em terra propria, o edificio de sua prosperidade; 17) organizar um plano geral, ferroviario e rodoviario, para todo o país, afim de ser executado gradualmente, segundo as necessidades públicas e não ao sabor de interesses de ocasião.

Como vêdes, temos vasto campo de ação, cujo perimetro pode ainda alargar-se em mais de um sentido, si nos fôr permitido desenvolver o maximo de nossas atividades.

Mas, para que tal aconteça, para que tudo isso se realize, torna-se indispensavel, antes de mais nada, trabalhar com fé, animo decidido e dedicação.

Quanto aos motivos que atiraram o povo brasileiro á revolução, superfluo seria analisá-los, depois de, tão exata e brilhantemente, tê-lo feito, em nome da Junta Governativa, o Sr. General Tasso Fragoso, homem de pensamento e de ação, e que, a par de sua cultura e superioridade moral, pode invocar o honroso titulo de dicipulo do grande Benjamin Constant.

Através da palavra do ilustre militar, apreende-se a mesma impressão panoramica dos acontecimentos, que vos desenhei, já, a largos traços: — a revolução foi a marcha incoercivel e complexa da nacionalidade, a torrente impetuosa da vontade popular, quebrando todas as resistencias,

arrastando todos os obstaculos, á procura de um rumo novo, na encruzilháda dos erros do passado.

Senhores da Junta Governativa.

Assumo, provisoriamente, o governo da República, como delegado da revolução, em nome do Exército, da Marinha e do povo brasileiro, e agradeço os inesqueciveis serviços que prestastes á nação, com a vossa nobre e corajosa atitude, correspondendo, assim, aos altos destinos da Patria.

CRIAÇÃO DOS PRIMEIROS SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO

Decreto n.º 17:899
29 Janeiro 1930
I Série - Número 24

MINISTÉRIO DO COMÉRCIO E COMUNICAÇÕES

(Gabinete do Ministro)

Os progressos da técnica moderna aumentaram consideravelmente o domínio da telegrafia e telefonia sem fios. A radiodifusão tomou um tam grande incremento em todo o mundo que Portugal, embora lastimavelmente não pode deixar de acompanhar esse raro de sciencia com o interesse que deve merecer ao Estado o progresso scientifico dos seus nacionais.

E não é só a radiodifusão. A transmissão de imagens e outras descobertas, que dia a dia estão surgindo num progresso crescente de perfeitibilidade, vão entrando no domínio publico, e que impõe a necessidade de fazer chegar ao conhecimento das camadas populares, e naturalmente da mocidade das escolas, uma sciencia que tem grandes serviços prestar á humanidade.

A radiodifusão, pelo seu alto valor educativo, moral, artistico, literário e scientifico, contribuirá poderosamente para a ilustração dos povos.

Procura-se pelo presente decreto lei criar uns serviços que serão eficientes com a assistência do Estado pelas facilidades que só êle pode conceder, auferindo ao mesmo tempo receita destinada exclusivamente a obter melhoramentos.

Realizando-se a emissão por forma a ser ouvida com aparelhos de fácil aquisição, consegue-se logo a telegrafia sem fios, tornando-a dentro em pouco indispensável a todos.

Prevê-se a instalação de estações radiotelegraficas nos centros principais, por forma a que todos os países sejam abrangidos, e ainda a de estações que possam ser ouvidas nas ilhas adjacentes, colónias portuguesas e no estrangeiro, mormente nos países onde existe um grande núcleo de portugueses ansiosos por notícias da Mãe-Pátria, pondo-os assim em maior contacto com ela.

Facilita a propaganda do País, e consequentemente cria o ensejo azado para o aumento e industria nacionais, com a divulgação dos produtos portugueses, podendo assim obter-se vantajosos compromissos para o desenvolvimento do turismo, com o devido reclame ao nosso clima e aos locais belos e naturais.

Dar-se-há lugar á criação duma nova indústria com a construção de aparelhos e receptores indispensaveis á radioelectricidade.

Torna-se absolutamente livre a recepção sem peias burocráticas ou exigências de pagamento de taxas directas que virão determinar um retraimento prejudicial ao fim que se tem em vista.

Finalmente, de harmonia com a Conferência Internacional de Washington de 25 de Novembro de 1925, e

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:240, de 26 de Novembro de 1926, por força do disposto no artigo 1.º do decreto n.º 16:331, de 9 de Abril de 1928, sob proposta dos Ministros de todas as Repartições

Hei por bem decretar para valer como lei o seguinte:

Artigo 1.º - Os serviços de radiotelegrafia, radiotelefonia, radiodifusão, radiotelevisão e outros que venham a ser descobertos e que se relacionem com a radioelectricidade são monopólio do Estado em todo o território da República.

Art.º 2.º As entidades competentes para administrar, fiscalizar ou explorar os serviços indicados no artigo anterior são:

a) O Ministério do Comércio e Comunicações por intermédio da Administração Geral dos Correios e Telégrafos, no continente da República e ilhas adjacentes.

b) O Ministério das Colónias, nas colónias.

c) Os Ministérios da Guerra e da Marinha quanto às comunicações privativas dos respectivos serviços.

Art.º 3.º - As estações radiotelegraficas e radiotelefonicas existentes pelo Ministérios da Guerra e da Marinha só podem ser aproveitadas para o serviço público por expressa determinação do Governo, ouvida a Administração Geral dos Correios e Telégrafos.

Art.º 4.º É mantida, nos termos do respectivo contrato, a concessão dada pelo Governo á Companhia Portuguesa Radio Marconi, podendo o Governo dar novas concessões, mediante concurso público, para os serviços indicados no artigo 1.º e não compreendidos naquela concessão, por proposta da Administração Geral dos Correios e Telégrafos ou dos serviços próprios do Ministério das Colónias nos limites das respectivas jurisdições.

Art.º 5.º - O Ministério do Comércio e Comunicações, por proposta da Administração Geral dos Correios e Telégrafos, poderá conceder, nos termos

Senado Federal
Subsecretaria de Informações

Este texto não substitui o original publicado no Diário Oficial.

DECRETO N. 20.047 DE 27 DE MAIO DE 1931

Regula a execução dos serviços de radiocomunicações no território nacional

O Chefe do Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil, usando da atribuição que lhe conferem os artigos 1º e 4º do decreto n. 19.398, de 11 de novembro de 1930,

DECRETA:

Art. 1º Os serviços de radiocomunicação no território, nas águas territoriais e no espaço aéreo nacionais são da exclusiva competência da União.

Art. 2º Para os efeitos deste decreto, constituem serviços da radiocomunicação, a radiotelegrafia, a radiotelefonia, a radiofotografia, a radiotelevisão, e quaisquer outras utilizações de radioeletricidade, para a transmissão ou recepção, sem fio, de escritos, sinais, imagens ou sons de qualquer natureza por meio de ondas hertzianas.

Art. 3º Os serviços da radiocomunicação assim se classificam:

1º, quanto à natureza das comunicações que estabelecem:

a) interior: comunicações entre estações brasileiras, fixas, terrestres ou moveis, dentro dos limites da jurisdição territorial do país;

b) internacional: comunicações entre quaisquer estações brasileiras, fixas, terrestres ou moveis, e estações estrangeiras; e entre estações brasileiras, terrestres ou moveis, e estações brasileiras moveis que estiverem fora dos limites da jurisdição territorial do país;

2º, em relação aos fins a que se destinam as comunicações:

a) público: para uso do público em geral;

b) público restrito: para uso dos passageiros dos navios e aeronaves, ou do público nas localidades não servidas pela Repartição Geral dos Telégrafos;

c) limitado: para uso de determinadas pessoas ou para fins particulares;

d) radiodifusão: para difusão de comunicações radiotelefônicas destinadas a serem recebidas pelo público, diretamente ou por intermédio de estações translatoras;

e) especial: para emissão de sinais horários, boletins meteorológicos, avisos aos navegantes e frequências-padrão; serviços de radiofaróis, radiogoniometria, comunicações de amadores, experiências com fins científicos, e outros análogos.

Art. 4º O Governo Federal, a par dos serviços de radiocomunicação executados pela União, quer para as comunicações de carater militar e administrativo, quer para as do público, admitirá a exploração dos que não lhe forem privativos por todos os que satisfaçam e observem as exigências estabelecidas neste decreto e respectivo regulamento.

Parágrafo único. Na execução desses serviços deverão ser ainda observadas as disposições das convenções e regulamentos internacionais, ratificados pelo Governo Brasileiro e aplicaveis à matéria.

Art. 5º A exploração do serviço interior público constitue monopólio da União.

Art. 6º O serviço internacional público será explorado pela União e por terceiros, mediante concessão do Governo Federal.

Art. 7º As concessões para o serviço internacional público serão dadas, pelo prazo renovavel de dez anos, a companhias nacionais idôneas, que constituam a sua diretoria com dois terços, no mínimo, de brasileiros; que admitam somente operadores brasileiros; que empreguem, efetivamente, nos outros serviços, quer técnicos, quer administrativos, dois terços, no mínimo, de pessoal brasileiro; e que se subordinem às demais condições estabelecidas neste decreto e respectivo regulamento.

§ 1º Essas concessões só serão outorgadas às companhias que, alem de preencherem as condições acima estatuidas, comprovarem, mediante apresentação dos seus estatutos, que aos diretores brasileiros competem funções efetivas de administração.

§ 2º Dadas as concessões, que serão intransferíveis, as companhias não poderão alterar os seus estatutos sem prévia autorização do Governo Federal.

Art. 8º O serviço interior público restrito e o serviço internacional público restrito, entre estações terrestres e estações moveis, serão executados pelas estações terrestres do Governo Federal.

Parágrafo único. O Governo Federal, todavia, nos casos em que julgar conveniente ou necessário, poderá permitir que o serviço internacional público restrito seja executado pelos concessionário do serviço internacional público, de que trata o artigo 7º deste decreto, e que o serviço interior público restrito e o serviço internacional público restrito sejam realizados pelos permissionários do serviço inferior limitado, a que se refere o art. 10, ns. 1 e 2. Em qualquer caso, entretanto, tais serviços serão feitos em tráfego mútuo com a Repartição Geral dos Telégrafos.

Art. 9º Os governos dos Estados da União, com prévia permissão do Governo Federal, poderão, sob sua direta administração e responsabilidade, instalar e utilizar, em pontos dos respectivos territórios, estações para a execução do serviço interior limitado, destinado exclusivamente às comunicações radiotelegráficas oficiais, de interesse administrativo do Estado.

Parágrafo único. As estações de cada Estado só podem se comunicar entre si, ficando reservado à União o direito de suspender o seu funcionamento ou desapropriá-las, quando assim o exigir o interesse geral.

Art. 10. O serviço interior limitado poderá ainda ser executado, mediante permissão do Governo Federal, a título precário, por indivíduos, companhias e corporações nacionais, que empreguem exclusivamente técnicos e operadores brasileiros.

Essas permissões só serão dadas:

1º, para prover à segurança, orientação e administração do tráfego terrestre, marítimo, fluvial ou aéreo;

2º, para atender às comunicações de interesse privado, entre localidades não servidas ou entre uma localidade servida e outra não servida, pela Repartição Geral dos Telégrafos, e até que o sejam;

3º, para a recepção, pelas empresas de publicidade, do serviço internacional de imprensa transmitido por estações do exterior, ou de serviço interior de imprensa, transmitido pela Repartição Geral dos Telégrafos, destinado às mesmas empresas, observadas as condições que forem estabelecidas.

Art. 11. Os permissionários do serviço interior limitado, de que trata o n. 1, do artigo anterior, poderão executar tambem o serviço internacional limitado, nos casos em que o Governo julgar necessário ou conveniente.

Art. 12. O serviço de radiodifusão é considerado de interesse nacional e de finalidade educacional.

§ 1º O Governo da União promoverá a unificação dos serviços de radiodifusão, no sentido de constituir uma rede nacional que atenda aos objetivos de tais serviços.

§ 2º As estações da rede nacional de radiodifusão poderão ser instaladas e trafegadas, mediante concessão, por sociedades civís ou empresas brasileiras idôneas, ou pela própria

União, obedecendo a todas as exigências educacionais e técnicas que forem estabelecidas pelo Governo Federal.

§ 3º A orientação educacional das estações da rede nacional de radiodifusão caberá ao Ministério da Educação e Saude Pública e a sua fiscalização técnica competirá ao Ministério da Viação e Obras Públicas.

§ 4º As estações da rede nacional de radiodifusão irradiarão, simultaneamente, programas nacionais, e, isolada ou simultaneamente, programas regionais.

Art. 13. Os serviços das atuais sociedades de radiodifusão continuarão a ser executados, a título precário.

Parágrafo único. A instalação de novas estações só será autorizada de acordo com o parágrafo 2º do artigo anterior.

Art. 14. As irradiações de conferências, aulas ou discursos de carater educacional, científico, artístico, religioso ou político serão precedidas sempre da indicação da pessoa que os pronunciar ou que os tiver escrito, para esse fim, a qual ficará responsavel pelos conceitos que emitir, na forma da legislação que regular a liberdade de pensamento. Igualmente as irradiações de quaisquer escritos, já divulgados ou não por qualquer outro meio, serão precedidas sempre da indicação dos respectivos autores, respeitados os direitos autorais e mantida a responsabilidade pelos conceitos emitidos na forma da legislação aplicavel ao caso.

Parágrafo único. Se não for observado, no momento da irradiação, o disposto neste artigo, a responsabilidade pelos conceitos emitidos recairá sobre o diretor-gerente da sociedade ou da empresa permissionária.

Art. 15. Os aparelhos receptores de radiodifusão poderão ser usados sem objetivo comercial e desde que não produzam perturbações na recepção feita por outrem mediante inscrição e pagamento de uma contribuição anual, na forma do regulamento do presente decreto.

Parágrafo único. Será gratuita a inscrição de aparelhos receptores quando requerida, para os seus sócios, pelas sociedades civis de radiodifusão que participarem da rede nacional, de que trata o parágrafo 1º do art.

Art. 16. A execução de qualquer dos serviços especiais, salvo o de amadores, e de fins científicos ou experimentais, poderá ser feita, a título precário, mediante permissão do Governo Federal, por indivíduos, companhias e corporações nacionais que preencherem as condições exigidas para a exploração do serviço interior limitado.

Art. 17. O serviço especial de fins científicos ou experimentais e de armadores será executado mediante prévia permissão do Governo Federal, a título precário.

§ 1º As estações experimentais ou de fins científicos só poderão ser instaladas com as limitações necessárias por institutos científicos e companhias ou empresas que se dedicarem à exploração de serviços de radiocomunicação, à fabricação ou à montagem de aparelhos radioelétricos.

§ 2º As estações de radiocomunicação dos amadores só poderão ser utilizadas por brasileiros de idoneidade moral, possuidores do respectivo certificado de habilitação.

Art. 18. As estações de radiocomunicação dos navios e aeronaves nacionais só poderão funcionar mediante licença prévia do Governo Federal, obedecendo às prescrições das convenções e regulamentos internacionais, bem como de quaisquer regulamentos que vierem a se adotados.

Parágrafo único. O Governo Federal exigirá, quando julgar conveniente, que os navios e aeronaves, alem de uma estação receptora e transmissora, disponham de outros elementos para assegurar as comunicações em casos de emergência.

Art. 19. As estações de radiocomunicação móveis, quer estrangeiras, quer nacionais, excetuadas as que pertencerem ao Exército e à Marinha, não poderão trafegar quando os navios e as aeronaves estiverem fundeados em águas nacionais ou amarrados no território nacional. As estações dos navios e aeronaves de guerra estrangeiros poderão funcionar, mediante licença especial do Governo Federal.

§ 1º Em casos de emergência, ou quando não houver estação de radiocomunicação fixa ou terrestre dentro da zona que for determinada no regulamento, será permitido o funcionamento das estações moveis a que se refere este artigo.

§ 2º Os comandantes dos navios e das aeronaves que infringirem o disposto neste artigo incorrerão nas penalidades que forem estabelecidas no regulamento.

Art. 20. Nenhuma estação de radiocomunicação será montada sem prévia aprovação do local escolhido e dos planos das respectivas instalações. Essa aprovação será recusada se nas proximidades do local escolhido houver qualquer estação já autorizada, cujo funcionamento possa ser prejudicado, ou se houver outros inconvenientes de ordem técnica.

§ 1º Os serviços de tráfego das estações não poderão ser iniciados sem que tenham sido determinados, previamente, as frequências, potências e indicativos de chamada com que as mesmas deverão funcionar.

§ 2º O direito à frequência fixada para cada estação caducará se o seu funcionamento não for iniciado dentro do prazo que for estabelecido no regulamento, ou se a mesma deixar de trafegar por determinado tempo.

Art. 21. As frequências serão distribuidas de acordo com a seguinte ordem de precedência:

a) defesa nacional;

b) serviços executados pelo Governo Federal;

c) serviços executados por terceiros.

Art. 22. Discriminadas as frequências a serem utilizadas nos serviços, de acordo com a precedência fixada nas alíneas a e b do artigo anterior, as frequências disponiveis serão distribuidas aos serviços de que trata a alínea c do artigo citado, obedecendo à seguinte ordem de preferência:

1º, serviço especial, não compreendidos o de amadores e o de fins científicos ou experimentais;

2º, serviço público;

3º, serviço público restrito;

4º, serviço limitado.

§ 1º Na distribuição dessas frequências terão preferência os concessionários e permissionários que oferecerem o mais elevado índice resultante do seguinte conjunto de condições: prioridade de concessão ou permissão, extensão do serviço, perfeição das instalações e capacidade financeira.

§ 2º Caso se verifique a impossibilidade de consignar todas as frequências pedidas pelos concessionários e permissionários, os que não obstante aplicado o critério do § 1º, não puderem ser atendidos aguardarão oportunidade, observando-se, porem, quando esta se apresentar, a prioridade do requerimento de frequência para cada estação.

Art. 23. As frequências distribuidas poderão ser revistas ou substituidas em qualquer tempo, por motivos de ordem técnica, de defesa nacional ou de necessidade dos serviços federais, e tambem a requerimento dos concessionários e permissionários, quando se verificar a impossibilidade de consignar frequências a novas estações.

§ 1º Caso esta revisão acarrete a modificação de frequências de estações já em funcionamento, observar-se-á, ao serem distribuidas as novas frequências, a prioridade do funcionamento de cada estação.

§ 2º Se, feita a revisão, não for possível consignar frequências às estações a serem instaladas, os concessionários e permissionários aguardarão oportunidade, observando-se, neste caso, o disposto no § 2º do artigo anterior.

Art. 24. O Governo Federal poderá, em qualquer tempo, em carater geral, exigir que os concessionários e permissionários, dentro de determinado prazo, aperfeiçoem as suas instalações, visando especialmente a estabilização das frequências de trabalho que lhes forem consignadas.

Art. 25. A superintendência e a fiscalização dos serviços de radiocomunicação, salvo os do Exército e da Marinha, cabem ao Ministério da Viação e Obras Públicas, por intermédio da Repartição Geral dos Telégrafos.

Art. 26. A fiscalização técnica das estações de radiocomunicação fixas, terrestres ou moveis que não pertencerem ao Exército ou à Marinha, competirá ao Ministério da Viação e Obras Públicas, cabendo, entretanto, às repartições federais que tiverem a seu cargo o registo e vistorias dos navios e das aeronaves, a fiscalização técnica das respectivas estações, enquanto o Governo julgar conveniente.

Parágrafo único. A licença para o funcionamento das estações de radiocomunicação dos navios e das aeronaves será expedida pela Repartição Geral dos Telégrafos, mediante certificado das referidas repartições, respectivamente, de que as instalações preencham as condições que forem exigidas no regulamento, competindo àquelas repartições verificar, a todo tempo, se as ditas estações são mantidas com eficiência, se os operadores estão devidamente habilitados e se os navios e aeronaves estão lotadas com o número de operadores que for fixado, impedindo a saida dos mesmos em caso contrário.

Art. 27. Os Ministérios da Viação e Obras Públicas, da Guerra e da Marinha deverão manter estreitas relações em tudo que disser respeito às radiocomunicações, cumprindo ao primeiro trazer os dois outros ao par de todas as concessões, permissões e licenças, bem como da instalação de estações e suas transformações e alterações técnicas.

Art. 28. Fica criada a Comissão Técnica de Rádio, à qual competirá:

1º, o estudo das questões de carater técnico que forem suscitadas na aplicação deste decreto e respectivo regulamento;

2º, a sugestão de medidas de natureza técnica necessárias à boa execução dos serviços de radiocomunicação;

3º, a coordenação das frequências e potências a serem utilizadas nos serviços de radiocomunicação;

4º, o exame dos locais escolhidos para montagem das estações e das respectivas especificações o característica;

5º, e outros assuntos técnicos que lhe forem cometidos pelo regulamento.

Art. 29. A Comissão Técnica de Rádio será composta de três técnicos em radioeletricidade, sendo um da Repartição Geral dos Telégrafos, designado pelo ministro da Viação e Obras Públicas, um do Exército e um da Marinha, designados pelos respectivos ministros.

§ 1º Os técnicos da Comissão serão designados para servir durante o período de dois anos, sem direito a remuneração pelo exercício dessas funções.

§ 2º O regulamento deste decreto estabelecerá o critério da substituição dos membros da Comissão, de modo que não seja substituido, ao mesmo tempo, mais de um.

Art. 30. A fixação das frequências a serem utilizadas pelos Ministérios da Viação e Obras Públicas, da Guerra e da Marinha nos seus serviços e das que deverão ser empregadas nos serviços de cada concessionário ou permissionário será feita pela Comissão Técnica de Rádio.

Art. 31. A Repartição Geral dos Telégrafos encaminhará à Comissão Técnica de Rádio, com os esclarecimentos que julgar necessários, os papéis referentes aos assuntos sobre os quais tenha esta de resolver. Proferida a sua decisão, a Comissão restituirá os papéis à Repartição Geral dos Telégrafos, que providenciará para a execução das resoluções adotadas, salvo se as julgar inconvenientes aos serviços a seu cargo, caso em que submeterá novamente o assunto à apreciação da dita Comissão ou ao ministro da Viação e Obras Públicas.

Art. 32. As resoluções da Comissão poderão ser reformadas ou anuladas pelo ministro da Viação e Obras Públicas, por conveniência dos serviços a cargo do seu Ministério ou dos da Guerra e da Marinha, por iniciativa dos respectivos ministros, ou, ainda, mediante recurso de terceiros, apresentado dentro do prazo estabelecido no regulamento, observando-se, entretanto, neste caso, a resolução da comissão enquanto não for decidido o recurso.

Parágrafo único. Serão levadas ao conhecimento dos ministros da Guerra e da Marinha as resoluções da Comissão Técnica de Rádio, que forem mandadas executar, bem como as decisões proferidas pelo ministro da Viação e Obras Públicas, reformando-as ou anulando-as.

Art. 33. Quer nos serviços de radiocomunicação federais, quer nos executados em virtude de concessões ou permissões, só poderão ser admitidos e mantidos os operários e técnicos possuidores de certificado de habilitação.

Art. 34. Os certificados de habilitação dos amadores, dos operadores e dos técnicos brasileiros serão expedidos pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, na forma do regulamento, e só concedidos aos não insubmissos ao serviço militar.

Parágrafo único. Os certificados dos técnicos estrangeiros deverão ser revalidados pelo mesmo Ministério.

Art. 35. Os concessionários e permissionários de serviços de radiocomunicação, bem como os amadores e proprietários de receptores de radiodifusão, são obrigados, por si e seus prepostos, a não reproduzir, não comunicar a terceiros, não divulgar de qualquer forma e nem utilizar com qualquer fim, as radiocomunicações interceptadas ou captadas, salvo as destinadas a ser livremente recebidas.

§ 1º Sem prejuizo da responsabilidade criminal em que incorrer o operador que infringir esta disposição, será impedido o funcionamento da estação em que se verificar a infração, enquanto o dito operador não for dispensado efetivamente, do serviço.

§ 2º Se a infração for cometida por amador ou por proprietário de aparelho receptor, ou por qualquer pessoa que deste se utilizar, com ou sem a aquiescência do seu proprietário, será cassada a licença do amador, ou proibida a utilização do aparelho, conforme couber, sem prejuizo da responsabilidade criminal do infrator.

§ 3º Os certificados dos amadores e dos operadores que infringirem esta disposição serão suspensos ou cassados, conforme a gravidade da infração.

§ 4º Se o infrator da disposição deste artigo for admitido, em qualquer tempo, nos serviços de uma estação de radiocomunicação, será suspenso imediatamente o funcionamento dessa estação, até que o infrator tenha sido dispensado.

§ 5º Se o operador de estação de radiocomunicação cometer a infração do disposto neste artigo por ordem do responsavel ou responsaveis pela concessão ou permissão outorgada, esta será cassada, independente de responsabilidade criminal em que aqueles incorrerem.

Art. 36. Os autógrafos de qualquer radiocomunicação só poderão ser exibidos à Repartição Geral dos Telégrafos e aos expedidores e destinatários, aos quais caberá o direito de certidão dos respectivos textos.

Parágrafo único. Quando necessários para prova em juizo, os autógrafos serão exibidos na dependência em que se acharem arquivados, mediante requisição do juiz competente.

Art. 37. O Poder Executivo, por motivo de ordem ou segurança pública, poderá suspender, em qualquer tempo e por prazo indeterminado, a execução dos serviços de radiocomunicação no território nacional, ou o funcionamento de todas as estações situadas em determinada região do país, sem que aos respectivos concessionários ou permissionários assista o direito a qualquer indenização.

Parágrafo único. Independentemente desta disposição, são aplicáveis às concessões e permissões previstas neste decreto os preceitos da legislação sobre desapropriações por necessidade ou utilidade pública e requisições militares.

Art. 38. As normas a serem observadas na exploração de cada uma das modalidades das radiocomunicações serão especificadamente determinadas no regulamento para execução deste decreto.

Parágrafo único. O regulamento que for expedido poderá ser modificado, no todo ou em parte, de acordo com os aperfeiçoamentos técnicos das radiocomunicações, mantidos, porem, os princípios estabelecidos neste decreto.

Art. 39. Na exploração dos serviços de radiocomunicação deverão ser observados e aplicados os regimes de contribuição e de tráfego que estiverem em vigor ou que vierem a ser

estabelecidos, ficando entendido, entretanto, que o serviço radiotelegráfico internacional público do tráfego mútuo só poderá ser feito com a Repartição Geral dos Telégrafos ou, por intermédio desta e mediante autorização do Governo, com as empresas de cabos telegráficos, submarinos. Igualmente o serviço radiotelefônico internacional público em tráfego mútuo só poderá ser executado com a Repartição Geral dos Telégrafos ou em conexão ou conjugadamente com as redes telefônicas existentes no país. Em caso algum, porem, será permitido o tráfego mútuo dos serviços radiotelegráficos com os radiotelefônicos ou telefônicos.

Parágrafo único. O regime e as quotas de fiscalização desses serviços serão estabelecidos no regulamento deste decreto.

Art. 40. Incorrerá em responsabilidade criminal, na forma da legislação aplicavel à matéria, quem quer que, no território nacional, instale, utilize ou opere, por si ou por conta de outrem, estações ou aparelhos de radiocomunicação, com inobsevância do presente decreto e respectivo regulamento, ou, de qualquer sorte, e por qualquer meio, intencionalmente pertube, dificulte ou impeça a execução dos serviços de radiocomunicação.

Art. 41. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 27 de maio de 1931, 110º da Independência e 43º da República.

GETULIO VARGAS.

José Americo de Almeida.

Francisco Campos.

José Fernandes Leite de Castro.

Conrado Heck.

Legislação

Legislação Informatizada - Decreto nº 21.111, de 1º de Março de 1932 - Publicação Original

Veja também:
Republicação Retificação Retificação Retificação Dados da Norma

Decreto nº 21.111, de 1º de Março de 1932

Aprova o regulamento para a execução dos serviços de radiocomunicação no território nacional.

O Chefe do Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil, usando das atribuições que lhe conferem os arts. 1º e 4º do decreto n. 19.398, de 11 de novembro de 1930,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o regulamento que com este baixa, assinado pelo ministro de Estado dos Negócios da Viação e Obras Públicas, para a execução dos serviços de radiocomunicação no território nacional, a que se refere o decreto n. 20.047, de 27 de maio de 1931.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 1 de março de 1932, 111º da Independência e 44º da República.

GETULIO VARGAS
José Americo de Almeida.

Regulamento a que se refere o decreto n. 21.111, desta data

REGULAMENTO PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE RADIO-COMUNICAÇÃO NO TERRITÓRIO NACIONAL

CAPÍTULO I

NATUREZA DOS SERVIÇOS

Art. 1º Para os efeitos deste regulamento, constituem serviços de radiccomunicação: a radiotelegrafia, a radiotelafonia, a radiotelefotografia, a radiotelevisão e quaisquer outras utilizações da radioeletricidade, para a transmissão ou recepção, sem fio, de escritos, signos, sinais, sons ou imagens de qualquer natureza, por meio de ondas hertzianas.

Art. 2º Os serviços de radiocomunicação assim se classificam:

1º Quanto à natureza das comunicações:

a) serviço interior, relativo a comunicações entre quaisquer estações brasileiras, fixas, terrestres ou moveis, dentro dos limites da jurisdição territorial do pais;

b) serviço internacional, relativo a comunicações entre quaisquer estações brasileiras, fixas, terrestres ou moveis, e estações estrangeiras; e entre estações brasileiras, terrestres ou moveis, e estações brasileiras moveis que estiverem fora dos limites da jurisdição territorial do país.

2º Quanto aos fins a que se destinam as comunicações:

a) serviço público, relativo ao uso do público em geral;

b) serviço público restrito, relativo ao uso das pessoas a bordo dos navios e aeronaves ou do público nas localidades ainda não servidas pelo Departamento dos Correios e Telégrafos;

c) serviço limitado, relativo ao uso de determinadas pessoas, ou destinado a fins particulares;

d) serviço de radiodifusão, relativo a radiocomunicações de sons ou imagens destinadas a serem livremente recebidas pelo público;

e) serviço especial, relativo à emissão de sinais horários, boletins meteorológicos, avisos aos navegantes, radiofaróis e frequências-padrão; serviços de radiogoniometria, comunicações de amadores, experiências com fins científicos e outros análogos.

§ 1º O serviço interior, para os efeitos de interferência, é considerado internacional.

§ 2º O serviço entre estações brasileiras, terrestres ou moveis, e estações brasileiras moveis que estiverem fora dos limites da jurisdição territorial do país, é considerado público restrito interior para efeito da aplicação da respectiva tarifa.

§ 3º As estações moveis poderão ser utilizadas quer nas radiocomunicações interiores quer nas internacionais.

CAPÍTULO II

DEFINIÇÕES

Art. 3º No presente regulamento os termos abaixo significam:

Radiocomunicação, transmissão ou recepção sem fio de escritos, signos, sinais, imagens ou sons de qualquer natureza, por meio de ondas hertzianas;

Radiotelegrafia, radiocomunicação de textos por meio de sinais convencionais;

Radiotelefonia, radiocomunicação por meio de palavras ou sons;

Radiotelefotografia, radiocomunicação de imagens inanimadas (fotografias, desenhos, planos, manuscritos, fac-similes, etc.);

Radiotelevisão, radiocomunicação de imagens animadas;

Radiodifusão, radiocomunicação de sons ou imagens destinas a ser livremente recebida pelo público;

Estação, conjunto de aparelhos (transmissor, receptor ou trasmissor-receptor) destinado a efetuar uma radiocomunicação;

Transmissor ou receptor, conjunto de aparelhos irradiadores ou coletores de ondas electro-magnéticas;

Estação fixa, estação permanentemente localizada e que se comunica com uma ou mais estações localizadas da mesma maneira;

Estação movel, estação susceptivel de se mover e que normalmente se move;

Estação de bordo, estação instalada a bordo de navio que não tenha amarração permanente;

Estação de aeronave, estação instalada a bordo de aeronave;

Estação terrestre, estação que, não sendo uma estação movel, é utilizada para comunicações com estações moveis, pode ser uma estação costeira, uma estação aeronáutica ou uma estação qualquer em terra firme que se comunica com estações moveis quaisquer, caso em que só é considerada terrestre durante as comunicações com essas estações moveis;

Estação costeira, estação terrestre utilizada nas comunicações com as estações de bordo; pode ser uma estação fixa utilizada tambem nas comunicações com as estações de bordo, caso em que é considerada como estação costeira durante o período de seu serviço com as estações de bordo;

Estação aeronáutica, estação terrestre utilizada nas comunicações com as estações de aeronave; pode ser uma estação fixa utilizada tambem nas comunicações com as estações de aeronave, caso em que só é considerada como estação aeronáutica durante o período de seu serviço com as estações de aeronave;

Estação radiofarol, estação especial, cujas emissões são destinadas a permitir que uma estação receptora movel obtenha uma marcação, ou uma direção em relação ao radiofarol;

Estação radiogoniométrica, estação provida de aparelhos especiais destinados a determinar a direção das emissões de outras estações;

Estação ele radiodifusão, estação instalada para a radiocomunicação de sons ou imagens destinada a ser livremente recebida pelo público;

Estação experimental: a) estação que tenha por finalidade o progresso técnico ou científico das radiocomunicações; b) estação utilizada por um amador, isto é, por pessoa devidamente autorizada, que se dedique à técnica radioelétrica com fim pessoal exclusivo e sem interesse comercial;

Administração, administração governamental;

Empresa particular, qualquer indivíduo, companhia, empresa ou corporação que explora uma ou mais estações de radiocomunicação;

Radiotelegrama, telegrama originário de ou destinado a uma estação movel, transmitido, em todo ou em parte de seu percurso, por meios radioelétricos;

Correspondência pública, qualquer radiocomunicação que uma estação, em virtude de estar aberta ao serviço do público deve dele aceitar para ser transmitida.

CAPÍTULO III

COMPETÊNCIA

Art. 4º São da exclusiva competência da União os serviços de radiocomunicação no território, nas águas territoriais e no espaço aéreo nacionais, ficando sob sua imediata dependência toda e qualquer legislação sobre os mesmos serviços.

EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Art. 5º A par dos serviços de radiocomunicação de carater público, administrativo e militar, executados exclusivamente pela União, poderá admitir o Governo Federal, se houver conveniência e interesse para o país, a execução, por terceiros, de outros serviços que lhe não forem privativos, desde que sejam estritamente observadas e satisfeitas as exigências estabelecidas neste regulamento e as disposições das convenções e regulamentos internacionais ratificados pelo Governo do Brasil e aplicaveis à matéria.

SERVIÇO PÚBLICO INTERNACIONAL

Art. 6º A execução do serviço público internacional será feita pela União ou, mediante concessão do Governo Federal, por companhias nacionais, idôneas, devidamente organizadas, que preencherem as condições previstas neste regulamento.

SERVIÇo PUBLICO INTERIOR

Art. 7º A execução do serviço público interior constitue monopólio da União e será feita pelo Departamento dos Correios e Telégrafos.

SERVIÇO PÚBLICO RESTRITO

Art. 8º O serviço público restrito, interior ou internacional, entre estações terrestres e estações moveis, será feito pelas estações terrestres do Governo Federal.

§ 1º Poderá, entretanto, o Governo, nos casos em que julgar conveniente ou necessário, sem prejuizo dos interesses da União, permitir a execução do serviço público restrito internacional pelas concessionárias ao serviço público internacional e a do serviço público restrito, interior ou do serviço interior limitado, a que se referem os ns. 1 e 2 do § 1º do art. 9º.

§ 2º Esses serviços, sempre que couber, deverão ser feitos em tráfego mútuo com o Departamento dos Correios e Telégrafos e não poderão, em caso algum, ser executados entre as estações terrestres dos permissionários.

SERVIÇO LIMITADO

Estadual

Art. 9º O serviço interior limitado poderá, mediante prévia permissão do Governo Federal, ser executado sob a direta administração e responsabilidade dos Governos dos Estados, por meio de estações instaladas em pontos dos respectivos territórios e destinadas exclusivamente às comunicações radiotelegráficas oficiais, de interesse administrativo do Estado, inclusive as referentes aos serviços policiais.

As estações de cada Estado só se poderão comunicar entre si, ficando reservado ao Governo Federal o direito de suspender-lhes o funcionamento quando infringirem as disposições regulamentares, ou desapropriá-las, quando assim o exigir o interesse geral.

De segurança, orientação e administração do tráfego e em localidades não servidas

§ 1º Poderá ainda o serviço limitado interior ser executado, a título precário, mediante permissão do Governo Federal, por indivíduos, companhias, empresas, sociedades ou corporações nacionais, idôneas, que empreguem unicamente técnicos e operadores brasileiros e quando haja necessidade, devidamente justificada, desse meio de comunicação.

Essas permissões só serão dadas:

1º, para prover, exclusivamente, à segurança, orientação e administração do tráfego terrestre, marítimo, fluvial ou aéreo;

2º, para atender às comunicações de interesse privado, entre localidades ainda não servidas ou entre uma localidade já servida e outra não servida pelo Departamento dos Correios e Telégrafos, e até que o sejam;

De imprensa

3º, para a recepção, pelas empresas de publicidade, do serviço internacional de imprensa transmitido por estações do exterior, ou do serviço interior de imprensa transmitido pelas estações do Departamento dos Correios e Telégrafos, mediante autorização autêntica do expedidor, ratificada pela administração do país a que pertencer a estação, no primeiro caso, pelo citado Departamento, no segundo respeitadas as restrições e condições constantes da referida autorização.

§ 2º Os permissionários do serviço limitado interior, a que se refere o n. 1 do parágrafo anterior, poderão tambem executar o serviço limitado internacional, mas somente nos casos em que o Governo julgar conveniente ou necessário.

SERVIÇOS ESPECIAIS

Sinais horários

Art. 10. O serviço especial relativo à emissão de sinais horarios é da exclusiva competência do Governo Federal.

Frequências-padrão

§ 1º A emissão de frequências-padrão será feita pelo Governo Federal ou, mediante permissão deste, a título precário, por institutos científicos, companhias ou empresas idôneas, devidamente aparelhadas para perfeita execução desse serviço.

Boletins meteorológicos e avisos aos navegantes

§ 2º A emissão de boletins meteorológicos e avisos aos navegantes será feita pelo Governo Federal ou, mediante permissão deste, a título precário, pelos permissionários do serviço limitado.

Radiofaróis e radiogoniometria

§ 3º O Governo Federal executará os serviços de radiofaróis e de radiogoniometria nos pontos em que julgar convenientes esses serviços, podendo, entretanto, permitir que, a título precário, sejam eles efetuados pelos permissionários do serviço limitado a que se refere o n. 1 do § 1º do art. 9º.

Fins científicos ou experimentais e amadores

§ 4º O serviço de fins científicos ou experimentais e o de amadores poderão ser executados, a título precário, mediante prévia permissão do Governo Federal, respectivamente:

1º, por institutos científicos, ou por companhias ou empresas que se dedicarem à execução de serviços de radiocomunicação ou à fabricação ou montagem de aparelhos radioelétricos.

2º, por brasileiros de idoneidade moral, possuidores de certificado de habilitação de amador.

SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO

Art. 11. O serviço de radiodifusão é considerado de interesse nacional e de finalidade educacional.

§ 1º O Governo Federal promoverá a unificação dos serviços de radiodifusão, tendo em vista estabelecer uma rede nacional que atenda aos objetivos desses serviços.

§ 2º Poderão as estações da rede ser instaladas pela União ou, mediante concessão do Governo Federal, por sociedades civís, companhias ou empresas nacionais idôneas, observadas todas as exigências educacionais e técnicas que forem por ele estabelecidas.

§ 3º A orientação educacional do serviço das estações da rede cabe ao Ministério da Educação e Saude Pública, que baixará as instruções necessárias a esse fim.

§ 4º O plano e a fiscalização dos serviços de radiodifusão competem ao Ministério da Viação e Obras Públicas.

§ 5º Continuarão a ser executados, a título precário, os serviços das atuais sociedades civís da radiodifusão, desde que estas se submetam às exigências educacionais de que trata o § 2º, ficando a instalação de novas estações dessas sociedades subordinada a todas as exigências contidas no mesmo parágrafo. As mesmas sociedades ficam tambem sujeitas às disposições deste regulamento, a não ser nos casos nele expressamente ressalvados.

SUSPENSÃO DAS COMUNICAÇÕES

Art. 12. Por motivo de ordem ou segurança pública, de guerra ou ameaça de guerra, ou ainda para preservar a neutralidade do Brasil, poderá o Governo Federal suspender, em qualquer tempo e por prazo indeterminado, sem que assista às concessionárias ou aos permissionários direito a qualquer indenização, a execução dos serviços de radiocomunicação no território nacional, ou o funcionamento de todas as estações em determinada região do país, bem como proibir ou limitar a fabricação, apropriação, posse ou venda de quaisquer aparelhos de radiocomunicação, sendo-lhe tambem facultado remover ou manter no local, sob a sua guarda, os aparelhos e demais acessórios das estações cujos serviços houverem sido por ele suspensos.

DESAPROPRIAÇÕES E REQUISIÇÕES

Parágrafo único. Em qualquer tempo, são aplicaveis às concessões e permissões os preceitos da legislação sobre desapropriações por necessidade ou utilidade pública e requisições militares.

LIMITAÇÃO AO ESTABELECIMENTO DE ESTAÇÕES

Art. 13. Tendo em vista a conveniência de melhor aproveitamento das comunicações telegráficas, telefônicas e radiotelegráficas em pontos em que já sejam eficientes, poderá o Governo Federal, a todo tempo, negar autorização para o estabelecimento de novas estações nesses pontos.

NORMAS A SEGUIR NOS SERVIÇOS

Art. 14. As normas de natureza técnica e administrativa a serem observadas na execução de cada uma das modalidades das radiocomunicações, serão as determinadas neste regulamento e as que forem, de futuro, objeto de instruções baixadas pelo Governo Federal.

APERFEIÇOAMENTO DAS INSTALAÇÕES

Art. 15. O Governo Federal poderá a qualquer tempo, em carater geral, exigir que as concessionárias e os permissionários aperfeiçoem, dentro de determinado prazo, as suas instalações, tendo em vista o disposto na letra a do art. 53.

CAPÍTULO IV

PROCESSO A SEGUIR NA OUTORGA DE CONCESSÕES E PERMISSÕES

Concessões

Art. 16. As concessões serão outorgadas por decreto, acompanhado de cláusulas que regulem onus e vantagens a serem firmados em contrato.

§ 1º As concessões para a execução de serviço público internacional, alem de qualquer outra exigência que o Governo julgue conveniente aos interesses nacionais, deverão estipular:

a) natureza e fins do serviço;

b) número das estações e nomes das localidades onde serão estabelecidas;

c) prazo da concessão, máximo de dez (10) anos, renovavel a juizo do Governo;

d) constituição da diretoria das concessionárias com dois terços (2/3), no mínimo, de brasileiros; admissão exclusiva de operadores brasileiros; emprego efetivo nos outros serviços, técnicos e administrativos, de dois terços (2/3), no mínimo, de pessoal brasileiro;

e) pagamento à União das contribuições aplicaveis ao serviço, de acordo com o art. 93.

f) depósito de uma caução, nunca inferior a cinquenta contos de réis (50:000$0), para garantia da execução do contrato;

g) prazo de três (3) meses, a contar da data do registo do contrato pelo Tribunal de Contas, para serem

submetidos a exame e aprovação do Governo os locais escolhidos para a montagem das estações.

h) prazo de seis (6) meses, a contar da data da aprovação dos locais das estações, para serem submetidos a exame e aprovação do Governo as plantas, orçamentos e todas as demais especificações técnicas das instalações;

i) prazo de dois (2) anos, a contar da data da aprovação das plantas, orçamentos e todas as demais especificações técnicas das instalações, para a abertura das estações ao serviço, salvo motivo de força maior, devidamente comprovado e reconhecido pelo Governo;

j) obediência às posturas municipais aplicaveis ao serviço da concessão;

k) obrigação de serem fornecidos ao Departamento dos Correios e Telégrafos todos os elementos que este venha a exigir, para os efeitos da fiscalização;

l) intransferibilidade, direta ou indireta, da concessão;

m) proibição de ser firmado qualquer convênio, acordo ou ajuste com outras companhias ou empresas de comunicações, sem prévia aprovação do Governo;

n) submissão aos preceitos estabelecidos nas convenções internacionais e regulamentos anexos, bem como a todas as disposições contidas em leis, decretos, regulamentos ou instruções que existam ou venham a existir, referentes ou aplicaveis aos serviços da concessão;

o) observância de tarifas pelo Governo;

p) preferência para a transmissão dos despachos oficiais, com a redução de cinquenta por cento (50 %) sobre as taxas próprias da concessionária;

q) transmissão e recepção gratuitas do serviço meteorológico, até cem (100) palavras diárias;

r) obrigação de ser firmado convênio de tráfego mútuo com o Departamento dos Correios e Telégrafos;

s) submissão ao regime de fiscalização que for estabelecido pelo Governo;

t) obrigação de, em qualquer tempo, serem prestadas ao Governo informações que permitam ajuizar do modo como está sendo explorada a concessão;

u) submissão à ressalva de direito da União sobre todo o acervo, para garantia de liquidação de qualquer débito para com ela;

v) obrigação de ser mantido sempre em ordem e em dia o registo de todas as radiocomunicações efetuadas;

x) suspensão temporária do serviço, todo ou em parte, nos casos previstos no art. 12, obediência à primeira requisição da autoridade competente e, havendo urgência, cessação do serviço em ato sucessivo à intimação, sem que, por isso, assista à concessionária direito a qualquer indenização;

y) prazo de trinta (30) dias, a contar da data da publicação do decreto de concessão no Diário Oficial, para a assinatura do respectivo contrato, sob pena de ser, desde logo, considerada nula a concessão.

§ 2º Dadas as concessões, não poderão as companhias alterar seus estatutos sem prévia autorização e aprovação do Governo.

Art. 17. As concessões para a execução do serviço de radiodifusão devem obedecer aos preceitos estabelecidos no artigo anterior e seus parágrafos, excetuadas as estipulações contidas nas letras f, m, o, p, q e r do § 1º, a incluida a obrigação de irradiarem as concessionárias, diariamente, os boletins ou avisos do serviço meteorológico.

Permissões

Art. 18. As permissões para a execução do serviço limitado, do serviço público restrito e dos serviços especiais, exceto o de amadores, serão dadas por portaria do ministro da Viação e Obras Públicas.

Serviço limitado

§ 1º As permissões relativas ao serviço, limitado, alem de qualquer outra exigência conveniente aos interesses nacionais, deverão estipular:

a) nacionalidade do permissionário, natureza e fins do serviço e carater precário da permissão;

b) número das estações e nomes das localidades onde serão estabelecidas;

c) obediência às posturas municipais aplicaveis ao serviço da permissão;

d) obrigação de serem fornecidos ao Departamento dos Correios e Telégrafos todos os elementos que este venha a exigir, para os efeitos da fiscalização;

e) intransferibilidade, direta ou indireta, da permissão;

f) proibição de ser firmado qualquer convênio, acordo ou ajuste com outras entidades que explorem serviços de comunicações, sem prévia aprovação do Governo;

g) submissão aos preceitos estabelecidos nas convenções internacionais e regulamentos anexos, bem como a todas as disposições contidas em leis, decretos, regulamentos ou instruções que existam ou venham a existir, referentes ou aplicaveis ao serviço da permissão;

h) transmissão e recepção gratuitas do serviço meteorológico, até cem (100) palavras diárias;

i) preferência para a transmissão dos despachos oficiais, com a redução de cinquenta por cento (50%) sobre as taxas próprias dos permissionários;

j) obrigação de ser firmado com o Departamento dos Correios e Telégrafos, quando for o caso, convênio para tráfego mútuo normal e acidental, dentro dos horários estabelecidos para o funcionamento das estações e sem prejuizo do serviço do permissionário;

k) submissão ao regime de fiscalização que for estabelecido pelo Governo;

l) obrigação de, em qualquer tempo, serem prestadas ao Governo informações que permitam ajuizar do modo como está sendo explorada a permissão;

m) submissão à ressalva de direito da União sobre todo o acervo, para garantia de liquidação de qualquer débito para com ela;

n) obrigação de ser mantido sempre em ordem e em dia o registo de todas as radiocomunicações efetuadas;

o) suspensão temporária do serviço, todo ou em parte nos casos previstos no art. 12, obediência à primeira requisição da autoridade competente e, havendo urgência, cessação do serviço em ato sucessivo à intimação, sem que, por isso, assista ao permissionário direito a qualquer indenização;

p) ressalva de, em caso de ser suspenso definitivamente o serviço, não assistir ao permissionário direito a indenização alguma;

q) obrigação de serem empregados somente técnicos e operadores brasileiros;

r) prazo de trinta (30) dias, a contar da data da publicação da portaria no Diário Oficial, para serem submetidos a exame e aprovação do Governo de locais escolhidos para a montagem das estações;

s) prazo de sessenta (60) dias, a contar da data da aprovação dos locais das estações, para serem submetidos a exame e aprovação do Governo as plantas, orçamentos e todas as demais especificações

técnicas das instalações;

t) prazo de um (1) ano, a contar da data da aprovação das plantas, orçamentos e todas as demais especificações técnicas das instalações, para a abertura das estações ao tráfego, salvo motivo de força maior, devidamente comprovado e reconhecido pelo Governo:

u) obrigação de depósito de uma caução, nunca inferior a dez contos de réis (10:000$0), para garantia da execução dos serviços da permissão;

v) pagamento das contribuições aplicaveis ao serviço, de acordo com o art. 93.

1) Ao serviço limitado em localidades não servidas pelo Departamento dos Correios e Telégrafos (art. 9º, § 1º, n. 2) são aplicaveis, integralmente, as estipulações contidas neste parágrafo,

2) Ao serviço limitado de segurança, orientação e administração do tráfego terrestre, marítimo, fluvial ou aéreo (art. 9º, § 1º n. 1) se aplicam as mesmas estipulações, exceto a contida na letra i.

3) As estipulações contidas nas letras b, c, h, r, s e t, não se aplicam às estações moveis, nem a estatuida na letra u aos permisionários que só explorem estações dessa natureza.

4) Não incidem sobre o serviço limitado de imprensa, (art. 9º, § 1º, n. 3) as estipulações constantes das letras h, i, j e t.

5) Ao serviço limitado estadual (art. 9º) não cabem as estipulações que se conteem nas letras a (quanto à primeira parte), c,h,i, j,m,t,u,e v.

§ 2º As estações que, não previstas inicialmente nas, permissões de serviço limitado, forem necessárias ulteriormente à execução do mesmo serviço, poderão ser autorizadas por portaria do ministro da Viação e Obras Públicas e ficarão encorporadas, para todos os efeitos, à respectiva permissão.

Serviço público restrito

§ 3º As permissões relativas ao serviço público restrito facultado às concessionárias e aos permissionários de que trata o art. 8º, § 1º, estipularão o pagamento à União das contribuições aplicaveis ao mesmo serviço, de acordo com o art. 93, a observância de tarifas aprovadas pelo Governo e a preferência para a transmissão dos despachos oficiais, com o abatimento de cinquenta por cento (50%) sobre as taxas próprias dos permissionários.

Serviços especiais: frequências - padrão, boletins meteorológicos, avisos aos navegantes, radiofaróis e radiogoniometria

§ 4º As permissões relativas aos serviços especiais de frequências-padrão, boletins meterológicos, avisos aos navegantes, radiofaróis e radiogoniometria, alem de quaisquer outras exigências convenientes aos interesses nacionais, deverão estipular o disposto nas letras a, b, c, d, e, f, g, k, l, m, n, o, p, q, r, s, t, e v do § 1º.

Serviço especial de fins científicos ou experimentais

§ 5º As permissões relativas ao serviço especial de fins científicos ou experimentais observarão o disposto no § 1º, excetuadas as estipulações contidas nas letras f, h, i, j, q, r, s, t e u.

Serviço especial de amadores

Art. 19. As permissões para a execução do serviço especial de amadores serão dadas por portaria do diretor geral do Departamento dos Correios e Telégrafos e deverão obedecer ao disposto no § 1º do artigo anterior, letras a, c, d, e, g, k, l, n, o, p e v, e ainda a quaisquer exigências que forem estipuladas pelo mesmo Departamento quanto ao local escolhido para montagem das estações.

Aparelhos receptores de radiodifusão

Art. 20. Os aparelhos receptores de radiodifusão poderão ser utilizados sem objetivo comercial e desde que não produzam perturbações na recepção feita por outrem, mediante simples inscrição efetuada, a pedido dos seus proprietários, no Departamento dos Correios e Telégrafos, de acordo com o estabelecido no § 3º do art. 93.

Aparelhos receptores de sinais horários e boletins meteorológicos

Parágrafo único. Poderá o Departamento dos Correios e Telégrafos permitir tambem o uso de aparelhos destinados à recepção de sinais horários e boletins meteorológicos, observadas as condições mencionadas neste artigo.

Estações portateis

Art. 21. Aos indivíduos ou comissões, em excursões ou em explorações de carater científico ou econômico no território nacional, poderá ainda o Departamento dos Correios e Telégrafos permitir, a título precário, a utilização de estações portateis para o serviço limitado, em zonas desprovidas de comunicações e desde que as radio-comunicações efetuadas não tenham nenhum fim comercial, submetendo-se os permissionários às disposições contidas nas letras a, d, e, f, g, k, l, n, o, p, q e v do § 1º do art. 18.

Licença para o funcionamento das estações

Art. 22. As estações pertencentes às concessionárias ou aos permissionários não poderão funcionar sem prévia licença expedida pelo Departamento dos Correios e Telégrafos a requerimento dos interessados.

§ 1º Essa licença, que constitue o documento oficial de autorização para o funcionamento de cada estação, deverá conter, de modo claro, as respectivas especificações técnicas, características, frequências consignadas, indicativos de chamada, horário de funcionamento e outras condições decorrentes da concessão ou permissão.

§ 2º A licença só será expedida depois de verificado pelo Departamento dos Correios e Telégrafos, em exame procedido pelos seus técnicos, se foram observadas todas as exigências estipuladas para o estabelecimento da estação.

§ 3º Quando se tratar de estação de navio ou aeronave, a licença só será expedida pelo Departamento dos Correios e Telégrafos mediante atestado, passado pela Diretoria da Marinha Mercante ou pelo Departamento de Aeronáutica Civil, respectivamente, de que as instalações preenchem as condições, exigidas neste regulamento e nas instruções em virtude dele expedidas.

§ 4º Expedida a licença, que será substituida quando sobrevier alteração ou qualquer de seus dizeres, deverá a concessionária ou permissionário afixá-la em lugar visivel da estação.

CAPÍTULO V

FORMALIDADES A SEREM PREENCHIDAS PELOS PRETENDENTES À EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE RADIOCOMUNICAÇÕES

Companhias, empresas ou sociedades civís

Art. 23. Os pretendentes a concessões para a execução dos serviços que lhes são facultados pelo presente regulamento, deverão dirigir requerimento ao ministro da Viação e Obras Públicas, por intermédio do Departamento dos Correios e Telégrafos, atendendo aos requisitos abaixo mencionados, alem de quaisquer outros eventualmente exigidos pelo mesmo departamento:

a) prova, mediante documentos idôneos e suficientes, da constituição legal dos pretendentes;

b) apresentação de estatutos que definam claramente todos os fins da sociedade e atribuições de seus diretores, e ainda, expressamente estipulem que aos diretores brasileiros competem funções efetivas de administração;

c) prova de que o capital social é suficiente para o fim visado e está, no. mínimo, realizado na metade;

d) prova de quitação com a fazenda nacional e fazenda municipal;

e) prova de nacionalidade e idoneidade moral dos diretores;

f) natureza e fins do serviço;

g) declaração do número de estações pretendidas, nomes das localidades onde serão estabelecidas e relação das estações com que se tenham de comunicar;

h) especificação minuciosa do material a empregar na instalação das estações;

i) compromisso de submissão a todas as disposições deste regulamento e das que vierem a vigorar, referentes ou aplicaveis à matéria.

Estados da União e outras entidades

Art. 24. Os pretendentes a permissões dirigirão requerimento ao ministro da Viação e Obras Públicas, por intermédio do Departamento dos Correios e Telégrafos, atendendo aos requisitos contidos nas letras abaixo mencionadas do art. 23, alem de quaisquer outros eventualmente exigidos pelo mesmo departamento:

a) tratando-se de Estados da União, apresentação de pedido assinado pelo presidente ou governador e satisfação das exigências constantes das letras f, g, h e i;

b) tratando-se de indivíduos (salvo os amadores), prova de nacionalidade e idoneidade moral e financeira, álem da observância das exigências a que se referem as letras d, f, g, h e i, no que não contrariar a natureza do serviço

c) tratando-se de amadores, prova de nacionalidade e idoneidade moral, exibição do certificado de habilitação e observância do disposto nas letras f e i;

d) tratando-se de companhias, empresas ou corporações, satisfação das exigências contidas nas letras a até i, salvo no caso de companhias ou empresas que pretenderem executar serviços de fins científicos ou experimentais, em que será exigido apenas o cumprimento do disposto nas letras a, d, e, f, g e i;

e) tratando-se de institutos científicos, exceto os oficiais, cumprimento das exigências estipuladas nas letras a, d. e, f, g e i;

f) tratando-se de pretendentes ao uso de estações portateis, prova de nacionalidade e idoneidade moral do requerente, exibição do certificado de habilitação do operador, declaração do número de estações e suas características e satisfação do disposto nas letras f, g e i.

Art. 25. A autorização para a montagem das estações de navios e aeronaves será requerida pelos permissionários ao Departamento dos Correios e Telégrafos, instruido o requerimento com a declaração do nome do navio ou da marca de matrícula da aeronave. Essas estações, para o efeito da ulterior licença de funcionamento, deverão obedecer às condições e exigências estipuladas neste regulamento.

CAPÍTULO VI

CADUCIDADE - PEREMPÇÃO - CASSAÇÃO - MULTAS

Caducidade

Art. 26. Qualquer concessão será considerada caduca, para todos os efeitos e sem direito a indenização alguma:

a) se, em todo tempo, for verificada a inobservância de qualquer das estipulações a que se referem as letras d, g, h, i, l, m, r, s e x do § 1º do art. 16, constantes da concessão;

b) se não for completada dentro de um (1) mês a caução contratual, logo que dela se tenha retirado qualquer quantia para pagamento de multas;

c) se não forem pagas nas épocas marcadas as contribuições para despesas de fiscalização ou, dentro dos prazos fixados nos contratos, os saldos devedores das contas sobre as quais não tenha havido reclamação;

d) se, em qualquer tempo, for verificado o emprego de qualquer das estações para outros fins que não os determinados na concessão.

§ 1º A concessão poderá ainda ser declarada caduca, a juizo do Governo e sem direito a indenização alguma:

a) se, depois de estabelecido, o serviço for interrompido por mais de trinta (30) dias consecutivos, ou for verificada a incapacidade da concessionária para executar os serviços de sua concessão, salvo caso de força maior, devidamente provado e reconhecido pelo Governo;

b) se a concessionária incidir reiteradamente em infrações passiveis de multa;

c) se, reiteradamente, for aplicada à concessionária a sanção cominada no § 3º do art. 34;

d) se ocorrer a hipótese prevista no § 4º do art. 34.

Perempção

§ 2º A concessão será declarada perempta se o Governo não julgar conveniente renovar-lhe o prazo.

Cassação

Art. 27. Qualquer permissão será cassada, para todos os efeitos e sem direito a indenização alguma:

a) se, em todo o tempo, for verificada a inobservância, de qualquer das estipulações de que tratam as letras e, f, j, o, q, r, s e t do § 1º do art. 18, constantes da permissão;

b) se não for completada dentro de um (1) mês a caução estipulada na permissão, logo que dela se tenha retirado qualquer quantia para pagamento de multas;

c) se não for paga na época marcada a devida contribuição para despesas de fiscalização ou, dentro dos prazos fixados, os saldos devedores das contas sobre as quais não tenha havido reclamação;

d) se, em qualquer tempo, for verificado o emprego de qualquer das estações para outros fins que não os determinados na permissão.

Parágrafo único. A permissão poderá ainda ser cassada, a juizo do Governo e sem direito a indenização alguma:

a) se, depois de estabelecido, o serviço for interrompido, por mais de quinze (15) dias consecutivos, ou for verificada a incapacidade do permissionário para executar o serviço da permissão, salvo caso de força maior devidamente provado e reconhecido pelo Governo;

b) se o permissionário incidir reiteradamente em infrações passiveis de multa;

c) se, reiteradamente, for aplicada ao permissionário a sanção cominada no § 3º do art. 34;

d) se ocorrer a hipótese prevista no § 4º do art. 34.

Art. 28. Declarada caduca ou perempta a concessão ou cassada a permissão, ficam consequentemente canceladas as licenças expedidas para o funcionamento das respectivas estações.

Multas

Art. 29. Aos indivíduos, companhias, empresas, sociedades ou corporações que incorrerem em infrações deste regulamento, para as quais não haja penalidade nele expressamente prevista, ou deixarem de observar as instruções em virtude dele expedidas, ou ainda o disposto em convenções ratificadas pelo Brasil e aplicaveis às radiocomunicações, serão impostas pelo Departamento dos Correios e Telégrafos multas de cem mil réis (100$0) a cinco contos de réis (5:000$0), conforme a gravidade da infração.

Parágrafo único. Incidirão na multa de vinte contos de réis (20:000$0), imposta pelo ministro da Viação e Obras Públicas, as entidades acima referidas que prestarem informações falsas, modificarem ou falsificarem documentos atinentes aos serviços de radiocomunicação, provada a sua culpabilidade em processo administrativo, alem da responsabilidade criminal em que houverem incorrido.

Art. 30. Caberá sempre recurso ao ministro da Viação e Obras Públicas dos atos relativos à imposição de qualquer multa, não sendo, porem, dado andamento ao recurso sem o depósito prévio da importância da multa.

CAPÍTULO VII

CONTRAVENÇÕES - FORMAÇÃO DO PROCESSO CRIMINAL

Contravenções

Art. 31. É considerado crime o ato praticado por quem quer que, no território nacional, utilize ou opere estações ou aparelhos radioelétricos, por conta própria ou de outrem, com inobservância das disposições contidas no decreto n. 20.047, de 27 de maio de 1931, das estabelecidas neste regulamento ou das que vierem a ser adotadas sobre os serviços de radiocomunicação.

Parágrafo único. Do mesmo modo, é considerado crime o ato intencional de, por qualquer meio, perturbar, dificultar ou impedir a execução dos serviços de radiocomunicação.

Formação do processo criminal

Art. 32. A formação do processo criminal contra qualquer indivíduo ou entidade jurídica que, haja incorrido em crime previsto no artigo anterior e seu parágrafo único, será iniciada pelo Departamento dos Correios e Telégrafos mediante auto de contravenção ou de apreensão das estações, aparelhos e material acessório, ou mediante as provas que forem colhidas no inquérito que a respeito do fato delituoso for instaurado pelo mesmo Departamento ou outras autoridades federais, conforme o caso e condições locais.

§ 1º Concluido o inquérito e apreciada devidamente a prova, será o processo enviado ao Procurador da República para ser intentada a competente ação penal.

§ 2º Para o ato de apreensão, de que trata este artigo, poderá, se for julgado necessário, pedir o Departamento dos Correios e Telégrafos o auxílio da força pública federal ou das autoridades policiais.

§ 3º As autoridades policiais do Distrito Federal, ou dos Estados, poderão, no caso de perturbação da ordem pública, proceder à apreensão de qualquer estação ou aparelho que funcione com inobservância do disposto neste regulamento, devendo, sempre que for possivel, agir com a audiência do Departamento dos Correios e Telégrafos, sob cuja guarda, em qualquer caso, ficará o material apreendido, e fornecer ao mesmo Departamento os elementos necessários à formação do competente processo.

CAPÍTULO VIII

SIGILO - PENALIDADES - RESPONSABILIDABE PELA EMISSÃO DE CONCEITOS

Sigilo

Art. 33. O sigilo da correspondência é absoluta e a sua violação constitue crime;

§ 1º Nenhuma pessoa que receba ou auxilie a receber qualquer radiocomunicação deverá divulgar,

publicar ou comunicar seu conteudo, resumo, significado, interpretação ou efeito, a não ser, observados os trâmites regulamentares, ao destinatário ou seu representante legal, ou às companhias ou empresas de cabos submarinos ou subfluviais, telégrafos, telefones ou de radiocomunicação que tenham de intervir no encaminhamento, ou ao comandante do navio ou aeronave, ou à pessoa sob cujas ordens estiver servindo, ou atendendo à intimação de juiz competente.

§ 2º Ninguem deverá interceptar, isto é, receber indevidamente, qualquer radiocomunicação, nem publicar, divulgar ou utilizar com qualquer fim radiocomunicações interceptadas.

§ 3º Não estão compreendidos na parte primeira do parágrafo anterior os serviços fiscais das estações de escuta do Governo Federal. nem nos §§ 1º e 2º as radiocomunicações destinadas a serem livremente recebidas, as de amadores e as relativas aos navios e aeronaves em perigo.

Penalidades

Art. 34. Será suspenso o funcionamento da estação cujo operador transgredir as disposições contidas no § 1º do artigo anterior enquanto não for dispensado do serviço o contraventor, sem prejuizo da responsabilidade criminal em que este houver incorrido.

§ 1º Se a transgressão do disposto no § 2º do artigo anterior for cometida por um amador ou por um proprietário de aparelho receptor, ou por qualquer pessoa que deste se utilizar, com ou sem aquiescência de seu dono, será cassada a permissão do amador e o proprietário ficará inibido de usar aparelhos receptores, sem prejuizo da responsabilidade criminal do contraventor.

§ 2º Serão ainda suspensos ou cassados, conforme a gravidade da transgressão, os certificados dos operadores e amadores que transgredirem qualquer das disposições contidas nos §§ 1º e 2º do artigo anterior.

§ 3º Se o transgressor dessas disposições for admitido, em qualquer tempo, aos serviços de uma estação de radiocomunicação, será suspenso, imediatamente, o funcionamento da estação até que o mesmo seja dispensado.

§ 4º Se o operador de uma estação de radiocomunicação transgredir as mesmas disposições por ordem do responsavel, ou responsaveis pela concessão ou permissão, será esta declarada caduca ou cassada, alem da responsabilidade criminal em que houverem aqueles incorrido.

Responsabilidade pela emissão de conceitos

Art. 35. A pessoa que se utilizar da radiodifusão para conferências, palestras, aulas ou discursos, ou para transmitir ou comentar notícias ou escritos, ficará responsavel por esses atos, na forma da lei que reger a liberdade de pensamento, devendo, para esse efeito, preceder a todas as irradiações a indicação do nome da mesma pessoa.

§ 1º A irradiação de quaisquer assuntos ou trabalhos, já divulgados ou não por outro meio, deverá respeitar os direitos autorais e ser igualmente precedida da indicação dos nomes dos autores.

§ 2º sobre o diretor ou gerente que tiver a seu cargo a organização do programa da sociedade ou companhia concessionária, recairá a responsabilidade pelos conceitos emitidos, se não for observado, no momento da irradiação, o disposto neste artigo e seu § 1º.

CAPÍTULO IX

COMISSÃO TÉCNICA DE RÁDIO

Atribuições

Art. 36. A Comissão Técnica de Rádio serão conferidas as seguintes atribuições:

a) estudo das questões de carater técnico que forem suscitadas na aplicação de disposições legais sobre os serviços de radiocomunicação;

b) sugestão de medidas de natureza técnica necessária à boa execução dos serviços de radiocomunicação, especialmente as que tenham por fim evitar interferências;

c) coordenação, distribuição e consignação das frequências a serem utilizadas nos serviços de radiocomunicação no território nacional;

d) revisão das frequências distribuidas ou consignadas, quando ocorrer a hipótese prevista no art. 48;

e) exame e parecer sobre os locais escolhidos para a montagem de quaisquer estações e as condições técnicas do material e das instalações, tendo em vista os seus efeitos exteriores;

f) exame e parecer sobre a organização dos gabinetes e das escolas de que trata o art. 75, bem como sobre as instalações dos permissionários do serviço de fins científicos ou experimentais;

g) organização dos programas básicos a serem observados pelas escolas, na formação de técnicos e operadores;

h) estudo e estabelecimento das bases para o desenvolvimento da radiotécnica em todo o país e a formação de técnicos e operadores brasileiros;

i) preparo e estudo das questões de ordem técnica a serem propostas e tratadas nas conferências nacionais ou internacionais e no Conselho Consultivo Internacional Radiotelegráfico, bem como exame e anotação das resoluções pelos mesmos adotadas e propostas para a sua execução;

j) exame das reclamações de ordem técnica relativas ao modo de funcionamento de qualquer estação sob a jurisdição brasileira, formuladas, quer por departamentos federais ou estaduais que executem serviços de radiocomunicação ou por concessionárias ou permissionários, quer por administrações de outros paises ou companhias ou empresas sob a sua jurisdição, e sugestão de providências para a solução que o caso exigir;

k) estudo e organização do plano da rede nacional de radiodifusão e determinação das condições técnicas das estações transmissoras.

Parágrafo único. Caberá ainda à comissão emitir parecer sobre quaisquer outros assuntos de natureza técnica que, não estando explicitamente determinados neste regulamento, se relacionem com os serviços de radiocomunicação.

Constituição

Art. 37. A Comissão Técnica de Rádio, subordinada ao ministro da Viação e Obras Públicas, será, constituida de três técnicos em radioeletricidade, de reconhecida competência, sendo um do Departamento dos Correios e Telégrafos, designado pelo ministro da Viação e Obras Públicas, um do Exército e um da Marinha, designados pelos respectivos ministros.

§ 1º A comissão funcionará em dependência do Departamento dos Correios e Telégrafos, com o auxílio do pessoal e material que lhe forem por este fornecidos, á sua requisição, de ordem do ministro da Viação e Obras Públicas.

§ 2º Os membros da comissão serão designados para servir durante dois anos, sem direito a remuneração alguma pelo exercício dessas funções, e substituidos na seguinte ordem:

o técnico do Exército deverá ser substituido no primeiro dia util de janeiro de cada ano terminado em número impar;

o técnico do Ministério da Viação e Obras Públicas, no primeiro dia util de julho de cada ano terminado em número impar;

o técnico da Marinha, no primeiro dia util de janeiro de cada ano terminado em número par.

§ 3º A substituição só se efetivará com a posse do substituto, sendo considerados válidos todos os atos

praticados pela comissão com a presença do substituido, até a data dessa posse.

§ 4º A comisão elaborará, logo depois de constituida, o seu regimento interno, do qual, entre outras disposições, deverão constar a publicação dos seus trabalhos em boletim trimestral e a organização de um relatório anual, que deverá ser apresentado até 31 de janeiro de cada ano.

Art. 38. Nenhum membro da comissão poderá fazer parte de qualquer companhia, empresa, sociedade ou corporação que tenha por objetivo comercial a radiocomunicação, nem mesmo como consultor, acionista, debenturista ou sócio, nem tão pouco ter qualquer interesse direto ou indireto na manufatura ou venda de material radioelétrico.

Decisões

Art. 39. À comissão serão encaminhados pelo Departamento dos Correios e Telégrafos, com os esclarecimentos que julgar necessários, os papéis referentes aos assuntos que ela tenha de resolver, quer os originais do mesmo Departamento, quer os que lhe hajam sido enviados.

Parágrafo único. Proferida a decisão, os papéis serão remetidos pela comissão ao Departamento dos Correios e Telégrafos, que promoverá a execução das resoluções adotadas, salvo se as julgar inconvenientes aos serviços a seu cargo, caso em que submeterá o assunto novamente à apreciação da comissão ou do ministro de Viação e Obras Públicas.

Art. 40. As resoluções da comissão poderão ser reformadas ou anuladas pelo ministro da Viação e Obras Públicas, tendo em vista a conveniência dos serviços do seu ministério ou dos da Guerra e da Marinha, por iniciativa dos respectivos ministros, ou, ainda, mediante recurso de terceiros, apresentado dentro do prazo de quinze (15) dias, a contar da data em que essas resoluções se tornarem obrigatórias, na forma legal, em virtude da sua publicação no Diário Oficial, sendo, entretanto, observadas as resoluções da comissão enquanto não for decidido o recurso

Parágrafo único. O Ministério da Viação e Obras Públicas levará ao conhecimento dos Ministérios da Guerra e da Marinha as resoluções da comissão que forem mandadas executar, bem como as que forem por ele reformadas ou anuladas.

Outras disposições

Art. 41. Os departamentos federais interessados na execução dos serviços de radiocomunicação devem participar à comissão, minuciosamente, os resultados obtidos com o material radioelétrico empregado em suas estações.

Art. 42. À comissão serão fornecidos todos os esclarecimentos necessários ao bom andamento de seus trabalhos podendo ela, para isso, entender-se, quando haja mister, diretamente com os departamentos federais e estaduais.

Art. 43. Todas as instruções de carater geral, que, por conveniência pública, julgue a comissão necessário divulgar para conhecimento dos interessados, serão objeto de publicação

CAPÍTULO X

DISTRIBUIÇÃO DE FREQUÊNCIAS

Art. 44. A distribuição das frequências a serem utilizadas pelos Ministérios da Viação e Obras Públicas, da Guerra e da Marinha será feita pela Comissão Técnica de Rádio, observadas as normas estabelecidas na Convenção Radiotelegráfica Internacional, em proposta fundamentada ao ministro da Viação e Obras Públicas, que a levará ao conhecimento dos dois outros ministérios.

§ 1º A distribuição será aprovada por ato do Governo Federal.

§ 2º Os Ministérios da Guerra e da Marinha atribuirão aos seus serviços, como julgarem conveniente, as frequências que lhe tenham sido distribuidas, comunicando, sempre que for possivel, ao Ministério da Viação e Obras Públicas, para conhecimento da Comissão Técnica de Rádio, a frequência utilizada em

cada estação.

§ 3º As frequências distribuidas ao Ministério da Viação e Obras Públicas serão consignadas aos serviços sob a sua jurisdição, tendo em vista o disposto nas letras b e c do art. 45.

§ 4º A consignação das frequências de que trata o parágrafo anterior deverá ser feita por estação.

Art. 45. A distribuição e a consignação de frequências obedecerão à seguinte ordem de precedência:

a) defesa nacional (serviços do Exército e da Marinha);

b) serviços executados pelo Governo Federal;

c) serviços executados por terceiros.

Art. 46. Depois de aprovada a distribuição a que se refere o art. 44 e feita pela Comissão Técnica de Rádio a consignação de que trata a letra b do art. 45, as frequências restantes serão consignadas pela referida comissão aos serviços mencionados na letra c do mesmo artigo, tendo em vista, em ambos os casos, a natureza dos serviços a que as estações se destinam, situação topográfica, condições atmosféricas e horários de funcionamento, e obedecendo à seguinte ordem de preferência, nas faixas de frequência determinadas pela Convenção Radiotelegráfica Internacional para os serviços fixo e movel:

1º, serviço especial que não tenha faixas determinadas pelo regulamento internacional, salvo o de fins científicos ou experimentais;

2º, serviço público;

3º, serviço público restrito;

4º, serviço limitado.

§ 1º Na consignação dessas frequências terão preferência as concessionárias e os permissionários que oferecerem o mais elevado índice resultante do seguinte conjunto de condições: prioridade da concessão ou permissão, extensão do serviço, perfeição das instalações e capacidade financeira.

§ 2º Se se verificar a impossibilidade de consignar as frequências pretendidas pelas concessionárias ou permissionários, aqueles que, não obstante a aplicação do critério do parágrafo anterior. não puderem ser atendidos, aguardarão oportunidade, observando-se, porem, quando esta se apresentar, a prioridade do requerimento de frequência para cada estação.

Art. 47. O Governo reserva-se, a todo tempo, a faculdade de restringir o emprego de frequências, tendo em vista evitar interferências e tirar o melhor proveito das que já tenham sido consignadas.

Art. 48. O Governo poderá, em qualquer tempo, proceder à revisão ou substituição das frequências distribuidas ou consignadas, quer por motivo de ordem técnica, de defesa nacional ou de necessidade dos serviços federais, quer pela conveniência, devidamente reconhecida, dos serviços a cargo de concessionárias ou permissionários, a requerimento destes, e quando se verificar a impossibilidade de consignar frequências a novas estações.

§ 1º Caso essa revisão acarrete modificações das frequências das estações já em funcionamento, a Comissão Técnica de Rádio, ao consignar as novas frequências, observará, sempre que for possivel, a prioridade de funcionamento de cada estação.

§ 2º Se, feita a revisão, não for possivel consignar novas frequências para as estações já existentes, ou estações a serem instaladas, as concessionárias e permissionários deverão aguardar oportunidade, observando-se neste caso a disposição contida no § 2º do art. 46.

Art. 49. O direito ao uso e gozo das frequências consignadas a cada estação subsistirá sem prejuizo da faculdade conferida pelo art. 48 enquanto vigorar a concessão ou permissão, perimindo, porem, se o funcionamento da estação não for iniciado dentro dos prazos estipulados neste regulamento, ou se a

estação deixar de trafegar durante os prazos estabelecidos na letra a do § 1º do art. 26 e na letra a do parágrafo único do art. 27.

Parágrafo único. Em qualquer caso, as frequências consignadas não constituem direito de prioridade da pessoa ou entidade jurídica a que estejam servindo, incluindo sempre sobre essas frequências o direito de posse da União.

CAPÍTULO XI

ESTAÇÕES

Disposições gerais

Art. 50. Ressalvados os casos expressamente previstos neste regulamento, nenhuma estação poderá ser montada sem prévia aprovação do local escolhido e dos planos das respectivas instalações.

§ 1º Em se tratando de estações dos Ministérios da Viação e Obras Públicas, da Guerra e da Marinha, os locais serão aprovados pelos respectivos ministros, após entendimento por intermédio dos seus representantes na Comissão Técnica de Rádio.

§ 2º A aprovação dos locais será recusada, em qualquer caso, se nas proximidades dos que tiverem sido escolhidos já existir qualquer estação autorizada, cujo funcionamento possa ser prejudicado, ou se houver outros inconvenientes de ordem técnica ou de perigo para a vida humana ou, ainda, no caso de concessionárias ou permissionários, motivos de interesse da defesa nacional.

Art. 51. Nenhuma estação poderá funcionar sem estar licenciada de conformidade com o disposto no art. 22 e seus parágrafos.

Parágrafo único. O funcionamento e o tráfego das estações obedecerão às convenções e regulamentos internacionais, a este regulamento e a quaisquer outros regulamentos ou instruções existentes ou que vierem a ser adotados sobre os serviços de radiocomunicação,

Art. 52. Nenhum operador poderá ser admitido ao serviço de uma estação sem estar com o seu certificado de habilitação em devida forma.

Art. 53. As estações, em geral, deverão observar as seguintes regras:

a) ser instaladas, trafegadas e exploradas nas melhores condições que a prática do serviço tiver feito conhecer e mantidas ao nivel dos progressos científicos e técnicos, tendo em vista a maior perfeição e o mais alto rendimento nas radiocomunicações;

b) a utilização dos tipos de ondas e das frequências observará o disposto no art. 5º e seus parágrafos, do regulamento geral anexo à Convenção Radiotelegráfica Internacional;

c) as ondas emitidas por uma estação deverão ser mantidas nas frequências consignadas, dentro dos limites de tolerância que forem determinados, e estar isentas, quando praticamente possivel, de qualquer emissão que não seja essencial ao seu tipo;

d) todas as estações de radiocomunicação, inclusive as do Governo e as dos navios e aeronaves estrangeiros em águas territoriais brasileiras, deverão dar absoluta prioridade às comunicações ou sinais referentes a navios ou aeronaves em perigo, cessar todas as transmissões nas frequências que possam interferir com as comunicações ou sinais de socorro (exceto quando responderem ou estiverem auxiliando os navios ou aeronaves em perigo), abster-se de transmitir comunicações ou sinais, até que haja certeza de que nenhuma interferência será causada às comunicações ou sinais relativos ao navio ou aeronave em perigo, e a estes ajudar, atendendo, tanto quanto possivel, às suas instruções;

e) todas as estações do Governo, salvo quando tiverem de transmitir qualquer radiocomunicação ou sinal sobre assunto de imperiosa urgência, deverão evitar interferências com outras estações e obedecer às disposições de regulamentos ou instruções que regerem o assunto;

f) em todas as circunstâncias, exceto no caso de transmissão de comunicações ou sinais relativos a navios ou aeronaves em perigo, as estações, inclusive as do Governo, deverão usar a menor quantidade de energia necessária à execução do serviço;

g) as estações são obrigadas a dispor do material e pessoal necessários à garantia da melhor execução do serviço a que se destinam; e, quando qualquer delas estiver impossibilitada de fazer comunicações. deverá a concessionária ou permissionário levar o fato ao conhecimento do Departamento dos Correios e Telégrafos, exceto em se tratando de estações de amadores e de fins científicos ou experimentais.

Estações de bordo

Art. 54. As estações de bordo devem observar ainda os seguintes preceitos:

a) na transmissão de comunicações ou sinais de perigo ou socorro, ou de comunicações que com eles se relacionem, o transmissor poderá ser ajustado de modo a produzir o máximo de irradiação, sem levar em conta a interferência que daí resulte;

b) os aparelhos de radiocomunicação devem ser instalados em locais situados o mais acima que for possivel da linha de carga máxima dos navios;

c) o passadiço do navio e a estação devem estar ligados por tubo acústico, telefone ou qualquer outro meio eficiente de comunicação;

d) as estações devem possuir um relógio provido, de ponteiro de segundos e de funcionamento garantido;

e) as estações devem dispor de meios que assegurem uma iluminação de emergência;

f) as estações devem compreender uma instalação principal e outra de emergência, podendo esta ser dispensada se a instalação principal satisfizer a todos os requisitos de uma instalação de emergência;

g) a instalação principal e a de emergência devem ser capazes de transmitir e receber nas frequências e tipos de ondas determinados para o tráfego de perigo e segurança da navegação;

h) o transmissor principal e o de emergência devem produzir uma frequência musical de, pelo menos. cem (100);

i) o transmissor da instalação principal deve ter, no mínimo, de dia, um alcance normal de cem (100) milhas marítimas, na frequência designada para as radiocomunicações e sinais de socorro, isto é, deve ser capaz de transmitir, de navio a navio, a essa distância, em circunstâncias normais, sinais claramente perceptíveis por um detetor de cristal sem amplificação;

j) em condições normais, os navios devem dispor, em qualquer momento, de energia suficiente para fazer funcionar, com eficiência, a instalação principal, no alcance acima determinado;

k) os orgãos da instalação de emergência devem estar situados na parte superior do navio, em local que ofereça as melhores condições de segurança, e o mais acima possivel da linha de carga máxima, bem como a instalação dispor de uma fonte de energia independente da que é utilizada para a propulsão do navio e para o circuito elétrico principal, suscetível de emprego imediato e de funcionamento ininterrupto durante, pelo menos. seis horas;

l) o alcance normal da instalação de emergência, tal como foi definido na letra i, deve ser, no mínimo, de oitenta (80) milhas marítimas, para os navios obrigados a uma escuta permanente, e de cinquenta (50), para os demais;

m) a instalação de recepção deve ser capaz de tambem receber nas frequências designadas para a transmissão de sinais horários, boletins meteorológicos e avisos aos navegantes;

n) o receptor, qualquer que seja o seu tipo, deve ser construido de modo a permitir a recepção com o uso exclusivo de um detetor de cristal;

o) não é permitido o emprego de receptor de válvula que induza na antena correntes que possam perturbar estações próximas;

p) nos navios providos de receptor automático de alarma, serão instalados avisadores sonoros no camarim da estação, no camarote do operador e no passadiço, devendo esses avisadores funcionar continuamente após haver sido o receptor acionado pelo sinal de alarma ou de perigo, e até que o operador os faça calar, para o que deve existir um único interruptor, situado no camarim da estação;

q) nos navios de que trata a letra anterior, o operador, deixando a escuta, deve ligar o receptor automático de alarma à antena, e verificar o seu funcionamento eficaz, comunicando esse resultado ao comandante ou ao oficial de quarto no passadiço;

r) quando os navios se fizerem ao mar, a fonte de energia de emergência deve ser mantida em perfeito estado de eficiência e o seu funcionamento, bem como o do receptor automático de alarma, ser verificado uma vez, pelo menos, em cada período de vinte e quatro (24) horas, sendo a observância dessa obrigação anotada, diariamente, no livro de quartos;

s) no camarim da estação transmissora deve haver um diário no qual serão inscritos os nomes de todos os operadores, bem como nas horas em que se verificarem, os incidentes e ocorrências relativos ao serviço de radiocomunicação que possam oferecer qualquer interesse para a salvaguarda da vida humana no mar e, integralmente, todas as comunicações relativas ao tráfego de perigo e socorro;

t) os radiogoniômetros, se existentes, devem funcionar com eficiência e ser capazes de receber sinais claramente perceptiveis e fazer marcações que permitam determinar o sentido e a direção verdadeira, nas frequências prescritas pela Convenção Radiotelegráfica Internacional para o tráfego de perigo, para a radiogoniometria e para os radiofaróis, e dispor de um meio de comunicação direta com o passadiço;

u) as estações devem ser providas de uma antena de emergência, que possa ser imediatamente instalada e utilizada no caso de avaria da antena principal;

v) as estações devem ainda observar as exigências de que trata o art. 103.

Escuta

Art. 55. As estações de bordo devem manter serviço de escuta:

1º Na navegação de longo curso:

a) navios de passageiros de mais de 3.000 toneladas brutas de registo, escuta permanente;

b) navios de passageiros de menos de 3.000 toneladas brutas de registo, escuta durante 16 horas, no mínimo;

c) navios de carga de mais de 5.500 toneladas brutas de registo, escuta durante 16 horas, no mínimo;

d) navios de carga de menos de 5.500 toneladas brutas de registo, escuta durante 8 horas, no mínimo;

2º Na navegação de cabotagem:

a) navios de passageiros de mais de 300 toneladas brutas de registo, que realizarem travessia de duração máxima de 8 horas, escuta durante esse período de tempo;

b) navios de passageiros de mais de 300 toneladas brutas de registo, que realizarem travessia de duração superior a 8 horas, escuta durante 16 horas;

3º Na navegação fluvial ou lacustre:

a) navios de passageiros de mais de 500 toneladas brutas de registo, escuta durante 8 horas.

Parágrafo único. As escutas de 8 e 16 horas, acima mencionadas, devem observar o horário constante do apêndice 5 do regulamento geral, anexo à Convenção Radiotelegráfica Internacional, excetuada a

escuta de que trata a letra a do n. 2 deste artigo.

Pessoal

Art. 56. Os navios obrigados a escuta permanente devem ter, no mínimo, três operadores, sendo um de 1ª classe; os que mantiverem serviço de escuta durante 16 horas, dois operadores, sendo um de 1ª classe, e os que mantiverem esse serviço durante 8 horas, um operador de 1ª classe.

Estações de aeronave

Art. 57. As citações de aeronave devem observar ainda os seguintes preceitos:

a) o local destinado às estações deve ter espaço adequado e estar, tanto quanto possivel, à prova de tempo e em situação tal que os aparelhos não sejam mecanicamente prejudicados por outros de bordo;

b) nas aeronaves em que os aparelhos de radiocomunicação sejam manipulados por um dos tripulantes, que não seja o piloto, deve existir meio de comunicação verbal (telefone, tubo acústico ou outro qualquer meio eficiente) entre a estação e o posto do piloto;

c) as estações devem possuir um relógio provido de ponteiro de segundos e de funcionamento garantido;

d) as aeronaves devem dispor de energia suficiente para fazer funcionar com eficiência, a qualquer momento, durante o vôo, as respectivas estações;

e) quando o gerador que supre a estação não funcionar continuamente, deve existir meio eficiente de comunicação que permita ao operador pedir energia sem deixar o seu posto;

f) as baterias de acumuladores das aeronaves devem estar colocadas de modo que não produzam efeitos prejudiciais à instalação de radiocomunicação e ser bem ventiladas e protegidas;

g) as baterias de acumuladores da estação devem ser mantidas em condições de perfeita eficiência e com carga suficiente para alimentar a estação, de modo a assegurar o funcionamento contínuo desta durante o vôo;

h) as estações devem possuir um diário em que serão registadas pelo operador todas as ocorrências relativas às radiocomunicações efetuadas;

i) as estações devem ser capazes de transmitir e receber nas frequências e tipos de ondas, determinados para o tráfego de perigo e segurança da navegação;

j) a instalação de recepção deve ser capaz de tambem receber nas frequências designadas para a transmissão de boletins meteorológicos e previsão do tempo;

k) os radiogoniômetros, se existentes, devem funcionar com eficiência e ser capazes de receber mais sinais claramente perceptiveis e fazer marcações que permitam determinar o sentido e a direção verdadeira, nas frequências prescritas pela Convenção Radiotelegráfica Internacional para os casos de perigo, para a radiogoniometria e para os radiofaróis, e dispor de um meio de comunicação direta com o posto do piloto;

l) as estações devem ainda observar as exigências de que trata o art. 103.

Escuta

Art. 58. As estações de aeronave devem manter serviço de escuta:

a) aeronaves de passageiros que tiverem a bordo dez ou mais pessoas, escuta permanente durante o vôo;

b) aeronaves de passageiros que tiverem a bordo menos de dez pessoas, escuta durante cinco minutos, pelo menos, depois das horas completas e das meias horas, e durante as horas de transmissão de boletins

meteorológicos e previsão do tempo.

Pessoal

Art. 59. As aeronaves obrigadas a escuta permanente devem ter, no mínimo, um operador de 1ª classe.

Parágrafo único. Nas aeronaves com menos de dez pessoas a bordo, a escuta poderá ficar a cargo de um operador de 2ª classe ou de um dos membros da tripulação que tenha as habilitações regulamentares correspondentes às de operador dessa classe.

Estações de radiodifusão

Art. 60. As condições técnicas de instalação e funcionamento das estações de radiodifusão serão objeto de instruções organizadas pela Comissão Técnica de Rádio e aprovadas pelo ministro da Viação e Obras Públicas, tendo em vista a unificação dos serviços de radiodifusão e a constituição da rede nacional a que se refere o § 1º do art. 11.

Estações de amadores

Art. 61. O funcionamento das estações de amadores, nas quais é vedado o emprego de ondas amortecidas, ficará subordinado, quanto à potência, características e outras condições técnicas, às instruções que a respeito forem organizadas. pela Comissão Técnica de Rádio e aprovadas pelo ministro da Viação e Obras Públicas.

§ 1º Essas estações devem observar os seguintes preceitos:

a) manter um livro de registo em que figurem a hora de cada transmissão, a estação com que se comunicaram e a frequência e potência empregadas, na forma que for determinada pelo Departamento dos Correios e Telégrafos;

b) não transmitir, em caso algum, notícias, músicas, discursos, ou outra qualquer forma de diversão para o público;

c) só se comunicarem com outras estações da mesma natureza, salvo em casos de emergência ou em experiências técnicas.

§ 2º Não será permitido o estabelecimento de nenhuma estação de amador em local que, em virtude de direito público internacional, goze de extraterritorialidade.

Outras estações de serviços especiais

Art. 62. A instalação e o funcionamento das demais estações de serviços especiais obedecerão às condições técnicas, que para cada caso, forem estabelecidas pela Comissão Técnica de Rádio e aprovadas pelo ministro da Viação e Obras Públicas.

Tráfego

Art. 63. O tráfego entre as estações moveis e entre estas e as estações terrestres, reger-se-á pelas disposições contidas na Convenção Radiotelegráfica Internacional e seus regulamentos anexos, bem como pelas instruções que se tornarem necessárias e forem expedidas pelo Governo.

Art. 64. As estações moveis, nacionais ou estrangeiras, excluidas as do Exército e da Marinha, não poderão transmitir quando os navios e aeronaves estiverem atracados, fundeados, amarrados ou pousados no território e águas territoriais brasileiras, salvo em caso de emergência, ou quando não houver estação terrestre nas zonas em que se encontrem, de acordo com a demarcação que, para esse efeito, for feita pelo Departamento dos Correios e Telégrafos.

§ 1º A disposição contida neste artigo poderá tambem ser aplicada aos navios ou aeronaves que estiverem nos fundeadouros ou zonas de manobra da esquadra nacional, a critério dos comandantes das unidades navais alí em exercícios.

§ 2º As estações de navios e arenovaes de guerra estrangeiros, quando na situação prevista neste artigo, só poderão funcionar mediante licença especial do Governo, expedida por intermédio do ministério militar competente, e desde que sejam declaradas a natureza das emissões, frequências e horas de trabalho.

Art. 65. O tráfego entre as estações fixas reger-se-á pelas disposições contidas no Regulamento do Serviço Telegráfico Internacional e regulamentos anexos à Convenção Radiotelegráfica Internacional, assim coom pelas instruções que se tornarem necessárias e forem expedidas pelo Governo.

CAPÍTULO XII

RADIODIFUSÃO

Art. 66. A unificação dos serviços de radiodifusão tem por objetivo submetê-los a uma mesma orientação técnica e educacional.

Art. 67. O Governo promoverá a instalação e tráfego de estações de radiodifusão, localizadas em pontos apropriados do território nacional, de acordo com o plano por ele organizado, na forma deste regulamento.

Parágrafo único. Dentre essas estações, uma será escolhida para o fim de transmitir o programa nacional, que deverá ser simultaneamente retransmitido pelas demais estações da rede.

Art. 68. A rede nacional de radiodifusão será constituida pelo conjunto das estações instaladas na conformidade do § 2º do art. 11 e das novas estações de que trata a segunda parte do § 5º do mesmo artigo.

Art. 69. O programa nacional é destinado a ser ouvido, ao mesmo tempo, em todo o território do país, em horas determinadas, e versará sobre assuntos educacionais, de ordem política, social, religiosa, econômica, financeira, científica e artística, obedecendo à orientação que for estabelecida de acordo com o disposto neste regulamento.

Art. 70. As estações da rede nacional poderão irradiar programas regionais, organizados individualmente ou em cooperação com outras estações, mas, em qualquer caso, sempre observando as instruções a que se refere o § 3º do art. 11.

Parágrafo único. Os programas regionais só poderão ser irradiados fora das horas reservadas ao programa nacional.

Art. 71. As sociedades civís mencionadas no § 5º do art. 11 deverão, dentro do prazo de dois anos, a contar da data da publicação deste regulamento, modificar as suas instalações, com o fim de manter a estabilidade das frequências nos limites que forem determinados e a pureza das irradiações, bem como localizar, se preciso for, as suas estações de maneira que estas não perturbem a recepção das irradiações de outras congêneres.

Parágrafo único. As sociedades que não satisfizerem o disposto neste artigo poderão ter os seus serviços suspensos; se, porem, atenderem às exigências nele estabelecidas e observarem as demais disposições deste regulamento, a suspensão só se verificará quando assim o exigir o interesse geral.

Art. 72. Nenhuma estação de radiodifusão poderá retransmitir o programa, ou parte do programa de outra estação congênere, nacional ou estrangeira, sem estar por esta devidamente autorizada.

Art. 73. Durante a execução dos programas é permitida a propaganda comercial, por meio de dissertações proferidas de maneira concisa, clara e conveniente à apreciação dos ouvintes, observadas as seguintes condições:

a) o tempo destinado ao conjunto dessas dissertações não poderá ser superior a dez por cento (10%) do tempo total de irradiação de cada programa;

b) cada dissertação durará, no máximo, trinta (30) segundos;

c) as dissertações deverão ser intercaladas nos programas, de sorte a não se sucederem imediatamente;

d) não será permitida, na execução dessas dissertações, a reiteração de palavras ou conceitos.

CAPÍTULO XIII

ENSINO E HABILITAÇÃO DOS TÉCNICOS E OPERADORES

Ensino

Art. 74. O Departamento dos Correios e Telégrafos manterá uma escola profissional para a formação de técnicos especializados, de técnicos auxiliares e de operadores, podendo, para isso, contratar os instrutores que julgar necessários.

a) Os técnicos especilizados deverão possuir conhecimentos que os habilitem ao exercício de funções de direção e organização de projetos de estações e redes de radiocomunicação.

b) Os técnicos auxiliares deverão ter aptidões necessárias à execução de trabalhos de montagem, reparos e conservação das estações.

c) Os operadores deverão ter as habilitações exigidas neste regulamento para a concessão dos respectivos certificados.

§ 1º No curso para a formação de técnicos especializados só poderão ser admitidos os diplomados pelas escolas de Engenharia da Republica, pela Escola Militar e pela Escola Naval.

§ 2º As inscrições nos cursos para a formação de técnicos auxiliares e de operadores só será permitida nos candidatos aprovados em exame de admissão, de acordo com os programas organizados pela Comissão Técnica de Rádio e aprovados pelo Ministro da Viação e Obras Públicas.

Art. 75. Poderá ser permitido pelo Governo o funcionamento de escolas particulares, de conformidade com o parecer que, em cada caso, for emitido pela Comissão Técnica de Rádio, desde que essas escolas:

a) estejam legalmente constituidas em sociedades civís;

b) adotem, no mínimo, os programas básicos de ensino a que se refere a letra g do art. 36;

c) disponham de corpo docente constituido por profissionais de reconhecida idoneidade;

d) possuam todo o aparelhamento técnico necessário ao ensino;

e) submetam o ensino e os exames à fiscalização do Departamento dos Correios e Telégrafos, por intermédio de profissional indicado pela Comissão Técnica de Rádio;

f) contribuam com a quantia de 500$0 mensais, para as despesas dessa fiscalização;

g) observem este regulamento e as instruções em virtude dele expedidas, bem como a legislação em vigor sobre o ensino público, na parte que lhes for aplicavel.

Parágrafo único. Em qualquer tempo, poderá ser cassada pelo Governo a permissão concedida para o funcionamento dessas escolas, por inadimplemento das condições estipuladas neste artigo, ou ainda por motivos relevantes, mediante proposta da Comissão Técnica de Rádio.

Art. 76. Os programas básicos de ensino, organizados pela Comissão Técnica de Rádio e aprovados pelo ministro da Viação e Obras Públicas, serão comuns à escola do Departamento dos Correios e Telégrafos e às escolas particulares permissionárias.

Parágrafo único. Esses programas devem ser lecionados de acordo com as normas estabelecidas pela Comissão Técnica de Rádio, com o objetivo de preparar eficientemente os candidatos nos conhecimentos correspondentes ao exercício das funções a que se destinam.

Diplomas

Art. 77. Aos técnicos especializados, que houverem concluido o curso na escola mantida pelo Departamento dos Correios e Telégrafos, será por este expedido o respectivo diploma.

§ 1º Os diplomas expedidos pelas escolas particulares permissionárias e pelas do Exército e da Marinha deverão ser registados no mesmo Departamento; os concedidos por outras escolas, nacionais ou estrangeiras, só serão considerados válidos e suscetiveis desse registo mediante parecer favoravel da Comissão Técnica de Rádio.

§ 2º Aos técnicos especializados nacionais não diplomados facultado obter o diploma de que trata este artigo, desde que se submetam a um concurso de provas perante a Comissão Técnica de Rádio, podendo, entretanto, essa exigência ser dispensada quando se tratar de técnicos de notória capacidade profissional e mediante parecer devidamente fundamentado, da mesma comissão.

Certificados

Art. 78. Aos técnicos auxiliares e aos operadores aprovados pela escola do Departamento dos Correios e Telégrafos e pelas escolas particulares permissionárias, será expedido pelo mesmo Departamento o correspondente certificado de habilitação.

§ 1º Igual certificado será passado aos profissionais daquelas categorias, que forem aprovados pelas escolas do Exército e da Marinha, desde que essas escolas adotem, no mínimo, os programas básicos de que trata a letra g do art. 36.

§ 2º Os certificados de amadores serão concedidos pelo Departamento. dos Correios e Telégrafos aos candidatos que satisfizerem as condições de que trata o § 2º do art. 80.

Art. 79. Só poderão, entretanto, obter os certificados de que trata o artigo anterior os não insubmissos ao serviço militar.

Art. 80. Haverá quatro classes de certificados de operadores:

a) radiotelegrafista de 1ª classe;

b) radiotelegrafista de 2ª classe;

c) radiotelefonista;

d) operador de estações de fins científicos ou experimentais e operador a serviço de pequenos navios, aos quais não é aplicavel a convenção sobre a salvaguarda da vida humana no mar.

§ 1º Os certificados de operadores radiotelegrafistas de primeira e segunda classe e de radiotelefonista serão passados aos candidatos que satisfizerem as exigências contidas no § 3º, condições A e B, e § 6º do art. 7º do regulamento geral, anexo à Convenção Radiotelegráfica Internacional, respectivamente.

§ 2º Os certificados de amadores, operadores de estações de fins científicos ou experimentais e operadores a serviço de pequenos navios serão passados aos candidatos que recebam e transmitam, em código, à velocidade, dez (10) palavras de cinco (5) caracteres por minuto ou, em linguagem clara, quinze (15) palavras de cinco (5) caracteres por minuto, e possuam conhecimento de regulagem e manejo dos aparelhos, bem como das disposições deste regulamento e dos regulamento anexos à Convenção Radiotelegráfica Internacional.

§ 3º Os operadores a serviço dos pequenos navios, de que trata o parágrafo anterior, só poderão executar serviços de correspondência pública ou trabalho geral das estações moveis se satisfizerem, ainda, as exigências contidas na letra a da condição C do § 3º do art. 74 do regulamento geral anexo à Convenção Radiotelegráfica Internacional.

Art. 81. Os certificados dos técnicos e operadores estrangeiros deverão ser submetidos à revalidação no Departamento dos Correios e Telegrafos.

Art. 82. Os técnicos auxiliares e os operadores deverão, quando em serviço, ter sempre em seu poder os respectivos certificados, para exibição às autoridades competentes.

Art. 83. Perderão a validade os certificados dos operadores que hajam estado afastados do exercício da profissão por período superior a um ano.

§ 1º Esses certificados poderão ser revalidados se, mediante exame prestado no Departamento dos Correios e Telégrafos, ficar apurado que os seus titulares conservam a capacidade regulamentar de receber e transmitir e teem conhecimento das disposições legais vigentes, relativas às radiocomunicações.

§ 2º Para o efeito do disposto neste artigo, o Departamento dos Correios e Telégrafos instituirá um registo dos operadores, os quais ficam obrigados a prestar ao mesmo Departamento as informações que forem por ele exigidas, com o fim de manter em dia esse registo.

CAPÍTULO XIV

CONTABILIDADE

Art. 84. As taxas relativas ao serviço das estações terrestres e de bordo, bem assim a sua liquidação, serão regidas pelas disposições contidas no art. 32 do regulamento geral anexo à Convenção Radiotelegráfica Internacional, ou outras que venham a vigorar.

Parágrafo único. Para os efeitos deste artigo, serão as estações de aeronave equiparadas às de bordo.

Art. 85. Serão regidos pelo Regulamento Telegráfico Internacional e por acordos especiais, firmados entre a administração brasileira e as administrações de outros paises, ou com companhias ou empresas por elas autorizadas, não só o regime das taxas e contribuições relativas ao serviço público internacional e ao serviço público restrito internacional executados pelas estações fixas, como tambem a liquidação das respectivas contas.

Parágrafo único. Esses acordos, alem de qualquer cláusula que o Governo julgue conveniente, determinarão que as contas sejam trimestrais e que a sua liquidação se faça dentro de prazo nunca superior a seis meses, a contar da data da respectiva apresentação, quer se trate de acordo com administrações, quer com companhias ou empresas.

Art. 86. As contas dos permissionários do serviço público restrito interior ou do serviço limitado serão tambem trimestrais e a sua liquidação deverá ser feita dentro do prazo máximo de três meses, a contar da data da respectiva apresentação.

Art. 87. Para perfeita fiscalização dos serviços e melhor arrecadação das taxas e contribuições devidas à União, promoverá o Departamento dos Correios e Telégrafos o preparo de todas as contas relativas a esses serviços, de acordo com os balancetes mensais por ele organizados.

Parágrafo único. A organização desses balancetes será feita à vista dos boletins diários do tráfego, aos quais serão anexadas cópias dos respectivos despachos.

Art. 88. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com os regulamentos em vigor sobre a matéria e as instruções que a respeito forem baixadas pelo Governo.

CAPÍTULO XV

TARIFA - REGIME DE CONTRIBUIÇÕES

Tarifa

Art. 89. A tarifa a vigorar nos serviços executados pela União será a que for estabelecida em lei.

Art. 90. A taxa relativa aos radiotelegramas internacionais será a estabelecida no art. 2º do regulamento adicional anexo à Convenção Radiotelegráfica Internacional, ressalvado o disposto no § 2º do art. 2º do presente regulamento.

Art. 91. A tarifa a vigorar no serviço público internacional e no serviço público restrito internacional, executados pelas estações fixas de concessionárias e permissionários será a que for aprovada pelo ministro da Viação e Obras Públicas, e nenhuma alteração de taxa poderá ser feita sem a sua autorização, salvo a que resultar de notificação da Secretaria Internacional da União Telegráfica, em relação a taxas de outras administrações participantes do serviço.

§ 1º Nas estações das concessionárias e dos permissionários não poderão ser cobradas taxas diferentes das que, para os mesmos destinos no exterior, pela mesma via, estiverem em vigor nas estações do Departamento dos Correios e Telégrafos, respeitadas as disposições de acordos ou contratos vigentes.

§ 2º As taxas próprias das concessionárias e dos permissionários serão reduzidas de cinquenta por cento (50%) para o serviço oficial, que terá preferência sobre qualquer outro na transmissão, ressalvado o disposto na letra d do art. 53.

Art. 92. A tarifa a cobrar no serviço público restrito interior executado pelos permissionários será a que for aprovada pelo ministro da Viação e Obras Públicas, não podendo ser estabelecidas taxas inferiores às que vigorarem no serviço executado pela União.

Regime de contribuições

Art. 93. As concessionárias e os permissionários dos serviços de radiocomunicação ficam obrigados ao pagamento das seguintes taxas e contribuições à União, alem de quaisquer outras que vierem a ser criadas em lei, com carater geral

a) Concessionárias de serviço público internacional radiotelegráfico (art. 6º):

1 - taxa terminal sobre todo o serviço executado;

2 - taxa de trânsito;

3 - taxa de expediente pela baldeação, obrigatória, por intermédio do Departamento dos Correios e Telégrafos, de despachos permutados entre estações limítrofes das empresas particulares;

4 - contribuição contratual por palavra;

5 - contribuição anual de vinte e quatro contos de réis (24:000$0), paga no primeiro trimestre, para despesas de fiscalização da concessão;

6 - contribuição anual de seis contos de réis (6:000$0), paga no primeiro semestre, por estação instalada no país, para despesas de fiscalização;

7 - taxa da licença para o funcionamento das estações.

b) Concessionárias de serviço público internacional radiotelefônico (art. 6º):

1 - contribuição de cinco por cento (5%) sobre as taxas próprias aprovadas pelo Governo, aplicavel a todo o serviço executado;

2 - contribuição anual de vinte e quatro contos de réis (24:000$0), paga no primeiro trimestre, para as despesas de fiscalização da concessão;

3 - contribuição anual de seis contos de réis (6:000$0), paga no primeiro semestre, por estação instalada no país, para despesas de fiscalização;

4 - taxa da licença para o funcionamento das estações.

c) Concessionárias de serviço de radiodifusão (art. 11, § 2º), inclusive as atuais sociedades (art. 11, § 5º): taxa da licença para o funcionamento das estações.

d) Permissionários de serviço limitado de segurança, orientação e administração do tráfego terrestre, marítimo, fluvial ou aéreo (art. 9º, § 1º, n. 1): taxa da licença para o funcionamento das estações.

e) Permissionários de serviço limitado em localidades ainda não servidas pelo Departamento dos Correios e Telégrafos (art. 9º, § 1º, n. 2):

1 - contribuição mensal, paga adiantadamente, da quantia de trezentos mil réis (300$0), por estação, para despesas de fiscalização;

2 - taxa da licença para o funcionamento das estações.

f) Permissionários de serviço militar de imprensa (art. 9º, § 1º, n. 3):

1 - taxa em vigor, por palavra, para o serviço internacional de imprensa, considerando-se, para esse efeito, a recepção efetuada por uma só estação, e mais a metade dessa taxa, por palavra, pela recepção efetuada por estação excedente;

2 - taxa em vigor, por palavra, para o serviço interior de imprensa e mais a metade dessa taxa, por palavra, pela recepção efetuada por estação excedente de uma;

3 - contribuição mensal, paga adiantadamente, da quantia de trezentos mil réis (300$0), por estação, para despesas de fiscalização;

4 - taxa da licença para o funcionamento das estações.

Quando o serviço de imprensa, destinado a determinada empresa de publicidade, houver de ser captado por uma ou mais estações de outra empresa congênere, que, para isso, tenha sido por aquela autorizada, aplicar-se-á tambem neste caso o mesmo regime de pagamento de taxas, isto é, será exigivel o pagamento da taxa integral por uma estação e mais a metade dessa taxa, por estação excedente.

g) Permissionários de serviço público restrito internacional executado pelas estações de serviço público internacional (art. 8º, § 1º, ab initio): metade da taxa aprovada da estação terrestre, no serviço radiotelegráfico; ou contribuição de cinco por cento (5%) sobre as taxas próprias aprovadas pelo Governo, aplicavel a todo o serviço radiotelefônico executado.

h) Permissionários de serviço público restrito interior ou internacionaI executado pelas estações de serviço limitado interior de segurança, orientação e administração do tráfego terrestre, marítimo, fluvial ou aéreo (art. 8º, § 1º, in fine): contribuição correspondente à metade da taxa das estações terrestres, sobre todo o serviço público interior ou internacional executado entre essas estações e as estações moveis.

i) Permissionários de serviço público restrito interior ou internacional executado pelas estações de serviço limitado interior instaladas nas localidades ainda não servidas pelo Departamento dos Correios e Telégrafos (art. 8º, § 1º, in fine):

1 - taxa terminal sobre todo o serviço público restrito internacional, salvo o destinado ou procedente das estações moveis;

2 - contribuição de vinte por cento (20%) sobre as taxas de todo o serviço público restrito interior, alem de metade da taxa fixa, quando houver, salvo no caso de tráfego mútuo com o Departamento dos Correios e Telégrafos.

j) Permissionários de serviços especiais (art. 10, §§ 1º e 2º 3º e 4º) ou de estações portateis (art. 21): taxa da licença para o funcionamento das estações.

§ 1º Fica isento de taxas e contribuições o serviço limitado interior de interesse administrativo dos Estados da União (art. 9º).

§ 2º Os diplomas e certificados de habilitação dos técnicos e operadores e as licenças para o funcionamento das estações (salvo os aparelhos receptores de radiodifusão, de sinais horários ou de boletins meteorológicos), bem como a sua revalidação ou renovação, ficam sujeitos à taxa de dez mil réis (10$0).

§ 3º Os permissionários de aparelhos receptores de radiodifusão, de sinais horários ou de boletins

meteorológicos estão obrigados ao pagamento da taxa de dois mil réis (2$0), cobrada em selo, a título de inscrição anual renovavel dos citados aparelhos, sob pena de incorrerem na perda dos mesmos.

Será gratuita a inscrição de aparelhos receptores de radiodifusão quando requerida, para seus sócios, pelas sociedades civís que participarem da rede nacional de radiodifusão.

CAPÍTULO XVI

SUPERINTENDÊNCIA E FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

Superintendência

Art. 94. Os serviços civís de radiocomunicação serão superintendidos pelo Ministério da Viação e Obras Públicas e os de carater militar pelos Ministérios da Guerra e da Marinha.

Parágrafo único. Os três Ministérios deverão manter estreitas relações em tudo que disser respeito às radiocomunicações, tendo em vista as necesidades econômicas do país e as relativas à defesa nacional, cabendo ao primeiro por sempre os dois outros ao corrente de todas as concessões e permissões, bem como do estabelecimento das estações, suas características, transformações e alterações técnicas.

Fiscalização

Art. 95. A fiscalização dos serviços de radiocomunicação, salvo os do Exército e da Marinha, é exercida pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, por intermédio do Departamento dos Correios e Telégrafos.

§ 1º Cabe, entretanto, à Diretoria da Marinha Mercante e ao Departamento de Aeronáutica Civil, respectivamente, a fiscalização técnica das estações dos navios e aeronaves, enquanto o Governo julgar conveniente.

§ 2º Esses departamentos verificarão, a todo tempo, se as mesmas estações são mantidas com eficiência, se estão lotadas de acordo com os arts. 56 e 59 e se os seus operadores se acham devidamente habilitados, impedindo, em caso contrário. a saida dos navios e aeronaves.

Atribuições do Departamento dos Correios e Telégrafos

Art. 96. Alem de quaisquer outras atribuições já definidas no presente regulamento, estão na alçada do Departamento dos Correios e Telégrafos as seguintes:

a) centralizar a cobrança de taxas e contribuições devidas à União e a liquidação das contas relativas aos serviços de radiocomunicação;

b) manter relações com as administrações de outros paises, com a Secretaria Internacional da União Telegráfica e com as empresas particulares nacionais ou estrangeiras;

c) preparar, nos termos deste regulamento, técnicos especializados. técnicos auxiliares e operadores, ministrando-lhes ensino teórico e prático, e expedir e revalidar os diplomas e certificados de habilitação desses profissionais;

d) classificar as estações de radiocomunicação, prescrevendo a natureza do serviço a ser feito por classe de estações e por estação dentro de sua classe;

e) verificar se as estações operam nas frequências que lhes foram consignadas;

f) determinar o indicativo de chamada e o horário de funcionamento de cada estação;

g) determinar as zonas de localização de cada classe de estações;

h) regulamentar os tipos de aparelhos a serem empregados em relação aos seus efeitos exteriores, à pureza e à agudeza das emissões de cada estação;

i) organizar instruções para evitar interferências;

j) determinar as áreas ou zonas servidas pelas estações;

k) manter serviços de escuta para os efeitos de fiscalização das radiocomunicações, tendo em vista a natureza do tráfego das estações, as frequências consignadas e o tipo das emissões;

l) zelar o fiel cumprimento das disposições relativas ao serviço da rede nacional de radiodifusão;

m) determinar normas para o registo de programas de radiodifusão, comunicações e sinais e da quantidade de energia das irradiações;

n) suspender ou cassar os diplomas ou certificados dos técnicos e operadores que infringirem disposições regulamentares;

o) expedir as licenças para o funcionamento das estações;

p) editar os atos administrativos referentes a radiocomunicações, a relação das estações brasileiras e os boletins e relatórios da Comissão Técnica de Rádio;

q) ouvir a Comissão Técnica de Rádio em assuntos de competência desta, ou quando julgar necessário, e executar e mandar executar as decisões que, emanadas da mesma, houverem sido aprovadas pelo ministro da Viação e Obras Públicas, nos termos do presente regulamento;

r) enviar à Comissão Técnica de Rádio um exemplar dos documentos técnicos que receber da Secretaria Internacional da União Telegráfica sobre assuntos ou resoluções concernentes a radiocomunicações, bem como quaisquer outros trabalhos da mesma natureza provenientes de outras fontes;

s) fazer bem cumprir as disposições deste regulamento.

CAPÍTULO XVII

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 97. No estabelecimento dos serviços de radiocomunicação, ter-se-á em vista distribuir equitativamente pelos Estados e território da República estações, frequências, potências e horários de funcionamento.

Art. 98. O tráfego mútuo no serviço radiotelegráfico público internacional só poderá ser feito com o Departamento dos Correios e Telégrafos ou, por intermédio deste e mediante autorização do Governo. com as empresas de cabos submarinos.

Art. 99. O serviço rodiotelefônico público internacional em tráfego mútuo só poderá ser executado com o Departamento dos Correios e Telégrafos ou, em conexão e conjugadamente, com as redes telefônicas existentes no país, mediante autorização do Governo. não sendo, em caso algum, permitido tráfego mútuo do serviço radiotelegráfico com o radiotelefônico ou telefônico.

Art. 100. Sem prévia aprovação do Governo, não poderá ter execução nenhum acordo ou convênio entre as concessionárias de serviço radiotelefônico e empresas de serviços telefônicos, sendo proibida a instituição de privilégio ou preferência em favor de determinada concessionária, com prejuizo dos direitos de outras congêneres ou da própria União, e que se estabeleça no percurso telefônico a cobrança de taxas superiores às que houverem sido aprovadas para as redes das empresas telefônicas.

Art. 101. Para os efeitos de fiscalização, as concessionárias de serviço radiotelefônico internacional deverão manter em sua sede uma mesa de comutações para a ligação direta de suas estações às cabines públicas, que alí tiverem de ser instaladas, e aos centros das redes telefônicas terrestres, não lhes sendo permitida outra ligação que não seja através da referida mesa.

Art. 102. As estações de fins científicos ou experimentais só poderão transmitir informações exclusivamente referentes às experiências que estiverem efetuando.

Art. 103. Tendo em vista a utilização de comunicações que possam interessar à defesa nacional, as características técnicas das estações dos navios e aeronaves serão determinadas pela Diretoria de Marinha Mercante ou pelo Departamento de Aeronáutica Civil, após entendimento com os orgãos competentes dos Ministérios da Marinha e da Guerra, respectivamente.

Art. 104. O Governo poderá, a todo tempo, obrigar que as estações, cujas irradiações possam interferir com a transmissão ou recepção dos sinais de socorro dos navios ou aeronaves em perigo, mantenham um operador em escuta durante todo o tempo em que o transmissor dessas estações estiver em funcionamento, salvo quando as mesmas dispuserem de meios de comunicação que lhes permitam ter conhecimento imediato de que as suas irradiações estão perturbando os sinais de socorro.

Art. 105. Os originais dos telegramas interiores e internacionais serão conservados nos arquivos das concessionárias e permissionárias durante um ano, a contar da data da apresentação, prazo esse elevado a quinze meses quanto aos radiotelegramas, e só poderão ser exibidos ao Departamento dos Correios e Telégrafos e aos expedidores e destinátarios, aos quais assistirá direito à certidão dos respectivos textos.

Parágrafo único. Quando necessários para prova em juizo, serão os autógrafos ou cópias exibidos na dependência em que estiverem, mediante requisição do juiz competente que poderá tambem exigir prova fotográfica autenticada dos mesmos quando se tratar de estação situada fora do juizado.

Art. 106. As sociedades ou ligas nacionais, com personalidade jurídica, que se dedicarem à técnica radioelétrica sem fim comercial, poderá o Governo conceder atribuições, favores e regalias oficiais.

Art. 107. O Governo poderá modificar, no todo ou em parte, o presente regulamento, tendo em vista o progresso técnico das radiocomunicações e a experiência que a prática administrativa indicar, mantidos, porem, os princípios estabelecidos no decreto n. 20.047, de 27 de maio de 1931.

Parágrafo único. As instruções que, por força deste regulamento, houverem de ser baixadas sobre os serviços em geral, serão consideradas parte integrante dele.

CAPÍTULO XVIII

DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 108. As estações do Ministério da Marinha, situadas em localidades onde não houver estação terrestre do Departamento dos Correios e Telégrafos, poderão continuar a executar serviço público restrito interior e internacional, nas mesmas condições em que já o praticam, servindo apenas de intermediárias no tráfego daquele departamento, ao qual farão sempre entrega das taxas que houverem arrecadado.

Parágrafo único. Essa faculdade vigorará enquanto nessas localidades não forem estabelecidas estações congêneres do Departamento dos Correios e Telégrafos.

Art. 109. O Governo providenciará para que as concessões e permissões existentes, bem como os certificados expedidos aos operadores, sejam submetidos a revisão, afim de que se enquadrem nas disposições deste regulamento. - José Americo de Almeida.

Este texto não substitui o original publicado no Diário Oficial da União - Seção 1 de 04/03/1932

Publicação:

- Diário Oficial da União - Seção 1 - 4/3/1932, Página 3914 (Publicação Original)

Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca

BIBLIOTECA DA
PRESIDÊNCIA
DA REPÚBLICA

MENSAGEM lida perante a Assembléia Nacional Constituinte, no ato da sua instalação, em 15 de novembro de 1933

Comparecendo á solene instalação da Assembléia Nacional Constituinte e em presença dos legitimos representantes do povo brasileiro, aproveito tão excepcional oportunidade para dirigir-me á Nação e prestar-lhe contas dos meus atos, como Chefe do Governo Provisorio, instituido pela revolução triunfante em outubro de 1930.

Convocados para dar ao país novas instituições, tereis bem avaliado a soma de responsabilidades impostas pela magna tarefa que vos cabe realizar. Para levá-la a bom termo, contais certamente com abundantes reservas de patriotismo e auscultareis, atentos, as exigencias do momento nacional, sem esquecer as lições da nossa experiencia politica.

A alta significação do acontecimento de que participais ressalta, de modo evidente, ao lembrarmos ser esta, no decurso de mais de um seculo, a terceira Constituinte chamada a assentar os fundamentos legais para a vida e o Governo da Nação Brasileira.

O exame do nosso passado politico, feito com serena imparcialidade, oferece ensinamentos preciosos que não devemos desprezar.

A LIÇÃO DO PASSADO

Os povos, como os individuos, jamais conseguem realizar integralmente as suas aspirações. Na ansia por atingir o melhor e o mais perfeito, consagram-se a experiencias em que o ideal só é alcançado aproximativamente, através de lutas repetidas e ingentes.

Estudando o processo da formação politica do Brasil, duas tendencias se aprcsentam, persistentes e definidas, emergindo da época colonial para as pugnas emancipadoras: a fedcração e o governo representativo.

As condições em que se iniciou e desenvolveu a nossa colonização esboçaram desde logo essas tendencias. Num vastissimo territorio de litoral tambem vastissimo, disseminaram-se nucleos de povoadores, quasi isolados entre si e da metropole. Para se organizarem e desenvolverem, num meio desconhecido e hostil, precisavam prover as proprias necessidades de economia e defesa. Esses nucleos evoluiram espontaneamente para a autonomia e acabaram criando para si um governo de certo modo original, cuja fórma definida e precisa vamos encontrar no funcionamento das camaras municipais, que administravam, ditavam leis, proviam a justiça e chegaram, com o tempo, a entender-se umas com as outras e, ás vezes, diretamente com a metropole, sobre assuntos de interêsse publico local ou da colonia.

Não admira, portanto, que, proclamada a In-

dependencia, consolidando uma situação de fato, viessem refletir-se no seio da nossa primeira Constituinte anseios declarados e persistentes pela implantação de um governo de fórma democratica e federativa.

O ato politico da nossa emancipação colocou, por fatalidade historica, nas mãos de um principe estrangeiro, os destinos do Brasil, operando-se uma especie de enxertia dinastica, cujos interêsses haviam, fatalmente, de colidir com as aspirações nativistas, já orientadas no sentido liberal e de franca descentralização.

O conflito verificou-se logo de inicio, quando a Constituinte delineou, dentro daquela orientação, a estrutura institucional do país. Dissolvida intempestiva e violentamente num ato de inequivoca reação ás suas tendencias, a constituição outorgada impôs a fórma unitaria e retirou da Camara, pela criação do Poder Moderador, o controle do Governo, enfeixando-o nas mãos do Imperador.

Estava aberto o dissidio, cujo desfecho foi o movimento reivindicador de 7 de abril de 1831, verdadeiramente admiravel como demonstração da vitalidade de uma conciencia nacional e que deveria ter produzido, com a abdicação, todas as consequencias políticas que a Independencia frustrara.

Estabelecida a Regencia, reacenderam-se as agitações em prol do ideal federativo, refletindo a crise da formação politica do país. O Ato Adicional, que modificou o regime unitario da Constituição de

1824, não foi mais do que uma concessão ao federalismo, criando as Assembléias e aumentando as atribuições dos presidentes das provincias, extinguindo o Conselho de Estado e retirando da Regencia a faculdade de dissolver a Camara.

Dentro da logica dos acontecimentos e de acôrdo com o nosso passado historico, o movimento de 7 de abril, com antecedentes claramente orientados, deveria ter realizado, no minimo de efeito, o imperio federativo; o Ato Adicional condescendeu, apenas, com os pendores de descentralização, burlando-os com disposições contemporizadoras. Sob o aspecto politico, póde ele ser considerado, por isso, como um segundo desvio do movimento emancipador, que nos teria dado a Republica, se não ocorresse a transplantação da dinastia bragantina, com a qual fizemos a Independencia.

As lutas desencadeadas durante o periodo regencial não tiveram o carater generalizado de simples motins; contrâriamente, além de revelarem espirito civico vigilante e combativo, traduziram, quasi todas, o impulso de um movimento de idéias, expressando aspirações populares, que não haviam conseguido enquadrar-se na organização politica dada ao país.

Com a sua formação eletiva e temporaria, a Regencia, tão agitada e discutida nos seus atos, mais se aproximava de um Governo de molde republicano, que propriamente monarquico. Explica-se, assim, em grande parte, a crise da sua estabilidade: contra

ela investiam, mais do que as correntes extremistas em rebelião, para assimilá-la, os interêsses da dinastia incipiente, procurando empolgá-la para manter e garantir o estado de coisas, criado em 1822. O golpe da maioridade, antecipada, caracterizando um expediente politico, foi a solução encontrada para evitar o prolongamento do dissidio que, ameaçando em primeiro plano o regime monarquico, parecia capaz de quebrar a unidade nacional.

Vista á distancia e apesar da mediania das realizações, a decada regencial constitue admiravel afirmação de vitalidade civica, marcando distintamente uma época da historia politica do Brasil.

E' corrente afirmar-se que a consolidação das instituições monarquicas, resultante da Maioridade, obstou o desmembramento da nação e o advento do "caudilhismo". Evidentemente, a vitoria do Centro e, portanto, do poder monarquico, muito concorreu para manter e fortalecer a unidade nacional. Contudo, não é de rigorosa logica concluir que, generalizado e triunfante algum dos movimentos de carater regional e de tendencias federalistas e até republicanas, fosse o país, inevitavelmente, arrastado, como consequencia imperiosa, á desagregação. Tornados nacionais e unanimes, poderiam garantir da mesma maneira a integridade da Patria, sacrificando, embora, a continuidade do Imperio.

Saindo da maioridade, vencida a revolução liberal de 1842, encerrado o decenio farroupilha e sufocada a insurreição praieira, o Imperio estabili-

zou-se num longo periodo de apaziguamento interior e de prestigio internacional.

Esse periodo foi absorvido pela experiencia do regime parlamentar, que nunca se praticou realmente, pela falta de uma opinião publica organizada e preponderante, capaz de exercer a representação com conciencia e vontade livre. Supria-a artificialmente a interferencia do Poder Moderador nas mãos do Imperante, provocando as crises politicas a seu alvedrio, a quéda dos ministerios e, consequentemente, a substituição dos partidos no poder.

O progresso da nação, nesses cincoenta anos de tranquilidade, não foi fruto exclusivo do regime, como procuraram fazer crer alguns historiadores do tempo. Avançamos no terreno das realizações materiais, porque as forças criadoras da nação nos impeliam para a frente, e por ser condição de vitalidade inerente aos povos jovens, ricos em recursos naturais inexplorados, progredir, ainda quando mal governados ou dirigidos.

Enquanto a vida politica do país se ajustava, desajeitadamente, a um modelo copiado, marchando e contramarchando ao ritmo do rotativismo ficticio dos partidos desavindos em torno da corôa, continuaram a agitar-se subterraneamente as aspirações recalcadas da nacionalidade. A ação pessoal do Imperador, temperamento patriarcal e comedido no uso do poder, influiu, sobremaneira, no prolongamento do regime, subtraindo-o aos choques violentos com a opinião e condicio-

nando-lhe a duração á da existencia do Imperante. A decadencia das instituições monarquicas era tão evidente, nos ultimos anos, que generalizara a convicção de que não sobreviveriam á pessoa do monarca, impossibilitando, natural e fatalmente, o advento do terceiro reinado.

Apesar de meio seculo de paz interna e das adaptações politicas experimentadas, o país não recebera ainda uma organização completa e eficiente, capaz de dar rumo definitivo e propicio á expansão das energias nacionais. A administração publica desenvolvia-se no sentido burocratico, baseada no processo simplista de arrecadar para gastar, por vezes, improdutivamente. A economia da nação, desenvolvida á margem da influencia do Estado, tinha com ele apenas o contacto da aparelhagem fiscal, mais ou menos absorvente, conforme as exigencias das suas finanças, quasi sempre deficitarias. Socialmente, não se cogitara de valorizar o homem, nem como entidade politica, nem como fator economico. Ofereciamos o espetaculo de uma minoria embebida de cultura humanista, fazendo politica á européia, vivendo reflexamente a vida dos grandes centros de civilização, em contraste com a massa ignorante das populações rurais e urbanas.

O problema da escravatura, encerrando o da organização do trabalho, fundamental para o nosso desenvolvimento economico, não teve a solução que mais convinha. Retardada, procrastinada, erigida em ponto nevralgico da existencia do regime,

atuou até como fator de perturbação pela fórma brusca e pelo ambiente de exaltação politica em que se operou a substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre.

A campanha abolicionista foi, indiscutivelmente, um dos nossos grandes movimentos de opinião. Empolgou totalmente o país numa solidariedade admiravel de todas as suas forças espirituais. Vitoriosa, os resultados surpreenderam, entretanto, aos seus proprios paladinos. Os centros produtores, principalmente os da exploração agricola, caíram em colapso, ante a desordem e o exodo das massas trabalhadoras, entregues repentinamente á inexperiencia da liberdade. Dominados pela idéia generosa, os pro-homens do abolicionismo não haviam cogitado sequer do que convinha e cumpria fazer dos escravos libertados.

Se o problema do trabalho escravo teve solução, ainda que defeituosa e tardia, o mesmo não aconteceu com o da educação popular, quasi completamente esquecida, até no seu aspecto mais elementar, o ensino primario. No projeto da Constituição de 1823, fôra ele encarado de frente e praticamente, estabelecendo-se a criação obrigatoria de aulas publicas nos termos, e liceus nas sedes de todas as comarcas. A Constituição outorgada eliminou, porém, essa sábia disposição, que, adotada e cumprida, teria, pelo menos, evitado os males do analfabetismo.

Em resumo, o Imperio encerrou a sua ativi-

dade, deixando insoluveis os dois maiores problemas nacionais: o da organização do trabalho livre e o da educação.

Por outro lado, a centralização imposta pelo regime, tanto no sentido politico como no administrativo, agira sobre as provincias, refreando-lhes o desenvolvimento e criando uma especie de heliotropismo que as retinha voltadas para a corôa, dependentes do seu arbitrio e dela tudo providencialmente esperando. Os efeitos de semelhante centralização atuavam como entorpecentes sobre as iniciativas e energias locais, presas á rotina e ao favor oficial.

Tal era, a largos traços, o panorama da situação do país em 1889. Para determinar-lhe os contornos com mais precisão, acentuemos ainda: aos abalos economicos produzidos pela Abolição aplicaram-se remedios de emergencia, visando principalmente reanimar a exploração agricola desorganizada; definira-se a politica protecionista, destinada a estimular os primeiros surtos de industrialização, e que deveria, mais tarde, expandir-se até ao abuso; enveredou-se pelo caminho tentador do inflacionismo monetario com as suas abundancias ficticias, que, refletidas no campo dos negocios, geraram o espirito de aventura, de especulação e caça ao lucro facil, culminando, afinal, na derrocada do "encilhamento".

Foi nesse ambiente de inquietude generalizada que a propaganda republicana começou a ganhar terreno, aproveitando-se dos efeitos perturbadores da abolição e recolhendo os desgastes dos partidos monarquicos deliquescentes. Não constituira, ainda assim, o que se poderia chamar uma força de opinião organizada, com poder suficiente para atuar por si e provocar a quéda do trono vacilante.

O ideal republicano tinha raizes profundas na vida politica do país. Definira-se em movimentos civicos memoraveis, embora fracassados, e, até certo ponto, compendiava as aspirações nacionalistas desatendidas desde a Independencia. Basta recordar a exortação de José Clemente no apelo feito ao principe D. Pedro para ficar no Brasil: "Vossa A. R. não ignora que o partido republicano aí está e fará por si a Independencia, se não a empolgarmos".

A proclamação da Republica, apreciada rigorosamente como fato historico, foi, entretanto, uma antecipação dos acontecimentos, precipitada pelas questões militares. Tais circunstancias não lhe tiram, contudo, o carater de ato nitidamente revolucionario. Como tal, deveria importar numa mutação obrigatoria de valores e influir tambem no sentido de profundidade na vida politica do país, para não se transformar em mera substituição de normas teoricas de governo.

Precipitada pelos acontecimentos ou obra de uma minoria resoluta, como quer que seja, a revolução se fizera. A falta de uma corrente de opinião, fortemente organizada e dirigida por um nucleo de homens ideologicamente identificados, viria, porém, desvirtuar-lhe a finalidade. Acresce, ainda, que, vitoriosa sem luta, não provocou reação capaz de determinar uma indispensavel seleção de valores, suscitando, ao contrario, o adesismo oportunista em grau tão absorvente que a quarta presidencia da Republica já foi exercida por uma mentalidade formada na politica monarquica.

O movimento de 1893, de feição reacionaria, produziu-se tres anos depois da proclamação, quando o conformismo adesista se consolidara, galgando posições. Ainda assim, verificou-se em torno do Governo constituido uma homogeneização de elementos moços e idealistas que, embora consagrados á resistencia oferecida, não conseguiram predominar na direção da vida publica do país. Faltou-lhes a atuação de um mentor providencial, com visão de estadista e espirito agremiador, qualidades que não possuia o depositario legal do poder, grande figura historica, pelo carater e energia inflexivel, mas que, acima de tudo, soldado e chefe militar, sómente desejava ser, consolidando as instituições, garantia da ordem e do prestigio da autoridade, cuja suprema magistratura lhe cumpria manter e fazer respeitada.

Esses e outros fatores influiram para o desvirtuamento do regime republicano, constituido sobre

ruinas precoces, esboços abandonados e interrompidos do passado.

Muitos problemas pertinentes á organização nacional, que se impunham pela mudança radical da fórma de governo, ficaram intactos ou foram resolvidos de modo incompleto. Administrativa e financeiramente, reatámos a tradição do Imperio. A nova distribuição de rendas, resultante da descentralização, foi pessima, refletindo-se desastradamente na vida dos Estados, para deixar uns na opulencia e outros na miseria. Proveiu daí, em parte, o estabelecimento das oligarquias locais, tornadas endemicas e voltadas para o centro, como no tempo da monarquia, e dele pedindo ordens e mendigando favores.

Criou-se, mercê desse estado de coisas, uma especie de casta governamental, instalada no poder, com o privilegio de aproveitar e distribuir os seus proventos.

Os orçamentos, de pura estimativa, transformaram-se numa liquidação final de ajustes, estourando á pressão das despesas não catalogadas e dos creditos extraordinarios. Adotou-se, como norma regular de administração, o expediente de passar de um exercicio para outro avultados *deficits* e de contrair emprestimos para solvê-los, enfraquecendo o credito do país, sobrecarregando de onus as gerações futuras e agravando, contra nós, o desequilibrio da balança de pagamentos no intercambio internacional.

Com a absorvente predominancia do Executivo sobre os demais poderes, falseou-se o equilibrio inerente á estrutura do regime. O Congresso era produto de um processo eleitoral profundamente viciado, e os seus membros, com raras exceções, não representavam a opinião nacional, mas a vontade dos oligarcas, todos criados pela mesma maquina de puro artificio, montada pela fraude, e coligados na defesa de uma politica de favoritismos pessoais que se exercia, ás vezes, escusamente e sempre á revelia dos interêsses nacionais.

Fechado num circulo de vantagens restritas que se confundiam com as da pequena minoria instalada nas posições governamentais, o poder publico tornou-se, aos poucos, alheio e impermeavel ás exigencias sociais e economicas da Nação. Adveiu-lhe, em consequencia, uma situação de desprestigio e de isolamento. Espessa atmosfera de indiferença separava da politica profissional as forças vivas do país.

Renovara-se, afinal, o dissidio classico entre as aspirações vitais da nacionalidade e a organização do Estado, aberto desde a Independencia, e que poderia ter encontrado solução no advento da Republica.

A reação tinha de vir, inevitavelmente. Foram-lhe primeiras manifestações as revoltas de 22 e 24. Daí por diante, o mal-estar e a hostilidade do país a semelhante estado de coisas revelaram-se crescentes e indisfarçaveis. A ultima sucessão pre-

sidencial, trazendo o desentendimento entre as classes governamentais, já foi reflexo desse descontentamento generalizado. A luta eleitoral, ao deturpar mais uma vez a vontade soberana do povo, deu-lhe pretexto para reagir pelas armas, porque, nas conciencias e nos animos, a revolução estava feita. Explica-se, assim, que o movimento de outubro de 1930 perdesse o carater de simples pronunciamento partidario para desencadear-se como força de ação social, assumindo o aspecto de verdadeira insurreição nacional e impondo, consequentemente, conquistas amplas e profundas no terreno economico e politico.

REVOLUÇÃO DE 1930

O movimento revolucionario de 1930, pela sua amplitude e profundidade, não teve similar em nossa historia politica. Não há exagero em afirmar-se que a Nação se mobilizou de Norte a Sul, levantando em armas legiões de combatentes dispostos a intervir entusiastica e ardorosamente na luta. As forças armadas, reproduzindo atitudes tradicionais, em momentos de crise semelhante, colocaram-se, patrioticamente, ao lado do povo, solidarias com a causa nacional. A vitoria deu ao país uma sensação de alivio e desafogo. Na realidade, ele se libertara pelo proprio esforço, anulando a pressão da atmosfera de insinceridade e ludibrio que lhe entorpecia os movimentos e lhe asfixiava as aspirações.

O Governo instituido pela revolução, apesar de instaurado pela força, baniu da sua atuação a prepotencia e o arbitrio. O seu primeiro ato foi uma espontanea limitação de poderes e a obra de reconstrução, a que se consagrara, realizou-a, respeitando as normas juridicas estabelecidas e sem agravos a direitos legitimamente adquiridos. Governo nascido do choque brusco das velhas tendencias libertadoras da nacionalidade com o egoismo da grei organizada durante decenios para dominar o país, cabia-lhe, antes de tudo, destruir um estado de coisas inveterado, conjunto de habitos e interêsses contrários á sua finalidade. Era natural que os donatarios da situação derrocada procurassem reagir pela passividade e falsa compreensão das idéias em marcha contra o predominio avassalador da revolução. O benigno tratamento dispensado aos principais responsaveis pelo descalabro nacional muito concorreu para isso. Afastados do país, usufruindo amplas garantias, deixaram dispersos pelo ambiente ainda conturbado os remanescentes da sua politica, os quais procuraram infiltrar-se e exercer derrotismo, por intermedio de elementos perturbadores, levados, alguns, mais por motivos pessoais que por divergencias de idéias, outros, por incompreensão do momento que atravessavamos, e quasi todos mais ou menos com pretensões a mentores do movimento que não lhes satisfizera a ambição e a vaidade.

A revolução não fôra obra de um partido, mas, sim, um movimento geral de opinião; não possuia,

Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca

BIBLIOTECA DA
PRESIDÊNCIA
DA REPÚBLICA

Proclamação ao povo brasileiro

(LIDA NO PALÁCIO GUANABARA E IRRADIADA PARA TODO O PAÍS, NA NOITE DE 10 DE NOVEMBRO DE 1937)

SUMÁRIO

À Nação — As exigências do momento histórico e as solicitações do interêsse coletivo — O Govêrno e a restauração econômica e financeira — A obra da justiça social — Os velhos e novos partidos — Os nossos agrupamentos partidários tradicionais não exercem a verdadeira função dos partidos políticos — O sufrágio universal como instrumento dos mais audazes — As novas formações partidárias surgirão em todo o mundo refratárias aos processos democráticos — A organização constitucional de 1934 — A Câmara dos Deputados não conseguiu até agora ultimar as leis complementares constantes da Mensagem do Chefe do Govêrno Provisório, de 10 de abril de 1934 — O Senado permaneceu no período da definição de suas atribuições — Os defeitos de estrutura do próprio órgão legislativo — Desaconselhável a manutenção dêsse aparêlho inadequado e dispendioso — Vinte anos de artificialismo econômico — O equipamento das vias férreas do país — As fôrças armadas precisam de aparelhamento eficiente — A nova Constituição — A lição dos acontecimentos — A campanha presidencial não encontrou repercussão no país — Necessário e urgente optar pela continuação do Brasil.

À NAÇÃO

O homem de Estado, quando as circunstâncias impõem uma decisão excepcional, de amplas repercussões e profundos efeitos na vida do país, acima das deliberações ordinárias da atividade governamental, não pode fugir ao dever de tomá-la, assumindo, perante a sua consciência e a consciência dos seus concidadãos, as responsabilidades inerentes à alta função que lhe foi delegada pela confiança nacional.

A investidura na suprema direção dos negócios públicos não envolve, apenas, a obrigação de cuidar e prover as necessidades imediatas e comuns da administração. As exigências do momento histórico e as solicitações do interêsse coletivo reclamam, por vezes, imperiosamente, a adoção de medidas que afetam os pressupostos e convenções do regime, os próprios quadros institucionais, os processos e métodos de govêrno.

Por certo, essa situação especialíssima só se caracteriza sob aspectos graves e decisivos nos períodos de profunda perturbação política, econômica e social.

A contingência de tal ordem chegámos, infelizmente, como resultante de acontecimentos conhecidos, estranhos à ação governamental, que não os provocou nem dispunha de meios adequados para evitá-los ou remover-lhes as funestas consequências.

Oriundo de um movimento revolucionário de amplitude nacional e mantido pelo poder constituinte da Nação, o Govêrno continuou, no período legal, a tarefa encetada

de restauração econômica e financeira e, fiel às convenções do regime, procurou crear, pelo alheiamento às competições partidárias, uma atmosfera de serenidade e confiança, propícia ao desenvolvimento das instituições democráticas.

Enquanto assim procedia, na esfera estritamente política, aperfeiçoava a obra de justiça social a que se votara desde o seu advento, pondo em prática um programa isento de perturbações e capaz de atender às justas reivindicações das classes trabalhadoras, de preferência as concernentes às garantias elementares de estabilidade e segurança econômica, sem as quais não pode o indivíduo tornar-se útil à coletividade e compartilhar dos benefícios da civilização.

Contrastando com as diretrizes governamentais, inspiradas sempre no sentido construtivo e propulsor das atividades gerais, os quadros políticos permaneciam adstritos aos simples processos de aliciamento eleitoral.

Tanto os velhos partidos, como os novos em que os velhos se transformaram sob novos rótulos, nada exprimiam ideològicamente, mantendo-se à sombra de ambições pessoais ou de predomínios localistas, a serviço de grupos empenhados na partilha dos despojos e nas combinações oportunistas em torno de objetivos subalternos.

A verdadeira função dos partidos políticos, que consiste em dar expressão e reduzir a princípios de govêrno as aspirações e necessidades coletivas, orientando e disciplinando as correntes de opinião, essa, de há muito, não a exercem os nossos agrupamentos partidários tradicionais. O fato é sobremodo sintomático se lembrarmos que da sua atividade depende o bom funcionamento de todo sistema baseado na livre concorrência de opiniões e interêsses.

Para comprovar a pobreza e desorganização da nossa vida política, nos moldes em que se vem processando, aí está o problema da sucessão presidencial, transformado em irrisória competição de grupos, obrigados a operar pelo subôrno e pelas promessas demagógicas, diante do completo desinterêsse e total indiferença das fôrças vivas da Nação. Chefes de govêrnos locais, capitaneando desassossegos e oportunismos, transformaram-se, de um dia para outro, à revelia da vontade popular, em centros de decisão política, cada qual decretando uma candidatura, como se a vida do país, na sua significação coletiva, fôsse simples convencionalismo, destinado a legitimar as ambições do caudilhismo provinciano.

Nos períodos de crise, como o que atravessamos, a democracia de partidos, em lugar de oferecer segura oportunidade de crescimento e de progresso, dentro das garantias essenciais à vida e à condição humana, subverte a hierarquia, ameaça a unidade pátria e põe em perigo a existência da Nação, extremando as competições e acendendo o facho da discórdia civil.

Acresce, ainda, notar que, alarmados pela atoarda dos agitadores profissionais e diante da complexidade da luta política, os homens que não vivem dela mas do seu trabalho deixam os partidos entregues aos que vivem deles, abstendo-se de participar da vida pública, que só poderia beneficiar-se com a intervenção dos elementos de ordem e de ação construtora.

O sufrágio universal passa, assim, a ser instrumento dos mais audazes e máscara que mal dissimula o conluio dos apetites pessoais e de corrilhos. Resulta daí não ser a economia nacional organizada que influe ou preponderа nas decisões governamentais, mas as fôrças econômicas de carater privado, insinuadas no poder e dele se

servindo em prejuízo dos legítimos interêsses da comunidade.

Quando os partidos tinham objetivos de caráter meramente político, com a extensão de franquias constitucionais e reivindicações semelhantes, as suas agitações ainda podiam processar-se à superfície da vida social, sem perturbar as atividades do trabalho e da produção. Hoje, porém, quando a influência e o contrôle do Estado sôbre a economia tendem a crescer, a competição política tem por objetivo o domínio das fôrças econômicas, e a perspectiva da luta civil, que espia, a todo momento, os regimes dependentes das flutuações partidárias, é substituída pela perspectiva incomparàvelmente mais sombria da luta de classes.

Em tais circunstâncias, a capacidade de resistência do regime desaparece e a disputa pacífica das urnas é transportada para o campo da turbulência agressiva e dos choques armados.

E' dessa situação perigosa que nos vamos aproximando. A inércia do quadro político tradicional e a degenerescência dos partidos em clans facciosos são fatores que levam, necessàriamente, a armar o problema político, não em termos democráticos, mas em termos de violência e de guerra social.

Os preparativos eleitorais foram substituídos, em alguns Estados, pelos preparativos militares, agravando os prejuízos que já vinha sofrendo a Nação, em consequência da incerteza e instabilidade creadas pela agitação facciosa. O caudilhismo regional, dissimulado sôb aparências de organização partidária, armava-se para impôr à Nação as suas decisões, constituindo-se, assim, em ameaça ostensiva à unidade nacional.

Por outro lado, as novas formações partidárias surgidas em todo o mundo, por sua própria natureza refra-

tárias aos processos democráticos, oferecem perigo imediato para as instituições, exigindo, de maneira urgente e proporcional à virulência dos antagonismos, o reforço do poder central. Isto mesmo já se evidenciou por ocasião do golpe extremista de 1935, quando o Poder Legislativo foi compelido a emendar a Constituição e a instituir o estado de guerra, que, depois de vigorar mais de um ano, teve de ser restabelecido por solicitação das fôrças armadas, em virtude do recrudescimento do surto comunista, favorecido pelo ambiente turvo dos comícios e da caça ao eleitorado.

A conciência das nossas responsabilidades indicava, imperativamente, o dever de restaurar a autoridade nacional, pondo termo a essa condição anômala da nossa existência política, que poderá conduzir-nos à desintegração, como resultado final dos choques de tendências inconciliáveis e do predomínio dos particularismos de ordem local.

Colocada entre as ameaças caudilhescas e o perigo das formações partidárias sistemàticamente agressivas, a Nação, embora tenha por si o patriotismo da maioria absoluta dos brasileiros e o amparo decisivo e vigilante das fôrças armadas, não dispõe de meios defensivos eficazes dentro dos quadros legais, vendo-se obrigada a lançar mão, de modo normal, das medidas excepcionais que caracterizam o estado de risco iminente da soberania nacional e da agressão externa. Essa é a verdade, que precisa ser proclamada, acima de temores e subterfúgios.

A organização constitucional de 1934, vazada nos moldes clássicos do liberalismo e do sistema representativo, evidenciara falhas lamentáveis, sob esse e outros aspéctos. A Constituição estava, evidentemente, antedatada em relação ao espírito do tempo. Destinava-se a uma realidade que deixara de existir. Conformada em

princípios cuja validade não resistira ao abalo da crise mundial, expunha as instituições por ela mesma criadas à investida dos seus inimigos, com a agravante de enfraquecer e anemizar o poder público.

O aparelhamento governamental instituído não se ajustava às exigências da vida nacional; antes, dificultava-lhe a expansão e inibia-lhe os movimentos. Na distribuição das atribuições legais, não se colocara, como se devera fazer, em primeiro plano, o interêsse geral; alluíram-se as responsabilidades entre os diversos poderes, de tal sorte que o rendimento do aparêlho do Estado ficou reduzido ao mínimo e a sua eficiência sofreu danos irreparáveis, continuamente expostos à influência dos interêsses personalistas e das composições políticas eventuais.

Não obstante o esfôrço feito para evitar os inconvenientes das assembléias exclusivamente políticas, o Poder Legislativo, no regime da Constituição de 1934, mostrou-se, irremediàvelmente, inoperante.

Transformada a Assembléia Nacional Constituinte em Câmara de Deputados, para elaborar, nos precisos termos do dispositivo constitucional, as leis complementares constantes da Mensagem do Chefe do Govêrno Provisório, de 10 de abril de 1934, não se conseguira, até agora, que qualquer delas fosse ultimada, máu grado o funcionamento quási ininterrupto das respectivas sessões. Nas suas pastas e comissões se encontram, aguardando deliberação, numerosas iniciativas de inadiável necessidade nacional, como sejam: o Código do Ar, o Código das Águas, o Código de Minas, o Código Penal, o Código do Processo, os projectos da Justiça do Trabalho, da creação dos Institutos do Mate e do Trigo, etc. etc.. Não deixaram, entretanto, de ter andamento e aprovação as medidas destinadas a favorecer interêsses parti-

culares, algumas, evidentemente, contrárias aos interêsses nacionais e que, por isso mesmo, receberam véto do Poder Executivo.

Por seu turno, o Senado Federal permanecia no período de definição das suas atribuições, que constituíam motivo de controvérsia e de contestação entre as duas casas legislativas.

A fase parlamentar da obra governamental se processava, antes como um obstáculo do que como uma colaboração digna de ser conservada nos termos em que a estabelecera a Constituição de 1934.

Função elementar e, ao mesmo tempo, fundamental, a própria elaboração orçamentária nunca se ultimou nos prazos regimentais, com o cuidado que era de exigir. Todos os esforços realizados pelo Govêrno no sentido de estabelecer o equilíbrio orçamentário se tornavam inúteis, desde que os representantes da Nação agravavam sempre o montante das despesas, muitas vezes, em benefício de iniciativas ou de interêsses que nada tinham a ver com o interêsse público.

Constitúi ato de estrita justiça consignar que em ambas as casas do Poder Legislativo existiam homens cultos, devotados e patriotas, capazes de prestar esclarecido concurso às mais delicadas funções públicas, tendo, entretanto, os seus esforços invalidados pelos próprios defeitos de estrutura do órgão a que não conseguiam emprestar as suas altas qualidades pessoais.

A manutenção dêsse aparêlho inadequado e dispendioso era de todo desaconselhável. Conservá-lo seria, evidentemente, obra de espírito acomodatício e displicente, mais interessado pelas acomodações da clientela política do que pelo sentimento das responsabilidades assumidas. Outros, por certo, prefeririam transferir aos ombros do Legislativo os onus e dificuldades que o

Executivo terá de enfrentar para resolver diversos problemas de grande relevância e de graves repercussões, visto afetarem poderosos interêsses organizados, interna e externamente. Compreende-se, desde logo, que me refiro, entre outros, aos da produção cafeeira e regularização da nossa dívida externa.

O Govêrno atual herdou os erros acumulados em cêrca de vinte anos de artificialismo econômico, que produziram o efeito catastrófico de reter *stocks* e valorizar o café, dando em resultado o surto da produção noutros países, apesar dos esforços empreendidos para equilibrar, por meio de quotas, a produção e o consumo mundial da nossa mercadoria básica. Procurando neutralizar a situação calamitosa encontrada em 1930, iniciámos uma política de descongestionamento, salvando da ruína a lavoura cafeeira e encaminhando os negócios de modo que fosse possível restituir, sem abalos, o mercado do café às suas condições normais. Para atingir êsse objetivo, cumpria aliviar a mercadoria dos pesados onus que a encareciam, o que será feito sem perda de tempo, resolvendo-se o problema da concorrência no mercado mundial e marchando decisivamente para a liberdade de comércio do produto.

No concernente à dívida externa, o serviço de amortização e juros constitúi questão vital para a nossa economia. Enquanto foi possível o sacrifício da exportação de ouro, afim de satisfazer as prestações estabelecidas, o Brasil não se recusou a fazê-lo. É claro, porém, que os pagamentos, no exterior, só pódem ser realizados com o saldo da balança comercial. Sob a aparência de moéda, que vela e disfarça a natureza do fenômeno de base nas relações econômicas, o que existe, em última análise, é a permuta de produtos. A transferência de valores destinados a atender a êsses compromissos pressupõe, natural-

mente, um movimento de mercadorias do país devedor para os seus clientes no exterior, em volume suficiente para cobrir as responsabilidades contraídas. Nas circunstâncias atuais, dados os fatores que tendem a crear restrições à livre circulação das riquezas no mercado mundial, a aplicação de recursos em condições de compensar a diferença entre as nossas disponibilidades e as nossas obrigações só pode ser feita mediante o endividamento crescente do país e a debilitação da sua economia interna.

Não é demais repetir que os sistemas de quotas, contingentamentos e compensações, limitando, dia a dia, o movimento e volume das trocas internacionais, têm exigido, mesmo nos países de maior rendimento agrícola e industrial, a revisão das obrigações externas. A situação impõe, no momento, a suspensão do pagamento de juros e amortizações, até que seja possível reajustar os compromissos sem dessangrar e empobrecer o nosso organismo econômico. Não podemos por mais tempo continuar a solver dívidas antigas pelo processo ruinoso de contrair outras mais vultosas, o que nos levaria, dentro de pouco, à dura contingência de adotar solução mais radical. Para fazer face às responsabilidades decorrentes dos nossos compromissos externos, lançámos sôbre a produção nacional o pesado tributo que consiste no confisco cambial, expresso na cobrança de uma taxa oficial de 35 %, redundando, em última análise, em reduzir de igual percentagem os preços, já tão aviltados, das mercadorias de exportação. É imperioso pôr um termo a êsse confisco, restituindo o comércio de câmbio às suas condições normais. As nossas disponibilidades no estrangeiro, absorvidas, na sua totalidade, pelo serviço da dívida e não bastando, ainda assim, às suas exigências, dão em resultado nada nos sobrar para a renovação do aparelhamento econômico, do qual depende todo o progresso nacional.

Precisamos equipar as vias férreas do país, de modo a oferecerem transporte econômico aos produtos das diversas regiões, bem como construir novos traçados e abrir rodovias, prosseguindo na execução do nosso plano de comunicações, particularmente no que se refere à penetração do *hinterland* e articulação dos centros de consumo interno com os escoadouros de exportação.

Por outro lado, essas realizações exigem que se instale a grande siderurgia, aproveitando a abundância de minéreo, num vasto plano de colaboração do Govêrno com os capitais estrangeiros que pretendam emprêgo remunerativo, e fundando, de maneira definitiva, as nossas indústrias de base, em cuja dependência se acha o magno problema da defêsa nacional.

É necessidade inadiável, também, dotar as fôrças armadas de aparelhamento eficiente, que as habilite a assegurar a integridade e a independência do país, permitindo-lhe cooperar com as demais nações do Continente na obra de preservação da paz.

Para reajustar o orgânismo político às necessidades econômicas do país e garantir as medidas apontadas, não se oferecia outra alternativa além da que foi tomada, instaurando-se um regime forte, de paz, de justiça e de trabalho. Quando os meios de govêrno não correspondem mais às condições de existência de um povo, não há outra solução senão mudá-los, estabelecendo outros moldes de ação.

A Constituição hoje promulgada creou uma nova estrutura legal, sem alterar o que se considera substancial nos sistemas de opinião: manteve a forma democrática, o processo representativo e a autonomia dos Estados, dentro das linhas tradicionais da federação orgânica.

Circunstâncias de diversa natureza apressaram o desfêcho dêste movimento, que constitúi manifestação de

vitalidade das energias nacionais extra-partidárias. O povo o estimulou e acolheu com inequívocas demonstrações de regozijo, impacientado e saturado pelos lances entristecedores da política profissional; o Exército e a Marinha o reclamaram como imperativo da ordem e da segurança nacional.

Ainda ontem, culminando nos propósitos demagógicos, um dos candidatos presidenciais mandava ler da tribuna da Câmara dos Deputados documento francamente sedicioso e o fazia distribuir nos quartéis das corporações militares, que, num movimento de saudável reação às incursões facciosas, souberam repelir tão aleivosa exploração, discernindo, com admirável clareza, de que lado estavam, no momento, os legítimos reclamos da consciência brasileira.

Tenho suficiente experiência das asperezas do poder para deixar-me seduzir pelas suas exterioridades e satisfações de caráter pessoal. Jamais concordaria, por isso, em permanecer à frente dos negócios públicos se tivesse de ceder quotidianamente às mesquinhas injunções da acomodação política, sem a certeza de poder trabalhar, com real proveito, pelo maior bem da coletividade.

Prestigiado pela confiança das fôrças armadas e correspondendo aos generalizados apelos dos meus concidadãos, só acedi em sacrificar o justo repouso a que tinha direito, ocupando a posição em que me encontro, com o firme propósito de continuar servindo à Nação.

As decepções que o regime derrogado trouxe ao país não se limitaram ao campo moral e político.

A economia nacional, que pretendera participar das responsabilidades do Govêrno, foi também frustrada nas suas justas aspirações. Cumpre restabelecer, por meio adequado, a eficácia da sua intervenção e colaboração na vida do Estado. Ao envés de pertencer a uma assembléia

política, em que, é óbvio, não se encontram os elementos essenciais às suas atividades, a representação profissional deve constituir um órgão de cooperação na esfera do poder público, em condições de influir na propulsão das fôrças econômicas e de resolver o problema do equilíbrio entre o capital e o trabalho.

Considerando de frente e acima dos formalismos jurídicos a lição dos acontecimentos, chega-se a uma conclusão iniludível, a respeito da gênese política das nossas instituições: elas não corresponderam, desde 1889, aos fins para que se destinavam.

Um regime que, dentro dos ciclos prefixados de quatro anos, quando se apresentava o problema sucessório presidencial, sofria tremendos abalos, verdadeiros traumatismos mortais, dada a inexistência de partidos nacionais e de princípios doutrinários que exprimissem as aspirações coletivas, certamente não valia o que representava e operava, apenas, em sentido negativo.

Numa atmosfera privada de espírito público, como essa em que temos vivido, onde as instituições se reduziam às aparências e aos formalismos, não era possível realizar reformas radicais sem a preparação prévia dos diversos fatores da vida social.

Torna-se impossível estabelecer normas sérias e sistematização eficiente à educação, à defesa e aos próprios empreendimentos de ordem material, se o espírito que rege a política geral não estiver conformado em princípios que se ajustem às realidades nacionais.

Se queremos reformar, façamos, desde logo, a reforma política. Todas as outras serão consectárias desta, e sem ela não passarão de inconsistentes documentos de teoria política.

Passando do Govêrno pròpriamente dito ao processo da sua constituição, verificava-se, ainda, que os meios não

correspondiam aos fins. A fase culminante do processo político sempre foi a da escolha de candidato à Presidência da República. Não existia mecanismo constitucional prescrito a êsse processo. Como a função de escolher pertencia aos partidos e como êstes se achavam reduzidos a uma expressão puramente nominal, encontravamo-nos em face de uma solução impossível, por falta de instrumento adequado. Daí, as crises periódicas do regime, pondo, quadrienalmente, em perigo a segurança das instituições. Era indispensável preencher a lacuna, incluindo na própria Constituição o processo de escolha dos candidatos à suprema investidura, de maneira a não se reproduzir o espetáculo de um corpo político desorganizado e perplexo, que não sabe, sequer, por onde começar o ato em virtude do qual se define e afirma o fato mesmo da sua existência.

A campanha presidencial, de que tivemos, apenas, um tímido ensaio, não podia, assim, encontrar, como efetivamente não encontrou, repercussão no país. Pelo seu silêncio, a sua indiferença, o seu desinterêsse, a Nação pronunciou julgamento irrecorrível sôbre os artifícios e as manobras a que se habituou a assistir periòdicamente, sem qualquer modificação no quadro governamental que se seguia às contendas eleitorais. Todos sentem, de maneira profunda, que o problema de organização do Govêrno deve processar-se em plano diferente e que a sua solução transcende os mesquinhos quadros partidários, improvisados nas vésperas dos pleitos, com o único fim de servir de bandeira a interêsses transitòriamente agrupados para a conquista do poder.

A gravidade da situação que acabo de escrever em rápidos traços está na conciência de todos os brasileiros. Era necessário e urgente optar pela continuação dêsse estado de coisas ou pela continuação do Brasil. Entre a existência nacional e a situação de caos, de irresponsa-

bilidade e desordem em que nos encontrávamos, não podia haver meio termo ou contemporização.

Quando as competições políticas ameaçam degenerar em guerra civil, é sinal de que o regime constitucional perdeu o seu valor prático, subsistindo, apenas, como abstração. A tanto havia chegado o país. A complicada máquina de que dispunha para governar-se não funcionava. Não existiam órgãos apropriados através dos quais pudesse exprimir os pronunciamentos da sua inteligência e os decretos da sua vontade.

Restauremos a Nação na sua autoridade e liberdade de ação: — na sua autoridade, dando-lhe os instrumentos de poder real e efetivo com que possa sobrepôr-se às influências desagregadoras, internas ou externas; na sua liberdade, abrindo o plenário do julgamento nacional sôbre os meios e os fins do Govêrno e deixando-a construir livremente a sua história e o seu destino.

Decreto-Lei nº 1.915, de 27 de Dezembro de 1939

Cria o Departamento de Imprensa e Propaganda e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição,

DECRETA:

Art. 1º Fica criado o Departamento de Imprensa e Propaganda (D. I. P.), diretamente subordinado ao Presidente da República.

Art. 2º O D. I. P. tem por fim:

a) centralizar, coordenar, orientar e superintender a propaganda nacional, interna ou externa, e servir, permanentemente, como elemento auxiliar de informação dos ministérios e entidades púbicas e privadas, na parte que interessa à propaganda nacional;

b) superintender, organizar e fiscalizar os serviços de turismo interno e externo;

c) fazer a censura do Teatro, do Cinema, de funções recreativas e esportivas de qualquer natureza, de rádio-difusão, da literatura social e política, e da imprensa, quando a esta forem cominadas as penalidades previstas por lei;

d) estimular a produção de filmes nacionais;

e) classificar os filmes educativos e os nacionais para concessão de prêmios e favores;

f) sugerir ao Governo a isenção ou redução de impostos e taxas federais para os filmes educativos e de propaganda, bem como a concessão de idênticos favores para transporte dos mesmos filmes;

g) conceder, para os referidos filmes outras vantagens que estiverem em sus alçada;

h) coordenar e incentivar as relações da imprensa com os Poderes Públicos ao sentido de maior aproximação da mesma com fatos que se liguem aos interesses nacionais;

i) colaborar com a imprensa estrangeira no sentido de evitar que se divulguem informações nocivas ao crédito e à cultura do país;

j) promover intercâmbios com escritores, jornalistas e artistas nacionais e estrangeiros;

l) estimular as atividades espirituais, colaborando com artistas e intelectuais brasileiros, no sentido de incentivar uma arte e uma literatura genuinamente brasileiras, podendo, para isso, estabelecer e conceder prêmios;

m) incentivar a tradução de livros de autores brasileiros;

n) proibir a entrada no Brasil de publicações estrangeiras nocivas aos interesses brasileiros, e interditar, dentro do território nacional, a edição de quaisquer publicações que ofendam ou prejudiquem o crédito do país e suas instituições ou a moral;

o) promover, organizar, patrocinar ou auxiliar manifestações cívicas e festas populares com intuito patriótico, educativo ou de propaganda turística, concertos, conferências, exposições demonstrativas das atividades do Governo, bem como mostras de arte de individualidades nacionais e estrangeiras;

p) organizar e dirigir o programa de rádio-difusão oficial do Governo;

q) autorizar mensalmente a devolução dos depósitos efetuados pelas empresas jornalísticas para a importação de papel para imprensa, uma vez demonstrada, a seu juizo, a eficiência e a utilidade pública dos jornais ou periódicos por elas administrados ou dirigidos.

Art. 3º O D. I. P. será constituído de:

a) Divisão de Divulgagão;

b) Divisão de Rádio-difusão;

c) Divisão de Cinema e Teatro;

d) Divisão de Turismo;

e) Divisão de Imprensa;

f) Serviços Auxiliares, que são os de Comunicações, Contabilidade e Tesouraria Material, Filmoteca. Discoteca, Biblioteca.

Art. 4º O Presidente da República expedirá, mediante decreto, o Regimento do D. I. P., em que serão especificados as atribuições e distribuição dos trabalhos deste e demais normas reguladoras de suas atividades.

Art. 5º O D.I.P. será dirigido por um Diretor Geral - padrão R, em comissão, de livre escolha e nomeação do Presidente da República.

Art. 6º Cada Divisão terá um Diretor, padrão P, livremente escolhido e nomeado, em comissão, pelo Presidente da República.

Art. 7º O Diretor-Geral do D.I.P. será substituído, em seus impedimentos ocasionais, por um dos Diretores de Divisão, de sua livre escolha.

Parágrafo único. Quando se tratar de impedimento cuja duração seja superior a trinta dias, o Presidente da República designará o Diretor de Divisão substituto do Diretor Geral.

Art. 8º Os Diretores de Divisão serão substituídos, em seus impedimentos, por outro Diretor de Divisão, para esse fim designado, sem prejuízo de suas funções, pelo Diretor Geral do D.I.P.

Art. 9º O Diretor Geral do D.I.P. designará um funcionário para servir como seu Secretário, o qual terá direito a gratificação de 6:000$0, além dos vencimentos do seu cargo efetivo.

Parágrafo único. Cada diretor de Divisão designará um funcionário para servir como seu Secretário, que perceberá a gratificação de 4 :800$0, além dos vencimentos do seu cargo efetivo.

Art. 10. Os Serviços Auxiliares serão orientados e articulados por um chefe, padrão M, nomeado, em comissão, pelo Presidente da República.

Parágrafo único. Cada Serviço Auxiliar terá um Chefe, ao qual caberá a gratificação de 4 :800$0, além dos vencimentos de seu cargo efetivo.

Art. 11. Os trabalhos do D.I.P. serão executados por funcionários de seu quadro ou requisitados e por extranumerários, admitidos na forma da legislação em vigor.

Art. 12. Fica extinto o Departamento de Propaganda e Difusão Cultural, do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, criado pelo Decreto n.24.651, de 10 de julho de 1934, e, em consequência, no Quadro I do mesmo Ministério, o cargo de Diretor, padrão P, em comissão, da aludida repartição.

Art. 13. O D.I.P. será dotado de uma estação radiofônica e radiotelegráfica.

Art. 14. Ficam transferidas para o D.I.P. as atribuições concernentes à censura teatral e de diversões públicas, ora conferidas a Polícia Civil do Distrito Federal e a que se refere o Capitulo V do Decreto n. 24.531, de 2 de julho de 1934.

Parágrafo único. Ficam incorporadas ao Quadro do D.I.P., a que se refere o artigo 18, deste decreto-lei, a carreira de Censor e um cargo de Censor - Padrão J, do Quadro II, do Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

Art. 15. Ficam transferidos para o Quadro do D.I.P. os cargos e funções gratificadas do Quadro I, do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, que atendiam ao extinto Departamento de Propaganda e Difusão Cultural.

Art. 16. Fica extinta a Comissão de Censura Cinematográfica, passando suas atribuições à alçada do D.I.P.

Art. 17. Para execução dos serviços fixados neste decreto-lei, o D.I.P. poderá constituir representantes nos Estados e solicitar, quando conveniente, a cooperação das autoridades locais, que não poderão recusá-la.

Art. 18. Fica aprovado o Quadro do D.I.P., anexo ao presente decreto-lei.

Art. 19. Todos os serviços de propaganda e publicidade dos ministérios e quaisquer departamentos e estabelecimentos da administração pública federal, ou de entidades autárquicas criadas por lei, serão feitos pelo D.I.P. com o qual aqueles órgãos manterão ligação permanente.

Art. 20. Este decreto-lei entrará em vigor em 1 de janeiro de 1940, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 27 de dezembro de 1939, 118º da Independência e 51º da República.

GETÚLIO VARGAS.
Francisco Campos.
A. de Souza Costa.
Eurico G. Dutra.
Henrique A. Guilhem.
João de Mendonça Lima.

Oswaldo Aranha.
Fernando Costa.
Gustavo Capanema.
Waldemar Falcão.

Quadro DO D.I.P. A QUE SE REFERE O ART. 18 DO DECRETO-LEI N. 1.915, DE 27-XII-1939

Cargos em comissão

1 Diretor Geral ..... Padrão R

5 Diretor de Divisão ..... Padrão P

1 Chefe dos Serviços Auxiliares..... Padrão M

Cargo efetivo

1 Tesoureiro..... Padrão F

Funções gratificadas

1 Secretário do Diretor Geral..... 6:000$0 anuais

5 Secretário de Diretor de Divisão..... 4:800$0 anuais, a cada um

6 Chefe de Serviço..... 4:800$0 anuais, a cada um

5 Suplente da censura..... 10:800$0 anuais, a cada um

Cargos extintos quando vagarem

1 Secretário..... Padrão L

3 Chefe de Secção..... Padrão L, em comissão

1 Redator..... Padrão L, em comissão

1 Sub-secretário..... Padrão K

1 Censor..... Padrão J, em comissão

7 Censor ..... Classe I (1)

1 Redator ..... Padrão H

2 Locutor..... Padrão H, em comissão

1 Chefe de Portaria ..... Padrão G

2 Técnicos..... Padrão F

Este texto não substitui o original publicado no Diário Oficial da União - Seção 1 de 29/12/1939

Publicação:
Diário Oficial da União - Seção 1 - 29/12/1939, Página 29362 (Publicação Original)

Decreto nº 5.077, de 29 de Dezembro de 1939

Aprova o regimento do Departamento de Imprensa e Propaganda (D.I. P.)
O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 74, alínea a, da Constituição,
Resolve:

Art. 1º Fica aprovado o regimento do Departamento de Imprensa e Propaganda (D. I. P.) que com este baixa.

Art. 2º O presente decreto entrará em vigor em 1º de janeiro de 1940, revogadas as disposições em contrário.
Rio de Janeiro, 29 de dezembro de 1939, 118º da Independência e 51º da República.
GETULIO VARGAS.
Francisco Campos.

Regimento do Departamento de Imprensa e Propaganda, a que se refere o Decreto n. 5.077, de 29 de dezembro de 1939

CAPÍTULO I
DA FINALIDADE

Art. 1º O Departamento de Imprensa e Propaganda (D. I. P.), criado pelo Decreto-lei n. 1915, de 27 de dezembro de 1939, é diretamente subordinado ao Presidente da República e tem a seu cargo a elucidação da opinião nacional sobre de diretrizes doutrinárias do regime, em defesa da cultura, da unidade espiritual e da civilização brasileiras, cabendo-lhe a direção de todas as medidas especificadas neste Regimento.

CAPITULO II
DA ORGANIZAÇÃO

Art. 2º O D. I. P, compreende:
I - Divisão de Divulgação (D.D.);
II - Divisão de Rádio-difusão (D.R.);
III - Divisão de Cinema e Teatro (D.C.T.);

IV - Divisão de Turismo (D.T.);
V - Divisão de Imprensa (D.I.).

Parágrafo único. Além das divisões o D.I.P. terá os seguintes serviços auxilares, para atender às necessidades comuns.
I - Serviço de Comunicações (S.C.);
II - Serviço de Contabilidade e Tesouraria (S.C.T.);
III - Serviço de Material (S.M.);
IV - Filmoteca;
V - Biblioteca;
VI - Discoteca,
Art. 3º O Diretor Geral do D.I.P. será auxiliado por um secretário, por ele designado.
Parágrafo único. Cada Diretor de Divisão será auxiliado por um secretário por ele designado.
Art. 4º Cada Serviço Auxiliar terá um chefe designado pelo Chefe dos Serviços Auxiliares.
Art. 5º Os orgãos de que se compõe o D.I.P. funcionarão perfeitamente coordenados, em regime de mútua colaboração, sob a orientação do Diretor Geral do D.I.P.

CAPÍTULO III

DA COMPETÊNCIA DAS DIVISÕES E DEMAIS ORGÃOS DO D.I.P.

Art. 6º Á Divisão de Divulgação compete:
a) a elucidação da opinião nacional sobre as diretrizes doutrinárias do regime, em defesa da cultura, da unidade espiritual e da civilização brasileiras;
b) interditar livros e publicações que atentem contra o crédito do pais e suas instituições, e contra a moral;
c) combater por todos os meios a penetração ou disseminação a qualquer idéia perturbadora ou dissolvente da unidade nacional;
d) fornecer, aos estrangeiros e brasileiros, uma concepção mais perfeita dos acontecimentos sociais, culturais e artístico: da vida brasileira;
e) organizar, periódica e frequentemente, espetáculos musicais, para o fim de pôr em relevo a personalidade e as obras de compositor brasileiro;

f) organizar programas de música de câmera, com a apresentação de intérpretes brasileiros;
g) organizar, regularmente, sessões literárias, nas quais sejam divulgadas as obras doe nossos melhores poetas e prosadores;
h) organizar programas de propaganda de música popular brasileira;
i) promover cursos, conferências, congressos e exposições demonstrativas das atividades nacionais e intercâmbios literários com o estrangeiro;
j) organizar o serviço de edições de folhetos, livros e cartazes do D.I. P.; editar um anuário da Imprensa Brasileira, com informações sobre jornais, revistas, livros e demais publicações aparecidas no Brasil.

Art. 7º Á **Divisão de Rádio-difusão compete**:
a) levar aos ouvintes radiafônicos nacionais e estrangeiros, por intermédio da Rádio-difusão oficial, tudo o que possa fixar-lhes a atenção sobre as atividades brasileiras em todos os domínios do conhecimento humano;
b) promover a cooperação da União, dos Estados, dos Municípios e dos particulares, de modo a generalizar e difundir o uso do rádio nas escolas e estabelecimentos industriais e agrícolas.
c) fazer a censura prévia de programas radiofônicos e de letras para serem musicadas;
d) organizar um programa denominado "Hora do Brasil", que, realizado diariamente, será obrigatoriamente, retransmitido por todas as estações de "broadcaeting" existentes no país;
e) irradiar, durante o programa a que se refere a alínea anterior, uma crônica que Versará sobre tema brasileiro, cuja divulgação possa constituir assunto de interesse coletivo;
f) difundir, ampla e sistematicamente, na 'Hora do Brasil", números musicais au literários que manifestem o pensamento brasileiro;
g) organizar o intercâmbio artístico radiofônico regular com organizações oficiais estrangeiras, nas seguintes bases programas artísticos e periódicos a serem retransmitidos pelas suas congêneres estrangeiras nos países aos quais são destinados esses programas, devendo, em troca, retransmitir os programas emitidos por essas estações, quando por elas organizados para o mesmo fim;

2) permuta, periódica, de elementos artísticos com organizações congêneres estrangeiras, na forma que for estabelecida em comum.
h) incentivar, através do Rádio, as relações comerciais entre o Brasil e os paises estrangeiros, fornecendo aos mesmos dados -statísticos da nossa produção econômica, boletins comerciais e financeiros, bolsa do café e de outros produtos, devendo essas transmissões serem feitas em diversos idiomas, várias vezes por dia, em horas que a recepção seja mais facil e cômoda aos ouvintes estrangeiros;
i) irradiar, diariamente, além da "Hora do Brasil', um programa em idioma estrangeiro, em hora apropriada e determinada pelos países para os quais a irradiação se fará, em antena dirigido, devendo esse programa, além de números musicais, comportar a leitura de crônicas sobre as belezas naturais do Brasil, discrição nitoresca de regiões e cidades brasileiras, condições climatericas do país e tudo o que posea constituir atração para o turista;
j) levar, através do Rádio, às aglomerações que se acham situadas em zonas afastadas dos centros irradiadores de cultura do país, elementos capazes de aumentar o contigente de conhecimentos práticos necessários a uma evolução social rápida, obedecendo as seguintes condições: programas que facilitem a divulgação, de modo prático e atraente, das conquistas do homem em todos os ramos de suas atividades;
2) esses programas, a cargo de técnicos, compreenderão um:serviço de consultas, destinado a cooperar na resolução dos problemas diversos que enfrenta, diariamente, o habitante do interior;
3) entre outros assuntos, deverá tratar doe seguintes: Agricultura, Pecuária, Indústria, Comércio, Higiene, Puericultura, Viação, Mecânica, Direito, Odontologia, Química, Física, Pesca, Esportes, Ciências Domésticas, Navegação, História do Brasil, Literatura Brasileira, linguas, Rádio, História das Artes. Eletricidade e Ofícios diversos;
4) essas matérias serão transmitidas em forma de curso prático ao alcance popular;
l) organizar programa radiofônico com o fim de divulgar os principais fatos da Histõria do Brasil, assim como os feitos dos nossos grandes homens;
m) transmitir, diariamente, a súmula dos atos oficiais, assim corno os boletins ministeriais, meteorolôgicos, movimento dos principais portos do país, etc.

n) autorizar previamente as emissoras nacionais a retransmissão de programas estrangeiros.

Art. 8º Á Divisão de Cinema e Teatro compete:

a) instituir, permanentemente, um cine-jornal, com versões sonoras, filmado em todo o Brasil e com motivos brasileiros, e de reportagens em número suficiente, para inclusão na programação;

b) incentivar e promover facilidades econômicas às empresas . nacionais produtoras de filmes, e aos distribuidores de filmes em geral:

c) censurar os filmes, fornecendo certificado de aprovação após sua projeção perante os censores da D.C.T.;

d) proibir a exibição em público de filmes sem certificado de aprovação da D.C.T.:

e) publicar, no Diário Oficial, a relação dos filmes censurados, suas características e o resumo do julgamento da D.C.T.;

f) censurar previamente e autorizar ou interditar: as representações de peças taetrais em todo o território nacional;

2) as representações de variedades;

3) as execuções de bailados, pantomimas e peças declamatórias,

4) as apresentações de préstitos, grupos, cordões, ranchos, etc., o estandartes carnavalescos;

5) as funções recreativas e esportivas de qualquer natureza.

Art. 9º A. Divisão de Turismo Compete:

a) organizar planos de propaganda turística no exterior e executá-los;

b) organizar fichários e cadastros de informações turísticas;

c) manter correspondência com as organizações turísticas do mundo;

d) organizar e divulgar publicações de albuns e catálogos de propaganda do Brasil;

e) manter secções de turismo junto aos serviços superintendidos, no interior e exterior, pelos diferentes ministérios ou organismos públicos e privados, e destinados a fins de expansão econòmica, comercial ou industrial;

f) dividir o Brasil em zonas turísticas o manter correspondência com delegações estaduais que forem criadas;

g) estimular o turismo interno;

h) manter uma publicação ilustrada, que servirá como órgão de turismo do D.I.P.;
i) dirigir e coordenar as atividades concernentes ao Turismo em todo o pais, promover o desenvolvimento e zelar pelas entidades, instituições, organizações e empresas que exercam atividades no campo turístico;
j) fixar diretrizes em matéria de Turismo, Termalismo e de Climatismo a serem observadas nas administrações púbìicas, entidades, institutos e organizações que desenvolvam atividades no campo de Turismo, Termalismo e de Climatismo,
l) coordenar as atividades das administrações e entidades públicas e privadas que interessem ao Turismo, ao Termalismo e ao Climatismo, e as iniciativas e manifestações aos mesmos referentes;
m) exercer vigilância e controle sobre todas as organizações nacionais, estaduais e locais de Turismo, estações de cura, repouso e vilegiatura, as indústrias hoteleiras de viagens e quaisquer atividades que interessem ao desenvolvimento turístico;
n) estimular e unificar as iniciativa das empresas de transportes com objetivo de tornar. mais fácil o,.cesso ás estações e locais de turismo, de cura Termal e Climática do país, facilitando a circulação dos turistas;
o) promover facilidades adnaneiras, fiscais policiais e da passaporte turistico em entendimento com as Serviços respectivos;
p) organizar anualmente os planos de temporada turística;
q) estudar e regular as questões concernentes ao desenvolvimento e à criação de estações de turismo, hidrominerais, climáticas, notadamente as relativas aos principais centros nacionais que apresentem interesse turístico seja de carater histórico, paisagistico, monurnentos naturais, regiões de caça e de pesca;
Art. 10. Á Divisão de Imprensa compete:
a) o exercício da censura à imprensa, quando a esta for cominada semelhante medida;
b) organizar um serviço de controle da imprensa nacional e estrangeira, afim de fornecer informações aos vários órgãos públicos interessados, tendo em vista às finalidades de cada um;

e) publicar um periódico, em diferentes idiomas, bem como difundir dados e informações sobre os valores gerais do Brasil, em todos os setores de suas atividades, quer artistico, científico, literário, ou filosófico, quer político, econômico, social, administrativo, turístico, etc., salientando a contribuição brasileira ao bem da humanidade, à civilização, ao progresso internacional e à consolidação da paz internacional;

d) organizar um arquivo do, jornais, revistas, folhetos de propaganda, etc., nacionais e estrangeiros;

e) manter, com todos os jornais do país, serviço telegráfico de noticias do interesse nacional;

f) manter um completo serviço do "clichés" e de fotografias, para fins de distribuição à imprensa brasileira e estrangeira e de permuta com entidades estrangeiras de turismo e de propaganda;

g) manter um serviço de "copyrigth" do artigos de autores nacionais para os jornais do pais e do estrangeiro;

h) autorizar previamente a circulação das publicações periódicas.

Art. 11. Ao Serviço de Comunicações compete:

a) receber, registrar, distribuir o encaminhar os papéis entrados;

b) prestar informações sobre andamento dos papéis;

c) classificar e arquivar papeìs, documentos. bem como livros de escrituração e registros:

d) registrar e expedir a correspondência.

Art. 12. Ao Serviço de Contabilidade o Tesouraria incumbe a contabilização das despesas do D.I.P., bem como efetuar recebimentos e pagamentos, nos termos da legislação em vigor.

Art. 13. Ao Serviço do Material compete:

a) propor a requisição ou aquisicão, por intermédio dos órgãos competentes, do material necessário aos trabalbos do D.I.P. zelando para que não fique em falta o denósito de materiais;

b) organizar e manter em dia a escrituração e demais assentamentos referentes ao material vermanente e de consumo do D.I.P.;

c) zelar pela limpesa diária e conservação da sede do D. I. P., bem como do respectivo mobiliário, material permanente e do consumo em depósito;

d) mandar fazer os concertos autorizados no material permanente o de consumo em depósito;
e) preparar o expediente sobre concorrências;
f) comprar o material necessário, quando autorizado.
Art. 14. A Filmoteca compete guardar e conservar os filmes nacionais que forem adquiridos ou confeccionados pelo D.I.P.
Art. 15. A Discoteca compete guardar e conservar os discos que forem adquiridos ou gravados pelo D.I. P.
Art. 16. A Biblioteca compete classificar. conservar e guardar livros e publicações de interesso para o D.I.P.

CAPÍTULO IV

ATRIBUIÇÕES DOS FUNCIONÁRIOS E EXTRANUMERÁRIOS

Art. 17. Ao Diretor Geral do D.I.P. incumbe:
a) dirigir e coordenar as atividades do D.I. P. c representá-lo em suas relações externas;
b) designar o Secretário;
c) despachar com os Diretores de Divisão e o Chefe dos Serviços Auxiliares;
d) requisitar, devidamente autorizado pelo Presidente da República, funcionários dos Ministérios de acordo com as necessidades dos trabalhos;
e) autorizar despesas e ordenar pagamentos, dentro das dotações orçamentarias;
f) autorizar mensalmente a devolução dos depósitos efetuados pelas ernpresas jornalísticas, para a importação de papel para imprensa, uma vez demonstrada, a seu juizo, a eficiência e a utilidade publica dos jornais ou periódicos por ela administrados ou dirigidos;
g) admitir e dispensar, na forma da legislação em vigor, o pessoal extranumerário;
h) arbitrar gratificações pela execução de trabalhos extraordinários, ou técnicos e científicos, e ajudas de custo;
i) requisitar transporte para os que tenham de viajar em objeto de serviço, podendo delegar poderes para tonto aos diretores de Divisão c Chefe dos Serviços Auxiliares;
j) conceder licença, nos termos da lei, aos funcionários e extranumerários do D.I.P.;

i) apresentar, anualmente, até 31 de janeiro de cada ano, ao Presidente da República, um relatório reunindo dados e observações sobre os serviços do D.I.P. no ano anterior;
ml) prorrogar o expediente remunerado de funcionários e extranumerários, sempre; que houver necessidade;
n) designar seu substituto para os impedimentos ocasionais;
o) designar os substitutos dos Diretores de Divisão e do Chefe dos Serviços Auxiliares, nos impedimentos eventuais destes;
p) julgar os recursos interpostos contra atos das Divisões;
q) encaminhar ao Ministério da Fazenda e a quaisquer autoridades federais, estaduais e municipais, devidamente informados, os requerimentos dos interessados sobre as isenções e favores fiscais de que tratar a legislação em vigor; mandar passar, por despacho assinado, as certidões requeridas que deverão ser. autenticadas pelo Diretor da Divisão respectiva;
s) requisitar as quotas de subvenções e de prêmio e autorizar os respectivos pagamentos;
t) impor penas disciplinares ao pessoal do D.I.P. até a de suspensão por 90 dias;
u) conceder férias ao secretário; determinar a instauração de inquérito administrativo;
x) dar posse aos diretores de Divisão e Chefes dos Serviços Auxiliares e demais funcionários;
z) encaminhar ao Governo, com parecer fundamentado, as sugestões dos interessados sobre a execução deste Regimento.
Art. 18 A cada um dos Diretores de Divisão incumbe: dirigir, examinar, fiscalizar e promover a execução dos trabalhos que couberem à respectiva Divisão;
a)Dirigir, examinar, fiscalizar e promover a execução dos trabalhos que couberem à respectiva Divisão;
b) apresentar ao Diretor Geral até o dia 15 de janeiro de cada ano, um relatório circunstanciado dos trabalhos da respectiva divisão;
c) propor ao Diretor Geral as medidas que julgar convenientes para os trabalhos da Divisão;
d) punir, inclusive com suspensão até 30 dias, seus subordinados, e representar ao Diretor Geral quando o caso exigir pena mais severa;

e) conceder férias ao pessoal da Divisão.

Art. 19. Ao Chefe dos Serviços Auxiliares compete

a) dirigir os Serviços Auxiliares;

b) baixar instruções necessárias à execução dos trabalhos a cargo dos Serviços Auxiliares;

c) aplicar penas disciplinares, inclusive a de suspensão até. 30 dias, ao pessoal seu subordinado e representar ao Diretor Geral quando a penalidade não couber à sua alçada;

d) conceder férias aos seus subordinados;

e) manda- lavrar, em cumprimento a despacho do Diretor Geral, as certidões requeridas pelas partes, subscrevendo-as;

f) fazer publicar os atos e demais expediente do D. I. P., de acordo com as instruções do Diretor Geral;

g) providenciar sobre as requisições das adiantamentos, organização de prestação de contas e escrituração;

h) providenciar sobre a organização de folhas de pagamento e: fazer o empenho das despesas do D I. P.;

i) propor ao Diretor Geral quaisquer providências atinentes aos Serviços que lhe estão subordinados;

j) comunicar às respectivas repartições a frequência do pessoal que servir no D. I. P., de acordo com o resumo do ponto.

Art. 20. A cada um dos Chefes de Serviço Auxiliar, que terá. a iniciativa e autoridade compatíveis com suas atribuições, compete a superintendência e fiscalização de todos os trabalhos afetos ao respectivo serviço.

Art. 21. Aos funcionários e extranumerários, em geral, com exercício no D. I. P., compete executar os trabalhos ou encargos de que forem incumbidos pelo Diretor ou Chefe imediato a estiverem subordinados.

CAPÍTULO V

DA LOTAÇÃO

Art. 22. O D. I. P. terá a lotação que for oportunamente aprovada em decreto.

CAPITULO VI

DO HORÁRIO

Art. 23. O período normal de trabalhos do D. I. P. será, no mínimo, de seis horas diárias, exceto aos sábados quando poderá ser de três horas.

Art. 24. Não ficam sujeitos a ponto o Diretor Geral, diretores de Divisão e o chefe dos Serviços Auxiliares do D.I.P.

CAPÍTULO VII

DAS SUBSTITUIÇÕES

Art. 25. Serão substituídos, automaticamente, em suas faltas eventuais:

a) o Diretor Gerai por um diretor de Divisão por ele designado,

b) os diretores de Divisão ou Chefe dos Serviços Auxiliares por um Diretor de Divisão designado pelo Diretor Geral;

c) os chefes de cada um dos servisos auxiliares por um outro funcionário designado pelo Chefe dos Serviços Auxiliares.

Parágrafo único. Haverá sempre funcionário designado para as substituições a que se refere este artigo.

CAPÍTULO VIII

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 26. Para execução dos seus trabalhos, o D. I. P. requisitará os funcionários que forem julgados necessários, os quais cerão distribuidos pelas Divisões e Serviços de acordo com as conveniências dos trabalhos.

Art. 27. Além dos funcionários requisitados, poderá ser admitido pessoal extranumerário na forma da legislação em vigor.

Rio de Janeiro, 29 de dezembro de 1939, 118º da Independência e 51º da República. - Francisco Campos.

Publicação:

- Diário Oficial da União - Seção 1 - 30/12/1939 , Página 29444 (Publicação Original)

Decreto-Lei nº 4.701, de 17 de Setembro de 1942

Dispõe sobre o comércio de aparelhos de rádio, transmissores ou receptores, seus pertences e acessórios e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, e
CONSIDERANDO a necessidade de acautelar os interesses da Segurança Nacional, sem que o comércio legítimo venha a sofrer restrições em suas transações normais;
CONSIDERANDO que a melhor forma de acautelar esses interesses é conjugar os da defesa com os da economia, ambos vitais para a Nação;
CONSIDERANDO que essa tem sido a orientação uniforme do Governo Nacional,

DECRETA:

Art. 1º O comércio de aparelhos de rádios, transmissores ou receptores, seus pertences e acessórios, obedecerá ao regime normal estabelecido nas leis vigentes, com as restrições constantes deste decreto-lei.

Art. 2º Os indivíduos ou sociedades que exerçam o comércio das mercadorias referidas no art. 1º não podem transacionar com súditos alemães, italianos ou japoneses, pessoas físicas ou jurídicas, nem mesmo sob a forma de doação ou permuta.

Art. 3º Aplica-se aos particulares, nos casos de venda, doação ou permuta, o que dispõe o artigo anterior.

Art. 4º A violação das regras estabelecidas nos artigos anteriores, importará no confisco da mercadoria e sujeitará os responsáveis à pena de reclusão por cinco a dez meses.

Art. 5º As mercadorias mencionadas no art. 1º que estejam, por qualquer

título, na posse de súditos alemães, italianos ou japoneses, pessoas físicas ou jurídicas, ficam sob fiscalização imediata da autoridade competente, que os poderá apreender - com motivo justificado, a seu critério, ressalvados os direitos de recuperação das entidades que, com reserva de domínio, com elas transacionaram.

Art. 6º A execução do presente decreto-lei ficará, em todo o território nacional, a cargo das autoridades policiais respectivas, sob a orientação do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, que expedirá as necessárias instruções.

Art. 7º O presente decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 17 de setembro de 1942, 121º da Independência e 54º da República.
GETÚLIO VARGAS
Alexandre Marcondes Filho

Publicação:

- Diário Oficial da União - Seção 1 - 19/09/1942 , Página 14145 (Publicação Original)

Decreto-Lei nº 4.828, de 13 de Outubro de 1942

Coordena os meios e órgãos de divulgação e publicidade existentes no país e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, tendo em vista o que dispõe o decreto número 10.358, de 31 de agosto de 1942, e usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição,

DECRETA:

Art. 1º Durante o estado de guerra e tendo em vista as necessidades da ordem pública civil ficam coordenados, a serviço do Brasil, todos os meios e orgãos de divulgação e de publicidade existentes no território nacional, seja qual for a sua origem, forma carater, processo, propriadade ou vínculo de subordinação.

Art. 2º Ao Ministro da Justiça e Negócios Interiores competem, em geral, as atribuições indispensáveis à coordenação referida no art.1º, que objetiva:

a) excluir da divulgação e publicidade assuntos julgados inconvenientes aos interesses, aos compromissos, à ordem, à segurança e à defesa do Estado;

b) determinar a divulgação e publicidade do que, em vista do estado de guerra, convenha à incentivação da harmonia dos povos do Continente, da mobilização espiritual dos brasileiros e à segura elucidação dos problema políticos ou administrativos que interessem ao conhecimento público:

c) sistematizar e orientar a cooperação que os Governos dos Estados dos Municípios devem dar para organização e funções dos Departamentos Estaduais e Municipais de Imprensa e Propaganda, nos termos e para os fins do decreto-lei n. 2.557, da 4 de setembro de 1940;

d) promover a mais estreita colaboração e cooperação entre os orgãos da administração pública, inclusive para-estatais e autárquicos, federais, estaduais a municipais, os orgãos consultivos do Governo e as

organizaçôes privadas;

e) providenciar para que as informações e noticiários oficiais sejam uniformes em todo o país, afim de evitar erros, divergências ou superfluidades inconvenientes à unidade nacional e ao exato esclarecimento da opinião pública.

Art. 3º No desempenho das atribuições que lhe são conferidas e para alcançar, em todo o território nacional, as finalidades da presente lei, o Ministro da Justiça e Negócios Interiores pela forma que reputar conveniente:

a) baixará instruções e determinará as normas para o exercício das atividades dos orgãos de administração e consulta mencionados na letra d do art. 2º e das entidades particulares, nomeando representante para assumir a direção destas, quando necessário; ou sua fiscalização, quando convier.

b) resolverá, em solução a justificadas consultas prévias dos interessados, as dúvidas que possam surgir sobre a exclusão ou inclusão, no âmbito presente lei, de matéria destinada a divulgação e publicidade.

Art. 4º Por proposta do Ministro da Justiça e Negócios Interiores poderá ser cassada, a qualquer tempo, pelo Presidente da República, a autorização de que trata o art. 5º do decreto-lei n. 2.557, de 4 de setembro da 1940.

Parágrafo único. Considera-se dependente dessa autorização o exercício dos responsáveis pelos serviços correspondentes às funções referidas nos arts. 5º e 6º do decreto-lei n. 1.915, de 27 de dezembro de 1939, combinados com o art. 4º do decreto-lei 2.557.

Art. 5º Qualquer pessoa que se opuser, infringir ou criar embaraços à execução desta lei será punida com as penas estabelecidas no decreto-lei 4.766, de 1 de outubro de 1942, na parte aplicável, e, quando neste não estiver prevista, com a pena de reclusão de três meses a três anos e multa até 20:000$0.

Parágrafo único. Competirá ao Tribunal de Segurança Nacional o julgamento dos crimes previstos neste artigo.

Art. 6º A presente lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 13 de outubro de 1942, 121º da Independência e 54º da República.

GETÚLIO VARGAS
Alexandre Marcondes Filho
A. de Souza Costa
Eurico G. Dutra
Henrique A. Guilhem
João de Mendonça Lima
Oswaldo Aranha
Apolonio Salles
Gustavo Capanema
J. P. Salgado Filho

Publicação:

- Diário Oficial da União - Seção 1 - 15/10/1942 , Página 15361 (Publicação Original)

CRIAÇÃO DOS PRIMEIROS SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO

Decreto n.º 17:899
29 Janeiro 1930
I Série - Número 24

MINISTÉRIO DO COMÉRCIO E COMUNICAÇÕES

(Gabinete do Ministro)

Os progressos da técnica moderna aumentaram consideravelmente o domínio da telegrafia e telefonia sem fios. A radiodifusão tomou um tam grande incremento em todo o mundo que Portugal, embora lastimavelmente não pode deixar de acompanhar esse raro de sciencia com o interesse que deve merecer ao Estado o progresso scientifico dos seus nacionais.

E não é só a radiodifusão. A transmissão de imagens e outras descobertas, que dia a dia estão surgindo num progresso crescente de perfeitibilidade, vão entrando no domínio publico, e que impõe a necessidade de fazer chegar ao conhecimento das camadas populares, e naturalmente da mocidade das escolas, uma sciencia que tem grandes serviços prestar á humanidade.

A radiodifusão, pelo seu alto valor educativo, moral, artistico, literário e scientifico, contribuirá poderosamente para a ilustração dos povos.

Procura-se pelo presente decreto lei criar uns serviços que serão eficientes com a assistência do Estado pelas facilidades que só êle pode conceder, auferindo ao mesmo tempo receita destinada exclusivamente a obter melhoramentos.

Realizando-se a emissão por forma a ser ouvida com aparelhos de fácil aquisição, consegue-se logo a telegrafia sem fios, tornando-a dentro em pouco indispensável a todos.

Prevê-se a instalação de estações radiotelegraficas nos centros principais, por forma a que todos os países sejam abrangidos, e ainda a de estações que possam ser ouvidas nas ilhas adjacentes, colónias portuguesas e no estrangeiro, mormente nos países onde existe um grande núcleo de portugueses ansiosos por notícias da Mãe-Pátria, pondo-os assim em maior contacto com ela.

Facilita a propaganda do País, e consequentemente cria o ensejo azado para o aumento e industria nacionais, com a divulgação dos produtos portugueses, podendo assim obter-se vantajosos compromissos para o desenvolvimento do turismo, com o devido reclame ao nosso clima e aos locais belos e naturais.

Dar-se-há lugar á criação duma nova indústria com a construção de aparelhos e receptores indispensaveis á radioelectricidade.

Torna-se absolutamente livre a recepção sem peias burocráticas ou exigências de pagamento de taxas directas que virão determinar um retraimento prejudicial ao fim que se tem em vista.

Finalmente, de harmonia com a Conferência Internacional de Washington de 25 de Novembro de 1925, e

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:240, de 26 de Novembro de 1926, por força do disposto no artigo 1.º do decreto n.º 16:331, de 9 de Abril de 1928, sob proposta dos Ministros de todas as Repartições

Hei por bem decretar para valer como lei o seguinte:

Artigo 1.º - Os serviços de radiotelegrafia, radiotelefonia, radiodifusão, radiotelevisão e outros que venham a ser descobertos e que se relacionem com a radioelectricidade são monopólio do Estado em todo o território da República.

Art.º 2.º As entidades competentes para administrar, fiscalizar ou explorar os serviços indicados no artigo anterior são:

a) O Ministério do Comércio e Comunicações por intermédio da Administração Geral dos Correios e Telégrafos, no continente da República e ilhas adjacentes.

b) O Ministério das Colónias, nas colónias.

c) Os Ministérios da Guerra e da Marinha quanto às comunicações privativas dos respectivos serviços.

Art.º 3.º - As estações radiotelegraficas e radiotelefonicas existentes pelo Ministérios da Guerra e da Marinha só podem ser aproveitadas para o serviço público por expressa determinação do Governo, ouvida a Administração Geral dos Correios e Telégrafos.

Art.º 4.º É mantida, nos termos do respectivo contrato, a concessão dada pelo Governo á Companhia Portuguesa Radio Marconi, podendo o Governo dar novas concessões, mediante concurso público, para os serviços indicados no artigo 1.º e não compreendidos naquela concessão, por proposta da Administração Geral dos Correios e Telégrafos ou dos serviços próprios do Ministério das Colónias nos limites das respectivas jurisdições.

Art.º 5.º - O Ministério do Comércio e Comunicações, por proposta da Administração Geral dos Correios e Telégrafos, poderá conceder, nos termos

V

CONSTITUIÇÃO DE 1933

CONSTITUIÇÃO DE 11 DE ABRIL DE 1933

I

CONSTITUIÇÃO (*)

PARTE I

DAS GARANTIAS FUNDAMENTAIS

TÍTULO I

DA NAÇÃO PORTUGUESA

ARTIGO 1.º

O território de Portugal é o que actualmente lhe pertence e compreende:

(*) Texto publicado no *Diário do Governo*, de 22 de Fevereiro de 1933, nos termos do Decreto n.º 22 241, dessa data; submetido a plebiscito em 19 de Março de 1933; e entrado em vigor em 11 de Abril de 1933 com a publicação no *Diário do Governo* da acta da assembleia geral de apuramento dos resultados do plebiscito.

1.º — Na Europa: o Continente e Arquipélagos da Madeira e dos Açores;

2.º Na África Ocidental: Arquipélago de Cabo Verde, Guiné, S. Tomé e Príncipe e suas dependências, S. João Baptista de Ajudá, Cabinda e Angola;

3.º Na África Oriental: Moçambique;

4.º — Na Ásia: Estado da Índia e Macau e respectivas dependências;

5.º — Na Oceânia: Timor e suas dependências.

§ único — A Nação não renuncia aos direitos que tenha ou possa vir a ter sobre qualquer outro território.

ARTIGO 2.º

Nenhuma parcela do território nacional pode ser adquirida por Governo ou entidade de direito público de país estrangeiro, salvo para instalação de representação diplomática ou consular, se existir reciprocidade em favor do Estado Português.

ARTIGO 3.º

Constituem a Nação todos os cidadãos portugueses residentes dentro ou fora do seu território, os quais são considerados dependentes do Estado e das leis portuguesas, salvas as regras aplicáveis de direito internacional.

§ único Os estrangeiros que se encontrem ou residam em Portugal estão também sujeitos ao Estado e às leis portuguesas, sem prejuízo do preceituado pelo direito internacional.

ARTIGO 4.º

A Nação Portuguesa constitui um Estado independente, cuja soberania só reconhece como limites, na ordem interna, a moral e o direito; e, na internacional, os que derivem das convenções ou tratados livremente celebrados ou do direito consuetudinário livremente aceite, cumprindo-lhe cooperar com outros Estados, na preparação

e adopção de soluções que interessem à paz entre os povos e ao progresso da humanidade.

§ único - Portugal preconiza a arbitragem, como meio de dirimir os litígios internacionais.

ARTIGO 5.º

O Estado português é uma República unitária e corporativa, baseada na igualdade dos cidadãos perante a lei, no livre acesso de todas as classes aos benefícios da civilização e na interferência de todos os elementos estruturais da Nação na vida administrativa e na feitura das leis.

§ único — A igualdade perante a lei envolve o direito de ser provido nos cargos públicos, conforme a capacidade ou serviços prestados, e a negação de qualquer privilégio de nascimento, nobreza, título nobiliárquico, sexo, ou condição social, salvas, quanto à mulher, as diferenças resultantes da sua natureza e do bem da família, e, quanto aos encargos ou vantagens dos cidadãos, as impostas pela diversidade das circunstâncias ou pela natureza das coisas.

ARTIGO 6.º

Incumbe ao Estado:

1.º — Promover a unidade moral e estabelecer a ordem jurídica da Nação, definindo e fazendo respeitar os direitos e garantias resultantes da natureza ou da lei, em favor dos indivíduos, das famílias, das autarquias locais e das corporações morais e económicas;

2.º - - Coordenar, impulsionar e dirigir todas as actividades sociais, fazendo prevalecer uma justa harmonia de interesses, dentro da legítima subordinação dos particulares ao geral;

3.º — Zelar pela melhoria de condições das classes sociais mais desfavorecidas, obstando a que aquelas desçam abaixo do mínimo de existência humanamente suficiente.

TÍTULO II

DOS CIDADÃOS

ARTIGO 7.º

A lei civil determina como se adquire e como se perde a qualidade de cidadão português. Este goza de direitos e garantias consignadas na Constituição, salvas, quanto aos naturalizados, as restrições estabelecidas na lei.

§ único — Dos mesmos direitos e garantias gozam os estrangeiros residentes em Portugal, se a lei não determinar o contrário. Exceptuam-se os direitos políticos e os direitos públicos que se traduzam num encargo para o Estado, observando-se porém, quanto aos últimos, a reciprocidade de vantagens concedidas aos súbditos portugueses por outros Estados.

ARTIGO 8.º

Constituem direitos e garantias individuais dos cidadãos portugueses:

1.º — O direito à vida e integridade pessoal;

2.º — O direito ao bom nome e reputação;

3.º — A liberdade e a inviolabilidade de crenças e práticas religiosas, não podendo ninguém por causa delas ser perseguido, privado de um direito, ou isento de qualquer obrigação ou dever cívico. Ninguém será obrigado a responder acerca da religião que professa, a não ser em inquérito estatístico ordenado por lei.

4.º — A liberdade de expressão do pensamento sob qualquer forma;

5.º — A liberdade de ensino;

6.º — A inviolabilidade do domicílio e o sigilo da correspondência, nos termos que a lei determinar;

7.º — A liberdade de escolha de profissão ou género de trabalho, indústria ou comércio, salvas as restrições legais requeridas pelo bem comum e os exclusivos que só o Estado e os corpos admi-

nistrativos poderão conceder nos termos da lei, por motivo de reconhecida utilidade pública;

8.º - Não ser privado da liberdade pessoal nem preso sem culpa formada salvos os casos previstos nos §§ 3.º e 4.º;

9.º Não ser sentenciado criminalmente senão em virtude de lei anterior que declare puniveis o acto ou omissão;

10.º — Haver instrução contraditória, dando-se aos arguidos, antes e depois da formação da culpa, as necessárias garantias de defesa;

11.º - Não haver penas corporais perpétuas, nem a de morte, salvo, quanto a esta, o caso de beligerância com país estrangeiro, e para ser aplicada no teatro da guerra;

12.º Não haver confisco de bens, nem transmissão de qualquer pena da pessoa do delinquente;

13.º Não haver prisão por falta de pagamento de custas ou selos;

14.º — A liberdade de reunião e associação;

15.º — O direito de propriedade e a sua transmissão em vida ou por morte, nas condições determinadas pela lei civil;

16.º — Não pagar impostos que não tenham sido estabelecidos, de harmonia com a Constituição;

17.º — O direito de reparação de toda a lesão efectiva conforme dispuser a lei, podendo esta, quanto a lesões de ordem moral, prescrever que a reparação seja pecuniária;

18.º O direito de representação ou petição, de reclamação ou queixa, perante os órgãos da soberania ou quaisquer autoridades, em defesa dos seus direitos ou do interesse geral;

19.º - O direito de resistir a quaisquer ordens que infrinjam as garantias individuais, se não estiverem legalmente suspensas, e do repelir pela força a agressão particular, quando não seja possível recorrer à autoridade pública;

20.º — Haver revisão das sentenças criminais, assegurando-se o direito de indemnização de perdas e danos pela Fazenda Nacional, ao réu ou seus herdeiros, mediante processo que a lei regulará.

§ 1.º A especificação destes direitos e garantias não exclui quaisquer outros constantes da Constituição ou das leis, entendendo-se que os cidadãos deverão sempre fazer uso deles sem

ofensa dos direitos de terceiros, nem lesão dos interesses da sociedade ou dos princípios da moral.

§ 2.º - Leis especiais regularão o exercício da liberdade de expressão do pensamento, de ensino, de reunião e de associação, devendo, quanto à primeira, impedir preventiva ou repressivamente a perversão da opinião públicas na sua função de força social, e salvaguardar a integridade moral dos cidadãos, a quem ficará assegurado o direito de fazer inserir gratuitamente a rectificação ou defesa na publicação periódica em que forem injuriados ou infamados, sem prejuízo de qualquer outra responsabilidade ou procedimento determinado na lei.

§ 3.º É autorizada a prisão, sem culpa formada, em flagrante delito e nos seguintes crimes consumados, frustrados ou tentados: contra a segurança do Estado; falsificação de moeda, notas de Banco e títulos de dívida pública; homicídio voluntário; furto doméstico ou roubo; furto, burla ou abuso de confiança, praticados por um reincidente; falência fraudulenta; fogo posto; fabrico, detenção ou emprego de bombas explosivas e outros engenhos semelhantes.

§ 4.º - Fora dos casos indicados no parágrafo antecedente, a prisão em cadeia pública ou detenção em domicílio privado ou estabelecimento de alienados só poderá ser levada a efeito mediante ordem por escrito da autoridade competente, e não será mantida oferecendo o incriminado caução idónea ou termo de residência, quando a lei o consentir.

Poderá contra o abuso de poder usar-se da providência excepcional dos *Habeas Corpus*, nas condições determinadas em lei especial.

ARTIGO 9.º

A qualquer empregado do Estado, dos corpos e corporações administrativas ou de companhias que com um ou outros tenham contrato é garantido o direito ao lugar durante o tempo em que for obrigado a prestar serviço militar.

ARTIGO 10.º

É vedado aos órgãos da Soberania, conjunta ou separadamente, suspender a Constituição, ou restringir os direitos nela consignados, salvo os casos na mesma previstos.

TÍTULO III

DA FAMÍLIA

ARTIGO 11.º

O Estado assegura a constituição e defesa da família, como fonte de conservação e desenvolvimento da raça, como base primária da educação, da disciplina e harmonia social, e como fundamento de toda a ordem política pela sua agregação e representação na freguesia e no município.

ARTIGO 12.º

A constituição da família assenta:

1.º No casamento e filiação legítima;

2.º — Na igualdade de direitos e deveres dos dois cônjuges, quanto à sustentação e educação dos filhos legítimos;

3.º — Na obrigatoriedade de registo do casamento e do nascimento dos filhos.

§ 1.º — A lei civil estatui as normas relativas às pessoas e bens dos cônjuges, ao pátrio poder e seu suprimento, aos direitos de sucessão na linha recta ou colateral e ao direito de alimentos.

§ 2.º — É garantida aos filhos legítimos a plenitude dos direitos exigidos pela ordem e solidez da família, reconhecendo-se aos ilegítimos perfilháveis, mesmo os nascituros, direitos convenientes à sua situação, em especial o de alimentos, mediante investigação acerca das pessoas a quem incumba a obrigação de os prestar.

ARTIGO 13.º

Em ordem à defesa da família pertence ao Estado e autarquias locais:

1.º — Favorecer a constituição de lares independentes e em condições de salubridade, e a instituição do casal de família;

2.º — Proteger a maternidade;

3.º — Regular os impostos de harmonia com os encargos legítimos da família e promover a adopção do salário familiar;

4.º — Facilitar aos pais o cumprimento do dever de instruir e educar os filhos, cooperando com eles por meio de estabelecimentos oficiais de ensino e correcção, ou favorecendo instituições particulares que se destinem ao mesmo fim;

5.º — Tomar todas as providência no sentido de evitar a corrupção dos costumes.

TÍTULO IV

DAS CORPORAÇÕES MORAIS E ECONÓMICAS

ARTIGO 14.º

Incumbe ao Estado reconhecer as corporações morais ou económicas e as associações ou organizações sindicais, e promover e auxiliar a sua formação.

ARTIGO 15.º

As corporações, associações ou organizações a que se refere o artigo anterior visarão principalmente objectivos científicos, literários, artísticos ou educação física; de assistência, beneficiência ou caridade; de aperfeiçoamento técnico ou solidariedade de interesses, e serão reguladas, na sua constituição e exercício das suas funções, por normas especiais.

ARTIGO 16.º

Podem fazer parte das referidas corporações, associações ou organizações, nos termos que a lei determinar, os estrangeiros domiciliados em Portugal; é-lhes, porém, vedado intervir no exercício dos direitos políticos às mesmas atribuídos.

TÍTULO V

DA FAMÍLIA, DAS CORPORAÇÕES E DAS AUTARQUIAS COMO ELEMENTOS POLÍTICOS

ARTIGO 17.º

Pertence privativamente às famílias o direito de eleger as juntas de freguesia.

§ único — Este direito é exercido pelo respectivo chefe.

ARTIGO 18.º

Nas corporações morais e económicas estarão organicamente representados todos os elementos da Nação, competindo-lhes tomar parte na eleição das câmaras municipais e dos conselhos de província e na constituição da Câmara Corporativa.

ARTIGO 19.º

Na organização política do Estado concorrem as juntas de freguesia para a eleição das câmaras municipais e estas para a dos conselhos de província. Na Câmara Corporativa haverá representação de autarquias locais.

TÍTULO VI

DA OPINIÃO PÚBLICA

ARTIGO 20.º

A opinião pública é elemento fundamental da política e administração do País, incumbindo ao Estado defendê-la de todos os factores que a desorientem contra a verdade, a justiça, a boa administração e o bem comum.

ARTIGO 21.º

A imprensa exerce uma função de carácter público, por virtude da qual não poderá recusar, em assuntos de interesse nacional, a inserção de notas oficiosas de dimensões comuns que lhe sejam enviadas pelo Governo.

TÍTULO VII

DA ORDEM POLÍTICA, ADMINISTRATIVA E CIVIL

ARTIGO 22.º

Os funcionários públicos estão ao serviços da colectividade e não de qualquer partido ou organização de interesses particulares, incumbindo-lhes acatar e fazer respeitar a autoridade do Estado.

ARTIGO 23.º

Estão sujeitos à disciplina prescrita no artigo anterior os empregados das autarquias locais e corporações administrativas, e bem assim os que trabalham em empresas que explorem serviços de interesse público.

ARTIGO 24.º

A suspensão concertada de serviços públicos ou de interesse colectivo importará a demissão dos delinquentes, além de outras responsabilidades que a lei prescrever.

ARTIGO 25.º

Não é permitido acumular, salvo nas condições previstas na lei, empregos do Estado ou das autarquias locais, ou daquele e destas.

§ 1.º — O regime das incompatibilidades, quer de cargos públicos, quer destes com o exercício de outras profissões, será definido em lei especial.

§ 2.º — Serão dificultadas, como contrárias à economia e moral públicas, as acumulações de lugares em empresas privadas.

ARTIGO 26.º

Todos os cidadãos são obrigados a prestar ao Estado e às autarquias locais cooperação e serviços em harmonia com as leis, e a contribuir, conforme os seus haveres, para os encargos públicos.

ARTIGO 27.º

O Estado concederá distinções honoríficas ou recompensas aos cidadãos que se notabilizarem pelos seus méritos pessoais, ou pelos seus feitos cívicos ou militares, e ainda aos estrangeiros por conveniências internacionais, estabelecendo a lei as ordens, condecorações, medalhas ou diplomas a isso destinados.

ARTIGO 28.º

O registo do estado civil dos cidadãos é da competência do Estado.

TÍTULO VIII

DA ORDEM ECONÓMICA E SOCIAL

ARTIGO 29.º

A organização económica da Nação deverá realizar o máximo de produção e riqueza socialmente útil, e estabelecer uma vida colectiva de que resultem poderio para o Estado e justiça entre os cidadãos.

ARTIGO 30.º

O Estado regulará as relações da economia nacional com a dos outros países em obediência ao princípio de uma adequada cooperação, sem prejuízo das vantagens comerciais a obter especialmente de alguns ou da defesa indispensável contra ameaças ou ataques externos.

ARTIGO 31.º

O Estado tem o direito e a obrigação de coordenar e regular superiormente a vida económica e social com os objectivos seguintes:

1.º — Estabelecer o equilíbrio da população, das profissões, dos empregos, do capital e do trabalho;

2.º — Defender a economia nacional das explorações agrícolas, industriais e comerciais de carácter parasitário ou incompatíveis com os interesses superiores da vida humana;

3.º Conseguir o menor preço e o maior salário compatíveis com a justa remuneração dos outros factores da produção, pelo aperfeiçoamento da técnica, dos serviços e do crédito;

4.º Desenvolver a povoação dos territórios nacionais, proteger os emigrantes e disciplinar a emigração.

ARTIGO 32.º

O Estado favorecerá as actividades económicas particulares que, em relativa igualdade de custo, forem mais rendosas, sem prejuízo do benefício social e da protecção devida às pequenas indústrias domésticas.

ARTIGO 33.º

O Estado só pode intervir directamente na gerência das actividades económicas particulares quando haja de financiá-las e para conseguir benefícios sociais superiores aos que seriam obtidos sem a sua intervenção.

§ único Ficam igualmente sujeitas à condição prevista na última parte deste artigo as explorações de fim lucrativo do Estado, ainda que trabalhem em regime de livre concorrência.

ARTIGO 34.º

O Estado promoverá a formação e desenvolvimento da economia nacional corporativa, visando a que os seus elementos não tendam a estabelecer entre si concorrência desregrada e contrária aos justos objectivos da sociedade e deles próprios, mas a colaborar mutuamente como membros da mesma colectividade.

ARTIGO 35.º

A propriedade, o capital e o trabalho desempenham uma função social, em regime de cooperação económica e solidariedade, podendo a lei determinar as condições do seu emprego ou exploração conformes com a finalidade colectiva.

ARTIGO 36.º

O trabalho, quer simples quer qualificado ou técnico, pode ser associado à empresa pela maneira que as circunstâncias aconselharem.

ARTIGO 37.º

As corporações económicas reconhecidas pelo Estado podem celebrar contratos colectivos de trabalho, sendo nulos os que forem celebrados sem a sua intervenção.

ARTIGO 38.º

Os litígios que se refiram às relações colectivas do trabalho são da competência de tribunais especiais.

ARTIGO 39.º

Nas relações económicas entre o capital e o trabalho não é permitida a suspensão de actividades por qualquer das partes com o fim de fazer vingar os respectivos interesses.

ARTIGO 40.º

É direito e obrigação do Estado a defesa da moral, da salubridade da alimentação e da higiene pública.

ARTIGO 41.º

O Estado promove e favorece as instituições de solidariedade, previdência, cooperação e mutualidade.

TÍTULO IX

DA EDUCAÇÃO, ENSINO E CULTURA NACIONAL

ARTIGO 42.º

A educação e instrução são obrigatórias e pertencem à família e aos estabelecimentos oficiais ou particulares em cooperação com ela.

ARTIGO 43.º

O Estado manterá oficialmente escolas primárias, complementares, médias e superiores e institutos de alta cultura.

§ 1.º O ensino primário elementar é obrigatório, podendo fazer-se no lar doméstico, em escolas particulares ou em escolas oficiais.

§ 2.º — As artes e as ciências serão fomentadas e protegidas no seu desenvolvimento, ensino e propaganda, desde que sejam respeitadas a Constituição, a hierarquia e a acção coordenadora do Estado.

§ 3.º — O ensino ministrado pelo Estado é independente de qualquer culto religioso, não o devendo porém hostilizar, e visa, além do revigoramento físico e do aperfeiçoamento das faculdades intelectuais, à formação do carácter, do valor profissional e de todas as virtudes cívicas e morais.

§ 4.º — Não depende de autorização o ensino religioso nas escolas particulares.

ARTIGO 44.º

É livre o estabelecimento de escolas particulares paralelas às do Estado, ficando sujeitas à fiscalização deste e podendo ser por ele subsidiadas, ou oficializadas para o efeito de concederem diplomas, quando os seus programas e categorias do respectivo pessoal docente não forem inferiores aos dos estabelecimentos oficiais similares.

TÍTULO X

DAS RELAÇÕES DO ESTADO COM A IGREJA CATÓLICA E DEMAIS CULTOS

ARTIGO 45.º

É livre o culto público ou particular de todas as religiões, podendo as mesmas organizar-se livremente, de harmonia com as

normas da sua hierarquia e disciplina, constituindo por essa forma associações ou organizações a que o Estado reconhece existência civil e personalidade jurídica.

§ único — Exceptuam-se os actos de culto incompatíveis com a vida e integridade física da pessoa humana e com os bons costumes.

ARTIGO 46.º

Sem prejuízo do preceituado pelas concordatas na esfera do Padroado, o Estado mantém o regime de separação em relação à Igreja Católica e a qualquer outra religião ou culto praticado dentro do território português, e as relações diplomáticas entre a Santa Sé e Portugal com recíproca representação.

ARTIGO 47.º

Nenhum templo, edifício, dependência ou objecto do culto afecto a uma religião poderá ser destinado pelo Estado a outro fim.

ARTIGO 48.º

Os cemitérios públicos têm carácter secular, podendo os ministros de qualquer religião praticar neles livremente os respectivos ritos.

TÍTULO XI

DO DOMÍNIO PÚBLICO E PRIVADO DO ESTADO

ARTIGO 49.º

Pertencem ao domínio público do Estado:

1.º — Os jazigos minerais, as nascentes de águas minero-medicinais e outras riquezas naturais no subsolo:

2.º As águas marítimas, com os seus leitos;

3.º — Os lagos, lagoas e cursos de água navegáveis ou flutuáveis, com os respectivos leitos ou álveos e bem assim os que, por decreto especial, forem reconhecidos de utilidade pública como aproveitáveis para produção de energia eléctrica, nacional ou regional, ou para irrigação;

4.º — As valas abertas pelo Estado;

5.º - As camadas aéreas superiores ao território, para além dos limites que a lei fixar em benefício do proprietário do solo;

6.º — As linhas férreas de interesse público de qualquer natureza, as estradas e caminhos públicos;

7.º — As zonas territoriais reservadas para a defesa militar;

8.º — Quaisquer outros bens sujeitos por lei ao regime do domínio público.

§ 1.º — Os poderes do Estado sobre os bens do domínio público e o uso destes por parte dos cidadãos são regulados pela lei e pelas convenções internacionais celebradas por Portugal, ficando sempre ressalvados para o Estado os seus direitos anteriores e para os particulares os direitos adquiridos, podendo estes porém ser objecto de expropriação determinada pelo interesse público e mediante justa indemnização.

§ 2.º — Das riquezas indicadas no n.º 1.º são expressamente exceptuadas as rochas e terras comuns e os materiais vulgarmente empregados nas construções.

§ 3.º — O Estado procederá à delimitação dos terrenos que, constituindo propriedade particular, confinem com bens do domínio público.

ARTIGO 50.º

A administração dos bens que estão no domínio privado do Estado pertence no Continente e Ilhas Adjacentes ao Ministério das Finanças, salvo os casos de expressa atribuição a qualquer outro.

ARTIGO 51.º

Não podem ser alienados quaisquer bens ou direitos do Estado que interessem ao seu prestígio ou superiores conveniências nacionais.

ARTIGO 52.º

Estão sob a protecção do Estado os monumentos artísticos, históricos e naturais, e os objectos artísticos oficialmente reconhecidos como tais, sendo proibida a sua alienação em favor de estrangeiros.

TÍTULO XII

DA DEFESA NACIONAL

ARTIGO 53.º

O Estado assegura a existência e o prestígio das instituições militares de terra e mar exigidas pelas supremas necessidades de defesa da integridade nacional e da manutenção da ordem e da paz pública.

§ único A organização militar é una para todo o território.

ARTIGO 54.º

O serviço militar é geral e obrigatório. A lei determina a forma de ser prestado.

ARTIGO 55.º

A lei regulará a organização geral da Nação para o tempo de guerra, em obediência ao princípio da nação armada.

ARTIGO 56.º

O Estado promove, protege e auxilia instituições civis que tenham por fim adestrar e disciplinar a mocidade em ordem a prepará-la para o cumprimento dos seus deveres militares e patrióticos.

ARTIGO 57.º

Nenhum cidadão pode conservar ou obter emprego do Estado ou das autarquias locais se não houver cumprido os deveres a que estiver sujeito pela lei militar.

ARTIGO 58.º

O Estado garante protecção e pensões àqueles que se inutilizarem no serviço militar em defesa da Pátria ou da ordem, e bem assim à família dos que nele perderem a vida.

TÍTULO XIII

DAS ADMINISTRAÇÕES DE INTERESSE COLECTIVO

ARTIGO 59.º

São consideradas de interesse colectivo e sujeitas a regimes especiais de administração, concurso, superintendência ou fiscalização do Estado, conforme as necessidades da segurança pública, da defesa nacional e das relações económicas e sociais, todas as empresas que visem ao aproveitamento e exploração das coisas que fazem parte do domínio público do Estado.

ARTIGO 60.º

Obedecerão a regras uniformes, sem prejuízo, em pontos secundários, das especialidades necessárias:

1.º O estabelecimento ou transformação das comunicações terrestres, fluviais, marítimas e aéreas, qualquer que seja a sua natureza ou fins;

2.º — A construção das obras de aproveitamento de águas ou carvões minerais para produção de energia eléctrica, e bem assim a construção de redes para o transporte, abastecimento ou distribuição da mesma, e ainda as obras gerais de hidráulica agrícola;

3.º — A exploração dos serviços públicos relativo às mesmas comunicações, obras e redes.

ARTIGO 61.º

O Estado promoverá a realização dos melhoramentos públicos mencionados no artigo anterior, designadamente o desenvolvimento da marinha mercante nacional, tendo sobretudo em vista as ligações com os domínios ultramarinos e os países onde forem numerosos os portugueses.

ARTIGO 62.º

As tarifas de exploração de serviços públicos concedidos estão sujeitas à regulamentação e fiscalização do Estado.

TÍTULO XIV

DAS FINANÇAS DO ESTADO

ARTIGO 63.º

O Orçamento Geral do Estado para o Continente e Ilhas Adjacentes é unitário, compreendendo a totalidade das receitas e despesas públicas, mesmo as dos serviços autónomos, de que podem ser publicados à parte desenvolvimentos especiais.

§ único — Cada colónia organizará o seu orçamento em obediência aos princípios consignados neste artigo.

ARTIGO 64.º

O Orçamento Geral do Estado é anualmente organizado e posto em execução pelo Governo, em conformidade com as disposições legais em vigor e em especial com a lei de autorização prevista no n.º 4.º do artigo 91.º.

ARTIGO 65.º

As despesas correspondentes a obrigações legais ou contratuais do Estado ou permanentes por sua natureza ou fins, compreendidos os encargos de juro e amortização da dívida pública, devem ser tomadas como base da fixação dos impostos e outros rendimentos do Estado.

ARTIGO 66.º

O orçamento deve consignar os recursos indispensáveis para cobrir as despesas totais.

ARTIGO 67.º

Não pode recorrer-se a empréstimos senão para aplicações extraordinárias em fomento económico, aumento indispensável do património nacional ou necessidades imperiosas de defesa e salvação pública.

§ único – Podem todavia obter-se, por meio de dívida flutuante, os suprimentos necessários, em representação de receitas da gerência corrente, no fim da qual deve estar feita a liquidação ou o Tesouro habilitado a fazê-la pelas suas caixas.

ARTIGO 68.º

O Estado não pode diminuir, em detrimento dos portadores dos títulos, o capital ou o juro da dívida pública fundada, podendo porém convertê-la, nos termos de direito.

ARTIGO 69.º

Não podem ser objecto de consolidação forçada os débitos por depósitos efectuados nas caixas do Estado ou nos estabelecimentos de crédito que lhe pertençam.

ARTIGO 70.º

A lei fixa os princípios gerais relativos:

1.º Aos impostos;
2.º — Às taxas a cobrar nos serviços públicos;
3.º — À administração e exploração dos bens e empresas do Estado

§ 1.º — Em matéria de impostos a lei determinará: a incidência, a taxa, as isenções a que haja lugar, as reclamações e recursos admitidos em favor do contribuinte.

§ 2.º — A cobrança de impostos estabelecidos por tempo indeterminado ou por período certo que ultrapasse uma gerência depende de autorização da Assembleia Nacional.

PARTE II

DA ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DO ESTADO

TÍTULO I

DA SOBERANIA

ARTIGO 71.º

A soberania reside na Nação e tem por órgãos o Chefe do Estado, a Assembleia Nacional, o Governo e os Tribunais.

TÍTULO II

DO CHEFE DO ESTADO

CAPÍTULO I

DA ELEIÇÃO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA E SUAS PRERROGATIVAS

ARTIGO 72.º

O Chefe do Estado é o Presidente da República eleito pela Nação.

§ 1.º O Presidente é eleito por sete anos.

§ 2.º — A eleição realiza-se no domingo mais próximo do 60.º dia anterior ao termo de cada período presidencial, por sufrágio directo dos cidadãos eleitores.

§ 3.º O apuramento final dos votos é feito pelo Supremo Tribunal de Justiça que proclamará Presidente o cidadão mais votado.

ARTIGO 73.º

Só pode ser eleito Presidente da República o cidadão português maior de trinta e cinco anos, no pleno gozo dos seus direitos civis e políticos, que tenha tido sempre a nacionalidade portuguesa.

§ único Se o eleitor for membro da Assembleia Nacional perderá o mandato.

ARTIGO 74.º

São inelegíveis para o cargo de Presidente da República os parentes até ao 6.º grau dos reis de Portugal.

ARTIGO 75.º

O Presidente eleito assume as suas funções no dia em que expira o mandato do anterior e toma posse perante a Assembleia Nacional, usando a seguinte fórmula de compromisso:

«Juro manter e cumprir leal e fielmente a Constituição da República, observar as leis, promover o bem geral da Nação, sustentar e defender a integridade e a independência da Pátria Portuguesa».

ARTIGO 76.º

O Presidente da República só pode ausentar-se para país estrangeiro com assentimento da Assembleia Nacional e do Governo.

§ único — A inobservância do disposto neste artigo envolve, de pleno direito, a perda do cargo.

ARTIGO 77.º

O Presidente da República recebe um subsídio, que será fixado antes da sua eleição, e pode escolher duas propriedades do Estado que deseje utilizar para a Secretaria da Presidência e para sua residência e das pessoas de sua família.

ARTIGO 78.º

O Presidente da República responde directa e exclusivamente perante a Nação pelos actos praticados no exercício das suas funções, sendo o exercício destas e a sua magistratura independentes de quaisquer votações da Assembleia Nacional.

§ único — Por crimes estranhos ao exercício das funções, o Presidente só responderá depois de findo o mandato.

ARTIGO 79.º

O Presidente da República pode renunciar ao cargo em mensagem dirigida à Nação e publicada no *Diário do Governo*.

ARTIGO 80.º

No caso da vagatura da Presidência da República, por morte, renúncia, impossibilidade física permanente do Presidente ou ausência para país estrangeiro sem assentimento da Assembleia Nacional e do Governo, o novo Presidente será eleito no prazo máximo de sessenta dias.

§ 1.º — A impossibilidade física permanente do Presidente da República deve ser reconhecida pelo Conselho de Estado, para esse efeito convocado pelo Presidente do Conselho de Ministros que, em caso afirmativo, fará publicar no *Diário do Governo* a declaração de vagatura da Presidência.

§ 2.º — Enquanto se não realizar a eleição prevista neste artigo, ou quando, por qualquer motivo, houver impedimento transitório das funções presidenciais, ficará o Governo, no seu conjunto, investido nas atribuições do Chefe do Estado.

CAPÍTULO II

DAS ATRIBUIÇÕES DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

ARTIGO 81.º

Compete ao Presidente da República:

1.º — Nomear o Presidente do Conselho e os Ministros de entre os cidadãos portugueses, e demiti-los;

2.º — Dirigir mensagens à Assembleia Nacional, endereçando-as ao presidente, que deverá lê-las na primeira sessão posterior ao seu recebimento;

3.º — Marcar, em harmonia com a lei eleitoral, o dia para as eleições gerais ou suplementares de Deputados;

4.º — Dar à Assembleia Nacional poderes constituintes, nos termos do artigo 134.º;

5.º — Convocar extraordinariamente, por urgente necessidade pública, a Assembleia Nacional para deliberar sobre assuntos determinados, e adiar as suas sessões, sem prejuízo da duração fixada para a sessão legislativa em cada ano;

6.º Dissolver a Assembleia Nacional quando assim o exigirem os interesses superiores da Nação;

7.º Representar a Nação e dirigir a política externa do Estado; ajustar convenções internacionais e negociar tratados de paz e aliança, de arbitragem e de comércio, submetendo-os à aprovação da Assembleia Nacional;

8.º Indultar e comutar penas. O indulto não pode ser concedido antes de cumprida metade da pena;

9.º — Promulgar e fazer publicar as leis e as resoluções da Assembleia Nacional e expedir os decretos, regulamentos e instruções que lhe forem propostos pelo Governo.

ARTIGO 82.º

Os actos do Presidente da República devem ser referendados pelo Ministro ou Ministros competentes ou por todo o Governo, sem o que serão nulos de pleno direito.

§ único — Não carecem de referenda:

1.º A nomeação e demissão do Presidente do Conselho;

2.º — As mensagens dirigidas à Assembleia Nacional;

3.º A mensagem de renúncia ao cargo.

CAPÍTULO III

DO CONSELHO DE ESTADO

ARTIGO 83.º

Junto do Presidente da República funciona o Conselho de Estado, composto dos seguintes membros:

1.º — O Presidente do Conselho de Ministros;
2.º O da Assembleia Nacional;
3.º O da Câmara Corporativa;
4.º — O do Supremo Tribunal de Justiça;
5.º O Procurador-Geral da República;
6.º — Cinco homens públicos de superior competência, nomeados vitaliciamente pelo Chefe do Estado.

ARTIGO 84.º

O Conselho de Estado será ouvido pelo Presidente da República antes de serem exercidas as atribuições a que se referem os n.ºs 4.º, 5.º e 6.º do artigo 81.º e o § único do artigo 87.º e em todas as emergências graves da vida do Estado, podendo igualmente ser convocado sempre que o Presidente o julgue necessário.

TÍTULO III

DA ASSEMBLEIA NACIONAL

CAPÍTULO I

DA CONSTITUIÇÃO DA ASSEMBLEIA NACIONAL

ARTIGO 85.º

A Assembleia Nacional é composta de noventa deputados eleitos por sufrágio directo dos cidadãos eleitores, durante o seu mandato quatro anos.

§ 1.º — Em lei especial serão determinados os requisitos de elegibilidade dos deputados, a organização dos colégios eleitorais e o processo de eleição.

§ 2.º Ninguém pode ser ao mesmo tempo membro da Assembleia Nacional e da Câmara Corporativa.

§ 3.º — As vagas que ocorrerem na Assembleia Nacional são preenchidas por eleição suplementar, expirando os novos mandatos com o termo da legislatura.

ARTIGO 86.º

Compete à Assembleia Nacional verificar e reconhecer os poderes dos seus membros, eleger a sua mesa, elaborar o seu regimento interno e regular a sua polícia.

ARTIGO 87.º

Se a Assembleia Nacional for dissolvida, as eleições devem efectuar-se dentro de sessenta dias, pela lei eleitoral vigente ao tempo da dissolução. As novas Câmaras reunirão dentro dos trinta dias seguintes ao encerramento das operações eleitorais, se não estiver concluída a sessão legislativa desse ano, e duram uma legislatura completa, sem contar o tempo que funcionarem em complemento da sessão legislativa anterior e sem prejuízo do direito de dissolução.

§ único — O prazo de sessenta dias fixado neste artigo pode ser prorrogado até seis meses, se assim o aconselharem os superiores interesses do País.

ARTIGO 88.º

Depois da última sessão legislativa ordinária do quadriénio, a Assembleia Nacional subsistirá até ao apuramento do resultado das novas eleições gerais.

CAPÍTULO II

DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA NACIONAL

ARTIGO 89.º

Os membros da Assembleia Nacional gozam das seguintes imunidades e regalias:

a) São invioláveis pelas opiniões e votos que emitirem no exercício do seu mandato, com as restrições constantes dos §§ 1.º e 2.º;

b) Não podem ser jurados, peritos ou testemunhas sem autorização da Assembleia;

c) Não podem ser nem estar presos sem assentimento da Assembleia, excepto se o forem em flagrante delito, ou por crime a que corresponda pena maior ou equivalente na escala penal;

d) Se algum Deputado for precessado criminalmente e pronunciado, o juiz comunicá-lo-á à Assembleia, que, fora do caso previsto na última parte da alínea *c*) deste artigo, decidirá se o Deputado deve ou não ser suspenso, para efeito do seguimento do processo;

e) Têm direito a um subsídio nos termos que a lei eleitoral estabelecer.

§ 1.º — A inviolabilidade pelas opiniões e votos não isenta os membros da Assembleia Nacional da responsabilidade civil e criminal por difamação, calúnia e injúria, ultrage à moral pública ou provocação pública ao crime.

§ 2.º — A Assembleia Nacional pode retirar o mandato aos Deputados que emitam opiniões contrárias à existência de Portugal como Estado independente ou por qualquer forma incitem à subversão violenta da ordem política e social.

§ 3.º — As imunidades e regalias estabelecidas nas alíneas *b*), *c*), *d*) e *e*) subsistem apenas durante o exercício efectivo das funções legislativas.

ARTIGO 90.º

Aos membros da Assembleia Nacional é vedado:

1.º Celebrar contratos com o Governo ou aceitar deste, ou de qualquer Governo estrangeiro, emprego retribuído ou comissão subsidiada. Exceptuam-se desta disposição:

a) As missões diplomáticas de Portugal;

b) As comissões ou comandos militares do Continente e Ilhas Adjacentes e das Colónias e os governos ultramarinos;

c) Os cargos de acesso e as promoções legais;

d) As nomeações que por lei são feitas pelo Governo precedendo concurso, ou sob proposta de entidades a quem legalmente caiba fazer indicação ou escolha do funcionário.

2.º — Exercer os seus respectivos cargos, durante o funcionamento efectivo da Assembleia Nacional, se forem funcionários públicos, civis ou militares;

3.º Servir lugares de administração, gerência e fiscalização, que não sejam exercidos por nomeação do Governo, ou de consulta jurídica ou técnica em empresas ou sociedades constituídas por contratos ou concessões especiais do Estado, ou que deste hajam privilégio não conferido por lei geral, ou subsídio ou garantia de rendimento ou juro;

4.º — Ser concessionário, contratador ou sócio de contratadores de concessões, arrematações ou empreitadas públicas, ou participante em operações financeiras do Estado.

§ 1.º — As nomeações nos casos previstos nas alíneas *a*) e *b*) do n.º 1.º, ou noutros que envolvam a necessidade de serem exercidas as funções respectivas fora do Continente, determinam a extinção do mandato.

§ 2.º A inobservância dos preceitos contidos neste artigo importa, de pleno direito, perda do mandato e nulidade dos actos e contratos nele referidos.

CAPÍTULO III

DAS ATRIBUIÇÕES DA ASSEEMBLEIA NACIONAL

ARTIGO 91.º

Compete à Assembleia Nacional:

1.º Fazer leis, interpretá-las, suspendê-las e revogá-las;

2.º Vigiar pelo cumprimento da Constituição e das leis;

3.º — Tomar as contas respeitantes a cada ano económico, as quais lhe serão apresentadas como o relatório e decisão do Tribunal de Contas e os demais elementos que forem necessários para a sua apreciação;

4.º — Autorizar o Governo a cobrar as receitas do Estado e a pagar as despesas públicas na gerência futura, definindo na respectiva lei de autorização os princípios a que deve ser subordinado o

Orçamento na parte das despesas cujo quantitativo não é determinado em harmonia com leis preexistentes;

5.º — Autorizar o Governo a realizar empréstimos e outras operações de crédito que não sejam de dívida flutuante, estabelecendo as condições gerais em que podem ser feitos;

6.º — Autorizar o Chefe do Estado a fazer a guerra, se não couber o recurso à arbitragem, ou esta se malograr, salvo caso de agressão efectiva ou iminente por forças estrangeiras, e a fazer a paz;

7.º Aprovar, nos termos do n.º 7.º do artigo 81.º, as convenções e tratados internacionais;

8.º — Declarar o estado de sítio, com suspensão total ou parcial das garantias constitucionais, em um ou mais pontos do território nacional, no caso de agressão efectiva ou iminente por forças estrangeiras ou no de a segurança e a ordem públicas serem gravemente perturbadas ou ameaçadas;

9.º — Definir os limites dos territórios da Nação;

10.º — Conceder amnistias;

11.º — Tomar conhecimento das mensagens do Chefe do Estado;

12.º — Deliberar sobre a revisão constitucional, antes de decorrido o decénio;

13.º — Conferir ao Governo autorizações legislativas.

ARTIGO 92.º

As leis votadas pela Assembleia Nacional devem restringir-se à aprovação das bases gerais dos regimes jurídicos, não podendo porém ser contestada, com fundamento na violação deste princípio, a legitimidade constitucional de quaisquer preceitos nelas contidos.

ARTIGO 93.º

Constitui, porém, necessariamente matéria de lei:

a) A organização da defesa nacional;

b) A criação e suspensão de serviços públicos;

c) O peso, valor e denominação das moedas;

d) O padrão dos pesos e medidas;

e) A criação de bancos ou instituições de emissão e as normas a que deve obedecer a circulação fiduciária;

f) A organização dos Tribunais.

CAPITULO IV

DO FUNCIONAMENTO DA ASSEMBLEIA NACIONAL E DA PROMULGAÇÃO DAS LEIS E RESOLUÇÕES

ARTIGO 94.º

A Assembleia Nacional realiza as suas sessões em Lisboa e com a duração anual de três meses improrrogáveis, a principiar em 10 de Janeiro de cada ano, salvo o disposto no n.º 5.º do artigo 81.º.

ARTIGO 95.º

A Assembleia Nacional funciona em sessões plenas e as suas deliberações são tomadas à pluralidade de votos, achando-se presente a maioria absoluta do número legal dos seus membros.

§ único As sessões são públicas, salvo resolução, em contrário, da Assembleia ou do seu Presidente.

ARTIGO 96.º

Os membros da Assembleia Nacional podem ouvir, consultar ou solicitar informações de qualquer corporação ou estação oficial acerca de assuntos de administração pública; as estações oficiais porém não podem responder sem prévia autorização do respectivo Ministro, ao qual só é lícito recusá-la com fundamento em segredo de Estado.

ARTIGO 97.º

A iniciativa da lei compete indistintamente ao Governo ou a qualquer dos membros da Assembleia Nacional.

ARTIGO 98.º

Os projectos aprovados pela Assembleia Nacional serão enviados ao Presidente da República, para serem promulgados como lei dentro dos quinze dias imediatos.

§ único — Os projectos não promulgados dentro deste prazo serão de novo submetidos à apreciação da Assembleia Nacional, e, se então forem aprovados por maioria de dois terços do número legal dos seus membros, o Chefe do Estado não poderá recusar a promulgação.

ARTIGO 99.º

A promulgação é feita com esta fórmula:

Em nome da Nação, a Assembleia Nacional decreta e eu promulgo a lei (ou resolução) seguinte:

§ único — São promulgadas como resoluções:

a) As ratificações dos decretos-leis expedidos nos casos de urgência e necessidade pública;

b) As deliberações a que se referem os n.ºs 3.º, 6.º, 7.º, 8.º e 12.º do artigo 91.º.

ARTIGO 100.º

As propostas ou projectos apresentados à Assembleia Nacional e não discutidos na respectiva sessão não carecem de ser renovados nas seguintes, da mesma legislatura, e, quando definitivamente rejeitados, não podem ser renovados na mesma sessão legislativa, salvo o caso de dissolução da Assembleia Nacional.

ARTIGO 101.º

Do regimento da Assembleia constará:

a) A limitação de tempo para usar da palavra;

b) A proibição de preterir a ordem do dia por assunto não anunciado com antecedência, pelo menos, de vinte e quatro horas;

c) A obrigação de subir o orador à tribuna para usar da palavra sobre a ordem do dia.

CAPÍTULO V

DA CÂMARA CORPORATIVA

ARTIGO 102.º

Junto da Assembleia Nacional funciona uma Câmara Corporativa composta de representantes de autarquias locais e dos interesses sociais, considerados estes nos seus ramos fundamentais de ordem administrativa, moral, cultural e económica, designando a lei aqueles a quem incumbe tal representação ou o modo como serão escolhidos e a duração do seu mandato.

§ 1.º Quando vagarem cargos cujos serventuários tenham, nessa qualidade, assento na Câmara Corporativa ou hajam sido abrangidos pela incompatibilidade prevista no § 2.º do artigo 85.º serão os respectivos interesses representados pelos que legal ou estatutariamente os devam substituir.

§ 2.º Fora da hipótese prevista no parágrafo anterior, as vagas ocorridas na Câmara Corporativa são preenchidas pela forma por que forem designados os substituídos.

§ 3.º Aos membros desta Câmara é aplicável o disposto no artigo 89.º e seus parágrafos.

ARTIGO 103.º

Compete à Câmara Corporativa relatar e dar parecer por escrito sobre todas as propostas ou projectos de lei que forem pre-

sentes à Assembleia Nacional, antes de ser nesta iniciada a discussão.

§ 1.º O parecer será dado dentro de trinta dias, ou no prazo que a Assembleia fixar, se o respectivo projecto de lei for pelo Governo considerado urgente.

§ 2.º — Decorridos os prazos a que se refere o parágrafo anterior, sem que o parecer tenha sido dado, pode a Assembleia Nacional iniciar imediatamente a discussão dos respectivos projectos de lei.

ARTIGO 104.º

A Câmara Corporativa funciona durante o período das sessões da Assembleia Nacional e por secções especializadas, podendo contudo reunir-se duas ou mais secções ou todas elas, se a matéria em estudo assim o reclamar.

§ 1.º — Na discussão das propostas ou projectos de lei podem tomar parte o Ministro ou Ministros competentes ou seus representantes e o membro da Assembleia Nacional que deles houver tido a iniciativa.

§ 2.º — As sessões da Câmara Corporativa não são públicas.

ARTIGO 105.º

À Câmara Corporativa é aplicável o preceituado nos artigos 86.º e 101.º, alíneas *a*) e *b*), sendo também reconhecida às respectivas secções a faculdade conferida no artigo 96.º aos membros da Assembleia Nacional.

TÍTULO IV

DO GOVERNO

ARTIGO 106.º

O Governo é constituído pelo Presidente do Conselho, que poderá gerir os negócios de um ou mais Ministérios, e pelos Ministros.

§ 1.º — O Presidente do Conselho é nomeado e demitido livremente pelo Presidente da República. Os Ministros e os Subsecretários de Estado, quando os haja, são nomeados pelo Presidente da República, sob proposta do Presidente do Conselho, e as suas nomeações por este referendadas, bem como as exonerações dos Ministros cessantes.

§ 2.º As funções dos Subsecretários de Estado cessam com a exoneração dos respectivos Ministros.

ARTIGO 107.º

O Presidente do Conselho responde perante o Presidente da República pela política geral do Governo e coordena e dirige a actividade de todos os Ministros, que perante ele respondem politicamente pelos seus actos.

ARTIGO 108.º

Compete ao Governo:

1.º — Referendar os actos do Presidente da República;

2.º — Elaborar decretos-leis no uso de autorizações legislativas ou nos casos de urgência e necessidade pública;

3.º — Elaborar os decretos, regulamentos e instruções para a boa execução das leis;

4.º — Superintender no conjunto da administração pública, fazendo executar as leis e resoluções da Assembleia Nacional, fiscalizando superiormente os actos dos corpos e corporações administra-

tivas e praticando todos os actos respeitantes à nomeação, transferência, exoneração, reforma, aposentação, demissão ou reintegração do funcionalismo civil ou militar, com ressalva para os interessados do recurso aos tribunais competentes.

§ 1.º Os actos do Presidente da República e do Governo que envolvam aumento ou diminuição de receitas ou despesas são sempre referendados pelo Ministro das Finanças.

§ 2.º — As autorizações legislativas, exceptuadas as que, por força dos seus próprios termos, importarem uso continuado, não podem ser aproveitadas mais de uma vez. Pode no entanto o Governo utilizá-las parcelarmente até as esgotar.

§ 3.º — Quando o Governo fizer uso da faculdade constante da última parte do n.º 2.º, apresentará num dos cinco primeiros dias de sessão da Assembleia Nacional a proposta para a ratificação dos decretos-leis que houver publicado.

Recusando-se a Assembleia Nacional a conceder a ratificação pedida, deixará o decreto-lei de vigorar desde o dia em que sair no *Diário do Governo* o aviso a tal respeito expedido pelo Presidente da Assembleia.

A ratificação pode ser concedida com emendas. Neste caso será o decreto, sem prejuízo da vigência, transformado em proposta de lei.

§ 4.º — A nomeação dos governadores das colónias é feita em Conselho de Ministros.

§ 5.º — Todos os actos que revistam a forma de decreto devem ser assinados pelo Presidente da República, sem o que não terão validade.

ARTIGO 109.º

Os Ministros não podem acumular o exercício de outra função pública ou de qualquer emprego particular.

§ 1.º — Aplicam-se aos Ministros as demais proibições e preceitos do artigo 90.º.

§ 2.º — Os membros da Assembleia Nacional ou da Câmara Corporativa que aceitarem o cargo de Ministro não perdem o mandato, mas não poderão tomar assento na respectiva Câmara.

ARTIGO 110.º

O Conselho de Ministros reúne-se quando o seu Presidente ou o Chefe do Estado o julguem indispensável. Quando o mesmo Presidente ou o Chefe do Estado assim o entenderem, a reunião será sob a presidência deste, e sê-lo-á obrigatoriamente quando o Chefe do Estado tenha de usar das atribuições que lhe são conferidas pelos n.ºs 2.º, 3.º, 4.º, 5.º, 6.º e 8.º do artigo 81.º.

ARTIGO 111.º

O Governo é da exclusiva confiança do Presidente da República e a sua conservação no Poder não depende do destino que tiverem as suas propostas de lei ou de quaisquer votações da Assembleia Nacional.

ARTIGO 112.º

O Presidente do Conselho enviará ao Presidente da Assembleia Nacional as propostas de lei que à mesma hajam de ser submetidas, bem como as explicações pedidas ao Governo ou que este julgue convenientes.

ARTIGO 113.º

Cada Ministro é responsável política, civil e criminalmente pelos actos que legalizar ou praticar. Os Ministros são julgados nos tribunais ordinários pelos actos que importem responsabilidade civil ou criminal.

§ único - Se algum Ministro for processado criminalmente, chegado ao processo até à pronúncia, inclusive, o Supremo Tribunal de Justiça, em sessão plena e com a assistência do Procurador-Geral da República, decidirá se o Ministro deve ser imediatamente julgado, ficando em tal caso suspenso, ou se o julgamento deve realizar-se depois de terminadas as suas funções.

ARTIGO 114.º

São crimes de responsabilidade os actos dos Ministros e Subsecretários de Estado e dos agentes do Governo que atentarem:

1.º — Contra a existência política da Nação;
2.º — Contra a Constituição e o regime político estabelecido;
3.º — Contra o livre exercício dos órgãos da Soberania;
4.º — Contra o gozo e o exercício dos direitos políticos e individuais;
5.º — Contra a segurança interna do País;
6.º — Contra a probidade da administração;
7.º — Contra a guarda e emprego constitucional dos dinheiros públicos;
8.º — Contra as leis da contabilidade pública.

§ único — A condenação por qualquer destes crimes envolve a perda do cargo e a incapacidade para exercer funções públicas.

TÍTULO V

DOS TRIBUNAIS

ARTIGO 115.º

A função judicial é exercida por tribunais ordinários e especiais.

São tribunais ordinários:

1.º — O Supremo Tribunal de Justiça;
2.º — Os tribunais de 2.ª instância, nos distritos judiciais do Continente e Ilhas Adjacentes e das Colónias;
3.º — Os tribunais judiciais de 1.ª instância, nas comarcas de todo o território nacional.

§ 1.º — A lei pode admitir juízes municipais de competência limitada, em julgados compreendidos nas comarcas.

§ 2.º — São mantidos os juízes de paz.

ARTIGO 116.º

Não é permitida a criação de tribunais especiais com competência exclusiva para julgamento de determinada ou determinadas categorias de crimes, excepto sendo estes fiscais, sociais ou contra a segurança do Estado.

ARTIGO 117.º

O Estado é representado junto dos Tribunais:

1.º — Pelo Procurador-Geral da República;
2.º — Pelo Procurador da República junto de cada Relação;
3.º Pelo delegado do Procurador da República junto de cada tribunal de 1.ª instância;
4.º Pelos representantes legalmente designados junto dos tribunais especiais.

ARTIGO 118.º

Os juízes dos tribunais ordinários são vitalícios e inamovíveis, fixando a lei os termos em que se faz a nomeação, promoção, demissão, suspensão, transferência e colocação fora do quadro, e não podem aceitar do Governo outras funções remuneradas, sem prejuízo da sua requisição para comissões permanentes ou temporárias.

ARTIGO 119.º

Os juízes são irresponsáveis nos seus julgamentos, ressalvadas as excepções que a lei consignar.

ARTIGO 120.º

As audiências dos Tribunais são públicas, excepto nos casos especiais indicados na lei e sempre que a publicidade for contrária à ordem, aos interesses do Estado ou aos bons costumes.

ARTIGO 121.º

Na execução dos seus despachos e sentenças os Tribunais têm direito à coadjuvação das outras autoridades, quando dela carecerem.

ARTIGO 122.º

Nos feitos submetidos a julgamento não podem os Tribunais aplicar leis, decretos ou quaisquer outros diplomas que infrinjam o disposto nesta Constituição ou ofendam os princípios nela consignados.

§ 1.º A constitucionalidade da regra de direito, no que respeita à competência da entidade de que dimana ou à forma de elaboração, só poderá ser apreciada pela Assembleia Nacional e por sua iniciativa ou do Governo, determinando a mesma Assembleia os efeitos da inconstitucionalidade, sem ofensa porém das situações criadas pelos casos julgados.

§ 2.º — A excepção constante do parágrafo anterior abrange apenas os diplomas emanados dos órgãos da soberania.

ARTIGO 123.º

Para a prevenção e repressão dos crimes haverá penas e medidas de segurança que terão por fim a defesa da sociedade e tanto quanto possível a readaptação social do delinquente.

TÍTULO VI

DAS CIRCUNSCRIÇÕES POLÍTICAS E ADMINISTRATIVAS E DAS AUTARQUIAS LOCAIS

ARTIGO 124.º

O território do Continente divide-se em concelhos, que se formam de freguesias e se agrupam em distritos e províncias, estabelecendo a lei os limites de todas as circunscrições.

§ 1.º Os concelhos de Lisboa e Porto subdividem-se em bairros e estes em freguesias.

§ 2.º A divisão do território das Ilhas Adjacentes e a respectiva organização administrativa serão reguladas em lei especial.

ARTIGO 125.º

Os corpos administrativos são as câmaras municipais, as juntas de freguesia e os conselhos de província.

ARTIGO 126.º

Leis especiais regularão a organização, funcionamento e competência dos corpos administrativos, ficando a vida administrativa das autarquias locais sujeita à inspecção de agentes do Governo, e podendo as deliberações daqueles ser submetidas a *referendum*.

ARTIGO 127.º

Para a execução das suas deliberações e demais fins especificados nas leis, os corpos administrativos têm o presidente ou comissões delegadas nos termos das mesmas leis.

ARTIGO 128.º

As deliberações dos corpos administrativos só podem ser modificadas ou anuladas nos casos e pela forma previstos nas leis administrativas.

ARTIGO 129.º

Os corpos administrativos têm autonomia financeira, nos termos que a lei determinar, sendo porém as câmaras municipais obrigadas a distribuir pelas freguesias, com destino a melhoramentos rurais, a parte das receitas fixada na lei.

ARTIGO 130.º

Os regimes tributários das autarquias locais serão estabelecidos por forma que não seja prejudicada a organização fiscal ou a vida financeira do Estado, nem dificultada a circulação dos produtos e mercadorias entre as circunscrições do País.

ARTIGO 131.º

Os corpos administrativos só podem ser dissolvidos nos casos e nos termos estabelecidos nas leis administrativas, devendo as novas eleições realizar-se em prazo não superior a noventa dias, contados da data da dissolução. Os corpos dissolvidos serão substituídos por comissões administrativas de nomeação do Governo, enquanto não tomarem posse os novamente eleitos.

TÍTULO VII

DO IMPÉRIO COLONIAL PORTUGUÊS

ARTIGO 132.º

São consideradas matéria constitucional as disposições do Acto Colonial, devendo o Governo publicá-lo novamente com as alterações exigidas pela presente Constituição.

DISPOSIÇÕES COMPLEMENTARES

a) Revisão constitucional

ARTIGO 133.º

A Constituição será revista de dez em dez anos, tendo para esse efeito poderes constituintes a Assembleia Nacional cujo mandato abranger a época de revisão.

§ 1.º — A revisão pode ser antecipada de cinco anos, se for aprovada por dois terços dos membros da Assembleia Nacional, e, neste caso, contar-se-á da data da revisão antecipada o novo período de dez anos.

§ 2.º — Não podem ser admitidas como objecto de deliberação propostas ou projectos de revisão constitucional que não definam precisamente as alterações projectadas.

ARTIGO 134.º

Independentemente do preceituado no artigo anterior, pode o Chefe do Estado, quando o bem público imperiosamente o exigir, depois de ouvido o Conselho de Estado e em decreto assinado por todos os Ministros, determinar que a Assembleia Nacional a eleger assuma poderes constituintes e reveja a Constituição em pontos indicados no mesmo diploma.

b) Disposições especiais e transitórias

ARTIGO 135.º

Para execução do § único do artigo 53.º será adoptado um regime de transição, com as restrições temporárias julgadas indispensáveis.

ARTIGO 136.º

Enquanto não estiver concluída a organização das corporações morais e económicas serão adoptadas formas transitórias de dar cumprimento ao espírito de representação orgânica, estabelecido no título V da parte I.

ARTIGO 137.º

O actual Presidente da República é reconhecido por esta Constituição, durando o seu mandato sete anos, contados da data em que tomou posse da Presidência.

ARTIGO 138.º

A primeira Assembleia Nacional terá poderes constituintes.

ARTIGO 139.º

As leis e decretos com força de lei que foram ou vierem a ser publicados até à primeira reunião da Assembleia Nacional continuam em vigor e ficam valendo como leis no que explícita e implicitamente não seja contrário aos princípios consignados nesta Constituição.

ARTIGO 140.º

As leis e decretos-leis referidos no artigo anterior podem, porém, ser revogados por decretos regulamentares em tudo que se refira à organização interna dos serviços e não altere a situação jurídica dos particulares ou o estatuto dos funcionários.

§ único — As restrições contantes deste artigo não abrangem as leis e decretos-leis que preceituem o que nelas constitui matéria legislativa, nem o que está exceptuado por força do § 1.º do artigo 70.º e do artigo 93.º.

ARTIGO 141.º

Enquanto não forem publicadas as leis necessárias à execução do preceituado no título VI da parte II, a administração local continuará regulada pela legislação vigente, inclusive no que se refere à nomeação e demissão de comissões administrativas das autarquias locais.

ARTIGO 142.º

Esta Constituição entrará em vigor depois de aprovada em plebiscito nacional e logo que o apuramento definitivo deste seja publicado no *Diário do Governo*.

2

ACTO COLONIAL (*)

TÍTULO I

DAS GARANTIAS GERAIS

ARTIGO 1.º

A Constituição Política da República, em todas as disposições que por sua natureza se não refiram exclusivamente à metrópole, é aplicável às colónias com os preceitos dos artigos seguintes.

ARTIGO 2.º

É da essência orgânica da Nação Portuguesa desempenhar a função histórica de possuir e colonizar domínios ultramarinos e de civilizar as populações que neles se compreendam, exercendo também a influência moral que lhe é adstrita pelo Padroado do Oriente.

ARTIGO 3.º

Os domínios ultramarinos de Portugal denominam-se colónias e constituem o Império Colonial Português.

(*) Nova publicação, em cumprimento do artigo 132.º da Constituição, feita no *Diário do Governo*, de 11 de Abril de 1933, nos termos do Decreto-Lei n.º 22 465 desta data.

O território do Império Colonial Português é o definido nos n.os 2.º a 5.º do artigo 1.º da Constituição.

ARTIGO 4.º

São garantidos a nacionais e estrangeiros residentes nas colónias os direitos concernentes à liberdade, segurança individual e propriedade, nos termos da lei. A uns e outros pode ser recusada a entrada em qualquer colónia, e uns e outros podem ser expulsos, conforme estiver regulado, se da sua presença resultarem graves inconvenientes de ordem interna ou internacional, cabendo unicamente recurso destas resoluções para o Governo.

ARTIGO 5.º

O Império Colonial Português é solidário nas suas partes componentes e com a metrópole.

ARTIGO 6.º

A solidariedade do Império Colonial Português abrange especialmente a obrigação de contribuir pela forma adequada para que sejam assegurados os fins de todos os seus membros e a integridade e defesa da Nação.

ARTIGO 7.º

O Estado não aliena, por nenhum modo, qualquer parte dos territórios e direitos coloniais de Portugal, sem prejuízo da rectificação de fronteiras, quando aprovada pela Assembleia Nacional.

ARTIGO 8.º

Nas colónias não pode ser adquirido por governo estrangeiro terreno ou edifício para nele ser instalada representação consular senão depois de autorizado pela Assembleia Nacional e em local cuja escolha seja aceite pelo Ministro das Colónias.

ARTIGO 9.º

Não são permitidas:

1.º — Numa zona contínua de 80 metros além do máximo nível da preiamar, as concessões de terrenos confinantes com a costa marítima, dentro ou fora das baías;

2.º — Numa zona contínua de 80 metros além do nível normal das águas, as concessões de terrenos confinantes com lagos navegáveis e com rios abertos à navegação internacional;

3.º — Numa faixa não inferior a 100 metros para cada lado, as concessões de terrenos marginais do perímetro das estações das linhas férreas, construídas ou projectadas;

4.º — Outras concessões de terrenos que não possam ser feitas, conforme as leis que estejam presentemente em vigor ou venham a ser promulgadas.

§ único Em casos excepcionais, quando convenha aos interesses do Estado:

a) Pode ser permitida, conforme a lei, a ocupação temporária de parcelas de terrenos situadas nas zonas designadas nos n.ºs 1.º, 2.º e 3.º deste artigo;

b) Podem as referidas parcelas ser comprecndidas na área das povoações, nos termos legais, com aprovação expressa do Governo, ouvidas as instâncias competentes;

c) Podem as parcelas assim incluídas na área das povoações ser concedidas, em harmonia com a lei, sendo também condição indispensável a aprovação expressa do Governo, ouvidas as mesmas instâncias.

ARTIGO 10.º

Nas áreas destinadas a povoações marítimas das colónias, ou à sua natural expansão, as concessões ou subconcessões de terrenos ficam sujeitas às seguintes regras:

1.º — Não poderão ser feitas a estrangeiros, sem aprovação em Conselho de Ministros;

2.º — Não poderão ser outorgadas a quaisquer individuos ou sociedades senão para aproveitamentos que tenham de fazer para as suas instalações urbanas, industriais ou comerciais.

§ 1.º Estas proibições são extensivas, nas colónias de África, a todos os actos de transmissão particular que sejam contrários aos fins do presente artigo.

§ 2.º — São imprescritíveis os direitos que este artigo e o artigo anterior asseguram ao Estado.

ARTIGO 11.º

De futuro a administração e exploração dos portos comerciais das colónias são reservadas para o Estado. Lei especial regulará as excepções que dentro de cada porto, em relação a determinadas instalações ou serviços, devam ser admitidas.

ARTIGO 12.º

O Estado não concede, em nenhuma colónia, a empresas singulares ou colectivas:

1.º O exercício de prerrogativas de administração pública;

2.º A faculdade de estabelecer ou fixar quaisquer tributos ou taxas, ainda que seja em nome do Estado;

3.º — O direito de posse de terrenos, ou de áreas de pesquisas mineiras, com a faculdade de fazerem subconcessões a outras empresas.

§ único Na colónia onde actualmente houver concessões da natureza daqueles a que se refere este artigo observar-se-á o seguinte:

a) Não poderão ser prorrogadas ou renovadas no todo ou em parte;

b) O Estado exercerá o seu direito de rescisão ou resgate, nos termos das leis ou contratos aplicáveis;

c) O Estado terá em vista a completa unificação administrativa da colónia.

ARTIGO 13.º

As concessões do Estado, ainda quando hajam de ter efeito com aplicação de capitais estrangeiros, serão sempre sujeitas a condições que assegurem a nacionalização e demais conveniências da economia da colónia. Diplomas especiais regularão este assunto para os mesmos fins.

ARTIGO 14.º

Ficam ressalvados, na aplicação dos artigos 8.º, 9.º, 10.º, 11.º e 12.º, os direitos adquiridos até à presente data.

TÍTULO II

DOS INDÍGENAS

ARTIGO 15.º

O Estado garante a protecção e defesa dos indígenas das colónias, conforme os princípios de humanidade e soberania, as disposições deste título e as convenções internacionais que actualmente vigorem ou venham a vigorar.

As autoridades coloniais impedirão e castigarão conforme a lei todos os abusos contra a pessoa e bens dos indígenas.

ARTIGO 16.º

O Estado estabelece instituições públicas e promove a criação de instituições particulares, portuguesas umas e outras, em favor dos direitos dos indígenas, ou para a sua assistência.

ARTIGO 17.º

A lei garante aos indígenas, nos termos por ela declarados, a propriedade e posse dos seus terrenos e culturas, devendo ser respeitado este princípio em todas as concessões feitas pelo Estado.

ARTIGO 18.º

O trabalho dos indígenas em serviço do Estado ou dos corpos administrativos é remunerado.

ARTIGO 19.º

São proibidos:

1.º — Todos os regimes pelos quais o Estado se obrigue a fornecer trabalhadores indígenas a quaisquer empresas de exploração económica;

2.º — Todos os regimes pelos quais os indígenas existentes em qualquer circunscrição territorial sejam obrigados a prestar trabalho às mesmas empresas, por qualquer título.

ARTIGO 20.º

O Estado somente pode compelir os indígenas ao trabalho em obras públicas de interesse geral da colectividade, em ocupações cujos resultados lhes pertençam, em execução de decisões judiciárias de carácter penal, ou para cumprimento de obrigações fiscais.

ARTIGO 21.º

O regime do contrato de trabalho dos indígenas assenta na liberdade individual e no direito a justo salário e assistência, intervindo a autoridade pública somente para fiscalização.

ARTIGO 22.º

Nas colónias atender-se-á ao estado de evolução dos povos nativos, havendo estatutos especiais dos indígenas, que estabeleçam para estes, sob a influência do direito público e privado português, regimes jurídicos de contemporização com os seus usos e costumes individuais, domésticos e sociais, que não sejam incompatíveis com a moral e com os ditames de humanidade.

ARTIGO 23.º

O Estado assegura nos seus territórios ultramarinos a liberdade de consciência e o livre exercício dos diversos cultos, com as restrições exigidas pelos direitos e interesses da soberania de Portugal, bem como pela manutenção da ordem pública, e de harmonia com os tratados e convenções internacionais.

ARTIGO 24.º

As missões religiosas do ultramar, instrumento de civilização e de influência nacional, e os estabelecimentos de formação do pessoal para os serviços delas e do Padroado Português terão personalidade jurídica e serão protegidos e auxiliados pelo Estado, como instituições de ensino.

TÍTULO III

DO REGIME POLÍTICO E ADMINISTRATIVO

ARTIGO 25.º

As colónias regem-se por diplomas especiais, nos termos deste título.

ARTIGO 26.º

São garantidas às colónias a descentralização administrativa e a autonomia financeira que sejam compatíveis com a Constituição, o seu estado de desenvolvimento e os seus recursos próprios, sem prejuízo do disposto no artigo 47.º.

§ único — Em cada uma das colónias será mantida a unidade política pela existência de uma só capital e de um só governo geral ou de colónia.

ARTIGO 27.º

São da exclusiva competência da Assembleia Nacional, mediante propostas do Ministro das Colónias, apresentadas nos termos do artigo 112.º da Constituição:

1.º - Os diplomas que estabeleçam ou alterem a forma do governo das colónias;

2.º Os diplomas que abrangerem:

a) Aprovação de tratados, convenções ou acordos com nações estrangeiras;

b) Autorização de empréstimos ou outros contratos que exijam caução ou garantias especiais;

c) Definição de competência do Governo da metrópole e dos governos coloniais quanto à área e ao tempo das concessões de terrenos ou outras que envolvam exclusivo ou privilégio especial.

§ único Em caso de urgência extrema, o Ministro das Colónias, com voto afirmativo do Conselho Superior das Colónias, em sessão por ele presidida, poderá legislar sobre as matérias a que se referem o n.º 1.º e as alíneas *a*) e *b*) do n.º 2.º do presente artigo, fora do período das sessões da Assembleia Nacional ou se esta não resolver o assunto no prazo de trinta dias a contar da apresentação da respectiva proposta de lei.

ARTIGO 28.º

Os diplomas não compreendidos na disposição do artigo antecedente são da competência do Ministro das Colónias ou do governo da colónia, conforme for regulado nos diplomas a que se refere o n.º 1 do artigo anterior. Fica porém estatuído o seguinte:

1.º — Dependem da aprovação do Ministro das Colónias os acordos ou convenções que os governos coloniais devidamente autorizados negociarem com outras colónias, portuguesas ou estrangeiras.

2.º — Os governos coloniais não podem estabelecer ou modificar os regimes relativos às matérias abrangidas pelos artigos 15.º a 24.º.

ARTIGO 29.º

As colónias só serão governadas por governadores gerais ou governadores de colónia, não podendo a uns e outros ser confiadas, por qualquer forma, atribuições que pelo Acto Colonial pertençam à Assembleia Nacional, ao Governo ou ao Ministro das Colónias, salvo as que restritamente lhes sejam outorgadas, por quem de direito, para determinados assuntos em circunstâncias excepcionais.

§ único - Não poderão ser nomeados governadores quaisquer interessados na direcção ou gerência de empresas com sede ou actividade económica na respectiva colónia.

ARTIGO 30.º

As funções legislativas dos governadores coloniais, na esfera da sua competência, são sempre exercidas sob a fiscalização da metrópole e por via de regra com o voto dos conselhos do governo, onde haverá representação adequada às condições do meio social.

ARTIGO 31.º

As funções executivas em cada colónia são desempenhadas, sob a fiscalização do Ministro das Colónias, pelo governador, que nos casos previstos nos diplomas a que se refere o n.º 1.º do artigo 27.º é assistido de um corpo consultivo, composto por membros do Conselho do Governo.

ARTIGO 32.º

As instituições administrativas municipais e locais são representadas nas colónias por câmaras municipais, comissões municipais e juntas locais, conforme a importância, desenvolvimento e população europeia da respectiva circunscrição.

§ 1.º — A criação ou extinção das câmaras municipais é atribuição do governador da colónia, com voto afirmativo do Conselho do Governo e aprovação expressa do Ministro das Colónias.

§ 2.º — Os estrangeiros com residência habitual na colónia, por tempo não inferior a cinco anos, sabendo ler e escrever português, podem fazer parte das câmaras ou comissões municipais e juntas locais, até ao máximo de um terço dos seus membros.

ARTIGO 33.º

É supremo dever de honra do governador, em cada um dos domínios de Portugal, sustentar os direitos de sobrevivência da Nação e promover o bem da colónia, em harmonia com os princípios consignados no Acto Colonial.

TÍTULO IV

DAS GARANTIAS ECONÓMICAS E FINANCEIRAS

ARTIGO 34.º

A metrópole e as colónias, pelos seus laços morais e políticos, têm na base da sua economia uma comunidade e solidariedade natural, que a lei reconhece.

ARTIGO 35.º

Os regimes económicos das colónias são estabelecidos em harmonia com as necessidades do seu desenvolvimento, com a justa reciprocidade entre elas e os países vizinhos e com os direitos e legítimas conveniências da metrópole e do Império Colonial Português.

ARTIGO 36.º

Pertence à metrópole, sem prejuízo da descentralização garantida, assegurar pelas suas decisões a conveniente posição dos inte-

nesses que, nos termos do artigo anterior, devem ser considerados em conjunto nos regimes económicos das colónias.

ARTIGO 37.º

Cada uma das colónias é pessoa moral, com a faculdade de adquirir, contratar e estar em juízo.

ARTIGO 38.º

Cada colónia tem o seu activo e o seu passivo próprios, competindo-lhe a disposição das suas receitas e a responsabilidade das suas despesas, dos seus actos e contratos e das suas dívidas, nos termos da lei.

ARTIGO 39.º

São considerados propriedade de cada colónia os bens mobiliários e imobiliários que, dentro dos limites do seu território, não pertençam a outrem, os que ela tenha adquirido legalmente fora daquele, os títulos públicos ou particulares que possua ou venha a possuir, os seus dividendos, anuidades ou juros e as participações de lucros ou de outra espécie que lhe sejam destinadas.

§ único — Só ao Tesouro Nacional ou à Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência podem ser cedidas, ou dadas em penhor, as acções e obrigações de companhias concessionárias pertencentes a uma colónia, e só também podem ser consignados às mesmas entidades os rendimentos desses títulos em qualquer operação financeira.

ARTIGO 40.º

Cada colónia tem o seu orçamento privativo, elaborado segundo um plano uniforme.

§ 1.º — O orçamento geral da colónia depende da aprovação expressa do Ministro das Colónias, não podendo ser nele incluídas despesas ou receitas que não estejam ao abrigo de diplomas legais.

§ 2.º — Quando, por circunstâncias anormais, o orçamento for enviado ao Ministério das Colónias fora do prazo estabelecido, ou quando o Ministro das Colónias o não aprovar, continuarão provisoriamente em vigor por duodécimos, só quanto à despesa ordinária, o orçamento do ano antecedente e os créditos sancionados durante ele para ocorrer a novos encargos permanentes.

§ 3.º — A acção do Ministro das Colónias quanto ao orçamento de cada colónia é exercida pela verificação quer do cômputo das receitas quer da legalidade e exactidão das despesas, devendo fazer-se as consequentes correcções. Existindo situação deficitária ou risco de a haver, são feitas no orçamento as modificações necessárias para o restabelecimento do equilíbiro.

ARTIGO 41.º

Os diplomas referidos no n.º 1.º do artigo 27.º estabelecerão:

1.º As despesas que são encargo das colónias e as que são da metrópole;

2.º As regras e restrições a que devem estar sujeitos os governos coloniais para salvaguarda da ordem financeira.

ARTIGO 42.º

A contabilidade das colónias será organizada como a da metrópole, com as modificações que se tornem indispensáveis por circunstâncias especiais.

ARTIGO 43.º

As colónias enviarão ao Ministro das Colónias nos prazos fixados na lei as suas contas anuais.

ARTIGO 44.º

A metrópole presta assistência financeira às colónias, mediante as garantias necessárias.

ARTIGO 45.º

As colónias não podem contrair empréstimos em países estrangeiros.

§ único – Quando seja preciso recorrer a praças externas para obter capitais destinados ao governo de uma colónia, a operação financeira será feita exclusivamente de conta da metrópole, sem que a mesma colónia assuma responsabilidades para com elas, tomando-as, porém, plenamente para com a metrópole, a quem prestará as devidas garantias.

ARTIGO 46.º

Os direitos do Tesouro da metrópole ou da Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência por dívidas pretéritas ou futuras das colónias são imprescritíveis.

ARTIGO 47.º

A autonomia financeira das colónias fica sujeita às restrições ocasionais que sejam indispensáveis por situações graves da sua Fazenda ou pelos perigos que estas possam envolver para a metrópole.

Decreto-lei n.º 22:469

Usando da faculdade conferida pela 2.ª parte do n.º 2.º do artigo 108.º da Constituição, o Govêrno decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º É garantida a expressão do pensamento por meio de qualquer publicação gráfica, nos termos da lei de imprensa e nos dêste decreto.

Art. 2.º Continuam sujeitas a censura prévia as publicações periódicas definidas na lei de imprensa, e bem assim as fôlhas volantes, folhetos, cartazes e outras publicações, sempre que em qualquer delas se versem assuntos de carácter político ou social.

Art. 3.º A censura terá sòmente por fim impedir a perversão da opinião pública na sua função de fôrça social e deverá ser exercida por forma a defendê-la de todos os factores que a desorientem contra a verdade, a justiça, a moral, a boa administração e o bem comum, e a evitar que sejam atacados os princípios fundamentais da organização da sociedade.

Art. 4.º A censura será exercida por comissões nomeadas pelo Govêrno, podendo ser remuneradas as respectivas funções.

Art. 5.º As comissões de censura ficam subordinadas ao Gabinete do Ministro do Interior, por intermédio da Comissão de Censura de Lisboa, que funcionará como comissão central.

Art. 6.º As comissões encarregadas da censura não poderão alterar o texto censurado com aditamentos ou substituições, devendo limitar-se a eliminar os trechos ou passagens reputados inconvenientes, de harmonia com o disposto no artigo 3.º

§ único. A permissão, pela Comissão de Censura, da publicação de qualquer escrito não releva de responsabilidade civil e criminal os autores ou responsáveis pelo escrito, nos termos da lei de imprensa.

Art. 7.º Das decisões da Comissão de Censura há recurso para o governador civil do respectivo distrito, salvo em Lisboa e Pôrto, onde os recursos serão decididos por uma comissão composta pelo governador civil, pelo presidente da respectiva Comissão de Censura e por pessoa idónea, que o Govêrno nomeará.

Junto de cada Comissão de Censura haverá um representante da imprensa.

§ 1.º O recurso será interposto por meio de exposição fundamentada em papel comum, acompanhada da prova ou original censurado e com indicação da Comissão de Censura que proibiu a publicação.

§ 2.º Quando em recurso fôr autorizada a publicação do escrito censurado, a entidade que julgar o recurso, ponderando as circunstâncias que ocorreram, poderá propor ao Govêrno que a emprêsa jornalística ou o proprietário da publicação seja indemnizado dos prejuízos, propondo também o quantitativo da indemnização.

Art. 8.º O Govêrno expedirá, por intermédio do Ministério do Interior, as instruções adequadas à execução dêste decreto.

Art. 9.º Êste decreto entra imediatamente em vigor.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Govêrno da República, 11 de Abril de 1933.— António Oscar de Fragoso Carmona — *António de Oliveira Salazar — Albino Soares Pinto dos Reis Júnior — Manuel Rodrigues Júnior — Daniel Rodrigues de Sousa — Aníbal de Mesquita Guimarães — César de Sousa Mendes do Amaral e Abranches — Duarte Pacheco — Armindo Rodrigues Monteiro — Gustavo Cordeiro Ramos — Sebastião Garcia Ramires.*

MINISTÉRIO DO INTERIOR

Direcção Geral de Administração Política e Civil

Decreto-lei n.º 22:756

Usando da faculdade conferida pela 2.ª parte do n.º 2.º do artigo 108.º da Constituição, o Govêrno decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo único. Os artigos 5.º e 7.º do decreto-lei n.º 22:469, de 11 de Abril de 1933, passam a ter a seguinte redacção:

Artigo 5.º As comissões de censura ficam subordinadas ao Ministro do Interior, por intermédio da Direcção Geral dos Serviços de Censura.

Artigo 7.º Das decisões da comissão de censura haverá recurso em todos os distritos, à excepção de Lisboa e Pôrto, para o respectivo governador civil.

§ 1.º Em Lisboa os recursos serão decididos por uma comissão composta pelo governador civil, director geral dos serviços de censura e por uma pessoa idónea que o Govêrno nomeará. No Pôrto a comissão de recurso será constituída pelo governador civil, presidente da respectiva comissão de censura e por uma pessoa idónea nomeada pelo Govêrno.

§ 2.º Junto de cada comissão de recurso haverá um representante da imprensa.

§ 3.º As comissões de recurso poderão funcionar com a maioria dos seus membros.

§ 4.º O recurso será interposto por meio de exposição fundamentada, em papel comum, acompanhada da prova ou original censurado e com indicação da comissão de censura que proibiu a publicação.

§ 5.º Quando em recurso fôr autorizada a publicação do escrito censurado, a entidade que julgar o recurso, ponderando as circunstâncias que ocorreram, poderá propor ao Govêrno que a emprêsa jornalística ou o proprietário da publicação seja indemnizado dos prejuízos, propondo também o quantitativo da indemnização.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Govêrno da República, 29 de Junho de 1933. — António Óscar de Fragoso Carmona — *António de Oliveira Salazar* — *Albino Soares Pinto dos Reis Júnior* — *Manuel Rodrigues Júnior* — *Luiz Alberto de Oliveira* — *Aníbal de Mesquita Guimarãis* — *Duarte Pacheco* — *Armindo Rodrigues Monteiro* — *Gustavo Cordeiro Ramos* — *Sebastião Garcia Ramires*.

BIBLIOTECA NACIONAL
ARQUIVO
SALAZAR
LISBOA

[illegible] da Propaganda Nacional [illegible]

1

O "Secretariado da Propaganda Nacional" (ou "Sub-Secretariado de Estado da Propaganda Nacional") funciona junto da Presidência do Conselho (ou do Ministério dos Negócios Estrangeiros).

II

O "Secretariado" compete a orientação e a direcção da propaganda nacional, interna e externa.

III

O "Secretariado" centraliza a informação relativa a acção dos diferentes ministérios, recebendo-a, para o fim indicado, dos organismos que funcionam e lá vão ficar, e transmite-a aos ministérios interessados, e especialmente ao que exercita a acção principal e a realizam.

IV

[illegible] "Secretariado" deve [illegible] a informação dos diferentes ministérios.

V

Para os fins [illegible], o "Secretariado" estabelece contacto oficial, directo e secreto, com as direcções dos jornais, agências noticiosas, agências de turismo, companhias de [illegible], emissoras, cinemas, teatros, [illegible], etc..

VI

Para efeito da informação a prestar aos que lhe requeiram, o "Secretariado" tem de ter sempre presente a oportunidade política e [illegible] nacional, quanto às relações [illegible] a assistir:

a) [illegible] com as [illegible] estrangeiras com diferentes [illegible];
b) com as [illegible] e estrangeiras;
c) com escritores, publicistas, jornalistas nacionais e estrangeiros;
d) com os [illegible] telegráficas;
e) com as [illegible] de radiodifusão;
f) com vários [illegible] de classe;
g) com as [illegible] de turismo [illegible] nacional

(Anexo-III-)

XII

Preferencia ao pessoal estritamente pertencente à cadeira da pro-
paganda nacional e política,o "Secretariado" deverá:
a)a utilização e difusão de folhetos,brochuras,"affiches"
[illegible],bem como de fitas,discos,cartões,artí-
gos,etc. tais onde apareça individualidades portuguesas
e cenas ou reportagens que se relacionem ou digam a
Portugal e os portugueses;
b)a organização metódica de conferências,em que o ora-
dor,estrangeiro,dos portugueses e sobre assuntos;
c)a visita de grandes jornalistas internacionais a Portu-
gal;
d)a ida,ao de uma vez especial de propaganda de Portugal
ao estrangeiro (ou mais dos nossos escritores etc.) e
a estrangeiros,tais a Portugal,etc.;
e) a permissão de imprensa estrangeira que era viesse ser
favorável ao permitir a realização completa reportagens
nas que não sejam gratas pela [illegible] oficial;
f)a colaboração de um Gabinete Internacional editor de
estudo periódico (ou nossos Provinciais Ultramarinos e
de novo pelos [illegible],etc.etc..

XIII

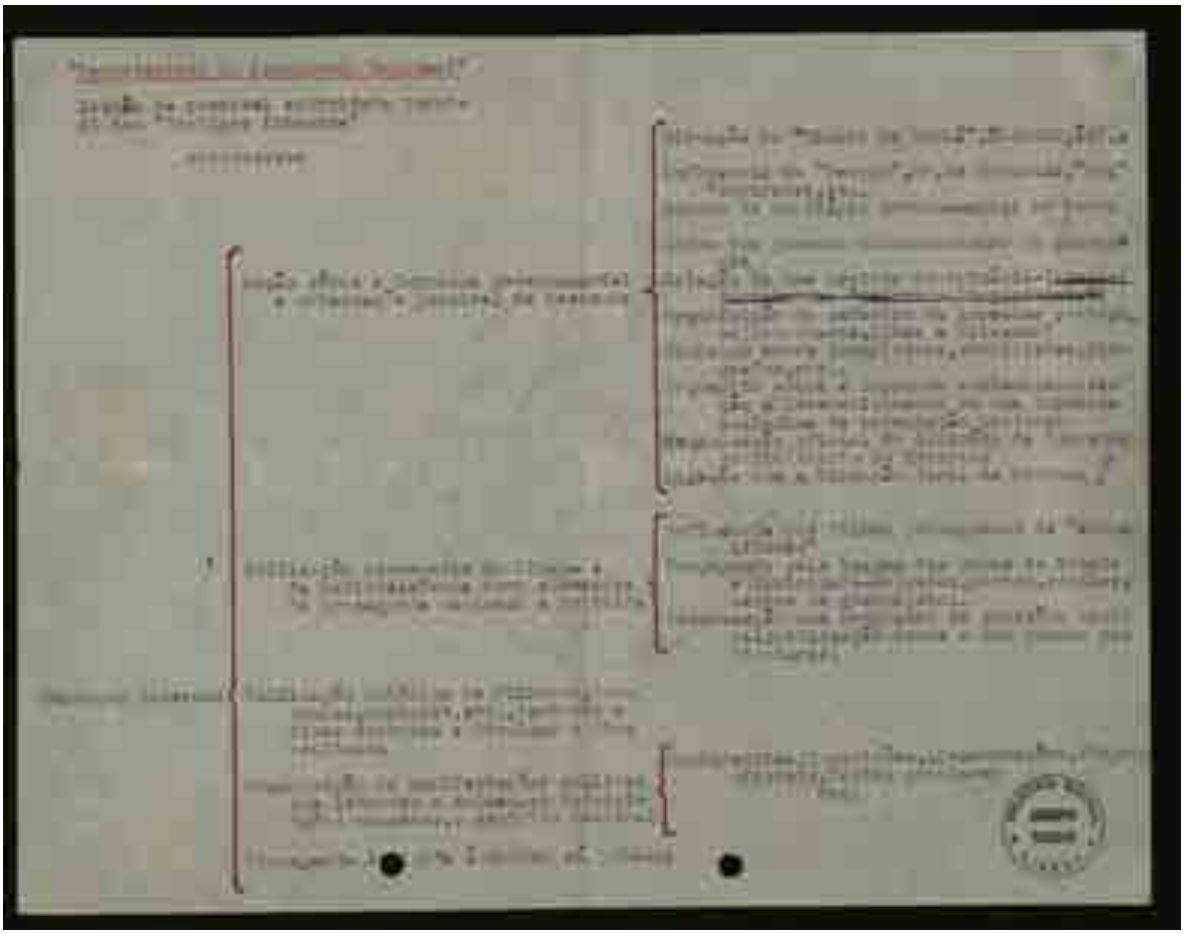
O "Secretariado" não deverá ser um serviço,é antes uma [illegible]
e,para bem atingir,este ser [illegible] a vasta colaboração e [illegible]
geral e nos regulam sanitação e eficiência dos seus serviços.

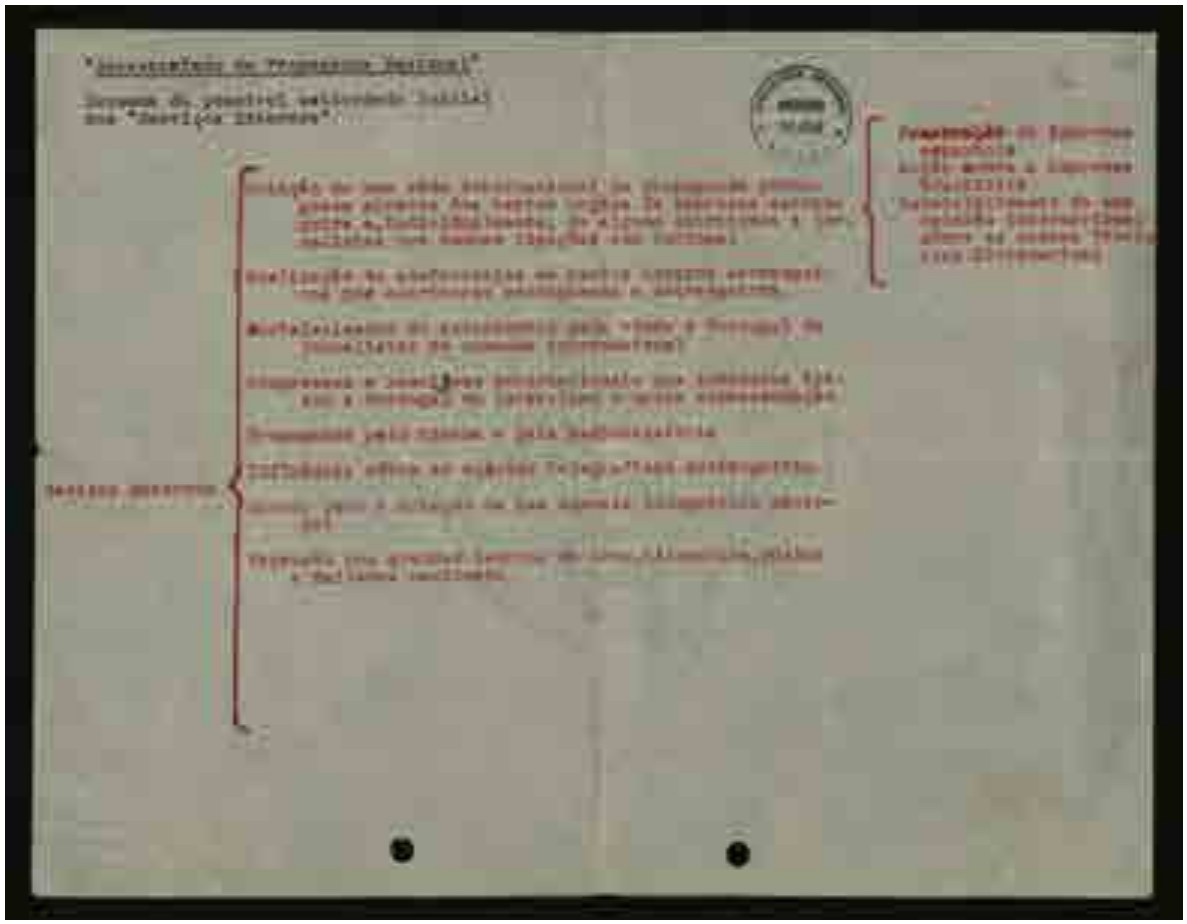
XIV

O pessoal colaborador do "Secretariado" será constituído por:
- Um Director-Geral,que superintenderá o corpo de Portugal
e os estrangeiros;
- Chefe de serviço de serviços internos,que substitui
o Director-Geral
- Chefe de serviço de serviços externos
- arquivista
- bibliotecário
- secretário

e poderá haver oficiais-colaboradores,secretários,empre-
gados,serviços necessários de serviço.

xxxxxxxx





PRESIDÊNCIA DO CONSELHO

SECRETARIADO DA PROPAGANDA NACIONAL

NOTA rectificativa das despesas efectuadas no mês de Janeiro de 1934, no conta das dotações orçamentais

Verbas Nos.			
	Dec. 24 abril 33 § 1 a)		
	Vencimentos fixos		
156	Janeiro de 1934		6.333$00
	Dec. 24 abril 33 § 1 c)		
156	Despesas de representação do Director		
	Janeiro de 1934		2.000$00
	Dec. 24 abril 33 § 2)		
	Pessoal assalariado		
157	Janeiro de 1934	?	3.330$00
	Dec. 24 abril 33 § 3 a)		
	Remunerações ao Sub-Director		
156	Janeiro de 1934		300$00
	Dec. 24 abril 33 § 3 b)		
	Horas		
139	1 empate para o gabinete do Director	1.333$00	
141	1 estafetiro	1.333$00	2.667$00
	Dec. 24 abril 33 § 3		
152	Impressos		325$00
	Dec. 24 abril 33 § 4		
	Diversas não especificadas		
174	Despesas de expediente		654$50
	Dec. 24 abril 33 § 5		
	Despesas extraordinárias		
	Dotação anual		
133	Saldo anterior - Fevº 1934	4.000$00	
	2º saldo - Fevº 1934	300$00	
	Subsídios de assistência		
135	A protegido do Centro de Alta Alsa	1.000$00	
142	Subsídio à Sociedade de União de Alunos	1.000$00	2.000$00
	Pagamento de serviços		
143	Carlos Polgueiras	300$00	
158	Dr. Francisco Vaz de Lima e Castro	1.200$00	
159	Artur Dias	700$00	
160	Adélio Alves	100$00	
161	José Custódio	300$00	
162	Dorte Fotografia Lino Ltda	200$00	
163	Olívio Marques	300$00	
164	José Correia	300$00	
165	Lemos Augusto Ferreira de Moraes	300$00	
166	Augusto Cunha	300$00	
168	Maria Helena Pinto da Silva	300$00	
169	Cesar Peixoto	400$00	
171	Dr. Pedro de Moura e Sá	140$00	
172	Osório Silva	150$00	
173	Guilherme Ferreira de Carvalho	300$00	
170	Manuel Salado	170$00	
175	Gratificação especial ao Chefe dos Servi-		
	ços Interiores, Artur Duarte.	200$00	7.190$00
	Transporte		27.900$50 15.717$00

Pathos

Lda.

x 31

	Transporte		30.968$20	26.727$10
	Festa anniversária			
230	Representação gratuita no Teatro Variedades,Despesas pagas à Companhia	1.075$40		
231	Publicidade de Divorce,Despesas de Execução em Lisboa	415$00		
248	1/2 concerto gratuito em S.Carlos,pagamento à organização	1.000$00		
255	2º concerto gratuito em S.Carlos,pagamento à organização	1.000$00		
275	Registrado em Loja,Despesas	169$50		
276	Conferência no "r. Leopoldo Calvet,Despesas com a conferência(Viagem/3 pessoas)	4.000$00		
282	Iten,Iten,transportes de malas	94$00		
288	Representação gratuita no Teatro Gindre, in Campinho e Alemanha de Alentejo por 2 concertos com Ida foi interrompida vandida pela empresa	20$00	10.911$20	
	Publicidade e Propaganda(Cartazes)			
135	Impressos	7.215$00		
150	Papel para a Exposição	264$00		
175	Transportes,colocação e papel de embalagem	201$10		
184	Selos de correio para expedição de folhetos de programa	300$00	8.748$10	
	Despesas diversas			
140	Aparelhagem e Diversos - Isa?	275$00		
141	I Telefonema	180$00		
158	Advertising e diversos -Isa?	204$10		
159	2 pistolas,2 revolvers e carregadores	1.752$10		
173	Diversos	12$10		
189	Donativo para a portaria em favor das Pupilas Infantis	300$00	2.734$00	
	Despesas (gasolina,comes)			
134	Despesa realizada no percurso Lx/Coa	122$10		
144	Iten	10$10	132$00	
	Papelaria			
122	2 máquinas de escrever	2.200$00		
138	Diversos carimbos	177$00		
149	2 talonys para cartas	43$00		
172	Papelaria	10.130$00	13.350$10	
	Despesas comerciais			
154	Fotografias	300$00		
167	Iten	105$00	405$00	
	Publicidade de livros			
120	500 ex. de brochura "Chamisso",por Depositário	300$00		
175	1 ex. de "Egito" em cinco vol.(Clássicos Portugueses"	45$00	345$00	
	Diversos			
126	Complemento de pagamento do manuscrito do livro de conto "Contos Escolhidos"	250$00		
196	Complemento de pagamento do artigo) do "r. Alfredo Pimenta" "O problema anti-semitismo português"	250$00	500$00	
	Propaganda política			
181	Subsídio à Agência Havaneira(Viagem comprovada)		40.000$00	
	Diversos			
157	1 filme do Lançamento do "Homem"		2.000$00	
	Despesas			
129	Em aplicação de Selos Depositary	300$00		
137	Subsídio à Revista "O Mundo Português"	2.000$00		
179	Subsídio ao jornal "A Verdade(Não comprovado)	30.000$00		
190	Subsídio para a constituição do Sindicato Nacional dos Jornalistas			
	Transporte	5.377$70	11.377$70	
			112.781$30	70.727$00

Recibo nº

Importe
Recibido en Plata
177 Libros para Imprenta (1º Nacional, Adaptado, 2ª ed. - 10º millar, 1ª ed. - 10º millar, 1ª ed.) 1.000$00
Plazas de Alfabetizador
190 Imagens com a reedição de Mme. Calvet, de "Dores sur Deux Mondes"

222.724$45 Do.727$10

1.000$00

Soma 223.451$55

230.975$00

Secretaria de Propaganda Nacional, 26 de Fevereiro de 1934

O Sub-Director,

António Leão de Queiroz

[illegible]	[illegible]		
107 -	Falso de Azevedo	(Secretário da Direção)	Assis
	Pedro de Melo	(Ajudante de Secretário)	Assis
	Dr. Jaime e Sá	(Auditor de Direção)	Assis
	Ferreira Pinto	(Auditor de Direção)	Assis
	Manuel Nelson	(Auditor de Direção)	Assis
	Zeca Alves	(Secretário)	Assis
	José Alves	(Porteiro e encarregado de limpeza)	Assis

Assis, 5 de Março de 1945

107 - A abaixo-assinada - Companhia de Seguros "A Fidelidade" com sede social [illegible], e delegação em Assis [illegible], tendo conhecido pela Direção, da notícia que o seu ajudante [illegible] e [illegible] [illegible] [illegible]

BIBLIOTECA NACIONAL
DEPARTAMENTO
DE PERIÓDICOS

153 -

152 -

154 -

155 -

156 -

157 -

158 -

159 -

160 -

161 -

162 -

163 -

164 -

165 -

166 -

167 -

168 -

169 -

170 -

171 -

SECRETARIADO DA PROPAGANDA NACIONAL

Relação discriminada das despesas efectuadas no mês de [illegible] de 193[illegible]

Número do recibo	Descriminação			Total por artigos
	[illegible]			
1001	Vencimento do pessoal de quadro			14,[illegible]
	[illegible]			
1001	Abono para despesas de representação ao Director			24000$00
	[illegible]			
1002	Vencimentos do pessoal assalariado			30.000$00
	[illegible]			
	[illegible]			
1003	Pago a Empresa Lisbonense, representações [illegible]			
1003	Pago a Antonio José Martins,Lda., pela fornecimento de 1 secretária com as seguintes		7$00	
	(descontos especiais)	20$00		
1003	Pago a Confeitaria Ferra, Lda, por consumos na recepção e no [illegible]	2$40	17$60	
1004	Pago a Fernandes & Cia, Lda., pelo fornecimento de 140 quartos de papel [illegible]		222$00	
1005	Pago à Fábrica Ivens, pela fornecimento de 21 kilos de [illegible]		115$50	
	(descontos	15$40		
1006	Pago a Emilio Loureiro Bettes	8$80	100$00	
1006	" " Companhia Augusto Bettes	8$80		
1006	" " Banco Portugal	10$00		
1006	" " Banco Pontes Gouva	10$00		
1006	" pelo aumento de Cap.	[illegible]		
	[illegible]	57$60	437$60	1.495$40
	[illegible]			
	[illegible]			
1010	Pago à Soc Anon-Companhia Telephonica, Cia. Cat., por despesas [illegible]			42$00
	[illegible]			
	[illegible]			
	[illegible]			
	[illegible]			
1008	Pago à Empresa Grafica Diogo, Lamego, Sobrinho & Barros, Lda.			
1009	Pago por um Despacho exarado no Boletim [illegible]	40$00	11$40	
	[illegible]			
1010a	Pago a Alda Carvalho pela fornecimento de Fatos-macaco de [illegible]		48$00	
			1.[illegible]	68.[illegible]

SECRETARIADO DA PROPAGANDA NACIONAL

Relação discriminada das despesas efectuadas no mês de [illegible] de 193[illegible]

Número do recibo	Descriminação			Total por artigos
	Transporte...			69.477$00
	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS			
	Serviços Centrais			
	Transporte...		136$00	
	SERVIÇOS GERAIS			
1407	Pago a José Silva, por vários trabalhos de dactilografia e formas, de cabedal	60$00		
1408	Pago à Cooperativa Livre de Chauffeurs, aluguer de automóvel para serviço	69$07		
1418	Pago aos empregados diário, por pequenos fornecimentos e extraordinários	184$00		
1419	Pago a Santos & Alves, por trabalhos de encadernação	154$00		
1410	Pago a Teodoro Lopes Sousa, pelo fornecimento de 12 esperas em ferro para engate livres e acessórios em cautela	144$00		
1411	Pago a Botelho Pinto & Cª, pelo fornecimento de um apito-sereia para um automóvel para o Palácio	665$00		
1412	Pago à Casa de Portugal em Paris, por varias despesas de telegramas, correio, serviços de propaganda e envio de 2 milhares de cabedal para livros	1.254$91		
	Pago à Casa de Portugal em Londres, por várias despesas	65$50		
	Pago ao guarda-convoios do sexto-dia, 1 bar.	80$00		
	" " " " de 2 cargas " "	60$00		
	Pago a Santos & Alves, Lda., por vários trabalhos	110$00		
	Pago por um anúncio	41$40		
	Pago por vários carimbos pequenos	61$00		
	Pago por transportes e vale fazendas com o pessoal ao serviço	1.183$71		
1401	Pago a A. Carneiro pelo fornecimento de 2 bandeiras «Nacional-Canção e Livro»	90$00		
1404	Pago a Santos & Alves, por trabalhos de encadernação	2.114$00		
1405	Pago a Santos & Alves pelo fornecimento de 1 chave em aço para os cofres da encadernação de livro «Portugal»	237$00		
1406	Pago a Visconde João da Terra, por trabalhos de encadernação	17$00		
1417	Pago a Telefone da Estrela, pelo fornecimento de 2 fitas	24$00		
1409	Pago aos fornecedores diário, por um esquema e colagem de cartolina	47$00		
1413	Pago a Bordal & Silveira, Lda. fornecimento de 1 jogo de roletes e calços do 2 tipos de latão	83$00	8.831$40	
			9.077$40	69.477$00

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO

SECRETARIADO DA PROPAGANDA NACIONAL

Relação descriminada das despesas efectuadas no mês de [illegible] de 193 .

Número do recibo	Descriminação			Total por artigos
	Transporte....			92.473$87
	[illegible]			
	Serviços Externos.....			
	Transporte....		7.076$00	
	[illegible]			
1403	Pago a Vital A. Martins, pérolas [illegible] para a colocação de 4 mostruários em sua casa	80$00		
1407	Pago a José Joaquim Gomes, Barcelos, pela fornecimento de 40 mostruários e 10 frases em latão para o mesmo principal	450$00		
1417	Idem, idem pelo fornecimento de 2 frases	90$00		
1494	Pago a Marcelo Vieira da Costa & Cia. pelo fornecimento de 61 metros de pano azul-escuro em selim (cor verde)	670$00		
1405	Pago a Costa, Santo & Leite, Lda., pelo fornecimento de 1 fotostore Zeiss	115$00		
1404	Pago a Vital M. Martins, pelo fornecimento de 1 moto e seu assentamento	165$00	2.465$00	
	[illegible]			
1400	Pago a Joaquim M.Pereira e Costa (Dona)	200$00		
1401	" " Ilda Nogueira	200$00		
1402	" " Duarte de Oliveira	400$00		
1406	" " Augusto Pinto	200$00		
1408	" " Artur de Sá e Lima	1.200$00		
1411	" " Luiz Simões	200$00		
1412	" " Jean Inglesa	200$00		
1413	" " Osvaldo Muller	200$00		
1414	" " José da Figueiredo Martins	185$00		
1415	" " Aurélio Pinedo	185$00		
1421	" " Raoul Ferreira	185$00		
1422	" " Francisco Guimarães Duarte Ferreira	200$00		
1423	" " Luiz Moura da Silva	1.000$00		
1426	" " Diogo Tomaz	346$00		
1427	" " José Luiz da Silva Dias	200$00		
1431	" " Leonilo Ferreira Dias	196$00		
1432	" " Joaquim M. Pereira e Costa (Dona)	200$00		
[illegible]	" " Teodoro Afonso Alves	1.000$00		
	" " Artidio Ferreira	1.000$00		
	" " Emília Queiroz	000$00		
	" " José Oliveira da Magalhães	000$00		
	" " José da Avillez	400$00		
	" " Artidio Tavares	000$00		
	" " Virgínia Moura	000$00		
	" " Duarte Tavares	000$00		
	" " João Pedro Almeida	000$00		
	" " José Dias	000$00		
	" " Artidio Ferreira	000$00		
	" " António da Costa Alves	000$00		
	" " José da Figueiredo	000$00		
	" " Jenaro Dias	000$00		
	" " Daniel Dias	000$00		
	" " Luiz Simões	000$00		
	" " Alfredo Bernardino da Silva	30$00	17.961$00	
			27.502$87	92.473$87

SECRETARIADO DA PROPAGANDA NACIONAL

Relação descriminada das despesas efectuadas no mês de [illegible] de 193[illegible]

Número do recibo	Descriminação			Total por artigos
	Transporte.....			44.470$00
	Artigo [illegible]			
	Serviços Centrais:.....			
	Transporte.....		37.340$00	
	Artigo 2º			
1466	Pago a Rui Gonçalves Lopes de Oliveira, pelos seus serviços referentes a Junho.	1.200$00		
1470	Pago a Diogo Fabrício, pelo mesmo motivo e idêntico	3.800$00		
1471	Idem, idem pela conta de custo[illegible] postal que serve no S.P.N.	800$10		
1474	Pago a Catarina dos Santos Correia Coelho, pelos mesmos serviços e mês.	1.200$00	7.800$10	
	Artigo 3º			
1463	Pago a Juliano Ribeiro, pelos serviços prestados no correio aéreo, como agente de ligação entre os serviços de Propaganda do S.P.N. e a Imprensa do Porto.	300$00		
1468	Pago a António Pinto Ribeiro, por serviços prestados no mesmo mês	200$00	500$00	
	Artigo 4º			
1458	Pago a Raul Resende, subsídio referente ao 4º trimestre de 1930	4.500$00		
	Pago a Alfredo Lafont, subsídio dado para pequenas despesas confidenciais e outras manifestações de carácter público da propaganda no Estado Novo e [illegible]	1.500$00		
	Pago à Agência «Notícias Nacional» subsídio especial como comparticipação do S.P.N. na organização e publicação da revista «Coordenação e Colaboração de Processos» organizados pela referida Delegação e sua tradução [illegible]	2.000$00		
	Idem, idem como comparticipação do S.P.N. na organização do Número especial dedicado à Viagem de Sua Exª. o Presidente da República às colónias de África Oc.	1.000$00		
	Pago ao Instituto de Cultura Portuguesa em Bruxelas, subsídio de Dezembro	666$67		
	Pago ao Sindicato Nacional dos Ilustradores, Litógrafos e Artes Gráficas do Distrito de Lisboa, subsídio dado destinado aos «Cartazes Desaparecidos»	800$00	10.966$10	
	Artigo 5º			
1457a	Pago à Editorial Império,Lda.,pelo fornecimento de livros, à Imp.	1.440$00		
	Pago por telegramas expedidos em Janeiro do [illegible]	[illegible]	1.310$00	
			61.140$00	62.470$10

SECRETARIADO DA PROPAGANDA NACIONAL

Relação descriminada das despesas efectuadas no mês de [illegible] de 193[illegible]

Número do recibo	Descriminação			Total por artigos
	Transporte.....			42.473$20
	[illegible]			
	Serviços Gerais.....			
	Transporte.....		42.163$00	
	[illegible]			
16886	Pago às firmas abaixo mencionadas pelos anos fornecimentos de artigos de expendição :-			
	Fábricas A Ila, Lda.	3.871$50		
	Oficinas Gráficas, Lda.	1.435$00		
	Padaria Costa	1.067$40		
	The Lisbon Offices, Lda.	402$00		
	A. Santarem, Lda.	100$00		
	Casa Portuguesa	88$00		
	Papelaria Carlos	85$15		
	A. P. Guapacim	30$00		
	Cartas e Cinza	30$00		
	Diversas taxas de selo, diga duzent à [illegible]	11$00		
	Diversas taxas de selo	20$00		
	Tinta A. Silva	15$00		
	Casa Portuguesa	5$00		
	Compra de 12 envelopes	1$60	7.311$60	
	[illegible]			
16887	Pago o ordenado do Silva, 1º. pelo fornecimento de 2 secretárias		320$00	
	[illegible]			
[illegible]	Pago pela compra de selos [illegible]	4.000$00		
	" " " " " [illegible]	600$00		
	" " " " " [illegible]	444$00		
	" " " " " [illegible]	2$50		
	" por telegramas	37$00		
	" " postais de selos de correio	40$00		
	" à Administração dos Correios e Telégrafos e Telefones, [illegible] em Nov. e Dez., por telegramas	3.000$00		
	Idem, idem, pelo endosso telegráfico	800$00		
	Pago à Empresa Telegráfica, por telegramas em Nov. e Dez.	[illegible]		
	Pago à Filial Portuguesa Rádio Marconi, por telegramas	[illegible]	12.043$50	
	[illegible]			
16888	[illegible]			
	Pago o juiz sobre 4% Silva, 2 tiras para [illegible]			
16889	[illegible]			
	Pago à oficina Gráfica [illegible] Comissão de 5.000 [illegible] e 5 cópias	[illegible]		
		1.640$00	12.000$50	54.473$20

SECRETARIADO DA PROPAGANDA NACIONAL

Relação descriminada das despesas efectuadas no mês de [illegible] de 193[illegible]

Número do recibo	Descriminação			Total por artigos
	Transporte.....			69.470$05
	[illegible]			
	Serviços [illegible]........................			
	Transporte.....		56.[illegible]$00	
	[illegible]			
	Transporte.....1.880$00			
	Pago a [illegible] ......[illegible]$00			
	Pago a [illegible]........[illegible]			
	[illegible] de viagens........[illegible]			
	Pago por transportes..........[illegible]			
[illegible]	[illegible]			
	Pago a [illegible] ......[illegible]			
	Pago à [illegible] Philips Portuguesa, por 1 [illegible]........[illegible]			
[illegible]	[illegible]			
	Pago à [illegible] ......1.[illegible]$00			
	[illegible]........[illegible]			
	[illegible]........[illegible]			
	Pago à Shell Company, [illegible]......[illegible]			
	" à [illegible]......[illegible]	[illegible]		
[illegible]	[illegible]			
	Pago à [illegible] R. da Costa, [illegible] de filmes.......[illegible]			
[illegible]	[illegible]			
	Pago à [illegible] R. da Costa, [illegible]......[illegible]			
	Pago pelo [illegible]......[illegible]			
	" pelo transporte de [illegible] de filmes [illegible] ao pessoal de serviço........[illegible]			
[illegible]	[illegible]			
	Pago à [illegible] Philips Portuguesa, pelo fornecimento de uma instalação Philipshone [illegible] tipo T.[illegible]......[illegible]			
	Transporte.......[illegible] — [illegible]	[illegible]	[illegible]	
			[illegible]	82.475$05

SECRETARIADO DA PROPAGANDA NACIONAL

Relação descriminada das despesas efectuadas no mês de [illegible] de 193[illegible]

Número do recibo	Descriminação			Totais por artigos
	Transporte....			69.470$50
	[illegible]			
	Transporte....		110.405$00	
	[illegible]			
1404	[illegible]			
	Pago à Sociedade Portuguesa de Autores Cinematographicos, Ld.ª, pelo direito concedido pela contribuição, exclusivo e exclusivo ao arrendamento e exploração cinematographica ufilada nos portugueses de Portugal.	10.000$00		
1405	[illegible]			
	Pago à Tobis Portuguesa, Limitada, importância da percentagem de 8% que lhe cabe pelas receitas do filme em Portugal, até ao mês de [illegible], conforme contrato	81.887$00	81.887$00	
	[illegible]			
1406	Pago à The Anglo Portuguese Telephone, Co.Ltd. por despesas telefónicas no Gerês, e Pago.	3.405$30		
	Pago à Companhia Geral dos Correios, Telegrafos e Telefones, despesas telefónicas e rendas de postes de [illegible]	168$40		
	[illegible]	105$00	4.018$70	
	[illegible]			
1407	Pago à Emp. Nac. Cor. e Electricidade, fornecimento em Nov. e Dez.	3.031$70		
	Pago a J.A.Brito, Ld.ª, conserto dos aparelhos	864$00		
	Pago a Victoria, Pontes e Cª., pelo fornecimento de 3 candeeiros de tecto	330$00		
	Pago à Foto Luz de Castilho, pelo fornecimento de 2 candeeiros	220$00		
	Pago a Tiecke, Ulen e Cª., Ld.ª, pelo fornecimento de diversos artigos	418$30		
	Pago a Alfa Romeo Ferreira & Cª., Ld.ª, pelo fornecimento de 2 contactos de luz e 2 lâmpadas	213$00		
	Pago à Fábrica Sonora, 20 filas de cêra	100$00		
	Pago a Victorino, Pinheiro & Cª., pelo fornecimento de 1 martelo e 2 lâmpadas	94$00		
	Pago à Empresa Industrial de Aparelhagem Eléctrica (Lâmpadas Lusitas), pelo fornecimento de lâmpadas	84$40		
	Pago a Alfa Romeo Ferreira, Ld.ª, pelo fornecimento de 20 filas de cêra fina	40$00		
	Pago a Hyder, Ld.ª, pelo fornecimento de cêra fina	20$00		
	Pago transporte de peças e ferragens	46$75		
		69.470$50	110.405$00	69.470$50

ARQUIVO NACIONAL TORRE DO TOMBO

SECRETARIADO DA PROPAGANDA NACIONAL

Relação descriminada das despesas efectuadas no mês de [illegible] de 193[illegible]

Número do recibo	Descriminação			Total por artigos
	Transporte.....			99.470$00
	SERVIÇOS DEPENDENTES			
	Serviços Centrais.....			
	Transporte.....		144.330$00	
	Secretaria da Direcção,Rua 1 Dezembro			
	Transporte.....	2.615$40		
	Pago pelo consumo de água no trimestre	1.614$70		
	" " " " " " Outubro	870$00		
	" " " " " " Novembro	1.074$00		
	" " " " " " Dezembro	720$00		
	" à firma que vários artigos	126$80	7.047$10	
			151.377$10	
	Serviços de Informação e Propaganda.....			
	S E C Ç Ã O S			
	(Selecção cenral em Propaganda)			
1811	Pago à Imprensa Nacional Lda, pela Composição de 4 cir-			
	cunstancias.....24$00			
1866	Pago à Sociedade Expansão,Lda,			
	pela fornecimento de 4.900			
	exm.Boletin Portugal 1938/40			
	Papel,encadernação,impressão e			
	transporte (50 páginas).....0.750$00			
1899	Pago à Empresa Litho-Tipo,			
	Typographia da Empresa.....833$00	5.467$00		
	(Selecção pessoal em Lugar)			
1907	Pago à Sociedade Expansão,Lda,			
	pela fornecimento de 3.000			
	exm.Boletin Portugal 1938			
	com 32 páginas - Papel,Encader-			
	nação,Impressão e transporte.4.410$00			
1977	Pago à Litho Tipo-Typographia, por exm-			
	plares de trabalhos.....880$00	5.290$00		
	(Secção de Livros e Artigos Diversos)			
1910	Pago pelo fornecimento de livros			
	e artigos diversos a			
	vários funcionários.....96$00			
1914	Idem aos Jornaleiros.....800$00			
1919	Imprensa,Lda(Portugália)Imp.....855$00			
1920	Idem aos Jornaleiros.....880$40			
1927	Agencia Nacional de Publici-			
	dade.....193$00			
1930	Oficina Gráfica, Lda.....74$00			
1931	Livraria Bertrand.....1.120$00			
1938a	Pago à firma Pinto, pela			
	fornecimento de 400 exm. de			
	Revista Ultramar de 8.....3.000$00			
	Pago pelo compra de 1.Ex.			
	dos livros.....130$00	10.794$40		
		21.551$40	151.377$10	99.470$00

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO

SECRETARIADO DA PROPAGANDA NACIONAL

Relação descriminada das despesas efectuadas no mês de [illegible] de 193[illegible]

Número de recibo	Descriminação			Total por artigos
	Transporte.....			[illegible]
	[illegible]			
	Transporte.....		100.[illegible]	
	Serviços de Informação e [illegible]			
	[illegible]			
	Transporte......	[illegible]		
	([illegible] edições em línguas estrangeiras)			
[illegible]	Pago a Edições [illegible] [illegible] de 500 exs. [illegible]	[illegible]		
	(Livro [illegible] Edição Inglesa)			
[illegible]	Pago à Casa de Portugal em Londres, para entregar a [illegible], pelo seu trabalho de [illegible]	[illegible]		
	(Publicações, [illegible] e Cartazes)			
[illegible]	Pago a José [illegible] da Silva [illegible], [illegible]...[illegible]			
[illegible]	Pago à Editorial [illegible], Ltd., composição de [illegible] páginas em inglês [illegible] trabalho lito-gráfico [illegible]...[illegible]			
[illegible]	Pago à Oficina [illegible], Ltd., composição, [illegible], e impressão de [illegible] provas [illegible] ...[illegible]			
	[illegible] resmas de papel [illegible]....[illegible]			
	Composição e impressão de [illegible] páginas [illegible] a [illegible] cores...........[illegible]			
	[illegible] resmas de papel [illegible]....[illegible]			
	Desenhos e [illegible] para a capa.......................[illegible]			
	Encadernações :-			
	[illegible] exs. em [illegible]...........[illegible]			
	[illegible] exs. em [illegible].....[illegible]			
	[illegible] exs. em [illegible]......[illegible]	[illegible]	[illegible]	
	[illegible]			
	([illegible])			
[illegible]	[illegible]........[illegible]....[illegible]			
[illegible]	" " ....[illegible]....[illegible]			
[illegible]	" " ....[illegible]...[illegible]			
[illegible]	" " ....[illegible] " ...[illegible]			
[illegible]	[illegible]..........[illegible] " ....[illegible]			
[illegible]	" " ....[illegible] " ....[illegible]			
[illegible]	[illegible]..........[illegible] " ....[illegible]			
[illegible]	" " ....[illegible] " ....[illegible]			
[illegible]	[illegible]......[illegible] " ....[illegible]			
[illegible]	" " " ....[illegible] " ...[illegible]			
[illegible]	" " " ....[illegible] " ...[illegible]			
		[illegible]	[illegible]	[illegible]

ARQUIVO SALAZAR

SECRETARIADO DA PROPAGANDA NACIONAL

Relação descriminada das despesas efectuadas no mês de [illegible] de 193[illegible]

Número de recibo	Descriminação			Total por artigos
	Transporte.....			66.475$00
	[illegible]			
	Transporte.....		201.313$05	
	[illegible]			
	[illegible]			
	(Artigos Fotográficos)			
	Transporte.....7.904$00			
1388	Fotografia Salazar.....12 fls....20$00			
1402	" " .....12 " ...120$00			
1409	" " .....10 " ....80$00			
1544	[illegible] .....13 " ....97$50			
1563	" " .....13 " ...117$00			
1614	Oliveira S.Bento.....10 exs....80$00			
1615	" " " .....8 " ....32$00			
	" " " .....10 " ....30$00			
1470	Lenda [illegible] .....36 exs...113$04			
1471	Retrato Salazar.....6 fls....60$00			
1483	Soc.Tip.de Tipografia...4 fotg...60$00			
1555	M. Portugal.....8 fls...76$00			
1557	Gloria do Ramos.....4 exs...47$40			
1558	Fotografia Brasil.....10 exs...120$00			
1573	Foto Carteira.....10 fls....60$00			
1580	Tiras de Gelo [illegible]....4 exs..160$00		2.474$04	
1623a	(Multicromatismo)			
	Postagio especial.....exs.....20$00			
	Autor oculto.....Exs...1.260$00			
	Campos de Fontoura..... " ...2.810$00			
	Otavio Fonseca..... " ...3.300$00			
	Carlos Reis..... " .....800$00			
	Artista de Sintra..... " .....90$00			
	José Tinoco..... " .....90$00			
	Luiz Trindade..... " .....90$00			
	Rodrigo Alves..... " .....90$00			
	Carvalho da Silva..... " .....90$00			
	Alexandre Martins..... " .....90$00			
	Fernando Gomes..... " .....90$00			
	Correia Lemos..... " .....90$00			
	Augusto da Costa..... " .....90$00			
	Manuel Gomes..... " .....90$00			
	Mario de Freitas..... " .....90$00			
	Artista Ideal..... " .....90$00			
	Desenho de Desconhec..... " .....90$00			
	Henrique Alves..... " .....90$00			
	Duarte Muller..... " .....90$00			
	Manuel Vaz..... " .....90$00			
	Postagem Reembolsada.... " .....90$00			
	Jorge de Freitas..... " .....90$00			
	Dois a Dois..... " .....180$00			
	Pinto Tavares.....Desc...3.780$00			
	Campos de Fontoura..... " ....100$00			
	Carvalho da Silva..... " ....810$00			
	Farias Reis..... " .....80$00			
	Portuguesa Ilustrada.... " ....900$00			
	Artista de Tomar..... " ....100$00			
	Carvalho Alves..... " .....80$00			
		14.790$00	2.474$04	201.313$05	66.475$00

SECRETARIADO DA PROPAGANDA NACIONAL

Relação descriminada das despesas efectuadas no mês de [illegible] de 193[illegible]

Número do recibo	Descriminação			Total por artigos
	Transporte....			40.470$20
	MOBILIÁRIO ARTIGOS DIVERSOS			
	Transporte....		801.$10	
	Serviços de Telefones e Telegramas.....			
	ENCARGOS:			
	Transporte....	2.$75		
	(Subscritores)			
	Telegrama.....14.$00			
	Despesa de Embalagem.....Des.....$00			
	Time Tinto..... " $00			
	Suporte de Cama..... " $00			
	Água Castel..... " $00			
	Despesa Carpas..... " $00			
	Chamiças Carpina..... " $00			
	Fornecim Carpas..... " $00			
	Lata Trapalhos..... " $00			
	Mórtas de Pedras..... " $00			
	Artefa Diet..... " $00			
	Despesa Locomoção... " $00			
	Embalagem Cimo..... " $00			
	Jogos de Pedra..... " $00			
	Mórtas Cajina..... " $00			
	Novas Lata..... " $00			
	Compt Lenha..... " $00	14.$00		
	(Despesas de Serviços Gerais Diversos)			
1477	Pago a Zulu empreita de Mita in-			
	demnis de 27/11 a 2/12.....$400			
1403	" " 4/12 a 10/12.....$00			
1501	" " 11/12 a 17/12.....$00			
1502	" " 18/12 a 24/12.....$00			
1504	" " 25/12 a 31/12.....$00			
	$00			
1502	Pago pela compra de 750 sac.			
	de Cal Hidro-Limitadas Dest... $00			
	Pago pelo trabalho de Fábrica Ja-			
	neiro Avulso.....$00			
	Pago à Agência Telegráphica Na-			
	cional a Jornais 1938...1.$00			
	Pago à Agência Legal, Secção			
	Nova do Tempo, ano de 1938.....$00			
	Pago pela assinatura do			
	«Diário», ano de 1938.....$00			
	Pago pela assinatura do «Sé-			
	culo de Noite, ano de 1938.....$00	4.$00		
	(Despesas Extraordinárias)			
1503	Pago a varios Mita, despesa			
	de expedição aos 4 meios de			
	artigos para os Jornais de			
	Mita de Janeiro.....$00			
	Pago a Mário Barros, por forne-			
	cimento retro-telegráficos.....$00	$00		
		25.$75	801.$10	40.470$20

ARQUIVO Histórico

SECRETARIADO DA PROPAGANDA NACIONAL

Relação descriminada das despesas efectuadas no mês de [illegible] de 193[illegible]

Número do recibo	Descriminação			Total por artigos
	Transporte.....			89.470$50
	[illegible]			
	Transporte.....		801.33$40	
	Serviços de Informação e Imprensa.....			
	[illegible]			
	Transporte.....	88.071$75		
	(Despesas Particulares)			
24007	Um Sem.....Dez.....800$00			
	Belo Mo.....*.....800$00			
	A Verdade.....Dezembro....8.000$00			
	A Voz.....*....8.000$00			
	Defesa Nacional.....*....2.400$00			
	O Diario Portuguez.....*.....400$00			
	Correio da Manhã.....*.....800$00			
	O Notiziario.....*.....800$00			
	Belo Mo.....*.....800$00			
	Correio do Mi.....*.....800$00			
	Gazeta da Tarde.....*.....800$00			
	Os Mes.....*.....800$00			
	A Epoca.....*.....800$00	88.800$00	89.271$75	
	(Despesas de Limpeza)			
1813	Pago a Emilio Brito, Lda, po-			
	la fornecimento de 10.000 fls.			
	de papel para embalagens.....800$00			
1814	Pago a Soteno Ottino, Lda,			
	2.000 cordeis.....200$00			
	400 Vimes.....80$00			
	280$00			
	Importa.....Mais.....481$00			
1815	Idem, Lda, p.			
	300 escalerote.....240$			
	1 fio eletrocopiador			
	0$00			
	Importa.....Mais.....481$00	1.615$00		
	(Despesas com Artistas)			
1800	Pago á Tua Leitura Ottino, Ltd, pelo for-			
	necimento de 1 litografia electrica para			
	adquirir os abrevangos	1.000$00	2.615$00	
	(Despesas em Estudos)			
1818	Pago a Casino de Foiares, pela redacção			
	do Diario «Ultimas Concessões»	1.000$00		
	Pago a Ilha Lopes Guilherme, pela revi-			
	são do Diario «O Dever» e			
	mais trabalhos	800$00		
	Pago á Empresa Fin.Ltd, impressão e ex-			
	pedição de 400 jornais e «Boletins» de			
	Lisboa abertos para imprensa	800$00		
	Pago a diversos Jornaleiros, por entre-			
	gas diversas de exemplares para propag.	4$00		
		2.804$00	290,304$15	89.470$50

SECRETARIADO DA PROPAGANDA NACIONAL

Relação descriminada das despesas efectuadas no mês de [illegible] de 193[illegible]

Número do recibo	Descriminação			Total por artigos
	Transporte....			88.477$25
	DIVERSOS (ARTIGOS DIVERSOS)			
	Transporte....		887.554$15	
	Serviços de Informação e Turismo.....			
	A R T I G O S			
	(Propaganda no Exterior)			
	Transporte....	2.374$10		
	Pago a "Ala Literária", relativo ao Serviço Literário, do mês, para distribuir aos Adidos Culturais	41$50		
	Pago a Manuel Falcão, por várias aquarelas que ofereceu aos navios de Setembro e Outubro	800$00	3.215$60	
	Serviços Artísticos.....			
	Teatros, Conservatórios e Escolas Artísticas			
	(Diversos)			
1800$00	Pago à Empresa A Brunhild, Lda, pelo fornecimento de absorventes e pensados, para os cabeleireiros da Companhia que visitou o I.N.T.I.	342$50		
	Pago a Ilídio Peixoto, pelo fornecimento de flores	12$50	355$00	
	Museus de Arte			
	(Lojas não portuguesas de Turismo)			
1000$00	Importância entregue ao Dir. Nacional dos Serviços e Alfaia gravada (Contrato), tendo-se reservado o mesmo mutuar exemplares nos termos do mesmo.....[illegible]			
	Pago por vários despesas.....[illegible]	91.035$40		
	(Despesas Diversas)			
1000$00	Importância paga pelo S.P.N. em relação com a Comissão Civil de Listagem, transcrição de 3 cassetes dimensionadas por mim feitas, relativo a entrega de listas, pelo Chefe, em cada um dos Postos de Propaganda no Estrangeiro, de listagem dos Inscritos no Trabalho e de diversas outras mapas, sendo distribuídas pelas, Lojas, Tabacarias, Restaurantes, Hotéis, e Lojas, a saber :-			
	Pago à Constrói, Lda, pela 2ª prestação de [illegible]	800$00		
	Pago à Empresa Nacional de Publicidade, pela inserção de [illegible]	800$00		
	Pago à Imprensa Nacional, pela [illegible]	[illegible]		
		1.200$00	91.190$40	892.554$15	89.477$25

SECRETARIADO DA PROPAGANDA NACIONAL

Relação descriminada das despesas efectuadas no mês de [illegible] de 193 [illegible]

Número do recibo	Descriminação			Total por artigos
	Transporte.....			47.477$00
	[illegible]			
	Transporte.....		600.613$19	
	Despesas diversas			
	Compras de material			
	Transporte.....	50.000$00		
	(Despesas diversas)			
	Transporte.....	1.477$00		
	Pago ao snr. Alberto Pinheiro Machado, pela publicação de 2 anúncios, para anuncio de 1 mês.....	800$00		
	Pago à Sun Express, pela transmissão de telegrama.....	77$75		
	Pago à Soldadura Eugen Wilhelm, pela aluguer de filme.....	1$00		
	Pago aviso extraordinário aos empregados do Livro Verde.....	36$00		
	Pago pela compra de 25 radio-fotografias.....	250$00		
	Pago pela compra de 2000 fotografias.....	800$00		
	Pago pela compra de 600 radiografias.....	1.200$00		
	Pago várias transportes de fotografias.....	14$00		
		4.400$04		
	Importância entregue pelo Governo Civil de Lisboa, em empréstimo.....	1.400$00	1.400$04	
	(Diversos)			
1000	Pago à Officina Typographica, Lda., Duzentos mil avisos Classe 1.500 avisos comuns.....	187$50		
	500 avisos.....	100$00		
14.0000	Importância entregue Soldador Pago a Augusto Lopes Batista, Lda, pelo fornecimento de filmes e prova de placas:			
	40 chapas.....	440$00		
	1800, retoque de filme.....	1760		
	Pago à Officina Typographica, 20.000 avisos comuns.....	2000$00		
	500 avisos.....	200$00		
	Pago dois avisos sempres.....	80$00		
	Pago a diversos por serviços extraordinários.....	1.477$00	1.477$00	
	(Diversos)			
1000	Pago à Sociedade Nacional de Tintas de Chumbo, Sociedade Anonima	2000$00		
	(Tintas litograficas e tipograficas)			
14787	Pago ao empregado público [illegible] de 1926 [illegible]			
		54.877$00	603.613$19	47.477$00

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO

SECRETARIADO DA PROPAGANDA NACIONAL

Relação descriminada das despesas efectuadas no mês de [illegible] de 193[illegible]

Número de recibo	Descriminação			Total por artigos
	Transporte......			49.475$[illegible]
	[illegible] Transporte......		[illegible]	
	Serviços [illegible]			
	[illegible] Transporte......	24.007$[illegible]		
	[illegible] a [illegible] Leite, pelo seu livro «[illegible]»......5.000$00			
	[illegible] a Miguel Trigueiros, pelo seu livro «[illegible]»..........3.000$00			
	[illegible] a Virgínia Vitorino, pelo seu livro «[illegible]».........3.000$00			
	[illegible] a [illegible] Bastos, pelo seu livro «[illegible]»......4.000$00			
	[illegible] a Luiz Teixeira, pelo seu livro «Perfil de Salazar»......6.000$00			
	[illegible] a [illegible], pelo seu livro «[illegible]»..........2.000$00			
	[illegible] a [illegible] Martins, pela série de artigos publicados na Revista [illegible], sob o título «O Estado e a Pessoa Humana»......2.000$00	32.007$00	55.007$00	
	PROPAGANDA EXTERNA E INTERNA (Despesas com Estrangeiros)			
1206	[illegible] Pago à Cooperativa Lisb. de Chauffeurs, serviços de automóveis......[illegible]			
1212	Pago a Manuel Gil [illegible] pelo fornecimento de gasolina......[illegible]			
1207	[illegible] Pago à Coop. Lisb. de Chauffeurs, [illegible]......140$00			
[illegible]	[illegible] (Editor alemão) Pago à Pastelaria [illegible], pelo fornecimento de um «[illegible]»......394$00			
	Pago a [illegible], pelo fornecimento de flores......[illegible]			
	1.133$[illegible]		319.006$[illegible]	49.475$[illegible]

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

SECRETARIADO DA PROPAGANDA NACIONAL

Relação descriminada das despesas efectuadas no mês de [illegible] de 193[illegible]

Número do recibo	Descriminação			Total por artigos
	Transporte....			44.470$00
	[illegible]			
	Transporte....		111.600$00	
	[illegible]			
	(Despesas com Retratos)			
1078	Charles Colmont			
	Pago a Joaquim Antonio Gomes, Inspector, viagem, Inverness, gasolina e aluguer de carro particular.....223$00			
	Pago a Antonio Joaquim da Silva (Chauffeur), serviço de automovel.....125$00			
	André Villeboeuf			
	Pago por serviços de restaurante, bar e hotel.....2007$00			
	A. Bollinger (Ens. de Reg. Inglês)			
	Serviço de mecanografia.....[illegible]			
	Roger Eyraud			
	Serviço de restaurante.....2$40			
	Paris.....105$00			
	Rafael de Vitol (Agente de Vendas)			
	Serviço de restaurante.....[illegible]			
	A. D'Aguiar (Tabacos de Oliveira)			
	Serviço de restaurante.....[illegible]	2.074$50		
	(Despesas com Retratos)			
1079	Pago ao Director, 2 fitas de objectiva de cinema, adquiridas em Dresden pessoalmente pelo Director do Instituto de Cultura Portuguesa.....£. 10. 0. 0.....4.100$00			
	Pago ao Chanceler do Consulado e Director, pela fita de objectiva de cinema £.8.0.0.....800$00			
	Pago à Casa de Portugal em Londres :-			
	Importância adiantada pelo Director do Instituto Inicial e Intervenções em despesas com vistos consulares e policiais.....£. 26.18.10.....2.104$00			
	Importância adiantada pelo Director do Ministério de Portugal em Roterdão e outras individualidades.....£. 20.17.0.....1.894$00			
	Importância adiantada pelo Director do Instituto de Cultura Portuguesa em Amsterdão em fins de Dezembro de corrente Instituto.....[illegible]			
	Pago à Casa de Portugal em Londres :-			
	Duas passagens Londres-Bruxelas.....[illegible]			
		[illegible]	[illegible]	[illegible]

SECRETARIADO DA PROPAGANDA NACIONAL

Relação descriminada das despesas efectuadas no mês de [illegible] de 193[illegible]

Número de recibo	Descriminação			Total por artigos
	Transporte.... [illegible]			[illegible]
	[illegible] Transporte....		[illegible]	
	[illegible]			
	[illegible]	[illegible]		
	[illegible] Transporte.......[illegible]			
	[illegible]			
	[illegible]			
	[illegible] ....[illegible]	[illegible]	[illegible]	
	[illegible]			
	(Arte Popular)			
[illegible]	[illegible] ....4.000$00			
	[illegible]			
	[illegible]			
	[illegible]			
	[illegible]			
	[illegible] ....500$00			
	[illegible]			
	[illegible]	[illegible]		
	(Diversos)			
[illegible]	[illegible]			
	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
				[illegible]

SECRETARIADO DA PROPAGANDA NACIONAL

Relação descriminada das despesas efectuadas no mês de [illegible] de 193 [illegible]

Número do recibo	Descriminação			Total por artigos
	Transporte.....			394.300$03
	Serviços interiores.....			
	[illegible]			
	[illegible]			
1400	Rua a Manuel Felix Ribeiro: arbolito de mercadoria de importância em especial de artigos de [illegible]	350$00		
1401	Pago a [illegible], Lda., pelo fornecimento de 2 milheiros de [illegible]	150$00		
1402	Pago à Ulysses Filme, Lda. pela gravação nos laboratórios em especial de artigos de [illegible]	2.016$00		
1403	Pago à Tobis Portuguesa, pela [illegible]	180$00		
1410	[illegible]	150$00	4.086$00	
	Filmes em stock [illegible]			
1404	Pago à Tobis Portuguesa, [illegible]		40.000$00	
	Pessoal [illegible]			
	Pago à Sociedade Portuguesa de [illegible]			
	[illegible]	11.000$00		
	[illegible]	7.000$00		
	[illegible]	300$00		
	[illegible]	600$00		
	[illegible]	800$00		
	[illegible]			
	[illegible]	3.000$00		
	[illegible]	2.000$00		
	[illegible]	800$00		
	[illegible]	2.000$00		
	[illegible]	4.274$00	33.774$00	
	[illegible]		33.482$00	
	[illegible]		292$00	80.550$00
	Despesas de [illegible]			
1405	Pago a [illegible]		900$00	
	[illegible]			
1406	Pago a [illegible]	400$00		
			79.[illegible]	394.300$03

SECRETARIADO DA PROPAGANDA NACIONAL

Relação discriminada das despesas efectuadas no mês de [illegible] de 193 0

Número do recibo	Descriminação			Total por artigos
	Transporte.....			393.000$00
	Serviços Exteriores.....			
	Direcção de Turismo (continuação)			
	Transporte.....		70.004$00	
	Direcção de Serviços de Propaganda			
	Transporte.....	400$00		
1230	Pago à Sirius Film, Lda., pelo fornecimento de 27 metros de legendas	337$50		
1298	Pago por vários transportes para o Secretário de Lisboa	125$00		
1310	Pago à Sirius Film, Lda., pelo fornecimento de 534 metros de película sincronizada do Jornal Português nº 9 (Filme sonoro)	900$00		
1411	Idem, idem pelo mesmo, pela cópia de legendas e fornecimento de 1 película prova e artigo do Secretário-Chefe Gomes da Carvalho	2.464$50	10.802$15	80.402$65
	Serv. Ex. - art. 6.º, n.º 4 -			
	Cinema ambulante			
	Despesas de serviços externos			
	(Custos de Conta)			
1469	Salomão Duque Filipinho.....400$00			
1470	Cinefoto Sirius.....700$00			
1471	Cinema Olympia de Alies Barros..900$00	2.000$00		
	Despesas Diversas			
1466	Pago a Antonio Leitão, pela despesa com a equipa de 2..80$00			
1468	Idem, idem, pelas despesas provenientes da fiscalização de [illegible]	630$00		
1502	Idem, idem, por várias despesas que fez a equipa de 2.....80$00			
1504	Pago a Luiz Duque de Alies, pelas despesas diversas que a equipa de propaganda ao Concelho [illegible] de Estrela) equipa de 2.....170$00			
	Pago por outras transportes.....[illegible]	1.357$40		
	Material e Diversos			
1501	Pago a J. Dantas & Cia., Lda., pelo fornecimento de ligantes e sulfatos [illegible]	3.000$00		
1503	Pago a Antonio [illegible]	130$00		
1505	Pago a Tabacaria de Carmelo, pelo fornecimento de [illegible]	300$00		
1506	Pago a J. L. Ferreira & Cia., Lda., pelo fornecimento de [illegible]	[illegible]		
		3.000$00	8.179$40	481.579$05

SECRETARIADO DA PROPAGANDA NACIONAL

Relação descriminada das despesas efectuadas no mês de [illegible] de 193 [illegible]

Número do recibo	Descriminação			Total por artigos
	Transporte.....			[illegible]
	[illegible]			
	[illegible]			
	[illegible]			
	[illegible]			
	Impressão.....	2.177$40		
	(Guarda-sol e Umbrellas)			
	Impressão.....	1.222$50		
1257	Pago à Empresa Eléctrica,Ldª.			
	pela fornecimento de vário			
	material.....865$00			
1274	Pago à Sociedade Comercial In-			
	ternacional, Ldª., pela fa-			
	bricação de 2 Estandartes			
	Bandeiras IPVA tela-sol. ver...360$00			
1288	Pago à Empresa Eléctrica,Ldª.,			
	pela montagem de instalação			
	eléctrica e fornecimento de 2			
	projectores e sinal Filamagem			
	de gases electrogenio forne-			
	cendo o material necessário...2.765$00			
1289	Pago à Empresa Tipográfica Dorta,			
	pela impressão de variedades			
	tipo Postagem, para a			
	Exposição 1940.Fl 1.V.39-40, fa			
	tura nº 8.....38.770$00	40.291$00		
	(Classe 4 comprimentos)			
1	Pago à Fabrica Gil Comercio, pe-			
	la fornecimento de :			
	800 litros gasolina..1.017$00			
	Transporte.....40$00			
	1.057$00			
	1A/4 gelo-clex.....138$00.....	1.195$00		
	(Impressos de Serviços)			
1276	Pago a Cientifil Olive.....700$00			
1278	" - Almira C.da Silva Soares..300$00			
1280	" - Palermino J.da Oliveira...880$00			
1281	" - Adalberto Leite.....400$00			
1282	" - Gilli Ristiano.....600$00			
1283	" - Liberto C. Lima.....360$00			
1284	" - Manuel J.Rodrigues.....800$00			
1289	" - Afonso Bernardino Pires...300$00	4.340$00		
	(Impressões de Material)			
1270	Pago a Adalberto Leite,por pe-			
	quenas despesas feitas na			
	Feira de 1.....706$00			
1271	Pago a Ourivio Relâmpe Gomes,por			
	fornecimento efectuado,materi-			
	ais electricos, vidraria,ma			
	de obra especial de Fitas.....468$70	1174$70		
		50.208$10		[illegible]

SECRETARIADO DA PROPAGANDA NACIONAL

Relação discriminada das despesas efectuadas no mês de [illegible] de 1935

Número do recibo	Discriminação			Total por artigos
	Transporte.....			600.877$50
	[illegible]			
	[illegible]			
	[illegible]			
	Transporte.....	00.000$00		
	[Aluguer de Filmes]			
1931	Pago a Sonoro Filme, Lda., alu-guer dos seguintes filmes :- Soto Lusito (colorido) de 4/11/30 a 6/11/1930.....2.000$00 Império do Inebrio (Mole-rido) de 29/11/30 a 10/11 de 1930.....2.000$00 Sumário 88.....850$00	5.850$00	55.300$50	
	[illegible]			
	[Despesas Diversas]			
1932	Pago pelo transporte de equipagem ci-nematográfica, deslocada da filma pa-ra a provincia e mais despesas com a rapariga do recibo nos postos de fis-cal e revisores	900$00		
	[Material e Pinacfilme]			
1933	Pago à Sociedade Comercial Pel-lipa Portuguesa, pela fornecimento de 1 diversos &ast Canto bruto.....800$00 Desconto.....160$00....640$00			
	Pago a Júlio Gomes Ferreira & Cia. Lda., pela fornecimento de 1 bateria e pilhas...2$50	642$50		
	[Pagamento de Impostos]			
1934	Pago a Imposto Público Predial..800$00			
1935	" " Real de Agua.....600$00			
1937	" " Selo Ass. de Alive.....800$00	2.100$00		
	[Reparações de Material]			
1936	Pago a Cooperativa Fotó, Lda., pela fornecimento de 2 projectores de aço e ca-pilha-las de tubular de ferro	2500	2.750$00	27.250$00
				630.877$50

[illegible] importa a soma de [illegible] CINCO CENTAVOS]

SECRETARIADO DA PROPAGANDA NACIONAL

Relação descriminada das despesas efectuadas no mês de [illegible] de 193[illegible]

Número de recibo	Descriminação	Total por artigos
	[illegible]	

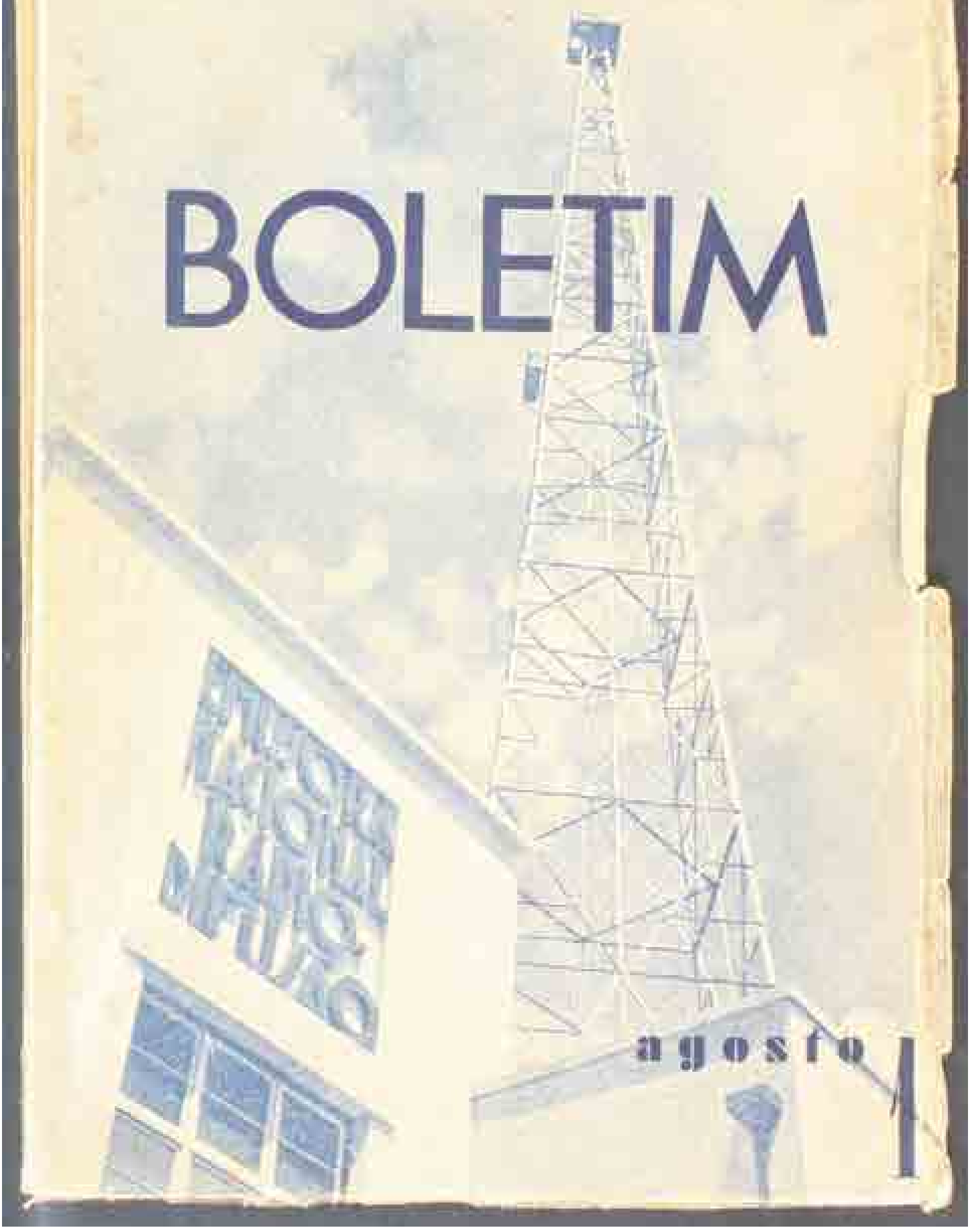
[illegible]

SECRETARIADO DA PROPAGANDA NACIONAL

Relação descriminada das despesas efectuadas no mês de [illegible] de 192[illegible]

Número do recibo	Descriminação	Total por artigos
	Secretário alugou do filme, uma película existente incompleta, e cinco exemplares de incentivo à difusão do mesmo filme em todas as polícias cinematográficas, com diversos motivos para esta empreitada e cabeça uma edição nova do mesmo filme com leí exibida sobre os diversos aspectos a propaganda portuguesa através da conferência do Sir. George Sewell, Director do Instituto Britânico em Portugal.	
	Secretariado da Propaganda Nacional, 8 de Março de 1939	
	Pelo Secretário	
	O Chefe de Serviços	
	[signature]	

BOLETIM



agosto

Empreza Electrica de Lisboa, Limitada
R. DE SANTA JUSTA, 97 e 99 / Telf. 2 7210

CASA ESPECIALISADA EM LUSTRES E CASTIÇAIS

SEMPRE AS MAIS RECENTES NOVIDADES

de VIENA BERLIM PARIS LONDRES

AO PUBLICO DE LISBOA
UM SERVIÇO QUE QUANTO MAIS VALE, MAIS BARATO É

Em **1901,** com cêrca de 2 mil telefones, uma instalação custava 15$00 ou £ 3.6.8
Em **1935,** até 31 de Dezembro, com mais de 20 mil telefones, uma instalação custa 200$00 ou £ 1.16.0

Muita gente não se lembra de que O VALOR DE UTILISAÇÃO do telefone, cresce dia a dia com os novos assinantes que entram para a rêde.
Ao reduzir de 50 % o custo da instalação, até 31 de Dezembro próximo, a Companhia sacrifica os seus próprios interêsses, PELA VALORISAÇÃO E AMPLIAÇÃO DA SUA REDE.

DIRIJA-SE A' ANGLO-PORTUGUESE TELEPHONE COMPANY LTD.
RUA NOVA DA TRINDADE, 43

AGOSTO DE 1935 NÚMERO

Boletim da Emissora Naciono

DIRECTOR
HENRIQUE GALVÃO

COMISSÃO DO BOLETIM

SILVA TAVARES
Redactor principal

ALVARO DE ANDRADE
Chefe da redacção

ALBINO FORJAZ DE SAMPAIO
Administrador e editor

EN
CANTANDO ESPALHAREI POR TODA A PARTE

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO:

ESTÚDIOS DA EMISSORA NACIONAL

Rua do Quelhas — **L i s b o a**

Condições de assinatura

Continente e ilhas adjacentes .	12 números	24$00
Africa Ocidental e Oriental . .	» »	37$00
India, Macau e Timôr	» »	42$00
Estranjeiro	» »	84$00

A v u l s o 2 $ 0 0

Composto e impresso na

EDITORIAL IMPÉRIO, LTD.

131 Rua do Salitre 133
Telefone 48276
L I S B O A

SUMÁRIO

- A ràdiodifusão — DUARTE PACHE
- A Emissora Nacional e o seu Boletim — HENRIQUE GALV
- A inauguração oficial da E. N. pelo Chefe do Estado
- A E. N. e a exaltação do Condestável
- Comemoração da Batalha de Aljubarrota — OLIVEIRA SALA
- Um ano de experiência ràdiofónica — AMÉRICO NOGU
- A ràdiofonia ao serviço do Estado — CRISTIANO DE SO
- A função do disco e a ràdiotelefonia — ANTÓNIO LOPES RIBE
- O continente etéreo — JOAQUIM LEI
- A nossa casa — GRACIETE BRA
- O significado nacional da Batalha de Aljubarrota — CAETANO BEI
- Os governadores civis e a inauguração da E. N.
- O rítmo na vida da mulher — OLIVA GUE
- O rico pão e o pão dos ricos — AUGUSTO D'ESA
- O Estado Novo e os fins da Nação — LEITE DU
- O que passou pelos nossos Estúdios
- Serviços do Exterior
- Estatística da Produção
- A Emissora e a Imprensa
- Reportagem fotografica — de RAIMUNDO VAIS
- Fotografias da capa e dos interiores de Barcarena — de F. S. CORD
- Ilustração artística — de TELES MACH



SUBSCRITORES

3 7 . 9 0 8 . 9 0 6

BEM SERV

OS QU
TRABAL
P

3 1 . 8 0

OS QUE
TRABALH
PA

BEM SERVI



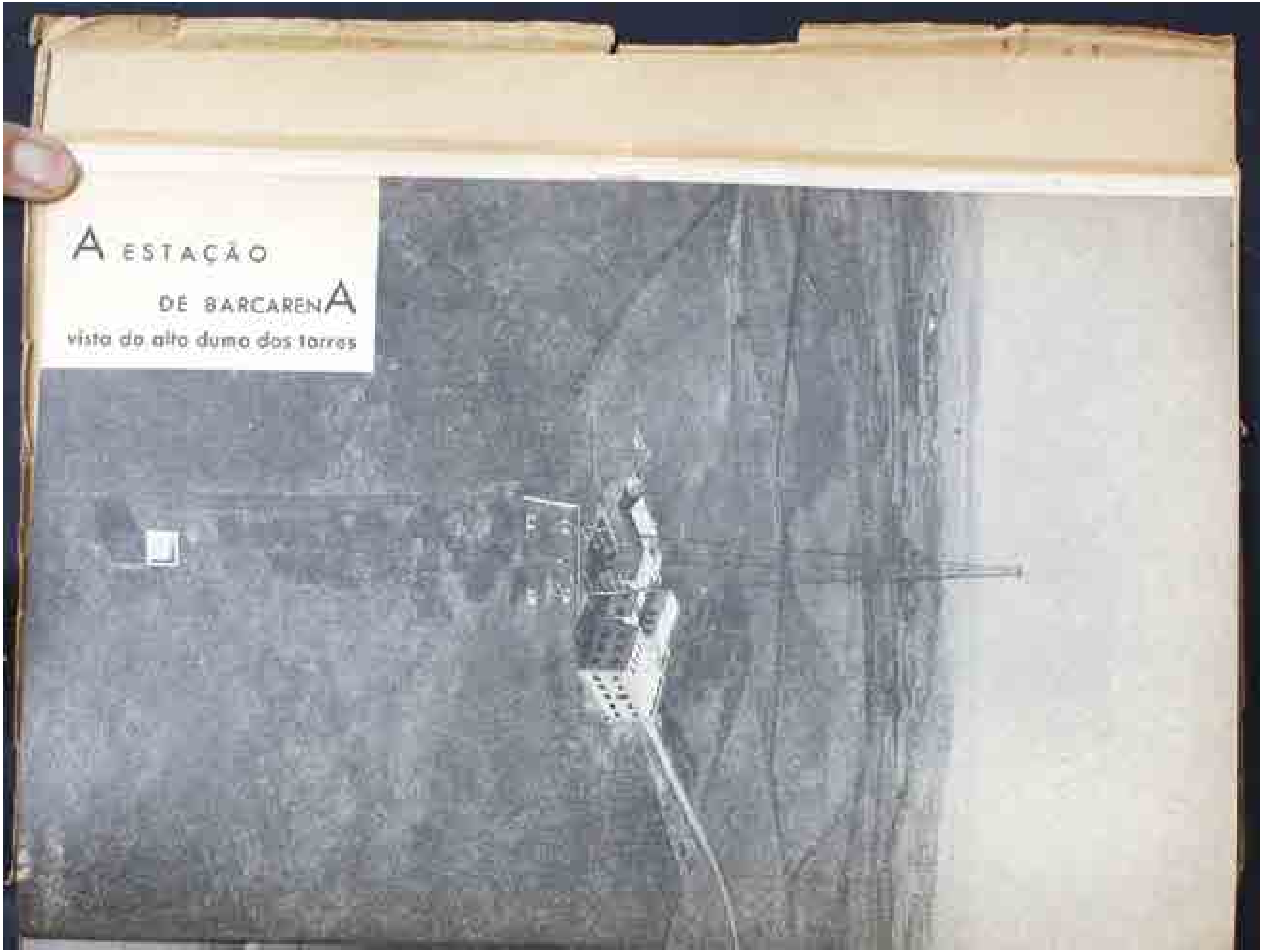




37.80

SUBSCRIT

A ESTAÇÃO
DE BARCARENA
vista do alto dumo dos torres





Engenheiro DUARTE PACHECO
Ministro das Obras Públicas e Comunicações

A RADIO

D I F U S Ã

Das grandes conquistas técnicas do nosso tempo, a ràdiodifusão foi talvez a que despertou maior interêsse e entusiasmo em todos os cantos do Mundo, e é certamente a mais apreciada pelo que encerra de maravilhoso e pelos benefícios e vantagens que a todos trouxe. A sua influên na vida dos povos e em todos os sectores sociais, ordem cultural e na ordem política, na ordem cial e na ordem espiritual e artística é, pres temente, vastíssima, e será cada vez maior pe seus aperfeiçoamentos e progressos incessantes.

Não podia o Govêrno deixar de ter em atenção um problema de tão elevado interêsse, e assim publicou, em 29 de Janeiro de 1930, o decreto n.º 17.899 sôbre comunicações ràdioeléctricas, definindo os princípios fundamentais regula res de tal matéria e providenciando sôbre aquisição e montagem de estações emissor

Adquiriu o Estado, pela Administração Ge dos Correios e Telégrafos, uma estação emisso de onda média de 20 kW e vai adquirir uma retransmissora para o Pôrto e uma estação de onda curta que permita levar a palavra lusíada a todos os portugueses espalhados pelo nosso vasto Império, pelo Brasil e pela América do Norte.

Importa agora — que os trabalhos de montagem da Emissora Nacional em onda média prosseguem com celeridade, tudo fazendo prever que a sua inauguração será feita em prazo não superior a seis meses — promover a organização dos serviços ràdioeléctricos e dos Estúdios da Emissora Nacional, em condições de não iludir as esperanças que todos põem na realização de tão importante melhoramento, assegurando a êsses serviços a autonomia exigida pela sua natureza especial e atribuíndo-lhes os meios financeiros indispensáveis.

É dessa organização que trata o presente diploma, que remodela o decreto n.º 17.899, introduzindo-lhe as modificações estritamente indispensáveis e completando-o.

Nêle se estabelece também o princípio da obrigatoriedade do pagamento de uma contribuïção por parte dos proprietários ou detentores de instalações ràdioeléctricas emissoras ou receptores, semelhantemente ao que se faz hoje em muitos outros países, para assim a Administração Geral dos Correios e Telégrafos poder fazer face às despesas resultantes da aquisição e instalação das estações emissoras e retransmissoras e sobretudo aos encargos permanentes da sua exploração.

As taxas serão fixadas no regulamento das estações ràdioeléctricas que vai ser publicado simultâneamente com êste decreto obedecendo ao critério da taxa única para tôdas as estações receptoras, a exemplo de vários países e em ordem a obter-se uma maior facilidade de cobrança e comodidade dos seus possuïdores e variando directamente com a potência da instalação para as estações emissoras.

Aproveita o Govêrno a oportunidade para tomar medidas tendentes a proteger as recepções ràdiofónicas das perturbações causadas pelas radiações das oscilações eléctricas que o funcionamento de aparelhos eléctricos ou seus acessórios produz — e que afectam de modo tão sensível a sonoridade e condições de funcionamento e até as próprias qualidades amplificadoras e o rendimento das instalações — estabelecendo a obrigatoriedade de tal aparelhagem ser provida dos dispositivos especiais adequados que a técnica aconselha.

Engenheiro DUARTE PACHECO
Ministro das Obras Públicas e Comunicações

(Introdução do decreto-lei n.º 22.783 que remodelou os Serviços de ràdiotelegrafia, ràdiotelefonia, ràdiodifusão e ràdiotelevisão)

A EMISSORA NACIONAL e o seu Boletim

PALAVRAS leva-as o vento — diz a velha sabedoria popular.

No nosso caso poderiamos dizer: palavras levam-nas as ondas.

E porque assim é, de facto, estavam as palavras faladas através do microfone da Emissora Nacional condenadas à vida efémera que lhes concedessem ouvidos distraídos e memórias frágeis — tais como são os ouvidos e as memórias da gente do século XX.

E êsse é o melhor dos destinos quando as palavras são apenas pa vras — mas já o não é quando as palavras vestem idéias e conceitos d são de fixar, ou pensamentos que são de meditar, ou ensinamentos que de colher.

Há numerosas palestras que têm figurado nos programas da Em sora Nacional, que foram lançadas para o ar mas que, realmente, não r recem perder-se no ar onde tudo se confunde e muitas coisas se perde há factos e acontecimentos ligados à actividade da Emissora que pert cem ao prestígio da Nação e que convém arquivar; há informações a pr tar; há elementos de estudo a pôr à disposição duma massa de ràdiófi cada vez mais numerosa; há, finalmente, um trabalho de propaganda a r lizar que precisa escolher todos os meios úteis de expansão.

E dali a idéa de criar na Emissora Nacional um Boletim mensal q distribuído a baixo preço, completasse dalguma forma — ou antes, casse, na linguagem escrita — a acção ràdiofónica da Emissora.

Inaugurado o estabelecimento em 1 de Agosto, o Boletim aparece c o princípio da vida oficial da Emissora — referido a Agosto também seu primeiro número.

Através das suas secções encontrarão os ràdiófilos, a quem a v da Emissora interessa, não só os assuntos que mais os prenderam co também elementos de crítica mais sérios, mais seguros, mais insuspei do que aqueles que se forjam leviana ou maldosamente nas mesas dos ca

Em resumo: O Boletim da Emissora procurará ser o documentário vida e da actividade da Emissora.

Não têm sido cómodos nem fáceis êstes primeiros meses de vida ofi do estabelecimento.

Internamente, as dificuldades duma reorganização rápida que ràpi

mente puzesse termo às hesitações e erros naturais num período de experiências. Exteriormente, uma população de ràdiófilos impaciente, com critérios e predilecções variadíssimos — e uma minoria insignificante de interêsses feridos pela ordem, que desejaria egoïstamente a desordem de que eram os únicos beneficiados.

Todavia, acima de interêsses, predilecções, tendências, há um bom senso comum e o respeito pelos direitos de todos.

A maioria tem compreendido que estamos trabalhando dentro do bom senso e para a utilidade de todos, E' quanto basta para opôr à verrina dum crítico que fala em nome de interêsses pessoais feridos ou dum «clan» onde se filiaram certos descontentes suspeitos.

Por isso mesmo a infeliz e quási inaudível campanha de meia dúzia vai esmorecendo e cansando, sem que seja necessário descer a explicá-la.

Passemos adiante.

A Emissora Nacional tem uma missão a cumprir — e cumpri-la superiormente impõe-lhe que siga directrizes seguras, firmemente traçadas, que só do Govêrno pode e deve receber, e que procure manter-se objectivamente no rumo de interêsses verdadeiramente nacionais.

E' isso que vem fazendo — é isso que procurará fazer.

Nos seus dois meses escassos de acção realizou:

a) — A organização dos serviços internos: definição da sua autonomia administrativa; fixação de quadros de pessoal; atribuïções dos vários serviços; regras de trabalho e administração; constituïção e funcionamento das comissões de programas; criação dos serviços de contabilidade e tesouraria.
b) — A organização do seu orçamento privativo.
c) — A montagem da rêde telefónica.
d) — Mobilou as salas que ainda se encontravam desguarnecidas e melhorou as condições técnicas dos estúdios.
e) — Adquiriu o material de trabalho indispensável para a Secretaria e Serviços de Produção.
f) — Montou e organizou a biblioteca.
g) — Organizou e montou uma nova discoteca.
h) — Instalou alto-falantes em todo o edifício.
i) — Inaugurou o estabelecimento.
j) — Organizou em novos moldes três agrupamentos orquestrais: a Orquestra Sinfónica; a Orquestra Portuguesa; a Orquestra de Salão — com os elementos necessários para se constituïrem orquestras de câmara e outros agrupamentos, sempre que as disponibilidades financeiras o permitam.
k) — Organizou concertos por bandas militares do Exército, Marinha e Guarda Republicana.
l) — Criou uma sub-secção feminina.
m) — Criou mais uma emissão infantil.
n) — Aumentou de duas horas o tempo diário de emissão.
o) — Criou o serviço directo de reportagem e os serviços do Exterior.
p) — Criou o Boletim mensal da Emissora Nacional.
q) — Criou as emissões de music - hall.
r) — Adquiriu numerosas partituras e dois mil discos, dos quais % de música de concerto.
s) — Iniciou os trabalhos para a próxima instalação de alto - falan públicos no Rossio e no Jardim da Estrêla (emissões infanti
t) — Adquiriu um gravador de discos.
u) — Adquiriu uma camioneta sonora para serviços de reportag
v) — Comprou instrumentos de música que faltavam na orquestra, valor de cem mil escudos.
x) — Organizou os arquivos de música e discos.
y) — Deu dois concertos públicos gratuitos no Teatro Nacional e ruinas do Mosteiro do Carmo.

Compreende-se por que razão lhe faltou o tempo para prestar aten às campanhas que se fizeram... talvez porque se fez tudo isto!

Como plano, que se executará com o mesmo ritmo e cujo cumprim to é garantido pela obra que já se realizou, estão em organização ou p vistos para ser organizados os seguintes trabalhos:

a) — Estabelecimento duma colaboração íntima e activa com o Se tariado de Propaganda Nacional e com a União Nacional.
b) — Instalação de alto-falantes nas fábricas e oficinas.
c) — Organização de palestras para estudantes sob a orientação Ministério da Instrução Pública.
d) — Abertura de concursos de música portuguesa, poesia portug sa e de bandas.
e) — Concursos entre organizações musicais populares.
f) — Concêrtos públicos pela Orquestra Sinfónica e pela Orques Portuguesa.
g) — Concêrtos de música de câmara sob a regência do maestro Pe de Freitas Branco.
h) — Instalação da nova estação emissora de ondas curtas.
i) — Aumento de potência da actual estação de ondas médias.
j) — Instalação das estações retransmissoras do Norte e Sul.
k) — Organização duma série de palestras de arte.
l) — Organização de palestras para operários.
m) — Organização do orfeão da Emissora Nacional.
n) — Estabelecimento duma colaboração íntima com a Sociedade Concêrtos.
o) — Organização de espectáculos de ópera.

Isto quere dizer que não temos estado em repouso e que sabemos o queremos fazer.

E' a satisfação e a resposta a dar a todos aqueles que sinceramente interessam pelos destinos da Emissora Nacional, aqueles que desejam ela seja um instrumento de nacionalização, cultura e recreio espiritua alguns milhões de portugueses que não pertencem a grupos ou classe que pertencem à Nação.

Vai longo o introito mas não quero encerrá-lo sem tratar ainda do assunto «programas».

Como disse S. Ex.ª o Presidente da Rèpública, no discurso que pronunciou no dia da inauguração da Emissora — *não se pode agradar a todos.*

De facto, como regra quási geral, cada um desejaria encontrar nos programas da Emissora a satisfação completa das suas predilecções pessoais.

A Emissora não se criou para servir um ou meia dúzia.

E daí a necessidade de aproximar-se, nos seus programas, de forma que possa corresponder à utilidade e prazer todos considerados em média.

Os de bom senso compreenderão — os outros nunca compreendem.

Os estudos que temos feito continuamente, a experiência colhida, o limite de possibilidades, a observação dos alvitres recebidos, são circunstâncias que têm intervindo na elaboração dos nossos programas. Convencidos de que estamos ainda longe do bom, julgamos ter atingido o razoável.

E, para evitar mais longos arrazoados, cotejemos um dos nossos programas — que mais ou menos corresponde ao esquema actual — com os programas do mesmo dia em várias emissões estrangeiras:

SEGUNDA - FEIRA, 26 DE AGOSTO

AMSTERDÃO (Holanda)

7.40 — Sinal horário. — Discos.
8.40 — Música ligeira pela orquestra de Carel Alberts.
9.40 — Sinal horário. — Culto religioso.
9.55 — Discos.
10.10 — Continuação do concêrto de música ligeira.
10.40 — Concêrto de órgão e recital de canto.
11.40 — Sinal horário. — Música ligeira pela orquestra «Scala». (Nos intervalos, discos).
13.40 — Música de câmara por um trio.
14.55 — Música ligeira pela orquestra de Kovacs Lajos.
15.40 — Interrupção da emissão.
15.55 — Discos.
16.10 — Palestra sôbre música gravada. (Exemplificações com discos).
17.10 — Música ligeira pela orquestra de Kovacs Lajos.
17.40 — Concêrto por uma banda militar.
18.10 — Discos.
18.40 — Interrupção da emissão.
18.45 — Melodias de óperas por alguns artistas da Ópera Italiana, acompanhados pela orquestra da estação.
19.40 — Discos. — Sinal horário. — Noticiário.
19.45 — Continuação de melodias de óperas.
20.30 — Distracção ràdiofónica. (Discos).
20.50 — Discos.
21.40 — Fantasia teatral ràdiofónica.
21.55 — Música de dança. (Discos).
22.40 — Noticiário.
22.50 — Discos.
23.40 — Fecho da estação.

BUDAPESTE (Hungria)

6.45 — Gimnástica. — Discos.
10.00 — Noticiário.
10.20 — Palestra.
10.45 — Palestra.
11.10 — Serviço hidrògráfico.
12.00 — Carrilhão.
12.05 — Recital de canto.
12.30 — Noticiário.
13.20 — Sinal horário.
13.30 — Concêrto pela orquestra Setét.
14.40 — Cotações.
16.10 — A meia hora dos estudantes.
16.45 — Sinal horário.
17.00 — Palestra.
17.30 — Concêrto pela orquestra tzigana Jóska Farkas.
17.45 — Palestra.
18.30 — «O conflito italo-abissinio», palestra.
19.15 — Transmissão da ópera «Falstaff», de Verdi.
20.35 — Algumas palavras sôbre a mesma ópera.
21.50 — Noticiário.
22.00 — Orquestra jazz.
23.00 — Discos.
24.05 — Noticiário. — Fecho da estação.

OSLO (Noruega)

17.00 — Concêrto de música ligeira.
18.00 — Palestra.
18.30 — Concêrto de acordeon.
18.55 — Noticiário.
19.00 — Publicidade.
19.15 — Previsões meteorológicas e outras informações.
19.30 — Sinal horário. — Palestra agrícola.
20.00 — Concêrto de solistas.
21.10 — Revista da política internacional.
21.40 — Previsões meteorológicas.
21.45 — Noticiário.
22.00 — Palestra sôbre actualidades.
22.15 — Music-hall com discos.
23.00 — Fecho da estação.

LISBOA (Emissora Nacional)

12.00 — Música popular portuguesa, alternada com música espanhola. (Dis
12.30 — Noticiário.
12.35 — Música de concêrto e solos de canto. (Discos).
13.00 — Palestra.
13.10 — Música ligeira (discos).
13.30 — «Estado Novo» (informação política).
13.35 — Música de dança (discos).
14.00 — Interrupção da emissão.
17.00 — Música clássica (discos).
17.40 — Consultório técnico.
17.45 — Música ligeira (discos).
18.20 — Sumário do «Diário do Govêrno».
18.25 — Música portuguesa (discos).
19.00 — Música variada (discos).

19.55 — Noticiário.
20.00 — Música de concêrto.
20.50 — Palestra.
21.00 — Recital de canto.
21.30 — Efemérides.
21.35 — Música portuguesa. (Discos).
22.00 — «Balada Nova» (Informação política).
22.05 — Concêrto pela Grande Orquestra Sinfónica sob a regência do maestro Pedro de Freitas Branco.
22.45 — Noticiário.
22.50 — Continuação do concêrto.
23.30 — Música de dança. (Discos).
24.00 — Fecho da estação.

No programa de Amsterdão notam-se dois pormenores interessantes: — 1.º, que a emissão principia às 7.40 (particularidade que, no entanto, para Portugal não teria grande interêsse); 2.º, que a emissão é quási tôda ela composta de música viva. Há, porém, que atender a outro pormenor mais curioso: — o de nos aparecer no programa uma única vez citada a orquestra da estação, sendo o resto dos concêrtos realizados por orquestras estranhas ao organismo. Se Portugal dispusesse dos recursos artísticos da capital da Holanda, poderia também fazer o mesmo, contratando êste ou aquele agrupamento, consoante as exigências do programa. Quanto aos que falam das nossas palestras durarem, por vezes, um quarto de hora, reparem no que por lá se passa: — das 16.10 às 17.10, palestra s/ músicas gravada, isto é, — uma hora de conversa... Merece também reparo o facto de, em 18 horas de emissão, nos aparecerem apenas no programa três vezes música séria: às 10.40 concêrto de órgão e recital de canto; às 13.40 música de câmara por um trio e, às 18.45, melodias de óperas por artistas da Ópera italiana, acompanhados pela orquestra da estação. Portugal, numa emissão de 10 horas apenas, apresenta música séria cinco vezes: — às 12.35 músicas de concêrto e solos de canto; às 17.00 música clássica; às 20.00 música de concêrto; às 21.00 recital de canto e, às 22.05, concêrto pela grande orquestra sinfónica.

No programa de Budapeste, com uma duração de perto de 17 horas, a ginástica e as palestras sucedem-se, sem serem amenizadas por música, das 6.45 ao meio-dia... A respeito de música séria também só nos aparece no programa duas vezes: — às 12.05 recital de canto e, às 19.15, transmissão da ópera «Falstaff». Nós, em 10 horas de emissão, damos duas; êles, em perto de 17, dão cinco e variadíssimo noticiário.

Quanto ao programa de Oslo, nem vale a pena fazer confrontos.

Fàcilmente se verifica que é muito mais variado o programa da Emissora Nacional que qualquer dos outros três que apresentamos. Enferma, é claro, da música gravada... Mas onde estão em Portugal os organismos ou agrupamentos musicais que possam substituí-la? O que há está dentro da Emissora Nacional e não pode tocar a tôdas as horas nem mais que uma vez por dia porque, infelizmente, nem material existe para ensaiar. E então a respeito da música portuguesa, é melhor não falar nisso...

HENRIQUE GALVÃO



A Estação Emissora de Barcarena

A inauguração oficial da E. N. pelo Chefe do Estado

COM a visita de S. Ex.ª o Presidente da Rèpublica — que se fazia acompanhar dos srs. Ministros do Interior, Justiça, Instrução e Obras Públicas — inaugurou, oficialmente, os seus serviços, no dia 4 de Agosto, a Emissora Nacional. Depois de receber os cumprimentos da Comissão Administrativa, composta dos srs. capitão Henrique Galvão, presidente, engenheiro Manuel Bivar, vogal técnico e dr. Pires Cardoso, vogal comercialista, e de todos os presentes, entre os quais se contavam os srs. general Daniel de Sousa, presidente da Comissão Executiva da Câmara Municipal de Lisboa, almirante Saavedra Machado, chefe do Estado Maior Naval, engenheiro Santos Pedroso, presidente da Junta Geral do Distrito, coronel Arrobas Machado, chefe do Estado Maior do Govêrno Militar, engenheiro Vaz Pinto, administrador-adjunto dos Correios e Telégrafos, tenente-coronel Esmeraldo de Carvalhais, major Eduardo Rodrigues de Carvalho, capitão Jorge Botelho Moniz, director do Pôsto Emissor do Rádio Club Português, capitão Maia Loureiro, director da Policia de Transito, Barreto da Cruz, comandante Freitas de Bivar, director dos Serviços Rádiotelegráficos da Marinha, de todos os elementos do pessoal superior da Emissora Nacional, engenheiros Cunha d'Eça, Amaro Vieira e srs. Silva Tavares, dr. Izidro Aranha, Augusto de Santa Rita, Carlos Queiroz, Mota Pereira e Carlos Ribeiro —o sr. general Carmona que havia chegado ao edificio do Quelhas acompanhado dos srs. general Hamilcar Mota, chefe da Casa Militar da Presidência e capitão Silva Costa, percorreu tôdas as dependências da Estação Emissora, ao mesmo tempo que pe microfone se anunciava o facto todo o país. A visita começ pelas instalações da Divisão d Serviços Administrativos, a car do sr. dr. Pires Cardoso, depo pelo gabinete do presidente Comissão Administrativa, sr. c pitão Henrique Galvão e ain pela Secretaria Geral. Passo em seguida, pelo Estudio C, des nado a palestras e conferências pelo Estudio B, de pequen orquestras, solistas, etc. No E tudio A, no qual existe u tribuna com 24 lugares, foi o general Carmona recebido ao som da «Portuguesa», executada por uma questra da Emissora, sob a direcção do violinista Lamy Reis. No segun andar, o Chefe do Estado visitou as instalações da Divisão dos Serviços Produção — dirigida pelo sr. Silva Tavares — percorrendo tôdas as su dependências, a saber: Biblioteca e Arquivo, a cargo do sr. Albino For de Sampaio; Secção Músical, a cargo do sr. Mota Pereira; Secção de C tura Geral, a cargo do sr. Carlos Queiroz e Secretaria dos Serviços Produção, de que é adjunto o sr. Augusto de Santa Rita. O sr. general Ca mona interessou-se sobremaneira pela forma como são organizados os programas, colhendo pormenorizadas informações sôbre o sistema de trabalho seguido na sua elaboração, depois do que felicitou vivamente os seus dirigentes. A seguir, esteve na tribuna do Estúdio A, acima referida, descendo de novo ao mesmo Estúdio, onde o sr. capitão Henrique Galvão pronunciou o seguinte discurso, que foi ràdiodifundido :



O sr. general Carmona falando ao microfone

Sr. Presidente da Rèpública: — *Dignou-se V. Ex.ª visitar, durante esta semana inaugural de trabalhos, a Emissora Nacional de Ràdiodifusão. Tamanha honra interpretamo-la nós como mais uma manifestação daquêle interêsse nunca desmentido que V. Ex.ª tão patrióticamente dispensa ás*

actividades e organizações que servem a Nação. Tamanha honra impõe que as minhas primeiras palavras sejam de efusivo agradecimento e de vibrante saudação — agradecimentos que envolvem não só o homem ilustre que nos visita, mas também o Chefe do Estado e grande português sob cuja direcção suprema Portugal tem conhecido as horas mais luminosas dos últimos cem anos.

Cumpre-me saudar igualmente, na figura notabilissima do sr. Presidente do Conselho, o Govêrno da Nação e agradecer a V. Ex.as srs. Ministros a honra que concederam à Emissora Nacional, acompanhando S. Ex.a o Presidente da República na sua visita.

Tem êste estabelecimento uma grande missão a cumprir: instrumento político de largo alcance, centro de distribuição de certos elementos de cultura importante, agente de recreio espiritual para o povo e para as castas de escol, mecanismo de expansão no mundo de idéas e ideais portugueses — não pode deixar de ser, ao serviço da Nação, um organismo de alta importância, cuja actividade merece as maiores atenções.

Inaugurando-se oficialmente começa a desempenhar a sua missão — que é necessário que se cumpra com aquela ordem e serenidade, aquêle método e segurança que têm caracterizado a vida e a actividade das mais notáveis realizações do Estado Novo. Para a cumprir sem precipitações perigosas, alheio a paixões doentias ou interessadas, com claro espírito de finalidade tem na vida organizada da Nação, sob todos os pontos de vista, exemplos sãos em que se apoiar e resultados brilhantes para lhe servirem de estimulo.

Isto quere dizer que é propósito de quem nesta casa serve e trabalha cumprir, acima de quaisquer movimentos que a impaciência das pessoas provoque desordenadamente, a missão que lhe foi ditada por uma política da Nação, para bem da Nação e com os olhos postos na Nação.

E' a resposta que devemos dar à confiança com que S. Ex.a o Ministro das Obras Públicas nos honrou, ao entregar-nos a direcção desta casa e ao estabelecer as directrizes da sua acção.

Não são ainda completos os elementos de trabalho da Emissora Nacional. Dotada duma estação de ondas médias que presta, no seu rendimento máximo, os serviços que razoàvelmente dela se podem exigir, tem ainda na ordem puramente material um programa de realizações a cumprir. Êsse programa está estudado — e mais do que estudado: está em marcha. S. Ex.a o Ministro das Obras Públicas cuida interessadamente da montagem da estação de ondas curtas que estabelecerá o contacto íntimo entre a Metrópole e o Império Colonial, não sendo ousado supôr que esteja em plena laboração dentro de um ano. Completa o programa material de realizações o aumento de potência da actual estação e o estabelecimento de duas estações retransmissoras no norte e no sul do País.

Paralelamente a êste trabalho material, que dispõe dos elementos necessários para se desenvolver com segurança e método — até que a Emissora possamos exigir um rendimento máximo, outro vasto programa de cultura, de expansão política, de recreio espiritual, de assistência técnica e moral há que cumprir — e que evidentemente, nós ou outros, cumprirão fielmente.

E quando se tiver cumprido esta casa será a emissora do espírito português através do mundo português, que se contém nas fronteiras dos quatro continentes, em terra portuguesa, e se expande ainda por colónias interessantissimas de povoamento de países estrangeiros. Nos confins de Angola e Moçambique, nas montanhas distantes de Timor, no Brasil, na América do Norte — em todo o vasto mundo que a expansão portuguesa alcança, a lingua, a cultura, o espírito de Portugal chegarão, fácil e continuamente, como uma fôrça agregadora, unindo a Nação, formando, na ordem espiritual e moral, a unidade do Império, objectivo superior da nossa politica nacionalista.

Não se trata duma utopia nem dum sonho distante. E' uma realidade em marcha que pode estar plenamente desenvolvida dentro de dez anos.

E como vivemos felizmente num período em que as palavras deixam de ser pretextos vistosos para nada se fazer para se transformarem em complementos de acção realizadora — podemos concluir que a acção que até aqui nos trouxe, com o mesmo ritmo, a mesma fé, e a mesma ordem, nos levará até ao fim — até onde Portugal precisa dela.

São estas as palavras que nesta solenidade, tão desvanecedora para quantos aqui trabalham, eu entendi que devia dizer perante V. Ex.a Sr. Presidente da Rèpública — porque julgo que são elas as que mais prontamente ouviria um alto espirito de português como o de V. Ex.a. Em resumo: Emissora Nacional, realização do Estado Novo é hoje, como mais um soldado que se alista, uma fôrça ao serviço do Estado Novo.

Depois de ter falado o sr. capitão Henrique Galvão, o sr. general Carmona aproximou-se do microfone. Disse ter ouvido com muita atenção e prazer as palavras do sr. Presidente da Comissão Administrativa da E. N., principalmente por se ir efectuar a ligação da Metropole com os nossos domínios coloniais. Afirmou que essa ligação é indispensável, pois tem um grande alcance social e nacional e acrescentou:

—E' necessário que isto se faça para que desapareça o afastamento e a distância a que se encontram de nós as colónias.

Prosseguindo o Chefe do Estado declarou ainda que a visita às instalações da Emissora lhe haviam deixado óptima impressão. Manifestou, por isso, a todos quantos colaboram naquela grande obra, o seu conten-



O sr. capitão Henrique Galvão, presidente da Comissão Administrativa da E. N., lendo o seu discurso.



O Chefe do Estado, membros do govêrno e elemento oficial, no terraço da Estação de Barcarena

mento, mas a sua admiração ia, principalmente, para o sr. Ministro das Obras Públicas, a quem o prendiam muita amizade e reconhecimento. A missão do sr. capitão Henrique Galvão ia ser difícil, porque não é possível agradar a todos e as opiniões são muito divirgentes quanto ao modo como a Emissora deve cumprir a sua finalidade. Confiava, porém, que a tenacidade e o talento do sr. capitão Henrique Galvão haviam de conseguir tornar a Emissora uma obra verdadeiramente patriótica e verdadeiramente nacionalista.

A orquestra executou, novamente, o hino nacional.

Seguiu-se, ainda, a visita ao terraço do edificio, de onde se avista um lindo panorama da cidade, e à sala do «contrôle», no rez-do-chão, depois do que os visitantes se retiraram, dirigindo-se para Barcarena, onde está situada a Estação Emissora. O Chefe do Estado foi recebido pelo pessoal que ali presta serviço, à frente do qual se encontra o sr. eng.º Francisco da Cunha d'Eça. A visita princípiou pela sala onde chegam as correntes eléctricas a dez mil «wolts», que acciona tôdas as máquinas, ventiladores e bombas. Passou depois à sala das máquinas, com tôdas as unidades em duplicado; à sala dos ventiladores, à estação de «contrôle» e amplificação, onde se encontram o cabo de sons e as linhas telefónicas da Emissora do Quelhas, e, por último à sala do emissor, onde se gera a alta freqüência e se realiza a modulação, e que serve simultâneamente de sala do comando. Depois de tudo ter percorrido, Sua Ex.ª o Presidente da Rèpública, sempre acompanhado do elemento oficial e dos restantes convidados, esteve no terraço admirando as duas enormes tôrres.

Antes de saír, apresentou as suas despedidas à Comissão Administrativa da Emissora e ao seu pessoal superior, tendo cumprimentado, efusivamente o sr. capitão Henrique Galvão, a quem se confessou bem impressionado por tudo quanto tinha visto. E, assim, se inauguraram, oficialmente os Serviços da Emissora Nacional, que há quinze meses vinha funcionando a título experimental, não obstante, mesmo durante êsse período, não se ter poupado a esforços para bem servir a Nação.



Os anacronismos do progresso:
Um modernissimo aparelho de radiofonia sobre os tumulos e lapides seculares do Museu do Carmo

A E. N. E A EXALTAÇÃO DO CONDESTÀVEL

A Emissora Nacional tomou a iniciativa de organizar uma sessão comemorativa do 1 de Agosto—A Exaltação do Condestável — nas ruinas do Convento do Carmo, de harmonia com o programa elaborado pela União Nacional.

Assistiram: Sua Ex.ª o Presidente da Réppublica e os srs. Ministros da Instrução, Colónias, Guerra e Sub-Secretário das Corporações e dr. Carneiro de Mesquita, como representante do Senhor Cardial Patriarca. Em lugares de honra viam-se, ainda, entre outros os srs. general Hamilcar Mota coronel Cameira, chefe do Estado Maior, coronel Arrobas Machado, major Santos Pedroso, presidente da Junta Geral do Distrito, major Rodrigues de Carvalho, dr. Tomás de Gamboa, dr. Pinto de Lemos, secretário do Ministro da Instrução, engenheiro José Luiz Supico, dr. Artur Bivar, tenente-coronel Costa Veiga, tenente-coronel Esmeraldo de Carvalhais, tenente-coronel Pestana Lopes, comandante Quirino da Fonseca, dr. Mário Cais Esteves, Monsenhor Ruas, etc.

O velho Mosteiro oferecia um soberbo aspecto, iluminado exteriormente por poderosos focos eléctricos. Depois da transmissão do tema de clarins da Escola Prática de Infantaria e dos carrilhões de Mafra, o poeta Silva Tavares leu algumas das mais vibrantes estrofes dos «Lusíadas», alusivas a Aljubarrota. Em seguida, o sr. dr. Carneiro Pacheco leu um discurso sôbre o significado patriótico daquela batalha, rememorando o feito glorioso. A Grande Orquestra Sinfónica da E. N. executou, então, sob a regência do maestro Pedro de Freitas Branco, a «Marcha Triunfal» de Grieg. Depois, o locutor da Emissora, sr. Fernando Pessa, leu a mensagem que Sua Ex.ª o Presidente do Conselho, sr. dr. Oliveira Salazar, dirigiu ao país, e que a seguir se publica na íntegra. A fechar a sessão, e depois da orquestra ter executado mais alguns numeros do programa, o reverendo Moreira das Neves leu uma oração que intitulou «Frei Nuno de Santa Maria».

enterrado em vida no Convento do Carmo, na dura estamenha de frade, quando depois de Ceuta lhe pareceu já não ser necessária a espada para defesa da Pátria, mas disposto de novo a vestir as armas se el-rei de Castela alguma vez tentasse invadir Portugal.

■

Por êstes motivos os sítios de Aljubarrota e a Batalha devem ser os lugares dentre todos eleitos para as grandes peregrinações patrióticas, e eu quizéra que no próximo ano ali acorressem de todos os cantos de Portugal milhares, centos de milhar dos portugueses de hoje, sobretudo a juventude, para vivificar e robustecer ao calor dum passado heroico a sua devoção patriótica. E, visitados os campos da luta, entrariam devotadamente na igreja do Convento da Batalha que, ao contrário da do Escurial de Filipe II, lúgubre e apropriada para as exéquias dum grande rei, é clara e triunfal, como se não fôsse feita para a oração de todos os dias, mas apenas para o solene Te-Deum das grandes e magnificas vitórias.

Nunca passo ali, mesmo apertado pela estreiteza do tempo, que não me sinta obrigado a parar, e entrar, e pisando a campa rasa do guerreiro que salvou a vida do Rei de Boa Memória e parece ainda guardá-lo na morte, penetrar comovido na capela do Fundador. Aí se encontram os restos mortais de D. João I e da raínha D. Filipa de Lencastre, e à roda a «ínclita geração de altos infantes»; ali repousam os que consolidaram a independência de Portugal e assentaram as bases da sua grandeza futura.



O L I V E I R A S A L A Z A R

U M A N O

D E

EXPERIÊNCIA

RÀDIOFÓNICA

HA' alguns meses, numa das 18 crónicas em que tentei, inglóriam a êste microfone, analisar a complexa psicologia do *auditor* r fónico, disse o que lhes peço licença para repetir:

— «O aparelho de Rádio é uma espécie de cabeça de turco ou expiatório das nossas contrariedades e azedumes. O aparelho de R é como quem diz: as estações emissoras ou, mais correcta e especi mente, os seus dirigentes, — cujas insónias há dias adivinhou o h no estado de espírito que uma convalescença me deu; insónias preenc pelo amargo desgosto de não poderem uma única vez, durante uma emissão, um único programa, um minuto apenas, satisfazer ao mesmo po o gôsto de todos os auditores».

E, mais adiante, afirmei o seguinte:

— «Mas isto, (é justo que se diga), não constitui um fenómen clusivamente português. O descontentamento de Sua Excelência ditor é universal. Os franceses dizem — e escrevem — qu piores postos emissores de todo o Mundo são os postos francese enquanto nós sentimos o desejo de afirmar (quando não o afirmam que os piores postos emissores do Mundo são os nossos, há lá fora, trangeiro, quem faça, em revistas da especialidade, afirmações como — «Ponhamos os olhos e os ouvidos nas emissoras portuguesas, que j demos aprender alguma coisa com elas».

Exageram os franceses, quando consideram tão maus os seus viços rádiofónicos? Exageramos nós, quando fazemos o mesmo? Exag aqueles que apontam como exemplares as emissoras portuguesas? — geram todos, e nós mais que ninguém, por nos faltar o *sentido da da que, não exclui a grandeza de vistas*, — para citar um caracteristic rismo do povo que no mais alto grau possui esta virtude.

Um tal fenómeno é possível, dizia eu na citada crónica, porque a Humanidade ainda não estava preparada para esta maravilhosa descoberta.

A Ràdiotelefonia é um prodígio prematuro. Daí, a incerteza, a falta de objectividade, a desorientação do espírito crítico, o doentio egoísmo e como principal conseqüência de tudo isto, a quási constante e absurda irritabilidade que se observa na maioria dos auditores ràdiofónicos.

Vistam a uma criança, antes do tempo próprio, umas calças compridas. Começará por sentir-se vaidosa e contente consigo, por se julgar um homem. Mas os factos, a própria natureza, desatam a provar-lhe o contrário: que não deixa de ser uma criança, a-pesar-de vestir calças compridas. Que acontece, então? — O garoto principia a sentir-se mal, a irritar-se freqüentemente, sem saber porquê: Consigo? Com os seus companheiros que ainda usam calções? Com as próprias calças? — Não sabe ao certo, nem nunca o saberá! Apenas sente que as calças lhe agradam e o desgostam ao mesmo tempo, e está quási a sentir, (um pouco mais de atenção em si, e senti-lo-ia), que os pais não deviam ter-lhe vestido tão cêdo aquelas calças compridas...

Quando esbocei esta ligeira e intuïtiva teoria, já a Emissora Nacional contava perto de dez meses de experiência ràdiofónica. Durante êsse período, e enquanto não deixavam de cair diàriamente sôbre ela as mais várias, contraditórias e desconcertantes reclamações, fez tudo quanto foi humanamente possível para cumprir os seus deveres:—*Deveres*, no plural, e de tal modo complexos, que só a sua discriminação chegaria para preencher o dôbro do tempo que me foi destinado nêste programa.

Cotejar a qualidade e extensão dos serviços que tem prestado com as de um pôsto emissor como a B. C. C. de Londres, seria deminuí-la injustamente e deshumanamente maltratar-nos.

Todos sabemos porquê: Num país onde existe, por exemplo, com uma ininterrupta tradição secular, *magnífico* teatro, não admira que exista *bom* teatro ràdiofónico. Quanto a corpos musicais organizados, não vale a pena enumerar quantos possui êsse país, mas é oportuno lembrar que não tinhamos, sequer, uma orquestra sinfónica organizada, quando a Emissora Nacional se criou.

Mas podemos lançar um olhar de relance sôbre o que em França — também por exemplo e assás edificante — se passa com os serviços da Rádio: No país mais literário do mundo, há um escritor, (chama-se Paul Deharme) que escreveu o que vão ouvir:

«Os homens de ciência fizeram a T. S. F. Os homens de letras não viram nela senão um telefone aperfeiçoado. E' o maior escândalo intelectual da história»!

Este desabafo não foi publicado num jornal de província: vem contido no Anuário de Ràdiodifusão, de 1934, que o Estado francês edita e distribui por todos os povos. Contudo, a França é o país onde a Rádio nasceu, depois duma dupla gestação na Alemanha e na Itália, — países cujos serviços ràdiofónicos também são fonte inesgotável de contraditórias reclamações...



Que muitas dessas reclamações não são justas, sensatas ou razoáveis ? — Inúmeras delas, lá fora como cá, são tudo isto no superlativo. Simplesmente, a algumas dessas reclamações, e, às vezes, às mais razoáveis, sensatas e justas, a Rádio só pode dar esta resposta: a estatura da Humanidade ainda não está em proporção com estas calças compridas que lhe vestiram. Esperemos, pacientemente, que ela cresça mais um bocadinho.

Mas o público ràdiofónico pode ter tudo, menos isso que ela pede que tenha: *paciência*. E de tal modo é ausente dêle esta virtude cristã, que a cegueira e a surdez se apressam em substituí-la.

Vejamos êste exemplo:

Durante o último período experimental da Emissora, pediu-se ao público o envio de sugestões e alvitres. Não se pediram reclamações... Mas estas, como é natural, foram em muito maior número do que aquelas. Cá, como em tôda a parte, o público sabe muito melhor o que não quere do que aquilo que quere. Donde se tira o seguinte corolário: só é possível conceber-se o que o público quere, por aquilo que se sabe que êle não quere.

Em França, — que eu cito mais uma vez por ser oportunissimo fazê-lo, — o sr. Mandel criou recentemente, no seu Ministério, um serviço de reclamações que tôdas as quinzenas fornece ao público, num comunicado oficial, a estatística das queixas recebidas, das justificações e das sanções que, depois de apuradas as responsabilidades, foram aplicadas aos funcionários.

Na primeira quinzena de Julho, — segundo informa Clément Vautel no último número do «Rádio Magazine» — as reclamações respeitantes aos serviços da Ràdiodifusão, repartem-se em duas categorias — 1.ª: Reclamações relativas aos parasitas; 2.ª: Reclamações relativas à organização dos programas.

Quanto à primeira categoria, embora se desconheçam os termos em que os ràdiófilos franceses se queixam, sabemos perfeitamente do que se queixam. Lá, como cá, existe uma lei que é, de facto, aplicada, mas não com aquela prontidão, extensão e, sobretudo, infalibilidade, que seriam para desejar: uma lei à qual os parasitas do éter continuam a ser refractários, enquanto forem refractários ao cumprimento da mesma os possuidores ou portadores dos instrumentos que os provocam.

Quanto à segunda categoria, a da organização dos programas, fazemos uma idéa, que está muito longe de ser pálida...

Voltemos agora ao nosso caso: As sugestões recebidas nesta Emissora, que, pela categoria e especialidade daquêles que as apresentaram, maior atenção deveriam merecer-nos, foram as dos importadores de aparelhos de T. S. F.

Mas, (oh! impaciência, que cegas e ensurdeces!): quando começam por lamentar a deficiente audibilidade da estação, e propõem o aumento da sua potência para 80 ou 100 K. W., esqueceram-se (pois não se concebe que o ignorassem...) de que já foi publicado que a sua potência passará, em breve, para 100 K. W.; e não pensaram que esta decisão foi conseqüente de cuidados estudos, e esqueceram-se ainda de que, àlém disso, foi anunciada

a criação de mais duas estações, — uma no norte e outra no sul — por também se chegou, cientificamente, à conclusão de que, a-pesar-de se jectarem para a nova Estação as modernas *antenas verticais anti-fad* só o aumento da potência não bastaria para resolver inteiramente o blema.

Lembram, em seguida, a criação de uma estação de ondas cur — e esquecem-se de que também já foi pùblicamente anunciada, por do que uma vez, e de modo a inspirar confiança à mais impaciente criaturas humanas, a instalação dêsse pôsto.

Quanto às interferências (e parece-me inútil analisar o conteúdo outras sugestões), é obvio que quem dirige os serviços técnicos dêste o nismo não poderia nem quereria descurar o estudo do probl e de aplicar, o mais eficientemente possível, os resultados positivos d estudo. Aliás não se trata de inventar um novo tubo de limalha ou a pada de três eléctrodos.

E de concreto se pode afirmar, (além daquilo que já devia se nhecido dos signatários da reclamativa sugestão): que desde o dia Junho se iniciou uma acção intensiva contra as interferências; que já estabelecidas, para a reforçar, as bases da colaboração entre a Direcçã Serviços Ràdio-Eléctricos e a Direcção dos Serviços Eléctricos; que b mente a Emissora terá todo o pessoal necessário para a pesquisa dos dos, e que, no curto espaço de um mês, já foram expedidas para cim mil intimações para filtragem de motores, que se verificou produzire terferências.

A êste respeito, alguma coisa de consolador ficou, além de quanto em matéria de produção foi possível fazer-se de um ano d periência ràdiofónica: o podermos afirmar, segundo informação do pectivo serviço, que a maioria das pessoas intimadas a filtrar os res e aparelhos provocadores de interferências tem estado prontas zê-lo, sem levantar obstáculos, o que tem evitado o emprêgo dos coercivos que a lei faculta.

Para terminar, (e porque nada do que eu mais dissésse justifi com mais clareza e concisão, o título desta palestra), passo a ler as af ções com que principia a entrevista que o Director da Emissora con ao «Século», e que êste jornal hoje publica:

«A Emissora Nacional inaugura-se, após um período de experiê que durou pouco mais de um ano: — experiência técnica, experiênc programas, experiência administrativa».

«Para muitos, foi longo êste período. Para outros, devia prolo -se ainda, até ao ajustamento definitivo de tôdas as deficiências. E verdade, uns e outros terão a sua razão — ou parecerão tê-la. De facto, o

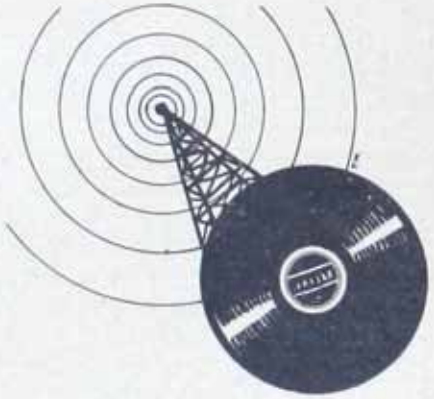


Os interpretes da «Hora Infantil» organisada pelo semanário «O Senhor Doutor»

período não foi longo, se considerarmos o exemplo de algumas importantes Emissoras estrangeiras; — mas, também é verdade que em Portugal tôda a gente tem pressa e tôda a gente antipatiza com os trabalhos reflectidos, ponderados e seguros, que se desejam fazer através duma experiência. Entre a pressão dos impacientes e o que realmente era necessário colher duma experiência de funcionamento, temos de convir que a Emissora se inaugura no momento preciso».

«Inaugurar, significará, assim, principiar dentro duma ordem nova — ou antes: dentro da melhor ordem que as circunstâncias permitirem e com o espírito de melhorar e aperfeiçoar o que de princípio se reconhecer insuficiente, frágil ou improdutivo».

(Palestra emitida em 1 de Agosto)



A RÀDIOFONIA AO SERVIÇO DO ESTADO



Dr. Cristiano de Sousa

AO inaugurar-se oficialmente a Emissora Nacional, depois dum período fecundo de experiência e de ensinamentos, as palavras que vou proferir, a convite da União Nacional, destinam-se apenas a evidenciar a importância da ràdiodifusão ao serviço do Estado, quer sob o aspecto político-social, quer sob o aspecto méramente cultural e educativo.

Podendo e devendo ser a ràdiotelefonia um poderoso instrumento para divulgação dos princípios do Estado Novo, a União Nacional, escola da Renascença política portuguesa, louva e aplaude a Direcção da Emissora Nacional, pela iniciativa de ter sido considerado no plano da sua actuação o problema político português.

Mal se compreendia, porém, que a Emissora Nacional, propriedade do Estado, obra do Estado Novo, não contribuisse sistemáticamente para o ressurgimento da Pátria, obra de maravilha que Salazar, conduzindo a Revolução Nacional, sob a égide do General Carmona, vem operosamente realizando em todos os domínios em que assenta a grandeza e a prosperidade do Império Português.

Nêste passo da História, de grandes transformações sociais e de activa renovação da consciência e do pensamento humano, a ràdiotelefonia constitui um prodigioso meio de acção necessário à vida, à eficiência e à própria segurança do Estado.

Facilita aos homens de Govêrno dirigirem-se à Nação e estabelecerem com ela um contacto freqüente. E, assim, podem expôr-lhe os problemas que em cada momento mais interessam à vida nacional e ao bem comum.

Podem explicar-lhes as suas finalidades e, quantas vezes, desfazer os equívocos que resultam da incompreensão de uns e das malévolas interpretações de outros.

Podem levar a todos os portugueses o estímulo que faça vibrar a alma colectiva, faça pulsar em uníssono todos os corações e lhes despertem as energias latentes que venham, num reflexo de vitalidade criadora, dar ao Poder mais autoridade, mais fôrça e um sentido mais profundo das realidades para enfrentar a tôda a altura os grandes problemas nacionais.

E' que nenhum Govêrno, por maior que seja a legitimidade e o prestígio de que esteja revestido, pode agir isolado; por mais legítimas e ponderosas que sejam as razões que lhe assistam, as suas medidas não terão o mesmo alcance nem a mesma proficuidade se encontrarem um ambiente abstraído ou inerte.

Não basta que a Nação dê fôrça material aos govêrnos, importa, mais ainda, a colaboração de fôrça moral dela. Esta colaboração está organizada, é a essência, a razão de ser da União Nacional.

Dêste modo se explica o triunfo definitivo da Revolução e o rumo seguro dos destinos da Pátria, sob o espírito renovador do Estado Novo.

A União Nacional, que é a fôrça ao serviço do Estado, para coordenar a vida política e dar-lhe um sentido profundamente nacionalista e patriótico, valorizando todos os expoentes morais e espirituais da Nação, não desprezará nenhum dos modernos instrumentos de propaganda, que lhe permita levar, cada vez mais longe, a integração da consciência colectiva na doutrina e nos princípios do Nacionalismo português.

A ràdiodifusão, que interessa a tôda a actividade e participa brilhantemente de todos os progressos da cultura e da civilização, conquistou uma posição primacial na expansão das idéas e dos conhecimentos.

Nenhum domínio do engenho humano lhe é estranho. Leva a todos os recantos tôdas as manifestações do Pensamento e da Arte, actuando simultaneamente, com a mesma vibração e euritmia, sôbre tôda a massa colectiva.

E' um valioso agente de educação e de cultura, pela conferência, pelos concêrtos, pelas peças de teatro e pelas lições sôbre todos os assuntos do ensino.

Pelo jornal falado, dá à vida cotidiana um significado objectivo e actual e às actividades mais segurança e melhores possibilidades para se desenvolverem e aumentarem a sua capacidade económica e a economia nacional.

A rádiodifusão é, consequentemente, uma função do Estado, que Portugal realiza com a sua Emissora, com a Emissora Nacional.

Da Emissora Nacional partem, devem partir, todos os dias para os quatro cantos do Mundo, notícias de Portugal, para todos os portugueses, notícias da Pátria, que respeitam aos acontecimentos mais importantes, às criações da Arte e às fulgurações do Pensamento Lusitano.

A ràdiodifusão é, consequentemente, uma função do Estado, que tria, que a todos une pela comunidade do território, da língua e do sangue; e diz-se a verdade sôbre a vida do Estado e da Nação, que decorre progres-



A Semana Inaugural

Em cima: A Grande Orquestra da E. N. realizando o seu programa no Teatro Nacional. *Ao centro:* O «Trio» e o «Quarteto» da E. N. *Em baixo:* A Banda de Marinha no Estúdio A, onde efectuou o seu concerto.

siva e dentro dum conceito da máxima defesa dos interêsses da colectividade.

Encurtando-se tôdas as distâncias, sentimo-nos presentes, uns aos outros, no coração da Pátria, e damos à unidade do Império um sentido moral mais uno, mais vivido e mais real.

Entramos altivamente, em pé de igualdade, no convívio das Nações e afirmamos-lhes a nossa solidariedade de povo que deseja viver, no culto do direito e da justiça, contribuindo para a civilização, em paz com todo o Mundo.

Daremos testemunho constante da nossa grandeza no passado, da nossa grandeza no presente e do empenho em que lidamos de construir um futuro nunca deminuído, antes acrescentando, que seja garantia parene de que esta Pátria viverá sempre gloriosa e sublimada e de que a nossa formosa língua, onde quer que se fale, será sempre portuguesa.

Língua tão bela quando mal ainda acabára de arrojar o disfarce com que nos tempos dos nossos rudes lidadores a encobria o latim bárbaro, já Fernão Lopes escrevia com vigôr e singeleza, com naturalidade e movimento. Língua tão bela que deu as estâncias sonorosas e grandíloquas de Camões, que deu a opulência e o colorido das imagens de Vieira. Língua tão bela que em Herculano atinge a sublimidade do Verbo e ressoa como o bronze, que permite a Camilo alcançar a justeza inexcedível e a propriedade do vocábulo em tôda a sua amplitude. Língua tão bela que Além-Atlântico, domina os idiomas aborígenes e, em um sem número de escritores da craveira de Coelho Neto, Rui Barbosa e Olavo Bilac, é sublime, é sempre portuguesa. Língua tão bela que resiste a todos os barbarismos que há quási dois séculos pretendem abastardá-la. Instrumento do espírito lusitano, ela é viva, sagrada e eterna na alma e na bôca dos setenta milhões que a falam em todo o Mundo. A Emissora Nacional leva a voz da Pátria-Mãi a todos êsses cérebros e a todos êsses corações, testemunho vivo do esfôrço sobrehumano duma Raça e glória imorredoira dum Povo.

(Palestra emitida no dia 4 de Agosto)

MANUEL CRISTIANO DE SOUSA
Professor e reitor do Liceu Camões

A FUNÇÃO DO DISCO NA RADIOTELEFONIA

A seguinte palestra foi lida pelo seu autor ao microfone da E. N., no dia 1 de Agosto. Tendo ocasionado, por parte duma minoria, desagradáveis comentários que, afinal, não passaram de infelizes especulações, outros lhe atribuiram méritos que nos parecem justificados.

Para que se avalie do muito que se disse e se escreveu sôbre o assunto, ela aí vai na íntegra:

Minhas Senhoras e meus Senhores:

Já me fôra distribuído o tema apaixonado desta palestra — «a função do disco na ràdiotelefonia» — quando se me deparou um breve artigo de Mestre Vuillermoz, o inigualável Vui, grande amigo de Portugal, crítico-padroeiro de tôdas as artes vivas e mecânicas, tratando — exactamente — o mesmo assunto.

Não sei se algum dos meus prezados auditores já experimentou a estranha sensação, ao mesmo tempo amarga e lisonjeira, de ver tratado, como num tratado, sistemàticamente, firmemente, um tema que nos dispomos a tratar.

Então com Émile Vuillermoz, o caso é muito sério, se quisermos fugir à acusação, nem sempre justa, de plagiadores ou, pelo menos, de macaquinhos de imitação.

Quando aborda um problema, Émile Vuillermoz tem o dom, o verdadeiro dom innato e deslumbrante, de esgotar todos os seus aspectos, de resolver tôdas as suas incógnitas, de demonstrar, com incomparável brilhantismo, todos os teorêmas em que se fundamenta, de deduzir todos os possíveis corolários, de extraír tôdas as conclusões, as mais imprevistas — e as mais úteis.

Diz-nos Émile Vuillermoz que o disco teve, desde o início da ràdiofonia, o seu lugar nos estúdios, como intérprete impecável das partituras mais difíceis e mais nobres. E fala do preconceito — do triste, inexplicável preconceito que fazia indignar os ràdio-ouvintes, *sempre que sabiam* — porque, quando não sabiam... (desculpem a expressão, mas aquilo era como canja!) — sempre que sabiam que o pôsto tal lhes dava música registada em vez de musica directa:

«Os auditores — e principalmente os auditores ignorantes (escreve Émile Vuil-



Os artistas, sr.as D. Luiza Satanela, D. Palmira Bastos, D. Amelia Rei Colaço, D. Maria Lalande e D. Maria Clementina, recitaram e cantaram ao microfone da E. N., durante a semana inaugural

pressão, mas aquilo era como canja!) — sempre que sabiam que o pôsto tal lhes dava música registada em vez de música directa:

«Os auditores — e principalmente os auditores ignorantes (escreve Émile Vuillermoz) — depressa experimentaram uma espécie de prevenção contra os concêrtos de música registada. Parecia-lhes que o facto de substituir um artista vivo por um chapa de ebonite constituía uma espécie de intrujice e até, digamos, uma espécie de abuso de confiança. Sem pagar coisa alguma, experimentavam confusamente a sensação de «serem roubados»!...

«Lisonjeava-os a idéa de que um pianista ilustre, uma cantora notória e sessenta músicos de orquestra se davam ao incómodo, em sua intenção, duma deslocação especial e de tôda uma noite de trabalho directo. Mas a idéa de que um empregado subalterno, um marçano qualquer, não tinha mais que colocar uma rodela preta sôbre um prato giratório para fabricar quatro minutos de música, era-lhe desagradável como uma falta de consideração.

«O povo soberano não admite que o tratem com desenvoltura. Quere que as pessoas se incomodem para o distraír ou seduzir. Aí está porque tanta boa gente, sem cultura músical, esboça uma carêta desdenhosa quando o «speaker» lhe anuncia que determinada ária de ópera vai saír do disco BK 378.924 e não da bôca dum barítono em carne e ôsso».

Nêste parágrafo de Émile Vuillermoz há um pretérito imperfeito do indicativo que me desespéra: «esboça uma carêta desdenhosa...»

Em França, ao que parece, era assim — e deixaram-se disso.

Aqui, em Portugal, não era assim. Lembro-me bem de ter organizado alguns concêrtos fonográficos em postos de amadores, saudados com lisonjeiro entusiasmo pelos primeiros ràdiófilos portugueses, que me escreviam encomiásticos postais. Hoje — tudo mudou, na «Alfácia», como na Alsácia do «Estudante Alsaciano»... Os neo-ràdiófilos alfacianos — digo: alfacinhas — os Mendes, de que falou a êste microfone o meu arguto amigo Américo Nogueira, têm horror à música de discos transmitida pela telefonia sem fios. Não só se sentem roubados, como no direito de regougar impropérios contra o invento de maravilha, que rebaixam impùdicamente, reduzindo-o à categoria de sarrazina irritante. E eu sei o que são as discotecas dêsses melómanos exigentes...

Regressemos, em prol do bem comum e das boas relações ràdiofónicas, à prosa de Vuillermoz:

«Será necessário demonstrar a injustiça daquela prevenção? — pregunta o Mestre. Um disco — refiro-me, é claro, a um bom disco — cristaliza a música sob uma forma extremamente artística. A gravura em cêra duma obra prima é rodeada, num estúdio fonográfico, de cuidados infinitamente mais delicados e mais atentos que uma execução microfónica num auditorium de emissão. A gravação é precedida de numerosos ensaios; assegurada por artistas de primeira ordem, por orquestras célebres, sob a direcção dos mais ilustres mestres da batuta. O disco representa verdadeiramente uma edição de luxo das nossas partituras. Um pôsto de T. S. F. não pode, nêsse domínio, obter os mesmos resultados.

«Além disso as operações de registo fonográfico garantem às sonoridades uma primeira filtragem, uma primeira purificação, que permite à antena atirar para o ar sonoridades já despojadas das suas imperfeições, desembaraçadas das suas fezes e dos seus parasitas. Um bom disco, bem transmitido, oferece nessas condições qualidades acústicas superiores às que possui geralmente a audição directa. O círculo familiar faz muito mal, portanto, em aplaudir com alvorôço quando lhe fazem ouvir um autêntico pensionista de ópera manhosa, acompanhado por uma verdadeira orquestra de café mais ou menos encapotada, e de torcer o nariz quando lhe trazem «numa salva» a voz de Chaliapine, de Georges Thill, de Ninon Vallin ou de Germaine Martinelli, a Orquestra Filarmónica de Berlim, dirigida por Furtwängler, ou a de Nova Yorque, dirigida por Arturo Toscanini».

E' isso mesmo! Tão «isso mesmo» que desisto lealmente de pretender somar novas razões teóricas às invocadas pelo crítico de *Candide*, do *Excelsior*, do *Temps* e da *Rádio-Magazine*. De mais, os verdadeiros ràdiófilos, os verdadeiros melómanos estão comigo — estão *connosco*, digo-o orgulhosamente.

Tôda a questão se reduz a saber organizar, dentro dos programas ràdiofónicos, verdadeiros *concêrtos* de fonografia. A tarefa não pode, evidentemente, ser entregue

aos caprichos dum qualquer. O critério mais estrito, o espírito de selecção mais rigoroso deve presidir às «horas do disco» — tornando-as indiscutìvelmente artísticas e eminentemente culturais.

Assim, por êsse caminho, e só por êsse, será talvez possível conduzir as coisas a um ponto que considero *ideal* para a fonografia e para a Ràdiofonia, ponto em que ambas se encontram e se completam, conjungando-se na mais harmoniosa e natural das comunhões: aquele ponto em que tôdas as emissoras nacionais tenham anexo um estúdio de gravação e possam dar *primeiras audições* fonográficas de discos que seriam, depois, lançados no mercado.

Até lá, a função do disco na ràdiotelefonia é mesmo assim, vastíssima e *necessária*. Citemos novamente Émile Vuillermoz:

«O disco deve ser metòdicamente utilizado em *todos* os postos. Deve sê-lo racionalmente, conscienciosamente, inteligentemente. Não deve ser considerado como um *ersatz* para mobilar as horas vasias. Há que conserva-lhe todo o prestígio de que é digno, não tomando senão os melhores e confiando a sua difusão a profissionais esclarecidos. *Só o disco* pode, sob o ponto de vista da cultura musical universal, completar a obra imensa e infinitamente delicada de que não podem encarregar-se as orquestras de T. S. F., por melhores que sejam».

Também no teatro ràdiofónico, o disco é auxiliar indispensável. Mais que um auxiliar: elemento essencial, veïculo natural, que evita todos os êrros, todos os fracassos. Francis Dorset escrevia, há poucos dias, na *Rádio-Magazine* êste axioma definitivo: «O teatro ràdiofónico é, antes de tudo, o teatro fonográfico». E concluia, com muita verdade e muito espírito, que «a obra-prima do teatro rádiofónico é ainda, e a-pesar-de tudo, — o «Hamlet» da Columbia»...

Arrumada a teoria, abordemos com decisão a parte prática. Há quem diga que o disco deminuiu a qualidade musical dos instrumentos... Eu sustento que a aumenta, introduzindo no timbre certo imponderável. Para o demonstrar, vou tocar-lhes um solo de Leo Adler, *Smoke gets in your eyes*.

Um solo imprevisto. Sabem qual é o instrumento que Leo Adler toca como ninguém? Gaita de beiços! E' verdade. Unica e simplesmente gaita de beiços. Pois verão como o gramofone introduziu no registo da vulgaríssima harmónica saloia sonoridades de violino, de oboé, de clarinete, de saxofone e de órgão.

(1.º DISCO)

Agora, para verem a diferença, oiçam o que dá, ouvida directamente pelo microfone, uma gaita de beiços vulgar:

(GAITA DE BEIÇOS)

Sem comentários...

Outra vantagem inegável do disco é, como dissémos, ter *sempre* à nossa disposição, em prateleiras, os melhores executantes de cada especialidade.

Vejam, por exemplo se era possível reunir no estúdio de qualquer pôsto europeu uma orquestra de jazz que reunisse tôdas as sumidades que gravaram êste disco:

MELANCHOLY

(2.º DISCO) (MIXING)

Primeiro, o saxofone tenor Jimmy Strong...

...seguido pelo alto de Don Redman.

Segue-se o mais assombroso solista da actualidade: Louis Armstrong, com a sua trompette ,triunfal, que Babe Dodds comenta na bateria...

E agora, a mão esquerda imponente e a mão direita assombrosa de Earl Hines, o rei dos pianistas de jazz...

E um dos melhores, se não o melhor das clarinetistas: Johnny Dods.

Mesmo na América do Norte seria difícil reünir numa audição ràdiofónica di-

recta semelhantes elementos, quási todos membros de orquestras diferentes. Só um negócio editorial como o do disco permite suportar semelhante despesa.

Mas há mais. Já tive ensejo de dizer a êste microfone e, portanto, sensivelmente às mesmas V. Ex.as — que a música do nosso tempo é o jazz, e que o melhor jazz é o jazz hot. O jazz hot, como sabem, compõe-se de verdadeiros improvisos, imaginados e compostos durante a execução dum tema dado, como um tema de exame. A qualidade dêsses improvisos depende, evidentemente, das circunstâncias. Umas vezes saem melhor do que outras. Além disso, os músicos de jazz, como os toureiros e os desportistas, têm ou não têm temple, estão ou não em forma. Um disco hot é gravado várias vezes e, de entre as várias matrizes, escolhe-se a melhor. E cada disco reproduz fielmente, implacàvelmente, êsse instante, que o milagre fonográfico tornou eterno.

Oiçam êste improviso de Louis Armstrong, sôbre o motivo clássico de «Tiger Rag», improviso que o grande músico negro talvez nunca mais consiga executar:

(3.º DISCO)

Como vêm o disco triunfa da qualidade, da distância e do tempo. Mas há mais.

Oiçam esta ária de ópera, o *Vesti la giuba* dos «Palhaços», cantada por... depois lhes direi por quem:

(4.º DISCO)

O tenor que acabam de ouvir é... ENRICO CARUSO.

E todos sabem que Enrico Caruso — morreu. Quere dizer: nem só a qualidade, a distância e o tempo se submetem à fôrça fonográfica.

O disco triunfa ainda da vida — e da morte.



ANTÓNIO LOPES RIBEIRO

O continente etéreo

ESTA oitava maravilha, hoje oficialmente inaugurada em Portugal, alterou todo o pragmatismo da matéria, do espaço e do tempo, deu ao homem o inacreditável poder de ubiqüidade, e todavia partiu do acanhado quarto de uma pensão de Livorno.

Duas personagens dialogaram, ao amanhecer da magía sonora, nêsse humilde cenário da avenida Rainha Margarida, coração da soberba Pérola do Tirrêno: o professor Mantovani e um estudante do Instituto Técnico, rapaz alto, fisicamente elegante, com brilho latino e gravidade britânica a atestar o seu meio sangue inglês — Guilherme Marconi.

Um dia, ao voltar das aulas, Marconi encontrou em reboliço a casa habitualmente calma e asseada. Interpelou a dona da casa que se lastimou de tão negra ingratidão:

— Então eu resolvo-me a fazer esta despesa para proporcionar aos meus hóspedes a comodidade de campainhas eléctricas, e o pago que me dão é ralharem como se eu tivesse cometido crime?!

— Para ter campainhas eléctricas não é preciso desarrumar os móveis nem furar as paredes! — replicou Marconi.

— Por onde queria que passassem os fios?

— Os fios não são precisos para nada.

— Não diga tolices! — advertiu Mantovani, com a sua autoridade de mestre.

— Como, tolice?!

— Acha, então, supérfluos os fios para a montagem de campainhas eléctricas?

— Pois com certeza! — teimou Marconi — E provo-o.

— Ora!...



Joaquim Leitão

— Provo-o não apenas teòricamente, mas experimentalmente.

— Queria ver essas experiências...

— E' já.

— Antes amanhã. Sempre tem a noite para reflectir... — concedeu com magnanimidade universitária o prof. Mantovani.

No outro dia, o mestre encontrou tudo a postos para a experiência. Não eram prometedores os preparativos: a um canto do quarto

um pau de vassoura a que estava presa uma pequena sinêta, e sôbre a arca uma espécie de moinho de café ou ratoeira automática.

O mestre sorriu. Mas ao recordar a revelação, exclamava inda há pouco:

— E pensar que era verdade!

A esta, outras experiências se seguiram: mandou um caseiro para lá de um monte com ordem de disparar a espingarda se ouvisse tocar a campainha que Marconi lá pusera. Assim que Marconi, do lado de cá do cabeço, ouviu o tiro, correu a confirmar o resultado e a dizer ao seu rústico colaborador:

— Anda beber à minha saúde!

Estava descoberta a ràdiofonia.

Era preciso baptizá-la: Marconi apresentou aos meios oficiais a maior descoberta do século. Como ao prof. Mantovani, à Itália oficial tudo aquilo pareceu puro delírio.

Voltou-se para Inglaterra, ressalvando, porém, que o segrêdo e prioridade da invenção ficaria sempre italiana. Estabeleceu a primeira «Sem fios» no canal de Bristol, conseguindo abranger 9 milhas. Tanto bastou para que a Itália o convidasse a montar em Spezzia uma estação terrestre destinada a comunicar com os navios. E já obteve 12 milhas.

Daí em diante os triunfos sucedem-se, até se assegurar o soberbo senhorio do continente etéreo.

Com esta conquista de aplicações e possibilidades inexauríveis, todos os dias mais vasta, êste fabuloso domínio dos ráios-ondas, esta descoberta da irmã da luz, Marconi deu ao homem um oitavo sentido que lhe permite falar e ouvir de continente para continente.

Não será verdadeira aquela lenda indiana, que jura que tantas voltas dá o cabelo de mulher amada em tôrno da cabeça de uma serpente quantos anos dura o amor. Mas talvez venha a verificar-se que à fôrça de envolver a terra e os mares com a subtil voz humana, a descoberta marconiana faz com que o homem ame eternamente o globo e a paz.

Quem sabe se Marconi — o homem que mais vidas tem salvo, graças ao maravilhoso invento! — não virá a impôr a paz universal com as poderosas ondas, atenuadas e limitadas a méra anestesia das multidões guerreiras? As ondas ultra-curtas — e êste é o ponto de partida — actuam sôbre o sistema nervoso animal, chegam a provocar a «febre artificial». Daí a produzir a paralisação definitiva ou momentânea do cerebelo, e a imobilização de exércitos inteiros não tardará.

Não há já direito a delimitar de reservas a criação marconiana.

Pois que imaginação ousaria substituir por um só homem os milhares de praças de qualquer couraçado? E todavia é hoje realidade. Sem fôlego vivo a bordo, a nave marinhará governada a milhas de distancia por outro navio que expede os ráios-comandos. Mercê dessa tenuíssima vibração etérea, o navio fantasma deixou de ser alucinação macabra. Os espíritos foram simplesmente rendidos pelos poderosos engenhos ràdio-eléctricos que a distância comandarão a formação de nevoeiros artificiais de protecção, a expedição de avisos, o lançamento de torpedos.

Do navio guiado, ao automóvel sem motorista, ao carro de ataque sem tripulação, a ràdio-onda traçou a verdadeira estrada aérea para os aero-portos, sem que o piloto se ocupe de referências externas, ou precise de cálculos — basta voar cegamente e com boa ou má visibilidade. Afinal tudo se reduz à aplicação dos princípio: as ràdio-ondas propagam-se em linha recta.

Mais: as comunicações secretas entre duas estações longínquas, a cirurgia sem efusão de sangue, a televisão, já bem próxima, o crescimento artificial das plantas, o extermínio dos bacilos pelas «curtíssimas» obrigam-nos a considerar sem balisas de realização o poder marconiano e, dado o assombroso caminho percorrido, a preguntar a nós mesmos se esta estonteadora descoberta anda no apogéu ou vai no início.

Seja como fôr, perdoados os perigos a que estará expondo a humanidade, desencadeando as misteriosas ondas, atentando talvez contra a composição química do sol, perturbando o equilíbrio atmosférico e portanto o da vida, — a oitava maravilha que nos desvendou o continente etéreo não podia deixar de ter também os seus reflexos na literatura.

A atenção humana restringe-se cada vez mais. A cine-arte não sei se compreendeu o fenómeno se o provocou. O facto é que nos acostumou a percorrer o globo e a história no lapso de hora e meia de sessão.

A literatura foi automática e reflexamente deminuindo o número de páginas dos seus volumes.

O homem tem pouco tempo para ler como à mulher falta tempo para se vestir.

A obra ponderosa, o romance em seis volumes já lá vai! Os próprios romancistas do século dezanove que se espraiavam pelas consagradas setecentas páginas ficariam hoje muito magoados ante a inapetência do leitor fulgurante. Qual o leitor de hoje que suportaria a minuciosa abertura do romance balzaquiano? Quem ouviria, com a passada delícia e paciência, os longos discursos que esmaltaram as nossas glórias parlamentares? Vieira, o próprio Vieira, teria de reduzir o seu esmagador poder verbal aos vinte minutos para auditório presente e aos dez do público ràdiofónico.

A vida actual é a vertigem. Tudo é breve, forma indirecta e instintiva de o homem reconhecer só uma eternidade — a divina!

O escritor, que depois da guerra adelgaçara as 350 páginas anatolianas às roubadas duzentas páginas da brochura universal, à medida que Marconi trabalha com as curtas, as curtissimas, as ultra-curtas, e prepara as micro-curtas, tem também de adaptar o seu texto à criação ràdiofónica, tal qual...

Tal qual aquêle minúscul otemplo cretense, elevado a Júpiter, no cimo da colina de Candia que, saqueado sucessivas vezes pelos turcos, cada vez se reconstruia mais pequeno mas mais rico, como o foram encontrar as recentes escavações: cheio de machados de oiro, de duplo e áureo fio.

A ràdiofonia resume cada vez mais o texto literário, mas em compensação dá ao pensamento a extensão que lhe faltava e lhe ia sendo hora a hora mais discutida.

Pela primeira vez ao escritor é proporcionado o contacto com o pú-

blico, continuando a garantir-se-lhe a dignidade do seu isolamento magnífico.

E por isso que a obra será lida pelo autor é-lhe assegurada a impeculidade da forma. Suprida a carência de sinais, de que o escritor musical dispõe opulentamente, o prosador transmitirá sob o nobre pudor da forma e com a graça do pensamento a expressão fiel dos seus ritmos. Marconi, em nome da fôrça misteriosa que abraçava os dois continentes, do seu trôno de Roma iluminou a monumental imagem de Cristo que do alto do Corcovado abençoa a sumptuosa baía do Rio de Janeiro. De hora ávante, o escritor, do seu recatado isolamento, iluminará as almas, projectará sôbre milhões de ouvintes o clarão do Verbo. Comunicativas, como são a Verdade e a Beleza, êle tornará a ser o que foi: o guia espíritual da Grey, o animador das energias da raça, a voz do povo, a luz da Pátria, o caloroso e musical cantor do maior e mais legítimo dos orgulhos — ser português hoje como o foi há cinco séculos.

(Palestra emitida em 1 de Agosto)

J O A Q U I M L E I T Ã O

SECRETÁRIO GERAL DA ACADEMIA DAS CIÊNCIAS



A NOSSA CASA

OUÇAM-ME, com paciência, e não me chamem antiga ou possidónia (na incompreensível linguagem moderna), algumas das modernas meninas e senhoras que passeiam, em pijama, nas ousadas e trepidantes praias da moda, queimadas pelo sol, não só nas epidermes, mas, ainda mais profundamente, nas almas, nos corações, nas idéas, nas sensibilidades.

Eu tenho já afirmado, muita vez, pùblicamente, o meu amor, a minha ternura e o meu respeito pela nossa casa, pelo nosso lar, pelo cantinho aconchegado onde tudo nos é íntimo, onde a nossa personalidade consegue pôr alguma coisa de nós, nos menores objectos, nos mais insignificantes pormenores.

O lar é o nosso maior amigo, porque é nele que vivemos, com maior sinceridade e franqueza, a nossa vida.

Para êle não há mistérios a nosso respeito. Êle sabe que, quando rimos, o nosso riso é sincero e que sinceras são as lágrimas, quando choramos.

Ele é sempre belo, aconchegado, confortável, para a pessoa que o habita; apenas depende a sua real beleza, do gôsto do habitante...

Mas, para o caso presente, o gôsto não importa. Importa, apenas, saber que as suas paredes são as nossas mais fiéis amigas e que, sob o seu tecto, nada nos é hostil.

Tenhamos, pois, gratidão, senhoras e raparigas que me ouvem, a êsse amigo desinteressado e leal. Não esqueçamos nunca que, a êle, devemos as horas, inteiramente sinceras, da nossa vida; que nele respiramos livremente e que até o seu ar nos parece mais puro. Pensemos sempre nele, cuidemos dele, vivamos para êle com carinho, ternura e amor.

Não se aborreçam comigo, minhas queridas senhoras, não me chamem maçadora, nesta época de férias em que quási se vive, exclusivamente, para a praia, para o casino, para a rua, para os outros. Eu também vou ao casino, à praia, também respiro o ar livre onde todos respiram, na rua que é o lar de todos, mas, dentro do meu coração, tenho sempre acêsa, e bem direitinha, a chama sagrada que representa o amor e o culto pela minha casa, pelo meu canto, pelo meu lar,que é um laço de sêda, unindo as vidas que mais se querem.

Mas, algumas mulheres, — felizmente raras! — vêem, apenas, a casa como toucador onde se vão embelezar de manhã e à noite, esque-

cendo-se de que elas é que deveriam ser os próprios toucadores da sua casa...

Que uma mulher seja artista, pintora, escultora, compositora, escritora ou poetisa; que cultive, com enlêvo e fervor, a sua arte; que tome parte em todos os assuntos de interêsse social; que ande a par do dia a dia da política nacional e até internacional; que conheça as posições políticas de Laval e o gesto dominador de Mussolini, mas que seja sempre mulher, que saiba dar a sua opinião inteligente, com um sorriso dôcemente feminino, que trate das suas rendas com o mesmo amor com que trata dos seus livros e que uma agulha saiba bailar entre os seus dedos, com graça, leveza, harmonia, sedução.

O cigarro na mão duma mulher, em sua casa, ao café, após o jantar, saboreado com despreocupação, como um bombom moderno, é gracioso, delicado, inofensivo; mas, encaixado em boquilha e adoptado como hábito, como vício, tira tôda a doçura, tôda a personalidade feminina à mulher que deve ser sensata e inteligente, para reconhecer o lugar que lhe está destinado na vida, para que se estabeleça contraste, entre a sua graciosa e frágil natureza e a máscula e possante robustez do homem.

Tenhamos, pois, na nossa casa, mais rosas do que cigarros, mais perfumes do que nuvens de fumo.

A nossa casa deve ser um templo onde se reflicta a nossa sensibilidade, a nossa maneira de ser. A casa é o espelho fiel da nossa alma, a nossa obra mais querida e mais compensadora.

Na nossa casa tudo deve ser igual, o mesmo encanto, a mesma harmonia devem reinar, desde as salas à cozinha, dependendo, apenas, o êxito, da ordem e da disciplina.

Devemos desejar, acima de tudo, que as pessoas que estimamos se sintam bem instaladas, que encontrem um ambiente acolhedor, confortável, simpático, em sua volta, que os nossos maridos, após um dia de trabalho, sorriam de felicidade, repousadamente instalados num «mapple», no «canto» predilecto.

Mas, para que a atmosfera do lar seja tranqüila e favorável, não basta a limpeza dos móveis, a harmonia do conjunto estético; há uma parte, senão principal, pelo menos importante, da qual depende o completo encanto do lar.

E' a nossa alegria, o nosso sorriso, a nossa boa disposição.

Conheço algumas mulheres que, levando todo o dia na orientação dos serviços domésticos, chegam à hora festiva do jantar, cansadas, extenuadas, exaustas, mal dispostas.

E o jantar, que devia decorrer alegre, entre risos, palavras claras e amigas, decorre tristonho, cerrado, antipático, hostil.

Nós devemos, minhas queridas senhoras, acima de tudo, saber guiar o lindo barco do lar, com intuïção e inteligência.

Sejamos optimistas nas nossas casas, tenhamos o nosso espírito acima de pequenas coisas que, com facilidade, se remedeiam e se alguma nuvem persiste, atiremo-la fóra, varramo-la, sejamos superiores, não estraguemos a nossa felicidade com bagatelas que um optimismo são e cons-

O Campeonato Nacional de Remo e a cerimónia do lançamento do «Douro» foram transmitidos pela E. N.



ciente saberá vencer, aniqüilar. Cuidemos de nós, alindemo-nos, para que os nossos filhos e o nosso marido nos olhem como raínhas do lar e não gatas borralheiras despidas de encantos e atractivos.

Harmonizemo-nos com as condições da nossa vida, tiremos partido do que ela nos possa oferecer de bom, façamos brilhar em nossas mãos a felicidade, amparemo-la como uma flôr preciosa, não lhe deixando caír as pétalas, não a deixando murchar.

Da alegria e tranqüilidade do nosso espírito e do sorriso confiante da nossa bôca dependem a calma do lar e a confiança e alegria das pessoas que, connosco, vivem.

Erguer cêdo, abrir, par em par, as janelas da nossa casa, para que o Sol nos venha abençoar, num beijo purificador e saudável; encontrar beleza na côr do Céu, no verde das folhagens, no vermelho dos telhados; respirar, a fundo, o ar fresco da manhã e voltar para dentro, tendo nos olhos tôda a poesia da natureza, trazendo para as paredes, para os móveis, para as «coisas» uma alegria cheia de beleza e saúde, para que, todo o dia, haja Sol e Céu azul dentro de casa.

Encher de rosas as jarras das nossas mesas, tratar as flôres dos nossos vasos, alindar, suavizar, harmonizar, eis a missão mais bela e mais dôce da mulher.

Do nosso lar depende tôda a nossa felicidade e do divórcio da mulher e do lar resulta, fatalmente, o divórcio entre a mulher e o homem.

Não vivamos para o exterior, porque êle é vasio, desolador e falso. Guardemos, para nós, as nossas melhores emoções, não façamos da nossa vida uma praça pública. Saibamos ter recantos dentro de nós, que sejam cofres das nossas mais íntimas impressões, dos nossos mais queridos sentimentos.

A vida íntima é a mais bela e a mais rica; vivamos para a nossa alma como vivemos para a nossa casa; embelezemo-la, enchamo-la, também, de rosas e de poesia.

Tenhamos respeito por nós próprias; não vivamos só para o mah-jong, para o bridge, cultivemos as nossas sensações, façamo-nos superiores, requintadas, conscientes. E não entremos nas nossas casas, tão femininas, tão harmoniosas, com masculinas calças de pijama, não imitemos os homens, porque êles também nos não imitam vestindo saias...

Sejamos superiores, minhas queridas senhoras. Somos mulheres!

Devemos manter a nossa personalidade feminina tanto nos nossos corpos, como nas nossas almas e nas nossas casas.

E para rematar esta breve palestra, que foi, apenas, uma simples conversa e nunca uma lição, vou dizer-lhes uma poesia original escrita com tôda a minha alma, tôda a minha sinceridade:

Minha casa, meu encanto,
minha boneca enfeitada!
Na janela, como um manto,
«rideaux» de cassa bordada.

Minha casa que eu enfeito!
São, as paredes e o chão,
dois palmos de coração
que trago dentro do peito.

Quando entro em casa ela diz:
— «Benvinda sejas, rainha!»
E a minha linda casinha
tem ar de festa, é feliz!

Muito clara, a luz acêsa,
as jarras cheias de rosas,
cristais e louças airosas
na toalha branca da mesa!

Tocando a telefonia
numa sala aconchegada,
como clarão de alvorada
tudo enchendo de harmonia!

As paredes muito brancas,
um relógio a badalar,
janelas largas e francas
para o Sol poder entrar!

Um ar de religião
que nos encha de prazer.
Sempre uma esmola na mão
para um pobre que bater.

Em cada casa uma luz,
como Sol da nossa crença,
e uma Fé profunda, imensa,
na bondade de Jesus!

Uma casinha florida,
nosso canto, nosso amor,
pode lá haver, na vida,
felicidade maior!

E' dentro da nossa casa
que o nosso espírito brilha
nos orgulha, nos abraza
como se fôsse uma filha!

Raparigas e senhoras
atendei o meu cantar!
São tão bonitas as horas
passadas dentro do lar!

Na tranqüila suavidade,
da casinha, que eu realço,
existe a felicidade
e, lá fóra, tudo é falso!

Tornemos a nossa casa
risonha, feliz e calma,
na chaminé uma braza
que tenha a côr da nossa alma.

Viver com tranqüilidade,
sem vaidades e ambição,
é ter a felicidade
dentro da palma da mão.

(Palestra emitida em 18 de Agosto)

GRACIETTE BRANCO

■

A propósito desta palestra, o director da E. N. recebeu a seguinte carta:

Snr. Director de la Emissora Nacional — Lisboa — Muy Sr. nuestro: Ayer a eso de las ocho de la noche (hora de España) tuvimos el gusto de oir por, esa magnifica Emissora, una charla en que se cantaban las excelencias del hogar, dicha por una señorita.

Nos cautivó dicha charla tanto por su contenido, como por la admirable dicción de la charlista, cuya declamación admirable, acompañada de una voz encantadora, verdaderamente musical, exclavizó nuestra atención, llegando a suspender nuestro ánimo en el momento que recitó la bellisima poesia con que puso fin á tan interesantisima charla.

Mucho nos interesa obtener una copia de la mencionada charla y de la citada poesia, y si Vds. nos hicieran el señaladisimo favor de remitirnosla, les quedariamos reconocidisimos.

Nuestra entusiasta felicitación para la señorita de voz musical y para esa gran Emissora.

Quedamos de Vds. attos. S. S. — POR RADIO PONTEVEDRA — El Director Vicente V. Lescaille — Pontevedra, 19-8-935.

O significado nacional de Aljubarrota

POR CAETANO BEIRÃO

▼

14 de Agosto de 1385.

O Rei de Castela, D. João I, tentava o supremo esfôrço para se apoderar de Portugal, cuja corôa dizia pertencer-lhe por direitos de sua mulher e seus. Desbaratado o exército castelhano em Trancoso, é êle próprio que acompanha as suas fôrças e entra em terras portuguesas. Tenta subornar o Mestre de Avís e o Condestável oferecendo-lhes graças e mercês. Tudo inútil. Avança então até Leiria. O nosso Rei D. João, também primeiro de nome, fôra juntar-se a Nun'Alvares Pereira em Tomar. Passam em Ourém. Detêm-se em Aljubarrota. Era o lugar escolhido por Nun'Alvares para o combate decisivo. Parece que a mão de Deus conduzia já os passos do futuro fr. Nuno de Santa Maria, que dispunha maravilhosamente as coisas para salvar Portugal.

O exército invasor era imenso. Deminuidas as fôrças portuguesas. Portuguesas?! E quantas terras de Portugal eram pelo Rei de Castela? Não importa: que a alma lusitana, o verdadeiro sentimento da pátria independente, estava ali em Aljubarrota. Personificava-a o Rei, aclamado havia pouco, à volta do qual se consubstanciavam tôdas as aspirações duma Nação que se afirmava inconfundível, una, e que, conduzida pela Dinastia a que êsse Rei dava origem, ia ser uma das maiores e mais gloriosas nações do Mundo.

Caía já a tarde daquela segunda-feira, 14 de Agosto, e o exército castelhano não se decidia a combater. Parece que o Rei hesitava; queria deixar o encontro para o dia seguinte. Mas alguns cavaleiros moços e inexperientes, vendo a míngua do exército inimigo, não se conteve: acometeu-o. E desencadeou-se a batalha.

Não me compete fazer a descrição dela, tal como os documentos nos permitem reconstituí-la. O que parece é que não durou mais de meia hora. «Media hora asaz pequeña», no dizer do cronista castelhano que tomou parte na invasão. O génio militar de Nun'Alvares e o heroismo dos nossos cavaleiros obraram prodigios, Dez mil castelhanos ficaram mortos no campo e com êles alguns dos portugueses que os acompanhavam, «que também dos portugueses, alguns traidores houve algumas vezes». O Rei de Castela, em cavalo emprestado, fugiu em direcção a Santarém. Assim liqüidou a aventura.

■

Este feito formidável dos portugueses, das vitórias mais brilhantes de que reza a História de todos os tempos, foi o sêlo glorioso da garantia da nossa independência.

Duas outras datas se lhe podem comparar; o encontro de D. Afonso Henriques

a dispôr dos seus destinos. Foi um movimento colectivo — embora não geral — que expulsou o invasor; um movimento de tôdas as classes com a consciência de que defendiam os direitos duma raça, o património moral dum povo. E essa idéa é-nos dada na fala atribuida a Nun'Alvares quando diz que, se seus irmãos vêm com os de Castela, já os não tem por tais, e acrescenta: «em verdade vos digo, viera com êles meu pai, contra meu pai eu combatera pela terra sagrada de Portugal». E' a terra, entendida nesta expressão a *terra patrun*, a Pátria, tal como modernamente se concebe, que os cavaleiros de Aljubarrota defendem, e, com essa defensão, nos garantiram a nós, seus herdeiros espirituais, a independência e a História maravilhosa da nossa gente, que não teriamos se não fôra o feito ingente de Aljubarrota. Data sagrada é portanto a de hoje para todos os portugueses. Na comunhão da lembrança suavíssima de tão grande dia, elevemos nossas almas numa prece pelos herois de 1385 e pela nossa Pátria imortal.

(Palestra emitida em 14 de Agosto)



C A E T A N O B E I R Ã O

OS governadores civis e a inauguração da E.N.

Ao microfone da Emissora Nacional, no dia da sua inauguração oficial, foram lidas, pelo locutor de serviço, as seguintes palavras de alguns dos governadores civis do continente, alusivas áquele acto solene:

AVEIRO

«ENTRE as magníficas realizações dos Govêrnos saídos do Movimento Nacional de 28 de Maio, o estabelecimento da EMISSORA NACIONAL ocupa um lugar de tal importância, que é com o maior desvanecimento que, no dia da sua inauguração oficial, eu acorro a afirmar os entusiásticos aplausos meus e de todo o Distrito de Aveiro, que tenho a honra de governar.

E' que a sua voz, circundando o Mundo, fará ressoar, todos os dias, até longínquas paragens, o nome de Portugal, dispertando a consciência de que, nêste canto da Europa, se ergue um Povo que sempre soube, através dos tempos, vencer pelo seu esfôrço, e estreitará, mais e mais, à Mãi Pátria todos os Portugueses que, por afastadas terras, mourejam a vida e que, pelas suas aprimoradas qualidades, erguem na consideração do Mundo o nome de PORTUGAL.

E assim, a EMISSORA NACIONAL — dominando as distâncias e vencendo o tempo e espalhando a voz dêste PORTUGAL que, ao debruçar-se sôbre o passado, se sente orgulhoso da sua brilhantissima História, cujas páginas patenteiam quão tenaz colaborador êle foi da obra da civilização e assinalam um império cujas fronteiras fôra indelevelmente marcadas pelos esforços do seu braço e do seu espírito — difundirá o espírito desta Nação, cujas energias, despertas pela voz e pelo exemplo dos grandes Portugueses que são Suas Excelências os Senhores Presidentes da República e do Conselho, — a quem, nêste momento, em meu nome e no do meu Distrito, presto as mais calorosas homenagens, — cimentadas pela confiança decidida nas suas excelsas virtudes pessoais e políticas, erguem, nêste momento o portentoso edifício do Estado Novo, garantia para Portugal, da continuïdade da sua missão histórica, e, no cimo do qual, a assinalar o caminho do Futuro, se estão acendendo luzes que são novamente farois para todo o Mundo civilizado, e contribuirá ela poderosamente para o estreitamento, ainda maior, das almas de todos os Portugueses, pelo Mundo espalhados, no bendito orgulho por uma Pátria que, sôbre o plinto glorioso elevado pelos esforços dum Povo forte, se apruma cercado pela consideração e pelo respeito dos outros Povos.

E assim a EMISSORA NACIONAL será portentoso instrumento que agigantará o esfôrço que os portugueses, tomando por divisa o interêsse nacional, vêm realizando para o asseguramento do Futuro, em cujo domínio podem com segurança confiar.

cuidado, um escrúpulo, um interêsse, uma competência da parte de quem a dirige, que bem se pode classificar de excepcional.

Destinando-se a levar a todos os cantos do Mundo (e em todos há portugueses) a língua da querida Pátria distante, não é indiferente à forma escolhida para o fazer. E' natural que em milhões de Portugueses, a que se destina, haja gostos, opiniões, tendências diferentes; mas, é lógico pressupô-lo, em todos há um mínimo comum, que é preciso respeitar e fazer vibrar: o amor e a saüdade de Portugal.

Especializando mais ainda, êsse mínimo apresenta factos diversos, concretiza-se em imagens diferentes, ao lado, é claro, do que se representa superiormente na idéa da Pátria.

E' que em todo o Mundo há Beirões, Alentejanos, Algarvios, Transmontanos, etc. E' preciso, pois, que a Emissora Nacional lhes leve, além de palavras e sons, que lhes mantenham e vivifiquem o amor da Pátria, lhes leve também palavras e sons que avivem a saüdade do cantinho onde nasceu.

Não é, certamente, necessário dizer mais, para se concordar em que é difícil, como eu dizia ao principio, cumprir cabalmente a missão.

Uma coisa há, porém, que nos dá a certeza da VITÓRIA: A Emissora Nacional é realização do *ESTADO NOVO* conduzido por *CARMONA E SALAZAR*».

Luiz do Carmo Pinto Coelho
governador civil

■

COIMBRA

«No acto da inauguração oficial da Emissora Nacional, os meus mais sinceros votos são que, por seu intermédio, os portugueses que, dentro e fóra do país, trabalham por um Portugal Maior, possam cada vez mais compreender o que a civilização deve ao esforço dos nossos antepassados e o papel que, no futuro, está destinado a esta Nação — pequena pela sua superfície na Europa, mas grande pelos domínios onde se ergue a bandeira verde rubra e grande ainda mais pela missão civilizadora que desempenhou no Mundo.

Que ela irradie por tôda a terra a certeza de que, no seio do Mundo inquieto dos nossos dias, Portugal, com o esforço congregado de todos os bons portugueses, de novo poderá ocupar a posição brilhante que outrora ocupou».

Engenheiro Alberto Ferreira da Silva
governador civil

■

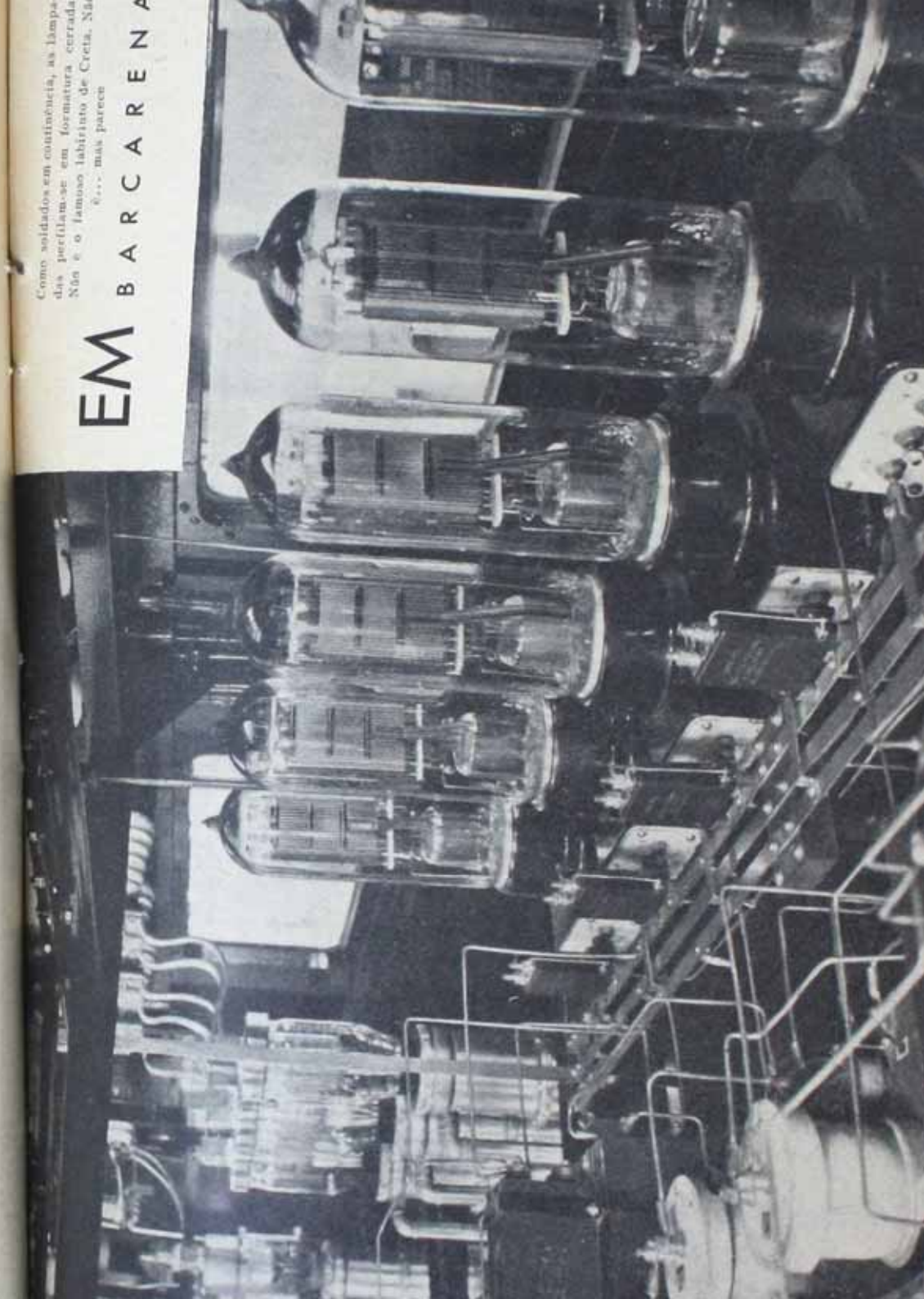
LEIRIA

«Comemora-se hoje a inauguração solene da Emissora Nacional.

E' um acontecimento que não pode deixar indiferentes todos os bons portugueses pelo que de útil, educativo e patriótico foi a criação dêsse organismo.

Nêste século em que as distâncias quási desapareceram, mercê dos rápidos meios de transporte, do telégrafo, do telefone e da ràdiodifusão, ocupa esta uma missão de assinalada importância na instantânea transmissão e conseqüente divulgação do pensamento e das idéas.

A palavra amiga da metrópole, a nossa música e os nossos versos, por intermédio da Emissora, fazem-se ouvir já nos recantos mais longínquos do nosso vasto Im-



VILA REAL

«Ao inaugurar-se oficialmente a nossa EMISSORA NACIONAL, eu quero, por gentil convite da sua ilustre Comissão Administrativa, felicitar e saüdar, em nome do meu Distrito, as populações de Portugal que, com tão poderoso instrumento de cultura, vão receber mais um valiosíssimo serviço do ESTADO NOVO CORPORATIVO.

Por meio da EMISSORA NACIONAL, entregue a pessoas de marcada competência e provado nacionalismo, que, por isso, bem saberão desempenhar-se do encargo que o Govêrno lhes cometeu, terá o País, terão *todos* os portugueses, o fácil ensejo de estar em permanente contacto com a vibração do Mundo, compartilhando, momento a momento, das suas alegrias ou tristezas, das suas convulsões de aventura ou estos de esperança, dos seus anseios, da maravilha das suas ciências, inopinado das descobertas e surpresa das invenções...

Terá o País, terão *todos* os portugueses, felizes ensejos de satisfeita curiosidade: Literatura, Filosofia, Arte... o pensamento a voar em volta da terra surpreendendo-a nas suas palpitações.

Terá o País, terão todos os portugueses, o ouvido aplicado ao peito da Humanidade inteira, onde bate um coração, ora dolorido ora alacre, a comunicar-se ao coração dos que o escutam...

A EMISSORA NACIONAL será para nós um pequeno mundo recolhido em nossa casa: no cantinho de inverno, especialmente, quando a neve e a chuva açoitarem as montanhas, ela nos falará do outro hemisfério anunciando-nos:

«Primavera... Flores... Praias... 30 graus á sombra, volutas de tangos irritantes e dengosos» ou então:

«Zona temperada, zona frigida: musica forte, classicismo, discursos académicos, de casaca e luva branca; e logo: mortos em massa na Sibéria, na China, na Abissínia...»

Em suma: o Mundo todo ao pé de nós, ao alcance da nossa mão, aqui, ao cantinho da sala, entre duas preciosidades:

— Um fidalgo perfil de Carmona e um livro de Salazar!

Tenente Assis Gonçalves
governador civil

VISEU

«No momento em que se vai fazer a inauguração oficial da Emissora Nacional, em nome do povo do distrito de Viseu, saúdo o Govêrno por ter dotado o país com mais êste importante melhoramento e faço fervorosos votos por que a missão que a Emissora se propõe desempenhar, de difundir prontamente por todos os recantos do país as notícias que interessam, os discursos que difundem a instrução e a música que deleita, seja coroada do mais completo êxito e constitua mais um triunfo para o Estado Novo».

Alves Pereira
governador civil

O RÍTMO na vida da mulher



O princípio do rítmo é extensivo a tudo que existe no Universo. A arte, a beleza, a natureza, os afectos, a própria vida humana — tudo obedece a leis rítmicas que estabelecem o ponto de ligação por onde as almas se tocam; por onde comunicam com Deus.

Do rítmo sai tudo o que na vida procura a harmonia e a coerência a dentro de qualquer intenção, gesto ou acção.

Sendo o rítmo a lei de proporção que rege todo o equilíbrio, tôda a lógica da vida, êle não pode, não deve deixar de disciplinar, de sistematiza. todos os movimentos do corpo e do espírito da mulher, libertando-os das sugestões rudes do instinto, submetendo-os a uma educação apropriada.

Tôda a mulher verdadeiramente inteligente deverá apurar o seu equilibrio estético, como deverá buscar equilibrar os impulsos da sua alma, a-fim-de merecer o secular epíteto de *obra prima* da criação. Sem êsse equilíbrio, sem essa elegância pessoal emanada da educação do instinto que a educação consciente dos gestos determina, a mulher não poderá obter uma verdadeira disciplina interior, ficando não poucas vezes à mercê de impulsos da mais acentuada deselegância moral.

Do mesmo modo, também, nem só no artificio nem no exagerado requinte do seu exterior, deverá procurar o seu rítmo de Beleza. Não basta que os seus olhos tenham pestanas fotogénicas e sobrancelhas de fio de retrós, que a sua bôca seja um morango, que as suas faces tenham tons apetitosos de pêcego maduro e que a linha do seu corpo possua a esbelteza silfidica de uma enguia. E' necessário que os sentimentos do seu coração, que os impulsos do seu espírito, se sujeitem a uma educação especial — que o seu rítmo interior, enfim, obedeça a intenções elegantes de moral — da moral que é a estética da alma.

Na antiga Grécia o culto da beleza envolvia sòmente o corpo, não chegava à alma. Adoravam-se os braços musculosos que lançavam o disco, as pernas ágeis que transportavam os corpos dos herois nas corridas vertiginosas onde se jogava a vida, os bustos audaciosos que afrontavam os ventos altos das epopeias e que deram os moldes vivos por onde se modelaram as linhas eternas da «Vitória» de Samothrace. Só a cabeça lhes não merecia uma atenção especial, a não ser pelo que de interêsse plástico pudesse haver nas suas linhas, porque não era como a nossa de hoje sêde revolta de idéas agitadas, de paixões febris, de tormentosas locubrações. Os rostos

não eram vincados, convulsos, atormentados como os que hoje reflectem as emoções em cada um de nós despertadas pela intensidade da vida moderna. Mantinham a sua expressão impassível de serena calma correspondente à sua tranqüilidade interior. E como o sistema nervoso da gente de então não sofria as conseqüências do excesso de vida cerebral, do regime artificial proveniente da civilização dos nossos dias, da multiplicidade e contraditoriedade de sensações que formam hoje o nosso panorama psicológico, não afrontavam como nós êste caudal de inquietações ilimitadas e incuráveis, estas aspirações vagas e indefinidas que enchem as almas de hoje — de cada uma fazendo o desdobramento infinito de mil almas misteriosas.

À nossa sensibilidade actual, pelo contrário, interessa mais a alma do que o corpo. Não nos bastam as criações plásticas impassíveis, precisamos da expressão mudável denunciadora da vibração interior, buscamos sempre o reflexo íntimo das paixões traduzidas pelo gesto e pela mobilidade fisionómica; e o nosso enlevo pela forma exterior é produto, não de um impulso instintivo, mas de um gosto reflectido e educado. O rítmo dos nossos dias não é calmo e sòmente plástico como o dos gregos. Os tempos mudaram, o domínio do pensamento sôbre a matéria afirmou-se definitivamente e o rítmo da nossa época, inquieto e torturado, é um rítmo passional, de dramática ansiedade, todo marcado pela tendência para a penetração das almas.

Natural é, pois, que a mulher de hoje afine por êsse diapasão o seu rítmo psicológico e que dinamise a sua actividade espiritual no sentido da inquietação moderna. A mulher da nossa época, estudiosa e culta, cheia de curiosidades e de audácias, habituada a trabalhar, a agir, a decidir, já não pode ter nada de comum com aquela boneca frívola de há um quarto de século que bordava a matiz, tocava piano, namorava da janela os vistosos cadetes de antes da guerra e se reformava resignadamente em *vieille-fille* por alturas dos trinta anos, se algum dêsses cadetes, promovido a alferes, a não promovia antes àquela bemaventurada categoria de senhora casada com que ela andava a sonhar desde os dezasseis. Depois da guerra, da grande guerra, cujos destroços fumegantes e sangrentos formaram o marco miliário que separa duas épocas na história da Humanidade, a mulher acelerou o seu rítmo de vida, habituou-se a guiar automóvel e a pilotar avião, aprendeu a prolongar a mocidade, estudando a secreta alquimia da beleza por virtude da qual consegue ter vinte e cinco anos até por alturas dos cinqüenta e deixou evolar-se por entre a nuvem de fumo do seu *Abdulla* perfumado a sentimentalidade piegas do ultra-romantismo, síntetizada no rítmo fúnebre daquele queixume desvairado e trágico que as meninas da geração anterior à nossa ainda sabiam de cór:

«Ouves àlém no retumbar da serra
O som do bronze que nos causa horror?
Foi mais um ente que voou da terra,
Mais um poeta que morreu de amor».

Hoje já não se usa morrer de amor. Ninguém tem o mau gôsto de caír nessa deselegância que seria pela nossa geração impiedosamente alcunhada de *bota de elástico*...

Quem ama hoje, ou vai direitinho por caminhos fáceis, sem incidentes nem tempestades, caír no rítmo tranqüilo do matrimónio, com uma bagagem de ilusões aconchegada entre o bragal, ou anda então em desacordos de rítmos sincopados à procura de uma felicidade que lhe foge e acaba as mais das vezes por encontrar no regime das substituïções o remédio consolador para as coisas perdidas...

Mas quantos também não sentem que erraram o seu verdadeiro destino — às vezes por terem chegado tarde, outras por deixarem passar *o seu momento* sem nêle fazerem reparo.

No amor a mulher deverá andar sempre em rítmo de sinceridade. A verdade!... Falar a verdade, amar com verdade, viver em verdade, eis a verdadeira moral. A verdade — seja ela qual fôr — é sempre digna e dignifica sempre. Ela e só ela deverá nortear todos os movimentos espirituais da mulher. Nem sempre assim sucede e muitas vezes a palavra *eternamente* tem na sua bôca volúvel o efémero significado das letras que a mão inquieta das crianças escreve na areia loira das praias...

Por natureza, porém — pelo menos assim é na maior parte — a mulher é sincera, leal, resignada, sabe opôr ao natural egoïsmo dos homens a cujo orgulho e amor próprio tanta vez é sacrificada, o contraste suave da sua abnegação sem limites. E então fica como figura de dôr e de sacrifício — *Julieta* ou *Francesca, Isolda* ou *Beatriz, Margarida Gauthier* ou *Maria na Alcoforado* — na história, na lenda, na literatura ou na vida, a afirmar pelos tempos fora em milagres de ternura os tesouros consoladores do seu rítmo sentimental.

Tôdas as mulheres têm marcado por Deus um Rítmo destinado a integrá-las no concêrto geral da máquina do mundo. Muitas não o sentem, procuram-no ávidamente e vão pela vida fora em busca de qualquer coisa que lhes falta, de um alvo que lhes foge. Algumas alcançam-no e sobem felizes o resto da encosta. Outras não o encontram nunca e vão mais longe sempre. São essas as que dão maior incentivo à movimentação das almas. São essas as que vivem as horas altas da tragédia, incompreendidas e isoladas, eternas perseguidoras de quimeras inacessíveis. Quantas delas, porém, o encontrariam se o procurassem bem...

Bastava às vezes que soubessem adaptar-se às circunstancias que lhes couberam em sorte e que conpreendessem a transformação a que em si próprias deviam proceder para formarem o complemento necessário no grupo em que lhes foi destinado tomar parte.

No amor, no lar, na arte, na vida, em tudo, a mulher deve ter um rítmo apenas — um rítmo carinhoso e equilibrado, um rítmo suave feito de brandura e devoção, onde se misturem a piedade para tôdas as dôres, a compreensão para todos os ideais, a indulgência para todos os êrros, o amparo para tôdas as fraquezas.

Ser útil, ser bela, ser meiga e ser inteligente, eis o rítmo quaternário em que deverá ser enquadrada tôda a razão de ser da existência da mulher.

(Palestra emitida em 25 de Julho).

O L I V A G U E R R A

NA ESTAÇÃO

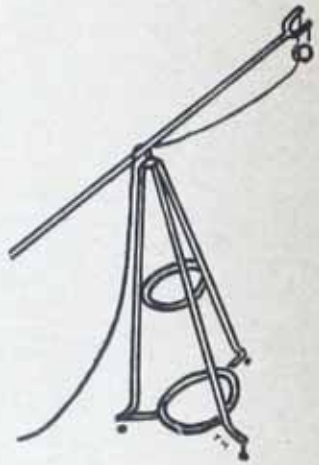




Sintonia rigorosa. Sintonizar é melhorar o rendimento, melhorar é levar mais além, a voz potente

O pão grelhado usa-se, como diéet, no tratamento das dispepsias rebeldes. O pão grelhado — eis a tentadora novidade! — conserva a frescura da pele das mulheres até uma idade avançadissima.

Uma outra questão, cujo conteúdo social forneceria matéria para uma lição, é o do fabríco do pão, em relação à qualidade e quantidade dos fermentos empregados. Esta é a facêta social do problema, o ponto nevrálgico, no qual o médico e o legislador têm, fatalmente, de colaborar o médico, o legislador e o economista culto. Aponto, entre muitos, dois processos de fabricação: o das câmaras de fermentação e o da fermentação do pão pelas leveduras naturais, o mais exacto e complexo sob o ponto de vista médico, social e económico. O pão, fabricado em duas horas, à custa de 3 a 3 e meio % de fermentos artificiais, ou o pão feito com massa, 50 % morta, azeda, preparada na tarde anterior à sua cozedura e fabríco, à qual se junta massa viva, produzida nas duas horas de trabalho matutino, entre as cinco e as sete, é um pão prejudicial à alimentação, nocivo à saúde pública. A aceleração da fermentação constitui, sob o ponto de vista médico e social, um atentado à vida humana. A massa morta é isenta de vitaminas: o seu conteúdo alimentar é quási nulo. O pão isento, ou privado, de leveduras naturais não tem sabor, perde o aroma. A questão do fabríco do pão constitui, em todos os países, um problema de higiene, um problema médico-social. Fixá-lo com atenção e carinho é proteger a grei, é cuidar da saúde colectiva. Sendo o pão um dos principais alimentos da grei, a sua manipulação e fabríco têm de obedecer a princípios científicos, há muito estudados e conhecidos. O pão é um alimento gerador de energia física. O pão completo, equilibrado, fabricado com todo o material contido no minúsculo grão de trigo constitui um alimento necessário à vida do homem e do qual o homem faz uso em grande escala. O pão alvíssimo, apetitoso e falso, não é um pão rico, é, quando muito, o pão dos ricos, cuja alimentação rica em albuminas e gorduras animais dispensa o pão completo. O problema, a-pesar-de complicado, não interessa a estes, interessa àqueles que fazem do pão o seu cavalo de batalha, o prato essencial de tôdas as suas refeições; interessa àqueles a quem o pão, cozido e fresco, de sabor apetitoso e de bom cheiro, dá energia para o trabalho de sol a sol, ampara e protege, fornecendo-lhe a saúde que os habitantes das cidades, elegantes, enfezados e pálidos, não têm, não podem ter.



(Palestra emitida em 29 de Julho).

AUGUSTO D'ESAGUY
MÉDICO

O Estado Novo e os fins da Nação

SERIA ousadia, demasiadamente fácil e errada a pretenção de condensar numa palavra o sentido da hora que a humanidade atravessa: Não digamos que a palavra foi dada por Deus aos homens para ocultarem os seus sentimentos, mas não tenhamos a esperança de resumir numa palavra o complexo das vontades, dos sentimentos e das idéas desta massa de milhões de homens a que pertencemos como pobres unidades transitórias, nêste ano de graça de 1935.

Mas como o aviso previo do êrro que vamos cometer, apenas como mêra, relativa verdade, da pequena verdade, com v pequeno que passa tangencialmente junto da Eterna Verdade olhando o momento confuso, dramático que o Mundo atravessa, temos que reconhecer nêle como sua qualidade mais nitida esta: a sua instabilidade, instabilidade na ordem dos bens materiais, instabilidade na ordem social, instabilidade nos conceitos da política, instabilidade, por fim, nos dados de metafísica e na inquietação dos espíritos religiosos.

Este estado de crise tudo avassala e quando olhamos o século que morreu em 1914 para êle vai um olhar de saudade de quem recorda a felicidade perdida.

Efectivamente êsse tempo tão próximo, mas que parece tão longe de nós, parecia conter em si o segrêdo da estabilidade de tudo quanto passa pelo nosso espírito e pelo nosso coração.

Na segurança dos papéis de crédito, via o capitalista assegurado o fausto dos seus últimos dias; o operário via a certeza do seu trabalho e a segurança de seu salário; o homem de Estado a regrada compustura de suas clientelas e a permanência garantida do seu direito de usar e de abusar e o próprio homem de ciência na ilusória verdade do seu positivismo, já se julgava sacerdote da derradeira e da eterna religião.

Como bem observa um filosofo americano, no século passado, princípios uniformes regiam ao mesmo tempo todo o pensamento humano e assim os dados do evolucionismo eram ciência certa com uniforme aplicação tanto nos dominios da paleontologia, da botânica e da zoologia como no campo tão misterioso e insondável da própria vida da humanidade.

Evolucionismo explicava tão cómodamente a viagem da célula primitiva até ao homem com passagem pelos vários apeadeiros dos seus in-

termédios, como dava a chave e permitia prognósticos seguros sôbre o nascer, idade adulta e morte das civilizações.

Esse estado, espírito de falso prejuizo cientifico, êsse orgulho imenso veio afinal a decaír na vil tristeza de quem tudo nega.

Hoje, hora de instabilidade e por isso de crise, fazemos uma inexorável revisão de tôdas as avaliações assentes e acrescentamos ao desiquilibrio da hora que passa ainda êste exagero: fazemos tábula raza de tudo quanto foi o ideal dos nossos pais e ou decaímos no mais dissolvente dos nihilismos de quem tudo nega ou nos elevamos ao novo orgulho de determos a nova, imutável e eterna verdade.

Meus senhores, quando disse nós, estava pensando no panorama desconcertante que nos oferece a nova Europa. As conveniências impõem que não concretizemos os exemplos lá de fóra, mas a boa razão manda que em confronto com o caso português retiremos para nosso uso e para uso de estranhos o último, mais alto significado da Revolução Portuguesa.

Partindo da forma para a essência dos acontecimentos que se desenrolam no nosso país desde 28 de Maio de 1926 até ao presente, devemos reconhecer em primeiro lugar que não foi um partido, que não foi uma facção, não foi uma classe económica ou social que destronou entre nós a forma de Govêrno da chamada democracia parlamentar.

Foi, pelo contrário, uma organização, a mais representativa da vontade nacional, na qual os novos renascentes, os burgueses e os filhos do povo, tinham sua real representação, tanto nas alturas como na massa anónima dos mandados: o exército português.

Esta isenção de grupos ou de facções deu logo uma feição original à revolução portuguesa. Porém, vencedor o exército, a soberania do Estado seria exercida por uma Ditadura Militar. Mas esta nova forma do exercicio do poder, estava ainda longe do temperamento nacional afeito a ser governado de maneira ainda mais plenamente representativa que os inimigos da nova situação descortinaram nesta divergência entre a forma do Govêrno e o espírito do País a falência da revolução que começava.

Esta foi a ilusão que permitiu a alguns portugueses o conluio com estranhos e levou outros de boa fé às revoltas que dominadas puseram à prova o espírito de sacrificio do exército e puseram a descoberto a sua espiritual isenção.

O exército mais uma vez vencedor, nobremente abandonou a sua posição transitória de dominio, o povo consagrou na eleição do nobilissimo Chefe de Estado às idéas de renovação que êle representava e pelo exercicio do sufrágio implicitamente convertia a Ditadura Militar numa Ditadura Nacional.

Esta nova feição do movimento de 28 de Maio não encontrou correspondência nos movimentos anti-democráticos dos nossos dias e deve-se, é de justiça proclamá-lo, ao nobilissimo desinterêsse do exército primeiramente, e depois à consciência cívica do povo português.

Tais foram as duas atitudes que harmoniosamente concorreram para a segunda e felicissima fase da situação política criada pelas reacções de 28 de Maio.

Todavia não é entrar demasiadamente no pormenor dos acontecimentos afirmar que ela teve como seu guia incontestável a figura tão desprendida de vaidades e de tão segura decisão como a de S. Ex.ª o General Carmona. E ao escolher na ordem civil o actual Chefe do Govêrno e ao conferir-lhe o prestigio da sua dedicada fé e confiança, o Chefe do Estado tinha-se antecipado ao juizo da Nação e revelára a mais rara qualidade da soberania: saber nomear.

Pelo voto da Nação e pela isenção do Exército morrera a Ditadura Militar e surgira a Ditadura Nacional, mas perante esta deparava-se o problema de converter em realidade indiscutíveis as aspirações formuladas em 28 de Maio.

Então os cada vez mais reduzidos antagonistas do novo Estado proclamavam que de uma Ditadura sòmente se podia saír pela porta sanguinolenta das revoluções.

O Senhor Doutor Oliveira Salazar, concitado assim ao campo político, seguiu rumo diverso.

Com um claro sentido das realidades compreendeu que a ordem política seria insubsistente e precária se antes a Ditadura não lhe tivesse preparado a base da reorganização financeira do País. E, quando a ordem e o equilíbrio das finanças tiveram a sua primeira demonstração, os políticos de café acharam o caso tão comesinho, como o de quem põe em ordem as contas de uma mercearia modesta.

Mas ao realizar o maravilhoso ajustamento das finanças às possibilidades do país e ao dar a base necessária na ordem material à nova construção juridico-política do Estado, o actual Chefe do Govêrno garantia à nova organização do Estado as condições basilares da sua permanência.

Primum vivere déinde philosophare.

Nesta encruzilhada dos acontecimentos já pode a nossa visão distinguir uma nova especialidade, uma inédita particularidade que coloca a Revolução portuguesa num plano superior ao de outras revoluções que em nossos dias surgiram contra o regime democrático parlamentar.

Caminhou-se aqui com passo decidido em terreno firme porque sôbre a ordem económica - financeira se construiu com segurança o edifício espiritual da nova ordem política.

Esta outra originalidade do caso português explica não sòmente a solidez do Estado Novo, como o interêsse do Mundo para o que, com geral louvor, é chamado lá fóra a lição de Portugal.

Assim, meus senhores, foi, então, possível encarar a solução do problema político português em pleno sentido das realidades.

Assegurada na ordem do Estado a uma nova estabilidade, o nacionalismo português original e diferente de outros pelos rumos que seguira, encontrava nos princípios políticos do Estado Novo um espírito próprio, distinto das outras revoluções a que aludi.

Não se enfeudára inicialmente nem a um partido nem a uma classe; garantira a seguir a sua permanência organizando a sua administração, as suas finanças e preparando para mais desafogada vida a própria economia e, finalmente, ao proclamar e ao realizar os seus princípios po-

líticos, distanciou-se com tanta prudência da tirania das teorias como do arbítrio dos empirismos.

A União Nacional e, depois, a Constituïção em vigôr permitiam o livre acesso de todos os portugueses de boa vontade aos quadros do Estado Novo independentemente da fé política ou de confissões religiosas.

Mas, mais do que tanto, acentuou-se no novo Estatuto do Estado que o nacionalismo português subordinava todo o seu sistema e todos os seus fins à moral e ao Direito.

No art. 4.º da Constituïção declarou-se expressamente que a soberania do Estado na ordem interna é limitada pela moral e pelo Direito e na ordem externa reconheceu-se, ao lado do respeito devido às normas e convenções internacionais livremente aceitas pelo País, que ao nosso Estado cumpre cooperar com outros Estados na preparação e adopção de soluções que interessem à paz entre os povos e ao progresso da humanidade.

Escusado é acentuar a transcendência de semelhantes normas no quadro geral das idéas que dividem o Mundo.

Bastará notar mais esta especialidade da Revolução Nacional.

Originada num acto de fôrça militar, ainda que incruento, ao cabo da sua tarefa de reforma constitucional o novo sistema ao mesmo tempo que repudiava a suposta democracia parlamentar marcava mais uma vez a originalidade dos ideais em oposição a outros regimes ditatoriais da hora que passa, pois que subordinára a acção e fins do próprio Estado não à tirania de um partido, não aos princípios imperialistas que antepõem a fôrça ao Direito mas, pelo contrário, autolimitando na ordem interna e na ordem internacional a vida do Estado Português às regras generosas do Direito, da Justiça e da Paz.

As ligeiras reflexões que fizemos àcêrca do mal da incerteza e da instabilidade, que é o mais vivo sinal da crise mundial, poderiam ser nêste momento repetidas para se concluir que a profunda revolução operada nêste país é também o anúncio de uma nova fase de estabilidade e de equilíbrio e que, de certo modo, Portugal, pela sua experiência, pela sua sugestiva lição oferece ao mundo porventura a fórmula que todos os países virão total ou parcialmente a seguir mais tarde.

Sob êste ponto de vista se contém em aparente contradição na originalidade do nosso nacionalismo, aquelas regras de equilíbrio que por convirem a todos os povos de civilização semelhante se podem considerar universais. Se assim como Portugal se antecipou a tôdas as nações da Europa em defesa do princípio da autoridade, da liberdade e da responsabilidade do Govêrno, podemos verificar que na altura já atingida pela Revolução Nacional ela representa também na verdade uma meditada e salutar reacção contra os exageros e os vícios de certos nacionalismos dominantes.

Tais são as ligeiras considerações que, dentro do tempo limitado de que dispomos, desejávamos fazer sôbre a trajectória, sôbre as tendências do movimento que foi iniciado em 28 de Maio de 1926.

(Palestra emitida em 3 de Agosto)

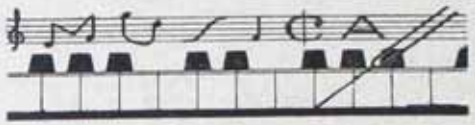
L E I T E D U A R T E



Foi de certo modo notável o movimento da E. N. durante o mês de Agosto, no que diz respeito a produção, como é fácil verificar pelos mapas da estatística que adiante publicamos.

No entanto, para que melhor possa avaliar-se da importância dêsse movimento, resolvemos arquivá-lo, mensalmente, nas páginas do «Boletim».

Abstraindo em absoluto os discos emitidos, eis, pois, o que passou pelos nossos estudios *no mês de Agosto:*



COMPOSITORES NACIONAIS EXECUTADOS PELAS ORQUESTRAS DA E. N. E OUTROS AGRUPAMENTOS MUSICAIS

AFONSO CORREIA LEITE
ALFREDO KEIL
ALVES COELHO
AMÉRICO DOS SANTOS
ANTÓNIO LOPES
ANTÓNIO MELO
ANTÓNIO VIANA
BELO MARQUES
BENTO CAEIRO
BERNARDO FERREIRA
BURNAY
CÉSAR DE MENDONÇA
CIRIACO CARDOSO
COSTA FERREIRA
DAVID DE SOUSA
EDUARDO LOUREIRO
FABIÃO FIGUEIRA
FILIPE DUARTE
FRANCISCO BENETÓ
FREDERICO DE FREITAS
FREITAS GAZUL
GUILHERMINA VILHENA
HUGO VIDAL
JAIME MENDES
JOÃO SANTOS
JOAQUIM AUGUSTO
JOAQUIM DO NASCIMENTO
JOSÉ COSME
JÚLIO ALMADA
JÚLIO NEUPARTH
LOPES DA COSTA
LUIZ DE FREITAS BRANCO
LUIZ PAIS
MANUEL BENTES
MANUEL DE FIGUEIREDO
MARIA AUGUSTA GONÇALVES
MARIA HELENA DA SILVEIRA
MÁRIO MELO
MORAIS
PASCOAL VEIGA
PAVIA DE MAGALHÃIS
RAUL DE CAMPOS
RAUL FERRÃO
RAUL PORTELA
RUI COELHO
SOUSA
TIAGO DIAS
VASCO DE MACEDO
VIANA DA MOTA
VICTOR HUSSLA
VIRGINIA WAGNER
WENCESLAU PINTO

COMPOSITORES ESTRANGEIROS

ADAM
ADAMS Y AGER
ALBENIZ
ALBIAC
AMBROISE THOMAS
ANDRÉ (Filho)
ARTUR SEYBEL
ARY BARROSO
AUBER
AYMBERÉ

BACH
BALCELLS PLANAS
BEATTY
BEETHOVEN
BIZET
BOIELDIEU
BONINCONTRO
BORODINE
BOCHERINI
CARLOS GOMES
CHABRIER
CHRISTINÉ
CHUECA
COURRAS
CZIBULKA
DANILO LURETI
DAVID BEE
DIEDING
DVORAK
EMILIO MAZZA
EUGEN D'ALBERT
FELIPE CREJON
FERNANDO ATHOS
FRANCISCO FERRER
FRANZ LEHAR
FRANZ VIENA
FRIUL
FUSTÉ
GERALDO
GIMENEZ
GRANADOS
GRAND JEAN
GRIEG
GRETY
GUERRERO
HAENDEL
HANS MAY
HARRY PARSONS
HARRY WOODS
HENDERSON
INDIAN
INGRAM
IRVING
JIMMY HUGHES
JOÃO DO BARRO
JOCELYN
JOSÉ IBARRA
JOSÉ TORROL
JEROME KERN
KELER BELA
KETELBEY
LACERDA E SILVA
LAMARTINE BABO
LÉO DELIBES
LÉO FALL
LEOLPOLD
LHERTY Y HORNO
LISZT
MAC DOWELL
MARTIM DOMINGO
MARTINI
MAURICE NAGGIAR
MAURICE RAVEL
MAURICE YVAIN
MENGOLI
MICHELLI
MILLAN
MORENO
MOUTON
MOZART
MUSSORGSKI
NASSARA e FRAZÃO
NEVI
NICOLINO MILANO
OCAN
OFFENBACH
OTTORINO RESPIGHI
PABLO LUNA
PIERNÉ
PIERRE VALLONES
PLANQUETTE
PONCHIELLI
REBIKOFF
REFALA
RIMSKY-KORSAKOW
RUBISTEIN
RUSSEL
SAINT-SÄENS
SANTIAGO e LUPO
SCHUBERT
SERRANO
SIDNEY JONES
SILVERIN
SIMONS
SÓCO
STRAUSS
TARANTO
TELLAM
TERRÉS
TSCHAIKOWSKI
VICENT YOUMANS
VIGLIANI
WAGNER
WALFREDO SILVA
WOLPATTI

Solistas

Piano: ANTÓNIA COLAÇO
IVONE SANTOS
MARGARIDA ROSA TEIXEIRA

que interpretaram os seguintes compositores portugueses: Armando José Fernandes, Claudio Carneiro, Luiz de Freitas Branco e Viana da Mota; e os estrangeiros: Chopin, Liszt, Saint-Säens e Scarlati.

Violino: LAMY REIS

que interpretou os seguintes compositores portugueses: Rui Coelho e Tomaz de Lima; e os estrangeiros: Nicolino Milano, Schubert, Tschaikowski e Wieniawski.

Quarteto: LUIZ BARBOSA
JOAQUINA DE CARVALHO
FILIPE LORIENTE
FAUSTO CALDEIRA

que interpretou Mendelssohn.

Trio: REGINA CASCAIS
SILVA PEREIRA
FILIPE LORIENTE

que interpretou Beethoven.

Cantores

AMÉLIA CID
ARMANDO RODRIGUES
CARMITA BURGUETE

acompanhada ao piano por Emilio Grevet (artistas cubanos).

EMILIA VILAS
GUILHERME KJÖLNER
HEITOR DE VILHENA

de colaboração com a Orquestra de Salão da E. N.

IZABEL PEGO BERGSTROM
LUIZA SATANELA
MARINA DEWANDES GABRIEL

de colaboração com a Orquestra Sinfónica da E. N.

MATEUS MOACHO
MARTINHO SEVERO
PAULO AMORIM

acompanhado pela Orquestra de Salão da E. N.

TÁGIDE TAVARES

que executaram os seguintes autores portugueses:

ALBERTO SARTI
ANTÓNIO FRAGOSO
ANTÓNIO VIANA
ANTÓNIO VIANA (Filho)
ARMANDO LEÇA
BENTO CAEIRO
BERTA ROSA LIMPO
CRUZ E SOUSA
DAVID DE SOUSA
HONORINA DE MORAIS
JOAQUIM NASCIMENTO
JORGE CRONER

JULIA OCEANO
LAURA WAQUE MARQUES
LUIZ DE FREITAS BRANCO
RUI COELHO
SERPA PINTO
TOMAZ BORBA
VARGAS JUNIOR

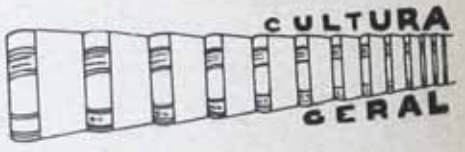
e os estrangeiros :

BIZET
BORODINE
CATALANI
CHAPI
CILÉA
CURTIS
FERNANDO ATHOS
FLOTOW
FRANCO LEONI
GLAZOUNOW
GUERRERO
KETELBEY
MASSENET
PAUL VIDAL
PERGOLESI
PONCHIELLI
PUCCINI
RUBINSTEIN
RUSSEL
SERRANO
TARANTO

Bandas

GUARDA NACIONAL REPUBLICANA
BANDA DE MARINHA

que executaram o compositor nacional Manuel de Figueiredo e os estrangeiros: Bach. Glazonnow, Lalo, Manccinelli e Mozart.



Palestras

«Um ano de experiência ràdiofónica» por AMÉRICO NOGUEIRA

«As filigranas portuguesas e o turismo» por ANIBAL TAVARES

«A função do disco na ràdiotelefonia»
«Crónica dos Discos» por ANTÓNIO LOPES RIBEIRO

«A ràdiotelefonia e a Emissora Nacional» pelo DR. ARMANDO GONÇALVES PEREIRA

«A ràdiotelefonia e a Medicina»
«Elogio do segundo prato: o peixe»
«História dos anestésicos. Sim, a dôr foi vencida»
«Atenção ao fígado». pelo DR. AUGUSTO DE ESAGUY

«A ràdiotelefonia e o jornalismo» por AUGUSTO PINTO

«A ràdiotelefonia ao serviço do Estado» pelo DR. CRISTIANO DE SOUSA

«A telefonia e o cinema» pelo DR. DOMINGOS DE MASCARENHAS

«A ràdiotelefonia e o desporte»
«Educação Física»
«Educação Física» pelo DR. FERNANDO AMADO

«A ràdiotelefonia e o Império» pelo capitão HENRIQUE GALVÃO

«A ràdiotelefonia e a criança» por D. IRENE LISBOA

«O continente etéreo» por JOAQUIM LEITÃO

«A ràdiotelefonia e o teatro» por JOSÉ DE ALMADA NEGREIROS

«Intercâmbio cultural luso-brasileiro» pelo DR. JOSÉ JULIO RODRIQUES

«Falemos Português»
«Falemos Português»
«Falemos Português»
«Falemos Português» por JULIO DE SANDEA

«A ràdiotelefonia e a música» pelo professor LUIZ DE FREITAS BRANCO

«A ràdiotelefonia e o turismo» por LUIZ LUPI

«O gosto pelas artes gráficas»
«O problema das artes gráficas»
«As Editoriais» por LUIZ MOITA

«Velhos colonos de Angola»
«O gado — riqueza do Sul de Angola» por D. MARIA ARCHER

«O mundo feminino português de hoje» pela DR.ª MARIA CAROLINA RAMOS

«Socialismo e Corporativismo» pelo dr. MÁRIO MATA E SILVA

«Santo Agostinho» pelo PADRE MIGUEL DE OLIVEIRA

«Santa Izabel, mãi da Paz e da Pátria» pelo PADRE MOREIRA DAS NEVES

A EDUCAÇÃO POLITICA, GARANTIA DA CONTINUÏDADE REVOLUCIONÁRIA [1]

Reunimo-nos para dar posse e investir em suas novas funções aos membros da Comissão Central da União Nacional, da sua Comissão Executiva, da Junta Consultiva e da Comissão de Propaganda. É o momento de fazer acêrca da política e da governação pública dêste País algumas considerações, umas indicadas pelo acto, outras exigidas pelas circunstâncias.

I

Há pouco mais de um ano que se demitiu a anterior Comissão Executiva da União Nacional,

[1] Perante os dirigentes da União Nacional, quando da posse das novas comissões, em 22 de Março de 1938, na sede daquele organismo.

cujos membros a meu pedido e desde então se encarregaram apenas do expediente ordinário. Tendo a crise atingido assim o principal centro motor da organização, de onde partem as ordens, as directrizes, o impulso para toda a acção de conjunto, a actividade política foi sucessivamente deminuindo até quási se extinguir. Dêste facto deduziu ou fingiu deduzir o inimigo que abandonáramos o campo, aliás por outras diversas formas ocupado; e por isso e pelo recrudescimento conspiratório que acompanha sempre dêste lado da fronteira as campanhas do Exército nacionalista espanhol, por virtude ainda das novas ordens dadas para a agitação ou revolução mundial comunista e das repercussões inevitáveis de certas medidas do Govêrno, toldou-se um pouco a atmosfera política, espalhou-se por aqui e por ali certo desânimo e alguns tímidos, mais nascidos para o aconchêgo do lar que para as lutas políticas, começaram mesmo a perturbar-se com trágicas visões.

Nada disto tem felizmente para nós, experimentados e prevenidos, consistência ou realidade, nem representa perigo que não possamos vencer: o Exército está no lugar que ocupa, desde o 28 de Maio, de garantia suprema da ordem revolucionária; a Guarda vigilante e pronta; as Polícias, apesar de competições lamentáveis que deve-

riam ter sido evitadas, continuam sem descanso e sem desânimo a cumprir o seu dever. Todos mais bem armados que em qualquer tempo, todos municiados como nunca, todos decididos como sempre. Além do que tínhamos passámos a dispor dos admiráveis voluntários da Legião e, quanto ao País, tendo conhecido por experiência os resultados de todas as aventuras, conhece também já por felicidade todos os aventureiros: comparando as promessas e decepções passadas com as realidades presentes, a anarquia com a ordem, a decadência com o ressurgimento, aprecia os benefícios colhidos de uma obra, aliás ainda incompleta, antevê os resultados definitivos da única verdadeira revolução social e política a que assistiu e confia em que a transformação da mentalidade geral permita à Nação resolver duradouramente os seus problemas fundamentais. Só não compreende muito bem como em Portugal a ordem parece estar sempre em crise, quando efectivamente o não está.

A verdade porém é que *politicamente* tudo o que *parece é*, quero dizer, as mentiras, as ficções, os receios, mesmo injustificados, criam estados de espírito que são *realidades políticas*: sôbre elas, com elas e contra elas se tem de governar.

E uma primeira observação se me afigura de utilidade fazer: não há, em geral, coincidência

entre o valor da actividade ou as realizações governativas e a atmosfera política. O inteligente esfôrço desenvolvido por D. Carlos e coroado de êxito nos últimos anos do seu reinado na política internacional não logrou desanuviar o ambiente e não retardou de uma hora o seu bárbaro assassinato. O esfôrço feito em 1907 pelo saneamento das finanças — sempre a máxima questão nacional — e continuado com as reformas de 1908, já no reinado de D. Manuel, não teve efeito algum sôbre a consciência pública, não diminuiu a intensidade das lutas partidárias e muito menos pôde salvar a monarquia. É certo que muitos outros problemas, à espera duma solução que demasiado tardava, se encontravam na base dos descontentamentos; mas continua verdadeiro que actos da maior transcendência se podem inteiramente perder em ambientes contrários de paixão, fundada ou infundadamente criados.

Em muitas circunstâncias sujeitas à minha observação pessoal tenho mesmo notado que exactamente quando a necessidade me obriga a absorver-me mais intensa e longamente no estudo de medidas do maior alcance nacional é que o estado político piora, pela falta de contactos ou o semi-abandono de algumas alavancas do poder. Por triste e injusta que esta situação se afigure,

são factos e nada valem lamentações; importa apenas não os esquecer para lhes dar remédio. Ora examinar os factores desfavoráveis a que se encontra sujeito o nosso ambiente político é pôr em evidência a necessidade e esclarecer as directrizes da acção.

II

Deve em primeiro lugar atender-se a que a execução integral dos princípios da Revolução nacional suscita por si mesma grandes dificuldades: como é profunda, fere o egoísmo dos interêsses criados; como tem de ser morosa, colhe os ímpetos dos apressados e dos improvisadores; como é ampla e se estende desde os domínios do pensamento à produção e distribuição das riquezas, a todos atinge e a todos terá de descontentar.

A Revolução tem sido um esfôrço realizado no sentido do «alto» e do «grandes», e só é preciso ser português para ter consciência do sentido heróico do nosso ressurgimento. O ambiente estrito, mesquinho, em que se debatiam as nossas mais graves e complexas questões nacionais teve de ser varrido e fortemente arejado; a discussão dos problemas, elevados sistemàticamente e por exigência dos princípios ao plano nacional,

tornou-se logo incompatível com o pequeno interêsse, o compadrio político, a habitual mediocridade.

Por outro lado, vencer o atraso de dezenas de anos, reconstituir a vida nacional com a modéstia exigida pelos recursos mas com a dignidade imposta pela nossa ética e pelo nosso passado, organizar o que era inorgânico ou desordenado, criar a consciência duma possibilidade de engrandecimento que, embora assente no património antigo, tem de ser construído por nossas mãos, exige tais sacrifícios, tais virtudes, tão elevada devoção, apela para sentimentos tão puros e desinteressados que, se dão grandeza à Revolução nacional, apresentam também dificuldades enormes. É fácil dever do Govêrno mostrar a necessidade de sacrifícios; mas aceitar de boa vontade êsses mesmos sacrifícios, chegar a amá-los é quási virtude de santos.

Outro ponto. Nós tentamos fazer uma criação política estruturalmente portuguesa. Decerto nenhuma experiência alheia, nenhum conjunto de factos sucedidos onde quer que seja deixa de ser considerado com o fim de tirar dêles quaisquer lições úteis. Mas a fonte principal dos nossos ensinamentos, a fonte de inspiração das grandes linhas da nossa construção política tem

sido a nossa história, a tradição, o temperamento, a *realidade portuguesa* em suma. Daí se procura tirar tudo o que do passado se mantém ou deve manter vivo e fecundo, e, dos novos tempos, o que parecem aquisições seguras ou aspirações legitimadas pelo progresso geral ou melhor compreensão da justiça. Sendo assim nacionalistas e portugueses, é inútil procurar ver identidade de ideologias ou processos onde a análise profunda descobrirá diferenças substanciais, que, aliás os factos, de quando em quando, põem a nu. A falta, porém, de independência mental, que acompanhou a nossa decadência e durante esta nos levou, tanta vez, à cópia servil do estrangeiro, seria naturalmente levada a encontrar inferioridade de ideal ou de construção no processo revolucionário português.

Por mais de uma vez estudiosos e escritores estrangeiros de renome mundial — o último, H. Massis — vêm a mim, entre tristes e desapontados. Analisando, comparando, observando de longe princípios e factos, propósitos e realizações, a traça e a construção do nosso edifício político, o que tem sido delineado e o que está feito chegaram a interessar-se pelo caso português, sobretudo pelo facto de que a sua originalidade não traduz particularismo político, antes está ligado a alguma coisa de universal, porque

humano, isto é, verdadeiro em tôda a parte. E, quando tomam contacto connosco, admiram-se de não ver partilhado o seu entusiasmo, choca-os o excesso das críticas e surpreende-os notarem preferências inexplicáveis por modelos estrangeiros.

Debalde explico que no nosso mundo político bastantes dos meus amigos manifestam exactamente a sua dedicação com estarem descontentes, que temos o hábito de amar, batendo, e que noutros casos não há mais que versatilidade de ânimo e ligeireza do espírito meridional. Mas, ai de mim! que a originalidade que deveria ser o nosso orgulho, algumas vezes se arrisca a ser a minha desgraça!

Outro ponto ainda. A todas as dificuldades anteriormente aludidas deve juntar-se agora o pêso do passado sôbre a mentalidade política: muitos de nós terão ainda no espírito os estigmas da democracia. A geração que aí vem, se fôr cuidadosamente dirigida a sua educação, hão-de aparecer como evidentes princípios hoje ainda custosos de admitir, e certas disciplinas impostas pelo interêsse comum da grei não só hão-de ser tidas como razoáveis mas aceites com prazer. Muitos de nós, que vimos de trás, temos presente sem dúvida o espectáculo da desordem e

da dissolução social, do abastardamento e decadência da Nação, mas, se ainda não lográmos reformar inteiramente a nossa mentalidade, dificilmente *sentimos* e dificilmente *vivemos* os tempos novos.

Pesa-nos a autoridade, atrofia-nos a disciplina, seduz-nos o hipercriticismo por motivos fúteis, parece-nos salutar entretenimento desgastar homens e destruir governos: tudo é ainda filho da desordem democrática, instalada sem se dar por isso nas inteligências e nas vontades.

III

As considerações anteriores pretendem demonstrar por uma ou por outra forma a necessidade de continuar, intensificando-a, a vasta obra de educação política do povo português em harmonia com os princípios da nossa Revolução; chamo a essa obra *obra de educação* e não de propaganda, pois esta será apenas um dos meios de conseguir aquela. As mesmas dificuldades que pus em evidência com todo o cuidado de um exame objectivo das condições portuguesas devem constituir estímulo para a vasta acção educativa, pois nascem da mesma grandeza da Revolução e da mesma elevação dos seus princípios informa-

dores. Nós não podemos recuar nem desistir; seria não termos consciência dos esforços e sacrifícios passados, das realidades presentes e das largas possibilidades do futuro deixar se afundassem de novo na mediocridade, de novo na tristeza da decadência as mais fundadas esperanças, as mais belas aspirações de ressurgimento.

Quando me ponho a considerar o panorama internacional — a inquietação, a ruína, o empobrecimento dos povos, as lutas internas ou externas, a desordem, a indisciplina, a pouca estabilidade e fôrça dos governos, a falsa solidez dos princípios, o precário equilíbrio social; quando penso que países ricos não podem dar valor estável às suas moedas, economias sólidas não logram ou não querem satisfazer as suas dívidas, grandes nações não conseguem equilibrar as suas finanças; quando vejo a vida em crise, a riqueza em crise, a moral em crise; e depois volto os olhos para a nossa casa sem dúvida modesta mas tranquila, arrumada e digna, sinto que muitas graças devemos todos à Revolução nacional.

Com os sacrifícios e privações do país, o apoio do Exército, o esfôrço e dedicação dos governantes, foi possível definir e fixar os princípios de profunda reforma em todos os sectores da vida nacional, criar nova estrutura política, dar aos portugueses consciência da grandeza e

da missão providencial da Nação. No equilíbrio financeiro, na estabilidade de valor da moeda, no ordenamento da economia, no sentido social da organização corporativa, na melhoria progressiva das condições do trabalho, na educação do povo, na reforma do Estado e na subordinação da sua actividade a princípios superiores da moral e do direito, no reforço da autoridade do Estado sem prejuízo da autonomia, respeito e liberdades dos indivíduos, na coerência e dignidade da vida pública, na serena afirmação da nossa independência e dos nossos inalienáveis direitos de grande nação colonial, nós não damos lições mas damos o exemplo.

Nesta pequena faixa ocidental que a Europa se habituara a olhar com comiseração ou tédio, fizemos o prodígio de reconstruir a Nação na sua feição tradicional — missionária e civilizadora, cavalheiresca e espiritualista; muita vez tivemos de fazer ouvir no sinédrio dos grandes a palavra justa, sem poder ser discutida a nossa autoridade moral. E os factos demonstraram sempre que tínhamos razão.

Tínhamos razão ao alvitrarmos modestamente que não se sujeitassem a fracassos sucessivos os estadistas que em conferências internacionais buscavam entendimentos e remédios para a crise geral, quando mais fácil e eficaz seria

mostrar cada um o seu espírito de colaboração remediando como pudesse as dificuldades próprias sem agravar as alheias. Tínhamos razão quando asseverámos não poder ser cometido maior êrro que alinhar os povos por ideais de política interna, contrapondo-os depois, e fazer projectar nas relações internacionais as simpatias dos governantes pelos sistemas políticos. Tínhamos razão quando, chamando a atenção do mundo para a verdadeira índole da guerra de Espanha, procurámos mostrar à Europa quanto o seu equilíbrio poderia ser prejudicado com intervenções das potências e como a única solução razoável e feliz teria sido a rápida vitória nacionalista sem auxílios estranhos. Tínhamos razão quando, opondo-nos à entrada dos Sovietes em Genebra, pretendíamos preservar a Sociedade das Nações da infiltração comunista e salvar, senão no seu estatuto, ao menos na essência, para base de futuras construções, os princípios da igualdade dos Estados, do respeito pela sua independência, da sua colaboração amigável e da superioridade do direito que todos podem ter em relação à fôrça de que só alguns dispõem. E tínhamos ainda razão quando em face da crise da moral internacional opinávamos ser um perigo confiar duma fraseologia sem sentido, quero dizer, sem fôrça na consciência das nações, a resolução do que importava à paz e à vida de muitas delas.

Sim, tínhamos razão e cada dia que passa há-de mostrá-lo mais claramente; mas eu não queria afastar-me da matéria dêste discurso e a ela volto para terminar.

IV

A minha tese de hoje é que se torna necessário intensificar a educação política do povo português para garantia da continuidade revolucionária, e que, se os princípios da Revolução nacional pela sua mesma elevação constituem fonte de dificuldades, também a missão educadora é simplificada por duas ordens de factos. A primeira é a obra realizada nos doze anos escassos decorridos desde o 28 de Maio; a segunda é que o povo português apreende por intuição notável o sentido profundo da transformação que se opera e tem por natureza ou educação secular o sentido de um destino nacional que nada tem que ver com a modéstia dos seus recursos e o baixo nível da sua instrução. A Nação tem decididamente a vocação do heroísmo, do desinterêsse, da acção civilizadora, da grandeza imperial, e enternece verificar que o simples povo não a perde mesmo quando o escol dirigente parece atraiçoá-la.

Ora ninguém desejará certamente que renasça a cada momento entre nós a tendência doentia

para a mediocridade e se troque o sentido das grandes aspirações da Nação pelo depravado gôsto de coisas mesquinhas e fúteis que não valem nos ocupemos delas. Ainda que não fôssem graves sob todos os aspectos as condições do tempo presente, ninguém compreenderia se pudesse continuar enlaçado e deminuído por preocupações inconciliáveis com a grandeza da tarefa que a cada um cabe na obra do engrandecimento pátrio.

À União Nacional, como único organismo político reconhecido, cabe desempenhar a missão que a traços largos desenhei; e é inútil acrescentar que a nova comissão executiva tem para empreendê-la toda a minha confiança.

IV

COMEMORAÇÕES CENTENÁRIAS

COMEMORAÇÕES CENTENÁRIAS[1]

1. No ano que vem — 1939 — pode dizer-se que faz oitocentos anos Portugal, contada a sua independência desde que D. Afonso Henriques se proclamou rei pela primeira vez. Em 1940 passa por seu turno o terceiro centenário da Restauração, ou seja o terceiro centenário da reafirmação, solenemente selada com o sangue de muitas batalhas, da mesma independência.

Ter oito séculos de idade é caso raro ou único na Europa e em todo o mundo, sobretudo se para a definição da identidade política se exigir o mesmo povo, a mesma Nação, o mesmo Estado. Quási desde o princípio, com o esfôrço dos primeiros reis, ficaram definidas e fixadas na penín-

---

[1] Nota oficiosa da Presidência do Conselho sôbre a comemoração dos Centenários da Independência e da Restauração (publicada nos jornais em 27 de março de 1938).

sula ibérica as nossas fronteiras. Guerras, muitas; mas nem invasão ou confusão de raças, nem anexações de territórios, nem substituição de casas reinantes, nem variação de fronteiras: do primeiro ao último os próprios chefes tinham nas veias o mesmo sangue português.

Liberto de todas as perturbações da Europa donde foram surgindo uns após outros os Estados modernos, Portugal viu nascer muitos, juntarem-se ou desmembrarem-se alguns, desaparecerem uns tantos. A todos sobreviveu e não no apagamento do olvido mas a realizar através dos séculos da sua existência uma das obras mais vastas e valiosas para o património colectivo da humanidade de que algum povo se poderá ufanar. Isto é, não durou, porque se furtou a viver; durou precisamente porque viveu — a vida intensa do soldado, do trabalhador da terra, do explorador do mar, do descobridor, do missionário, do portador de uma doutrina e de uma civilização.

2. Entendeu-se que seria bom celebrar solenemente nos dois próximos anos as referidas datas, fundidas no mesmo significado de independência nacional e constituindo portanto um ciclo único de comemorações festivas.

Seria, primeiro, dar ao povo português um tónico de alegria e confiança em si próprio, através da evocação de oito séculos da sua História — que foram simultâneamente oito séculos da História do mundo, e através da solidez e eternidade da sua independência.

Em segundo lugar conseguir-se-ia pela pressão do tempo e pelo entusiasmo criador levar os serviços públicos e particulares a acelerar o ritmo da sua actividade, com o intuito de afirmar a capacidade realizadora de Portugal, os seus serviços à civilização, e o contraste entre os nossos recursos sempre deminutos e os resultados obtidos, tantas vezes admiráveis.

Por um e outro modo demonstraríamos com a clareza da evidência aos nossos próprios olhos e aos olhos de estranhos que Portugal, Nação civilizadora, não findou e continua pelo contrário a sua alta missão no mundo.

3. Não é preciso dizer que os centenários, como grande festa de família, não interessam só à capital; a província, as ilhas, todos os domínios têm de participar nela. E não só não.

Tratando-se de acontecimento invulgar, não é ambiciosa a esperança de que países estrangeiros queiram ter a gentileza de se associar às comemorações festivas pelas muitas formas por que pode render-se homenagem a uma velha nação civilizadora ou cooperar-se no brilhantismo de uma

solenidade. Temos por esse mundo alianças, amizades fiéis, estreitas afinidades de raça, comunidade de civilização; e não hão-de esquecer todos aqueles povos de um extremo ao outro da Ásia que nos devem o primeiro contacto com o mundo ocidental.

Pena é que o monumento do Infante D. Henrique, à volta do qual se anda há anos, não possa ser inaugurado nessa época, e nos não seja por isso dado assistir ao espectáculo maravilhoso que seria desfilarem em grande parada naval, diante da ponta de Sagres, em face do monumento ao propulsor da navegação e dos descobrimentos nos tempos modernos, luzidas representações de todas as marinhas do mundo. Por mim não julgo impossível que a Europa, a Ásia e a América viessem da melhor vontade e com a presença de barcos seus reconhecer na obra do Infante a ambição e o impulso das descobertas e o serviço prestado à mais estreita comunidade dos povos através dos caminhos do mar.

4. Ao Brasil é devida referência especial, pois, seja qual fôr a parte que nas comemorações centenárias queiram amàvelmente tomar os outros Estados, não podemos dispensar na gloriosa festa a presença, a participação, o concurso permanente e activo do Brasil.

A história dos dois povos é comum a ambos até ao alvorecer do século XIX; e, quando os dois reinos se separaram, fizeram-no em termos que não têm precedentes na História. A atitude constante de Portugal para com o Brasil, desde o dia da nossa bifurcação no vasto mundo, é a de terna e carinhosa solidariedade. Orgulhamo-nos tão naturalmente de quanto empreenderam os nossos antepassados, como do que fizeram e têm de fazer os nossos descendentes. A nossa língua é a sua língua e, emquanto Portugal continental é estreita nesga de terra na Europa onde nunca poderão caber senão escassos milhões de almas, o Brasil é quási um continente, um mundo novo, e dêle jorrarão pelos séculos adiante torrentes de humanidade em cujas mãos estará bem entregue o tesouro das tradições de que hão-de ser herdeiros, em sagrada partilha connosco.

Eis algumas razões por que havemos de pedir ao Brasil que venha a Portugal, no momento em que festejamos os nossos oitocentos anos de idade, ajudar-nos a fazer as honras da casa; que erga o seu padrão de História ao lado do nosso; que não seja apenas nosso hóspede de honra mas, como da família, a par de nós acolha as homenagens que o mundo nos deve e nos trará nessa ocasião; que nos mande, no maior número, os mais egrégios dos seus filhos, em romagem patriótica e cívica.

Não nos determemos a precisar a forma a que aspiramos da colaboração brasileira nos centenários de 1939-1940. Queremos que o encontro dos nossos povos seja então efectivo e intenso como nunca o foi; e que o mundo seja testemunha do que é o Brasil na História portuguesa — uma das suas páginas mais belas e a sua mais extraordinária realização, e do que é Portugal para o Brasil — a fonte inicial da sua vida, a Pátria da própria Pátria.

5. Não devemos crer que os estrangeiros nos visitem em multidão, nem nós desejamos orientar as celebrações centenárias no sentido da exploração turística, digamos claramente a palavra. Mas não há dúvida de que tais solenidades terão — nós desejamos que tenham — repercussão internacional. Por dever, por curiosidade, por interêsse, muitos estrangeiros visitarão Portugal; e a primeira coisa é saber como poderão ser recebidos e como poderá ser preparada a nossa casa para os acolher.

À volta desta primeira preocupação deve ser posto, estudado e resolvido certo número de problemas, entre os quais apontarei, como exemplo, os que se referem à entrada no País ou na capital, à facilidade de circuitos turísticos, à vida nas cidades ou nos locais mais apetecidos

e apetecíveis pelo interêsse artístico, da paisagem ou de quaisquer características regionais. E há um mundo de coisas, pequenas umas, outras grandes, que têm aqui lugar: o melhoramento das estações ferroviárias fronteiriças; a construção de uma estação marítima, pelo menos, no pôrto de Lisboa; o aeródromo da Portela de Sacavém; algumas, senão todas, as estradas de acesso imediato à capital; o apôrto de certas malhas na rêde de estradas, com o qual se completariam ou arredondariam passeios de grande comodidade e beleza; a melhoria de instalações e o aperfeiçoamento dos serviços dos hotéis de Lisboa e da província; estabelecimento de certo número de pousadas em recantos provincianos onde a iniciativa privada não cuidou até hoje das necessidades de quem viaja ou passeia; maior vigilância na repressão da mendicidade; mais cuidado na limpeza das casas e das ruas, e muitas outras coisas que comissões especiais podem fàcilmente estudar e promover, quando estejam compenetradas desta primeira necessidade de estarmos em condições de receber as pessoas que nos visitem.

6. Sendo os dois centenários a celebrar da Fundação de Portugal e da Restauração, e não devendo alhear-nos das figuras centrais daqueles dois gran-

dos factos históricos — D. Afonso Henriques e D. João IV — ¿que faremos para os honrar de modo especial nas comemorações de 1939-1940?

Quanto ao último, deve relembrar-se que o Palácio dos Duques de Bragança em Vila Viçosa pertence hoje com muitos outros bens a uma Fundação instituída pelo Senhor D. Manuel e que, por expressa e voluntária cedência das Herdeiras, a Fundação usufrue já quási todo o Palácio em que há-de instituir um museu e uma biblioteca. Dado o carácter de utilidade pública da aludida Fundação, o valor arquitectónico do Palácio e o interêsse histórico e artístico do seu recheio, está indicado se trate já da sua restauração para poder ser efectivada o mais cedo possível a vontade do Fundador. No largo em frente, devidamente regularizado e embelezado, deveria levantar-se uma estátua a D. João IV, o Restaurador da Independência. O Palácio, a vasta praça, a formosa igreja fronteira dos Agostinhos, que constitue o panteão dos Duques de Bragança, seriam por êste modo elevados no conjunto à beleza e dignidade que lhes pertence.

Por outro lado quando se considera Lisboa na sua sintética expressão de capital portuguesa, e com o pensamento no fundador da nacionalidade se busca o meio mais próprio de consagrar-lhe a memória, nenhuma outra idea sobreleva à da reconstituição e aproveitamento do castelo de S. Jorge, pois, se a cidade está por tradição, valor e direito consagrada como o centro vital da própria Nação, é no castelo que se encontra a afirmação da conquista e do domínio da terra, quere dizer, o penhor da independência de Portugal. Despido dos estabelecimentos militares que ali se encontram, aliás em más condições, e restituído no traçado e beleza das suas muralhas, ainda que fiquem parcialmente em ruínas e mesmo sem se levantar estátua ou qualquer outro monumento, o castelo que materialmente domina Lisboa e o Tejo, deve dominar espiritualmente o País, deve ser a acrópole sagrada, o lugar eleito das peregrinações patrióticas. Acresce que dali se disfruta — nem os lisboetas o saberão — um dos mais belos panoramas que em qualquer cidade do mundo pode existir; e não há o direito de desperdiçá-lo.

7. Será preciso talvez, no período intenso e de certo modo febril em que vamos preparar as duas comemorações centenárias, defender-nos do excesso de querer realizar agora em dois anos o que não pôde sê-lo em oitocentos, desde o começo. Mas no intuito de afirmar o nosso poder realizador — um dos intentos afirmados no começo desta exposição — muitas obras já começadas

deveriam concluir-se e outras em projecto, em estado ou simplesmente desejadas deveriam ter o seu começo ou, melhor ainda, começo e fim neste período. Os serviços a quem se vai pedir um esfôrço excepcional deveriam ter como questão de brio e de honra própria (além de tudo o que ficou mencionado e lhes pertence) pelo menos as seguintes realizações:

a) Acabamento das obras de restauração do Palácio, jardim e parque de Queluz;

b) Acabamento da Casa da Moeda (parte administrativa e oficinal);

c) As obras do anexo ao Museu das Janelas Verdes (Arte Antiga), de forma que fique em condições de nêle se poderem realizar exposições temporárias de Arte;

d) Construção da auto-estrada para Cascais;

e) Construção do Estádio, que deve ser levada a efeito simultâneamente com a da auto-estrada para Cascais, sua ligação a Lisboa e construção da estrada marginal, qualquer delas pelo menos até à Cruz Quebrada;

f) Libertação definitiva da Tôrre de Belém: ninguém compreenderia que, ao realizarem-se comemorações de datas de tão grande significado na nossa História e quando exactamente por meio delas se procura exaltar o valor da raça e o seu esfôrço mundial, aquele belíssimo monumento

não esteja definitivamente livre da avultante vizinhança que há perto de meio século o ennodoa e a nacionais e estrangeiros pode dar a falsa idea de desapêgo nosso às tradições e ao património artístico português;

g) Conclusão das obras no Palácio de S. Bento e urbanização do local;

h) Resolução do problema do chamado Parque Eduardo VII e construção de um palácio de exposições, antiga aspiração da capital, onde não existe qualquer edifício próprio para tal fim;

i) Reparações necessárias no Teatro de S. Carlos;

j) O maior impulso possível ao parque florestal de Monsanto e, se possível (não sei em que tem esbarrado esta aspiração), a arborização da encosta marginal do Tejo desde os Estoris, cuja nudez muito prejudica a beleza do estuário;

k) A primeira fase de construção dos novos hospitais-escolares, em que se visione pelo menos a grandeza da obra;

l) Decidido impulso nas obras de novos bairros económicos, de modo que se possam fazer desaparecer os bairros miseráveis que cercam Lisboa;

m) Ligação radiofónica de Portugal e do seu Império, com a aspiração de que, durante as festas e depois a partir delas, todos os domínios ultramarinos possam seguir em cada momento as manifestações espirituais da Mãi Pátria.

8. Se bem que poucas vezes estaria tão bem fundamentada uma exposição internacional como com a celebração do duplo centenário por não empreendida, renunciaremos a ela; mas não seriam completas nem de certo modo possíveis as nossas comemorações festivas sem que do programa definitivo constassem algumas exposições nacionais, e não se opõe isso a que num ou noutro caso se peça a colaboração de outros países:

1.º Impõe-se naturalmente, dada a índole das comemorações, e em primeiro lugar, a *Grande Exposição Histórica do Mundo Português*. O local poderia ser nos terrenos vagos da Junqueira até Belém, já nessa altura certamente do Estado e da Câmara Municipal; os fins da Exposição apresentar uma síntese da nossa acção civilizadora, da nossa acção na História do mundo, mostrar, por assim dizer, todas as pègadas e vestígios de Portugal no globo;

2.º *Exposição de Arte Portuguesa* que deverá, na parte relativa à pintura, restringir-se aos primitivos. Na parte decorativa acessória poderiam figurar obras de outras épocas. Os trabalhos de restauração, a começar imediatamente, poriam em estado de ser expostos polípticos e tábuas que no conjunto seriam uma autêntica revelação para nacionais e estrangeiros. O local poderá ser o anexo ao Museu de Arte Antiga;

3.º *Grande Exposição Etnográfica*, na Tapada da Ajuda. Tentar-se-ia a reprodução da arquitectura característica de cada uma das vinte e uma províncias portuguesas, de aquém e de além-mar, em casa onde os habitantes, com indumentária própria, reproduzissem os usos e costumes das suas regiões. Poderiam ser convidados outros países a fazer-se representar com uma síntese do seu folclore, o que poderia dar lugar a interessante competição do folclore comparado;

4.º *Grande Exposição do Estado Novo*, na qual se procuraria mostrar tudo quanto o Estado Novo tem feito, desde a sua estrutura e orgânica até à obra de renovação e de ressurgimento moral e material, o que está realizado e a projecção no futuro;

5.º Julga-se que, por iniciativa de sub comissões da província ou de outros organismos competentes, poderiam ainda realizar-se pequenas exposições acessórias e locais, como, por exemplo, uma de ourivesaria em Coimbra, outra de barroco no Pôrto, etc.

9. Simultâneamente e até como complemento de algumas das exposições indicadas há a oportunidade de promover alguns congressos, estes de carácter internacional. De entre os possíveis destaco apenas um *Congresso do Mundo Portu-*

guês, ao qual é de esperar concorram eminentes vultos da ciência estrangeiros com os seus materiais e trabalhos de investigação relacionados com a nossa História. E numa das secções dêste Congresso, onde se tratasse de política indígena e de colonização, poderiam ser versados com interêsse internacional problemas de maior oportunidade.

10. Quanto a cortejos, festas, manifestações patrióticas e cívicas, faleceu-me ao mesmo tempo imaginação e experiência para indicá-los, mas representam, por definição, parte importante das festas comemorativas. Como somos ricos de datas históricas que podem ser nos dois anos dos centenários celebradas de modo especial, algumas serão incluídas no programa, que também compreenderá romagens patrióticas a lugares mais especialmente ligados aos factos que se celebram.

Parece ainda que dois grandes cortejos podem ser tentados com êxito:

1.º Em Lisboa, o *Cortejo do Mundo Português*, por assim dizer apoteose da Exposição e do Congresso do mesmo nome;

2.º No Pôrto, grande *Cortejo do trabalho* em Maio de 1940, onde desfilariam representantes de todas as actividades económicas nacionais, Sindicatos, Grémios, Casas do Povo, etc., continuando-se a tradição já estabelecida nos últimos anos e realizando-se em mais larga escala o que já se fez em Braga, Barcelos, Guimarães e êste ano se projecta em Viana do Castelo.

11. Uma vez posta em marcha a idea das celebrações centenárias, o Govêrno julga que muitas publicações aparecerão em que particulares e corporações ou institutos científicos e de ensino hão-de mostrar sob os mais diversos aspectos e nos mais diversos domínios a acção de Portugal e dos portugueses nos oito séculos de existência. Não podem prever-se os resultados desta idea a dominar todos os espíritos nos próximos anos; a atenção convergindo no mesmo plano fundamental de glorificação pátria pode dar lugar a muitas e valiosas criações.

Neste lugar quero porém referir-me apenas a certas publicações que de forma especial, directa, deveriam ficar marcando os centenários e que exemplificarei indicando as seguintes:

Publicação da documentação *(diplomática e monográfica)* respeitante tanto à fundação da nacionalidade como à restauração;

Terras, paisagens e monumentos de Portugal;

Álbum folclórico de costumes e tipos populares portugueses;

A casa portuguesa (fachadas e interiores dos nossos solares e casas típicas portuguesas);

Os primitivos portugueses;

Catálogo monumental, ilustrado, da Exposição do Mundo Português;

1940 (álbum panorâmico da obra do Estado Novo).

12. Gizando a traços muito largos os fins a que obedecem as comemorações e a orientação que pretendo dar-se-lhes, creio ter ficado dentro das nossas possibilidades—isto é, dentro da nossa capacidade de realização e da modéstia dos nossos recursos: seria contra os nossos princípios de política e de administração empenhar ou vender as pratas da casa para servir um chá luxuoso à família ou aos amigos. É ainda por esta consideração fundamental que só pequena percentagem das importâncias a gastar o serão em coisas que morrem, em coisas que passam; a máxima parte deve ficar como obra útil e ajudará por si mesma a perpetuar as festas.

Embora pretendendo ser modestos e devendo sê-lo, não creio que nos moldes habituais consigamos realizar toda a soma de trabalho reclamada, em harmonia com o indicado acima. Há decerto que acelerar o ritmo do nosso esforço

normal, estabelecendo regras de trabalho de que possa provir rendimento excepcional.

Será ainda necessário começar a trabalhar desde já, porque os estudos levarão forçosamente muito tempo, que já é pouco para tanto que há a executar; e para não nos dispersarmos não deverão ser consentidas nem aceites iniciativas isoladas, isto é, que se não integrem nem subordinem ao programa definitivo ou aos seus objectivos.

A comissão que fôr nomeada e aos vários pelouros a constituir impõe-se seja concedida, uma vez garantida pelo Govêrno a unidade de comando, grande liberdade de acção, descentralizando-se quanto possível a execução das várias iniciativas. Onde há organismos com serviços próprios para as levar a bom têrmo devem ser aproveitados: tal orientação não só estimulará e desenvolverá a vida dêsses organismos como deminuirá os inconvenientes da escassez de tempo.

13. Eis sucintamente uma idea, uma aspiração, um programa (êste apenas ligeiramente esboçado) e, além disto, os fins a atingir, os meios, as condições de trabalho.

As comemorações centenárias são acima de tudo, grande festa nacional, festa para todos os portugueses do mundo e em que todos podem e devem colaborar de maneira efectiva. E se

todos para elas contribuem, todos devem ter sua parte na alegria que criem, na satisfação que dêem, na fé e optimismo que hão-de arraigar nos espíritos acêrca da vitalidade do povo português e do seu engenho criador.

E vamos a ver se, dominados por tão alta e bela idea, não expulsaremos de nós o espírito da tristeza e do mal, a fim de nos prepararmos para festejar condignamente — o que raros poderão fazer — oito séculos de independência, quere dizer, de vida livre e de trabalho intenso, em grande parte desinteressado e a favor dos outros povos da terra.

V

REALIZAÇÕES DE POLÍTICA INTERNA — PROBLEMAS DE POLÍTICA EXTERNA

REALIZAÇÕES DE POLÍTICA INTERNA — PROBLEMAS DE POLÍTICA EXTERNA[1]

Senhor Presidente,
Senhores Deputados:

Realiza hoje a Assembleia Nacional a última sessão ordinária da primeira Legislatura, e com ela finda, salvo o caso de alguma convocação extraordinária, a competência dos primeiros eleitos nos termos da Constituição de 1933. Para ser mais nítido o corte com o passado, mantive-me durante os quatro anos de vida desta Câmara sempre ausente, embora nunca desinteressado da sua actividade; mas ao findar êste ciclo de trabalho, e em vésperas portanto de nova consulta

[1] Na Assembleia Nacional, na sessão de encerramento da I Legislatura, em 28 de abril de 1938.

eleitoral, não me sofreu o ânimo que não viesse vincar com a minha presença a solidariedade dos dois órgãos da soberania e congratular-me com a Câmara pelos resultados obtidos, ao mesmo tempo que agradeço — e sinceramente o faço — a sua patriótica e valiosa colaboração. Acima da natural divergência de critérios particulares no exame de uma ou outra questão e das discussões mais ou menos apaixonadas, mas nunca descompostas ou violentas, o que importa notar é o espírito que informou o trabalho comum, é o contributo positivo para a solução dos problemas nacionais. Tomando para si durante o período das sessões o que menor valor poderia ter como elemento da nossa obra legislativa, o Govêrno reservou por princípio ao labor da Assembleia alguns dos mais importantes documentos do sistema jurídico português, e parece que nenhum, precedendo os exaustivos estudos da Câmara Corporativa, deixou de sair daqui grandemente melhorado.

Termina êste primeiro período experimental, quando acaba também de fazer dez anos desde que a mim mesmo comecei a caber-me parte maior ou menor de responsabilidade no Govêrno dêste País e na direcção de uma obra a princípio de verdadeira salvação pública e depois felizmente de engrandecimento nacional, só um sentimento de modéstia, que pelo seu exagêro poderia

ser considerada vaidade, me levaria a esquecer, ou a fingir esquecer, um facto a que aliás se quis dar por várias formas relêvo excepcional. É certo que o ilustre Deputado Doutor Pacheco de Amorim afirma que não devem ter memória os políticos; e até certo ponto concordo com a afirmação.

Não hão-de ter memória para as fraquezas dos homens, pois muitas vezes se lhes hão-de confiar como se acreditassem na sua hombridade; não hão-de ter memória para as ofensas dos inimigos, pois acontece terem de estender lhes a mão para que ajudem a erguer o que antes por cega paixão desejaram destruir; não hão-de ter memória para os desgostos, para as noites perdidas, para os esforços mal avaliados, as intenções deturpadas, a honra injuriada, o patriotismo transmudado em interêsse, a justiça em gravame, os sacrifícios em delícias do Poder, nem, finalmente, para a ingratidão dos povos, porque, apesar de tudo e acima de tudo, é preciso servi-los sem ressentimento e governá-los com dedicação. Não; os políticos não hão-de ter memória para nada que seja obstáculo à colaboração patriótica, para nada que os leve a pagar agravos com outros agravos, para nada que lhes abata o ânimo no trabalho ou turve na fonte da consciência as rectas intenções. Vive a memória do tempo ido, e, ainda que eu não saiba se a citada frase se referia a políticos

sem passado e também felizmente sem futuro, achei-lhe em muitas coisas razão; mas não lhe encontrei em tudo.

Alguns ufanam-se de sistemas políticos feitos e completos, que basta aplicar ao corpo social, são ou doente, em todas as circunstâncias de trabalho, de formação ou de cultura, em todas as raças ou latitudes. E estes, obcecados por suas doutrinas ou sonhos de gabinete, não têm de saber como são os homens ou como vivem as nações: desprendidos da vida real pelo apriorístico das suas teorias e do passado pela ambição de construir um futuro que não é dêle a continuação, também não precisam de ter memória. Mas nós não estamos aí.

Com poderosos amarras a alguns princípios fundamentais que a razão esclarecida e a experiência dos séculos consagraram no exercício do Poder; servidos por aquelas luzes superiores que iluminam os fundamentos da vida social e os seus fins; vinculados à tradição e à história da Pátria portuguesa, com seu património, seus interêsses materiais ou morais, sua índole e vocação no mundo, há dez, há doze anos se trabalha em tudo que não são bases ou objectivos indiscutíveis, a adaptar, a ensaiar, a experimentar cautelosamente, direi vagarosamente, processos e soluções. Obra de reintegração e de reeduca-

ção, obra em que muito há a salvar do que se perdia e muito a construir e a inovar, é forçoso a cada passo cotejar os princípios e a aplicação, as instituições e os resultados, os sacrifícios e as vantagens, as reacções individuais ou colectivas perante as reformas que violentam os hábitos e os egoísmos, é preciso lembrar-se do que era e de como deixou de ser, do que se desejava e do que realmente foi, para se estar habilitado a manter ou a modificar, a prosseguir ou a abandonar com lealdade o caminho errado. E para tanto e a bem dos povos devem os políticos ter memória.

Felizmente que a análise mesmo sumária da transformação operada em Portugal e o exame dos princípios sob cujo influxo ela se operou permitem chegar à conclusão de que, à parte a necessidade de retoques nos pormenores, não há mais que conservar, desenvolver e aplicar integralmente as grandes bases do sistema.

I

Vista de olhos sôbre a administração

A Câmara aprovou ontem sôbre o relatório duma comissão especial (que por sua vez se baseou nos minuciosos estudos do Deputado Sr. Araújo Correia) as contas do Estado até 1936, e consa-

gron com o seu voto a administração pública, em oito anos e meio, por que sou directamente responsável. E a estas poderiam já ser acrescentadas as de 1937, acabadas de encerrar com saldo de 200 mil contos, tendo-se pago por conta das receitas ordinárias a quási totalidade daquelas despesas que, pelo facto de se referirem a grandes obras de fomento, se tinha previsto seriam custeadas por empréstimos.

Todos estes factos — ter contas actuais, dispor de saldos, fazer o julgamento da gerência logo que findas — são factos únicos no conjunto da nossa história e são já factos banais na história da nossa Revolução. Por êles se passa com indiferença, e isso me alegra, pois não há para mim maior prova de estar bem resolvido um problema do que não dar-se por êle.

São já de um passado morto as finanças arruinadas, os orçamentos com *déficit*, a tesouraria exausta, o instituto emissor desviado da sua função, a pobreza do meio circulante, a variabilidade de valor da moeda, a escassez das divisas, as restrições cambiais, os juros altos, os capitais expatriados, as baixas cotações da dívida, a multiplicidade inextricável dos impostos e dos vexames fiscais, a anarquia do crédito — tudo enterrado no tempo mas de desejar vivo ainda na memória para não poder repetir-se.

Ao classicismo, por assim dizer, da reforma financeira contrapõe-se a revolução económico-social, realizada no sentido corporativo, e também aqui parece não haver que voltar atrás ou mudar de caminho, a termos em conta os benefícios já resultantes do incipiente ordenamento da nossa economia e a melhoria conseguida nas condições de trabalho. É verdadeiramente uma revolução em marcha, a qual, depois de estender-se a todos os sectores da indústria e do comércio e de abraçar a agricultura, dará à vida económica e social uma feição diferente e imprimirá um cunho específico à mesma organização do Estado.

Havendo repudiado com o seu cortejo de desastres o individualismo e o liberalismo do século passado, não nos expusemos a pôr nas mãos do Estado a competência omnímoda de reger por seus próprios meios e serventuários a economia da Nação; e, tendo-nos revoltado contra uma falsa burguesia parasitária e gozadora, não queremos caminhar para a crescente e geral proletarização, pois não nos causaria inveja a nação em que só o Estado fôsse rico.

Não podem fechar-se os olhos a que alguns casos recentes o potencial financeiro e económico colocado nas mãos do Estado em virtude de regimes autárquicos, fortemente autoritários e

disciplinados, assume proporções que mal se imaginariam e por ora sem repercussão inconveniente no progresso da própria criação industrial. Os Estados não só ficam dispondo de somas enormes para realizações colectivas mas dirigem superiormente a economia como fonte da riqueza da Nação e instrumento de política externa. O que se não sabe ainda é se a máquina continuará funcionando com pleno rendimento sem os génios que ocasionalmente a dirijam; e em qualquer caso é bem de recear a sucessiva extensão da disciplina económica até abranger nas suas estreitas malhas as manifestações espirituais, a família, o mundo das ideas e dos afectos. E teríamos chegado por êste caminho à mesma escravidão de que andámos fugindo. Embora sem fechar os olhos aos ensinamentos que outras formas de organização e outras soluções tragam à resolução dos nossos próprios problemas, continuamos a considerar como salutar ao corpo social larga margem concedida à iniciativa privada e até à concorrência, desde que o Estado se mantenha como árbitro supremo entre os interêsses em jôgo.

Demasiado longe (segundo o meu modo de ver e as minhas predilecções pessoais) nos obrigará a ir nesta matéria a insuficiência técnica ou financeira dos particulares. Mas, resolvidos a ir até

onde seja absolutamente necessário, não deveremos ir mais além.

Na actividade traçada ao Estado pela lei da reconstituição económica, sabe a Câmara como uns após outros se têm formulado os planos necessários à sua execução e, como depois de aprovados, se lhes tem dado seguimento.

Efectua-se a um ritmo sucessivamente acelerado, sujeito embora às condições actuais da produção mundial, o rearmamento do Exército, e posso desde já anunciar que em breves dias será aprovada pelo Govêrno a continuação da reorganização da armada com a construção de novos barcos; executa-se o plano postal, telegráfico e telefónico nos termos aprovados pela Assembleia; acabou de ser aqui votado o plano do povoamento florestal das dunas e das serras ao norte do Tejo; está sujeito à apreciação da Câmara Corporativa o plano das obras de hidráulica agrícola, sem embargo de ter-se continuado a trabalhar activamente nas obras já aprovadas; estão concluídas ou em grande adiantamento as obras dos portos que constituíram a primeira fase aprovada pelo ilustre Deputado Dr. Antunes Guimarães, quando Ministro do Comércio, e a que posteriormente se aditaram os portos de Ponta Delgada, Funchal e Póvoa de Varzim;

procede-se à revisão da lei de portos como condição prévia à aprovação das restantes obras ainda indispensáveis, sobretudo nos de pesca, algumas das quais aliás se têm ido realizando com os recursos ordinários do orçamento; tem o Govêrno em estudo o diploma que estabelece as bases da electrificação nacional; a Câmara aprovou nesta sessão a reforma da instrução primária, sôbre a qual se pode gizar a respectiva rêde escolar e formular o plano das casas de escola necessárias em todo o País, e não falo nos edifícios liceais e nas cadeias e palácios de justiça acabados de dotar; estão a negociar-se convénios com as companhias ferroviárias por meio dos quais se esclarecerá a política de caminhos de ferro e deve dentro de poucos meses encontrar-se uma solução, fora ou dentro das actuais emprêsas, ao problema da navegação comercial para as colónias. — São coisas muito grandes a passarem do sonho para a realidade da vida ante os nossos olhos, atónitos de tanto nos haver a decadência habituado a tê-las por impossíveis.

Esta vasta acção de fomento ajudará algum tanto a solução de outros problemas, mas é da organização, sôbre a base corporativa, de toda a actividade nacional que há-de provir o remédio para muitos dos males actuais. Temos sustentado ser para ilusão — e bastos exemplos estranhos o confirmam — separar o social do económico, como se a vida de nós todos pudesse ser independente do trabalho e da riqueza que se produz. Mas, assente essa absoluta dependência para marcar o limite das possibilidades, também não entra nas nossas concepções, como forma definitiva de organização social, que seja por intermédio do Estado que passem todas as realizações em benefício dos trabalhadores. A ligação do económico e do social não é para nós apenas a indiscutível afirmação de um facto, mas a directriz marcada para a acção. Salários, seguros de doença ou invalidez, habitação, repouso e férias, subsídios familiares, recreios, assistência aos trabalhadores inválidos não poderiam viver do orçamento público senão como meio transitório, pois só teríamos assim no fundo suplementos de salários pagos ao Estado em impostos para que os devolvesse sob a forma mais ou menos disfarçada de assistência aos trabalhadores, quando o que deve ser é tê-los em cada ramo de produção como encargos directos e justa compensação do trabalho. Ficará dêste modo tudo mais no seu lugar.

Apesar do muito que está realizado com as casas económicas, os contratos de trabalho, a constituição das caixas de reforma, a extensão do direito de aposentação aos operários do Estado,

as férias pagas, a fiscalização das condições de trabalho, não fujo a dizer que estamos muito longe do ambicionado objectivo, primeiro pela fraca resistência da nossa economia, depois pelo baixo rendimento do nosso trabalho, e por fim porque só lentamente estas ideias vão penetrando nos dirigentes das empresas, nados e criados noutro ambiente. Não creio que a fôrça da nova mística vença por si só a resistência dos egoísmos individuais e das mentalidades feitas em sentido contrário: ais porque julgo que o Estado deverá usar da sua autoridade para conseguir mais rápida compreensão, reservando sempre para si restabelecer em benefício dos prováveis desfavorecidos o desequilíbrio provocado pelas condições da produção rica e pobre.

* * *

Não podemos estranhar que num Estado corporativo se assista à evolução dos órgãos políticos à medida dos progressos da própria revolução corporativa e que dentro de anos a face actual das coisas se tenha transmudado.

Assim a Câmara Corporativa, segundo a organização que lhe foi dada em 1934, não corresponde já inteiramente, à parte a excelência do

trabalho produzido, ao estado actual e ao próximamente futuro da organização corporativa, estando indicado venha a sofrer no interregno duma para outra legislatura as modificações resultantes dos progressos realizados.

Acentuou-se já na última reforma da Constituição a quebra do paralelismo funcional das duas Câmaras; e, quanto à Assembleia Nacional, duvido de que as alterações últimamente votadas lhe dêem a maleabilidade exigida pelo exercício da função legislativa a par e passo das necessidades do Estado; suponho teremos de ir ainda mais longe.

Mais um motivo para louvarmos a previdência com que se facilitou a revisão constitucional e nos permite sem solavancos nem precipitações ir adaptando os órgãos da soberania à realidade orgânica da Nação.

* * *

Passando apenas pelas cumiadas que representam os maiores problemas da nossa Pátria, direi ainda duas palavras relativas à política colonial.

Uma vez definida pelo Acto Colonial de 1930, não houve até hoje necessidade de tocar-lhe; e dentro das bases nêle traçadas se publicaram a

Carta Orgânica e a Reforma Administrativa Ultramarina. Para normalizar inteiramente a administração, regulou-se, de modo que parece definitivo, o regime das dívidas das colónias à metrópole e o das dívidas inter-coloniais.

O tempo desmentiu as profecias que auguravam os piores resultados da aplicação dos princípios de ordem metropolitana aos domínios coloniais. Sanada a vida de cada um, em todos se desenvolveu a produção e o comércio, tomaram notável incremento as obras públicas segundo planos prèviamente elaborados, intensificou-se a obra missionária, a instrução e assistência aos indígenas, e o magnífico espírito de cooperação imperial e de dedicação à mãi-Pátria vai receber justa consagração na viagem do Chefe do Estado à África Ocidental dentro de meses e esperamos que para o ano à outra costa.

Certamente não fizemos ainda calar de todo as vozes maldizentes, algumas críticas estrangeiras à colonização portuguesa, nem as alusões à desproporção entre a relativa pequenez da metrópole e a extensão dos domínios que colonizamos; não será fácil conseguí-lo, pois sabemos que tais estudos não pretendem ser objectivos nem os orienta um espírito de verdade ou de justiça: têm outra razão de ser e outro fim, contra o qual se deve estar sempre prevenido.

II

Política externa e situação internacional

Fui demasiado longe nestas minhas considerações; apesar disso não desejava terminá-las sem ligeira referência à nossa política externa e à situação internacional portuguesa, pois, ainda que os factos possam falar por si, convém esclarecê-los com alguns elementos de interpretação.

Tem-se a Europa encontrado nos últimos tempos, por mais de uma vez, à beira da catástrofe, e o relativo apaziguamento desta hora não pode garantir-se que sobreviva à resolução de algumas grandes dificuldades pendentes. Levou-a até aí a política *idealista*, prêsa de certos grandes tropos conhecidos e de algumas frases feitas; foi o tempo em que crèdulamente se admitia a miragem da «paz universal e indivisível» e da «segurança colectiva», dos acordos e pactos no «quadro da Sociedade das Nações». Estafada esta pelo grande esfôrço a que a obrigaram, muito para além das suas possibilidades, eis que de todos os lados se afirma e goza do maior favor a chamada política *realista*, aureolada por alguns grandes sucessos. Por mim estou em recear

tanto uma como outra; preciso para isso de defini-las a ambas.

A política idealista não é essencialmente uma política de ideal; pode tê-lo, pode não tê-lo, e geralmente não tem nenhum. O que a caracteriza é a ausência do real, é a abstracção dos factos, é estar vinculada a sistemas teóricos sem ligação com as realidades da vida e as mutações produzidas pelo domínio de outras correntes doutrinárias e pelos acontecimentos históricos. Quere dobrar o mundo às suas concepções abstractas, sem medir as possibilidades, nem as contingências, nem as fôrças opostas, e por esta forma acumula fracassos sôbre fracassos.

Nos últimos anos entrincheirou-se no dogma da bondade dos homens e da inocência das nações, no sonho da paz perpétua entre os povos, como se todos fôssem pacíficos e estivessem contentes, na abolição das guerras, na possibilidade do desarmamento integral, na virtude imanente do direito e da justiça.

Por êste modo tornou-se extática e inactiva, cega perante todos os factos que à evidência demonstravam a sem-razão das suas posições: cega perante o facto de serem alguns pacifistas que preparavam as guerras; cega perante o facto de que o direito criado pelas vitórias só pode manter-se emquanto se mantém a fôrça que o

impõe; cega perante as divergências entre os sentimentos e os interêsses de um lado, os acordos e os compromissos do outro; cega em Espanha, cega em Praga, cega em Genebra, cega em muita outra parte.

Em face desta perigosa cegueira, outras nações aplicaram métodos diferentes e obtiveram incontestáveis triunfos. Com inteiro conhecimento das circunstâncias, das possibilidades próprias e alheias, houve realismo no Sarre, realismo na Renânia, realismo em Dantzig, realismo no *Anschluss*; do outro lado houve e há também realismo no Brenner em 1934, na adesão ao acôrdo de Nyon para a fiscalização do Mediterrâneo em 1937, no recente convénio anglo-italiano, e até nos contidos sentimentos com que se aceitou o desaparecimento da Áustria.

Simplesmente — e começam aqui agora as restrições — esta política fascinará um breve as inteligências e apresentará o perigo de arrastar as vontades para o que no meu pensar é já desvirtuamento da política realista — a política do *facto consumado*, a política da *fôrça*. Eu sei que a razão também tem fôrça; por outras palavras, também é uma realidade: o maior empenho dos que se dispõem a recorrer às armas é demonstrar, e nisso lhe prestam homenagem, que o fazem em defesa do seu direito. Mas ninguém tem

dúvidas de que essa fôrça não basta, e os que desejaríamos viver na paz e segurança do nosso direito teremos de lamentar toda a política indiferente às imposições do direito e desprovida de um ideal superior de justiça — lamentar e, em harmonia com as realidades, prevenir-nos também: tal é o sentido do nosso rearmamento, das amizades na Europa e fora dela e da aliança inglesa.

* * *

Conformemente ao que nos dava a observação dos factos, já em 1935 a nossa actividade internacional era definida nas palavras seguintes, a cujo sentido nos temos mantido fiéis:

«Sente-se que a linha tradicional da nossa política externa, coincidente com os verdadeiros interêsses da Pátria Portuguesa, está em não nos envolvermos, podendo ser, nas descordens europeias, em manter a amizade peninsular, em desenvolver as possibilidades do nosso poderio atlântico.»

Do carácter de potência atlântica nasceu a aliança inglesa, e provêm, juntamente com os justos imperativos de um dos maiores factos da nossa história, íntimas e poderosas ligações com o Brasil.

Refiro-me em primeiro lugar à aliança anglo-luso.

A Europa está bastante inquieta e um dos sinais do seu nervosismo é sem dúvida o ciúme que provocam manifestações correntes de boa amizade internacional e a necessidade de reafirmações sucessivas dos mesmos sentimentos, como se os tratados e os acordos não vivessem da confiança na palavra dos Estados mas se alimentassem como derriços de constantes declarações sentimentais. Nós não adoptamos porém essa forma de proceder, nem na verdade tenho nada a acrescentar ao que disse sôbre a aliança inglesa em 6 de Julho do ano passado. Às mesmas necessidades e interêsses correspondem os mesmos sentimentos e compromissos: daqui não se falta ao devido; e da parte da Inglaterra estou certo de que também não.

Em todo o caso não fujo a notar que nos últimos meses, por vezes em dias seguidos, jornais da esquerda em Inglaterra (é certo que de muito baixa cotação) agridem Portugal, convidam o Govêrno britânico a rever, como quem diz a abandonar a aliança, sugerem-lhe se apodere para a sua segurança de territórios nossos, e parlamentares da oposição insistentemente o provocam a responder sôbre a validade dos tratados

e a sua aplicação às colónias, não certamente pelo gôsto de ouvirem confirmar a plena validade de compromissos antigos.

Ora nós sempre considerámos por nossa parte a aliança como negócio de Estado e não fruto de simpatias de partido, e de que assim também tem sido do lado inglês temos a prova nas declarações terminantes que a êsse respeito foram feitas por membros da actual oposição quando no govêrno, com tal fôrça se lhes impunha, juntamente com as responsabilidades dos interêsses britânicos, a comunidade de interêsses anglo-portugueses em que se funda a aliança.

Por esta razão, mencionando o facto para acusar-lhe a estranheza, não o tenho considerado como suficiente para causar-nos preocupações; antes o tenho atribuído à circunstância de começarem a aparecer no regime político inglês processos de combate que caracterizaram desde o princípio as democracias continentais. Supondo porém que me engano neste juízo, mais acertada ainda se mostra a política que seguimos — *colorizar-nos*, de modo que a nossa amizade seja sempre querida e o nosso valimento em favor dêste ou daquele nunca nos seja imposto nem declinado, se oferecido.

A situação do Império Britânico no mundo, a situação de Portugal no Atlântico e em África não

factores suficientes para nos imporem por tempo imprevisível a mesma colaboração de aliados; e por êste motivo consideramos da maior importância para ambas as nações que o Govêrno inglês haja tomado a iniciativa de mandar a Portugal uma missão militar que há várias semanas estuda com os nossos técnicos problemas de interêsse comum. Há muito tempo se fazia sentir a necessidade de mais estreitos contactos, de assídua troca de conhecimentos e informações e até de maiores precisões no que toca ao funcionamento da aliança. Estas particularmente são-nos úteis e somos obrigados a atribuir-lhes o maior interêsse, pondo-os, se necessário, na base de quaisquer negociações, pois sem elas não seria nunca fácil definir em Portugal qualquer política militar. E mais não é preciso dizer para inferir a perfeita solidez, na actualidade, dos laços que desde séculos nos unem à Inglaterra, sem prejuízo das boas amizades que a outros nos prendem.

* * *

Digamos agora alguma coisa da Espanha. «Nós desejamos tão amigáveis e cordiais relações com a Espanha, que desapareçam dêsse lado todas as

desconfianças e preocupações. Não só no campo económico se podem desenvolver muito as relações entre Portugal e a Espanha, mas ainda no campo político parece não ter hoje aquela nação nenhum interêsse contrário aos interêsses portugueses, dado que a nossa plena independência, para a realização dos nossos destinos no mundo, tem de ser axioma fundamental da política espanhola. Nesta base temos o campo aberto para entendimentos mútuos».

Estas palavras eram tão sinceras e leais que as dirigia eu, em 1935, a alguns que aliás veio depois a demonstrar-se tinham no seu passado ligações delicadas com emigrados políticos e combinações suspeitas acêrca de Portugal, e estes talvez não essentissem nos mesmos postulados, a considerarmos o entusiasmo com que se lhes referiam trechos de *memórias* já publicadas...

Desde então do lado de lá da fronteira houve a revolução e a guerra, substituíram-se por outras muitas situações políticas, implantaram-se novas ideias de govêrno, gozam de favor outras doutrinas, revelaram-se amizades e influências — em suma, muita coisa mudou; mas do nosso lado nada, pois continuámos a oferecer à Espanha a mesma amizade fraterna. Não queremos ficar aquém e não podemos ir mais longe.

Nós sabemos que esta posição é perfeitamente compreendida e aceite pelas pessoas responsáveis no govêrno e direcção mental da Espanha nacionalista, e temos atribuído alguns desvios aos fumos inebriantes da vitória, à exaltação provocada por duríssimos sacrifícios e à necessidade de apelar para os mais altos heroísmos. Passado o momento convulsivo da horrorosa guerra civil, esmagado o comunismo e salva a Espanha para a civilização ocidental, quando os espanhóis se ocupam de reparar as ruínas e de erguer o futuro, a todos se há-de impor, como a própria evidência à luz da razão política, êste facto irredutível da dualidade peninsular contra o qual se foram impotentes as tradições federalistas das duas repúblicas, também não o é menos a tradição imperialista de Filipe II. — Mas eu afastei-me um pouco do ponto preciso que acêrca da Espanha desejava tratar.

Influências a que há muito vinham estando sujeitos alguns governos espanhóis, aumentadas com o desenrolar e as necessidades da guerra, as vicissitudes desta, a mesma ideologia de crime e destruição que está no fundo da resistência de muitos, fizeram com que o govêrno que tinha por si a presunção da legalidade fôsse perdendo, uns atrás de outros, todos os requisitos de govêrno legítimo. Dividida a Espanha não recon-

quistada em fracções, cada uma agora já sujeita a seu govêrno, suspensa a Constituição, substituídos uns governantes por outros sem sujeição aos preceitos constitucionais, evidenciada a carência da autoridade na inexistência de garantia das vidas, crenças e bens das pessoas, como a lei ainda teòricamente as define, ¿poderá afirmar-se que persiste em Espanha o chamado govêrno legal? Quando por outro lado se considera, nos territórios libertos da guerra ou do terror vermelho, como reina a ordem, se desenvolve o trabalho, se administram os interêsses gerais, se cuida do bem dos povos, ¿poderá continuar a dizer-se que se trata apenas do mando arbitrário de generais rebeldes?

Tendo meditado longamente sôbre êste problema, parecera-me que seríamos réus de cobardia não encarando de frente as situações criadas e não tirando delas as conclusões que se impõem — reconhecendo de direito o Govêrno do Generalíssimo Franco como o govêrno de Espanha. E o que anuncio agora realizá-lo-emos em breve. Estando ainda longe o têrmo da guerra, não fazemos com isto um negócio nem vamos presurosos ocupar uma posição; afirmamos simplesmente, ante a reserva ou a incompreensão do grande número, os direitos da verdade e da justiça.

* * *

Vou concluir. Relembrando factos, repetindo ideias, tocando problemas, não tive a pretensão de fazer nem um apanhado de realizações do Estado Novo nem o processo crítico dos seus princípios fundamentais: a obra já não cabe num discurso nem o seu valor depende do que eu próprio diga em seu abono.

Noto porém que, não sendo ainda o que poderia ou deveria ser, uma virtude tem, inegável: Portugal foi chamado a nova vida, como se ressurgisse do túmulo ou pelo menos se erguesse daquela tristeza, ao mesmo tempo apagada e vil, a que se referira o poeta.

Não poderíamos ter do facto melhor demonstração que o entusiasmo com que os portugueses se aprestam para as comemorações centenárias de 1939-1940. De todas as classes, de todos os meios, de todas as terras e domínios, de todos os pontos do globo onde agenciamos a vida ou por onde andámos batalhando, se acorre entusiàsticamente ao chamamento de oito séculos de história.

É é, como no princípio do decénio, com a impressão de uma tarefa muito pesada mas a mesma fé nos destinos de Portugal que, sob o olhar da Providência, começo mais um ano de vida e mais um ano de govêrno.

VII

A REVOLUÇÃO E O EXÉRCITO[1]

Snrs. Oficiais:

A vossa benevolência há-de dispensar-me hoje de fazer um discurso; mas o coração não me dispensa de agradecer o convite para esta festa nem de sublinhar em duas palavras o claro significado que todos lho hão-de ver.

Esse significado é: a doze anos do 28 de Maio, decorrido um período suficientemente longo para que de ordinário passe o interêsse da novidade, afrouxem entusiasmos do começo, amorteça o esfôrço da primeira arrancada, mudem de opinião

---

[1] No banquete de confraternização de oficiais do Exército, realizado no Pavilhão de Festas do Parque Eduardo VII, em 29 de Maio de 1939 (em comemoração do XII aniversário da Revolução nacional).

os homens, substituam ídolos ao massas, sequa e morra na dedicação pública e na realidade da vida tudo que não tem raízes profundas na consciência dos povos — e doze anos do 28 de Maio, mil oficiais, por si e em representação dos que de certo muito sentem não ter podido vir, afirmam com a mesma fé e consciência da sua responsabilidade: o *Exército está com a Revolução.*

Nos doze anos que precederam estes ou nos outros antes dêles que mutações e que metamorfoses na vida portuguesa: assassínios de Chefes do Estado, substituição de regimes, formação e desagregação de partidos, ditaduras e parlamentos, guerra e paz, revoltas e conspirações, governos e desgovernos, tantas esperanças e desilusões em tão pequeno espaço que muitos reconheciam não ser aquilo que sonhavam, tantos ódios e malquerenças que os homens uma vez reunidos para a luta não mais podiam encontrar-se para a acção.

Pois, Senhores, essas transformações não eram senão arremêdo de mudanças: no fundo a mesma desorientação dos espíritos, a mesma indisciplina dos indivíduos e das colectividades, o rumo perdido duma grande nação; e nas ruínas e perigos internos ou externos os dirigentes enjeitavam culpas e responsabilidades e não se reconheciam já na sua própria obra. Sendo tudo tão igual, não atino com a razão do facto.

Ao contrário, nestes doze anos, já em nada se parece o ponto de chegada ao ponto de partida — nos melhoramentos materiais, na ordem moral, na dignidade política, na paz pública, na organização do trabalho e da economia, no reatar da nossa tradição, no renascimento de toda a actividade, no perfeito domínio de si, na posição conquistada entre as nações, na consolidação progressiva do Império Colonial, no reencontrado sentido da vida e do progresso como nação.

E, havendo tanta coisa mudada, é natural que o País já não se conheça a si mesmo, mas o Exército reconhece a Revolução: como árvore plantada em pequena, crescida e frondosa agora, *reconhece a Revolução e está com ela.*

Entendo por êste reconhecimento a assistência que persiste a lembrança das causas que provocaram o 28 de Maio, vive a consciência do mesmo imperativo nacional que o originou, patenteia-se em metódica realização e satisfação àquele conjunto de sentimentos e de aspirações, de interêsses e necessidades que traduziam mais que um momento da nossa história, porque se confundem com a própria vida e a alma da Nação.

Entendo por êste reconhecimento que a Revolução se mantém fiel ao seu pensamento de começo — nacional sem equívocos, espiritualista sem reservas, popular sem subserviências nem privi-

lógica. A Nação continua o ponto de referência de todos os actos do Govêrno e o ponto de encontro de todos os portugueses de boa vontade; o espírito é chamado a dominar a matéria por superioridade essencial e por correcta disposição de valores, na educação, no trabalho, no sentido profundo da vida; os mais fracos e mais sujeitos por sua fraqueza às inclemências da fortuna e aos abusos dos fortes têm por bem entendida justiça direito a especial protecção e, sem ser melhorada a sua situação material e transformada a posição na sociedade e no Estado, a Revolução não completou a sua obra.

Entendo por aquela assistência o mesmo cuidado e vigilância, a mesma prontidão no ataque e na defesa, a mesma valentia e desprêzo dos riscos e da vida com que tem tido necessidade de assegurar a estabilidade da situação política — condição primária de uma obra fecunda.

Está pois o Exército com a Revolução; ocorre-me preguntar se a *Revolução estará também com o Exército*.

Como partido suposto beneficiário de actos do Govêrno, como classe que para si tivesse parte especial de interêsses ou favores ou privilégios negados às outras, como indivíduos cuja influência militar se arvorasse pelo carácter do movimento

em situação política, é visível não estar a Revolução com o Exército, cujos componentes em nada beneficiaram com ela; e não está, em nome dos mesmos princípios por êle adoptados e por exigência da mesma pureza de ideal que deve tê-lo inspirado na sua acção. No mais está com êle.

Está com êle quando o vê na sequência ininterrupta e na herança dos que por oito séculos formaram a Pátria, consolidaram as fronteiras, alargaram além-mar os domínios portugueses, reconquistaram a independência, fundaram impérios sôbre impérios e cuja espada brilhou ao sol de todos os continentes.

Está com êle quando, no meio do desinterêsse geral, considera a desolação da sua decadência, a sua tristeza por sentir-se incompreendido e julgado inútil, a sua revolta íntima, porque, exigindo-se-lhe a vida, não se havia pôsto em condições de ao menos vendê-la caro.

Está com êle na sua ânsia de renovação e de progresso, no desejo de uma formação técnica tão perfeita como aquela a que dão direito a inteligência e saber teórico dos melhores valores, na necessidade da reforma moral, na cultura das virtudes militares, na subordinação consciente e total — corpo e alma —, no inteiro sacrifício a essa realidade superior que é a vida da nossa gente e a história da nossa terra.

Está com êle — e falo agora em nome do que sei, do que vejo e do que quero como português e homem de govêrno que não precisa de um partido militar nem de uma guarda pretoriana — está a Revolução com o Exército quando o encontra no desenvolvimento lógico da sua política de engrandecimento da Nação, como necessidade premente e factor essencial. E não digo sôbre êste ponto senão as precisas palavras para ser compreendido um pensamento fundamental.

* * *

Estendidas, assente, consolidadas estas duas posições — a do Exército que está com a Revolução, a da Revolução que está com o Exército —, tudo quanto nestes doze anos tem amealhado tão fecunda solidariedade se deve considerar muito inteligentemente orientado mas destituído de eficácia. E pois que temos a felicidade de compreendê-lo bem, podemos dar-nos à pura alegria desta festa.

Deveria em agradecimento da vossa gentileza erguer a minha taça pelo Exército português de que sou neste momento o chefe; mas Alguém, acima de mim e de vós, representa mais perfeitamente a exacta da unidade superior que se

minhas palavras pretenderam traduzir: ¡camarada vosso pelas armas, erguido por suas qualidades e virtudes à mais alta situação, bebamos pelo Chefe do Estado, Sr. General Carmona, fiador supremo da Revolução nacional!

PREOCUPAÇÃO DA PAZ E PREOCUPAÇÃO DA VIDA[1]

Meus Senhores:

Com dificuldade compreenderiam muitos que mantivesse absoluto silêncio em toda a campanha eleitoral. Não fugirei por isso a dizer algumas palavras, as menos possível, dado que nada saberia acrescentar de real valor à propaganda já feita.

A renovação da Assembleia Nacional, segundo o espírito da Constituição Política e o nosso sistema de eleição, tem essencialmente carácter plebiscitário: o acto eleitoral não se destina tanto à designação dos Deputados como ao reconhecimento solene das benemerências do regime poli-

[1] Proferido na Emissora Nacional, no encerramento da campanha eleitoral para constituição da nova Assembleia, em 27 de Outubro de 1938.

tico e à afirmação da confiança do País na realidade sempre fecunda dos princípios da Revolução Nacional.

É-me impossível fazer referência, ainda que em rapidíssima síntese, ao trabalho realizado desde o princípio e ao que esperamos realizar no futuro. Mas nos anos mais próximos, nós — como outros — vamos ser inteiramente dominados por duas grandes preocupações — *a preocupação da paz* e *a preocupação da vida* — quero dizer, problemas de política externa e defesa militar; problemas de produção e organização económica. O que disser andará pois só à roda destes dois pontos.

I

Preocupação da paz

O mundo viveu nas últimas semanas horas de grande inquietação. Por muita parte, desusada actividade diplomática, apelos patrióticos, medidas defensivas das cidades, evacuação de populações, movimentos de tropas faziam pressentir iminente a grande catástrofe. Aqui chegaram os rumores dos perigos, seguiu-se com ansiedade o desenrolar dos acontecimentos e sentia-se — por menos que se auscultasse a consciência pública — sentia-se o reflexo da angustiada dúvida univer-

sal: a Europa tem ainda esta excepcional posição e singular privilégio de que as suas grandes crises políticas parecem abalar os alicerces do mundo.

Apesar disso nenhuma declaração entendi dever fazer, como entendi evitar ao nosso povo a precipitação de medidas custosas e graves, que aliás supunha desnecessárias. Era minha convicção segura que não haveria guerra. De facto ninguém queria a guerra; ninguém estava preparado militar e economicamente para ela; a questão de que deveria sair o conflito estava posta dos dois lados no terreno dos princípios por que nos últimos vinte anos se tem pretendido afeiçoar e dirigir a vida internacional. Bastava que os homens responsáveis fôssem colocados em presença para encontrarem, premidos além disso pela comoção geral, o caminho entre a razão e a necessidade. Mas isto que nos parece tão simples agora é já perante a História a indiscutível glória de Chamberlain, a quem o Chefe do Govêrno italiano deve ter dado a colaboração decisiva do seu génio político.

As mesmas razões que me convenciam da improbabilidade da guerra me tranqüilizavam acêrca da sua generalização, não vendo por que haveria de envolver-nos necessàriamente nem descortinando razões que nos forçassem a aban-

donar o firme desígnio de poupar até ao último extremo o nosso povo aos horrores da miséria e da destruição: tratava-se de conflito sem qualquer interêsse para nós e por causa de um Estado com o qual nos vimos mesmo forçados a não ter relações normais. Mas um conflito extenso teria repercussões imprevisíveis e pelo fatal encadeamento das coisas ninguém poderia saber até quando e até onde ficaria indemne da sua acção, tanto mais que à nossa porta o problema espanhol poderia converter-se — e muitos o desejavam — num aspecto ou sector da grande luta.

Por êsses motivos, se não devíamos abandonar-nos ao desânimo, ninguém com justiça nos poderia julgar isentos de preocupações. Essas preocupações duram ainda e acompanhar-nos-ão por largo tempo, pois, contràriamente ao exagerado optimismo que sucedeu à ansiedade e desolação de muitos, julgo continuar a crise de que o problema checo foi apenas episódio ou incidente. A verdade que todos sentem e ninguém se atreve a confessar é que o mundo vive em crise de mêdo: saber como e em que sentido se desenvolverão a fôrça de expansão e o génio dos grandes poderios militares constitue objecto da preocupação geral.

Todos temos ouvido ser o Tratado de Versalhes a fonte do mal-estar europeu. Mas, a pesar de

os críticos terem hoje por si a luz dos próprios acontecimentos, a mim me parece esquecerem-se a cada passo três pontos fundamentais: o primeiro é que houve em 1918 nações que ganharam e nações que perderam a guerra; o segundo é que as condições duma paz vitoriosa, se não se tiverem esgotado com o simples facto da vitória, não se mantêm senão enquanto se mantém a fôrça que as ditou, e esta desagregou-se ainda antes da paz; o terceiro é que a reconstituição das nações, se não foi atacada a fonte essencial da sua vida, é facto por demais verificado na História, e que desiguadamente a França moderna ilustra a seguir às guerras napoleónicas e ao desastre de 70. Se pois é estranho pretender que aos países vencidos na Grande Guerra nenhuma imposição se deveria fazer, é insensato supor que a Alemanha poderia indefinidamente resignar-se ou viver numa espécie de menoridade que violentava a sua consciência nacional e, a ser possível, privaria em qualquer caso a Europa da extraordinária capacidade de organização e de trabalho de muitas dezenas de milhões de homens superiormente apetrechados e cultos.

Assim aconteceu que as mesmas razões que impeliram a Alemanha para o regime que consubstanciava, senão a revindita, ao menos a unidade, a plenitude da soberania e a recuperação

da anterior grandeza, levaram a política europeia a enrodilhar-se imponsadamente na averão ao sistema político, a tentar isolá-lo e a criar barreiras ideológicas que já não coincidiam com os interêsses aliados e não tinham mesmo lógica, desde que as «grandes democracias» se vangloriavam da contribuição soviética. A Alemanha, embora com algum exagêro, encarnou então o papel de perseguida, levou a extremos o sistema económico e financeiro que poderia dar-lhe a maior soma de disponibilidades para gastos improdutivos e criou um imenso poderio militar que em plena paz lhe permitiu alargar as fronteiras do Império.

Há alguns anos entre considerações acêrca da crise europeia, tive oportunidade de confiar ao papel estas palavras que, se então não foram compreendidas, estão já hoje ilustradas pelos factos: era preciso, escrevi eu, não esquecer que os povos, como os indivíduos, precisam de ser tratados com justiça, que os problemas da vida não se resolvem com simples fórmulas e por último que a guerra não tem mêdo... do mêdo. Dois anos antes, em Genebra, quási sós e em todo o caso contra o parecer e a política da Inglaterra e da França, então dominadas pela preocupação de um pacto de leste que nunca mais se fez, nós batemo-nos por que os Soviets não

entrassem na Sociedade das Nações, convencidos de que o seu espírito acabaria por derrancar aquele organismo, já demasiadamente eivado de ideologia socialista e internacionalista, e já demasiadamente ambicioso e preocupado de uma política sua, para não virem a ser mais tarde ou mais cedo afastados os que na política interna e na defesa dos seus interêsses entendiam seguir princípios diversos.

Ora bem: por sentimento de elegância para com os homens responsáveis pela direcção dos negócios da Europa, não quero cotejar os factos e as previsões; mas quem quer pode verificar que os perigos cresceram com o esquecimento daquelas verdades elementares, e a crise foi afastada na medida em que se lhes obedeceu. Sucedeu a acção a vagos discursos sem sentido; despiram-se os homens de Estado de mesquinhos preconceitos da política partidária; enfrentou-se a realidade senão a justiça de certas aspirações; a fôrça começou a revelar a sua presença; modificava-se o mapa da Europa ao respeitante a quatro nações, enquanto Genebra admitia em surdina uma proposta de mera especulação política para a retirada de voluntários das terras de Espanha; e até a Rússia soviética, aliás directamente interessada na contenda, teve de ser afastada como indesejável para ser possível alcançar a paz.

¡Grande derrota e para muitos duríssima lição!

Saíram de Munique, senão uma nova Europa, ao menos as perspectivas de uma Europa muito diferente. No domínio político, nas relações económicas, nas possibilidades militares, nas influências diplomáticas pela amizade ou vizinhança, acabou-se nos últimos meses a obra de destruição de Versalhes e em poucas horas se substituíram por outras as bases que foram da política europeia durante dezenas de anos. Isto não é necessàriamente a guerra. Pelo contrário, é bem possível encontrar para os problemas que ficaram ou surgiram desta crise soluções de colaboração amigável, talvez até com mais facilidade que nas circunstâncias anteriores. Infelizmente — e não é preciso para isso pôr em dúvida a sinceridade dos desejos e declarações de paz repetidos de todos os lados — infelizmente a paz na Europa depende apenas do equilíbrio forçosamente instável de dois factores: o desenvolvimento que hajam de ter na prática da vida e relações dos Estados certos princípios e processos que estão postos e experimentados e a evolução do mêdo à guerra no espírito das nações e sobretudo dos seus governantes. Por êste motivo assisto sem a menor estranheza à intensificação dos armamentos sôbre a troca solene de amabilidades e às

mais peremptórias declarações de não recorrer às armas para resolver conflitos de interêsses.

Falta uma palavra acêrca das eventuais complicações que poderiam advir para a península da guerra civil espanhola.

Alguns estavam ansiosos de ver, aliás em melindrosas circunstâncias, a demonstração prática de como fôra errada a política do Govêrno em relação à Espanha nacional; e os mesmos com outros entendiam ser mais conveniente para os nossos interêsses termos fronteiras comuns com os vermelhos, inimigos da nossa independência e em todo o caso da nossa tranquilidade, a termo-las com o Govêrno amigo do Generalíssimo Franco. Parece que houve ainda quem visse alucinadamente tropas de terceiras potências a avançar pelo nosso território, vindas de Espanha, para ocuparem as principais bases das costas portuguesas. E meteu-se muito mêdo... às crianças com esta invasão.

Ora por nós não tínhamos que rectificar a posição tomada desde o começo do conflito espanhol, nem a atitude havida para connosco pelas duas Espanhas, antes e depois da eclosão da guerra civil, prova que a nossa deveria ter sido diferente. Ela foi naquele momento, ela continua a ser no presente a que não só corresponde à nossa ética

política mas às reais conveniências e mais claros interêsses de Portugal.

A delicadeza do problema estava em que as circunstâncias da política espanhola ou outras, mesmo contra sua vontade, pudessem criar à Nação portuguesa um conflito entre o sentimento e o dever. Seria para nós extremamente doloroso, por contrário à consciência e a alguns dos nossos interêsses, sermos postos na necessidade de contribuir para a destruição do que com tanta simpatia temos visto edificar. O justo, o razoável não era negarmo-nos a nós próprios; o necessário era evitar que chegássemos a contradizer-nos.

A mim pareceu-me desde o começo evidente que o maior interêsse da Espanha nacionalista estava em manter-se neutral em qualquer conflito eventualmente nascido dos problemas do centro europeu; tratava-se agora de ajudar na medida do possível os seus governantes a definirem e a manterem essa neutralidade. A declaração pública desta política e a sua efectivação convinham maximamente ao interêsse da França e da Inglaterra, e, embora com a perda de algumas possibilidades, também à Alemanha e à Itália, a quem sobretudo tem interessado no conflito espanhol erguer barreiras à invasão comunista. E, com relação a Portugal, a Espanha desejaria ainda mais a certeza da tranqüilidade nas fronteiras mùtuamente garantidas, em correspondência com a amizade fraterna que liga os dois povos peninsulares. ¡Oxalá a vitória da verdadeira Espanha nacionalista possa em breve constituir base indestrutível dessa política de recíproca segurança!

Assim se criaram condições de tranqüilidade na fronteira terrestre e se diminuíram as possibilidades de extensão do conflito e de nos envolvermos nêle; assim se chegara à demonstração palpável de que não erráramos o interêsse nacional quando definimos a nossa atitude na guerra civil de Espanha; assim preservávamos por nosso lado a paz e podíamos reservar-nos para outras eventualidades. Todos puderam dêste modo ficar contentes, com excepção de alguns descendentes dos antigos «amigos da Sérvia», cujo entusiasmo bélico, acabadas as manifestações, eu estava aliás inteiramente decidido a aproveitar para o primeiro choque... E passo à outra grande preocupação — *a vida*.

II

Preocupação da vida

Mesmo que os homens de Estado consigam providencialmente evitar que a Europa se esfacele em largo conflito, basta que persista a

atmosfera de inquietação para que o mal-estar económico não tenha alívio possível. A paz fortemente prevenida e desconfiada em que se viverá não há-de ter só influência na economia dos países a cujo esforço de rearmamento tudo seja subordinado, mas na de outros que, afastados das grandes competições políticas ou militares, desejariam apenas viver na tranquilidade, mesmo à custa da mediania.

O esforço dos armamentos além das possibilidades normais tinha já convertido em verdadeiras economias de guerra as economias de algumas nações, e eu não sei se, além do evidente contágio de certos princípios políticos que já começam a ser considerados superiores, ao menos para épocas de crise, e em cuja adopção só aliás haveria vantagens, as necessidades da intensa preparação bélica não farão alastrar como nódoa as autarquias económicas e as restrições e regulamentações da produção e do comércio. Estas têm sem dúvida funcionado como engrenagem de economia *sui generis*: têm tido a virtude de manter o equilíbrio, embora em circuito fechado; podem mesmo considerar-se como tentativa de racionalizar a economia, de regular a produção pelas necessidades dos consumos vitais, de evitar todos os desperdícios que outros modos de organizar a vida fatalmente importam. Mas

nós não vamos assistir à disputa académica sôbre a superioridade para a vida económica mundial de dois processos diferentes, nem porventura à competição dos dois para se conquistarem as adesões e as influências: nós vamos verificar se o resto de liberdade económica existente no mundo sob a influência dos países que ainda lhe são fiéis vai resistir à pressão das necessidades dos tempos novos. E entretanto é preciso viver... — Êste é o primeiro ponto a que há-de prestar-se atenção.

O segundo diz respeito a traço que parece característico não já da economia de hoje mas da civilização moderna: o império da quantidade com o envilecimento correspondente da qualidade dos produtos e a unânime exigência do baixo preço. A fatuidade, as necessidades, a velocidade da vida moderna estarão na base do fenómeno; mas suspeito que também o empobrecimento real das populações aí anda escondido e dissimulado.

Enquanto a humanidade se não *desgostar* — se um dia se desgostará! — desta abundância aparentemente rica, no fundo insuficiente, e na medida em que a racionalização da vida económica não imponha, em harmonia com necessidades de economias de guerra, orientação diferente, a produção industrial não tem interêsse

em seguir outro rumo e ela própria se defenderá na concorrência geral, continuando a envilecer-se. Mas quanto às produções filhas dilectas da terra, para as quais naturalmente, essencialmente o alto grau da qualidade só é muitas vezes compatível com a pequena quantidade e o elevado custo, nenhuma adaptação parece possível, e o espírito hesita nas soluções necessárias. — E entretanto é preciso viver...

Estas são dificuldades do mundo e não só nossas; o que particularmente nos respeita a traços largos se pode expor. De 1926 a 1938 a nossa população do continente e ilhas aumentou cêrca de 1:400 000 indivíduos, quási 1/6 do total. O solo está ocupado e não é fácil; salvo as terras aptas e destinadas a cultura florestal, as restantes estão aproveitadas e não é possível estendê-las; a sujeição a regadio pode entretanto melhorar o aproveitamento de algumas. O sub-solo, embora nalguma parte desconhecido, pode considerar-se pobre, sobretudo nos minérios de larga extracção e fundamentais para a economia moderna. O clima é óptimo para viver, mas não igualmente bom para produzir. Os rios são irregulares e o mar nem sempre é generoso e amigo.

Fechados os países americanos do norte e do sul à imigração europeia, deixámos de poder

contar com êsse derivativo para o excesso da nossa população que na mesma casa temos de instalar e fazer viver. Assistiríamos em breve aqui à generalização da miséria, se não tivéssemos possibilidade de fazer crescer os recursos — para troca, se o mundo os recebe, para consumo se, como previ, as dificuldades da economia geral aumentarem ainda. E então minérios mesmo pobres hão-de substituir metais importados; a energia dos rios tomará seu lugar ao carvão estrangeiro; a terra e o mar têm de ser levados a desentranhar-se em maior riqueza e a absorver maior soma de trabalho. Êste teria de fornecer rendimento mais elevado nem que não fôsse senão por actuar em condições naturais sucessivamente mais difíceis. Mas nós queremos ir mais longe — pretendemos fazer subir o nível geral da vida.

Não esqueço que temos também as colónias, subsidiárias da nossa economia, como meios de produção, mercados consumidores e, dentro de certos limites, campo aberto à actividade da população; mas em tais circunstâncias e diante de tão graves necessidades, aqui e lá, eu só vejo para a resolução do nosso problema dois factores — a técnica e a organização, possivelmente a *técnica pela organização*.

Sem dúvida se deve a esta terem-se vencido algumas dificuldades passadas e, embora inci-

piente, se descobre já ser arma própria para desenvolver a economia nacional, representá-la e defendê-la em face das outras economias e ao mesmo tempo assegurar a harmonia dos interêsses que colaboram na produção.

E quando, pelo raciocínio e pela experiência, considerando as necessidades do povo português e as condições da luta económica de nossos dias, o ensinamento das nossas melhores tradições e as exigências dos princípios sociais que defendemos, chego à conclusão de que nos incumbe desenvolver com urgência, completar e aperfeiçoar a nossa organização corporativa, depara-se-me a campanha insidiosa que sôbre faltas, erros ou possíveis abusos individuais se apresentaria, se a deixassem, a restabelecer a fraqueza, a dispersão e a desordem, que também por vezes toma o nome de liberdade.

Ora eu não defendo os erros de ninguém, nem sequer os que eu próprio cometa; não absolvo nenhuma falta, não me solidarizo com nenhum abuso e acho bem que consciências rectas e inteligências esclarecidas possam apontá-los à atenção do Govêrno para futura correcção. Mas havemos de distinguir estas críticas cuidadosamente dos ataques, filhos de superficial vivacidade ou de interêsses opostos a toda a espécie de disciplina, absolutamente certos de que, nas condi-

ções do próximo futuro, só teríamos de escolher entre a suficiência na organização e a miséria no caos. O Govêrno, é evidente, tomou já o seu partido.

* * *

Meus Senhores:

Fui mais extenso do que desejava e não vou alongar ainda mais êste discurso a tirar conclusões de tudo o que deixo dito. A inteligência dos homens esclarecidos e patriotas, reflectindo sôbre os factos dêste momento e suas possíveis interpretações, os sentimentos dos povos, as ideas dos governos, as necessidades e dificuldades gerais, os males e os possíveis remédios, a que velada ou claramente me referi, saberão por certo orientar-se e hão-de fazer a sua ideia — ideia justa — dos esforços e cuidados da governação no período para que vai ser eleita a nova Assembleia.

Estaria talvez mais apropriado ao momento abstrair de todas as dificuldades e embalar os corações na esperança de glórias sem esfôrço ou de grandezas sem risco. Eu tenho, porém, habituado o povo português a enfrentar calma e resolutamente os problemas que afectam a sua vida colectiva, e não me tenho arrependido disso.

Se há obstáculos, dificuldades, perigos, melhor: a considerá-los e vencê-los se caldeia e fortalece a alma dos indivíduos e dos povos; nem podem meter-nos receio tarefas que apesar de tudo são menores do que as levadas a cabo por nossos avós. E nós somos ainda a mesma Nação, a mesma raça, o mesmo povo.

Pondo diante dos olhos as duas grandes preocupações dos tempos próximos — *a preocupação da paz, a preocupação da vida* — foi meu intento deixar do mesmo passo indicados os polos para que há-de fatalmente tender a cada momento a nossa principal acção. E apenas temos de habituar-nos à idea — que é já do passado e não voltará tão cedo a «doçura de viver»; pois, quanto ao mais, nenhuma dificuldade ou perigo é superior às nossas amizades, às possibilidades do nosso trabalho, à firme vontade de continuar a nossa vida e a nossa História. Mentiria à minha consciência e à realidade nacional, se não terminasse as minhas palavras por este acto de fé em nós próprios, *fé* consciente, *fé* vivida e felizmente partilhada pelos portugueses de hoje.

IX

MISSÃO MILITAR BRITÂNICA

REVOLUÇÃO CORPORATIVA[1]

Trabalhadores do meu País:
Homens dos Sindicatos, das Casas do Povo,
das Casas dos Pescadores,
Dirigentes do trabalho nacional,
Homens de pensamento e de acção,
Portuguesas!

Eu não deminuirei com apagado e inútil discurso a beleza desta hora magnífica; se digo brevíssimas palavras é só para vincar o alto sentido da vossa manifestação. Nem tomarei para mim — transitório representante de uma idea e deficiente realizador de uma política, excedendo uma e outra a estatura e a vida de um homem — não tomarei para mim nem os aplausos, nem os louvores, nem as aclamações: quero que sejam para vós mes-

[1] Na grande manifestação dos Sindicatos, Casas do Povo e Casas dos Pescadores, realizada no Terreiro do Paço em 27 de Fevereiro de 1939.

mos, os que pudestes erguer ante os olhos da cidade, com optimismo, com devoção, com fé, a antecipada imagem do que há-de ser a nossa *revolução na paz*. Não, não é ainda a hora triunfal, o sol a pino do meio-dia, mas é já, depois das indecisões do alvorecer, a alegria e a saudável frescura da manhã.

Fomos nados e criados, a maior parte de nós, em concepções diferentes das que inspiram hoje a nossa vida colectiva: era a divisão na política, a luta nas classes, a desordem na economia, o egoísmo nas relações sociais, a elegância da ociosidade, o cansaço de viver. Muitos disseram: abandonemos a coisa pública à inspiração das paixões e aos movimentos e caprichos da multidão — e foi o predomínio da política sôbre a vida, com a *democracia*. Outros afirmaram: criemos sem preocupações e sem método as riquezas, elas chegarão com abundância a cada um — e foi o predomínio do económico sôbre o social, com o *liberalismo*. Ainda outros defenderam: distribuamos pelos que somos as riquezas criadas e a criar, segundo a razão suprema dos nossos apetites — e foi o predomínio do social sôbre o económico, pelo *socialismo*. Mas, se na desordem política, nas injustiças da economia liberal, na devastação operada pelo socialismo estavam as lógicas consequências dos sistemas, estava também aí o germe da ruína colectiva. Nem eu sei como a Pátria podia ser nas almas mais que imagem literária ou velha tradição de heróicos feitos a que ia faltando a vida profunda, a consciência de uma unidade essencial. ¿Pois que unidade resiste à divisão? ¿que solidariedade ao ódio? ¿que comunidade à falta de disciplina e de organização?

E nasceu o *corporativismo* que, elevado a regra constitucional da ordem nova, a princípio informador da comunidade nacional, caldeia a Nação no Estado e é como a consciência activa da nossa solidariedade na terra, no trabalho e na vida, isto é, na Pátria — a nossa família que não morre.

Quando vos ouço afirmar o desejo de trabalhar sem descanso pela grandeza e a eternidade da Pátria; que desejais contribuir para o desenvolvimento económico de Portugal e para melhorar as condições de vida dos portugueses; que sois para tanto atentos à palavra do comando e que estais com os Chefes como um irmão com outro irmão — sinto que haveis mergulhado até às raízes profundas e compreendido na pura essência das coisas a que tende o nosso corporativismo.

Podíamos não ter feito mais nada — podíamos não ter melhorado os salários, nem feito contratos colectivos, nem estabelecido caixas de previdência, nem assistido ao desemprêgo, nem construído casas para os operários e jardins para os

filhos dos pobres, nem aumentado as exportações, nem defendido os preços—podíamos nada ter feito que beneficiasse a economia ou melhorasse materialmente a condição dos portugueses, e teríamos realizado obra imensa só com dar aos trabalhadores a consciência e o respeito da sua dignidade, só com ter criado o ambiente de paz social, só com ter feito compreender, feito viver a solidariedade existente entre os que estudam as soluções e os que organizam e dirigem o trabalho ou o executam, e convencido a todos a trabalhar cada vez mais para benefício comum. Era isto sem dúvida o que impunham a razão e a justiça, e é também isto que impõem as superiores necessidades da Nação.

Nós poderíamos não estar criando — e estamos — a sociedade do futuro, a antecipar-nos e a prevenir as convulsões de que usam irromper os novos ciclos da história do mundo; nós poderíamos não estar senão atendendo às mais instantes necessidades do momento e do nosso País, e ainda se imporia como acertado o caminho que trilhamos. Quando sentimos em volta de nós tantos sintomas de desagregação, êle conduz-nos a reforçar a nossa coesão e unidade e por elas a aumentar a fôrça e poderio do Estado. Quando aqui e além se apregoam e conseguem impor-se os direitos da preguiça, debilitando as economias nacionais, nós ansiamos por mais intensos esforços para melhor consolidarmos a nossa e defendermos o nosso trabalho de alheias servidões. Quando o ódio açula as paixões e inteligências pervertidas pretendem estabelecer na terra o reino bruto da matéria, nós protestamos pela revolução do espírito que anime os homens e assente a vida em justiça e amor.

Eu não sou um ideólogo que visiona utopias, nem de tal pode acusar-se quem é obrigado a viver em cada dia pela inteligência e pelo coração muitos anos do futuro. Leio em grandes dísticos frases sôltas, pensamentos extraídos já não sei donde — aspirações de algum dia. Caíu a semente na terra sequiosa e germinou, e viceja, e frutifica na extensa seara que os nossos olhos vêem: à descrença dos pessimistas apresentam-se realidades palpáveis.

E quando, por ocasião das festas centenárias, realizarmos o primeiro Congresso das Corporações, alargada a organização e os seus benefícios pela progressiva integração de toda a actividade nacional no plano corporativo, seguros de havermos regenerado a Nação e conscientes do papel que ainda lhe está reservado no mundo, poderemos inclinar nossas bandeiras ante a memória dos que fizeram Portugal e dizer-lhes orgulhosamente: — ¡nós somos bem os filhos do vosso sangue e os legítimos continuadores da vossa História!

FINS E NECESSIDADE DA PROPAGANDA POLITICA[1]

Meus Senhores:

A Comissão Concelhia da União Nacional, que havia deliberado promover séries de reuniões políticas nas freguesias da capital, consultou há dias a Comissão Executiva sôbre a propaganda em momento considerado impróprio para a execução do plano. Na verdade parece que as próprias Comissões de Freguesia «faltava a decisão necessária para enfrentar a opinião pública» desorientada «por um estado doentio de crítica». E terminava-se por pedir ao Govêrno os elementos

---

1 Na reunião das Comissões da União Nacional de Lisboa, realizada na Sala do Conselho de Estado na noite de 26 de Fevereiro de 1949.

necessários para rebater a condenável maledicência.

Proponho-me eu próprio responder à consulta e entro sem rodeios na matéria.

I

Significado da propaganda

Entendamo-nos primeiro sôbre o significado ou conteúdo da propaganda que se encontra na base de toda a actividade política.

Muitos a confundirão com uma espécie de máquina de elogios, sistemáticos e banais, aos homens e às coisas, de onde foram banidos o sentido das proporções e as exigências da verdade. Ainda que aos homens devotados à causa pública se não possa negar a justiça devida a todos nem o conforto do aprêço geral, se o merecem por sua competência e trabalhos, em boa verdade não é só louvá-los a propaganda.

Muitos outros ajuizarão dela ser como poderoso veículo que rola pelas estradas da vida social a converter o dinheiro da Nação em pó e barulho — barulho para que se não ouçam as queixas, os protestos, as vozes a clamar justiça; pó para que os olhos não vejam as insuficiências, as misé-

rias, os favoritismos ou a corrupção do Poder. E, embora certa exaltação dos sentidos e dos espíritos seja necessária à formação de ambientes heróicos e aos sôbre-humanos esforços tantas vezes exigidos às nações para viver ou até para morrer bem, não é de facto só embriagá-las a propaganda.

Alguns ainda considerarão a propaganda como o instrumento subtil que, recolhendo todos os contributos da ciência e da arte, todas as fascinações da vida, todas as perversões dos sentidos, todas as fraquezas da alma humana, transmuda as côres, desfigura os factos, inverte o sentido dos movimentos, faz do atropêlo razão e da violência justiça, inventa uma história, formula um direito, *cria uma verdade*, tão clara, tão incisiva, tão evidente que todos a hão-de julgar verdadeira. E, embora também para o ódio que cegamente nos acusa seja o corvo branco e o cisne negro, segundo a imagem de Vieira, não é isso para nós a propaganda.

O que é, pois?

Sempre que abordei êste assunto tenho ligado a propaganda à educação política do povo português e lhe tenho atribuído duas funções — informação primeiro; formação política, depois.

Em ocasiões diversas devo ter proferido duas frases, que uma à outra se completam e traduzem

o que acêrca do primeiro ponto poderia dizer: «Politicamente só existe o que se sabe que existe»; «politicamente o que parece é».

Podeis lançar estradas, galgar com pontes os rios, erguer edifícios, reparar monumentos, estender fios telefónicos, construir portos, levantar barragens, irrigar os campos — e tudo isso se ignora? Não existe. Criam-se novas indústrias, descobre-se o subsolo, intensifica-se a cultura, conseguem-se novos mercados, acredita-se a qualidade dos produtos, protege-se por várias formas a economia nacional: assim será; mas para quem o ignora é como não ser. Acarinha-se, organiza-se, protege-se o trabalhador e o fruto do seu trabalho; proporciona-se-lhe em bairros alegres e higiénicos a sua casa; difunde-se a instrução; moderam-se os costumes; eleva-se a vida sempre dentro da medicidade das condições locais; aformoseiam-se as aldeias; multiplicam-se os melhoramentos para atractivo da vida umas vezes e instrumento de trabalho outras; minora-se a sorte dos infelizes; frutificam as obras de assistência particular e pública; mas ¿tudo isso se desconhece? Nem se mesmo ter sido pedido o satisfeito lhe dará o ser: existe como activo nacional; não existe nos espíritos como activo da situação política.

Está justificada a primeira frase, isto é, verificado por muitos o primeiro facto. Agora o segundo,

Para a formação da consciência pública, para a criação de determinado ambiente, dada a ausência de espírito crítico ou a dificuldade da averiguação individual, a aparência vale a realidade, ou seja: a aparência é uma realidade política. E êste errado conhecimento das coisas é pior que a ignorância delas. Por êste motivo o cuidado de cercar os actos do Govêrno ou da Administração daquelas aparências que se ajustam aos interêsses regulados ou defendidos, à honestidade das intenções, à justiça das causas, constitui o primeiro acto de defesa; rectificar cada desvio do conceito geral, repor a cada momento os actos na sua realidade perante as deformações da ignorância ou da má fé, é dever e é necessidade que se impõe aos governantes e àqueles a quem incumbe auxiliá-los no desempenho da sua missão.

¡Quantos acontecimentos da vida política se regulam só pelas aparências! ¡Quantas construções se erguem sôbre aparências de inteligência, de iniciativa, de lealdade, de valor pessoal, de conhecimento dos problemas! ¡Quantas reputações se fazem e desfazem, quantos valores se destroem, quantos empreendimentos ficaram em começo, só porque os envolveu o véu duma aparência enganosa e os olhos não puderam ver à luz da sinceridade o que êle lhes ocultava!

Simples gracejos podem ter a aparência de acerada crítica; palavras de desânimo em momento de cansaço podem ter a aparência da falta de fé; a legítima ansiedade de perfeição e progresso pode dar a aparência do desgosto ou da revolta por que nada se fizesse ainda ou nada se fizesse bem. O que ouve e passa supõe esfriado o entusiasmo, perdida a fé, desaparecido o espírito de luta, abandonado o campo ao inimigo, e isso dá-lhe atrevimentos e aumenta-lhe as forças. No entanto, no fundo das inteligências e dos corações nada há mudado — nada há mudado senão as aparências; mas essa mudança é às vezes enorme.

No processo de revisão crítica a que devem estar permanentemente sujeitos os nossos princípios, os nossos métodos, os resultados da acção para garantia do seu aperfeiçoamento e segurança da sua eficácia, não podemos contar com os que desejam destruir-nos e não melhorar-nos. Mas, no fazer apêlo à plena independência do espírito que julga a própria obra, não pode nunca esquecer-se que o fazemos para bem da Nação e não para gáudio de inimigos dela. Cuidado com as aparências! porque «politicamente o que parece é».

II

Necessidade da propaganda

a) A formação política dos portugueses

Esta definição de propaganda, ao mesmo tempo que lhe precisou a finalidade, o objecto e o modo de executar-se, deixou já antever alguns aspectos da necessidade com que se está impondo, para tornar conhecidos os princípios e os factos e para formar politicamente os portugueses. Mas o último ponto reclama mais um momento de atenção.

A poucos homens públicos terá sido dado, como a mim, tocar mais fundo múltiplas manifestações da decadência nacional, sentir mais vivamente o que pode chamar-se a desordem, o nada, o zero das coisas, de que geralmente se fala com exactidão mas sem a consciência plena dessa triste realidade. Muitos anos à frente de negócios do Estado, tendo passado por vários sectores da Administração onde melhor me podia aperceber das deficiências, das necessidades, das misérias materiais e morais da Nação, onde melhor podia auscultar os seus anseios e revolta contra o imerecido abatimento; sem paixões,

compromissos ou responsabilidades no passado; sem validade em ambições pessoais a satisfazer agora ou no futuro — êsses muitos anos de govêrno, cheios de dificuldades e perigos mas também de prestígio e vitalidade nacional, criaram em mim a consciência da utilidade do esforço realizado em prol da Pátria Portuguesa. Não falemos no mérito ou glória de quem quer que seja, desde a arrancada do Exército em 26, a criar as condições fundamentais para a governação do País, até às dedicações de cada momento e aos sacrifícios espontâneamente consentidos por todos, podem avultar alguns nomes, mas se há obra que tenha obedecido a um impulso colectivo da Nação — é esta. Por isso é obra nacional.

Os que verdadeiramente o sentem hão-de julgar indigno restringir à sua vida e ao seu nome os benefícios e o mérito dêste renascimento. Seria vil pretender aumentar o brilho duma época com o apagamento da vindoura. Não é do patriota nem do político abandonar o futuro às contingências da sorte, não criar para uma obra condições de duração e de estabilidade. Por definição só fica feito o que perdura.

¿E quais serão as garantias máximas de obra nacional estável? Não vejo outras diferentes da consciência dos portugueses. Nem a lembrança das glórias ou misérias do passado, nem a memória do esfôrço ou sacrifícios do presente, nem a simpatia ou o apoio alheio, nem rivalidades estranhas, nem a mesma fôrça das instituições políticas — nada poderá suprir essa formação da consciência nacional encarregada de conservar, aumentar e transmitir de geração para geração aquele património comum que se excede no decorrer dos tempos. — E aqui se põe o problema da formação política.

Ainda que todos os esforços da educação na família e na escola convirjam hoje para a mesma finalidade geral da cultura do patriotismo, alguma coisa mais se exige e é necessária a cargo de organismo próprio que pela propaganda e actividade específica crie e alimente a consciência pública e forme o escol político capaz de conduzir e realizar os imperativos nacionais. Não fujo a apreciar uma das dificuldades.

A geração que principalmente tem arrostado com o pêso do ressurgimento pátrio alimentava-a mais um sentimento de revolta do que um pensamento político definido. Sem desconhecer o que se deve como elemento reconstrutivo a alguma doutrinação nacionalista anterior, parece poder afirmar-se que da cultura intelectualizada de poucos não passara nem o sentimento geral nem o móbil de acção. O que vimos operar foi

a reacção de energias latentes a procurar por entre escombros caminho salvador. A aglutinação fez-se contra o que estava — e era desordem, miséria, aviltamento, risco de perdas irreparáveis em grave conjuntura. A coesão posterior deve-se, além da nossa doutrina já feita, à familiaridade de comparação, isto é, a resultados fecundos à vista de todos.

A nova geração porém já não viu ou não se lembra do que nós vimos ou sofremos. Não assistiu ao descalabro das finanças e da moeda, à ruína da economia, ao assalto da propriedade, à desordem da rua e dos espíritos, aos assassinatos dos inimigos políticos e dos militares de prestígio, aos insultos e vexames da gente honesta nas praças e nas cadeias, às campanhas anti-religiosas, à «justiça popular», à instabilidade governativa, à indisciplina e afundamento dos órgãos do Estado, ao riso escarninho do mundo perante uma gloriosa Nação multi secular que, parecendo não querer viver em paz, não fazia senão revoluções mas sangrentas motins. Isto sentimos e tivemos ontem sem que hoje quási se lhe note o rasto; mas a viveza das reacções que em nós desperta não pode existir na mocidade como factor determinante duma atitude política; e exemplos de fora estão longe e vêem-se mal.

Isto quere dizer que a formação política das novas gerações — e ainda bem! — não podemos tentar em fazê-la no sentido negativista e crítico mas à volta de um pensamento reconstrutivo do Portugal de amanhã. Se é mais difícil aos nossos hábitos e à velha mentalidade, é por outro lado mais conforme com os princípios da Revolução Nacional.

III

Necessidade da propaganda

b) Razões de ordem externa

Tenho aludido razões de ordem interna para justificar a necessidade de intensa e bem ordenada propaganda; e posso acrescentar-lhes agora duas razões derivadas da ordem internacional — a primeira das quais é o preço da guerra que havemos de pagar; outra é o dever de mantermos sempre a liberdade das nossas decisões. Comecei pela última.

A posição de Portugal no actual conflito foi definida pelo Govêrno no começo da guerra e permanece hoje ainda tal como foi definida. O País sentiu-a tão conforme aos seus melhores e maiores interêsses que não hesitou em aplaudi-la

e em aderir-lhe firmemente. Mas, emquanto o Govêrno espera que a Providência lhe permita manter, sem quebra de compromissos nacionais, o bem inigualável da paz, alguns, que precisamente não combateram em Espanha nem desejarão lutar pela Finlândia, batem-se por aí com ardor... Eu sei que não se trata de uma verdadeira discrepância de política internacional, mas de simples pretexto para um arranjo interno...

Com muito pouca prudência, aliás, muito pouca exactidão e muito fraca visão do futuro se apregoa lá por fora ser a luta actual a luta das democracias contra os Estados autoritários; e, sem medirem o valor das palavras nem a diferença dos tempos, a alguns entre nós se afigurou possível que a vitória das «grandes democracias» os ajudasse a repor de onde a justiça da Pátria para sempre os escorraçou. É talvez cruel desfazer as ilusões das crianças... e dos políticos, mas esta tem tão de perto o aprumo das pessoas e a dignidade da Nação que é nosso dever, velando por ela, não deixar que mesmo no domínio da fantasia nos possa diminuir.

Estes trabalham de dentro para fora; mas há também os que trabalham de fora para dentro. Nestes conturbados tempos o comunismo sobretudo esforça-se por constituir frentes suas à

retaguarda dos inimigos; e, se pela vigilância ou escassez de meios não pode constituí-las, tenta infiltrar-se nas linhas para desmoralização dos adversários. Processo conhecido é apenas meio perigo: basta prevenir os ingénuos e estar alerta nas fileiras.

Não se estranha que, encontrando-se pendentes dos conflitos internacionais soluções económicas e políticas que respeitam não só ao prestígio mas à própria vida e história das nações, não se estranha cada qual busque perante o tribunal do mundo — homenagem da fôrça à consciência moral — aduzir suas razões, apresentar sua defesa, legitimar seus actos e processos de guerra, captar simpatias e adesões, ao menos no terreno sentimental. Deixam-se multiplicar as peças do processo, produzir testemunhos de um e outro lado, decorrer os debates, mas, se me é permitido continuar com o símile judiciário, seria pelo menos estranho que já não digo os juízes mas o público manifestasse tomar partido pelos contendores. Seria o alvoroço que perturba, seria a divisão que enfraquece, pior ainda, seria a paixão que torva o pensamento e pode desviar do recto caminho a vontade. Não obstante afinidades, simpatias, ligações políticas, várias vezes afirmadas e sinceramente mantidas, o Govêrno tem a legítima pretensão de que se mantenham na con-

dições de em cada momento se poder livremente determinar conforme os mais altos e claros interêsses da Nação.

E passemos ao preço da guerra.

Receio me acusem de apresentar um paradoxo, quando julgo exprimir simplesmente a verdade: só as pequenas nações fazem as guerras inteiramente à sua custa; as grandes potências não têem meios para custeá-las só por si, recaindo sôbre as mais uma parte das despesas. Quere dizer, nós em paz também pagaremos a nossa contribuição de guerra.

A outra — a última... — pagámo-la em sangue, em miséria, na desordem financeira, no afundamento da moeda, na perda dos capitais circulantes. A da Alemanha pagou-a ela em primeiro lugar, e depois nós e muitos outros com os marcos desvalorizados, as reparações em espécie, a perda dos valores mobiliários estrangeiros. Os destroços da revolução russa pagou-os a França e depois a Alemanha e a Inglaterra em grossos financiamentos incobrados. A guerra da França e da Inglaterra pagou-a a formidável capacidade financeira dos dois países, mas também os neutros com as frotas que perderam, os negócios que não fizeram, os capitais que se desvalorizaram. E quási tudo o mais o pagaram os Estados Uni-

dos. Muito poucas nações terão enriquecido; quási todas ficaram mais pobres.

Tem a guerra tal capacidade de desperdiçar, é tal o volume das riquezas que consome que mesmo a produção febril e centuplicada dos países em luta lhe não pode fazer face. E seja por fôrça de política intencional, seja por fatal solidariedade económica, todos haveremos de pagar a nossa parte da despesa. Ou em novas desvalorizações de moedas e de títulos que possuamos de outros Estados, ou no acréscimo dos fretes, ou no aumento de preços dos artigos que importamos, ou na sua falta no mercado, ou nas restrições inevitáveis de alguns consumos, e em muitos outros sacrifícios e incómodos, é necessário que os portugueses tenham sempre clara no seu espírito esta triste realidade — que não podemos eximir-nos a suportar uma cota parte do custo da guerra que não fizemos.

E, se me perguntarem qual a melhor forma de satisfazer o inevitável acréscimo de encargos, direi que a mais fácil, mais barata e mais cómoda está em produzir mais, está em trabalhar mais e em que o nosso trabalho tenha maior rendimento. E aqui pode bem o patriotismo iluminar e tornar abençoado o que as circunstâncias venham a impor como extrema necessidade.

IV

Fé e coragem

Tenho quási concluída a minha resposta: havendo aludido às várias razões de ordem interna e externa que justificam da nossa parte maior actividade e intensa propaganda, parece-me não me haver referido ainda à razão de inoportunidade apresentada na consulta. Viram-se as comissões enleadas em tal teia de intrigas, maledicências e boatos, que julgaram difícil arrostar com o estado doentio da opinião. Há nesta suposição dois equívocos que não hesito em pôr claramente a nu.

O primeiro é julgar-se que os papéis clandestinos que os novistas pagam e os ingénuos lêem têem alguma cóisa que ver com o verdadeiro estado da consciência nacional. Senhores, não! Àparte as reclamações e queixas, justificadas ou não, mas sérias e que é preciso considerar atentamente, o Govêrno tem meios de saber quem são muitos dos descontentes: os que, havendo perdido a fortuna, esperam que o Estado lha reconstitua; os que, tendo já dois lugares, não obtiveram o terceiro que ambicionavam; os que, empregando trabalho alheio, pretendem que êste dê tudo e êles nada; os que vertem lágrimas por

misérias para que bem podem ter contribuído e não ajudam com seus meios a minorar; os que não encontram peixe em águas claras e por isso as turvam quando podem; os que não têm Pátria, porque a venderam e a si próprios se vendem se alguém os paga: em suma, os descontentes de todos os tempos, os inadaptados de todas as latitudes, os incompreendidos candidatos a salvadores de todas as revoluções, lesados no mérito ou glória alheia. Nós não vamos amesquinhar o País com tão lamentável confusão.

Como não são estes os que merecem atenção, também não são os seus ditos os que hão-de ter resposta, em primeiro lugar porque muito mais fácilmente se inventam com mentiras do que se comprova uma só verdade; depois porque nos tornaríamos responsáveis de baixar o nível da vida pública portuguesa à inferioridade de que tanto tem custado arrancá-la. Perda de tempo útil, péssimos resultados.

Quando miasmas invadem a atmosfera e tornam doentio o ar que se respira, convém sobretudo atacar os focos de infecção, varrer com rajadas de ar fresco o ar apodrecido, fazer entrar o sol a jorros nos lúgubres lugares. E falar, erguer a voz serena e vibrante da razão: notareis que deixará logo de ouvir-se o zumbido dos moscardos.

¿E que se requere para esta acção? Duas qualidades ou virtudes que não se inventam nem podem emprestadas — ou se têem ou se não têem: *fé* e *coragem*.

Fé nos princípios e nos homens: nos princípios que estão na base da Revolução Nacional e por fôrça dos quais se pôde operar o renascimento dêste País, e nos homens em cada momento escolhidos para os executarem e fazerem viver. Fé nos princípios que consubstanciam a alma, tradições e aspirações da Nação portuguesa, e não podemos por isso, no que têem de mais sagrado, nem postergar nem pôr em discussão; fé nos homens cuja obra os acredite, cujo passado os imponha, cujo sacrifício e honra podem dispensar o reconhecimento, mas não podem dispensar a justiça.

E é também precisa a coragem — a coragem do que se pensa, do que se pretende, do que se realiza. ¿Que importa que as nossas ideas choquem o pensar cristalizado no espírito de alguns, se é em nome delas que governamos, se para executá-las somos Poder? Buscamos resolver os problemas da Nação com os nossos conceitos de autoridade, hierarquia, ordem, liberdade, trabalho, riqueza, tradição, honestidade: ¿como estranhar que façamos o que outros pretenderiam que não fizéssemos e não façamos o que êsses achariam melhor?

Temos um mandato da Nação; auscultamos sem prevenções as suas necessidades e anseios; realizamos pelo melhor meio os seus interêsses superiores. No desenvolvimento de uma obra que não é ficção do nosso espírito mas realidade tangível em benefício da colectividade, e exige rasgo, decisão e urgência, não podemos ter o ar hesitante e comprometido de quem há-de a cada momento pedir licença ou pedir desculpa.

Seria não ter consciência nem do passado nem do presente estar perturbado e tímido e não se apresentar diante de todos com a firmeza e a alegria de quem ajudou a salvar Portugal.

PROBLEMAS POLÍTICO-RELIGIOSOS DA NAÇÃO PORTUGUESA E DO SEU IMPÉRIO[1]

Senhor Presidente:
Senhores Deputados:

Hoje serei breve, mas entendi que não devia faltar. Se, não obstante o momento impor preferência a preocupações de ordem bem diversa, nos reunimos para ocupar-nos dos recentes acordos com Roma, isso quere dizer não termos cedido à hipnose da tragédia e não haverem os acontecimentos interrompido nem o esforço de reconstrução nem os trabalhos da paz. Mas eu serei

[1] Na Assembleia Nacional, em 25 de Maio de 1940, durante a sessão em que a Câmara aprovou a Concordata e o Acôrdo missionário, assinados no Vaticano em 7 de Maio daquele ano.

breve e, deixando de lado o mundo de coisas que poderiam dizer-se, referir-me-ei apenas, por mais consentâneo com a minha posição, aos princípios fundamentais da Concordata em relação com a política nacional.

I

A primeira realidade que o Estado tem diante de si é a formação católica do povo português; a segunda é que a essência desta formação se traduz numa constante da história.

Nascemos já, como nação independente, no seio do catolicismo; acolher-se à protecção da Igreja foi sem dúvida acto de alcance político, mas alicerçado no sentimento popular. Tem havido através da história incidentes e lutas entre os reis e os bispos, os governos e o clero, o Estado e a Cúria, nunca entre a Nação e a Igreja; quero dizer, lutas de interêsses temporais ou de influências e paixões políticas, nunca rebelião da consciência contra a fé. Não há em toda a história apostasia colectiva da Nação, nem conflitos religiosos que dividissem espiritualmente os portugueses. Com maior ou menor fervor, cultura mais ou menos vasta e profunda, maior ou menor esplendor do culto, podemos apresentar perante

o mundo, ao lado da identidade de fronteiras históricas, o exemplo raro da identidade de consciência religiosa: benefício extraordinário em cuja consecução se empenhou uma política previdente.

Da forma como despertámos para a independência, mixto de religiosidade e de sentido político na luta contra o sarraceno, e da vocação apostólica e universal do catolicismo que nos estava no sangue, nasceu, com o expansionismo das navegações, o ideal missionário. Pouco importa que alto pensamento de política comercial e marítima determinasse o escol dos dirigentes a buscar novas rotas e descobrir outras terras; o constante apoio à evangelização dos povos, a par e passo das descobertas e da colonização, marcou-a, senão a consciência religiosa do Poder, ao menos a mobilização do sentimento público para facilitar a empresa e tornar suportáveis, através do reconhecimento de alta missão espiritual, os sacrifícios que custava. Assim se compreende essa arrancada para a evangelização que multiplicava as fôrças das ordens religiosas e gerava novas cristandades; assim se compreende o espírito da nossa dominação e das relações com os indígenas, muito antes que se invocassem pela Europa as exigências do humanitarismo; assim se compreende o afecto, a filiação espiritual de

muitos povos e raças que não dominamos já politicamente. Povo descobridor, povo colonizador, povo missionário — tudo é revelação do mesmo ser colectivo, demonstração ou desdobramento da mesma política nacional.

Quere dizer: não pode pôr-se entre nós o problema de qualquer incompatibilidade entre a política da Nação e a liberdade evangelizadora; pelo contrário, uma fez sempre parte essencial da outra.

¿Para quê a verificação dêste princípio? Para saber se uma Concordata pode ser em Portugal apenas a conciliação precária de duas fôrças inimigas, a condescendência do Estado perante actividade indiferente à realização dos seus fins nacionais, ou a conjugação confiante de esforços para obra que, mesmo no sentido puramente humano, corresponde à vocação de Portugal no mundo e à sua principal directriz histórica.

II

Pareçe-me averiguado êste ponto, e não teríamos pois daí dificuldades, se outras não pudessem surgir da posição da Igreja ante as características, as necessidades, os interêsses de um Estado moderno.

Roma não muda no dogma nem na moral; evoluciona lentíssimamente no culto; bastante pouco na organização interna e na disciplina. O Estado por sua vez, quási desligado de princípios absolutos, adapta-se à variabilidade das circunstâncias, cede às exigências dos tempos, alarga ou restringe os seus fins, multiplica ou diversifica a sua acção, reforça ou relaxa a autoridade e, se muito da sua actividade de hoje é passageira imposição da moda, muito corresponde também a necessidades reais da vida em sociedade, a aspirações irresistíveis do corpo social. ¿Onde se poderá chocar esta expansão e volubilidade do Estado com a permanência do dogma e as posições tradicionais da Igreja?

O Estado tem-se visto forçado a condicionar cada vez mais a liberdade dos indivíduos a necessidades e escopos colectivos; marca a cada passo mais e mais o carácter puramente civil da sua actividade; estende as suas exigências à formação do agregado familiar; reivindica a instrução e educação da mocidade; vigia ou dirige a actividade intelectual; limita a propriedade, redistribue as terras, requisita os frutos do trabalho; dá directrizes, normas, limites à economia da Nação; regula o esfôrço, o descanso, o divertimento; por vezes chama a si o homem no complexo da sua personalidade, em corpo e alma,

ideas e sentimentos, com exclusão de alguém mais, como roda de máquina de que êle não pode libertar-se ou fugir: engrandece-se e diviniza-se; e, sem nada que o limite, pode apresentar-se como a mesma consciência, fôrça e riqueza da nação. Há nestas concepções realidades e necessidades novas, e há também meras criações do espírito, que a experiência costuma condenar e a História — grande coveira — vai enterrando em seu largo cemitério. Mas por vezes há mais do que isso — há o ataque a alguma coisa de superior: à verdade que resplandece sôbre as contingências, à consciência que resiste a despojar-se de si própria, isto é, de inauferíveis direitos que derivam da natureza do espírito humano.

É certo que estes últimos pontos nada têem que ver, ou muito pouco, com a política e a organização do Estado, determinadas por muitas outras condições e circunstâncias que não só princípios abstractos; mas o conceito do homem e da sociedade, da vida e dos seus fins está no âmago da questão.

Quanto a nós que nos afirmamos por um lado anti-comunistas e por outro anti-democratas e anti-liberais, autoritários e intervencionistas, tão resgadamente sociais quanto de nós exige o princípio da igualdade de todos perante os benefícios da civilização; quanto a nós, três únicas questões

podiam a meu ver tornar impossível o acôrdo, por tocarem em pontos essenciais da doutrina: o reconhecimento de uma norma moral preexistente e superior ao próprio Estado; a constituição da família; a educação. A Constituição de 1933, com a clarividência que hoje podemos apreciar, arrancou o Estado português à tentação da omnipotência e da irresponsabilidade moral, e permitiu atribuir à Igreja, na constituição dos lares e na formação da juventude, aquela parcela de mistério e de infinito exigida pela consciência cristã e que só por arrevesados vãos poderíamos substituir. Ir além, abrindo mão de tudo mais, seria fechar os olhos a vivas realidades do nosso tempo; não ir até ali seria igualmente ter em menos conta o que é exigência de justa liberdade e necessidade da estrutura cristã da Nação portuguesa.

Se, pois, com seriedade e boa fé, foi possível encontrar uma fórmula de respeito e colaboração entre um Estado moderno equilibrado e a Igreja Católica, devemos regozijar-nos — por nós, em primeiro lugar, depois também por contribuirmos para a solução de problemas postos com acuidade num mundo que se desagrega pela fôrça dos erros ou das armas e é preciso refazer «em espírito e verdade».

III

Toda a matéria dos acordos sujeitos à apreciação da Assembleia se reduz, pode dizer-se, a três questões fundamentais: liberdade religiosa; organização missionária do Ultramar Português; garantia do Padroado do Oriente.

¿A que luz foi visto e em que plano foi pôsto o problema da liberdade religiosa? A quem ler atentamente as disposições que se lhe referem aparecerá com evidência ficar essa liberdade condicionada apenas por exigências superiores de interêsse e ordem pública, pela garantia da formação patriótica do clero e pela escolha das mais altas autoridades eclesiásticas em condições de boa colaboração com o Estado. Nada mais se considerou preciso — nem certas incursões conhecidas do Poder na vida da Igreja e das associações ou institutos religiosos, nem mesmo alguns privilégios, aliás insustentáveis num regime de separação e noutros tempos conferidos ao Estado português. Nós tiramos da experiência esta dupla lição: melhor se rege a Igreja a si própria, em harmonia com as suas necessidades e fins, do que pode dirigi-la o Estado através da sua burocracia; melhor se defende e robustece o Estado a definir e realizar o interêsse nacional nos

domínios que lhe são próprios, do que pedindo emprestada à Igreja fôrça política que lhe falte. Digamos por outras palavras: o Estado vai abster-se de fazer política com a Igreja, na certeza de que a Igreja se abstém de fazer política com o Estado.

Isto *pode ser e deve ser assim*. Pode ser, primeiro, em virtude de todas aquelas razões derivadas da formação espiritual dêste povo e da sua vocação histórica, e depois pelo facto de termos emfim um Estado Nacional, ou seja termos chegado à integração da Nação no Estado Novo Português. Deve ser assim, porque a política corrompe a Igreja, quer quando a faz quer quando a sofre, e para todos é útil que as coisas e pessoas sagradas as toquem o menos possível mãos profanas, e o menos possível também as agitem sentimentos, interêsses ou paixões terrenas. Considero perigoso que o Estado adquira a consciência de tal poder que lhe permita violentar o céu, e igualmente fora da razão que a Igreja, partindo da superioridade do interêsse espiritual, busque alargar a sua acção até influir no que o próprio Evangelho pretendeu confiar a «César». Nada teríamos aprendido, uns e outros, se não víssemos como o privilégio pode corromper, a protecção transmudar-se em cerceamento de liberdades essenciais, e a política religiosa des-

viar-se da defesa dos interêsses da Igreja para outras finalidades, perturbadoras da acção legítima do Estado, e que portanto êste não pode consentir.

O outro problema que teve de ser resolvido e versado com especial desenvolvimento no Acôrdo Missionário é o da organização religiosa do Ultramar Português. De que se trata? Simplesmente de completar a obra política do Acto Colonial com a sanção da posse espiritual conferida pela Santa Sé, e com a nacionalização da obra missionária que se integra definitivamente na acção colonizadora portuguesa.

Não farei o estudo das causas da desorganização religiosa do nosso Ultramar, nem de como as deficiências portuguesas foram supridas por outras actividades fora da nossa tradição e sentido nacional, à sombra do Acto de Berlim e do Tratado de Saint-Germain; nem de como a falta de entendimento com Roma foi não só libertando as missões da sua subordinação às autoridades eclesiásticas portuguesas, como reduzindo a acção destas e mantendo o número e categoria das circunscrições eclesiásticas em nível desproporcionado com as necessidades da assistência religiosa e o desenvolvimento e importância dos nossos domínios ultramarinos.

Deve fazer-se justiça a todos quantos, mesmo no fragor das lutas partidárias e arrostando a incompreensão de muitos, procuraram, compenetrados da importância nacional da obra missionária portuguesa, remediar os muitos males que a Lei da Separação causara. Se os resultados não corresponderam às intenções, isso se deve ao fatal destino daquelas tarefas que procuram deter os efeitos sem estancar-lhes as causas.

Nós temos porém hoje a consciência de haver podido estudar o problema em inteira liberdade intelectual e política, apenas com os olhos postos no engrandecimento e consolidação do Império, e consideramo-nos felizes por nos ser possível elevar espiritualmente os domínios e reforçar com novas condições de trabalho missionário a unidade moral de Portugal de Aquém e de Além-Mar.

O Padroado do Oriente, que os acordos de 28 e 29 não conseguiram arrancar da precária situação em que o colocou a Lei da Separação de 1911, foi finalmente salvo e consolidado, como era aliás de justiça, devido ao esfôrço português, mas não era talvez do direito estrito ao qual a Igreja se firmava. Embora reduzido de extensão e de importância pelas muitas contingências dos tempos passados, o Padroado do Estado português em

territórios estranhos à sua soberania é o público reconhecimento da nossa evangelização e marca através dos séculos o prestígio espiritual de um povo que, alargando pelo mundo as fronteiras da Pátria, ainda estendeu mais a fé do que o Império.

IV

Concluída esta breve referência — tão breve quanto me foi possível — aos três problemas centrais da Concordata e do Acôrdo Missionário, julgo dispensável qualquer luz que outras palavras minhas pudessem lançar sôbre cada um dos muitos problemas versados e resolvidos. Além da competência dos Srs. Deputados e do elucidativo parecer da Câmara Corporativa, dá-se ainda a circunstância de pertencer a esta Assembleia alguém que deixou o seu nome e muito do seu talento ligado a estes textos, alguém que durante mais de três anos me ajudou ou, melhor falando, eu ajudei no estudo, na discussão e em difíceis e delicadas negociações.

Não farei igualmente alusão ao alcance internacional dêstes actos: revela-se no reconhecimento solene da soberania espiritual de Roma, na garantia dos direitos da Igreja, na afirmação da necessidade de normas superiores de moral,

de justiça, de bondade nas relações entre os homens e entre os povos.

Mas volto à primeira idea dêste discurso e só para dizer o seguinte: não tivemos a intenção de reparar os últimos trinta anos da nossa história, mas de ir mais longe, e, ao regresso à melhor tradição, reintegrar sob êste aspecto Portugal na directriz tradicional dos seus destinos. Regressamos, com a fôrça e pujança de um Estado renascido, a uma das grandes fontes da vida nacional, e, sem deixarmos de ser do nosso tempo por todo o progresso material e por todas as conquistas da civilização, somos nos altos domínios da espiritualidade os mesmos de há oito séculos. Marcá-lo por tal maneira é certamente um triunfo político e um grande acto da história.

TODOS NÃO SOMOS DE MAIS...!

A todos os que lembraram, apoiaram ou viveram esta grandiosa manifestação; àqueles que, abandonando ocupações e trabalhos, vindos de longe ou de perto mas com incómodos e sacrifícios, quiseram marcar a sua presença ou, não podendo fazê-lo, estão em espírito connosco; aos que por todo o País, nas ilhas ou no vasto Império, neste mesmo dia, levantaram os olhos por momentos do que é transitório ou efémero na vida e serenamente os volveram para o que é perene na Pátria; a todos quantos, dominados por sentimentos de simpatia ou dedicação, por imperativo da consciência, pela compreensão reflectida ou simples intuição das necessidades nacionais, por êste ou aquele caminho trouxeram seu contributo de afecto, de apoio, de solidariedade, de confiança — a todos dirijo a expressão mais sincera do meu agradecimento.

1 No Terreiro do Paço, na manifestação de 28 de Abril de 1941.

E faço-o por dois motivos: primeiro, por aquela parcela de afectividade pessoal que se quis emprestar a esta manifestação e que mesmo aos homens cumulados de honrarias jamais cansa, e sempre comove quando se sente brotar límpida do coração do povo; segundo, porque não se podia esperar nem maior consagração de esforços passados nem mais seguro alicerce para toda a obra futura que a unidade viva da Nação.

Temos passado anos a prègar, pela palavra e pelo exemplo, persistentemente, teimosamente, que *todos não somos de mais para continuar Portugal*. Com o alto nível da nossa tradição histórica e as exigências de uma herança de passados deveres para com a nossa gente e para com os outros povos, seria louca tentativa — louca e vã — construir sôbre lutas de partidos, ódios de classes, antagonismos de fortuna ou profissão, divisões em nós mesmos. Nós o havemos compreendido e, sem abdicar do sentido da hierarquia necessária à vida social, revelamo-nos como membros solidários de uma comunidade que se funda no mesmo sangue, se alimenta dos mesmos frutos do trabalho e vive do mesmo espírito. No trabalho ou nos sacrifícios, no sofrimento ou na caridade, nas alegrias ou nas preocupações da vida individual e colectiva fomos guiados — e salvos — pelo amor pátrio a reencontrar o elo

de solidariedade que devia prender-nos como as pedras de um edifício — a sermos finalmente perante o mundo *todos como um só*.

É por um lado neste já agora indestrutível unidade nacional e por outro no valor dos princípios informadores da nossa vida material e moral e na consciência dêsse valor que deve repousar a nossa maior confiança.

São certamente grandes as dificuldades dos tempos, e ninguém sabe neste acanhado mundo qual a parte de sofrimentos que lhe reserva directa ou indirectamente a tragédia da Europa. Temos conseguido e, digamos, merecido viver em tranqüilidade na Península e temos a certeza de que nos acompanham na nossa conduta a simpatia e solidariedade moral de muitos povos, não seguramente pelo egoísmo de uma atitude mas pelo real valor europeu de uma política.

Talvez por isso me não parece razoável nos alimentem exclusivamente preocupações da guerra, umas baseadas na gravidade real das situações e sem dúvida legítimas, outras filhas apenas do desvairo de fantasias sobreexcitadas ou malévolas, contra as quais é preciso reagir. Penso, ao contrário, mais devem interessar-nos os problemas da paz, pois se a guerra tudo pode destruir, por si mesma nada construirá. Seja qual fôr a sorte das batalhas, a extensão das ruínas, os horrores

dos sacrifícios, a transformação política, económica e social da Europa, vinda de longe, seguirá o seu curso, e na revisão fatal de valores a que a mesma obriga tratar-se-á sobretudo de saber o que somos e valemos, como elementos construtivos, por nosso pensamento e trabalho. E havemos de não ter então o cérebro ôco, o sentimento vário, as mãos vazias.

É certo haver valores absolutos na vida a que tudo mais se subordina e deve sacrificar, e alguns dêsses chamam-se dignidade da Nação, a liberdade e independência, a integridade territorial que é a própria razão de ser da família portuguesa; mas não sei que alguma nação se desconheça ou alguma ambição se sobreponha, nem que construção se haveria de fazer sôbre o desprêzo de realidades tão vivas e consagradas pelo tempo e pelo esfôrço das gerações.

Não; tenhamos confiança! Tenhamos fé na lealdade própria e alheia, na ordem, no trabalho, na serenidade e seriedade com que havemos de encarar os problemas e acudir às dificuldades. Confiemos sobretudo, mais que na fôrça das armas, na coesa e firme unidade nacional, no profundo e vivo amor à terra portuguesa, naqueles altos exemplos, valores da nossa história e ideais da nossa civilização, que o ferro não mata e o fogo não pode destruir!

XXVI

PENÍNSULA HISPÂNICA E AMÉRICA LATINA

NA REELEIÇÃO DO CHEFE DO ESTADO[1]

Pedem-me duas palavras — as últimas antes do acto de amanhã[2]. Em verdade de entre todos os que podiam fazê-lo, eu sou o último que deveria falar. Vou mais longe: estas palavras só são

---

[1] Ao microfone da Emissora Nacional, em 7 de Fevereiro de 1942. Publicado nos jornais de 8.

[2] O acto eleitoral fôra fixado para 8 de Fevereiro e nele se apresentava como único candidato o Senhor General Carmona que deveria ser reeleito pela terceira vez. A aceitação de Sua Excelência tinha sido levada ao conhecimento do País pela seguinte nota oficiosa, publicada nos jornais de 15 de Janeiro:

«*O Presidente do Conselho comunicou ontem em Belém a Sua Excelência o Presidente da República a voto unânime dos membros do Conselho de Estado, do Governo e da Comissão Executiva da União Nacional, no sentido da reeleição do Sr. General Carmona como Chefe do Estado, para o futuro período presidencial. No mesma entrevista foram presentes as razões pelas quais as entidades consultadas*

possíveis, porque não se trata de eleger entre vários pretendentes quem haja de ocupar a chefia do Estado. Se assim fôsse, poder-se-ia dizer, embora com grave injustiça para todos, que defendia por dever do cargo uma política ou tentava segurar uma posição.

Por felicidade o País, ao desempenhar-se do encargo constitucional da eleição, não tem que escolher: felizes as nações que nos momentos cruciais da sua vida não são obrigadas a escolher, e às quais a Providência com desvelado carinho dispõe os acontecimentos e suscita as pessoas de modo tão natural e apropósito que só uma solução é boa e essa a vêem com nitidez no íntimo da sua consciência todos os homens de

---

entenderam se devia pedir ao Senhor Presidente da República o sacrifício de aceitar a nova reeleição.

O Senhor General Carmona que muito desejaria, findo o mandato, abandonar o exercício das suas funções, declarou que, por maior que fôsse o seu empenho pessoal, não devia no actual momento recusar ao País os serviços que entenda dever exigir-lhe e Sua Excelência possa prestar até ao extremo limite das suas fôrças.

Nestes têrmos, no acto eleitoral que se realizará de harmonia com o preceituado na Constituição, em 8 do próximo mês de Fevereiro, será apresentada de novo a candidatura do Senhor General Carmona, como Chefe do Estado, para o período presidencial que começa em 15 de Abril de 1942.

boa-vontade! Felizes porque não se debatem em dúvidas angustiosas, porque não se arriscam em desmedidas contingências, felizes sobretudo porque não se dividem!

E no entanto pudaram ter-se encontrado agora dificuldades sérias. Não falo das razões por que se fez o convite e se fará a reeleição; são a evidência mesma. Falo das razões que poderiam aconselhar uma recusa.

Humanamente, digo, à maneira egoísta da vida ordinária, o Senhor General Carmona não devia aceitar a sua reeleição para a Presidência da República.

Na chefia do Estado desde as alvoradas da Revolução Nacional, quando mal se distinguiam de entre a névoa de vagas e desencontradas aspirações os caminhos do futuro, o Senhor General Carmona teve presidido à mais vasta obra de reconstrução nacional dos últimos séculos e iniciou uma era que na História Portuguesa pode bem competir com algumas das mais brilhantes, pela iniciativa e labor intenso, marcado progresso, elevação colectiva. E teve em tudo a boa estrêla dos afortunados, a rara felicidade do êxito.

No terreno movediço e convulsionado das nossas paixões políticas e desregramentos sociais,

foi primeiro o trabalho de consolidação, doloroso algumas vezes, mas necessário a toda a obra que pretenda durar; foi depois definir os princípios, gizar os planos, lançar os alicerces, erguer a construção política e económica, social e moral, de modo que não se desprezassem as exigências do nosso tempo nem se desperdiçassem materiais ou motivos experimentados pelos séculos. Como obra de conjunto, das finanças à administração, da economia à moral, da saúde do corpo à inteligência, da riqueza material à cultura, do indivíduo à colectividade, do agregado local à região, à Nação, ao Império: como obra de conjunto, dizia, como trabalho de reconstituição e reportugalsamento, de valorização colectiva, de impulso criador sistematizado, ordenado à maior coesão, fôrça e prosperidade da grei; como idea e realização, se esta obra causa orgulho aos portugueses, podemos dizer que o Chefe do Estado tem nela sobrados motivos para a sua glória.

As finanças, cuja reforma e estabilização nos absorveram tão completamente que em certo momento pareceu constituírem elas próprias o verdadeiro escopo da Revolução, não são mais que um dos pilares em que outras reformas e trabalhos haviam de assentar; quási são para o conjunto um pormenor. A reforma administrativa, forçando a máquina estadual a mover-se

com economia, competência e respeito pelos interêsses dos cidadãos, trabalhando ao ritmo imposto pela satisfação dos interêsses colectivos, não foi para mais do que deixar a burocracia de ser estôrvo e o Estado ser efectivamente o guia, coordenador e estímulo do trabalho da Nação. Todo êsse imenso trabalho de recuperação, salvamento, valorização do nosso património secular, tudo o que tem constituído a obra pública na instalação de serviços, nos portos, nos rios, na estrada, nas comunicações, na urbanização, nos melhoramentos rurais, se destinou a dar à Nação no conjunto instrumentos ou meios de trabalho e às populações maiores possibilidades e confôrto. Pretendeu-se mais trabalho e mais riqueza para todos e forçou-se a terra pelo arroteamento, pelas obras de hidráulica, pelo intenso povoamento florestal, certamente o mais vasto desde D. Dinis, pelo aperfeiçoamento dos métodos de cultura, pela activa intervenção da técnica, a dar alimento para mais milhão e meio de portugueses. Instalaram-se indústrias que não conhecíamos; elevou-se a produção mineira a níveis que não haviam sido aproximados antes; em estaleiros nossos se construíram barcos mercantes e de guerra a que até aqui ninguém sonhara aventurar-se. E se em tôda esta colmeia trabalhadora, que aliás tem permitido a excessiva elevação

do nível geral da vida, há ainda obreiros sem aquelas garantias que ousámos proclamar como direitos — o do trabalho e o da família — todos têm a segurança de que os compromissos da Revolução se cumprem e de que se não se adoptam soluções precipitadas é para não comprometer soluções definitivas.

Estabiliza-se a fórmula política; constitucionaliza-se a Revolução. A ordem, a harmonia, a tranquilidade geral são indicador seguro de que os indivíduos e grupos sociais se congraçaram em a Nação e que o Estado Corporativo promove o interêsse desta e garante eficazmente os direitos daqueles. Desta ordem, desta unidade uma nova consciência se formou, unitária, viril; o patriotismo passou a ser conceito activo e a dedicação pelo bem comum sentimento generalizado. Surgiu uma nova concepção de Império; tem-se vivido uma idea imperial: quando o Chefe do Estado realizou as suas viagens verdadeiramente triunfais às ilhas atlânticas e aos domínios do além-mar pôde sentir como vibravam, sôbre o fundo de um passado de glórias, as palpitações frementes da nova alma de Portugal e do seu Império.

A solidez da estrutura política, económica e social parece averiguada, pois que tem resistido a crises económicas e financeiras que assolaram

o mundo na última década, às mutações políticas que agitaram quási toda a Europa nos últimos anos, às lutas cívis da Península, à guerra mundial de hoje. A ordem não se altera; mantém-se a unidade nacional; o trabalho intensifica-se; o País consegue abastecer-se quási satisfatòriamente numa Europa empobrecida e faminta, a moeda mantém a sua solidez; o crédito do Estado afirma-se todos os dias; aumenta o prestígio da Nação; os soldados do Império estão alerta nos pontos mais sensíveis; tem sido possível manter dignamente a neutralidade e conservar-nos um país — neutralidade útil a todos, paz que não afronta ninguém.

Não são afirmações o que digo — são os factos reais da nossa vida, patentes, palpáveis, mantendo-se pelos olhos dentro, factos de que as Comemorações Centenárias de 40 foram contraprova e resumo. Ajudou-nos o Brasil, como membro de família, a fazer as honras da casa e a sua participação e concurso emprestaram o maior brilho a essas comemorações; a Espanha foi reviver nos Jerónimos as suas recordações portuguesas; mas numa Europa já devastada pela guerra, só um País, com a plena consciência da sua história e bem compenetrado do valor positivo da sua actualidade, poderia comemorar 800 anos de independência e fazê-lo confiadamente,

entre luzidas embaixadas estrangeiras, com a representação da velha Casa dos seus Reis, num esplendor de beleza e de glória, num frémito de comoção patriótica e íntima comunhão nacional.

Todos estes momentos os tem vivido, na suprema magistratura da Nação, o Senhor General Carmona: a tudo presidiu, por tudo se interessou, tudo tornou possível pelo simples facto de representar um princípio de renovação e de unidade, de se manter fiel a uma doutrina, de ser garante da sua aplicação. E o seu mandato termina ainda, apesar das dificuldades dos tempos, num claro ambiente de felicidade.

Para diante porém o que vemos?

A guerra multiplica os seus teatros; recrudesce de intensidade; alastrando pelo Mundo, deixou só, até ao presente, pouco mais do que pequenas ilhas isoladas. Os doidos ventos desta imensa tempestade demorarão em regressar às suas cavernas. A extensão do conflito, a profundeza dos problemas, o intrincado das questões postas, o valor das destruições materiais e morais, o conflito dos interêsses e das concepções, a distância entre as ideias construtivas — tudo atinge tais proporções que me parece excederem já a capacidade dos homens ou dos povos. Julgo que ninguém poderá dizer com segurança

que a guerra se manteve nos limites das suas previsões e a paz se fará nos termos precisos dos seus intentos. Para além da vontade dos homens imprimirão o seu cunho os acontecimentos. A Humanidade certamente ressurgirá e retomará o seu caminho, sem que esta esperança alivie a angústia dos que vão mergulhando nas trevas e possa a nossos olhos deminuir a grandeza das catástrofes. ¿Como hão-de os timoneiros conduzir os seus pequenos barcos sob tão forte temporal? ¿Podem distinguir a luz, indecisa embora, dum pôrto longínquo no meio das trevas? ¿E manterão as suas certezas no meio da grande dúvida universal? ¿E terão a alma forte entre as derrocadas e os perigos? ¿E serão dignos no meio das fraquezas humanas? ¿E conservarão o coração aberto, sensível, fraterno no meio dos egoísmos dos homens e das nações?

Não insisto: às meridianas certezas do passado contrapõem-se os anagramas e dúvidas do futuro. E é precisamente agora que o problema se põe por fôrça dos acontecimentos e se resolve pela decisão do Chefe do Estado. Posso dizer que a alma militar e a razão política se deram as mãos. O militar pode evitar uma batalha, mas não pode fugir a bater-se nem fazer-se render no meio do combate; a reflexão aconselhava fortemente a não abalar nem a confiança do País

nem a continuidade da sua suprema Magistratura.

Estas coisas parecem simples e lógicas e naturais, e poucos notarão que esta simplicidade revela o alto grau de uma formação política e é pedra de toque da sensibilidade nacional.

Se o Chefe do Estado, que pudera alegar legitimamente serviços de muitos anos, e a idade, e o cansaço, corre com a Nação os riscos de novas preocupações e trabalhos que o futuro possa reservar-nos, ¿como vamos corresponder a essa altíssima noção do sacrifício e do dever patriótico?

Os que faltarem não compreenderam.

XXVIII

DEFESA ECONÓMICA — DEFESA MORAL — DEFESA POLÍTICA

DEFESA ECONOMICA — DEFESA MORAL — DEFESA POLITICA [1]

Eu queria ver se era capaz de expor em não muitas palavras algumas coisas que o momento me aconselha a dizer, subordinadas a esta epígrafe: *Defesa económica, defesa moral, defesa política*. O assunto é vasto mas apresenta-se-me com a necessária unidade, sendo fácil de descobrir a razão de ordem da matéria e a sua íntima relação.

Em tempo de paz a defesa económica é afinal a defesa da produção: produção significa trabalho, riqueza, reservas, segurança na satisfação das necessidades. Em tempo de guerra é sobretudo a defesa da vida, no nível que puder ser.

O estado de absoluta necessidade é inconciliável com a independência moral, do que se

---

1 Ao microfone da Emissora Nacional, em 25 de Junho de 1942: exposição ao País.

deles ser necessário a um povo dispor de suficiências económica para que êle se possa determinar livremente e em harmonia com o seu interêsse.

Este interêsse é a política encarregada de o definir e guardar. O maior de todos é a integridade e a independência, atributos de que deriva a possibilidade de a Nação se engrandecer e prosperar, realizando no tempo a sua missão. Se a Nação, como agregado autónomo, é precisa ao progresso social, toda a doutrina e acção política, no mais lato sentido em que se possam tomar, tendem ao objectivo supremo de assegurar aos homens os meios materiais e condições para a sua vida moral.

Assim se fecha o ciclo; assim se verifica ser a defesa económica condição da defesa moral e por sua vez a consciência da Nação o primeiro factor a contar na defesa política.

Comecemos então por aquela.

1 — Defesa económica

1. Sem ousar prever a extensão do conflito e todas as suas consequências, o Govêrno definiu logo no primeiro momento a atitude que se impunha: manter na medida do possível a normalidade existente, e isso importava na vida

económica o emprêgo dos máximos esforços no sentido da estabilidade da produção e dos serviços, da moeda e do crédito, dos preços, vencimentos e salários.

As razões desta orientação estavam em que, repousando a normalidade da vida no equilíbrio económico para o qual contribuem inúmeros factores, se tem visto serem mais favoráveis à colectividade reajustamentos parciais e sucessivos do que a pretensão de ordenamentos de conjunto, por acto do Poder ou magia da liberdade. Não há conhecimento tão exacto das múltiplas repercussões nem poder tão extenso e forte para se impor na justa medida, que governos prudentes se aventurem por política diferente. Outros, muito depois de nós, acharam que não era mau o caminho, pois que o seguiram. Na verdade, quando sucede o contrário, está-se mais em face da improvisação e de factos que se atropelam, do que de plano económico, conscientemente gizado.

A actual geração viveu a outra guerra e tem idea das injustiças, desgastes, anulações de capitais mobiliários, ruínas materiais e morais que se acumularam com abandonar-se a economia à mercê dos acontecimentos. Dessa vez parte das culpas puderam ser lançadas ao próprio facto da guerra em que intervínhamos activamente; agora só devíamos ser desculpados naquilo em que os

acontecimentos são superiores à vontade dos homens. Não se podia repetir a dolorosa experiência.

Para nos mantermos fiéis à orientação geral da maior estabilidade possível, tornava-se necessário ter mão nos dois elementos donde nascem comummente as perturbações — a moeda e as coisas. Quanto à primeira importava não infringir as regras técnicas com que se defende o seu valor: que se lhes tem obedecido deduz-se do facto de o escudo ser hoje uma das moedas mais estáveis e sólidas de todo o mundo.

Quanto às coisas, preciso era velar por que não se alterasse o seu custo de produção nem o valor corrente, aquele ao menos na parte em que só dependia de nós, êste sobretudo na parte em que o preço, desligado do custo de produção, oscila em razão do abastecimento do mercado.

2. Sabia-se que alguns custos de produção reflectiriam mais cedo ou mais tarde a dependência de importações estrangeiras. Mas sempre que possível devia obedecer-se à orientação geral. O preço dos serviços do Estado, da energia, dos transportes terrestres, por exemplo, teve sido vigorosamente defendido. Por outro lado, alguns preços das importações têm sido sujeitos a sistemas de compensação quer entre mercados

quer entre o produto estrangeiro e o nacional, de modo a atenuar o pêso de algumas altas inconvenientes ou particularmente graves para a economia geral.

O custo de produção não domina necessàriamente o preço das coisas em mercado rarificado, não sendo portanto suficiente para o defender e limitar. Daqui se tiraria outro princípio orientador: na ausência de racionamento para que só em último caso deveríamos ir, a defesa dos preços dependia ainda afinal dêste pequeno segrêdo — dispor de leves excedentes de produtos sôbre a capacidade do consumo.

Os obstáculos que esta política tem tido que enfrentar são, além do que possa atribuir-se à deficiência e carestia dos transportes marítimos, os seguintes: primeiro, as exportações de muitos países não obedecerem ao critério da normalidade anterior à guerra, mesmo com factores justificados de correcção; segundo, o sistema do bloqueio inglês. A tese repetidamente exposta de que o excesso de artigos sôbre o consumo corrente tinha a inapreciável vantagem de defender-nos os preços e com estes o equilíbrio económico e social, parece não ter logrado a compreensão das autoridades inglesas, que geralmente a sacrificaram a hipotéticos receios. As suas cedências nesta matéria foram raras e tardias.

3. Tornou-se evidente que com o sucessivo desaparecimento dos mercados, a diminuição da tonelagem estrangeira ao nosso serviço e a escassez e diminuição da nossa marinha mercante, a economia portuguesa tinha de ser impulsionada em duas direcções: refluir sôbre si própria, explorando ao máximo as suas possibilidades, no continente e nas colónias — *produzir*; tentar manter a estabilidade de condições em nível mais baixo, reduzindo ao mínimo o consumo — *poupar*. Esta é admirável campanha do Ministério da Economia, cujos têrmos se completaram mais tarde, acrescentando ser igualmente necessário *organizar* e *distribuir*. E o País lançou-se a trabalhar e viver no ambiente destas preocupações.

Confesso ter poucas vezes visto idea tão bem compreendida, tão espontâneamente abraçada e seguida com tanto entusiasmo e carinho. Nós fomos sem dúvida favorecidos, no que respeita aos géneros agrícolas, por êste facto real, ainda que literalmente anti-económico, de que boa parte da nossa agricultura não é industrial, ou para ser mais claro, não trabalha para o lucro, produz para viver pobremente e alegremente gastar o excesso de outras rendas. Isto tinha particular importância no momento em que se teria de produzir mais e mesmo mais caro, sem sensível

repercussão nos preços do que viesse ao mercado. Mais que paixão, o génio português da terra fez prodígios: aproveitou-se a gleba, quási até ao centímetro, o jardim, a clareira da mata, o valado, o cômoro.

E não foi só na agricultura e na pecuária o esfôrço. Nas indústrias independentes do estrangeiro, sobretudo nas minas à busca de combustível, a produção fez progressos consideráveis, ao mesmo tempo que nos serviços públicos ou privados, em casa e na rua, na vida individual e familiar, aquela divisa se traduzia em restrições voluntárias, no aproveitamento das coisas inúteis, na disciplina dos consumos. — Produzir! Produzir e poupar!

O outro elemento de que se lançou mão foi a organização corporativa. Direi certamente noutra oportunidade alguma coisa acêrca das suas faltas que são sobretudo de espírito e de técnica. Para já basta dizer que a organização corporativa tem sido o instrumento necessário à execução da nossa política económica.

Anda muito longe das realidades do momento quem supõe poder hoje produzir, negociar, viver fora da organização. Há ainda a escolha do tipo; já a não há do facto. Hoje não existem industriais ou agricultores — há a indústria ou a agricultura, a produção de ferro ou a de cereais

Uma tonelada de carvão e um fardo de lã são problemas de Estado. Os governos encontram-se frente a frente e falam em nome da sua economia. Em nome dela se toma o compromisso de comprar, de vender, de permutar, muitas vezes quantidades, algumas vezes com preços, sempre em prazos determinados. Isto não pode conceber-se fora do conhecimento exacto das possibilidades e fora duma rígida disciplina — entre nós a disciplina corporativa.

Para apreciar devidamente as coisas devíamos lembrar-nos de que a organização é recente, não é completa e não é perfeita. Ela reflecte naturalmente os próprios defeitos que temos e não conhecemos em nós; sendo criada para tempos normais de paz, foi chamada a executar a política económica de guerra; mas o que inteiramente justifica a sua actuação é serem as faltas maiores precisamente onde não existe. Simplesmente então não sabemos quem acusar.

Eu compreenderia ainda, dentro da atmosfera de moderados ganhos para os quais desapareceu o obstáculo da concorrência, que alguns patrões aceitassem mal a disciplina da Corporação. Mas é-me difícil de entender que também no meio de operários e empregados se manifestem de vez em quando alguma hostilidade e desconfiança das virtudes fundamentais do sistema. Sem dúvida,

o estatismo, o comunismo, o liberalismo têem razão de ver no corporativismo português um inimigo mortal. Mas não podem vê-lo aqueles a quem a organização corporativa, reconhecendo-os integrados na economia da Nação, quis integrar de pleno direito no Estado, e que através da organização corporativa lograram a decisiva vitória de tornar solidário o social do económico, com o consequente reconhecimento da sua dignidade e qualidade de colaboradores.

4. Quais tenham sido os resultados gerais desta política, parece avaliaram-no melhor os que vêem de fora que nós mesmos, pois lhes é mais fácil a comparação. Afora os combustíveis líquidos de que depende parte importante dos transportes terrestres, e do carvão que na pesca e na navegação não podemos substituir pela lenha, no mais tem-se conseguido o abastecimento do País, não decerto com largueza mas com o *indispensável para* o *essencial*, designadamente na alimentação e vestuário. E pode-se ainda acrescentar que as faltas mais salientes verificadas poderiam evitar-se e têem origem em factos estranhos à acção e previdência do Govêrno português. Um dia, se fôr necessário, se explicará isto melhor.

No entanto, se quanto ao abastecimento das coisas indispensáveis à vida se tem conseguido manter a normalidade possível, o mesmo se não pode dizer quanto aos preços. Grande número de factores se conjugou para êste efeito, a partir do outono passado: a entrada da América na guerra, o esgotamento das nossas reservas, as altas dos combustíveis e matérias primas importados, o aumento do poder de compra proveniente de ganhos excepcionais, a onda de receio que levou a certo assambarcamento dos particulares, o grande desnível de preços entre os que se praticam aqui e no país vizinho, as maiores disponibilidades existentes em face do mercado cada vez mais restrito — tudo contribuiu para certo encarecimento da vida.

Como a política da máxima estabilidade possível não era decreto do Govêrno mas orientação para a economia nacional, o problema é saber se aquela se abandona e se troca por outra ou se se mantém e como. Em linguagem de comunicado militar podemos dizer que perdemos algumas posições, impossíveis de defender, mas que a frente não foi rôta, e enquanto mantivermos a unidade de frente, consideraria um perigo, um êrro, um crime contra o equilíbrio económico, a solidez financeira e a paz social abandonar a disciplina a que nos temos providencialmente sujeito.

E não posso indicar outro processo senão trabalhar e produzir cada vez mais, limitar-se e consumir cada vez menos do que seja essencial para todos, não abandonar nenhuma posição, enquanto fôr possível aguentá-la. É a melhor defesa que podem ter todos quantos vivem de rendimentos modestos e limitados, como é geralmente a classe média, o funcionalismo e parte do operariado. É o imposto mais fácil de satisfazer para uma guerra que outros fazem e nós também havemos de pagar. Mas estando fora dêste quadro ajustamentos em massa, não fugimos a aceitar, abertamente, excepções para injustiças que se reparam, quando se descobrem, ou para quando, tocado o limite extremo, temos em face de nós esta realidade — o direito de viver.

5. Esta política há-de parecer dura e não levar em conta que os preços altos das exportações e o custo dos fretes, o volume de certos negócios e até em parte o encarecimento das mercadorias aumentaram os lucros das emprêsas. Ao seu lado os organismos corporativos engrossam ou mobilizam fundos importantes. O Tesouro tem disponibilidades como nunca. O que é isto ou, se temos juízo, o que deverá isto ser? — Reservas, e só reservas nacionais.

Nós não vamos pôr-nos a adivinhar o que será a economia de amanhã, as suas directrizes e as suas exigências. Mas podemos orientar-nos por algumas ideas simples que são as realidades de sempre: ninguém nos sustentará, se não trabalharmos; ninguém nos preferirá, se produzirmos mais caro ou pior. E ainda estas outras: o português precisa de mais campos abertos à sua actividade; a emprêsa precisa de obter mais rendimento do trabalho operário e de pagá-lo melhor. E não poderá fazê-lo senão reorganizando-se, actualizando os seus processos, investindo capitais e reservas que por felicidade lhe não são exigidas para despesas do Estado.

Deixei cair há pouco uma palavra relativa a compensações de preços com receitas dos organismos corporativos. Mas estas hão-de também servir para crédito, para previdência, para investigações, para muita forma de actividade que interessa ao seu ramo e aos que nêle trabalham. Ainda que não muito clara pelo momento de transição que vivemos, temos de habituar-nos à ideia de que, se a Corporação se há-de substituir e aliviar a actividade do Estado, ela terá de dispor duma *fracção do Poder* e de *património seu*. Educar para o exercício do primeiro, fazer administrar bem para a constituição do segundo são deveres que ao Estado Corporativo se impõem.

Quanto ao Tesouro, se está a absorver as disponibilidades particulares sem emprêgo, não é senão para no momento oportuno prover por sua parte ao apetrechamento da Nação. Esta política não seria porém legítima se emprêsas e corporações, indiferentes aos problemas do futuro, entendessem dever distribuir o que o Estado com pesados encargos teria de recolher.

E nada mais direi sôbre *defesa económica*.

II — Defesa moral

1. Entenderemos por defesa moral a *defesa da consciência da Nação*, no duplo aspecto da sua unidade e da sua personalidade, da coesão que faz a fôrça e do carácter que a torna inconfundível entre as nações.

Os objectivos que se demandam com esta defesa são em primeiro lugar poder a Nação determinar-se em qualquer momento segundo o interêsse colectivo, e depois poder dar contribuição activa e útil à obra de civilização de que aproveita em comum a humanidade.

Correlativamente os perigos para a consciência da Nação são dividir-se, extraviar-se (que também é dividir-se) e despersonalizar-se. Se se extravia, não vê, não compreende, não atina, não está

segura de encontrar o bom caminho. Se se divide, não sabe se poderá segui-lo, quando o encontre, enfraquece, amesquinha-se, diminue-se. Se se despersonaliza, perde, com o que a distingue dos outros povos, raças ou nações, um dos factores de apreço internacional e uma fonte de útil colaboração.

Defendamos a unidade.

2. Por disposição providencial e previdente acção política através de séculos, nós temos a felicidade rara de constituir na Europa uma unidade geográfica; possuimos a mesma língua; constituimos a mesma raça; professamos o mesmo credo, e temos uma só cultura. Sôbre êste conjunto de elementos comuns a unidade política é apenas corolário e cúpula natural, que não foi afectada pela expansão ultramarina e a constituição do Império: por toda a parte a Mãi Pátria conseguiu imprimir a sua imagem, fixar caracteres fundamentais, de modo que não é artificiosa criação a unidade imperial. Obra admirável da natureza e da política dos antepassados, ninguém poderá acusar-nos de a não termos desenvolvido e consolidado, criando-lhe novas bases materiais com a solidariedade económica e vivificando-a espiritualmente com profunda consciência nacionalista. Se esta obra repousa sobre-

tudo na união dos espíritos à volta do maior interêsse nacional, e se a união dos espíritos, com ser reflexo da unidade pátria, é também a sua maior fôrça e factor de engrandecimento, nenhum dever sobreleva hoje ao dever de defendê-la. Por isso faço ligeira referência aos elementos que a podem prejudicar.

O mundo anda aturdido. A rádio, o jornal, a revista; o informador, o comunicado, a gravura, a notícia, o comentário; os exageros, as verdades e o resto que não será nem uma nem outra coisa sopram em rajadas, desabam em hástegas fortíssimas, que escurecem o horizonte. Não se vê a dois passos. E embora alguns ufanem ter-se atingido a saturação, quere dizer o enjôo e a inutilidade, sentem-se os espíritos embaraçados, enleados nas contradições, no excesso de pseudo-factos e de ideias já feitas. Precisamente o que se pretende é que se não reflita, se não deduza, se aceite uma verdade ou uma noção já prontas a servir, para fazer proselitismo.

É claro terem-se excedido os limites duma completa, criteriosa, imparcial informação de factos e duma razoável defesa das teses opostas. Mas a luta não é fácil contra o abuso, salvo quanto à propaganda que utiliza certos meios gráficos, porque o entoxicado por si próprio procura de qualquer modo aturdir-se. Então se verifica não

serem suficientes meios negativos, mas impor-se que a imprensa, liberta de servidões, senhora de si, marque a independência do nosso espírito e a sua posição nos problemas essenciais.

A propaganda excita as paixões, ao que somos afeitos em Portugal, e simplifica de tal modo as coisas, que há aí tal com ideas assentes sôbre a grande estratégia e os problemas mundiais; muitos se admiram porventura de não serem ouvidos nos quartéis generais, nem seus modos de ver escutados pelos grandes chefes. O nosso Tolentino já os tinha retratado:

> «E êste concílio profundo,
> Sem ter um palmo de terra,
> Está repartindo o mundo.»

Sentimentos exaltados criaram os partidos — os partidos do estrangeiro — tantos tanta vez esquecidos do interêsse nacional. E assim entre paixões e disputas, com bandeiras e dísticos e insígnias, alguns portugueses se distribuem por vários cultos, e desertam o altar da Pátria.

Ouço dizer, em defesa, que estão postos alguns problemas que devem interessar a todos os espíritos. Concordo e respondo: há nesta conflagração problemas universais que interessam a toda a humanidade e problemas que respeitam essencialmente apenas a alguns países; e assim como o filosofar vem para depois do viver, deve pensar-se que os últimos ocupam o primeiro plano nas preocupações imediatas. Nem de outra maneira se poderiam conceber as estranhas solidariedades manifestadas no conflito e alternadas camaradagens que se julgariam incompatíveis. Sôbre os problemas de ordem universal temos feito clara profissão de doutrina: muito antes da guerra tomámos partido; sôbre os outros não é correcto agora tomá-lo. ¿Porquê e para quê dividirmo-nos à volta de interêsses estranhos? ¿Já é algum dêstes um interêsse nacional? Quando o seja, não havemos de estar divididos, mas solidários e fortes na nossa unidade.

3. É pois necessário defender a unidade nacional, e defender também aquele atributo a que acima chamei personalidade. A personalidade afirma-se por qualidades próprias, por vocações decididas, por serviços marcantes, pela forma inconfundível de pensar, de sentir, de actuar na colectividade internacional, através de ideas, de fórmulas, de novas soluções. A personalidade não recusa o estrangeiro ou o importado, porque não o copia nem se lhe escraviza, tudo fazendo passar por esse cadinho misterioso que é a alma de um povo; aproveita toda a contribuição útil

ou conquista realizada, não como quem descansa em tarefa alheia, mas como quem se inspira e recebe incentivo para trabalho seu.

Nisso o intercâmbio cultural — não o confundamos com a propaganda, a que acima aludi, nem no objecto, nem na forma, nem nos fins — o intercâmbio cultural será benéfico, com a condição, aliás implícita na palavra, de poder ser retribuído. E como no mundo de hoje nenhum país, sobretudo um pequeno país, poderia isolar-se do conjunto, o intercâmbio será por fôrça colaboração de valor ou colonato intelectual. Se ter literatura, arte, ciência, forma de indústria, costumes e modos de ser, prisma ou luz própria para ver ou interpretar os factos, sentir o mundo, regular ou viver a vida, não é suficiente para garantir a independência política, devemos pensar que somos em tudo nós e não outros é a primeira condição de não nos confundirmos.

Consideramos como elemento de defesa moral o poder criador de um povo dentro do seu carácter e personalidade, e por isso apelamos para os investigadores, os homens de ciência ou simples estudiosos, para todos os criadores de beleza, os escritores e os artistas, os homens de iniciativa e trabalhadores de qualquer ramo de actividade: que no redobrar de esforços, exigido por esta

época de ressurgimento, se não desprendam do que um nós é comandado pela natureza, ou pela história, ou pelas qualidades de inteligência e coração para, sendo do nosso tempo, sermos da nossa terra.

III — Defesa política

No primeiro plano do que intentei chamar *defesa política* está a defesa do interêsse nacional; no segundo plano a defesa das instituições, naquele a independência e a integridade da Pátria; neste o sistema de govêrno e o conjunto doutrinário que orienta a vida da Nação.

§ 1.º

O interêsse nacional achou o Govêrno que era bem defendido, nas presentes circunstâncias, através da neutralidade, tanto mais que era possível mantê-la sem prejuízo da aliança inglesa — neutralidade séria e digna, a única que, sendo conforme à ética das instituições, tinha algumas probabilidades de ser respeitada e produzir seus frutos. Mas a atenuada repercussão da guerra nas condições de vida, a ausência das restrições mais incómodas, termos sido poupados na nossa terra e na nossa gente às maiores tragédias dos

tempos modernos têem levado muitos de nós a confundir a paz, que seria bem para todos os Estados, e a neutralidade, que é apenas posição de alguns. Importa corrigir o estado de espírito que a esta tenha dado valor absoluto e deixado de reconhecer-lhe as desvantagens que possua.

Oh! ¡a deliciosa situação de neutro em que não há atitude acabada de compreender, nem correcção impecável, nem serviço reconhecido, nem imparcialidade bastante! Toda a simpatia é partido, toda a crítica é ofensa, toda a restrição desinterêsse, toda a recusa hostilidade. Na preocupação absorvente que domina os beligerantes e naturalmente reduz o mundo às perspectivas da sua vitória, o interêsse do neutro por pouco não existe, o seu direito é apenas tolerância e, para alguns exaltados, tam incompreensível e despida de valor a sua existência como de párias entre magníficas gentes da guerra. Não é cómoda a situação do neutro... Nem cómoda nem económica.

Por conveniência ou acidente quási não há hoje águas territoriais invioladas, céu que não haja sido cortado em abusivos vôos, território imune de acções guerreiras. Não pousamos em mares e continentes em que se batalha, encontramo-nos na confluência de grandes estradas do mundo: impõe-se-nos a guarda custosa de certo

número de pontos nevrálgicos. Não nos poupamos a esforços, sacrifícios e despesas e fazêmo-lo sem cansaço nem arrependimento, com a ambição única de que os nossos soldados cumprem bem o seu dever de sentinelas vigilantes. Outros se vêem obrigados a trabalhar e despender mais do que nós; como nós, pagam também o alto preço da sua neutralidade. — Não é barata.

Muito menos se pode supor egoísta. Quando se pensa no que Portugal ou a Suíça — para não falar de outros com igual razão — no que Portugal ou a Suíça têem feito para salvar do naufrágio os restos da solidariedade humana num mundo praticamente todo em guerra; quando se considera o valor dos pequenos oásis onde a vida não é ódio ou desespêro e a simpatia dos corações não distingue povos ou raças mas apenas o sofrimento e a necessidade; quando se reflecte na porção de ar, de luz, de esperança que as poucas janelas abertas sôbre o grande oceano representam para a Europa sequestrada de grande parte da sua vida e da sua glória — deveria louvar-se a Providência. Porque Ela faz sobreviver nos homens ao rancor das lutas o sentimento do bem e permite manter entre as nações em guerra a consciência da paz.

Cómoda ou incómoda, egoísta ou não, a neutralidade não é vantajosa senão enquanto serve o

interêsse nacional e o maior dêles na concorrência de vários. Esta idea envolve outra — a de a neutralidade estar sujeita a contínua revisão, e por isso não poder alguma vez dizer-se que é definitiva. Ela depende mais dos factos que dos propósitos, mais de outros que a desrespeitem do que do próprio que pretenda mantê-la. Nem isto quere dizer que não haja uma política de neutralidade (creio termo-lo demonstrado); mas significa que, estando o mundo em guerra, mal pode alguém afirmar que em quaisquer circunstâncias se lhe conservará estranho. Numa palavra: o desejo de neutralidade não pode ser superior ao interêsse da Nação. E sendo tam sinceramente neutrais, como somos, julgo prudente que o nosso espírito não amoleça na idea de se não bater.

§ 2.º

1. O segundo plano em que se há-de desenvolver a defesa política é, como disse, o que respeita às instituições. O problema cifra-se afinal em determinar que repercussões poderão ter nos regimes políticos da generalidade dos países europeus certas hipóteses do desfecho da guerra mundial, e como êsses regimes se poderão defender dos perigos que correrem. Refiro-me especialmente à inegável perturbação dos espíritos cau-

sada pela aliança anglo-russa e à dolorosa inquietação que se pressente por toda a parte, mesmo no seio das chamadas nações unidas, em virtude da solidariedade emprestada pelas democracias inglesa e americana ao Govêrno soviético. Nada ganharíamos em fechar os olhos a problema porventura o mais angustioso da nossa idade e que vinca de amargos traços o pensamento europeu e americano, ainda liberto dos interêsses e ódios do conflito e ávido de descortinar, para além da poeira das batalhas, as estradas do futuro. Não poderia examiná-lo profundamente; limitar-me-ei ao que importa ao meu desígnio.

2. Ainda que a meu ver seja um tanto preconceituosa e cheia de perigos a superioridade com que o povo inglês se julga a si próprio imune da desordem e do vírus económico e social, contaminador em maior ou menor grau de toda a Europa depois da última guerra até à tragédia espanhola, é exagerado pensar e dizer que a Inglaterra deseja ou intenta favorecer o comunismo como esperança do amanhã europeu. Neste ponto têem-se revelado pessimismos e optimismos claramente exagerados. Não há dúvida porém de que há muitos interessados em fazer da eventual vitória inglesa uma *vitória ideológica*, que possa repor em seus lugares os princípios res-

possíveis da desordem e miséria europeia dos últimos vinte anos. Outros almejam por que lhes abra caminho, pela ingénita fraqueza das democracias, aos desmandos e desvarios de que andam cheias, sob aparências humanitárias, as imaginações dos indisciplinados e reformadores fantasistas. Alguns ainda contentar-se-iam com ser-lhes reconhecida a actual situação de oposicionistas, mais para trás ou mais para diante, contanto que a mudança os favorecesse e às suas aspirações. São muitos os que a êste fumo pretendem aquecer o seu rancho.

Para examinar a razão ou sem-razão destas esperanças não farei referência às declarações autorizadas que têem vindo de todos os lados sôbre o direito reconhecido aos povos de possuir o regime que melhor quadre às suas necessidades e modo de ser, ou às compromissos sôbre a não intervenção na política interna dos outros Estados. Eí passarei adiante sôbre essas declarações ou propósitos, não só porque assim evito subjectivismos desagradáveis, mas porque os homens de Estado, ao contrário do que alguns dêles mesmos supunham, nem sempre podem executar tudo o que intentaram fazer. Por isso me inclino para critério mais objectivo, o dum é o da linha geral da evolução política europeia e das necessidades de reconstrução da Europa.

3. Ninguém pode aceitar sèriamente a pretensão de que esta guerra tenha nascido com a finalidade ou se tenha desenvolvido com o propósito de repor regimes políticos gastos ou banidos. Além de problemas territoriais ou económicos, a guerra pode ter pôsto, e pôs com efeito, questões de organização e vida internacional, profundas e graves questões de princípio na vida de relação dos povos e outras ainda afins destas. É também para nós evidente que, independentemente da bandeira da vitória, outros conceitos de vida se radicarão nos povos. Recuso-me porém a ir mais longe, no que só presto homenagem à inteligência dos homens.

Se há facto demonstrado pela experiência, é que a democracia e o liberalismo se esgotaram no último século, e isso por duas razões que explicam a morte ou substituição dos regimes políticos e económicos: primeiro, esvaziaram-se do seu conteúdo ideológico, quero dizer, deixar de haver correspondência entre os princípios e os sentimentos dos homens que se diziam servi-los; segundo, não corresponderem às necessidades dos novos tempos. Tão forte foi o sentimento de insuficiência das instituições em vigor que a Europa mudou politicamente de aspecto em poucos anos e, sem negar que a imitação tenha

no facto alguma influência, devemos sobretudo crer que as mesmas necessidades fizeram nascer aspirações que por toda a parte quási tomaram corpo em formas semelhantes e generalizaram concepções aproximadas. E a última guerra que, não há negá-lo, sôbre o princípio das nacionalidades reacendeu o facho das democracias, foi o último grande acontecimento provocador dos novos regimes, pela dupla necessidade generalizada de escapar à desordem e de fugir à miséria — a dupla e maldita herança que nos deixou.

Só a Inglaterra pela natural lentidão da sua evolução política e económica — superior vantagem em épocas normais, grave inconveniente nos «rápidos» da História — teve dificuldade em compreender que o aparecimento dos novos regimes podia aqui ou além deminuir-lhe facilidades, mas nada tinha de essencialmente anti-britânico. Agora, em plena batalha, a Grã-Bretanha faz as adaptações convenientes do regime, revoluciona a sua vida, talvez o seu caminho e abraça os novos tempos: não só isso lhe é necessário para conduzir a guerra, mas possivelmente a evitara se o houvesse feito. E o mesmo a América, e o mesmo muitos outros, com diferentes nomes embora.

Ora bem. Temos pois que a linha geral de evolução política europeia — e nesta incluo como traço dominante a preocupação social com suas

pretensões de criar um «homem novo» — está definida, aceite e experimentada por épocas difíceis e pelo facto da guerra. Seria fazer injustiça à inteligência dos quatro ou seis homens que dirigem os destinos do mundo supor que não vêem com clareza a marcha dos acontecimentos e iriam despender seus esforços a remar contra a maré.

¿Poderiam ao menos fazê-lo com êxito?

4. O problema reduz-se a saber quais as necessidades da Europa de amanhã e a forma como as instituições políticas têm de colaborar na sua reconstrução.

Não pode oferecer dúvidas a ninguém que esta guerra, pelo seu desenvolvimento mundial, criou problemas cuja vastidão não permite compará-los aos resultantes do último conflito. Não pode haver igualmente dúvidas de que a extensão e variabilidade dos campos de luta, a supremacia dos meios mecânicos, sobretudo o poder da aviação ao estender a todos os recantos as frentes de batalha, elevam a proporções quási inverosímeis as destruições, perdas e desgastes de toda a ordem. Ainda que se não juntasse a miséria, que desde o tempo de guerra mina as populações, o estado geral da Europa será o de ruína e desolação material e moral. Nenhuma boa vontade, nenhum

auxílio poderá impedir ou remediar ràpidamente tal estado de coisas. Estão os maiores países envolvidos no conflito, desviada quási em absoluto a capacidade industrial do mundo para fins de guerra; muito tempo se passará antes de ser possível satisfazer convenientemente as necessidades das populações desprovidas de reservas, famintas, moralmente arrasadas. Todo o optimismo se me afigura destituído de fundamento real. Vou mais longe: dado o fundo psicológico que reside na existência das necessidades humanas podemos prever que os povos sentirão mais fortemente depois da guerra a carência das coisas, com as naturais consequências de ordem social.

Temos pois, como realidades imediatas, devastações sem conto, misérias sem limites, a necessidade de reconstruir quási um mundo que desabou. Ninguém pode supor que tal tarefa, exigindo trabalho intenso de dezenas de anos, colaboração fraterna, entendimento mútuo, organização dentro e fora das fronteiras de cada nação, seja compatível com a desordem política, com a desordem económica e com a desordem social em que a Europa mergulhou por efeito da guerra anterior. Assim levou vinte anos sem conseguir sanar todas as feridas nem reparar as principais perdas. Se insiste, é que está louco e se quere perder.

5. A época que estamos vivendo e o conflito mundial terá mais fortemente vincado decorrerá sob o tríplice signo da *autoridade*, do *trabalho* e da *preocupação social*. Pode haver — e certamente se imporão de acôrdo com a diferenciação de condições — modalidades ou processos diversos; mas por toda a parte em que se possa dizer que estamos em terra civilizada e cristã as instituições ofereceirão parecenças flagrantes e se basearão em princípios morais idênticos. Nenhuma nação se poderá eximir à autoridade forte; nenhum homem ao dever do trabalho; nenhuma actividade ou riqueza ao critério da sua utilidade social. Nisso estaremos todos por qualquer modo de acôrdo. ¿Em que o não estaremos? Em tudo quanto porventura desconheça a natureza do homem, o sentido da vida, os ensinamentos da História, embora pela visão unilateral de qualquer princípio tenha parecido exacto, ou justo, ou útil.

Nós, por exemplo, não poderíamos aceitar que a hipertrofia da autoridade desconhecesse os direitos da consciência; nem que o Estado absorvesse toda a vida da Nação e os agrupamentos naturais que defendem a própria vida e a actividade dos homens; nem que as necessidades económicas sejam o princípio básico de organização das nações ou da sociedade inter-

nacional; nem que a iniciativa individual desapareça como órgão propulsor da actividade social e passe para a autoridade pública toda a iniciativa, toda a riqueza e todo o comando da vida em sociedade.

Estas restrições, aparentemente tão simples mas tão essenciais que por elas e contra elas parecem bater-se muitos homens, traduzem precisamente um dos traços dominantes das instituições portuguesas: se a elas me referi foi apenas para acrescentar uma razão mais às que vinha dando sôbre a independência do regime em relação ao fenómeno da guerra mundial. Nós não podíamos nem ousamos por essas modéstia e fraca autoridade apresentar-nos como exemplo; trabalhamos apenas de espírito isento, sem esquecer o que há de permanente e imutável no homem e com os olhos nas experiências passadas e nas necessidades de hoje. E parece-nos ter encontrado, para nosso uso e nosso, aquela humana linha média onde convergem as necessidades fundamentais da vida social e as aspirações do nosso tempo.

6. Embora me pareça que as coisas serão assim por não deverem nem poderem ser de outra forma, não significa isto ausência de graves dificuldades.

O após-guerra representará de modo geral tendência regressiva para a desordem; muitos interêsses secundários se aproveitarão das circunstâncias para trabalhar no mesmo sentido. O cansaço da excessiva mas necessária disciplina do tempo da guerra; o desaparecimento das pressões de ordem moral que obrigaram a obedecer e a sofrer em silêncio; o excesso de esfôrço pedido pela luta; a miséria ou permanência das faltas que não poderão milagrosamente suprir-se; a adaptação das produções de guerra aos fins da paz, que toca ao trabalho, nos interêsses, na vida de milhões e milhões de seres, repercutir-se-ão em solavancos graves na marcha política. Vencedores e vencidos devem sentir as mesmas dificuldades.

Como não será surprêsa, os homens reflectidos saberão que não se trata de iniciar nova marcha, mas antes de recuo que deve ser travado; e os governantes prudentes terão organizado *reservas de fôrça* para o conseguir. Espero se tenhamos suficientes para não deixar perder na paz o que a guerra poupou, pois não se trata de salvar posições pessoais ou políticas, mas condições essenciais à salvaguarda da nossa independência e ao engrandecimento da nossa Pátria. Quem tem razão tem muita fôrça — e muita mais quem a tem na sua casa.

* * *

Fico-me por aqui.

Disse, senão tudo, algumas coisas do que podia dizer; não me mantive porém fiel ao intento de o fazer em poucas palavras. A razão já Vieira a apresentou há três séculos: faltou-me o tempo para ser mais breve.

XXIX

O CORPORATIVISMO E OS TRABALHADORES

OS PRINCÍPIOS E A OBRA DA REVOLUÇÃO NO MOMENTO INTERNO E NO MOMENTO INTERNACIONAL [1]

Faz hoje quinze anos tomei conta da pasta das Finanças e com ela a minha parte de responsabilidade na direcção superior do Estado. A Revolução vinha de mais longe; o seu acto inicial é de 1926 e sabe-se que me não deve nada. Mas os dois primeiros anos gastaram-se a bem dizer na arrumação sumária desta desarrumadíssima casa e sobretudo na preciosa conquista de estabelecer a ordem com o mínimo de violência. Sem esquecer o muito realizado na mesma orientação que depois veio a definir-se, podemos pois sem grande êrro fixar a partir de 28 a época pròpriamente reformadora e construtiva.

---

[1] Na Emissora Nacional em 27 de Abril de 1943.

Quinze anos são pouco na vida de um povo mas podem pela seiva dos princípios e pela fôrça criadora das instituições alimentar e marcar um século. Para isso é necessário que tenham consubstanciado as necessidades e aspirações nacionais e que, não tendo a possibilidade histórica ou a potencialidade suficiente para abrir novas rotas ao mundo, se enquadrem nas grandes linhas que traduzem o sentido geral dos tempos. Por isso me pareceu que um assunto possível para hoje seria êste: *os princípios e a obra da Revolução no momento interno e no momento internacional.*

A obra política é sobretudo obra de resultados. Pelos benefícios materiais e morais que lhes ficam devendo os homens ou as sociedades se costuma aferir o valor das ideas e das fórmulas, por vezes até com desprêzo pela sua verdade e justiça intrínsecas — desprêzo excessivo mas compreensível, se aceitarmos que o êrro não é socialmente mortífero senão depois de muitas gerações.

Seja como fôr, não se devem confundir os resultados gerais com dificuldades de momento, os sacrifícios individuais com o bem-estar colectivo que os tornou necessários; e para se fazer o balanço exacto da situação devem ainda ter-se em conta correctamente as circunstâncias em que se desenvolvem.

Ora o período de 1928 até hoje pode ser caracterizado pela gestação político-militar da maior guerra que o mundo viu, enxertada na maior crise que os economistas anotaram em todos os tempos. Em quinze anos, quatro de derrocadas económicas e financeiras, três de guerra na Península, que nos cortou da Europa por terra, quatro de conflagração, que a bem dizer nos tem separado do resto do mundo por mar. Sôbre as economias empobrecidas pela crise tiveram de erguer-se as economias fechadas pelo bloqueio; sôbre as moedas debilitadas se lançaram os desequilíbrios das balanças de pagamentos ingurgitados pelos abastecimentos militares; sôbre as finanças, que mal agüentavam os *deficits* do tempo de paz, carregam as astronómicas despesas do tempo de guerra. E o grande abalo não se repercutiu apenas nas coisas materiais que se reparam, ou renovam, ou reconstituem, mas em conceitos básicos de ordem política e moral. Tudo parece ter estado sujeito a tavião — promessas e tratados, interêsses e amizades, fronteiras e soberanias, regras de vida internacional, o próprio direito de viver. E a angústia da humanidade que não pode viver sem arrimos sólidos de certeza moral juntou-se por toda a parte às insuficiências económicas, filhas da guerra ou do seu receio.

Estes traços largos vêem aqui sem o intento de diminuir responsabilidades, mas como exigência da exactidão histórica ao situar no tempo os acontecimentos políticos. Porque objectivamente o problema deve pôr-se da mesma forma e o primeiro ponto será portanto — *se a Revolução se tem mostrado apta a compreender, estudar e resolver os problemas nacionais.*

I

A Revolução e os problemas nacionais

1. Problemas nacionais

Eu não me refiro aos mil problemas ou questões que fazem a trama da vida diária de um país e exigem soluções de momento. Tenho apenas em mente aqueles problemas essenciais que respeitam à existência, à conservação, desenvolvimento e missão histórica do agregado nacional. Desisto, para o efeito, de recorrer às conclusões a que nos tenham levado a nossa própria reflexão e estudo; o mais simples é servirmo-nos do que durante mais de um século se escreveu e perorou como deficiências ou lástimas nacionais. Historiadores, publicistas, oradores parlamentares, políticos, jornalistas apresentaram, durante cem anos de expansionismo verbal, o quadro pouco lisonjeiro do que a Nação reclamava e se devia fazer.

Preferentemente, sob o aspecto negativo ou crítico; aqui e além entremeado de uma idea construtiva, pouco importa. Pouco importa ainda que uns se deixassem influenciar pelo progresso das nações estrangeiras, outros partissem de algum conhecimento das coisas e circunstâncias locais; que estes atribuíssem aos defeitos da educação e aqueles às más artes da política os males do País; que ali se chamasse desordem à miséria e aqui se denominasse pobreza o que era desleixo, falta de trabalho, desorganização. Há certamente para exame mais profundo muitos conceitos a corrigir; mas sob o aspecto que nos interessa, as recriminações, as queixas, as discussões acêsas, as críticas bem ou mal intencionadas, os programas dos partidos ou dos governos fizeram vir ao de cima da consciência pública, como espuma em águas agitadas, a enunciação de grandes problemas nacionais.

Verdadeiramente como espuma. Com efeito não havia em regra mais que a forma verbal de uma aspiração, mas nenhum conteúdo, nenhum fundamento nem essência concreta — estudo exaustivo de factos ou causas, processos ou meios de se satisfazer. Quero dizer, nenhum problema pôsto em equação, e a regra é: problema não equacionado, problema não resolvido; no Govêrno e na vida os expedientes são outra coisa.

O público teve assim conhecimento, mesmo quando as não podia sentir directamente, de grandes necessidades ou problemas que, pela forma insistente como eram atacados e não resolvidos, se lhe erguiam na frente como as suas verdades primárias e ao mesmo tempo como esfinges de invioláveis segredos, medonhos fantasmas, impossibilidades. E em muitos casos *afez-se* à idea, resignou-se, entristeceu.

O eterno *deficit*, o mistério tenebroso das contas e da dívida pública; o espectro da bancarrota, a quebra da moeda; o *deficit* da balança comercial; a insuficiência económica; a miséria agrícola; a irrigação do Alentejo; o repovoamento florestal; as estradas; os portos; o analfabetismo; o abandono das populações rurais; a pesca; a marinha mercante; a administração colonial; a instrução e rearmamento do Exército; a reconstrução da marinha de guerra; a viciosa educação da gente portuguesa; a emigração; o quadro das nossas relações internacionais; a questão religiosa — tudo isto absorveu literalmente um século de discursos, toneladas de artigos e não deu um passo, salvo sempre o respeito pelos esforços honestos e realizações parciais dêsse, entre as quais se destacam o fomento das comunicações e a ocupação colonial.

Não deu um passo — porquê?

2. O problema do Estado. Reforma política

Ponhamos em primeiro lugar o problema do impulso e direcção central — digamos, o problema do Estado e da sua estrutura.

A vida colectiva sobretudo na sua expressão nacional e num plano superior desta não se congrega nem ordena espontâneamente. É ilusão supor que a sociedade busca ou encontra por si própria as suas directrizes; ou mesmo apreende em termos sensíveis as suas próprias necessidades. Um ou poucos, debruçados sôbre o ser colectivo, deduzem e esclarecem o que pode encontrar-se vaga e embrionàriamente na consciência geral, sentem as necessidades ou conveniências, fixam um objectivo, definem uma direcção, dão o impulso — criaram uma política. Esta, conforme a sua amplitude, esgota-se em anos ou absorve gerações sucessivas, dura séculos; mas as condições de êxito são sempre as mesmas, apesar de não ser igual a emprêsa.

Nestes termos e para o que nos importa, posta de lado toda a pretensão científica e mais as luzes da filosofia e do direito político, o que é o Estado? — O chefe, o govêrno, a burocracia ou seja, grosseiramente, um pensamento constante, uma vontade esclarecida, um órgão de estudo e

execução. A Nação por sua vez, recebido o influxo das ideas directrizes, é que verdadeiramente realiza, pelo seu esfôrço, em tudo o que não representa para acção de Estado, a política nacional. Ela pode aliás e deve fazer ouvir a sua voz, isto é, a voz das suas necessidades, sentimentos e aspirações, por meio de representação adequada. — Vê-se a ôlho nu a importância da orgânica constitucional.

Nas antigas monarquias, a extensão e fôrça do poder real ligadas à hereditariedade da função podiam fazer da dinastia o fiel depositário do pensamento político. A obra da conquista, formação e povoamento do Reino, a empresa das descobertas, o esfôrço da restauração metropolitana e ultramarina são exemplos frisantes do que podem representar dinastias na fidelidade a um pensamento e na prossecução de uma política. Vê-se também algumas vezes órgãos colectivos, de escol, poderem substituir ou coexistir com outros na conservação de um pensamento do Estado e na fidelidade à tradição. Exemplos: o Senado da República na Roma antiga, o Almirantado britanico, a Cúria Romana.

No Estado moderno a excessiva preocupação da defesa dos direitos e liberdades individuais contra os possíveis abusos do Rei e seus Ministros pôs por toda a parte em crise a chefatura

do Estado: foram atingidos o poder, a permanência, a duração das funções de direcção superior e com elas as possibilidades que em si continham. Os expedientes que se encontraram e utilizam quando uma emprêsa vital se cruza e periga com o mandato que termina são fracos remédios para profundos males.

Com a translação operada nas fôrças políticas e as deduções porventura apressadas dos conceitos correntes acêrca da sede da soberania, entraram igualmente em crise a formação, estabilidade e prestígio dos governos. Conforme as qualidades dos povos e a permanência de institutos de defesa, os resultados foram diferentes. Em Portugal porém fez-se tudo quanto era humanamente possível e razoável fazer para anular os principais órgãos da soberania, aqueles em que principalmente reside a fôrça e autoridade do Estado. A vergonhosa estatística que apresentamos como expressão de havermos passado todas as marcas revela, com o completo desprestígio das instituições políticas, termos criado as condições óptimas em que não se podia governar. Só por si o Parlamento o não permitiria, com seus partidos, grupos e paixões, sua ânsia de impor-se ao Chefe do Estado e aos governos e sua total irresponsabilidade diante de Deus e dos homens. Pela sua

origem e constituição, em ambas as Câmaras, não poderia mesmo aspirar a qualquer representação nacional, pois que nenhuma tentativa se fizera para organizar a Nação dentro dos seus quadros naturais, de que directa ou indirectamente emanasse e pudesse ser imagem ou intérprete fiel.

Podia ao menos ter-se salvo a burocracia; mas não. Ela foi a primeira vítima da falta de direcção e da desordem política. Na carência do Estado não podia ser-lhe reconhecida utilidade; e assim, roída pelo compadrio e pela incompetência, pôde vir a ser acusada de completamente inútil. Quando chegou a altura de, pela falta alheia ou incapacidade própria, se convencer da sua inutilidade, a burocracia, perdido o estímulo, o zêlo, o brio da função, veio a resignar-se com a acusação de parasitagem e o desprêzo público. Mais de um movimento se inspirara no peregrino intento de libertar o País do funcionalismo, o que dá simultâneamente ideia da incompreensão dos dirigentes e da consciência geral.

Só nós temos a coragem de afirmar que a burocracia é instrumento precioso e indispensável da governação, como temos o dever de dizer que à data da Revolução — e possivelmente algunas sectores ainda hoje — a burocracia não estava preparada ou, se se prefere, não estava habituada

a trabalhar como se fazia mester. (Fala-se em geral e exceptuam-se sempre os verdadeiros valores). A nossa instrução livresca e formação dialéctica, nada objectiva, movendo-se na abstracção, com pequeno contacto com os factos, pódem enganhar-se em fórmulas vazias que estendam os processos, não cortando as questões, mas não servem, quando precisamente se trata de estudar as realidades e dar solução aos problemas da vida. De modo que um dos grandes objectivos e uma das maiores necessidades era exactamente reeducar a burocracia para um esfôrço sério.

A questão tem mais importância do que se pensa mesmo no aspecto puramente político. Porque na falta de elementos capazes de assegurar a execução do pensamento e planos de govêrno, os Ministros, em vez de serem simplesmente os «técnicos das ideias gerais», como de si próprio dizia o Marechal Lyautey, têem de fazer-se os técnicos-chefes dos respectivos Ministérios. E, parecendo à primeira vista boa solução, não a tenho por tal, pela exigência de excepcionais requisitos, o pêso sôbre-humano da tarefa, a perda da perspectiva em relação aos planos gerais, o desaparecimento do político sob a avalanche das minúcias dos problemas particulares. Mas creio bem que esta geração está condenada a trabalhar pouco mais ou menos assim.

Emfim, os homens de quarenta anos viram já duas doutrinas políticas em acção. Os de espírito liberto podem guiar-se pelas lições da experiência, se a evidência dos princípios os não tinha convencido já. Não só se havia chegado a extremo em que parece nada se podia tentar sem a profunda reforma das instituições políticas, como o sentido em que esta se operou foi ao encontro da maior necessidade — dotar a vida da Nação daquela representação orgânica e daquela direcção central estável, forte, eficiente, sem a qual seria impossível formular qualquer plano ou executá-lo, se o houvesse. Só me parece que um alto corpo, como o Conselho de Estado, mas em bases mais largas, poderia ser junto do Chefe do Estado fiel intérprete da doutrina e o depositário seguro de uma tradição política.

2. A Nação e a sua economia

Para além do Estado está a Nação — a vida da comunidade nacional com suas necessidades, o seu trabalho, as suas aspirações. Para ela existe o Estado, isto é, em seu benefício se organiza o poder, se criam e funcionam serviços. Significaria ostentação ao mesmo tempo que tentar o impossível trazer para aqui a enumeração dos actos, providências, realizações de toda a ordem que

nos últimos quinze anos têm criado ou melhorado as condições de trabalho do País, satisfeito as suas necessidades, fomentado o seu progresso, elevado o seu nível de vida e as manifestações da sua cultura, numa palavra, revigorado o seu ser. Prefiro à crónica que registasse as soluções concretas dadas aos problemas o comentário de um ou outro traço essencial.

Julgo que algumas vezes se têm exagerado as nossas possibilidades. Nós somos um país pobre, que tanto quanto se antevê no futuro não pode na metrópole aspirar a mais que à dignidade de uma vida modesta. A idea de que somos um país rico por causa da doçura do clima e do purissimo azul do nosso céu é uma idea feita ... e falsa, como a dos incultos do Alentejo e a da imensidão dos baldios. Ao país pequeno e acidentado, as serras, as rochas, as dunas, as terras áridas deminuem-lhe muito a superficie; a irregularidade das chuvas, o regime de sequeiro, a exigência e carestia das regas, onde isso se pode fazer, tornam ou precária ou cara a produção. A agricultura é falível na quantidade de géneros e no rendimento líquido. Temos o mar, mas o subsolo não é comparável em combustíveis ou minérios ao da generalidade das nações europeias.

Há um elemento que nos tem porventura feito equivocar — a qualidade de algumas produções.

Os vinhos, as frutas, o peixe são de alta qualidade, preciosos, no rigor da palavra. Para admitirmos que tivéssemos aí compensação era preciso partir do princípio de que a vida moderna de massas, tipos e produções em série, reservava ainda lugar para o produto fino em que a mão-natureza se compraz, sacrificando ao perfume, à côr, ao gôsto apurado, a altas virtudes, a banal quantidade. Não estou seguro disso.

No acanhado espaço a população em crescimento constante procura viver — há-de encontrar trabalho e sustento. Não se dá outro fim ao que se tem feito para conhecer de verdade as riquezas do subsolo e a sua melhor utilização, fixar as dunas, repovoar as serras, dividir e aproveitar os baldios, irrigar os campos, regularizar os cursos de águas, enxugar, dessalgar e defender as terras. Tudo é apenas alargar as áreas úteis — pròpriamente tornar maior o País. Sem suspensão nem desvios há aí trabalho para duas, três décadas ou mais e gasto de muitos milhões, mas os resultados hão-de possìvelmente revelar-se em atraso relativamente à população — tanto em disponibilidades alimentares como em trabalho exigido: grave dificuldade.

Vejo-lhe dois remédios, a aplicar conjuntamente — a colonização ultramarina, a intensificação do trabalho industrial. As terras coloniais,

ricas, extensas, de valor nulo e fraquíssima densidade populacional são o natural complemento da agricultura metropolitana, nos géneros pobres sobretudo, e das matérias primas para a indústria, além de fixadores de uma população em excesso daquilo que a Metrópole ainda comporte e o Brasil não deseje receber. Definida a solidariedade económica e política salvaguardas proposições do Acto Colonial, a marcha do tempo tem ido revelando a possibilidade e demonstrando inequìvocamente a necessidade de uma política que assente na base imperial a economia da Nação.

Quando por outro lado e dentro de algumas semanas se puder fazer conhecer o plano da reorganização industrial do País, comportando apenas, como é razoável, alguns aproveitamentos a indústrias-base, harmónicos com o meio natural e económico português, ver-se-ão com mais clareza as grandes linhas dentro das quais se há-de desenvolver a nossa actividade e como se pensa assegurar o trabalho e o pão dos portugueses por meio de uma economia nacional.

Em nosso pensar a economia nacional deve servir a Nação; é o seu fim; é a sua razão de ser. ¿Mas por que meios se garantirá êste destino? Os termos «nacional», «nacionalista», «nacionali-

zação e aplicados à economia prestam-se a mal-entendidos, porque em muitas partes se lhes dão significados diversos; mas nós não temos dificuldade em expor claramente o nosso pensamento.

A economia nacional não pressupõe nem exige que o Estado absorva as emprêsas particulares e dirija os monopólios, mesmo quando a actividade dêstes é essencialmente um serviço público. O nosso nacionalismo é anti-socialista e desadora o estatismo, pela dúpla razão de a experiência portuguesa no-lo haver demonstrado anti-económico e fazermos profissão de fé na iniciativa individual e no valor dos grandes campos de acção privada para defesa da própria liberdade humana.

A economia nacional não é necessàriamente autárquica, no sentido de suficiência e de isolamento, orientação que de um lado esbarra com a multiplicidade das trocas e a interdependência da vida moderna, e do outro provoca desvios contrários ao melhor aproveitamento e divisão do trabalho no mundo.

Finalmente a economia nacional não impõe o exclusivismo em favor do capital ou do trabalho nacionais contra o capital ou o trabalho estrangeiros, que aceitamos pela sincera adesão a princípios de colaboração internacional e pelo convencimento dos seus benefícios. Nós somos entre

todas as nações uma das que mais liberais e generosas se mostram para com os estrangeiros; nenhuma legislação ou tradição excedem a nossa em facilidades, atenções, direitos dos nacionais de outros países, em quási tudo equiparados em Portugal aos portugueses. Aos capitais aplicados no País asseguram-se garantias, favores e privilégios de que os nacionais raramente gozarão. Respeitamos por educação e princípio, senão por lhe reconhecermos vantagem, ampla liberdade económica. Na última crise já as grandes nações chamadas livres tinham restringido o trabalho estrangeiro, bloqueado créditos, dificultado transferências de dinheiro, proibido a circulação de capitais, alterado por muitas formas as correntes comerciais e financeiras e ainda nós, quási ilha perdida no mar das restrições, conservávamos abertas de par em par as portas da nossa casa e mantínhamos com escândalo do mundo a liberdade de importações, de câmbios, de circulação de capitais. Somos assim.

Reconhecemos lealmente dever ao capital, à técnica e à iniciativa estrangeira, designadamente ao capital inglês, parte importante no progresso do País, metropolitano e colonial. A timidez do nosso capital que tradicionalmente prefere o rendimento fixo do papel do Estado à aventura dos grandes empreendimentos, nos quais a possi-

bilidade de maiores lucros é a contrapartida dos riscos, tem nisso parte de responsabilidade; a outra parte está na atitude dos governos que receiam por vezes ter para com o capital português as mesmas deferências, cuidados e garantias que mais fàcilmente se concedem ao capital estrangeiro.

Dados tais princípios e tradições de liberdade e colaboração internacional, ¿como há-de pôr-se o problema da nacionalização da nossa economia? Respondo: em princípio todo o factor económico pertencente ou trabalhando no seio da Nação Portuguesa deve estar integrado na economia nacional, servir primàriamente a economia nacional, seguir as suas directrizes, obedecer ao seu comando. Não podemos ser ingénuos ao ponto de supor que tais elementos estrangeiros não fazem também parte da sua economia de origem, nem que não seja reunião pelos rendimentos auferidos, colocações pessoais, repercussão no comércio externo — e há muito mais coisas além destas; mas podemos ter suficiente espírito de ordem na nossa casa, já não digo bastante orgulho, para pretender que em Portugal a nacionais e estrangeiros se imponha em primeiro lugar o interêsse português, a vida da Nação Portuguesa. Esta não poderia pretender ter suficiente liberdade nem suficiente segurança, se as posições-chave

da sua economia não obedecessem à ordem nacional mas ao comando estrangeiro.

À luz dêstes princípios, que são fruto de simples bom senso e de alguma experiência, a lei recente, chamada de nacionalização de capitais, não traduz agressividade nem sequer falta de apreço ao capital estrangeiro que trabalha ou deseja vir trabalhar no campo metropolitano ou colonial, ainda aberto a muitas e vastas iniciativas; mas antes um convite, incitamento e até prova de confiança no capital português para que tome, em harmonia com a sua importância e disponibilidades, o lugar que lhe compete no progresso e coesão da nossa economia. Eu penso que a dura lição que recebeu nos últimos tempos em suas peregrinações por países estranhos, junto à demonstração da nossa capacidade administrativa, o convencerão a valorizar e enriquecer o País de cujo trabalho provém e a Nação a que antes de tudo se deve.

4. Organização nacional

A Nação Portuguesa como sede histórica e moral

O liberalismo como grande princípio orientador da economia nacional ou internacional e a confiança na sua virtude para uma espécie de ordenamento espontâneo da vida económica morre-

ram: os acontecimentos estão procedendo ao seu entêrro, por não haver esperanças de ressuscitar. Mesmo que abstraíssemos das grandes necessidades dos povos e das lições que a guerra trouxe para a condução da economia e em geral do conjunto da actividade de uma Nação, aparece a todos os espíritos como imperiosa qualquer forma de organização nacional. Nós procurámos fugir ao socialismo e ao comunismo por meio das corporações, aplicado o princípio da organização corporativa não só à agricultura, comércio e indústria, isto é, a actividades directa e puramente lucrativas, mas a actividades espirituais e morais que com elas coexistem e têem na vida tanta importância, pelo menos, como o pão do corpo.

Na verdade amesquinharíamos o conceito da Nação quando nela víssemos apenas a comunidade de agricultores ou comerciantes que exigem do Estado a protecção e desenvolvimento dos seus interêsses materiais. Quando se é velho e se tem, além de alguns séculos, uma História, sente-se que existem outros valores, e estes são ao mesmo tempo património e imperativos da vida nacional. A razão manda que um se conserve e aos outros sejamos fiéis.

Quando, ao lado da ponte ou da estrada que lançamos para comodidade dos povos, reparamos o castelo ou o monumento, reintegramos a

pequena igreja secular ou o mosteiro abandonado, alguns não vêem que trabalhamos por manter a identidade do ser colectivo, reforçando a nossa personalidade nacional. E é isso que fazemos. Aquelas qualidades que se revelaram e fixaram e fazem de nós o que somos e não outros; aquela doçura de sentimentos, aquela modéstia, aquele espírito de humanidade, tão raro hoje no mundo; aquela parte de espiritualidade que, mau grado tudo que a combate, inspira ainda a vida portuguesa; o ânimo sofredor, a valentia sem alardes; a facilidade de adaptação e ao mesmo tempo a capacidade de imprimir ao meio exterior os traços do modo de ser próprio; o apêço dos valores morais; a fé no direito, na justiça, na igualdade dos homens e dos povos; tudo isso, que não é material nem lucrativo, constitue traços do carácter nacional. Se por outro lado contemplamos a História maravilhosa dêste pequeno povo, quási tão pobre hoje como antes de descobrir o mundo; as pégadas que deixou pela terra de novo conquistada ou descoberta; a beleza dos monumentos que ergueu; a língua e literatura que criou; a vastidão dos domínios onde continua, com exemplar fidelidade à sua História e carácter, alta missão civilizadora — concluiremos que Portugal vale bem o orgulho de se ser português.

Sob o aspecto moral e àparte o valor eterno de alguns princípios, aquela política a que chamamos «do espírito», no mais amplo significado, gira toda à volta de uma dupla reabilitação — a de Portugal no ânimo dos portugueses e a dos portugueses no concêrto das Nações. Uma e outra eram necessárias; ambas as empreendeu e levou a cabo a Revolução.

II

A Revolução no momento internacional

Falta o segundo ponto — *os princípios e a obra da Revolução no momento internacional*. Isto equivale a preguntar se os referidos princípios e obra têem algum valor como elemento de política externa e como factor construtivo no mundo de amanhã. Por mais presunçosa que a pregunta pareça, ousarei explicar a sua razão de ser.

1. Os princípios e obra da Revolução como elementos da política externa

Das duas questões a primeira resolve-se por si. Se a Revolução ordenou a casa lusitana, refez e fortaleceu a sua economia, despertou o patriotismo, provocou a unidade e a coesão das fôrças

nacionais, reorganizou e dotou o Exército e a Marinha, ganhou prestígio pelos princípios que defende, a obra que realiza, a colaboração que se tornou capaz de prestar, nenhuma dúvida pode existir de que não só criou à Nação condições de melhor se determinar como de seguir com dignidade entre as mais o seu caminho. Não vale a pena insistir. Se o País ordenado e ordeiro, liberto de inglórias lutas partidárias e das suas permanentes ameaças ou factos revolucionários, com alguma consciência e segurança de si, respeitado pelo seu trabalho e correcção, não estivesse em melhores termos para definir, no que dêle dependesse, a sua linha de conduta internacional, não sei como havia de divisá-la, tomá-la ou defendê-la no meio da desordem política, económica e social, na surprêsa diária dos governos e dos acontecimentos e no tumulto das paixões através das quais tão fácil é imiscuir-se um pensamento alheio.

Naquelas circunstâncias o govêrno pôde definir no começo do actual conflito a sua posição de neutralidade — neutralidade não incondicional, como é evidente, porque não haveria de esquecer nem imposições da dignidade da Nação, nem superiores interêsses do País, nem a existência da aliança inglesa que em momento tão sério e difícil não quisemos deixar de reafirmar leal-

mente. Não fujo a classificar de delicada uma tal situação, não só porque em todos os campos possuímos amizades, mas porque estão de facto envolvidas na luta nações a quem nos ligam tão estreitos laços de camaradagem política e tão profundos afectos como à Inglaterra e ao Brasil. Nem se pense que a neutralidade se mantém sem cuidado, esforço ou despesas, e é como regato que desliza manso nos prados e não encontra mesmo alguma pedra que de leve arrepie a corrente ou a force a contorcer-se. É apenas positivo que a neutralidade portuguesa se tem conservado através dos mil obstáculos que se viu obrigada a vencer: salvo, quanto ao Japão, o caso ainda pendente de Timor, ela tem merecido o respeito de todos; e julgo que também nós a temos respeitado.

Além do esforço interno e do respeito alheio, valioso apoio de ordem externa nos veio da política de amizade com a Espanha, que frutificou no chamado «bloco peninsular». Não só a catastrófica extensão do conflito como considerações de outras ordens levaram a concluir como desejável se mantivesse uma zona de paz na Península, por nós desde o princípio defendida, através da neutralidade de Portugal e da Espanha. As afinidades existentes, as recordações da guerra civil, a compreensão dos interêsses mútuos e gerais,

possibilidades futuras da cooperação peninsular no mundo estão na base dessa política e devem garantir o seu lógico desenvolvimento.

Vejamos agora o outro problema.

2. Portugal no mundo de amanhã

Se estranhos ao conflito, pareceria natural nos considerássemos alheios aos seus resultados. Mas não é assim, porque os países que não lutam, estão como os outros na guerra. A razão encontra-se na extensão desta, no facto de solidariedade internacional e no propósito de os grandes condutores aproveitarem o momento para reformar o mundo. Reformar o mundo quere apenas dizer estabelecer algumas regras de vida para a comunidade internacional e fomentar o domínio de ideias político-sociais aptas a melhorar a vida dos homens e a activar o progresso e bem-estar dos povos. Espera-se uma nova ordem, dependendo precisamente do desfecho da guerra saber-se quem a definirá. Por declarações autorizadas ela terá aliás de ser aceite de boa vontade ou por meio de coacção. Eis porque em qualquer caso nos respeita e importa.

Como é natural, embora a vida de amanhã não dependa em muitos pontos do sinal da vitória e a civilização se vá alimentar de ideias que for-

mentam já por toda a parte através a apesar do conflito, criando ambientes parecidos em toda a extensão dos países da Europa e da América, com sua projecção africana, é certo que os processos, senão mesmo algumas soluções, dependerão dos vencedores e da posição relativa das suas fôrças no momento em que o conflito termine. Por êste motivo talvez e porque a guerra infelizmente ameaça ainda durar muito, nem de um lado nem do outro se tem ido além de afirmações vagas que deixam no escuro por prudência ou pela fôrça das dificuldades alguns elementos essenciais. Assim, ainda que fôsse lícito e conveniente, não se estaria habilitado a discutir.

Por mim manifesto o receio, porventura injustificado, de três tendências na arrumação do mundo: a ambição do óptimo, ou seja o domínio do irreal nas aspirações; o vinco da guerra nos hábitos de colectivização da vida; o primado do económico, isto é, a inteira subordinação das soluções às exigências da economia, o que fará perder à civilização o encanto e valor de grande criação humana e poderá revolucionar o mundo sem encontrar o caminho da paz.

Seja como fôr, tudo há-de partir destas duas bases elementares — a ordem e a colaboração internacional.

Salvo o comunismo, que há-de continuar sendo elemento de desordem, a imediata preocupação será que a ordem se não altere onde existe e se estabeleça onde se afundou. O problema tem tal extensão e gravidade, pelos ódios, o rastro das violências, a miséria e outros efeitos da própria guerra, que nenhuma direcção sensata dos acontecimentos pode atentar contra a organização interna de qualquer Estado que por si próprio seja garantia de ordem. Só o comunismo não raciocinará assim. Êle constitue, a meu ver, o maior problema humano de todos os tempos, quero significar, um problema de conceitos básicos da humanidade e de vida individual e social, e por conseqüência grave risco para a civilização ocidental ou cristã. Parece não se ter nunca esgotado tão completamente numa experiência social determinado princípio de vida, nem tão completamente confiado à ciência, à técnica, à organização aquela parte de iniciativa e de espontânea humanidade que faz a doçura, a riqueza, a atracção de outras formas de compreender a vida e o homem. Verifica-se que pode haver todas as marcas do chamado progresso material — potencial militar, máquinas e indústrias de maravilha — conjuntamente com a deminuição, o afundamento de consciências livres. Onde o Estado e a máquina absorvem

o homem não há lugar para a liberdade humana. É duvidoso que, sejam quais forem as solidariedades necessárias do tempo de guerra, estes aspectos essenciais possam alguma vez ser esquecidos.

A estreita colaboração entre os povos, que a todos se afigura condição necessária da paz e bem estar futuro, ¿em que bases assentará? A resposta tem grande valor para nós, cujo nacionalismo económico e político pode encontrar-se por aquele facto fora da linha geral de reorganização do mundo, com a correspondente necessidade de ajustamentos futuros. O facto de as guerras nascerem de conflitos entre nações — e agora lhe começamos a ver aspectos inter-continentais — indux naturalmente muitos espíritos a buscarem remédio para tão grandes catástrofes em formas de organização super-nacional, continental ou mundial. Não está no meu espírito nem é da doutrina da nossa Revolução negar a interdependência e solidariedade dos Estados nem a necessidade de uma fórmula de organização ou trabalho internacional que resolva eficientemente os problemas comuns ou a cooperação a prestar. Digo apenas ser minha sincera convicção que o homem do século XX não está habilitado ainda a ver, a resolver os problemas do mundo senão através das existências nacionais, livres e independentes. Imaginações exaltadas, políticos de gabinete apaixonados das fórmulas abstractas e despreocupados das muitas realidades que entretecem a vida das nações acharão que é possível melhor. Os homens prudentes encontrarão porém que a base nacional será ainda a mais sólida, fácil e isenta de perigos para nela se assentar a colaboração dos povos conducente ao bem-estar comum.

Nesta orientação, assim como quanto mais sólida e estável fôr a organização familiar, mais coesa e sólida é a própria nação, assim também quanto mais nítida, mais forte e independente fôr dentro do seu próprio território a autoridade do Estado, quanto mais ordenada e sólida e nacional fôr a sua economia, mais fáceis serão os convénios de interêsse internacional, mais prontamente tomados e obedecidos os compromissos ou normas que importem a uma comunidade de nações.

Em política os problemas simplificam-se pela delimitação de fronteiras e de poderes. O princípio é que nem duas soberanias num território nem competência de autoridades para a mesma actuação. A regra aplica-se também aos territórios coloniais, acêrca dos quais algumas ideias correntes estão longe de ser claras e inofensivas.

A questão do direito de acesso às matérias primas (tendo-se em mente sobretudo as de origem colonial) nasceu precisamente quando ninguém se lembrava de recusá-las e o único problema era de facto vendê-las. Apuradas as coisas, viu-se bem que, em tempo de paz, dada a existência de países coloniais não industrializados e de nações grandes produtoras de matérias primas que anseiam por lançar no mercado mundial, nenhuma dificuldade real pode existir senão a de deficiência de meios de pagamento, ou seja, a da diferença de meios circulantes, no fundo afinal um problema de soberania — que era aonde se queria chegar. Há portanto grandes ilusões em se crer que regimes de condomínio, mandato, porta aberta e semelhantes resolvam qualquer questão, a não ser que o fim a atingir seja apenas complicar os problemas, tirando a uns o que descobriram, conquistaram, administram e civilizam, para disfarçado trespasse em benefício de terceiros. Por estes motivos e ainda pelo que todos devem à justiça e nós à nossa própria História, e embora a questão não nos respeite, como supomos, prudente se deve afigurar a linha política que, quanto às províncias portuguesas do ultramar, o Acto Colonial definiu e a Revolução incansàvelmente defende.

E mais nada.

III

Conclusão — Palavras desagradáveis

Vou terminar e sinto ter de dizer, antes de concluir, algumas palavras desagradáveis e duras.

O Govêrno tem e eu pessoalmente tenho também grandes responsabilidades na falta de preparação do espírito público para as dificuldades inevitáveis e os sacrifícios impostos pela guerra. Para poupar o mais possível a Nação na sua vida normal, não se seguiu o critério, por outros adoptado, do permanente estado de alarme. Porventura se lhe deviam ter feito conhecer em minúcia as dificuldades políticas e económicas que a cada momento se iam de vencer, os atritos, as discussões, os riscos que corre a nossa neutralidade, a crise permanente da paz nos que ainda a conservam. Daqui vem que o português está mimoso dêste tratamento paternal, se mostra insofrido, despreocupado, pouco compreensivo. O Govêrno não se irrita se pobre gente que precisa absolutamente de um pouco de carvão ou de azeite se lastima de o não ter ou do tempo que perde para conseguí-lo. Mas não pode desculpar àqueles a quem não falta o indispensável a sua intolerância, porque num sempre obtêm aquilo de que alide

em boa consciência não precisam. A nossa atitude digna perante a imensa desgraça da guerra, os milhões de seres que morrem de fome, de miséria e de dor, não é um vago sentimento ou palavra de comiseração, deixada cair com indiferença real, mas a modéstia, a renúncia, a paciência que ao menos traduzam, na falta de auxílios por vezes impossíveis, a verdade de uma comunhão ou ambiente moral. Como está longe destes sentimentos o egoísmo calculista e ganancioso que pode iludir a lei para meter em cofre a miséria alheia!

Outro ponto. A crise do mundo não é imagem literária, a sua gravidade e profundeza, a sua extensão, os interêsses e conceitos que estão em jôgo fazem tremer nos alicerces as nações e os impérios mais bem constituídos. Repito uma frase de há pouco: nós não estamos em luta mas estamos na guerra, como os outros. Emquanto o Exército que fez a Revolução ocupa os postos que lhe foram indicados, a Nação tem o dever de mostrar a sua unidade, fôrça e coesão, numa palavra, plena consciência nacional. Devo louvá-la por essa atitude sem prejuízo de censurar alguns portugueses que de uma ou outra forma trabalham por destruir a armadura moral do País, quando se sabe ser esta um dos maiores factores da nossa defesa. Alguns alimentam a sua actividade de esperanças que ninguém lhes realizará; outros procuram justificar-se com a sua discordância da política seguida, como se, fora dos ignorantes ou irresponsáveis que não têem elementos para julgar, alguém possa supor que ela podia ou devia ser diferente do que até ao presente tem sido, na defesa do mais bem compreendido interêsse nacional. Sabemos que outras grandes crises europeias ameaçaram semelhantemente dividir-nos à volta de interêsses estranhos; mas agora o Govêrno não pode ser acusado nem de falta de lealdade, nem mesmo de esquecer deveres especiais de fidelidade a relações criadas por séculos de interêsses comuns; o que tem procurado ao mesmo tempo é ser digno, embora dentro daquela larga e condescendente benevolência que é a atitude dos amigos, ainda quando não são mais fracos. Que entre nós alguns estrangeiros se queixem, admite-se por mal habituados; que portugueses também nos ataquem, isso só quere dizer que a sua medida de dignidade patriótica não é a nossa. A nossa tomámo-la daqueles portugueses que valiam mais do que valemos e fizeram uma História e criaram uma Nação que somos obrigados, mesmo contra alguns, a respeitar e a defender.

ÍNDICE

	Pág.
DUAS PALAVRAS A GUISA DE PREFÁCIO	V
I — Reformas militares *(Nota oficiosa de 10 de Janeiro de 1939)*	1
II — «Nós somos uma força destinada a vencer»... *(A Legião, em 11 de Março de 1938)*	13
III — A educação política, garantia da continuidade revolucionária *(23 de Março de 1938)*	23
IV — Comemorações centenárias *(Nota oficiosa de 27 de Março de 1938)*	29
V — Realizações de política interna — Problemas de política externa *(25 de Abril de 1938)*	39
VI — «Mais e melhor» *(À Mocidade Portuguesa, em 29 de Maio de 1938)*	87
VII — A Revolução e o Exército *(22 de Maio de 1938)*	91
VIII — Preocupação da paz e preocupação da vida *(27 de Outubro de 1938)*	101
IX — Missão Militar Britânica *(14 de Dezembro de 1938)*	121

I N D I C E

Pág.

X — Revolução corporativa *(27 de Fevereiro de 1939)* 127

XI — A crise política europeia e a situação externa de Portugal *(22 de Maio de 1939)* 135

XII — A Legião — expressão da consciência moral da Nação *(28 de Maio 1939)* ... 157

XIII — Aos portugueses da América do Norte *(12 de Junho de 1939)* 165

XIV — Neutralidade portuguesa no conflito europeu *(Nota oficiosa do Governo, de 1 de Setembro de 1939, publicada nos jornais de 2)* 171

XV — A Europa em guerra. Repercussão nos problemas nacionais *(9 de Outubro de 1939)* 175

XVI — Fins e necessidade da propaganda política *(26 de Fevereiro de 1940)* ... 191

XVII — Visita de uma esquadra espanhola *(12 de Abril de 1940)* 213

XVIII — Conversão do Fundo externo *(Exposição de 25 de Abril de 1940)* 217

XIX — Problemas político-religiosos da Nação portuguesa e do seu Império *(25 de Maio de 1940)* 229

XX — Dever militar *(28 de Maio de 1940)* ... 245

XXI — 500 anos da independência *(4 de Junho de 1940)* 253

XXII — Orgânica ministerial e trabalho do Governo *(Comunicado de 3 de Setembro de 1940)* 261

XXIII — A função pública e a burocracia *(5 de Setembro de 1940)* 273

I N D I C E

Pág.

XXIV — Valores espirituais no governo e na vida dos povos *(19 de Abril de 1941)* ... 287

XXV — «Todos não somos de mais» ... *(28 de Abril de 1941)* 295

XXVI — Península Hispânica e América Latina *(1 de Maio de 1941)* 301

XXVII — Na recondução do Chefe do Estado *(7 de Fevereiro de 1942)* 307

XXVIII — Defesa económica — Defesa moral — Defesa política *(25 de Junho de 1942)* 319

XXIX — O Corporativismo e os trabalhadores *(22 de Julho de 1942)* 333

XXX — Sócio dos Sindicatos Nacionais *(29 de Julho de 1942)* 377

XXXI — Os princípios e a obra da Revolução no momento interno e no momento internacional *(27 de Abril de 1943)* ... 381

OLIVEIRA SALAZAR

DISCURSOS

E

NOTAS POLÍTICAS

III

1938-1943

FAC. DE L. LOPES DE ALMEIDA
GGT-C

COIMBRA EDITORA, L.DA